ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 100

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de maio de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 10
Ministério da Ciência e Tecnologia 13
Ministério da Cultura 13
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 22
Ministério da Integração Nacional 45
Ministério da Justiça 46
Ministério da Previdência Social 64
Ministério da Saúde 64
Ministério das Cidades 72
Ministério das Comunicações 72
Ministério de Minas e Energia 76
Ministério do Desenvolvimento Agrário 87
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 88
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 102
Ministério do Meio Ambiente 102
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 103
Ministério do Trabalho e Emprego 106
Ministério dos Transportes 110
Conselho Nacional do Ministério Público 110
Ministério Público da União 116
Tribunal de Contas da União 121
Poder Legislativo 144
Poder Judiciário 144
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 149

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 954 (1)
ORIGEM : ADI - 31752 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : RONALDO MAURILIO CHEIB
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : MARCIO HELENO DA SILVA E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 24.02.2011.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Estadual 10.180, de 19 de junho de 1990, de Minas Gerais. 2. Custas judiciais cobradas pelo Oficial do Registro Civil e recolhidas à disposição do Juiz de Paz. 3. Inconstitucionalidade formal. Ocorrência. Competência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para propositura da lei. Projeto de Lei proposto pelo Governador do Estado. 4. Os juízes de paz, na qualidade de agentes públicos, ocupam cargo cuja remuneração deve ocorrer com base em valor fixo e predeterminado, e não por participação no que é recolhido aos cofres público. Além disso, os juízes de paz integram o Poder Judiciário e a eles se impõe a vedação prevista no art. 95, parágrafo único, II, da Constituição, a qual proíbe a percepção, a qualquer título ou pretexto, de custas ou participação em processo pelos membros do Judiciário. Inconstitucionalidade material. 5. Inconstitucionalidade da expressão "recolhidas à disposição do Juiz de Paz". 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS				
Páginas	Distrito Federal		Demais Estados	
de 02 a 28	R$	0,30	R$	1,80
de 32 a 76	R$	0,50	R$	2,00
de 80 a 156	R$	1,10	R$	2,60
de 160 a 250	R$	1,50	R$	3,00
de 254 a 500	R$	3,00	R$	4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107				

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011

Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências.

Art. 2º Fica proibida a comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol em todo o território nacional a menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º O material citado no art. 2º desta Lei só poderá ser vendido a maiores de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação de documento de identidade.

Parágrafo único. Toda nota fiscal lançada sobre a venda desse produto deve possuir identificação do comprador.

Art. 4º As embalagens dos produtos citados no art. 2º desta Lei deverão conter, de forma legível e destacada, as expressões "PICHAÇÃO É CRIME (ART. 65 DA LEI Nº 9.605/98). PROIBIDA A VENDA A MENORES DE 18 ANOS."

Art. 5º Independentemente de outras cominações legais, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 6º O art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional." (NR)

Art. 7º Os fabricantes, importadores ou distribuidores dos produtos terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a regulamentação desta Lei, para fazer as alterações nas embalagens mencionadas no art. 2º desta Lei.

Art. 8º Os produtos envasados dentro do prazo constante no art. 7º desta Lei poderão permanecer com seus rótulos sem as modificações aqui estabelecidas, podendo ser comercializados até o final do prazo de sua validade.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Fernando Damata Pimentel
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Anna Maria Buarque de Hollanda

LEI Nº 12.409, DE 25 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, a:

I - assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em âmbito nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009;

II - oferecer cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta Apólice do SH/SFH; e

III - remunerar a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do FCVS, pelas atribuições decorrentes do disposto neste artigo.

Parágrafo único. A cobertura direta de que trata o inciso II do **caput** poderá cobrir:

I - o saldo devedor de financiamento habitacional, em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário; e

II - as despesas relacionadas à cobertura de danos físicos ao imóvel e à responsabilidade civil do construtor.

Art. 2º Fica autorizado o parcelamento de dívidas vencidas até 26 de novembro de 2010, data de edição da Medida Provisória nº 513, de 2010, das instituições financeiras com o FCVS, decorrentes da assunção de que trata o inciso I do **caput** do art. 1º, em forma a ser definida pelo CCFCVS.

Parágrafo único. No âmbito do parcelamento de que trata o **caput**, fica a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do FCVS, autorizada a promover o encontro de contas entre créditos e débitos das instituições financeiras com aquele Fundo.

Art. 3º O art. 63 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 63. .....

Parágrafo único. Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A., títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, devendo ser respeitada a equivalência econômica dos títulos com o valor previsto no caput." (NR)

Art. 4º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O valor do total dos financiamentos a que se refere o **caput** fica limitado ao montante de até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

§ 2º A equalização de juros de que trata o **caput** corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte dos recursos, acrescido da remuneração do BNDES e dos agentes financeiros por ele credenciados.

§ 3º O pagamento da equalização de que trata o **caput** fica condicionado à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e à apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES, para fins de liquidação da despesa.

§ 4º O prazo a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação dos financiamentos, cabendo ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo, entre elas a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros.

Art. 5º Os arts. 2º, 4º e 7º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....
.....

§ 4º Os ativos decorrentes de aquisições diretas pelo Ministério da Fazenda, de que trata o inciso I do **caput**, quando se referirem:

I - a ativos de renda fixa e de renda variável internacionais, deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas diretamente em nome do FSB, em instituição financeira federal no exterior;

II - a moeda estrangeira, deverão ser depositados em instituição financeira federal no exterior, até a realização do investimento na forma deste artigo." (NR)

"Art. 4º .....
.....

IV - títulos da dívida pública mobiliária federal.
.....

§ 2º Fica a União autorizada a emitir, a valor de mercado, sob a forma de colocação direta em favor do FSB, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

§ 3º A União poderá resgatar antecipadamente, a valor de mercado, os títulos de que trata o § 2º.

§ 4º Fica a União autorizada a permutar com o FSB ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, e de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou observada a equivalência econômica.

§ 5º Os ativos de renda fixa ou variável domésticos recebidos diretamente pelo FSB deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas diretamente em nome do Fundo, em instituição financeira federal." (NR)

"Art. 7º .....
.....

§ 7º Fica a União, inclusive por meio do FSB, autorizada a permutar com o FFIE ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou observada a equivalência econômica." (NR)

Art. 6º Os arts. 16 e 18 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Ficam a União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata esta Lei.
.....

§ 8º A capitalização do FGP, quando realizada por meio de recursos orçamentários, dar-se-á por ação orçamentária específica para esta finalidade, no âmbito de Encargos Financeiros da União." (NR)

"Art. 18. O estatuto e o regulamento do FGP devem deliberar sobre a política de concessão de garantias, inclusive no que se refere à relação entre ativos e passivos do Fundo.
.....

§ 8º O FGP poderá usar parcela da cota da União para prestar garantia aos seus fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes." (NR)

Art. 7º O **caput** do art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2012, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.
....." (NR)

Art. 8º (VETADO).

Art. 9º O item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes portos:

"4.2. Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação
.....

Nº de Ordem	Denominação	UF	Localização
218	Porto do Polo Industrial de Manaus	AM	Rio Negro
219	(VETADO)		
220	(VETADO)		
221	(VETADO)		
222	(VETADO)		
223	(VETADO)		
224	(VETADO)		

."

Art. 10. Fica a Casa da Moeda do Brasil - CMB autorizada a doar 100.000.000 (cem milhões) de cédulas de gourdes à República do Haiti, para auxiliar na recomposição do meio circulante daquele País.

§ 1º O objeto da doação prevista no **caput** será fabricado pela CMB, a quem competirá providenciar o transporte até o destino.

§ 2º A despesa envolvida na doação prevista no **caput** não poderá ultrapassar R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e os custos serão suportados pela CMB.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados o inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011.

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Alfredo Pereira do Nascimento
Miriam Belchior

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.489, DE 25 DE MAIO DE 2011

Altera o item 8 do art. 21 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - R-200, aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, para caracterizar como exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar ou de bombeiro-militar o exercício de cargo ou função na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, § 10, do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º O item 8 do art. 21 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares - R-200, aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"8 - Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Conselho Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça;" (NR)

Art. 2º A caracterização do exercício na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça como exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar ou de bombeiro-militar dos militares do Distrito Federal produz efeitos a partir de 24 de janeiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Miriam Belchior

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a definição da área do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - PE.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007,

D E C R E T A :

Art. 1º A Área do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, no Estado de Pernambuco, é constituída:

I - pelas instalações portuárias terrestres localizadas no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, tais como cais, píeres de atracação, armazéns, pátios, edificações em geral, vias e passeios, e terrenos ao longo das faixas marginais, abrangidos pela poligonal da área do porto organizado, incorporados ou não ao patrimônio do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros; e

II - pela infra-estrutura de proteção e acessos aquaviários, nela compreendida o canal de acesso, as bacias de evolução e as áreas de fundeio.

Art. 2º A Área do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros tem sua poligonal descrita nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 3º A administração do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros fará a demarcação em planta da área definida neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a definição da área do Porto Organizado de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, no Estado de Pernambuco.

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Leonidas Cristino

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO DE SUAPE

A área de que trata este memorial possui 3.232,58 ha (três mil, duzentos e trinta e dois hectares e cinquenta e oito ares) e perímetro de 48.169,86 m (quarenta e oito mil, cento e sessenta e nove metros e oitenta e seis centímetros), e está definida pelos vértices cujas coordenadas no Sistema de Projeção UTM, estão referenciadas ao Sistema Geodésico de Referência Sul-Americano 1969 (Datum horizontal: SAD-69). Partindo do vértice ARREC, situado sobre a linha dos arrecifes, de coordenadas E=283482,899 e N=9069940,382. A partir desse local, a poligonal de contorno percorre uma linha com 1264,65 m (mil, duzentos e sessenta e quatro metros e sessenta e cinco centímetros) de extensão, atingindo o molhe de SUAPE no vértice MOLHE1, de coordenadas E=283983,743 e N=9071101,620. Percorrem-se então, sobre o alinhamento do molhe, três lados da poligonal, perfazendo uma distância total 3878,49 m (três mil, oitocentos e setenta e oito metros e quarenta e nove centímetros). O último dos três segmentos prolonga-se até um ponto em mar alto que denominamos OCEAN1, de coordenadas E=287012,890 e N=9071776,587. A partir deste ponto, o contorno flete para norte e descreve um segmento de reta com 613,02m (seiscentos e treze metros e dois centímetros) até o ponto CAN1, de coordenadas E=287012,890 e N=9072389,610. Deste ponto, o contorno flete para leste e descreve três segmentos de reta definindo o canal externo no oceano, num percurso total de 9.703,53m (nove mil, setecentos e três metros e cinqüenta e três centímetros). O último dos três segmentos prolonga-se até um ponto em mar alto que denominamos CAN4, de coordenadas E=287012,890 e N=9072803,261. A partir deste ponto, o contorno flete para norte e descreve dois segmentos de reta, num percurso total de 3019,22 m (três mil e dezenove metros e vinte e dois centímetros) atingindo o sul do CABO DE SANTO AGOSTINHO, no vértice que chamamos CABO, de coordenadas E=285892,893 e N=9075587,365, englobando assim a barra de acesso à Praia de Suape. Em seguida, o limite percorre uma reta de 1811,35 m (mil, oitocentos e onze metros e trinta e cinco centímetros) até a foz do RIO MASSANGANA no ponto MAS1, de coordenadas E=284282,898 e N=9074757,368. Deste ponto em diante a poligonal sobe esse rio, percorrendo 881,15 m (oitocentos e oitenta e um metros e quinze centímetros) distribuídos por dois lados do polígono envolvente, até atingir o vértice que chamamos MAS3, de coordenadas E=283732,899 e N=9075437,366. O contorno segue então em linha reta, atravessando o RIO MASSANGANA, percorrendo uma distância de 318,14 m (trezentos e dezoito metros e quatorze centímetros), atingindo um ponto denominado CLUST1, de coordenadas E=283576,920 e N=9075160,090, localizado em terras da ILHA DE TATUOCA. Em seguida, o limite segue pela margem de área destinada à implantação de CLUSTER NAVAL com 27 (vinte e sete) segmentos, num percurso total de 12.589,95 m (doze mil, quinhentos e oitenta e nove metros e noventa e cinco centímetros), até o ponto CLUST24, de coordenadas E=280282,000 e N=9073296,000. Deste ponto, a poligonal segue com um segmento de reta de 2.201,84m (dois mil, duzentos e um metros e oitenta e quatro centímetros) até o ponto EXP1, de coordenadas E=280282,423e N=9075497,835. Em seguida, o limite segue pela margem de área destinada a expansão do porto com três segmentos de reta, percorrendo 1.616,41 m (mil, seiscentos e dezesseis metros e quarenta e um centímetros) até o ponto EXP4, de coordenadas E=279626,848 e N=9076247,850. Deste ponto, a poligonal percorre um segmento de reta com 748,41 m (setecentos e quarenta e oito metros e quarenta e um centímetros) até atingir o vértice que chamamos PONT, de coordenadas E=279375,911 e N=9075542,766. O contorno segue então em linha reta, percorrendo uma distância de 248,82 m (duzentos e quarenta e oito metros e oitenta e dois centímetros), atingindo um ponto denominado TDF1, de coordenadas E=279289,885 e N=9075309,288, localizado no canto sudeste do pontilhão do TDF (Tronco Distribuidor Ferroviário) de SUAPE. Em seguida, o limite segue pela margem leste da via férrea e percorre cinco lados do polígono envolvente que perfazem, no total, 2176,05 m (dois mil, cento e setenta e seis metros e cinco centímetros), atingindo o vértice TDF6, de coordenadas E=279051,868 e N=9073147,602. O contorno segue pela margem leste do TDR-SUL (Tronco Distribuidor Rodoviário Sul) e percorre 1800,12 m (mil e oitocentos metros e doze centímetros) atingindo o vértice NAL1, de coordenadas E=278542,406 e N=9071431,122, situado no início do eixo do acesso central ao Núcleo de Apoio Logístico. Deste ponto, o polígono percorre dois segmentos de reta, o primeiro sobre o eixo desse acesso até o seu extremo e depois flete para leste, atingindo o ponto LIMITE de coordenadas E=279042,929 e N=9070586,755, cuja denominação se deve ao fato de se localizar sobre a confrontação entre SUAPE e terras de terceiros. Esse último percurso é de 1071,85 m (mil e setenta e um metros e oitenta e cinco centímetros). Em seguida percorre-se 285,72 m (duzentos e oitenta e cinco metros e setenta e dois centímetros) em linha reta, atingindo o ponto ATER1, de coordenadas E=279324,822 e N=9070633,331, situado no leito do Rio do Aterro, que marca o limite sul da área adquirida quando da implantação do projeto Suape. Segue-se então por esse rio, de jusante para montante, percorrendo-se uma distância de 4554,20 m (quatro mil, quinhentos e cinqüenta e quatro metros e vinte centímetros), distribuída por vinte lados da poligonal de contorno, atingindo-se o vértice ARREC, início do caminhamento, fechando assim o contorno da área.

ANEXO II

(POLIGONAL DA ÁREA 01 DO PORTO ORGANIZADO DE SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, DEFINIDAS PELOS VÉRTICES CUJAS COORDENADAS NO SISTEMA DE PROJEÇÃO UTM, ESTÃO REFERENCIADAS AO SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA INTERNACIONAL 1927 (DATUM HORIZONTAL:CÓRREGO ALEGRE - Área = 3232,58 ha, Perímetro = 48169,86 m).

PLANILHA DE CÁLCULO ANALÍTICO

VÉRTICES	COORDENADAS UTM		ÂNGULOS POLIGONAIS	DISTÂNCIAS	AZIMUTES
	LESTE	NORTE			
1º = ARREC	283482,899	9069940,382	89º 32' 32"	1264,64 m	23º 19' 50"
2º = MOLHE1	283983,743	9071101,620	270º 10'11"	531,36 m	113º 30' 01"
3º = MOLHE2	284471,033	9070889,738	180º 00' 00"	150,53 m	113º 30' 01"
4º = MOLHE3	284609,07	9070829,714	135º 00' 00"	2583,58 m	68º 30' 01"
5º = OCEAN1	287012,890	9071776,587	111º 29' 59"	613,02 m	00º 00' 00"
6º = CAN1	287012,890	9072389,610	256º 00' 11"	4698,35 m	76º 00' 11"
7º = CAN2	291571,744	9073526,003	90º 36' 27"	402,61 m	346º 36' 38"
8º = CAN3	291478,512	9073917,666	89º 22' 39"	4602,57 m	255º 59' 17"
9º = CAN4	287012,890	9072803,261	284º 00' 43"	234,11 m	00º 00' 00"
10º = OCEAN2	287012,890	9073037,372	156º 17' 17"	2785,11 m	336º 17' 17"
11º = CABO	285892,893	9075587,365	86º 26' 23"	1811,35 m	242º 43' 40"
12º = MAS1	284282,898	9074757,368	267º 31' 38"	322,49 m	330º 15' 18"
13º = MAS2	284122,898	9075037,367	165º 28' 13"	558,66 m	315º 43' 31"
14º = MAS3	283732,899	9075437,366	73º 38' 03"	318,14 m	209º 21' 34"
15º = CLUST1	283576,920	9075160,090	122º 59' 17"	533,65 m	152º 20' 51"
16º = CLUST2	283824,590	9074687,397	182º 37' 14"	98,90 m	154º 58' 05"
17º = CLUST3	283866,438	9074597,784	194º 29' 08"	87,10 m	169º 27' 13"
18º = CLUST4	283882,380	9074512,154	227º 48' 01"	62,55 m	217º 15' 14"
19º = CLUST5	283844,518	9074462,369	162º 51' 15"	86,95 m	200º 06' 29"
20º = CLUST6	283814,626	9074380,722	204º 18' 07"	51,41 m	224º 24' 36"
21º = CLUST7	283778,649	9074343,996	152º 31' 43"	191,52 m	196º 56' 19"
22º = CLUST8	283722,851	9074160,787	169º 44' 35"	89,96 m	186º 40' 54"
23º = CLUST9	283712,385	9074071,442	237º 58' 31"	39,36 m	244º 39' 25"
24º = CLUST10	283676,816	9074054,596	141º 25' 48"	76,37 m	206º 05' 13"
25º = CLUST11	283643,231	9073986,002	108º 17' 30"	77,80 m	134º 22' 43"
26º = CLUST12	283698,834	9073931,592	259º 04' 27"	209,64 m	213º 27' 10"
27º = CLUST13	283583,270	9073756,681	311º 45' 57"	769,25 m	345º 13' 07"
28º = CLUST14	283387,007	9074500,477	90º 00' 00"	350,00 m	255º 13' 07"
29º = CLUST15	283048,590	9074411,180	90º 00' 00"	740,00 m	165º 13' 07"
30º = CLUST16	283237,389	9073695,670	189º 33' 20"	117,48 m	174º 46' 27"
31º = CLUST17	283248,090	9073578,678	212º 42' 34"	480,09 m	207º 29' 01"
32º = CLUST1	283026,532	9073152,770	214º 49' 24"	254,29 m	242º 18' 25"
33º = V3	282801,373	9073034,593	212º 32' 44"	706,13 m	274º 51' 09"
34º = V2	282097,771	9073094,324	203º 59' 40"	417,95 m	298º 50' 49"
35º = AMP1	281731,686	9073295,972	241º 09' 11"	616,39 m	00º 00' 00"
36º = AMP2	281731,686	9073912,360	180º 00' 41"	1583,41 m	00º 00' 41"
37º = CLUST19	281732,000	9075495,768	89º 59' 19"	1100,00 m	270º 00' 00"
38º = CLUST20	280632,000	9075495,768	90º 00' 00"	599,77 m	180º 00' 00"
39º = CLUST21	280632,000	9074896,000	90º 00' 00"	650,00 m	90º 00' 00"
40º = CLUST22	281282,000	9074896,000	270º 00' 00"	1600,00 m	180º 00' 00"
41º = CLUST23	281282,000	9073296,000	270º 00' 00"	1000,00 m	270º 00' 00"
42º = CLUST24	280282,000	9073296,000	270º 00' 40"	2201,84 m	00º 00' 40"
43º = EXP1	280282,423	9075497,835	179º 59' 20"	870,02 m	00º 00' 00"
44º = EXP2	280282,423	9076367,860	90º 00' 00"	621,68 m	270º 00' 00"
45º = EXP3	279660,738	9076367,860	105º 46' 10"	124,70 m	195º 46' 10"
46º = EXP4	279626,848	9076247,850	183º 49' 16"	748,41 m	199º 35' 26"
47º = PONT	279375,91	9075542,766	180º 38' 09"	248,82 m	200º 13' 35"
48º = TDF1	279289,885	9075309,288	173º 19' 23"	67,22 m	193º 32' 58"
49º = TDF2	279274,136	9075243,937	179º 55' 38"	73,42 m	193º 28' 36"
50º = TDF3	279257,025	9075172,538	175º 45' 10"	53,35 m	189º 13' 46"
51º = TDF4	279248,469	9075119,883	176º 58' 57"	72,56 m	186º 12' 43"
52º = TDF5	279240,617	9075047,745	179º 27' 39"	1909,49 m	185º 40' 22"
53º = TDF6	279051,868	9073147,602	196º 02' 17"	1020,09 m	201º 42' 39"
54º = TDR	278674,512	9072199,876	168º 02' 24"	780,02 m	189º 45' 03"
55º = NAL1	278542,406	9071431,122	170º 52' 18"	397,85 m	180º 37' 21"
56º = NAL2	278538,083	9071033,298	130º 52' 15"	674,00 m	131º 29' 36"
57º = LIMITE	279042,929	9070586,755	129º 07' 29"	285,71 m	80º 37' 05"
58º = ATER1	279324,822	9070633,331	186º 09' 27"	121,55 m	86º 46' 32"
59º = ATER2	279446,178	9070640,168	188º 08' 08"	268,02 m	94º 54' 40"
60º = ATER3	279713,218	9070617,222	164º 33' 28"	131,31 m	79º 28' 08"
61º = ATER4	279842,311	9070641,221	184º 31' 31"	159,86 m	83º 59' 39"
62º = ATER5	280001,294	9070657,947	189º 46' 57"	228,77 m	93º 46' 36"
63º = ATER6	280229,564	9070642,879	181º 56' 02"	128,92 m	95º 42' 38"
64º = ATER7	280357,849	9070630,051	111º 38' 50"	174,49 m	27º 21' 28"
65º = ATER8	280438,036	9070785,026	217º 03' 21"	197,48 m	64º 24' 49"
66º = ATER9	280616,146	9070870,309	199º 46' 57'	99,24 m	84º 11' 46"
67º = ATER10	280714,876	9070880,345	170º 56' 16"	110,80 m	75º 08' 02"
68º = ATER11	280821,971	9070908,773	203º 21' 10"	113,34 m	98º 29' 12"
69º = ATER12	280934,066	9070892,047	205º 32' 08"	149,42 m	124º 01' 20"
70º = ATER13	281057,910	9070808,442	172º 02' 02"	87,54 m	116º 03' 22"
71º = ATER14	281136,550	9070769,992	155º 30' 10"	122,97 m	91º 33' 32"
72º = ATER15	281259,475	9070766,647	166º 49' 47"	99,26 m	78º 23' 19"
73º = ATER16	281356,703	9070786,625	194º 52' 51"	175,97 m	93º 16' 10"
74º = ATER17	281532,391	9070776,589	177º 28' 42"	302,61 m	90º 44' 52"
75º = ATER18	281834,974	9070772,640	203º 40' 13"	136,54 m	114º 25' 05"
76º = ATER19	281959,301	9070716,196	223º 52' 41"	136,01 m	158º 17' 46"
77º = ATER20	282009,599	9070589,828	202º 13' 46"	1610,09 m	113º 47' 18"
1º = ARREC	283482,899	9069940,382			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12, 14 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

A D M I T I R

I - no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares da Marinha, no grau de Cavaleiro:

Capitão-de-Mar-e-Guerra FLÁVIO LUIZ CONDÉ MARLIÈRE

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) WAGNER EMYGDIO RIBEIRO

Capitão-de-Mar-e-Guerra RENATO BATISTA DE MELO

Capitão-de-Mar-e-Guerra ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) MARCELO EDUARDO MOREIRA GOULART

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) WLADIMIR PEDRO BARBOSA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) ALDECIR VIEIRA SIMONACI

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) RICARDO JOSE CIMINO

Capitão-de-Mar-e-Guerra FRANCISCO JOSÉ TINOCO DE ANDRADE FILHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra CARLOS EDUARDO DE MOURA RAMALHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra SÉRGIO RICARDO SEGOVIA BARBOSA

Capitão-de-Mar-e-Guerra NEWTON CALVOSO PINTO HOMEM

Capitão-de-Mar-e-Guerra LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE

Capitão-de-Mar-e-Guerra LUIZ OCTÁVIO BARROS COUTINHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSÉ NARCISO ACCIOLY CARNEIRO JÚNIOR

Capitão-de-Mar-e-Guerra SYLVIO PAUL FRÓES

Capitão-de-Mar-e-Guerra ELIAS NICOLAU BUHAMRA SIMÕES

Capitão-de-Mar-e-Guerra FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR

Capitão-de-Mar-e-Guerra ODILON LEITE DE ANDRADE NETO

Capitão-de-Mar-e-Guerra CARLOS EDUARDO MACHADO DOS SANTOS DANTAS

Capitão-de-Mar-e-Guerra VALTER CITAVICIUS FILHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra NELSON RICARDO CALMON BAHIA

Capitão-de-Mar-e-Guerra ALEXANDRE AUGUSTO AMARAL DIAS DA CRUZ

Capitão-de-Mar-e-Guerra JUAREZ DELGADO IMBUZEIRO

Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCELO PAMPLONA

Capitão-de-Mar-e-Guerra FRANCIS PEREIRA VALLE

Capitão-de-Mar-e-Guerra CAIO VICTORIANO RENAUD FILHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra SÉRGIO LUIZ CORREIA DE VASCONCELOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra NILSON NASCIMENTO DE CARVALHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra NORIAKI WADA

Capitão-de-Mar-e-Guerra RICARDO IBSEN PENNAFORTE DE CAMPOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) ROBERTO ROSSATTO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (CD) LUIS DE FREITAS BALDEZ

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) ANDRÉ LUIS FERREIRA MARQUES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) LUIZ CARLOS DELGADO

Capitão-de-Mar-e-Guerra CLÁUDIO VIOLA

Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSÉ CARLOS BATISTA FERREIRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra ROBERTO PACHECO LEANDRO

Capitão-de-Mar-e-Guerra ALAN GUIMARÃES AZEVEDO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (S) MARCOS DE OLIVEIRA RODRIGUES

Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCELLO MELO DA GAMA

Capitão-de-Mar-e-Guerra WAGNER DA COSTA FREITAS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) RENATO RANGEL FERREIRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) MARCELO RIBEIRO DE FIGUEIREDO

Capitão-de-Mar-e-Guerra RICARDO BARBOSA DE BARROS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) LUIS FERNANDO LOPES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) HELDER MOREIRA FILHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) MARCO ANTONIO GOMES DE FREITAS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) RICARDO KOJI YAMAMOTO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) ANTONIO BARRA TORRES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) SANDRA SILVA SANTANA

Capitão-de-Mar-e-Guerra HERMAN STROUB

Capitão-de-Mar-e-Guerra SERGIO FERNANDO DE AMARAL CHAVES JUNIOR

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) RICARDO HENRIQUE SANTOS DO PILAR

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) SILVIO ADERNE NETO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) LUIS HENRIQUE RIBEIRO CAMPOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) JOÃO EVANGELISTA CIDADE NETO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) JORGE AFFONSO DUTRA SOUTO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) JOÃO WANDER NASCIMENTO DE ANNUNCIAÇÃO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) ANA MARIA VAZ DE ARAÚJO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) RITA DE CASSIA DA ROCHA PEDRO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) LUIZA MARIA FERREIRA DE SOUZA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) JOSE MARIA ROCHA DE ALMEIDA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) ROGÉRIO FELIPE LINS BARBOSA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) WALDEMIR RAMOS LIMA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (T) EDUARDO FERREIRA VIDINHA

II - no Quadro Suplementar:

a) **no grau de Comendador:**

Contra-Almirante (Refº-Md) CELSO FERREIRA RAMOS

b) **no grau de Cavaleiro:**

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-EN) PAULO AFONSO BARBOSA DA SILVA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) PAULO DE ALMEIDA PADILHA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-IM) MARCO ANTONIO CALIXTO PADUA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) HENRIQUE BOSCO REIS IMBASSAHY

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-IM) ALFREDO DOMINGOS FARIA DA COSTA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-EN) JAIR AVENA BARBOSA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-EN) ADOLFO DE AGUIAR BRAID

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) RICARDO OLIVIERI CAVALCANTE

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) CARLOS ALBERTO SOARES TELES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-T) REGINA LÚCIA PEREIRA FLORES FONTES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-T) MARCIA DA GLORIA STEIN TELEMBERG

Capitão-de-Fragata (RM1-T) SIDNEY IGLESIAS BITTENCOURT

Suboficial (OR) 78.1104.32 GERALDO NEVES DE SOUZA

Suboficial (FN-IF) 80.0681.62 FRANCISCO CARLOS DOMINGUES

Suboficial (FN-ES) 75.0628.61 SAMUEL SOARES PESSOA FILHO

Suboficial (FN-IF) 81.1204.60 RENOVALDO CAVALCANTE DIAS

Suboficial (PD) 81.9236.43 MARILENA ALMEIDA DA ROCHA LYRIO

Suboficial (MO) 82.5785.75 CICERO JOSÉ DOS SANTOS

Suboficial (FN-IF) 82.0103.67 EDSON FERNANDO DE JESUS

Suboficial (FN-IF) 81.1202.65 NILTON SANTOS DE SOUZA

Suboficial (FN-MO) 81.0450.69 DOGIVAL PALMEIRA DE VASCONCELOS

Suboficial (OR) 82.1674.01 ÍTALO DE OLIVEIRA AGUIAR

Suboficial (FN-AV-SV) 85.0101.71 LUIZ ANTONIO DA SILVA

Suboficial (FN-IF) 80.0115.60 CARLOS MATTOS DE OLIVEIRA

Suboficial (FN-IF) 80.0669.68 EURIDES MACHADO DA SILVA FILHO

Suboficial (AE) 82.9113.47 ROSANGELA SILVA DOS SANTOS

Suboficial (AM) 80.1619.36 LUIS HENRIQUE DE JESUS

Suboficial (ET) 82.3081.79 ROBERTO ROSA DOS SANTOS

Suboficial (CN) 82.3328.35 JOELSON DIAS SILVA

Suboficial (AV-SV) 84.5207.36 JOSÉ DE ARIMATÉIA GONZAGA DE ALMEIDA

Suboficial (ET) 82.1145.36 JOSÉ LUIZ DA SILVA SOUZA

Suboficial (MA-SB) 83.3113.35 JOÃO LUIS NEVES SILVA

Suboficial (PD) 86.2416.48 MÁRCIA CRISTINA MIRANDA DA SILVA

Suboficial (PD) 86.2416.99 CÁSSIA ELIANE ALMEIDA DE AZEVEDO

Suboficial (AV-SV) 85.1939.68 SIDNEI ANTÔNIO GALÓIS

Suboficial (AR) 80.4217.76 PALOBALDO CALANDRINE DE AZEVÊDO JÚNIOR

Suboficial (MO) 82.9127.00 JOSÉ MARQUES VIEIRA DUTRA

Suboficial (MO) 83.1248.37 SERGIO NUNES CORREA

Suboficial (AM) 84.5252.31 REGINALDO DA SILVA CÁCERES

Suboficial (AR) 78.3019.71 FRANCISCO JOSILEUDO ROCHA

Suboficial (FN-IF) 85.0739.97 ELIAS DE ALMEIDA BARCELLOS

Suboficial (FN-IF) 85.0746.08 SIDNEY DOS SANTOS ARRUDA

Suboficial (FN-MO) 85.0740.98 MARCELO SANTOS EVANGELISTA

Suboficial (FN-EG) 85.2427.13 JEFFERSON ELIAS COSTA PEREIRA

Suboficial (FN-IF) 83.0163.68 GILVAN SANTOS DA SILVA

Suboficial (MO) 84.3395.35 JOSINALDO GOMES DE FREITAS

Suboficial (FN-IF) 85.9147.46 WILLIAM DE OLIVEIRA ASSIS

Suboficial (FN-IF) 85.9141.93 VALMIR FARIAS DE ALMEIDA

Suboficial (MC) 82.3360.32 ALDENOR ROCHA DE SOUZA

Suboficial (MG-MEC) 84.3154.31 NOEL CARLOS DA SILVA BARBOSA

Suboficial (OR) 85.2060.08 DANIEL MARCOS PEREIRA

Suboficial (MO) 83.3219.34 ALEXANDRE GOMES DE SOUZA

Suboficial (EL) 81.4184.77 RODNEY HERTZ CARDOSO DE FRANÇA E SILVA

Suboficial (AV-VN) 85.7285.27 EDVAR DAUDT

Suboficial (OS) 85.3313.25 JOSÉ ROBERTO ESPINDOLA CORRÊA

Suboficial (DT) 85.3437.31 FRANCISCO LAVOSIER RABÊLO

Suboficial (OS) 85.2061.64 ROBERTO LOPES DE AZEVEDO

Suboficial (EP) 85.1906.32 IVAN DELSON VITAL DA SILVA

Suboficial (SI) 84.5265.30 ATAIDE RAMOS DA SILVA

Suboficial (SI) 85.3438.97 JOACÉLIO ALVES DE FREITAS

Suboficial (MR) 84.5381.71 ALTAIR JOSÉ RIBEIRO

Suboficial (EL) 82.4404.76 FRANCISCO RODRIGUES DE MELO SOBRINHO

Suboficial (AR) 85.3296.14 ANTONIO CESAR VIEIRA

Suboficial (FN-IF) 86.0327.80 ADILSON DA SILVA

Suboficial (FN-AT) 86.2503.61 MARCELO LUIZ CÉSAR DEL GUERSO

Suboficial (FN-AV-SV) 85.7755.92 CLÉLIO SIQUEIRA

Suboficial (FN-IF) 82.0612.62 VITOR HUGO DE SOUSA RODRIGUES

Suboficial (ES) 85.7289.77 MARCO ANDRÉ DE FARIAS

Suboficial (ES) 85.3481.63 ADILSON DA SILVA OLIVEIRA

Suboficial (MO) 85.7308.82 BENEDITO FERNANDES DUARTE NETO

Suboficial (ET) 83.1077.97 CLÁUDIO DE OLIVEIRA SILVA

Suboficial (MO) 85.2062.37 CEZAR AUGUSTO CHAGAS DE MIRANDA

Suboficial (EL) 83.3624.36 SAULO DE TARSO DUARTE

Suboficial (CA) 83.1034.31 ROBERTO RIBEIRO RAMOS SOARES

Suboficial (MO) 83.3619.79 JOSÉ COSME FRANCO FERREIRA

Suboficial (OR) 85.8766.31 LUCAS MAURICIO ALVES

Suboficial (EL) 85.7319.51 EDER LOPES DA SILVA

Suboficial (MA) 84.3867.97 FRANCISCO CÍCERO DA SILVA

Suboficial (PL) 86.0849.92 MANOEL DE OLIVEIRA REIS FILHO

Suboficial (ES) 85.7382.55 MAURO CESAR ALVES DOS SANTOS

Suboficial (EP) 83.1542.05 AFONSO LOPES RODRIGUES FILHO

Suboficial (FN-IF) 82.1089.60 RINALDO DA SILVA ROSAS

Suboficial (FN-IF) 85.2387.59 ANTONIO CARLOS DA CUNHA CARDOSO

Suboficial (FN-IF) 85.7914.31 MISAEL DA CUNHA FONSECA

Suboficial (FN-IF) 85.7918.90 LUIS CARLOS ALVES DE SOUZA

Suboficial (FN-IF) 85.7889.53 GILSON TACEO MORRONE

Suboficial (SI) 85.3395.04 ANTONIO RICARDO SILVA DE SOUZA

Suboficial (AR) 85.7382.71 OTTO DE OLIVEIRA SILVA

Suboficial (CO) 85.8894.58 JOEL RODRIGUES BORGES

Suboficial (MR) 85.7279.11 MARCUS ALEXANDRE DO NASCIMENTO

Suboficial (FN-IF) 85.9114.37 FRANCISCO GLEISON FERREIRA DOS SANTOS

Suboficial (AD) 86.6534.15 MÁRCIA CRISTINA CARDOSO FONSECA

Suboficial (RM1-MR) 83.9912.98 RODOLFO PAES DE ALMEIDA

Primeiro-Sargento (FN-EF) 79.0302.62 GERSON MARQUES DA SILVA

Primeiro-Sargento (MA-SB) 81.5292.36 JOAQUIM HENRIQUE CASTRO DA SILVA

Primeiro-Sargento (FN-AT) 05.8132.55 JONAS SANTOS COSTA

Primeiro-Sargento (FN-EG) 86.0186.12 FRANCISCO ELIDENILSON DE SOUSA

Primeiro-Sargento (AR) 84.4021.05 WILSON PIMENTEL SOARES

Primeiro-Sargento (MR) 85.7277.84 JANIO SOUSA MAGALHÃES

Primeiro-Sargento (MR) 85.9743.15 MARCOS COSTA CALDAS

Primeiro-Sargento (AR-SB) 85.0464.00 ALBERTO PEREIRA ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Primeiro-Sargento (PL) 83.8644.74 REGINALDO RAMOS DE LIMA FILHO

Primeiro-Sargento (ES) 86.2753.30 LUÍS FLÁVIO COELHO SILVA

Primeiro-Sargento (ES) 86.2777.40 ANTÔNIO EDUARDO DE OLIVEIRA FERRÃO PAIS

Primeiro-Sargento (MR) 85.1961.93 ANDRÉ DA SILVA BARRETO

Primeiro-Sargento (OR) 85.8727.84 NEY EDSON SAKAMOTO FIGUEIREDO

Primeiro-Sargento (MR) 81.3644.31 FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA

Primeiro-Sargento (CN) 85.0520.19 ADAILTON FERREIRA DA CUNHA

Primeiro-Sargento (MR) 85.0454.54 GLADSON RAMOS DE LIMA

Primeiro-Sargento (CL) 87.0334.02 DEISE SIMÕES DOS SANTOS

Primeiro-Sargento (ES) 86.7223.28 ROMILDO LUIS MARTINS SANTOS

Primeiro-Sargento (ES) 86.3933.32 LEANDRO ALVES NOVAES

Primeiro-Sargento (AR) 85.3086.41 MANOEL FERREIRA PINTO

Primeiro-Sargento (AR) 86.5966.32 RICARDO MANUEL AMANCIO

Primeiro-Sargento (DT) 81.1759.73 LUIZ CARLOS BARBOSA PIRES

Primeiro-Sargento (DT-SB) 82.3377.30 ADALBERTO CORREIA DO NASCIMENTO

Primeiro-Sargento (MA-SB) 84.2376.94 EDÉZIO DOS SANTOS

Primeiro-Sargento (MO) 86.2817.39 ANTONIO DOS SANTOS FILHO

Segundo-Sargento (FN-EG) 85.7751.51 MARCO ANTONIO MARANHÃO CANAVEZES

Segundo-Sargento (CO) 85.2106.25 SAMUEL FERREIRA

Segundo-Sargento (AR) 85.2326.51 CARLOS ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS

Segundo-Sargento (CO) 85.7428.21 JOSIEL DA SILVA BATISTA

Segundo-Sargento (MR) 85.3086.17 MARCOS JOSÉ CORREIA

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

P R O M O V E R

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as seguintes personalidades civis:

a) **ao grau de Grã-Cruz:**

Vice-Presidente da República MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

Presidente do Supremo Tribunal Federal ANTONIO CEZAR PELUSO

Ministro de Estado das Relações Exteriores ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

b) **ao grau de Grande Oficial:**

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República GILBERTO CARVALHO

Governador do Estado de Minas Gerais ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Secretário-Geral das Relações Exteriores RUY NUNES PINTO NOGUEIRA

Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda BRIAN MICHAEL FRASER NEELE

Embaixador RUY DE LIMA CASAES E SILVA

Embaixador do Brasil em Beirute PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA

Ministro do Superior Tribunal de Justiça BENEDITO GONÇALVES

Ministro do Superior Tribunal Militar ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA

Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações CEZAR SANTOS ALVAREZ

Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa ARI MATOS CARDOSO

Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa MURILO MARQUES BARBOZA

Subprocurador-Geral do Ministério Público Militar ALEXANDRE CARLOS UMBERTO CONCESI
PEDRO ANTÔNIO XAVIER ZALUSKI

c) **ao grau de Comendador:**

Ministro de 2ª Classe NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa ANTÔNIO THOMAZ LESSA GARCIA JÚNIOR

Consultor Jurídico do Ministério da Defesa VILSON MARCELO MALCHOW VEDANA

EXPEDITO EDILSON MOTA BORGES
CLAUDELINO MONTEIRO DA SILVA MIRANDA

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

A D M I T I R

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as seguintes personalidades civis:

I - **no grau de Grã-Cruz:**

Presidente da Câmara dos Deputados MARCO AURÉLIO SPALL MAIA

II - **no grau de Grande Oficial:**

Ministro de Estado da Justiça JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão MIRIAM APARECIDA BELCHIOR

Ministro de Estado da Integração Nacional FERNANDO BEZERRA DE SOUSA COELHO

Ministro de Estado das Cidades MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE

Presidente do Banco Central do Brasil ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República HELENA CHAGAS

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República IRINY NICOLAU CORRES LOPES

Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura IDELI SALVATTI GARCIA

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República MARIA DO ROSÁRIO NUNES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO

Governadora do Estado do Rio Grande do Norte ROSALBA CIARLINI ROSADO

Governador do Estado do Amazonas OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ

Governador do Estado do Amapá CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE

Senador da República FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO

Senador da República ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO

Senador da República VITAL DO RÊGO FILHO

Senador da República GARIBALDI ALVES

Senadora da República GLEISI HELENA HOFFMANN

Deputado Federal JOÃO LUIZ CORREIA ARGÔLO DOS SANTOS

Deputado Federal FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

Deputado Federal CÂNDIDO ELPÍDIO DE SOUZA VACCAREZZA

Deputado Federal LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

Deputado Federal ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR

Deputada Federal MARIA DO SOCORRO JÔ MORAES

Deputada Federal MANUELA PINTO VIEIRA D'ÁVILA

Deputada Federal MARINHA CÉLIA ROCHA RAUPP DE MATOS

Embaixador JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES

Embaixador LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA

Embaixador ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

Ministra de 1ª Classe MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS

Ministro de 1ª Classe DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Ministro de 1ª Classe CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA

Ministra de 1ª Classe MARIA DE LUJAN CAPUTO WINKLER

Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro LUIZ FERNANDO DE SOUZA

Vice-Governador do Estado do Acre CARLOS CESAR CORREIA DE MESSIAS

Subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República RICARDO PAES DE BARROS

III - **no grau de Comendador:**

Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil DOM MURILO SEBASTIÃO RAMOS KRIEGER

Arcebispo do Rio de Janeiro DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Secretário-Geral da Mesa da Presidência da Câmara dos Deputados SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal LEANDRO DAIELLO COIMBRA

Ministro de 2ª Classe PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA

Ministro de 2ª Classe AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR

Ministro de 2ª Classe ROBERTO COLIN

Ministra de 2ª Classe MÁRCIA LOUREIRO

Ministro de 2ª Classe PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA

Ministro de 2ª Classe RENATO MOSCA DE SOUZA

Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região VILSON DARÓS

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Subprocurador-Geral do Ministério Público Militar JORGE LUIZ DODARO

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Procurador Regional da República no Rio de Janeiro MÁRIO PIMENTEL ALBUQUERQUE

Consultor-Geral da União ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY

Chefe do Gabinete Pessoal da Presidenta da República GILES CARRICONDE AZEVEDO

Chefe de Gabinete do Vice-Presidente da República NARA DE DEUS VIEIRA

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Previdência Social LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia THALES DE QUEIROZ SAMPAIO

Presidente da Fundação Getúlio Vargas CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL

Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia MAURÍCIO TELES BARBOSA

Juiz Auditor da 8ª Circunscrição Judiciária Militar JOSÉ MAURÍCIO PINHEIRO DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete do Governador do Estado do Rio de Janeiro MARIA AUXILIADORA PEREIRA CARNEIRO DA SILVA

Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

Diretora da PETROBRAS MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

Diretor da PETROBRAS RENATO DE SOUZA DUQUE

VALDO ROGÉRIO LIMA DA SILVA

Prefeito de Iperó MARCO ANTONIO VIEIRA DE CAMPOS

Jornalista SÉRGIO GROISMAN

RAMIRO LOPES DE OLIVEIRA

IV - **no grau de Oficial:**

Superintendente Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro ANGELO FERNANDES GIOIA

Superintendente Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Norte MARCELO MOSELE

Superintendente da Agência Brasileira de Inteligência em Minas Gerais EDISON ALVAREZ

Superintendente de Planejamento e Pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO

FELIPE DARUICH NETO

Capitão-de-Longo-Curso PAULO CEZAR SOUZA DI RENNA

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul SANDRO DORIVAL MARQUES PIRES

JOSÉ SILVA DE SOUZA LEAL

OSWALDO BUARIM JUNIOR

GERALDO NOGUEIRA DA SILVA

ODILON LUGÃO MONTEIRO

Primeiro Secretário JOÃO PAULO SOARES ALSINA JUNIOR

Primeiro Secretário KAISER PIMENTEL DE ARAÚJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Juíza de Direito GLÓRIA HELOIZA LIMA SILVA MARTINS CASARIN

Procuradora da Justiça Militar CLAUDIA ROCHA LAMAS

Procuradora da Justiça ANNA MARIA CASCUDO BARRETO

Procuradora Regional da União da 1ª Região ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO

Procurador Regional da União da 4ª Região LUÍS ANTÔNIO ALCOBA DE FREITAS

Diretora do Departamento de Informações Jurídico-Estratégicos da Presidência da República SÁVIA MÁRIA LEITE RODRIGUES GONÇALVES

Advogado da União ANTONIO MANOEL BANDEIRA RIBEIRO CARDOSO

Procurador Federal ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA

Diretor-Geral do Superior Tribunal Militar MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA

Coordenador-Geral Jurídico da Procuradoria Regional da União da 1ª Região FLAVIANO ACÁCIO MELO FALCÃO

Assessor Jurídico no Superior Tribunal Militar NELSON LACAVA FILHO

Professor Universitário CLAUDIO MUELLER PRADO SAMPAIO

Professora Universitária CRISTINA ENGEL DE ALVAREZ

Professor Universitário DANILO MARCONDES DE SOUZA FILHO

Professor Universitário GUSTAVO ALBERTO TROMPOWSKY HECK

Professor Universitário IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA

Professor Universitário KLEBER FOSSATI FIGUEIREDO

Presidente da Sociedade Amigos da Marinha-Brasil VALTER OTÁVIO DA SILVA PORTO

Presidente da Sociedade Amigos da Marinha-Campinas CHRISTIANE CHUFFI

Vice-Presidente da Sociedade Amigos da Marinha-Ceará METON CESAR DE VASCONCELOS

Vice-Presidente da Sociedade Amigos da Marinha-Corumbá-Ladário WALDEMAR DIAS ROSA

HÉLIO COPELMAN

LUIZ ANDRÉ CAVALCANTI

Vereador do Município de Salvador THEÓFILO VIRGILIO DE SENNA

V - **no grau de Cavaleiro:**

Servidor Civil ANDRE LUIZ CORREA DE SÁ

Servidora Civil ANGELA FONSECA SOUZA ASSIS

Servidor Civil DOMINGOS FARIA COSTINHA

Servidor Civil EDSON GUEDES BEZERRA JUNIOR

Servidora Civil JOANA DARC COSTA BATALHA

Servidor Civil JORGE LUIZ MARTINS

Servidora Civil MARCIA ALVES DE OLIVEIRA MARQUES

Servidora Civil MARCIA PRESTES TAFT

Servidora Civil MYRIAM REGINA DE SOUZA LEAL

Servidora Civil ROSANA BANHOS SANCHES

Servidora Civil ROSE LUCIE LOPES DE LIMA

Jornalista MARLENE ANNA GALEAZZI

ADELAIDE DE MAGALHÃES LINS

BENEDITO SOUZA GOMES

CARLA SIQUEIRA LIMA DE ALCÂNTARA

CARLOS CABRAL REBELO

CLARICE DIAS DE OLIVEIRA FÉLIX

CONSUELO VIEIRA NASCIMENTO MIGUEIS

EUGÊNIO CARLOS PIEROTTI

JAIRO MARCONDES DE SOUZA

JANDYRA JUSTA CONCEIÇÃO SILVA RODRIGUES SANTOS

JORGE LUIZ DE MELLO

LUIZ FERNANDO VILLAS BÔAS

MARIA DEL CARMEN GANZELEVITCH GRAMACHO

MARIA ELISA MACIEL DE OLIVEIRA ACKER

MIGUEL ALBERTO IGNATIOS

NÉLIO ROBERTO SEIDL MACHADO

Servidor Civil ALTAIR MARTINS

Servidor Civil CELSO DE OLIVEIRA BATISTA

Servidor Civil RENATO ALBERTO DOS SANTOS

Servidor Civil SÉRGIO FERNANDES AMADEI JUNIOR

Servidor Civil NILO SERGIO LANCETTA

Servidor Civil WILTON PINHEIRO

CARLOS JOAQUIM GUEDES REZENDE

Servidora Civil DINA MARY CAMPOS ELOI VIEIRA

Servidora Civil LIZETE GONÇALVES DE ARAUJO

Servidora Civil ROSEMÉRI RODRIGUES LIMA CARDOSO

Servidora Civil NEUSA MARIA TONINI SALOMÃO

Servidora Civil ZÉLIA MARIA RIBEIRO PINHEIRO-OGRAM

Servidor Civil EDSON SANTOS

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

P R O M O V E R

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval:

I - os seguintes militares do Exército:

ao grau de Grande Oficial:

General-de-Exército ODILSON SAMPAIO BENZI

General-de-Exército ADHEMAR DA COSTA MACHADO FILHO

II - os seguintes militares da Força Aérea:

ao grau de Grande Oficial:

Tenente-Brigadeiro-do-Ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN

Tenente-Brigadeiro-do-Ar RICARDO MACHADO VIEIRA

Tenente-Brigadeiro-do-Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

ao grau de Comendador:

Brigadeiro-do-Ar JOSÉ GERALDO FERREIRA MALTA

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12, 14 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

P R O M O V E R

No Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares da Marinha:

a) **ao grau de Grã-Cruz:**

Almirante-de-Esquadra ARTHUR PIRES RAMOS

Almirante-de-Esquadra (FN) MARCO ANTONIO CORRÊA GUIMARÃES

Almirante-de-Esquadra EDUARDO MONTEIRO LOPES

b) **ao grau de Grande Oficial**:

Vice-Almirante BERNARDO JOSÉ PIERANTONI GAMBÔA

Vice-Almirante WALTER CARRARA LOUREIRO

Vice-Almirante LUIZ GUILHERME SÁ DE GUSMÃO

Vice-Almirante (Md) CELSO BARBOSA MONTENEGRO

c) **ao grau de Comendador:**

Contra-Almirante (Md) JOSÉ LUIZ DE MEDEIROS AMARANTE JUNIOR

Contra-Almirante (Md) SÉRGIO PEREIRA

Contra-Almirante EDUARDO ASSAD FONTENELLE

Contra-Almirante CELSO LUIZ NAZARETH

Contra-Almirante MARCIO FERREIRA DE MELLO

Contra-Almirante CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

d) **ao grau de Oficial:**

Contra-Almirante (Md) EDMAR DA CRUZ ARÊAS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) ANTONIO DA SILVA CASTRO SOBRINHO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) MARCUS SÁ DA CUNHA

Capitão-de-Mar-e-Guerra ALESSANDRO SÁ CAVALCANTE

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) ABEL CAMPOS DE OLIVEIRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra PAULO RUI DE MENEZES CAPETTI

Capitão-de-Mar-e-Guerra WALTER EDUARDO BOMBARDA

Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCELO SANTIAGO GARCIA

Capitão-de-Mar-e-Guerra ROBERTO KONCKE FIUZA DE OLIVEIRA

Capitão-de-Mar-e-Guerra GERSON LUIZ RODRIGUES SILVA

Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSE ROBERTO BUENO JUNIOR

Capitão-de-Mar-e-Guerra DENNIS TEIXEIRA DE JESUS

Capitão-de-Mar-e-Guerra PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR

Capitão-de-Mar-e-Guerra HEITOR BAYMA BRUCE

Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSE AIRTON SOMAVILLA BOMFIM

Capitão-de-Mar-e-Guerra PAULO SERGIO ROMANO PIEPER

Capitão-de-Mar-e-Guerra CLAUDIO DA COSTA LISBÔA

Capitão-de-Mar-e-Guerra RICARDO LUIZ DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) JOSE ROBERTO NUNES DA SILVA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) JOEL MALDONADO DA ROCHA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) JOSÉ JOAQUIM CARDOSO PINA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) DALVA MARIA CARVALHO MENDES

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) LIBERAL ENIO ZANELATTO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA BASTOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) JOAQUIM ELISIARIO DIAS NETO

Capitão-de-Mar-e-Guerra FUAD GATTI KOURI

Capitão-de-Mar-e-Guerra JEFFERSON GUSMÃO SCOFIELD

Capitão-de-Mar-e-Guerra JORGE ANTONIO VASCONCELLOS DOS SANTOS

Capitão-de-Mar-e-Guerra EDUARDO ALMEIDA SANTANA

Capitão-de-Mar-e-Guerra PAULO CESAR DEMBY CORRÊA

Capitão-de-Mar-e-Guerra PAULO SERGIO CAMILLO DE TOLEDO

Capitão-de-Mar-e-Guerra ALFREDO MARTINS MURADAS

Capitão-de-Mar-e-Guerra WLADMILSON BORGES DE AGUIAR

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, na qualidade de Grã-Mestra da Ordem do Mérito Naval, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 29 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, resolve

A D M I T I R

I - no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares do Exército:

a) **no grau de Grande Oficial**:

General-de-Exército SINCLAIR JAMES MAYER

b) **no grau de Comendador**:

General-de-Divisão MARCO AURÉLIO COSTA VIEIRA

General-de-Divisão MARCO ANTÔNIO DE FARIAS

General-de-Divisão FRANCISCO CARLOS MODESTO

General-de-Divisão (Med) FRANCISCO JOSÉ TRINDADE TÁVORA

General-de-Divisão EDUARDO SEGUNDO LIBERALI WIZNIEWSKY

General-de-Divisão OSWALDO DE JESUS FERREIRA

General-de-Divisão JULIO DE AMO JUNIOR

General-de-Divisão ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

General-de-Divisão ROBERTO FANTONI SAURIN

General-de-Divisão FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO

General-de-Divisão (Int) JOSÉ CARLOS NADER MOTTA

General-de-Brigada (Eng Mil) AMIR ELIAS ABDALLA KURBAN

General-de-Brigada (Int) JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO

General-de-Brigada MARIO ANTONIO RAMOS ANTUNES

General-de-Brigada ROBERTO SEVERO RAMOS

General-de-Brigada (Eng Mil) RODRIGO BALLOUSSIER RATTON

General-de-Brigada ÁLVARO GONÇALVES WANDERLEY

General-de-Brigada LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA

General-de-Brigada MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS

General-de-Brigada LUIZ CLÁUDIO CYRILLO

c) **no grau de Oficial:**

Coronel (Com) ALAIRTO ALMEIDA CALLAI

Coronel (Inf) HARLEY ALVES

Coronel (Inf) PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coronel (Eng) ORIENTE LEAL FILHO
Coronel (Com) FRANCISCO ANTONIO DO AMARAL BRATHWAITE
Coronel (Inf) VALDECIR DE CARLI
Coronel (Cav) NILTON JOSÉ BATISTA MORENO JÚNIOR
Coronel (R/1) RUY CÉSAR BRANDI DA SILVA

d) **no grau de Cavaleiro:**
Subtenente (Cav) ÉDISON PIECHA FELICIANI CHAVES
Subtenente (Art) SIRNEI HOCH
Subtenente (Art) RUBEM ANTONIO CAMARGO ROGGIA
Subtenente (Inf) MARIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO
Subtenente (Com) PAULO AFONSO CANABARRO

II - os seguintes militares da Força Aérea:

a) **no grau de Comendador**:
Brigadeiro-Engenheiro VENÂNCIO ALVARENGA GOMES
Brigadeiro-do-Ar CARLOS VUYK DE AQUINO
Brigadeiro-do-Ar JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
Brigadeiro-do-Ar JOSÉ AVELINO RAMOS
Brigadeiro-do-Ar ANTÔNIO CARLOS EGITO DO AMARAL
Brigadeiro-Médico JOSÉ MARIA LINS CALHEIROS
Brigadeiro-Intendente MANOEL JOSÉ MANHÃES FERREIRA
Brigadeiro-do-Ar PAULO JOÃO CURY
Brigadeiro-do-Ar JOSÉ EUCLIDES DA SILVA GONÇALVES
Brigadeiro-Intendente LUIZ TIRRE FREIRE
Brigadeiro-do-Ar ROVERSON WILLIAM MILKER FIGUEIREDO
Brigadeiro-Médico FLAVIO JOSÉ MORICI DE PAULA XAVIER
Brigadeiro-do-Ar LUIZ FERNANDO DE AGUIAR
Brigadeiro-do-Ar LUIZ CARLOS LEBEIS PIRES FILHO
Brigadeiro-do-Ar ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO CRUZ
Brigadeiro-do-Ar CESAR ESTEVAM BARBOSA
Brigadeiro-do-Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO

b) **no grau de Oficial:**
Coronel-Aviador FABIO AUGUSTUS SOUZA BARBOSA
Coronel-Aviador REYNALDO PEREIRA ALFARONE JUNIOR
Coronel-Aviador DÉCIO DIAS GOMES

c) **no grau de Cavaleiro:**
Suboficial (BSP) ITALO NUNES JUNIOR
Suboficial (SAD) MANOEL BARBOSA DE MELO

III - os seguintes militares da Polícia Militar, no grau de Oficial:
Coronel (PM-BA) EXPEDITO MANOEL BARBOSA DE SOUZA
Coronel (PM-RJ) CARLOS EDUARDO MILAGRES PEREIRA
Coronel (PM-RN) FRANCISCO CANINDÉ DE ARAÚJO SILVA

IV - as seguintes personalidades estrangeiras:

a) **no grau de Grande Oficial:**
Ministro de Estado da Defesa Nacional do Uruguai LUIS ROSA-DILLA - Uruguai
Subsecretário da Marinha do México JORGE HUMBERTO PASTOR GÓMES - México
Almirante JORGE LUIS GROSS ALBORNOZ - Equador
Almirante JORGE DE LA PUENTE RIBEYRO - Peru
Almirante ALBERTO LAUREANO CARAMÉS SILVEIRA - Uruguai
Vice-Almirante FRANCISCO JAXIER GUZMÁN VIAL - Chile
Vice-Almirante BENITO ITALO ROTOLO - Argentina
JACQUES-EMMANUEL DE LAJUGIE - França

b) **no grau de Comendador:**
Contra-Almirante JEFFREY A. LEMMONS - EUA
Contra-Almirante VICTOR GARY GUILLORY - EUA
Contra-Almirante NAZIH BAROUDI - Líbano
Contra-Almirante JUAN CARLOS BENITEZ FROMHERZ - Paraguai
Contra-Almirante PABLO RICARDO LUIS OSÓRIO FLEITAS - Paraguai
Ministro de 2ª Classe OSVALDO MARSICO - Argentina

c) **no grau de Oficial:**
Capitão-de-Mar-e-Guerra VALENTÍN SANZ RODRIGUEZ - Argentina
Capitão-de-Mar-e-Guerra LUIS FELIPE GRACIA - Chile
Capitão-de-Mar-e-Guerra MARIO RENATO PROAÑO SILVA - Equador
Capitão-de-Mar-e-Guerra LUIS ALEJANDRO OJEDA PÉREZ - Venezuela
Capitão-de-Longo-Curso MANUEL NOGUEIRA ROMERO - Espanha
Senhor DUMISANI THEOPHILUS NTULI - África do Sul

V - Estandartes das seguintes instituições:
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA
BASE AÉREA NAVAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO

Brasília, 25 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 150, de 25 de maio de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado se transforma na Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011.

Nº 151, de 25 de maio de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011 (MP nº 513/10), que "Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e dos Transportes manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 8º

"Art. 8º A diretriz das rodovias BR-080 e BR-364, constantes do item 2.2.2 da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte descrição:

'2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal
.....

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
080	Brasília - Uruaçu - São Miguel do Araguaia - Entronc. c/ BR-158/242 (Ribeirão Cascalheira) - Entronc. c/ BR-158 (Canabrava do Norte) - São José do Xingu - Matupá - Guarantã do Norte - Novo Mundo - Carlinda - Alta Floresta - Nova Monte Verde - Cotriguaçu	DF-GO-MT	1.735	251 153 158 242 163	45 12 236 155 27
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Fátima de São Lourenço - Mimoso - Cuiabá - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Japiim - Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.230	070 153 163 174 262 267	92 26 138 140 8 44

.....'

Parágrafo único. O traçado definitivo e demais características das rodovias de que trata este artigo serão definidos pelo órgão competente."

Números de Ordem de 219 a 224, do item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, acrescidos pelo art. 9º do projeto de lei de conversão:

"

Nº de Ordem	Denominação	UF	Localização
.....	.....	.....	.....
219	Barra do Garças	MT	Rio Araguaia
220	Araguaiana	MT	Rio Araguaia
221	Cocalinho	MT	Rio Araguaia
222	Luciara	MT	Rio Araguaia
223	São Félix do Araguaia	MT	Rio Araguaia
224	Santa Terezinha	MT	Rio Araguaia

"

Razão dos vetos

"Sem adentrar no mérito da proposta, a modificação do Plano Nacional de Viação deve ser precedida de estudos técnicos que considerem, na íntegra, os objetivos e a revisão do Sistema Nacional de Viação."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 152, de 25 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, assinado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011.

Nº 153, de 25 de maio de 2011. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.418, de 28 de setembro de 1999.

Nº 154, de 25 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

Nº 155, de 25 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

Nº 156, de 25 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Bamaco, em 22 de outubro de 2009.

Nº 157, de 25 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da Repúblic a Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 116, de 30 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 26 - procedente de Aguadilla, Porto Rico, pouso em Brasília e no Rio de Janeiro; e

dia 27 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Goldsboro, EUA;

2) **República Tcheca:**

- aeronave tipo A 319-CJ, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Presidente da República Tcheca, com a seguinte programação, em 2011:

dia 30 de março - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, e destino a Buenos Aires, Argentina; e

dia 7 de abril - procedente de Santiago, Chile, e destino a Ilha do Sal.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 134, de 3 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos Mexicanos:**

- aeronave tipo C-295, pertencente à Armada daquele País, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 13 - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, pouso em Fortaleza;

dia 14 - decolagem de Fortaleza, pouso em Manaus; e

dia 15 - decolagem de Manaus e destino à Cidade do Panamá, Panamá;

2) **República do Chile:**

- aeronave tipo C-295, pertencente à Marinha daquele País, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 16 - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, pouso em Natal;

dia 18 - decolagem de Natal, pouso no Rio de Janeiro;

dia 19 - decolagem do Rio de Janeiro, pouso em Campo Grande; e

dia 20 - decolagem de Campo Grande e destino a Iquique, Chile.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 135, de 3 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Dominicana:**

- aeronave tipo B 737-400, pertencente à empresa Transjet1-LLC, em missão de transporte do Exmo. Sr. Presidente da República Dominicana e comitiva, com a seguinte programação, no ano de 2011:

dia 28 de abril - procedente da cidade de Guatemala, Guatemala, pouso em Boa Vista e destino ao Rio de Janeiro; e

dia 1º de maio - decolagem do Rio de Janeiro, pouso em Belém e destino a Santo Domingo, República Dominicana;

2) **República Federal da Alemanha:**

- aeronave tipo A-310, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do seu Presidente da República, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 4 - procedente de San José, Costa Rica, pouso em Brasília;

dia 5 - decolagem de Brasília, pouso em São Paulo; e

dia 7 - decolagem de São Paulo, pouso no Rio de Janeiro e destino a Las Palmas, Ilhas Canárias.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 140, de 9 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronave estrangeira, pertencente ao País abaixo relacionado:

Reino Unido:

- aeronave tipo Hércules C-130, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de traslado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 8 - procedente de Ascension, Inglaterra, pouso no Rio de Janeiro;

dia 9 - decolagem do Rio de Janeiro, pouso em Porto Alegre e destino às Ilhas Malvinas, Argentina;

dia 10 - procedente de Montevidéu, Uruguai, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 12 - decolagem do Rio de Janeiro e destino Ascension.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 141, de 9 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Francesa:**

- aeronave tipo C-160, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de material bélico e carga perigosa, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 3 - procedente de Dakar, Senegal, pouso em Fortaleza; e

dia 5 - decolagem de Fortaleza e destino a Caiena, Guiana Francesa;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de translado de aeronave, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 4 - decolagem de Brasília, pouso em Caldas Novas, Uberlândia e retorno a Brasília;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 7 - procedente de Camp Springs, EUA, pouso em Manaus;

dia 9 - decolagem de Manaus, pouso em Brasília;

dia 10 - decolagem de Brasília, pouso no Rio de Janeiro;

dia 12 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Santiago, Chile; e

dia 15 - procedente de Santiago e destino a Piarco, Trinidad e Tobago.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 142, de 9 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronave estrangeira, pertencente ao País abaixo relacionado:

República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo Boeing 737-200, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana, em missão de transporte do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 9 - procedente de Maiquetia, Venezuela, pouso em Manaus e Brasília, retorno a Manaus e decolagem com destino a Salinas, Equador.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

Nº 145, de 13 de maio de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República do Equador:**

- aeronave tipo LEGACY 600, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Presidente da República do Equador e comitiva, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 14 - procedente de Quito, Equador, e destino a Assunção, Paraguai; e

dia 15 - procedente de Assunção, e destino a Quito, Equador;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-37, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte da sua Subsecretária de Defesa, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 16 - procedente de Washington, EUA, pouso em Brasília; e

dia 17 - decolagem de Brasília e destino a Bogotá, Colômbia;

3) **Reino da Suécia:**

- aeronave tipo Gulfstream IV, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Primeiro Ministro do Reino da Suécia, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 16 - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, pouso em Brasília;

dia 17 - decolagem de Brasília, pouso em São Paulo;

dia 18 - decolagem de São Paulo e destino a Santiago, Chile; e

dia 20 - procedente de Santiago, pouso em Natal e destino a Gran Canárias, Ilhas Canárias.

Homologo. Em 25 de maio de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 25 de maio de 2011

Entidade: AR PÓLO PARTICIPAÇÕES
CNPJ: 07.769.010/0001-35
Processo Nº: 00100.000143/2011-54

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 35 à 39), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR PÓLO PARTICIPAÇÕES, operacionalmente vinculada à AC SERASA JUS, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.4, de 12 de agosto de 2010. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR FECOMÉRCIO RN
CNPJ: 08.417.107/0001-41
Processo Nº: 00100.000144/2011-07

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 40 à 44), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR FECOMÉRCIO RN, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.4, de 12 de agosto de 2010. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 29, DE 23 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 15/2011, realizado no dia 16.05.2011 (Processo Licitatório nº 282/2011), referente a contratação de empresa para elaboração do plano de gerenciamento de risco e emergência das unidades portuárias de Belém, Miramar, Santarém e Vila do Conde, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado o melhor lance à empresa PAULO MANUEL DA SILVA - ENGENHARIA - CNPJ nº 06.122.262/0001-05, no valor global de R$-100.500,00 (cem mil e quinhentos reais); III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 24 DE MAIO DE 2011

Aprova a primeira fase do Plano de Investimentos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA) de 2011, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24-D, I, III e VI da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o art. 1º, I, III e VI, Anexo I do Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011 e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, além do contido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010; na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011; no Decreto-Lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, regulamentado pelo Decreto nº 73.070, de 1º de novembro de 1973; na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, e considerando a necessidade de alocar recursos do Orçamento de 2011 para as obras priorizadas, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo a esta Portaria Normativa, o Plano de Investimentos de 2011 do PROFAA, alocando recursos previstos no Programa 0631(Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária).

Art. 2º Os Termos de Convênio que irão detalhar os compromissos dos Estados, para repasse dos recursos, deverão ser assinados até 2 de dezembro de 2011.

§ 1º A celebração dos Termos de Convênio de que trata o *caput*, deverá obedecer ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010; na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011; no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; e na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Os Termos de Convênio de que trata o *caput* só poderão ser celebrados após o atendimento das condições previstas no art. 2º da Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac e nos art. 24 e 25 da Portaria Interministerial nº 127 MPOG/MF/CGU, de 29 de maio de 2008, no que couber.

§ 3º As contrapartidas financeiras estaduais dos Convênios deverão observar os seguintes percentuais:

I - 15% (quinze por cento), no caso dos empreendimentos localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

II - 30% (trinta por cento), no caso dos demais.

§ 4º Os convênios terão como objeto os empreendimentos constantes dos Planos de Investimentos, na forma dos Projetos Básicos aprovados.

Art. 3º A parcela da União, relativa às dotações orçamentárias constantes da lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, tem como limite máximo o estipulado para as localidades contempladas na tabela em anexo, para o presente exercício, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os convênios de vigência plurianual terão os recursos priorizados nos Planos de Investimentos a serem aprovados nos exercícios financeiros subseqüentes e de acordo com o Plano de Trabalho respectivo.

Art. 4° Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

ANEXO

UF	Nome do Aeroporto	Localidade	Objeto	Ação	Parcela da União (R$)
AC	Aeroporto de Marechal Thaumaturgo	Marechal Thaumaturgo	Restauração da pista de pouso e decolagem com pavimento de concreto, regularização da terraplanagem na área de segurança.	0631.5154.0001	R$ 3.094.853,18
BA	Aeródromo de Barreiras	Barreiras	Reforma e ampliação do Aeroporto de Barreiras	0631.5154.0056	R$ 3.385.000,00
BA	Aeródromo de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Construção do Aeroporto de Vitória da Conquista	0631.12CE.0058	R$ 30.000.000,00
CE	Aeroporto Regional de Iguatu	Iguatu	Construção da edificação Secinc com área construída de 205,40m²	0631.5154.0001	R$ 433.330,00
ES	Aeroporto Antônio Eddson de Azevedo Lima	Linhares	Construção com ampliação da pista de pouso e decolagem para as dimensões de 1.860x45 m, código de pista 3C, com aumento do suporte do pavimento para 40/F/B/X/T em asfalto. Faixa de pista preparada de 1.920x150 m; Implantação da RESA nas cabeceiras 08 e 23 de 240x150m.	0631.5154.0001	R$ 9.194.578,13
GO	Aeródromo de Anápolis	Anápolis	Reforma e ampliação do Aeroporto de Anápolis.	0631.5154.0058	R$ 3.385.000,00
MA	Aeródromo de Bacabal	Bacabal	Recapeamento da pista de pouso e decolagem de 1600m x 30m com 5cm de CBUQ; recapeameto da pista de táxi de 150m x 18m com 5cm de CBUQ; recapeamento do pátio de aeronaves de 110m x 50m, com 5 cm de CBUQ; execução de cerca operacional padrão ICAO; pintura dos eixos e das faixas laterais das pistas de pouso, táxi e pátio, faixas de cabeceiras, numeração de pista e sinalização luminosa (balizamento noturno).	0631.5154.0001	R$ 4.063.464,36
MS	Aeroporto Estância de Santa Maria	Campo Grande	Reforma e ampliação da pista de pouso e decolagem (1.500m x 30m-cabeceira 24 recuada em 100m), das pistas de táxi (46m x 18m (2), 135m x 18 m, 1.500m x 18m), pátio de aeronaves (100m x 60m), cerca operacional padrão ICAO, cerca patrimonial padrão ICAO e seção contra-incêndio. Continuidade do Convênio nº 00001-MS/2009 (SICONV: 723640/2009).	0631.5154.0001	R$ 5.393.324,35
MS	Aeroporto Municipal de Dourados	Dourados	Revitalização com CBUQ da pista de pouso e decolagem	0631.5154.0001	R$ 5.448.025,23
PA	Aeroporto de Breves	Breves	Ampliação e melhoramentos da pista de pouso e decolagem: Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização diurna e serviços complementares.	0631.5154.0001	R$ 6.921.005,58
PE	Aeroporto Governador Carlos Wilson	Fernando de Noronha	Ampliação em 700m² do terminal de passageiros.	0631.5154.0001	R$ 5.057.500,00
RJ	Aeroporto Internacional de Cabo Frio	Cabo Frio	Construção de duas pistas de taxi com 3.457,02 m² cada; Ampliação do pátio leste em 54.638,49 m²; Sinalização horizontal (841,30m²), 14 painéis de sinalização vertical e sinalização luminosa.	0631.5154.0001	R$ 5.612.250,26
RO	Aeródromo de Ji-Paraná	Ji-Paraná	Reforma e ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná.	0631.5154.0064	R$ 6.300.000,00
RS	Aeródromo de Caxias do Sul	Caxias do Sul	Construção do Aeroporto da região da Serra Gaúcha - Caxias do Sul.	0631.7H36.0058	R$ 3.385.000,00
RS	Aeródromo de Vacaria	Vacaria	Continuidade da construção das obras de implantação da pista de pouso/decolagem, pista de táxi com 235 x 25m (3,5m x 235m de acostamento pavimentado) e pátio de aeronaves (130 x 97m), com serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização diurna, sinalização noturna (dutos), enleivamento, construção de Cerca de Proteção e mobilização da equipe de obra do novo Aeroporto de Vacaria. Nº do Convênio no SICONV: 717909/2009.	0631.12CE.0040	R$ 4.376.518,33
RS	Aeroporto Lauro Kurtz	Passo Fundo	Execução de RESA com 90x60m e pavimentação da cabeceira 8 e do *turnaround*; Execução de alargamento do taxiway, compreendendo terraplanagem e pavimentação, totalizando 25m de largura; Execução de cercamento da área patrimonial, com tela de arame galvanizado e moirão de concreto, h=2,00, padrão ICAO; Execução de sinalização horizontal na pista de pouso e decolagem e taxiway; Execução de balizamento noturno complementar, decorrente da alteração da cabeceira.	0631.5154.0001	R$ 1.610.367,58
RS	Aeroporto de Rio Grande	Rio Grande	Execução de Seção de Contra-incêndio (SCI), consistindo de edificação e infraestrutura de acesso.	0631.5154.0001	R$ 547.075,96
RS	Aeroporto de Santo Ângelo	Santo Ângelo	Restauração e reforço do pavimento asfáltico da pista de pouso e decolagens, da pista de táxi e do pátio de aeronaves para aeronave de projeto Boeing 737-300; Cercamento da área patrimonial, com cerca de arame galvanizado, moirões de concreto, h= 2,00m, padrão ICAO; Sinalização horizontal, com tinta reflexiva, da pista de pouso e decolagem, taxiway e pátio de aeronaves.	0631.5154.0001	R$ 4.096.460,16
Total					R$ 102.303.753,12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA
DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2011

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1026 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo Fly Ville (SJSH), em Governador Celso Ramos (SC);

Nº 1027 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Agroplan (SJXG), em Querência (MT); e

Nº 1028 - Inscrever o aeródromo Chácara Araguaia (SIYI), em Piçarra (PA).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2011.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 426, de 04 de março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1029 - Emitir para a empresa STILO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, o Certificado de Operador Aeroagrícola; e

Nº 130 - Emitir para a empresa PAMPEANA AERO AGRÍCOLA LTDA, o Certificado de Operador Aeroagrícola.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

JOÃO LUIS BARBOSA CARVALHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 28, DE 25 DE MAIO DE 2011

A Coordenadora do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456/97 e pelo Decreto n° 2.366/97, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas.

ESPECIE	CULTIVAR	Nº DO PEDIDO
Codiaeum variegatum (L.) Juss.	Canarinho	21806.000031/2010
Glycine max (L.) Merr.	CD 242RR	21806.000135/2009
Glycine max (L.) Merr.	TMG1181RR	21806.000175/2010
Glycine max (L.) Merr.	TMG1182RR	21806.000177/2010
Glycine max (L.) Merr.	TMG1187RR	21806.000179/2010
Phaseolus vulgaris L.	IAC Formoso	21806.000123/2010
Saccharum L.	CTC19	21806.000212/2009
Sorghum Moench	CMS S025	21806.000232/2010
Sorghum Moench	CMS S033	21806.000231/2010
Sorghum Moench	CMS S034	21806.000230/2010
Sorghum Moench	CMS S035	21806.000229/2010

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS

RESOLUÇÕES DE 24 DE MAIO DE 2011

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília/DF ocorrida em 09/05/2011, resolve:

I - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar a anormalidade das operações para fins de cobertura pelo PROAGRO.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CLEVELANDIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1099/2011 5809/2010 Elizabete Cecconi Dos Santos
Agência: PARAISO DO NORTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1100/2011 5415/2010 Luis Antonio Sanita

II - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar as coberturas já efetuadas pela administração do Programa.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: AGUAS DE CHAPECO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1101/2011 4637/2010 Hildor Schutz
Agência: ASSIS CHATEAUBRIAND UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1102/2011 5480/2010 João Valdevino Berteli
Agência: BOA ESPERANCA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1103/2011 5452/2010 Valdir Aparecido Biondo
Agência: CAIBI UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1104/2011 5934/2010 Aires Dall Agnol
Agência: CAMBE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1105/2011 6048/2010 Waldir Morandin
Agência: CAMPOS NOVOS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1106/2011 4442/2010 Geneci Aparecida Antunes
Agência: CANOINHAS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1107/2011 3341/2010 Neuci Terezinha Dolinski
Agência: CAPINZAL UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1108/2011 5262/2010 Izidio Andreis
Agência: CAPITAO LEONIDAS MARQUES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1109/2011 6059/2010 Odir Luiz Bernardi
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CASCAVEL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1110/2011 5984/2010 Guido Ferla
1111/2011 4829/2010 Jose Osmar Dos Santos Neckel
Agência: CEU AZUL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1112/2011 5283/2010 Paulo Tasca
Agência: CLEVELANDIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1113/2011 6046/2010 Altemir Brandão
Agência: CORBELIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1114/2011 5413/2010 Jose Moscarde
1115/2011 5446/2010 Marcos Alberto Uhdre
1116/2011 5832/2010 Udilo Mariano De Nardin
1117/2011 5831/2010 Udilo Mariano De Nardin
Agência: CORONEL VIVIDA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1118/2011 5807/2010 Gardino Luiz Giaretta
Agência: DOIS VIZINHOS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1119/2011 5992/2010 Vilmar Brunetto
Agência: GUAIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1120/2011 5986/2010 João Batista Santos Bernardino
Agência: ITUPORANGA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1121/2011 5998/2010 Jacson Fuck
Agência: IVAI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1122/2011 5955/2010 Miguel Salkovski
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: JAGUARUNA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1123/2011 5963/2010 Guilherme Toldo Porto
Agência: JURANDA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1124/2011 4649/2010 Dirceu Rodrigues Dos Santos
Agência: MAMBORE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1125/2011 5611/2010 Marcio Antonio Zanin
Agência: MARECHAL CANDIDO RONDON UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1126/2011 5239/2010 Alfredo Byk
1127/2011 5447/2010 Milton Hermann
Agência: MARINGA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1128/2011 5443/2010 Kaido Yamamoto
Agência: MEDIANEIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1129/2011 5580/2010 Ricardo Cesar Fellini
Agência: PALMA SOLA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1130/2011 5511/2010 Lucival Beutler
Agência: PALOTINA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1131/2011 5952/2010 Ivo Gris
Agência: QUILOMBO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1132/2011 4360/2010 Cladismar Demartini
1133/2011 5508/2010 Iraci Pedro Bertoldo
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: SANTO ANTONIO DO SUDOESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1134/2011 5579/2010 Juscelino Antonio Brandalize
Agência: SAO JOAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1135/2011 5336/2010 Roque Garmus
Agência: SAO LOURENCO DO OESTE UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1136/2011 5385/2010 Jairo Brando
Agência: SAO MIGUEL DO IGUACU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1137/2011 4692/2010 João Rodrigues Do Carmo
1138/2011 6045/2010 Silverio Jose Guerini
Agência: SAO PEDRO DO IGUAÇU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1139/2011 4446/2010 Anselmo Hilmo Scheeren
Agência: TERRA ROXA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1140/2011 5459/2010 Manoel Vitor Da Silva
1141/2011 4396/2010 Silvone Aparecido De Souza
Agência: UBIRATA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1142/2011 5282/2010 Odone Serrano
Agência: VERA CRUZ DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1143/2011 5483/2010 Valdecir Piati
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: ENTRE RIOS DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1144/2011 5317/2010 Valmir Garcia Da Rocha
Agência: MARECHAL CANDIDO RONDON UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1145/2011 4894/2010 Granid Lopes
1146/2011 5729/2010 João Oldacir Podkowa
1147/2011 5734/2010 Valmor Ademir Escher
Agência: MERCEDES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1148/2011 5469/2010 Aron Knaul
1149/2011 5492/2010 Moacir Hoffmann
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: QUATRO PONTES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1150/2011 5731/2010 Laurentino Lenz
1151/2011 5730/2010 Lauri Notter
Agência: SÃO JOSE DAS PALMEIRAS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1152/2011 5471/2010 Gervasio Nogueira Montoya
Banco: CCR CRESOL BASER - PR
Agência: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1153/2011 5052/2010 Maria Aparecida Pavan Da Silva
Banco: CCR TERCEIRO PLANALTO
Agência: PITANGA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1154/2011 4569/2010 Eziquiel Eurich

III - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar que as perdas se deveram a causas não amparadas pelo PROAGRO.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: TUPASSI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1155/2011 5529/2010 Marcus Vinicius Menegotto

IV - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar o uso de tecnologia inadequada na condução do empreendimento e o contido nos processos correspondentes.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: ANDIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1156/2011 5445/2010 Luiz Fernando Torejani
Agência: CATANDUVAS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1157/2011 5211/2010 Claudemir Antonio Wanz
Agência: QUEDAS DO IGUACU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1158/2011 5623/2010 Alceu Agostini
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: SAO JOAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1159/2011 5441/2010 Jaimir Gessi
Agência: TRÊS BARRAS DO PARANÁ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1160/2011 5826/2010 Valdecir Jose Scopel

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s),ao considerar que a comunicação do evento foi intempestiva, impossibilitando a avaliação segura das perdas.
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: LAPA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1161/2011 5983/2010 Celio Antonio Crevelin
VI - não dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar que os rendimentos auferidos foram suficientes para o pagamento das despesas realizadas, segundo normas do Programa.
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CAPINZAL UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1162/2011 4658/2010 Jose Ailton Soares Borges
1163/2011 4680/2010 Juraci Catarina Almeida
Agência: CASCAVEL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1164/2011 4802/2010 Oscar Maciel Da Conceição
Agência: CATANDUVAS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1165/2011 4613/2010 Leocir Prando
Agência: CHAPECO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1166/2011 4365/2010 Maximino Ermes Garbim
Agência: CLEVELANDIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1167/2011 5649/2010 Carlos Alberto Silvestre
Agência: CORONEL FREITAS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1168/2011 4444/2010 Flori Antonio Wojciechowski
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CORONEL VIVIDA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1169/2011 5448/2010 Nelson Dal Olmo De Campos
Agência: CURITIBANOS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1170/2011 4367/2010 Paulo Sergio Alves Gois
Agência: DESCANSO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1171/2011 4443/2010 Ivanei Brugnerotto
1172/2011 4641/2010 Nacor Marchesan
Agência: FRANCISCO BELTRAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1173/2011 5458/2010 Roberto Carlos Thome
Agência: IRINEOPOLIS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1174/2011 5935/2010 Felipe Schafaschek
Agência: IVAI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1175/2011 5717/2010 Mariano Sergio Felema
Agência: MEDIANEIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1176/2011 5574/2010 Dirceu Luiz Roglin
Agência: MONDAI UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1177/2011 4366/2010 Nestor Marino Decio Schmitt
Agência: PITANGA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1178/2011 5957/2010 Ricardo De Oliveira Portugal
1179/2011 5815/2010 Wilson Stipp
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: QUILOMBO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1180/2011 4368/2010 Rui Clodovico Sciega
Agência: RIQUEZA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1181/2011 4681/2010 Leandro Jose Alba
Agência: SAO JOAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1182/2011 5703/2010 Ivanir Paza
Agência: UBIRATA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1183/2011 5482/2010 Jose Aparecido Mosoli
Agência: VIDEIRA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1184/2011 4362/2010 João Adenilson Biasiolo
Banco: CCR COAMO LTDA
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1185/2011 5617/2010 Orlando Boffo
1186/2011 5622/2010 Wilfried Oldimar Weber
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: DOM JOÃO VI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1187/2011 5366/2010 Vilson Ailton Model
Banco: CCR NOSSA TERRA
Agência: JOTAESSE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1188/2011 4876/2010 Ines Lukacievicz Barbosa
VII - dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar a normalidade das operações para fins de cobertura pelo PROAGRO.
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: ALFREDO WAGNER UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1189/2011 3221/2010 Caim Schafer
Agência: ALVORADA DO SUL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1190/2011 5442/2010 Jose Edevaldo Vertuan
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: ANCHIETA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1191/2011 5212/2010 Genesio Izoton
Agência: ARARUNA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1192/2011 5990/2010 Siuvania Parise Gonçalves
Agência: ASSIS CHATEAUBRIAND UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1193/2011 5664/2010 Elias Vitorino Da Silva
1194/2011 5608/2010 Heraclito Tolentino De Araujo
Agência: BELA VISTA DO PARAISO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1195/2011 5610/2010 Otavio Tramontina
Agência: BOA ESPERANCA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1196/2011 5444/2010 Luiz Antonio Venturini
Agência: CONCORDIA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1197/2011 5509/2010 Lauro Ponath
1198/2011 5965/2010 Mario Rizzo
Agência: DESCANSO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1199/2011 5384/2010 Augusto Baldo
Agência: DIONISIO CERQUEIRA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1200/2011 4363/2010 Joel Galvão
1201/2011 4020/2010 Volmir Pagno
Agência: GUARACIABA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1202/2011 5506/2010 Antonio Deonisio Nievinski
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: IPORA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1203/2011 5719/2010 Valdeci Galvão
Agência: ITAIOPOLIS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1204/2011 5697/2010 Romeu Luiz Felczak
Agência: JANIOPOLIS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1205/2011 5461/2010 Jose Pascoal De Souza
Agência: JATAIZINHO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1206/2011 5457/2010 Carlos Keiji Hoshino
Agência: LAPA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1207/2011 6043/2010 Gilmarildo Stabach Maurer
Agência: LARANJEIRAS DO SUL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1208/2011 5526/2010 Luiz Antonio Bonfim De Paula
Agência: MANOEL RIBAS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1209/2011 5625/2010 Antonio Patricio Dos Santos
1210/2011 5673/2010 Celso Loch
Agência: MERCEDES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1211/2011 5523/2010 Ilse Ricken
Agência: MOREIRA SALES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1212/2011 5987/2010 Jose Robervan Magalhães
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: NOVA AURORA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1213/2011 5573/2010 Agostinho Toshio Kimura
Agência: PAICANDU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1214/2011 6000/2010 Gilberto Marques
Agência: PALOTINA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1215/2011 5656/2010 Vilson Roberto Berticelli
Agência: PEDRAS GRANDES UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1216/2011 5962/2010 Edimar Fragnani
Agência: PITANGA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1217/2011 2819/2010 Otilia Ferreira
Agência: RIQUEZA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1218/2011 4972/2010 Erineu Rutkoski
Agência: SAO CARLOS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1219/2011 5960/2010 Carlos Panho
Agência: SAO JOSE DO CEDRO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1220/2011 5564/2010 Darci Pedro Sewald
Agência: UBIRATA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1221/2011 6002/2010 Vitalino Caretta
Agência: URAI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1222/2011 5305/2010 Geraldo Alves De Gusmão
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: WENCESLAU BRAZ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1223/2011 6058/2010 Fernando Maichaki
1224/2011 6047/2010 Joji Matsubara
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: MARECHAL CANDIDO RONDON UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1225/2011 5491/2010 Gilberto Luis Jaskowiak
O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.
VIII - dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar que os rendimentos auferidos não foram suficientes para o pagamento das despesas realizadas.
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1226/2011 5313/2010 Julio Domukoski
Agência: CAPINZAL UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1227/2011 5133/2010 Ivaldino Nora
Agência: IVAI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1228/2011 4812/2010 David Pidleski
1229/2011 4727/2010 João Antonio Schornobai
Agência: MARMELEIRO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1230/2011 5612/2010 Valdir Viola
Agência: POUSO REDONDO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1231/2011 5997/2010 Alvin Ern
Agência: RIO BONITO DO IGUAÇU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1232/2011 5351/2010 Americo Borille
Agência: SAO LOURENCO DO OESTE UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1233/2011 5213/2010 Roseli Ceni Hentz
Banco: CCR CATARATAS DO IGUAÇU
Agência: ALVORADA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1234/2011 5927/2010 Salli Mertin Kaufert
Banco: CCR COAMO LTDA
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1235/2011 5618/2010 Pedro Scain
1236/2011 5619/2010 Rubin Schach
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: GUAIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1237/2011 5902/2010 João Dionisio Inacio
Agência: MARECHAL CANDIDO RONDON UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1238/2011 4861/2010 Genuino Paulo Rupolo
Banco: CCR NOSSA TERRA
Agência: CAFELANDIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1239/2011 5428/2010 Celso Deotti
Agência: JOTAESSE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1240/2011 4906/2010 Jose Ferracim
O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.
IX - dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), complementando cobertura(s) já indenizada(s) pelo(s) agente(s) do PROAGRO.
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: ANCHIETA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1241/2011 1837/2010 Luiz Murari
Agência: BELA VISTA DO PARAISO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1242/2011 5460/2010 Carlos Roberto Razeanotti
Agência: CALÇADÃO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1243/2011 5360/2010 Edison Mazei Ponti
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CAMBE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1244/2011 5675/2010 Devanir Peruzzi
Agência: CAMPO ERE UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1245/2011 5602/2010 Vicente Izair Dalcin Rigon
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1246/2011 4704/2010 Valtemir Julio Santiago
Agência: CAPANEMA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1247/2011 5701/2010 Eno Felicio Schwengber
Agência: CAPINZAL UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1248/2011 4677/2010 Celio Antonio Filipini
Agência: CHAPECO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1249/2011 5496/2010 Albino Coser
1250/2011 3956/2010 Graziela Mazzarollo
Agência: CIDADE VERDE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1251/2011 5626/2010 Sebastião Pitarelli
Agência: CORBELIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1252/2011 5676/2010 Edilberto Casagrande
Agência: CORONEL VIVIDA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1253/2011 5607/2010 Adroaldo Jose Weber
1254/2011 5648/2010 Arcebide Zelin
1255/2011 5593/2010 Armando Bonella
1256/2011 5806/2010 Aurélio Setembrino Franchin
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CORONEL VIVIDA UF: PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1257/2011 5652/2010 Leodimar Monaretto
1258/2011 5810/2010 Marcolino Rufatto
1259/2011 6060/2010 Rogerio Raspolt
1260/2011 5959/2010 Silvonei Giaretta
Agência: CURITIBANOS UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1261/2011 5614/2010 Celso Pegoraro
1262/2011 5613/2010 Celso Pegoraro
Agência: DIONISIO CERQUEIRA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1263/2011 5214/2010 Alcirio Kollemberg
Agência: DOIS VIZINHOS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1264/2011 5808/2010 João Dalpasquale Neto
Agência: JANIOPOLIS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1265/2011 5700/2010 Eides Guedes
Agência: MANOEL RIBAS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1266/2011 4772/2010 Jairo Ghizoni
Agência: MARILANDIA DO SUL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1267/2011 5581/2010 Terezinha Aparecida Domingos
Agência: MARMELEIRO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1268/2011 5312/2010 Miguel Ferreira
Agência: MEDIANEIRA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1269/2011 4784/2010 João Henrique Eisele
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: PATO BRANCO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1270/2011 6044/2010 Joel Justino Bortot
Agência: SANTA HELENA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1271/2011 5999/2010 Dorvalino Gallo
1272/2011 5353/2010 Jurandir Francisco Alba
Agência: SAO JOSE DO CEDRO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1273/2011 5695/2010 Neuri Balen
Agência: SAO MIGUEL DO IGUACU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1274/2011 4461/2010 Anselmo Menegasso
1275/2011 5715/2010 Etelvino Antonio Gonzatti
1276/2011 5702/2010 Fortunato Sachet Gonzatti
Agência: TERRA ROXA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1277/2011 6001/2010 Jose Maria Da Costa
Agência: TOLEDO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1278/2011 5951/2010 Dercilo Secchi
Agência: TRÊS BARRAS DO PARANÁ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1279/2011 5624/2010 Antonio Barea
Agência: UBIRATA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1280/2011 4695/2010 Leduino Bonadeo
Agência: WENCESLAU BRAZ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1281/2011 5954/2010 Jorge Takii
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: XAXIM UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1282/2011 5497/2010 Elinor Jose Lunardi
Banco: CCR COAMO LTDA
Agência: CAMPO MOURAO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1283/2011 5616/2010 Ademir Antonio Zottis
1284/2011 5620/2010 Roberto Erasmo Schach
Banco: CCR COSTA OESTE
Agência: BARÃO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1285/2011 5493/2010 Valentim Francisco Pires
Agência: DOM JOÃO VI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1286/2011 4883/2010 Enomar Strelow
1287/2011 4886/2010 Moacir Rupolo
Agência: ENTRE RIOS DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1288/2011 5470/2010 Edio Jose Dill
Agência: MARECHAL CANDIDO RONDON UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1289/2011 4890/2010 Armin Weirich
1290/2011 5726/2010 Atilio Radke
1291/2011 5727/2010 Decio Jose Schaefer
1292/2011 4868/2010 Edio Luiz Chapla
1293/2011 5490/2010 Evaristo Friedrich
1294/2011 4908/2010 Marcio João Kochepka
1295/2011 4870/2010 Valmor Ademir Escher
1296/2011 5552/2010 Valmor Ademir Escher
Agência: MERCEDES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1297/2011 4895/2010 Leonita Knaul
1298/2011 5418/2010 Nardi Schug
1299/2011 5365/2010 Odir Camilo Biscaro
1300/2011 5860/2010 Salesio Weber
Agência: PATO BRAGADO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1301/2011 5474/2010 Rodinei Laercio Mengarda
Agência: QUATRO PONTES UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1302/2011 4905/2010 Jaime Jair Biesdorf
Banco: CCR DO OESTE
Agência: CENTRO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1303/2011 4880/2010 Antonio Zepnicki
Agência: NOVO SARANDI UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1304/2011 5775/2010 Milton Dionisio Wendpap
Agência: SÃO PEDRO DO IGUAÇU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1305/2011 5843/2010 Claudio Haas
1306/2011 5845/2010 Valdir Ziesmann
Agência: TOLEDO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1307/2011 5363/2010 Amaro Dalposso
Banco: CCR NOSSA TERRA
Agência: CAFELANDIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1308/2011 5435/2010 Rivael Jose Dalmagro
Agência: CORBELIA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1309/2011 5429/2010 Elias Lozowei
1310/2011 5434/2010 Pedro Luzitani
Agência: FORMOSA DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1311/2011 5865/2010 Almir Domingos Cecato
1312/2011 5322/2010 Antonio Primo Coppo
1313/2011 5488/2010 Erenita Ferreira E Silva Peruchi
1314/2011 5323/2010 Fabio Junior Della Colleta
1315/2011 5489/2010 Manuel Antonio Guisalberti
1316/2011 5540/2010 Marcio Roberto Pereira
1317/2011 5432/2010 Mario Kiara
Agência: JESUITAS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1318/2011 5887/2010 Benedito Lazaro Penachio
Agência: JOTAESSE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1319/2011 5538/2010 Arlindo Alves De Carvalho
1320/2011 5367/2010 Clineu Luiz Mateuci
1321/2011 5539/2010 Leonardo Albino Dias
1322/2011 4912/2010 Valdencyr Ferreira Da Silva
Agência: NOVA AURORA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1323/2011 5864/2010 Adnir Zavatini
1324/2011 5368/2010 Alexandre Montoro Novo
Banco: CCR NOSSA TERRA
Agência: NOVA AURORA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1325/2011 5369/2010 Aparecido Espanhol
1326/2011 4902/2010 Armando Mansano Costa
1327/2011 5370/2010 Evaldo Schumann
1328/2011 5430/2010 Laurentino Roecker
1329/2011 5431/2010 Martinus Jose Roecker
1330/2011 5371/2010 Paschoal Ravazzoli
1331/2011 5433/2010 Paulino Steimbach
1332/2011 5872/2010 Paulinus Marcos Roecker
1333/2011 5436/2010 Romeu Gregorio Peternela
1334/2011 5875/2010 Valdomiro Mudolon
1335/2011 5372/2010 Valdomiro Mudolon
1336/2011 5373/2010 Waltencir Dal Molin
Agência: PALMITOPOLIS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1337/2011 5888/2010 Cleusa Moreschi Sassi
1338/2011 5324/2010 Jair Edivar Sassi
1339/2011 5318/2010 Marcos Vander Sassi
1340/2011 5757/2010 Osmar Genesio Manoel Sobrinho

O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

X - dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar que as perdas se deveram a causas amparadas pelo PROAGRO.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CORAL-LAGES UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1341/2011 3160/2010 Schirley Meurer

O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

XI - dar provimento ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s), ao considerar o uso de tecnologia adequada na condução.

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: ARARUNA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1342/2011 5576/2010 João Aparecido De Farias
Agência: CACADOR UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1343/2011 5824/2010 Antonio Susin
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: CAMPINA DA LAGOA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1344/2011 5714/2010 Alceu De Grandis
Agência: FAXINAL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1345/2011 5678/2010 Aparecido Alves De Oliveira
Agência: ITAPEJARA DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1346/2011 6024/2010 João Rozanski
Agência: ITUPORANGA UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1347/2011 5696/2010 Marcio Hamm
Agência: IVAIPORA UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1348/2011 5671/2010 Antenor Peron Filho
1349/2011 5956/2010 Neiva Silvana Tavares Silvestre
Agência: LARANJEIRAS DO SUL UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1350/2011 5641/2010 Gabriel Da Veiga Espindola
Agência: MANDAGUACU UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1351/2011 5155/2010 Santo Elvira Canteiro
Agência: MANOEL RIBAS UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1352/2011 5665/2010 Otaviano Ferreira Neto
Agência: TOLEDO UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1353/2011 5716/2010 Gervasio Niedermeyer
Banco: BANCO DO BRASIL S.A.
Agência: TRÊS BARRAS DO PARANÁ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1354/2011 5989/2010 Mario Bordignon
Agência: TUNEIRAS DO OESTE UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1355/2011 5651/2010 Elso Batista Ribeiro
Agência: WENCESLAU BRAZ UF: PR
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1356/2011 5653/2010 Noriaki Kurita
Banco: CCR CREDICARU
Agência: SÃO JOSÉ DO CERRITO UF: SC
Resolução Proc/MAPA/CER Mutuário
1357/2011 5068/2010 Ezequiel Petry

O valor da respectiva indenização será calculado pela administração do programa.

Estas Resolução(ões) entrará(ão) em vigor na data de sua(s) publicação(ões) no Diário Oficial da União.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA
Presidente da Comissão
em Exercício

1ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2011

Ao nono dia do mês de maio do ano de dois mil e onze, às nove horas, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO, no Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sala 639, em Brasília - Distrito Federal, reuniu-se a 1ª Turma de Julgamento Regional - 1ª TJR para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua 3ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, José Wilman da Silva, Presidente da 1ª TJR - CER/PROAGRO. Presentes os representantes legais das Instituições que compõem o Colegiado como segue: Roberto Campos e Adelma Alves de Oliveira, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Francisco Erismá Albuquerque e Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho, do Ministério da Fazenda - MF; Wanderson Henrique do Couto e Maurílio Canut, do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA; José Luís da Conceição Silva, do Banco Central do Brasil - BACEN; Acácio Nery, do Banco do Brasil - BB; Elder Linton de Araújo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP,. Participaram também desta reunião como convidados os Senhores: Marco Aurélio Freire Dias, funcionário do BACEN, Rodrigo Marques de Mello e Raissa de Almeida Papa, funcionários do MAPA. Ausentes os representantes das demais Instituições que também compõem legalmente este Colegiado: Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Foram submetidos a julgamento 259 (duzentos cinquenta e nove) recursos administrativos dirigidos à CER, por mutuários das Instituições Financeiras: 177 (cento setenta e sete) do Banco do Brasil, 74 (setenta e quatro) do SICREDI, 06 (seis) da CREDICOAMO, 1 (um) da CRESOL e 1 (um) do SICOOB; autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, datados de 05 de abril de 2011; dos quais 169 (cento sessenta e nove) tiveram seus recursos acolhidos, 90 (noventa) negados. Os processos julgados são: 04 (quatro) da safra 2004/2005, 01 (um) da safra 2005/2005, 05 (cinco) da safra 2007/2008, 4 (quatro) da safra 2008/2008, 151 (cento cinqüenta e um) da safra 2008/2009, 61 (sessenta e um) da safra 2009/2009 e 33 (trinta e três) da safra 2009/2010; sendo 166 (cento sessenta e seis) enquadrados no PROAGRO TRADICIONAL e 93 (noventa e três) enquadrados no PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram-se na forma de praxe, sempre de nove às doze horas, durante os dias 09, 17 e 20.05.2011, quando foram encerrados às dez horas, do que para constar, eu, Maria Inês de Souza, como secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Brasília, 20 de maio de 2011.
MARIA INÊS DE SOUZA
Secretária

JOSÉ WILMAN DA SILVA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011052600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 349, DE 25 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.000467/2011-27, de 28 de fevereiro de 2011, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Positivo Informática S. A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 81.243.735/0001-48, ao Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE, regulamentado pelo Decreto nº 7.243, de 26 de julho de 2010, para a fabricação e comercialização, no País, do seguinte bem, destinado ao Programa Um Computador por Aluno - PROUCA, com os benefícios fiscais de que trata o referido Decreto: Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 Kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 140 cm² e inferior a 560 cm².

Art. 2º As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços com os benefícios previstos no art. 5º e de venda no mercado interno dos produtos com os benefícios previstos no art. 7º deverão observar o disposto nos arts. 9º e 10, todos do Decreto nº 7.243, de 2010.

Art. 3º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 13 do Decreto nº 7.243, de 2010, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.911/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte pleito:

Processo nº: 01200.000171/99-59

Requerente: Ajinomoto Interamericana Indústria e Comércio Ltda.

CQB: 104/99

Próton: 3569/11

Assunto: Solicita à CTNBio Parecer sobre a Alteração da Comissão Interna de Biossegurança

Extrato Prévio: 2719/11 publicado em 28/03/11

Decisão: Deferido

O Presidente da CIBio da instituição, Dr. Carlos Tetsuya Takata, solicitou à CTNBio parecer referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio com a inclusão de Fabiano Ribeiro de Melo, Igor Kuleviski Amaral, Juliano de Barros Arias e Cesar Augusto Roncaglia dos Santos e saída de Yoshiaki Kikuchi, Alexandre Teixeira de Castro e Roberto Carlos de Souza. O documento com essas alterações foi devidamente encaminhado assinado pelos Diretores.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio, após análise curricular, concluiu que a presente Comissão está apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão e atende às normas da CTN-Bio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.912/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte pleito:

Processo nº: 01200.000396/2009-48

Requerente: Fort Dodge Saúde Animal

CQB: 244/08

Próton: 4537/11

Assunto: Solicita à CTNBio Parecer sobre a Alteração da Comissão Interna de Biossegurança

Extrato Prévio: 2720/11 publicado em 28/03/11

Decisão: Deferido

O Responsável Legal da instituição, Dr. Edmundo Nardini Sbardellini, solicitou à CTNBio parecer referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio: Matusalém Pereira Santos (Presidente), Cássio Murin, Maria Silvia Barrantes, Mariana Rovegno, Sônia Furlanetto, Renato Beneduzzi Ferreira e Dr. Alcindor M. Oliveira. O documento com essas alterações foi devidamente encaminhado.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio, após análise curricular, concluiu que a presente Comissão está apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão e atende às normas da CTN-Bio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.913/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte pleito:

Processo nº: 01200.001746/2008-11

Requerente: Amyris Crystalserv Pesquisa e Desenvolvimento de Biocombustíveis Ltda.

CQB: 255/08

Próton: 7449/10

Assunto: Solicita à CTNBio Parecer sobre a Alteração da Comissão Interna de Biossegurança

Extrato Prévio: 2718/11 publicado em 28/03/11

Decisão: Deferido

A Presidente da CIBio da instituição, Dra. Luciana Di Ciero, solicitou à CTNBio parecer referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio com a inclusão da bióloga Márcia Regina Totoli Lima. A CIBio fica então composta por Dra. Luciana Di Ciero (Presidente), Dra. Natália Cristina Verza Ferreira, Felipe Bastos Motta, Dr. James Kealey e Márcia Regina Totoli Lima. O documento com essa alteração foi devidamente encaminhado.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio, após análise curricular, concluiu que a presente Comissão está apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão e atende às normas da CTN-Bio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 25 de maio de 2011

378ª Relação de Credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	900.1138/2011	11.118.393/0001-59
Instituto Butantan	900.1141/2011	61.821.344/0001-56

409ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Bio-Rio	900.0010/1990	31.165.384/0001-26
Fundação Butantan	900.0135/1990	61.189.445/0001-56

ERNESTO COSTA DE PAULA

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE MAIO DE 2011

Estabelece percentuais de contrapartida em propostas de projetos apresentados à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, por entidades privadas sem fins lucrativos, a serem executados por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, com recursos alocados no Orçamento Geral da União, no Exercício de 2011.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - LDO para 2011, na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1.999 e no art. 20 da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Será exigida contrapartida em propostas de projetos apresentados à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, por entidades privadas sem fins lucrativos, a serem executados por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, com recursos alocados no Orçamento Geral da União, no Exercício de 2011, de acordo com os percentuais fixados no art. 39 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO para 2011, tomando-se por parâmetro os limites mínimos e máximos aplicáveis ao Município em que a entidade tenha sede.

§ 1º O quantitativo da contrapartida de que trata o caput poderá ser fixado abaixo do limite mínimo mediante justificativa detalhada da entidade proponente, que será analisada pelo dirigente da unidade técnica responsável pela execução das respectivas ações orçamentárias e submetida à aprovação do Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, devendo constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§3º Caso a entidade privada tenha sede em mais de um Município, os percentuais a que se refere o caput deste artigo serão estabelecidos de acordo com o seu domicílio, assim definido na forma do inciso IV do art. 75 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens e de serviços, desde que economicamente mensuráveis.

§ 1º O percentual máximo da contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis é de 50% (cinqüenta por cento) em relação ao valor total da contrapartida.

§ 2º O proponente deverá comprovar que os recursos financeiros, bens e serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

§ 3º A contrapartida relativa a projetos a serem executados por meio de termos de parceria firmados ao amparo da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1.999, será exclusivamente financeira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 50, DE 24 DE MAIO DE 2011

Aprova o Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais para o exercício de 2011.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 5.761 de 27 de abril de 2006, bem como o parágrafo único do art. 11, da Instrução Normativa nº 1, de 5 de outubro de 2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais para o exercício de 2011, que estará disponível no sítio eletrônico www.cultura.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 163, DE 24 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, no uso das atribuições, tendo em vista o disposto no inciso IV do Artigo 13 do Anexo I do Decreto 4.121, de 07 de fevereiro de 2002, bem como no inciso III, do Artigo 14 do Regimento Interno, e conforme Decisão da Diretoria Colegiada nº169/2011, de 24 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo I desta Portaria, os indicadores e metas do desempenho institucional da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012, em consonância com o Decreto 7.133, de 19 de março de 2010;

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo I desta Portaria, os critérios de aferição para cada indicador, em suas respectivas áreas, a fórmula de cálculo e fixar o grau de alcance das metas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

ANEXO I

UNIDADE DE AVALIAÇÃO: ANCINE

Indicador 1: **Agenda Regulatória**
Meta 1: Publicizar propostas de regulamentação de 04 (quatro) matérias previstas na Agenda Regulatória da ANCINE.
Fórmula de Cálculo 1: ((Número de propostas de regulamentação publicizadas até junho de 2012) / 4) x 100
Sistemática de Aferição 1: Mensalmente, a Superintendência Executiva verifica o andamento das matérias publicizadas, considerando a publicação de Instruções Normativas, Consultas
Públicas, Notícias Regulatórias, Editais, Chamadas Públicas, Deliberações e Portarias com efeitos regulatórios, e demais instrumentos congêneres.

Indicador 2: **Fomento Direto**
Meta 2: Elaborar e apresentar 01 (um) relatório com a análise dos resultados apurados em 2011 dos editais de fomento direto - considerando recursos orçamentários, recursos internacionais
bilaterais ou multilaterais - e 01 (um) relatório com a análise dos resultados apurados em 2011 das chamadas públicas do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA.
Fórmula de Cálculo 2: ((Relatórios publicados) / (Relatórios previstos)) x 100
Sistemática de Aferição 2: A Superintendência Executiva verifica mensalmente o andamento dos trabalhos junto às áreas responsáveis pela elaboração dos relatórios.

Indicador 3: Combate à Evasão Tributária
Meta 3: Emitir cobrança de débitos tributários aos agentes regulados - por meio de notificação fiscal de lançamento - para 90% dos fatos geradores sem recolhimento devido da CONDECINE ocorridos em 2009 e 2010, com débito superior ou igual ao mínimo deliberado.
Fórmula de Cálculo 3: ((Número de cobranças emitidas aos regulados entre julho de 2011 e junho de 2012) / (Número de débitos apurados relativos a 2009 e 2010)) x 100
Sistemática de Aferição 3: O Sistema de Fiscalização Tributária detecta todos os cadastros de obras audiovisuais efetuados no Sistema Integrado das Áreas Finalísticas, sem recolhimento de CONDECINE ou com o recolhimento efetuado após o prazo legal
sem os acréscimos devidos, para fatos geradores ocorridos em um determinado período de tempo. Em função disso, são geradas as Notificações Fiscais de Lançamento para o total de débitos tributários ocorridos neste período, cujo valor devido ultrapasse R$50,00. Se outras áreas da ANCINE ou da própria
Superintendência de Fiscalização representem junto à Coordenação de Fiscalização Tributária a respeito de débitos tributários verificados, somam-se tais representações à base de dados.

Indicador 4: Relatórios de Acompanhamento de Mercado
Meta 4: Elaborar e publicar no Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) 01 (um) relatório de acompanhamento de
mercado, referente ao ano de 2011, para cada um dos seguintes segmentos: Salas de Exibição, Vídeo Doméstico, TV Aberta e TV Paga.
Fórmula de Cálculo 4: ((Número de relatórios publicados no OCA até 30 de junho de 2012) / (Número de relatórios previstos)) x 100
Sistemática de Aferição 4: A partir de janeiro de 2012, mensalmente, a Superintendência Executiva verifica o andamento dos trabalhos junto à área responsável pela elaboração dos relatórios.

Indicador 5: Requerimentos de Registro e de Certificado
Meta 5:
A. Analisar as requisições de Certificado de Produto Brasileiro e manifestar resposta aos agentes regulados no prazo de 30 dias**;**
B. Analisar as requisições de Registro de Agentes Econômicos e manifestar resposta aos agentes regulados no prazo de 30 dias.
Fórmula de Cálculo 5:
A. ((Números de solicitações respondidas aos regulados no prazo de 30 dias, entre julho de 2011 e junho de 2012) / (Números de solicitações realizadas no período)) x 100**;**
B. ((Números de solicitações respondidas aos regulados no prazo de 30 dias, entre julho de 2011 e junho de 2012) / (Números de solicitações realizadas no período)) x 100.
Sistemática de Aferição 5:
A. O cálculo do indicador é realizado considerando-se o tempo entre a data registrada de entrada da documentação na coordenação, efetuada por meio do sistema CPROD, e a data do
registro da ação final no tratamento do requerimento (formulação de exigência, indeferimento ou liberação do certificado)**;**
B. O cálculo do indicador é realizado considerando-se o tempo entre a data registrada de entrada da documentação na
coordenação, efetuada por meio do sistema CPROD, e a data do registro da ação final no tratamento do requerimento (formulação de exigência, indeferimento ou liberação do registro).

Indicador 6: Capacitação do corpo técnico da Agência
Meta 6: Oferecer 40 horas de capacitação ao ano por servidor dos quadros efetivo e específico
Fórmula de Cálculo 6: ((Número de horas oferecidas ao ano para os servidores do quadro efetivo e específico da Agência) / (Números de servidores dos quadros efetivo e específico da Agência)) = "X"; logo, ("X" / 40) x 100
Sistemática de Aferição 6: Mensalmente na GRH, é efetuado um controle das horas oferecidas em uma planilha eletrônica de Treinamento e Desenvolvimento.

RETIFICAÇÕES

Na Deliberação nº. 100 de 20/05/2011, publicada no DOU nº. 99 de 25/05/2011, Seção 1, página 62, em relação ao projeto "Cine África Brazil Festival 2012", para considerar o seguinte:

onde se lê:
11-0096- Cine Africa Brazil Festival 2012
Proponente: Pointer - Programação Visual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 68.310.374/0001-47
leia-se:
11-0096- Cine Africa Brazil Festival 2012
Processo: 01580.007267/2011-78
Proponente: Pointer - Programação Visual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 68.310.374/0001-47

Na Deliberação nº. 93 de 16/05/2011, publicada no DOU nº. 94 de 18/05/2011, Seção 1, página 6, em relação ao projeto "Ponto Final", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

leia-se:

Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

Na Deliberação nº. 101 de 24/05/2011, publicada no DOU nº. 99 de 25/05/2011, Seção 1, página 63, em relação ao projeto "Mato Sem Cachorro", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 525.000,00

Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 5.815-7

leia-se:

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 525.000,00

Banco: 001- agência: 3336-7 conta corrente: 5.815-7

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 282, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 1027 - SCANNER
ADRIANA CARNEIRO DE ALBUQUEQUER BANDEIRA DE MORAIS
CNPJ/CPF: 038.037.854-05
Processo: 01400.002147/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 185.917,77
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Scanner é uma máquina que copia que faz o retrato quase que fiel de um original. Assim a idéia da palavra Scanner traduz a intenção deste espetáculo. Como no equipamento eletrônico, ele tenta fazer uma cópia quase fiel dos originais da vida, texto de Oscar Calixto, o espetáculo trata de temas jornalísticos que são postos em cena em formato de quadros e realizados por dois atores. Temporada 03 meses - total de 20 apresentações - Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

11 2732 - Rumo à Polônia
André Hamerski
CNPJ/CPF: 107.424.500-82
Processo: 01400.007120/20-11
RS - Nova Prata
Valor do Apoio R$: 161.430,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
O projeto cultural visa custear o deslocamento do Grupo "Kalina" da BRASPOL de Nova Prata - RS, que irá participar de um intercâmbio no XV Festival Mundial de Grupos Folclóricos Polônicos, a realizar-se em Rzeszów, na Polônia, onde estão agendadas 7
apresentações.

10 12790 - ERA UMA VEZ QUEM QUISER QUE CONTE
TRÊS RECICLANDO O MUNDO COM VOCÊS!
Gene Insanno Companhia de Teatro
CNPJ/CPF: 06.990.705/0001-80
Processo: 01400.024044/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 281.370,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Circulação do espetáculo infantil "ERA UMA VEZ QUEM QUISER QUE CONTE TRÊS!", pelas regiões NORTE E NORDESTE, escolhendo os estados que tiveram as menores notas no IDEB/2009 ou baixo IDH/2010. Ao todo serão dez capitais com duas apresentações em cada uma . O ingresso será 10 latinhas de alumínio ou 10 garrafas pet que depois serão encaminhadas para reciclagem. Previsão de 250 pessoas por apresentação totalizando 5000 espectadores nesta edição.

10 12353 - A Mulher Caixa - Kunhã Patuguá
Dado Macedo Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 00.451.540/0001-91
Processo: 01400.023548/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.897.472,17
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
É uma peça de teatro de rua, que aborda a cultura indígena e cabocla, sendo a história baseada em uma lenda amazônica. Tem linguagem cênica universal, é de intensa interatividade com o público e atinge todas as faixas etárias. O tempo da apresentação é de 90 minutos, com um total de 180 apresentações todas seguidas de workshops ao término. O público não paga ingresso e a apresentação não necessita de palco, energia elétrica ou de aparelho sonoro.

10 12826 - GARAGEM
Paso D Arte Eventos e Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 05.080.857/0001-82
Processo: 01400.024092/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 482.200,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Texto inédito de Gustavo Paso, o espetáculo acontece dentro de uma garagem, onde será construído o cenário, com um elenco de 16 atores dentre a Cia Teatro Epigenia e atores convidados. Pretende-se temporada inicial de 3 meses

11 0152 - Cia. Nós No Bambu
Instituto de Pesquisa e Ação e Modular - IPAM
CNPJ/CPF: 01.883.949/0001-40
Processo: 01400.000286/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 989.648,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta de dois anos está centrada no aprimoramento da Cia. Nós No Bambu seus intérpretes, aparelhos/ cenários e corpo técnico. É meta do projeto ampliar as possibilidades de criação, apresentação e circulação de novo espetáculo; com turnê prevista para DF, BH e RJ.

10 12483 - PAIXÃO
Fixação Marketing Cultural Ltda. ME
CNPJ/CPF: 06.016.008/0001-22
Processo: 01400.023682/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 598.832,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção, montagem e manutenção do espetáculo inédito de Walcyr Carrasco, "Paixão", com direção de José Possi Neto. Serão três meses na cidade de São Paulo e um mês na cidade do Rio de Janeiro.

10 12837 - Milagre Brasileiro - Circulação
Coletivo de Teatro Alfenim
CNPJ/CPF: 10.302.710/0001-20
Processo: 01400.024103/20-10
PB - João Pessoa
Valor do Apoio R$: 309.910,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Realizar apresentações do espetáculo "Milagre Brasileiro" nas cidades de Palmas (TO), Goiânia (GO), Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT), através do Edital de Circulação 2010 da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BR - Distribuidora. O projeto prevê 03 (três) apresentações em cada uma das 05 (cinco) cidades do Roteiro, seguidas de debates com o público e do lançamento do Caderno de Apontamentos do Milagre Brasileiro, publicação que reúne artigos e entrevistas sobre o processo de criação do Coletivo de Teatro Alfenim.

10 8778 - MINHA MONSTRA
Bons Dias Empreendimentos Artísticos Ltda
CNPJ/CPF: 32.224.313/0001-10
Processo: 01400.018110/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 579.425,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem e apresentação de um espetáculo inédito para a cidade de São Paulo, com uma temporada prevista de 6 (seis) meses para um público alvo acima de 14 anos. A autoria é de Patricya Travassos e a direção Jorge Fernando.

10 12793 - SE MEU TELEFONE FALASSE
maria lucia de andrade silva
CNPJ/CPF: 08.174.556/0001-06
Processo: 01400.024050/20-10
RJ - Teresópolis
Valor do Apoio R$: 1.283.878,91
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a montagem do espetáculo teatral "Se Meu Telefone Falasse", escrito pelo renomado autor brasileiro Eloy Araújo e a ser dirigido por Bibi Ferreira, a grande dama do teatro nacional. Será um total de 72 apresentações, sendo 48 no Rio de Janeiro e 24 em São Paulo.

11 1072 - O Meu Sangue Ferve Por Você (manutenção e circulação)
ENTRE EXPERIÊNCIA, CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 13.051.150/0001-76
Processo: 01400.002200/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.005.689,55
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Manutenção e Circulação em temporada popular do espetáculo de musical "O Meu Sangue Ferve Por Você" pela cidade do Rio de Janeiro e pela cidade de São Paulo. O espetáculo está em cartaz há um ano, tendo sido muito bem recebido por público e crítica. O enredo conta as idas e vidas de um quadrilátero amoroso através de músicas extremamente populares do Brasil.

11 2722 - ORÉSTIA - Agamêmnon, As Coéforas, As Eumênides
Sociedade Cultural Teatro Rotunda
CNPJ/CPF: 44.619.690/0001-37
Processo: 01400.007088/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 388.410,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A proposta refere-se a realização de 24 apresentações do espetáculo ORÉSTIA, que propõe a encenação, inédita no Brasil, da única trilogia grega que chegou intacta até os dias de hoje, composta de três tragédias: Agamêmnon, As Coéforas, As Eumênides. Além do impacto do público com as sessões, ocorrerá a oferta de oficinas de artes cênicas.

11 2726 - Maria Gomes
QUINTAL RIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.438.689/0001-94
Processo: 01400.007098/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 357.190,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Propomos a montagem do espetáculo Maria Gomes, conto popular, dirigido por Fabianna de Mello e Souza (integrante da consagrada companhia francesa Le Théâtre du Soleil entre os anos de 1997 e 2006). O espetáculo conta aproximadamente com 90 minutos de duração e classificação etária de 14 anos. Em temporada de dois meses na cidade do Rio de Janeiro, as apresentações acontecerão de quinta a domingo em horário nobre. Cumprindo temporada de 2 mês e 32 apresentações.

10 12487 - Projeto Kairós de Dança Contemporânea
Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável CIEDS
CNPJ/CPF: 02.680.126/0005-03
Processo: 01400.023687/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 376.869,27
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto visa oferecer aos jovens, com idade entre 14 e 18 anos de escola pública, o contato com a dança contemporânea e ofertar às comunidades vulneráveis acesso ao bem cultural por meio da circulação de um espetáculo de dança, criado a partir das idéias dos próprios jovens beneficiários do projeto. As atividades desenvolvidas terão como foco incentivar a valorização e apreciação da cultura, o autoconhecimento, a consciência corporal e a compreensão da dança como linguagem.

ÁREA: 3 MUSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 1248 - Pra Essa Gente Boa
Alfredo Dias Macedo Del-Penho
CNPJ/CPF: 055.165.647-60
Processo: 01400.002425/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 161.700,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto Pra Essa Gente Boa consiste na gravação de um CD instrumental com músicas autorais. As músicas serão interpretadas basicamente pelas pessoas a quem são dedicadas, além de grupos distintos. Ao final, todas as partituras estarão disponíveis em site específico e as músicas também ficarão disponíveis virtualmente, para download, além do disco físico.

11 1308 - VIVART - CULTURA NA MEDIDA CERTA
Antonio Oliveira de Amorim
CNPJ/CPF: 796.789.988-15
Processo: 01400.002768/20-11
SP - Pompéia
Valor do Apoio R$: 477.120,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Será realizado de forma gratuita,p/ os alunos,(1 ano), cursos de: violão popular, teoria musical, coral, teatro, dança, e leitura e interpretação de poesia, para crianças (a partir de 5 anos), adolescentes e jovens . Os cursos serão em centro comunitário e Associação de Bairros aberto a todos,(5 a 18 anos) uma hora de aula semanal por aluno, manhã e tarde, 2.000 vagas, 4 municípios,(locais com autorização anexa). Além da arte, levaremos cidadania,valorização do trabalho e da família.

11 1916 - MP, A e B
Carlos Belém Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.576.412/0001-86
Processo: 01400.005557/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 279.582,37
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto 'MP, A e B' consiste em uma série de seis diferentes shows musicais, a serem realizados no CCBB-RJ, em duas sessões cada espetáculo, totalizando 12 récitas, exibindo um painel de afinidades musicais entre Brasil e Argentina. Na série, que foca intérpretes e compositores dos dois países, estarão lado a lado destaques brasileiros do choro, do samba e da "MPB" e argentinos do tango, do folklore e da "MPA".

11 0565 - IX ENCONTRO ESTADUAL DE COROS DE AABB DO RS
Lisboa & Rocha Consultoria Ltda.
CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Processo: 01400.000994/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 81.873,60
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

REALIZAR O IX ENCONTRO ESTADUAL DE COROS DO RS NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2011.

10 10373 - Alto Lá
Juliana Cavalcanti Melo
CNPJ/CPF: 226.781.148-05
Processo: 01400.020731/20-10
SP - Cotia
Valor do Apoio R$: 213.668,86
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

Este é um projeto de gravação de CD instrumental, com composições inéditas do arranjador, instrumentista e produtor musical Rodrigo Custódio, composto por oito faixas instrumentais. Todas as composições são de autoria do próprio proponente.

10 11589 - CD Mãe Curitibana
ICAC - Instituto Curitiba de Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 05.503.775/0001-01
Processo: 01400.022578/20-10
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 157.298,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A cidade de Curitiba desenvolve o projeto Mãe Curitibana há mais de 10 anos. O presente projeto pretende inserir um viés cultural ao trabalho desenvolvido pela Secretaria Muncipal de Curitiba com o oferecimento de um Cd com canções infantis eruditas junto do kit entregue para as mães participantes. Prevê a realização de um concerto de lançamento do CD.

11 2607 - Arraiá de São João
Instituto de Comunicação Social do Brasil
CNPJ/CPF: 08.628.198/0001-64
Processo: 01400.006841/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 280.880,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/07/2011
Resumo do Projeto:

Realizar um evento popular de resgate
da musica instrumental e brasileira nordestina, num evento em praça publica, durante três dias, de forma gratuita; Resgatar a cultura local que contará com apresentação de quadrilhas, e do famoso banho regional de São João no Porto Ecológico da cidade.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

10 6371 - AS JANELAS PARA OS RIOS (TÍTULO PROVISÓRIO)
Via das Artes Assessoria, Projetos e Marketing Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 06.045.303/0001-07
Processo: 01400.014120/20-10
GO - Pirenópolis
Valor do Apoio R$: 249.382,40
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Produção de uma exposição itinerante sobre os Portos de Belém do Pará com base na bibliografia, da iconografia histórica, da atual da área de Belém e dos rios que a circundam O trabalho pretende contribuir para o resgate da memória e para a valorização do percurso histórico dos Portos de Belém e sua relação com a Amazônia.

10 10795 - Água Rio de Janeiro.
Instituto Sangari de Ensino
CNPJ/CPF: 05.944.023/0001-78
Processo: 01400.021318/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.829.773,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto tem objetivo de realizar uma itinerância da exposição Água a ser realizada na Cidade do Rio de Janeiro. A idéia é levar à cidade do Rio de Janeiro a experiência cultural reveladora do papel que a água teve, tem e terá em nossas vidas. A exposição inicial, realizada na OCA, na cidade de são Paulo será adequada e montada no Museu Histórico do Rio de Janeiro em um área aproximada de 800m2, que estará aberta ao público, durante 05 meses com cobrança de ingressos a preços populares.

11 0191 - Museu Amigo do Idoso
Instituto da Arte do Futebol Brasileiro
CNPJ/CPF: 10.233.223/0001-52
Processo: 01400.000328/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 128.139,20
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto em questão consiste na disponibilização do acervo e espaços do Museu do Futebol para visitação gratuita de pessoas da terceira idade, frequentadores de casas de repouso, centros de convivência e congêneres. Para tal, será fornecido transporte, lanches, com a presença de um animador cultural, e, no museu, o acompanhamento de um educador.

11 2731 - Projeto Per-meios ââ,¬â€œ Exposição itinerante interativa
ISABELLE CATUCCI DA SILVA
CNPJ/CPF: 058.036.469-03
Processo: 01400.007109/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 37.080,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto "Per-meios" propõe uma reflexão plástica sobre a condição contemporânea da arte e os novos meios.Um painel de cerâmica (3,5mX1,5m)geometrizado, com pinturas de Isabelle Catucci serão intercaladas com monitores de vídeos, relevos e espelhos. A interação com o público será dada a partir de oficinas que resultarão em obras adicionadas ao painel, percorrendo 5 espaços culturais e de educação de Curitiba e Região Metropolitana.

11 0918 - Novos Talentos do Design 2011
Associação Centro Design Rio
CNPJ/CPF: 08.317.771/0001-19
Processo: 01400.001884/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 213.100,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Com curadoria de Túlio Mariante e Coordenação do Centro Design Rio, "Novos Talentos do Design 2011" reúne projetos e/ou produtos, em uma exposição oferecendo um panorama do atual Design fluminense. Participam de 30 a 40 designers e aproximadamente 200 peças. O projeto "Novos Talentos do Design 2011" é realizado através de uma exposição, publicação de catálogo e ciclo de palestras, com a participação de profissionais representativos do setor.

10 12814 - Exposição Daniel Azulay
YDREAMS BRASIL - SERVIÇOS e SOLUÇÕES INTERATIVAS LTDA.
CNPJ/CPF: 08.720.796/0001-69
Processo: 01400.024080/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.300.270,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:

A imagem de Daniel Azulay na TV para crianças marca sua carreira de artista multimídia e inovador no sentido mais amplo da palavra. Pintor, desenhista e educador revela através de suas idéias que seu trabalho é para todas as idades. Para apresentar suas obras a comunidade européia, propomos uma exposição itinerante pela Europa e a produção de um catálogo.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

10 6140 - Segunda Etapa de Obras de Restauração da Igreja
Matriz de Santa Ifigênia em Ouro Preto, MG
Museu de Arte Sacra do Carmo/Paróquia do Pilar
CNPJ/CPF: 25.705.740/0001-54
Processo: 01400.013832/20-10
MG - Ouro Preto
Valor do Apoio R$: 323.621,84
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Execução da segunda etapa das obras de conservação e restauração da Igreja de Santa Ifigênia, localizada na Zona de Proteção Especial no centro histórico de Ouro Preto, Minas Gerais. Monumento religioso tombado, de propriedade da Arquidiocese de Mariana foi construído na primeira metade do século XVIII. Foi contemplada, na primeira fase de obras, com recursos incentivados e foram realizados serviços de recuperação das estruturas e dos principais elementos artísticos aplicados.

11 0974 - Ampliação da Bibiloteca Casal Gomes de Mello
Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello
CNPJ/CPF: 88.384.581/0001-53
Processo: 01400.002039/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 225.103,08
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

No seu octagésimo aniversário de existência, a hoje Fundação Educacional Rural Cristã Rachel Mello, pretende ampliar a sua biblioteca, com o intuito de melhor disponibilizar e difundir a cultura e a educação para a comunidade a qual pertence. Climatizando-a, informatizando-a, aumentando o seu acervo, bem como o mobiliário e criando uma sala para leitura e videoteca. A biblioteca atende um público aproximado de 1000 pessoas. Com as melhorias, estima-se pelo menos duplicar este atendimento.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

10 9455 - Os Beatos
Candido Couto Filho
CNPJ/CPF: 018.147.613-49
Processo: 01400.019410/20-10
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 225.280,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto OS BEATOS visa lançar novos olhares sobre o universo sócio-cultural do messianismo no nordeste brasileiro, por meio de textos e iconografia, dando ênfase ao contexto social onde estes atuaram e a estreita relação entre o beato e os movimentos sociais como Canudos e Caldeirão.

11 1121 - O inventário das coisas ausentes
Carola Andrea Saavedra Hurtado
CNPJ/CPF: 029.094.937-84
Processo: 01400.002270/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 60.000,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Publicar e escrever o quarto romance da escritora Carola Saavedra, ganhador do Programa de patrocínio cultural da Petrobras de 2010, intitulado provisoriamente "O inventário das coisas ausentes", que deverá ter 24 capítulos (além de um prólogo).

11 1028 - CORAÇÃO NA BOCA
Fernanda Corrêa da Silva Mello
CNPJ/CPF: 000.795.626-63
Processo: 01400.002148/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 70.667,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Coração na boca é um projeto que consiste na produção de 2000 livros de contos da escritora Fernanda Mello. Com linguagem simples e informal, a complexidade do universo feminino é revelado de maneira irreverente, através de seus personagens com personalidades peculiares, fazendo o leitor perceber que não é o único a ter contradições em relação a si mesmo e ao mundo. É o segundo livro da autora, após lançar pela lei Rouanet e patrocínio da Siemens, em 2009, o livro de crônicas Princesa de Rua.

11 1953 - Aqui nasceu a literatura brasileira
Motirô, Planejamento e Gestão Ltda
CNPJ/CPF: 10.745.176/0001-26
Processo: 01400.005603/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 548.805,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Coleção de 4 edições que pretende registrar em fotos e textos os locais onde nasceram e viveram consagrados escritores brasileiros e estabelecer a relação entre eles e suas obras. O projeto tem características multidisciplinares, ao abordar temas como literatura, fotografia, arquitetura, patrimônio histórico e memória. Nele a casa, para além de constituir-se como abrigo, apresenta-se como construção cultural de uma sociedade, resultado de um processo social que define a sua forma, usos e função.

11 1949 - Carta a Daniela
Izaura Maria Ribeiro Franco
CNPJ/CPF: 387.459.171-91
Processo: 01400.005594/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 15.270,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

Reedição do livro infantil "Carta a Daniela", publicado em 2007 e que se encontra esgotado há mais de 2 anos.

11 2720 - BOLA
Réptil Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 06.131.919/0001-09
Processo: 01400.007018/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 386.380,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Livro de arte com fotos de Thierry des Fontannes, renomado fotógrafo francês radicado no Brasil, mostrando a pureza e a alegria do futebol de rua captados pelo fotógrafo, conduzindo o leitor em uma viagem única e intimista pelas comunidades do Brasil, imergindo-o na ótica dos protagonistas do jogo para compartilhar a beleza desse universo que poucos conhecem.

11 1947 - Águas do Sul - arte e cultura no entorno dos rios no Paraná
Instituto Movimento Pró-Projetos de Santa Catarina
CNPJ/CPF: 02.630.520/0001-03
Processo: 01400.005592/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 213.466,16
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Produção de um livro álbum que fará o resgate da arte e da cultura das comunidades ribeirinhas no entorno das barragens hidrelétricas no estado do Paraná. Este livro álbum busca valorizar o artesanato e a cultura ribeirinha no estado do Paraná, fomentando o conhecimento sobre a arte e a cultura popular das comunidades ribeirinhas paranaenses, proporcionando o intercâmbio, objetivando preservar as tradições e divulgar esta prática cultural.

10 12397 - Juazeiro do Norte - cem anos em fotografia
Lumiar Comunicação e Consultoria Ltda.
CNPJ/CPF: 02.395.784/0001-20
Processo: 01400.023593/20-10
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 279.470,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

A proposta trata da publicação de um livro de fotografia sobre Juazeiro do Norte e a figura religiosa de Padre Cícero, preservando a memória do padre e da cidade e valorizando seus principais aspectos culturais e urbanísticos. O livro abordará 27 temas, dentre eles Beatos, Cidade, Clero, Cultura, Economia, Educação, Esportes, Fatos, Festas, Horto, Igreja, Lutas, Milagre, Patriarca, Povo, Praça, Romeiros.

10 11942 - 50 anos de música brasileira - Histórias paralelas
Casa da Palavra Produção Editorial Ltda.
CNPJ/CPF: 01.609.506/0001-65
Processo: 01400.023032/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 237.562,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O livro 50 anos de música brasileira - Histórias paralelas, contará a história das últimas cinco décadas da música popular brasileira.

11 1859 - VACUM
Nilo Oliveira Soeiro de Souza
CNPJ/CPF: 910.067.089-87
Processo: 01400.005492/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 61.900,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Criação literária ficcional intitulada "VACUM" e sua publicação em formato livro com tiragem de 1.500 exemplares, com lançamento na cidade de Florianópolis - SC e São Paulo - SP. Observações de campo, entrevistas e pesquisa bibliográfica serão de extrema importância para o processo de criação da obra, possibilitando uma descrição fidedigna do ambiente, das motivações, do linguajar e dos costumes dos habitantes das comunidades pesqueiras do litoral catarinense, local onde desenvolver-se-á a ação.

11 1089 - IMPRESSÕES DA SERRA DA CAPIVARA
Otoniel Fernandes Neto
CNPJ/CPF: 05.671.106/0001-30
Processo: 01400.002235/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 298.655,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Editar e Publicar um livro de arte ilustrado com pinturas a óleo, pinturas rupestres, fotografias e impressões literárias da Serra da Capivara. Realizar 01 lançamento do livro, no interior do Piauí: São Raimundo Nonato.

11 1918 - DIGITALIZA RF
Notícia & Cia. Ltda.
CNPJ/CPF: 04.122.949/0001-15
Processo: 01400.005559/20-11
RJ - Guapimirim
Valor do Apoio R$: 249.466,06
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

DIGITALIZAR A COLEÇÃO COMPLETA DA REVISTA FERROVIARIA, UMA PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA QUE CIRCULA SEM INTERRUPÇÃO DESDE JANEIRO DE 1940. TODA A COLEÇÃO ESTÁ ENCADERNADA EM BROCHURAS ANUAIS, QUE ALÉM DE TODAS AS EDIÇÕES DAQUELE ANO TEM UM ÍNDICE POR MATÉRIAS/ASSUNTO. TRATA-SE DE IMPORTANTE ACERVO DOCUMENTAL QUE REÚNE INFORMAÇÕES DE 70 ANOS DE HISTÓRIA DA FERROVIA E, CONSEQUENTEMENTE, DE HISTÓRIA DO BRASIL.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

11 1266 - Festival de Inverno de São Lourenço
Eureka Imagens e Idéias Ltda.
CNPJ/CPF: 02.021.803/0001-58
Processo: 01400.002446/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 779.625,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

O projeto tem como escopo principal a realização do Festival de Música Instrumental de São Lourenço. Serão 17 dias de evento, incluindo a abertura, e como atividades secundárias serão ministrados workshops, exibição de filmes de curta e média metragem, exposição de artes visuais e feirinha de livros com lançamentos de escritores locais.

10 12607 - Moedas que contam história, O dinheiro no Brasil
Arco Arquitetura e Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 32.322.778/0001-03
Processo: 01400.023829/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 4.659.333,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Criação e produção de todos os elementos necessários à realização do desfile de carnaval da Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra, do grupo especial (principal grupo de Escolas de Samba), na Avenida Marquês de Sapucaí (Sambódromo), no Rio de Janeiro, no Carnaval de 2012 (dia 19 ou 20 de fevereiro, dependendo do resultado de sorteio). O tema a ser desenvolvido e apresentado no desfile é "o dinheiro no Brasil"

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

11 0362 - TRIANGULO MUSIC -EDIÇÃO 2011
Viva Marketing Promocional Ltda.
CNPJ/CPF: 07.926.554/0001-63
Processo: 01400.000529/20-11
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 1.002.700,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização do Projeto Triângulo Music, em 2011, no Estádio João Havelange, no Parque do Sabiá, cidade de Uberlândia. Incluindo o Triângulo Mineiro na rota dos principais musicais do Brasil

10 4806 - CENTRO CULTURAL BRASIL DE TODOS NÓS
Roccia Produções e Comunicações Ltda - ME
CNPJ/CPF: 07.716.162/0001-70
Processo: 01400.011461/20-10
SP - São Vicente
Valor do Apoio R$: 1.225.390,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto consiste na realização do Centro Cultural Brasil de Todos Nós, que prevê a ministração de de oficinas culturais gratuitas para crianças, adolescentes e idosos.

11 1307 - Festa Imodesta - Salve o Compositor Popular Denio Albertini
CNPJ/CPF: 370.861.546-87
Processo: 01400.002767/20-11
MG - Nova Lima
Valor do Apoio R$: 501.395,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Homenagear o compositor levando à sua terra natal um show musical interpretado por um artista brasileiro de reconhecido prestígio . O artista convidado fará um espetáculo dividindo-o em duas etapas, parte com sua obra, parte com a obra do compositor homenageado, totalizando 5 apresentações. Produziremos um pequeno vídeo-documentário contando a história do homenageado, destacando sua importância para a MPB. Faremos um programa de rádio de uma hora de duraçao que será distribuído em rádios locais

11 1933 - FESBAMBA - Festival Brasileiro do Samba
SOCIA-ASSESSORIA TECNICA E GESTAO DE PROJETOS SOCIAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS E ACOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.622.146/0001-58
Processo: 01400.005574/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 1.048.060,18
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização de um grande evento que possibilite a reflexão, a difusão e a celebração do samba como elemento fundamental da identidade do povo brasileiro, respeitando suas variações e implicações sociais, culturais e históricas. O FESBAMBA - Festival Brasileiro do Samba, em sua primeira edição, terá 05 (cinco) dias de duração - 28/11 a 02/12 do ano 2011 - com a realização de 05 eventos setoriais: Simpósio do Samba; Workshops do Samba, Sambando na Cena; Samba na Tela e; Palco do Samba.

10 8709 - Festival Bota Pra Fazer Música
Mashup Agência de Publicidade Comunicação e Eventos ltda.
CNPJ/CPF: 05.166.886/0001-61
Processo: 01400.018006/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.385.310,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:

O Festival Bota Pra Fazer Música pretende promover o encontro entre artistas e bandas do cenário musical brasileiro e internacional, com artistas locais que não tem espaço de divulgação do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seu trabalho, fomentando assim, o intercâmbio musical. As bandas/artistas serão distribuídas entre quatro diferentes casas de espetáculo do Rio de Janeiro, levando em consideração o estilo musical de cada um dos artistas, criando um verdadeiro turbilhão de estilos musicais ao longo deste período.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 12304 - VIII CAVALGADA DA INCONFIDÊNCIA, FOGO SIMBÓLICO
Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira
CNPJ/CPF: 02.710.590/0001-71
Processo: 01400.023491/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 697.170,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O presente projeto objetiva a realização da "VII Cavalgada da Inconfidência Fogo Simbólico". Trata-se de evento histórico, realizado há décadas ao longo da Estrada Real de Minas Gerais, abrangendo os seguintes municípios: Carrancas, Madre Deus de

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 12650 - Arte Contextualizada
Fundação de Arte de Niterói FAN
CNPJ/CPF: 28.550.176/0001-36
Processo: 01400.023878/20-10
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 248.980,00
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto Arte Contextualizada propoe a oferta de cursos regulares, palestras e workshops, ministrados por renomados professores e conferencistas, em espacos da Secretaria Municipal de Cultura/Fundacao de Arte de Niteroi que funcionarao como centro de debates, de reflexao e de conhecimento, proporcionando a aquisicao de conhecimentos formais, tecnicos e praticos. As atividades serao gratuitas, oferecendo espacos de construcao de conhecimento e desenvolvimento a partir das atividades propostas.

10 5939 - PORTAL LITERAL - NARRATIVAS TECNOLÓGICAS
Conspiração Filmes SA
CNPJ/CPF: 02.020.661/0001-04
Processo: 01400.013516/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 285.979,10
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Produção de novos conteúdos, implementação de novas tecnologias, manutenção da comunidade e das seções já existentes no Portal Literal. Além da constante atualização dos sites oficiais de cinco entre os maiores escritores da literatura brasileira contemporânea: Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, Zuenir Ventura, Ferreira Gullar e Luis Fernando Verissimo.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
10 12334 - Intercâmbio Multimídia
Diego Lajst
CNPJ/CPF: 315.868.498-59
Processo: 01400.023528/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 194.836,40
Prazo de Captação: 26/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto prevê a publicação de um livro apresentando os resultados produzidos em oficinas multimídias realizadas com jovens de 5 localidades do país, onde o acesso à cultura é restrito. O livro apresentará o produto final de cada oficina, entrevistas que revelem o cenário cultural local, mapeado pelos próprios participantes. Ao propor a publicação destes ensaios, o projeto promove o intercâmbio da produção das diferentes turmas, valorizando e disseminando a cultura regional de cada uma delas.

PORTARIA Nº 283, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 6457 - IBÁ - vozes de lá e cá
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 21/05/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 6293 - A História do Queijo
Celso Luiz Garcia - Gitec
CNPJ/CPF: 07.861.926/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
08 3300 - Pacaembu: um patrimônio paulistano
Editora Terceiro Nome Ltda.
CNPJ/CPF: 02.868.441/0001-35
SP - São Paulo
Período de captação: 13/04/2011 a 31/07/2011
10 1367 - UM FIO ENTRE DOIS MUNDOS
Mônica Pérez da Silva
CNPJ/CPF: 921.371.137-91
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 25/05/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 10267 - Um outro olhar sobre ele
Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop
CNPJ/CPF: 07.873.902/0001-81
RJ - Macaé
Período de captação: 01/05/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 284, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 10 6439 - "Rio Grande em Concerto 2010", portaria de aprovação Nº 0022/11 de 14 de janeiro de 2011 e publicado no D.O.U. em 17 de janeiro de 2011.

Onde se lê: Ângeluz Produtora de Eventos

Leia-se: Angeluz Produtora Ltda.

PRONAC: 09 4537 - "Paisagem para um desejo - Alejandro Lloret", portaria de aprovação Nº 0151/10 de 13 de abril de 2010 e publicado no D.O.U. em 14 de abril de 2010.

Onde se lê: Porto das Artes Produções Culturais Ltda - EPP

CNPJ: 10.597.589/0001-00

Leia-se: A.C Lloret Artes Visuais Ltda. - EPP

CNPJ: 12.095.793/0001-59

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

RETIFICAÇÃO

No período de captação do projeto na portaria de aprovação Nº. 0265/11 de 13/05/2011, publicada no D.O.U. de 16/05/2011, Seção 1, referente ao Processo: 01400.008819/2008-31, Projeto "Projeto Respiração", Pronac: 08 9479

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2011 a 30/04/2011

Leia-se: Período de captação: 01/05/2011 a 31/12/2011

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 657, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 128/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200905596, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Intensiva da Parnaíba, para funcionamento no Conjunto Morada Universidade, nº 51, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, mantida pela Sociedade Universitária do Piauí & Cia S/S, com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 658, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 72/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200802316, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Ipanema, a ser instalada à Rua Mário Campestrini, nº 100, Parque Campolim, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional de Sorocaba Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 659, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 73/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200902505, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Refidim, a ser instalada na Rua Cerro Azul, nº 888, bairro Nova Brasília, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade de Assistência Social e Educacional Deus Proverá, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 660, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 74/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200900588, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Administração e Negócios, a ser instalada na Rua Barão de Jaraguá, nº 254, Bairro Jaraguá, Município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pelo OFM Sistemas Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 661, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 89/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200903460, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar as Faculdades Futurão, a ser instalada no endereço Avenida Getúlio Vargas, nº 415, Centro, no Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, mantida pela CENTEF - Centro Técnico e Faculdades Futurão, com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a três anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 662, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 256/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20078678, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de São Miguel, instalada à Rua Dom Bosco, 1.308, Bairro Boa Vista, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Cultural e Educacional Santa Rita de Cássia Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 663, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 217/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076900, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Centro Universitário de Barra Mansa, com sede na Rua Vereador Pinho de Carvalho, nº 267, Centro, no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Associação Barramansense de Ensino (SOBEU), com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 664, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 213/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073364, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade Santa Rita, instalada à Estrada Real Km 2, s/n, Rodovia, no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, mantida pela Entidade Mantenedora de Ensino Santa Rita Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 665, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 202/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20075621, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Centro Universitário Adventista de São Paulo com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo situada na Estrada de Itapecerica, nº 5.859, bairro Capão Redondo, mantido pelo Instituto Adventista de Ensino, com sede no Município de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 666, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 183/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20072936, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), situado no Campus Central, sediado à Rua Bom Jesus de Pirapora, nº 140, Centro, no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Padre Anchieta de Ensino S/C Ltda., ambos com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 667, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 133/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079580, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar as Faculdades Integradas do Brasil, ambas com sede à Rua Konrad Adenauer, nº 442, Bairro Tarumã, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pelo Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda., pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Determinar que as Faculdades Integradas do Brasil deixem de utilizar o prefixo UNI em sua sigla, conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 7/2008, de 28/11/2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 668, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 52/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073640, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), com sede na Rodovia do Açúcar, km 156, bairro Taquaral, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dois campi fora de sede nos Municípios de Santa Bárbara d'Oeste, à Rodovia Santa Bárbara/Iracemápolis, s/nº, Km 1, no Estado de São Paulo, e de Lins, à Rua Ten. Florêncio Pupo Netto, nº 300, no Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 669, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 40/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077314, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, com sede na Rua Artífice Pedro Marcos de Souza, nº 12, bairro Valentina de Figueiredo, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantida pela Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 670, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 38/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076586, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar das Faculdades Integradas Rio Branco, instalada na Rua Capitão José Inácio do Rosário nº, 133, Lapa, Município de São Paulo, Estado de São Paulo e mantida pela Fundação de Rotarianos de São Paulo, sediada na Avenida Higienópolis nº, 996, Higienópolis, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 671, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 35/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20075091, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, com sede na BR 282, Km 528, Trevo Limeira, no Município de Xaxim, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Associação Educacional Frei Nivaldo Liebel, com sede no mesmo local, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 672, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 33/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20074338, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Medicina Nova Esperança, instalada à Avenida Frei Galvão, nº 12, bairro Gramame, no Município de João Pessoa, Estado de Paraíba, mantida pela Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda., com sede e foro no mesmo município e estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 673, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 32/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077261, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Hortolândia, instalada à Avenida Santana, nº 1.070, Jardim Amanda I, no Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (IESP), com sede e foro no Município de São Paulo e mesmo Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 674, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 31/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073852, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima, estabelecido no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS 906, W 5, Conjunto F, Módulos 11, 12 e 13, na Região Administrativa I, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte, com sede e foro no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 675, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 30/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076004, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Natal, com sede na Alameda das Mansões, nº 2.110, Bairro Candelária, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Associação Natalense de Educação e Cultura, localizada no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 676, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 29/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200809184, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade Estácio de Sá de Goiás, instalada à Rua 67-A, nº 216, Quadra 140, Bairro Setor Norte Ferroviário, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 677, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 28/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073322, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Itápolis, instalada à Rua Mário de Souza Castro, nº 200, Santa Mônica, no Município de Itápolis, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional e Cultural de Itápolis S/C Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 678, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 22/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076542, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte (FMJ), situada à Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n°, Planalto, no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda., com sede no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 679, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 18/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20072039, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), instalada à BR 135, km 1, nº 2.341, bairro Boa Sorte, no Município de Barreiras, Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras (AESB), com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 680, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 14/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076834, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (NOVAFAPI), localizada à Rua Vitorino Orthiges Fernandes nº 6.123, bairro Uruguai, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí Ltda., ambas com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 681, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 12/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077612, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Administração de Empresas, situada à Estrada Municipal Unicamp/Telebrás, Km 1, s/nº, bairro Barão Geraldo, mantida pela Promoção do Ensino de Qualidade S/A, ambas com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 682, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 10/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079489, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, com sede na Avenida Senador Argemiro de Figueiredo, nº 1.901, bairro Itararé, no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, mantida pelo Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento Ltda. (CESED), com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 683, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 7/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073427, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Enfermagem Luiza de Marillac, com sede à Rua Doutor Satamini, 245, bairro Tijuca, no Município Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, mantida pela União Social Camiliana, sediada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, à Avenida Pompéia, 888, bairro Pompéia, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de maio de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 92/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é contrário ao recurso, interposto pelo interessado contra decisão da Universidade Federal do Rio de Janeiro referente à revalidação do título de mestre em Ciências Jurídicas e Empresariais, obtido por Alcides Pedroso de Góes na Universidad Antonio de Nebrija, em Madri, na Espanha, constante do Processo nº 23001.000108/2004-20.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 74/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, considerando a instrução processual e a legislação vigente, acolhe o Relatório da SESu sendo favoravel ao credenciamento da Faculdade de Administração e Negócios, a ser instalada na Rua Barão de Jaraguá, nº 254, Bairro Jaraguá, Município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pelo OFM Sistemas Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º , do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200900588.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 73/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, considerando a instrução processual e a legislação vigente, acolhe o Relatório da SESu sendo favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Refidim, a ser instalada na Rua Cerro Azul, nº 888, bairro Nova Brasília, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, mantida pela Sociedade de Assistência Social e Educacional Deus Proverá, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200902505.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 256/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade São Miguel, instalada à Rua Dom Bosco, 1.308, Bairro Boa Vista, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Cultural e Educacional Santa Rita de Cássia Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20078678.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 183/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), situado no Campus Central, sediado à Rua Bom Jesus de Pirapora, nº 140, Centro, no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, mantido pela Sociedade Padre Anchieta de Ensino S/C Ltda., com sede no mesmo endereço de sua mantida, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto n° 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20072936.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 133/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento das Faculdades Integradas do Brasil, mantida pelo Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda., ambos com sede à Rua Konrad Adenauer, nº 442, Bairro Tarumã, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo de até 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, e ainda no sentido de que as Faculdades Integradas do Brasil deixem de utilizar o prefixo UNI em sua sigla, conforme dispõe a Resolução CNE/CES nº 7/2008, de 28/11/2008, e que o Ministério da Educação condicione o ato de recredenciamento ao cumprimento desta determinação, conforme consta do processo e-MEC nº 20079580.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 35/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, com sede na BR 282, Km 528, Trevo Limeira, no Município de Xaxim, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Associação Educacional Frei Nivaldo Liebel, com sede no mesmo local, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20075091.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 32/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Hortolândia, instalada à Avenida Santana, nº 1.070, Jardim Amanda I, no Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Educacional do Estado de São Paulo (IESP), com sede e foro no Município de São Paulo e mesmo Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20077261.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 31/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima, estabelecido no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS 906, W 5, Conjunto F, Módulos 11, 12 e 13, na Região Administrativa I, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte, com sede e foro no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073852.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 30/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Natal, com sede na Alameda das Mansões, nº 2.110, Bairro Candelária, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Associação Natalense de Educação e Cultura, localizada no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076004.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 29/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade Estácio de Sá de Goiás, instalada à Rua 67-A, nº 216, Quadra 140, Bairro Setor Norte Ferroviário, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 200809184.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 12/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Administração de Empresas, situada à Estrada Municipal Unicamp/Telebrás, Km 1, s/nº, bairro Barão Geraldo, mantida pela Promoção do Ensino de Qualidade S/A, ambas com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos , fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20077612.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 7/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Enfermagem Luiza de Marillac, sediada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, à Rua Doutor Satamini, 245, bairro Tijuca, mantida pela União Social Camiliana, sediada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, à Avenida Pompéia, 888, bairro Pompéia, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073427.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 10/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, com sede na Avenida Senador Argemiro de Figueiredo, nº 1.901, bairro Itararé, no Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, mantida pelo Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento Ltda. (CESED), com sede no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação desse parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, como redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20079489.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 14/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (NOVAFAPI), localizada à Rua Vitorino Orthiges Fernandes nº 6.123, bairro Uruguai, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí Ltda., ambas com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076834.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 18/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), instalada à BR 135, km 1, nº 2.341, bairro Boa Sorte, no Município de Barreiras, Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras (AESB), com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES, a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo de até 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20072039.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 22/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte (FMJ), situada à Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n°, Planalto, no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda., com sede no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto n° 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto n° 6.303/2007 observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076542.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 28/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Itápolis, instalada à Rua Mário de Souza Castro, nº 200, Santa Mônica, no Município de Itápolis, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional e Cultural de Itápolis S/C Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073322.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 128/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Intensiva da Parnaíba, para funcionamento no Conjunto Morada Universidade, nº 51, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, mantida pela Sociedade Universitária do Piauí & Cia S/S, com sede no mesmo endereço, observados o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, e a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200905596.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 89/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, considerando a instrução processual e a legislação vigente, acolhe o Relatório da SESu sendo favorável ao credenciamento das Faculdades Futurão, a ser instalada no endereço Avenida Getúlio Vargas, nº 415, Centro, no Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, mantidas pela CENTEF-Centro Técnico e Faculdades Futurão, com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200903460.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 72/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Ipanema, a ser instalada à Rua Mário Campestrini, nº 100, Parque Campolim, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional de Sorocaba Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200802316.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 52/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), com sede na Rodovia do Açúcar, km 156, bairro Taquaral, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, e dois campi fora de sede nos Municípios de Santa Bárbara d'Oeste, à Rodovia Santa Bárbara/Iracemápolis, s/nº, Km 1, no Estado de São Paulo, e de Lins, à Rua Ten. Florêncio Pupo Netto, nº 300, no Estado de São Paulo, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, fixado no inciso I do artigo 59 daquele Decreto. Fica, outrossim, determinado à universidade a adoção de medidas que visem superar os conceitos insatisfatórios '1' e '2' obtidos por alguns de seus cursos no ENADE, e que deverão ser verificadas na próxima avaliação para fins de recredenciamento institucional, conforme consta do processo e-MEC nº 20073640.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 33/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Medicina Nova Esperança, instalada à Avenida Frei Galvão, nº 12, bairro Gramame, no Município de João Pessoa, Estado de Paraíba, mantida pela Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda., com sede e foro no mesmo município e estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo de até 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20074338.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 38/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento das Faculdades Integradas Rio Branco, instalada na Rua Capitão José Inácio do Rosário nº, 133, Lapa, Município de São Paulo, Estado de São Paulo e mantida pela Fundação de Rotarianos de São Paulo, sediada na Avenida Higienópolis nº, 996, Higienópolis, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. O recredenciamento terá validade até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076586.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 40/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, com sede na Rua Artífice Pedro Marcos de Souza, nº 12, bairro Valentina de Figueiredo, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantida pela Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20077314.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 217/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Centro Universitário de Barra Mansa, com sede na Rua Vereador Pinho de Carvalho, nº 267, Centro, no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Associação Barramansense de Ensino (SOBEU), com sede no mesmo Município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076900.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 202/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Centro Universitário Adventista de São Paulo com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo situada na Estrada de Itapecerica, nº 5.859, bairro Capão Redondo, mantido pelo Instituto Adventista de Ensino, com sede no Município de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do artigo 10, § 7° do Decreto n° 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto n° 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20075621.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 213/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade Santa Rita, instalada à Estrada Real Km 2, s/n, Rodovia, no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, mantida pela Entidade Mantenedora de Ensino Santa Rita Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do art. 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073364.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 161/2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conhece do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento mantendo os efeitos da Portaria nº 1.381, de 10 de setembro de 2009, da Secretaria de Educação Superior, no que se refere ao indeferimento do pedido de autorização para o funcionamento do curso de Serviço Social, bacharelado, solicitado pela Faculdade FACCAT, localizada na Rua Cherentes, nº 36, Centro, mantida pela Organização Educacional Artur Fernandes S/C Ltda., ambas com sede no Município de Tupã, Estado de São Paulo, conforme consta do processo e-MEC nº 200710128.

FERNANDO HADDAD

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.227, DE 24 DE MAIO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:
HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 003/2011, conforme segue:

Unidade	Depto.	Disciplina	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
ICHL	História	História do Brasil III História Cultural da Amazônia	20h	Professor Auxiliar I	Nasthya Cristina Pereira Garcia	1°
					Alcemir Arlijean Bezerra Teixeira	2°
					Robeilton de Souza Gomes	3°
		História Antiga Prática Integrada V			Macário Lopes de Carvalho Júnior	1°
					Tenner Inauhiny de Abreu	2°
	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa, Teoria da Literatura I e III	40h		Marta Barbosa Cortezão	Classificado

ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIAS DE 12 DE MAIO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.007780/2011-97, resolve:

Nº 808 - PRORROGAR por mais 12 (doze) meses o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de Cargos na Carreira do Magistério Superior, nas Classes de Professor Adjunto, Assistente e Auxiliar de Ensino, realizado nos termos do Edital n.º 01/2010, homologado por meio da Portaria UFAC n.º 987, de 23 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 119, Seção 1, pagina 12, datado de 24 de junho de 2010, a contar de 24 de junho de 2011.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.007782/2011-86, resolve:

Nº 809 - PRORROGAR por mais 12 (doze) meses o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de Cargos na Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, realizado nos termos do Edital n.º 02/2010, homologado por meio da Portaria UFAC n.º 1.026, de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 124, Seção 1, pagina 54, datado de 1 de julho de 2010, a contar de 1 de julho de 2011.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.007783/2011-21, resolve:

Nº 810 - PRORROGAR por mais 12 (doze) meses o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de Cargos na Carreira do Magistério Superior, nas Classes de Professor Adjunto, Assistente e Auxiliar de Ensino, realizado nos termos do Edital n.º 03/2010, homologado por meio da Portaria UFAC n.º 1.027, de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 124, Seção 1, pagina 54, datado de 1 de julho de 2010, a contar de 1 de julho de 2011.

OLINDA BATISTA ASSMAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 27, DE 14 DE MAIO DE 2011

O Diretor do Centro de Ciências da Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital nº 01/2011-CCS, DE 11 de abril de 2011, publicado no D.O.U de 28/04/2011, o Processo nº.23111.007791/11-82, e as Leis nºs. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de Professor Substituto Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP - 20 (vinte) horas semanais, na área de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial, do Departamento de Patologia e Clínica Odontológica do Centro de Ciências da Saúde, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina - PI, habilitando as candidatas MARIA ÂNGELA ÁREA LEÃO FERRAZ (1° lugar), EGÍDIA MARIA M. DE PAULO M. VIEIRA (2° lugar) e JULIANA SANTOS OLIVEIRA (3° lugar) e classificando para contratação a 1ª colocada.

JOSÉ GUILHERME FERRER POMPEU
Em exercício

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 4.458, DE 5 DE MAIO DE 2011

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 05 de maio deste ano, no uso de suas atribuições legais, Considerando que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, em 05 de maio de 2011;a documentação constante do processo UFOP nº 472/2011, resolve:

Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 01, de 13.01.2011, publicado no DOU de 14.01.2011 e retificado no DOU de 18.01.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Processamento Gráfico e Matemática, em que não houve candidato aprovado.

JOÃO LUIZ MARTINS
Presidente do Conselho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 534-R, DE 24 DE MAIO DE 2011

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo n° 23077.052857/2010-05;

CONSIDERANDO a Decisão proferida pelo Juiz Federal da 1º Vara da Justiça Federal nos autos do Processo nº 0001618-38.2011.4.05.8400; resolve

1° - Sustar os efeitos da Portaria nº 149/2011-R que aplicou à empresa PHARMA NOSTRA COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Aquidabã - 1144 - Méier - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.720-293, inscrita no CNPJ/MF sob o n 03497220/0002-41, as sanções de Multa e Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo período de 05 (cinco) anos, retirar o registro das sanções junto ao SICAF, bem como publicar no Diário Oficial da União os atos emanados desta Portaria para que surtam, de imediato, seus efeitos legais.

2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE IVONILDO DO REGO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 3.561, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme categorias e Unidades descritas abaixo. O número do edital do concurso é 26, de 18 de junho de 2010, publicado no DOU nº 118, de 23 de junho de 2010.

CATEGORIA ADJUNTO

Instituto de Biofísica/ Xerém / Bioengenharia Tecidual

1º - Victor Túlio Ribeiro de Resende
2º - Aline Marie Fernandes
3º - Willian Fernando Zambuzzi

CATEGORIA ASSISTENTE

Escola de Belas Artes / Arte Oriental/ História das Artes Visuais

1º - Rosana Pereira de Freitas
2º - Evelyne Azevedo
3º - Carlos de Faria Junior

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

PORTARIA Nº 3.562, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, na categoria Adjunto, conforme Unidades descritas abaixo. O número do edital do concurso é 27, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010

Escola de Química /Microbiologia Industrial

1º - Rodrigo Pires do Nascimento
2º - Leda Maria Fortes Gottschalk
3º - Marcelo Chuei Matsudo
4º - Raquel Cristine Kuhn
5º - Judith Liliana Solorzano Lemos

Faculdade de Odontologia / Materiais Dentários

1º - Fabiana Ribeiro da Silva
2º - Marcos Hahlbohm D´Oliveira Schroeder

Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE / Engenharia Costeira e Oceanográfica

1º - Nelson Violante de Carvalho
2º - Marcos Nicolas Gallo

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 403, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.013816/2011-17 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas - LLV/CCE, instituído pelo Edital nº 073/DDPP/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 86, Seção 3, páginas 56-57, de 06/05/2011.

Campo de Conhecimento: Língua Latina.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Thaís Fernandes	8,75

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 404, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.014014/2011-24 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Física - FSC/CFM, instituído pelo Edital nº 073/DDPP/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 86, Seção 3, páginas 56-57, de 06/05/2011.

Campo de Conhecimento: Eletromagnetismo e Óptica.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Jorge Luiz Cunha da Silva	10,0

CLESAR LUIZ LOCH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.057, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais; e considerando a existência de candidatos aprovados em concurso público de provas de títulos para preenchimento de vagas de professor da carreira do magistério superior da Universidade Federal de Uberlândia regido pelo Edital 038/2010, publicado no Diário Oficial da União em 07 de abril de 2010, página 71, seção 3, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010, página 62, seção 3; resolve:

Tornar sem efeito a publicação do Edital 044/2011 de concurso público de provas de títulos para preenchimento de vagas de professor da carreira do magistério superior da Universidade Federal de Uberlândia na Faculdade de Engenharia Mecânica na área de Fabricação, ocorrida no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2011, página 82, seção 3, no Jornal Correio de Uberlândia em 17 de maio de 2011, página A8 e no site oficial da Universidade Federal de Uberlândia, www.ufu.br, desde 16 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MP Nº 261, DE 25 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, §§ 3º e 4º do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, bem como ajustar o detalhamento constantes do Anexo I da Portaria MF nº 70, de 2 de março de 2011, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011.
ACRÉSCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	4.745	4.745	4.745	4.745	4.745	4.745	4.745	4.745
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	55.666	55.666	55.666	55.666	55.666	55.666	55.666	55.666
26000 Ministério da Educação	7.624	7.624	7.624	7.624	7.624	7.624	7.624	7.624
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	10.840	10.840	10.840	10.840	10.840	10.840	10.840	10.840
42000 Ministério da Cultura	11.500	11.500	11.500	11.500	11.500	11.500	11.500	11.500
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	7.080	7.080	7.080	7.080	7.080	7.080	7.080	7.080
51000 Ministério do Esporte	7.504	7.504	7.504	7.504	7.504	7.504	7.504	7.504
52000 Ministério da Defesa	36.675	36.675	36.675	36.675	36.675	36.675	36.675	36.675
53000 Ministério da Integração Nacional	63.283	63.283	63.283	63.283	63.283	63.283	63.283	63.283
54000 Ministério do Turismo	151.932	151.932	151.932	151.932	151.932	151.932	151.932	151.932
56000 Ministério das Cidades	151.148	151.148	151.148	151.148	151.148	151.148	151.148	151.148
58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura	12.003	12.003	12.003	12.003	12.003	12.003	12.003	12.003
TOTAL	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 24 de maio de 2011

Assunto: Relação Jurídica Tributária Continuativa. Modificação dos Suportes Fático Ou Jurídico. Limites Objetivos da Coisa Julgada. Jurisprudência do Pleno do STF. Cessação Automática da Eficácia Vinculante da Decisão Tributária Transitada Em Julgado.

Os precedentes objetivos e definitivos do STF constituem circunstância jurídica nova, apta a fazer cessar, prospectivamente, e de forma automática, a eficácia vinculante das anteriores decisões transitadas em julgado, relativas a relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, que lhes forem contrárias.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 492/2011, 30 de março de 2011, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu que: i) quando sobrevier precedente objetivo e definitivo do STF em sentido favorável ao Fisco, este pode voltar a cobrar o tributo, tido por inconstitucional em anterior decisão tributária transitada em julgado, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido; (ii) quando sobrevier precedente objetivo e definitivo do STF em sentido favorável ao contribuinte-autor, este pode deixar de recolher o tributo, tido por constitucional em anterior decisão tributária transitada em julgado, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido.

Publique-se o presente Despacho e o Parecer PGFN/CRJ/Nº 492/2011 no Diário Oficial da União (DOU).

ANEXO

PARECER PGFN/CRJ/Nº 492/2011

Decisão Transitada Em Julgado Que Disciplina Relação Jurídica Tributária Continuativa. Modificação dos Suportes Fático/Jurídico. Limites Objetivos da Coisa Julgada. Superveniência de Precedente Objetivo/Definitivo do STF. Cessação Automática da Eficácia Vinculante da Decisão Tributária Transitada Em Julgado. Possibilidade de Voltar a Cobrar O Trbuto, Ou de Deixar de Pagá-lo, em Relação a Fatos Geradores Futuros.

1.A alteração das circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes ao tempo da prolação de decisão judicial voltada à disciplina de uma dada relação jurídica tributária de trato sucessivo faz surgir uma relação jurídica tributária nova, que, por isso, não é alcançada pelos limites objetivos que balizam a eficácia vinculante da referida decisão judicial. Daí por que se diz que, alteradas as circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes à época da prolação da decisão, esta naturalmente deixa de produzir efeitos vinculantes, dali para frente, dada a sua natural inaptidão de alcançar a nova relação jurídica tributária.

2.Possuem força para, com o seu advento, impactar ou alterar o sistema jurídico vigente, por serem dotados dos atributos da definitividade e objetividade, os seguintes precedentes do STF: (i) todos os formados em controle concentrado de constitucionalidade, independentemente da época em que prolatados; (ii) quando posteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham resultado de julgamento realizado nos moldes do art. 543-B do CPC; (iii) quando anteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham sido oriundos do Plenário do STF e confirmados em julgados posteriores da Suprema Corte.

3.Os precedentes objetivos e definitivos do STF constituem circunstância jurídica nova, apta a fazer cessar, prospectivamente, eficácia vinculante das anteriores decisões tributárias transitadas em julgado que lhes forem contrárias.

4.A cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado opera-se automaticamente, de modo que: (i) quando se der a favor do Fisco, este pode voltar a cobrar o tributo, tido por inconstitucional na anterior decisão, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido; (ii) quando se der a favor do contribuinte-autor, este pode deixar de recolher o tributo, tido por constitucional na decisão anterior, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.Face aos princípios da segurança jurídica, da não surpresa e da proteção à confiança, bem como por força do art. 146 do CTN, nas hipóteses em que o advento do precedente objetivo e definitivo do STF e a conseqüente cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado sejam pretéritos ao presente Parecer, a publicação deste configura o marco inicial a partir do qual o Fisco retoma o direito de cobrar o tributo em relação aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor.

I

Definição do objeto do presente Parecer e registros preliminares

O presente Parecer tem por escopo enfrentar questão cujo pano de fundo é o intrigante e atual tema dos "reflexos gerados pela alteração da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à coisa julgada em matéria tributária". Mais especificamente, e indo direto ao ponto, o questionamento que se pretende responder ao longo deste Parecer é o seguinte: em que medida a eficácia da decisão transitada em julgado que se volta para uma relação jurídica tributária sucessiva, considerando-a existente ou inexistente, é impactada, em relação aos seus desdobramentos futuros, pela superveniência de jurisprudência do STF em sentido contrário ao sufragado pela referida decisão?

2.Na prática, a questão acima referida tem se apresentado à Fazenda Nacional nos seguintes termos: a sentença transitada em julgado em que, por exemplo, se reconhece à empresa-autora o direito de não pagar determinado tributo face à inconstitucionalidade da lei que o instituiu, possui o condão de eximir essa empresa do pagamento de tal tributo eternamente, mesmo em relação a fatos geradores ocorridos após a consolidação da jurisprudência do STF no sentido da total constitucionalidade da referida lei tributária? Ou, a mesma questão, agora apresentada sob outra perspectiva: a sentença transitada em julgado em que se reconhece ser devido o tributo, face à constitucionalidade da respectiva lei de incidência, permite que o Fisco continue cobrando tal tributo da empresa-autora mesmo em relação a fatos geradores ocorridos após a consolidação da jurisprudência do STF no sentido da total inconstitucionalidade da mencionada lei?

3.É essa a questão que se pretende enfrentar no presente Parecer. Antes disso, todavia, vale fazer dois registros iniciais ou preliminares.

4.Pelo primeiro registro, pretende-se dar os devidos créditos a todos os que contribuíram, de forma mais direta, com a elaboração deste Parecer. Nessa linha, cumpre desde logo referir que as considerações e conclusões adiante expostas tomaram como ponto de partida, bem como inspiração constante, os estudos capitaneados - brilhantemente, frise-se - pelo Procurador da Fazenda Nacional Dr. PAULO MENDES DE OLIVEIRA, especialmente ao tempo de sua atuação nesta Coordenação-Geral de Representação Judicial (CRJ); desses estudos, aliás, resultou minuta de Parecer da qual foram extraídos muitos dos conceitos e das idéias a seguir apresentadas.

5.E mais: este Parecer é fruto, ainda, dos longos e profícuos debates instaurados no âmbito desta Coordenação de Consultoria Judicial (COJUD), da Coordenação-Geral de Representação Judicial (CRJ), acerca do tema nele tratado, bem como dos debates travados na Audiência Pública promovida, a seu respeito, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em junho de 2010. Por fim, ainda neste contexto, também não poderia deixar de ser registrado que alguns dos temas que serão analisados no presente Parecer já foram abordados no âmbito da PGFN, embora de forma um pouco diversa da que será desenvolvida a seguir, em duas valiosas manifestações: no Parecer PGFN/CRJ n. 1.277/94, elaborado pelo Procurador da Fazenda Nacional Dr. OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO, e na análise sobre o cabimento de ação rescisória, elaborada pelo Procurador da Fazenda Nacional Dr. ARTHUR ALVES DA MOTA em 30 de janeiro de 2004, posteriormente corroborada pela Nota PGFN/CRJ 410/2004. Essas duas manifestações também inspiraram o presente trabalho.

6.Já pelo segundo registro preliminar, pretende-se, já neste momento inicial, espancar eventuais dúvidas quanto ao objeto que será realmente enfrentado no presente Parecer. Com esse escopo, vale esclarecer que não se pretende tratar, a seguir, da conhecida questão da "relativização da coisa julgada inconstitucional", embora seja certo que esta - quando trazida para o campo do Direito Tributário-, assim como a que será especificamente enfrentada neste Parecer, possuem o mesmo tema como "pano de fundo", qual seja, o já referido tema dos "reflexos gerados pela alteração da jurisprudência do STF em relação à coisa julgada em matéria tributária". Apesar de tal semelhança, essas duas questões são, na essência, bastante diferentes, conforme restará melhor detalhado e explicado em momento oportuno; por ora, basta ter-se em mente que, enquanto a questão objeto do presente Parecer volta-se a apreciar o impacto que a nova jurisprudência do STF produz em relação aos desdobramentos futuros da coisa julgada que disciplina relação jurídica tributária de trato continuado, a "relativização da coisa julgada inconstitucional", por outro lado, volta-se para o passado, permitindo a revisão dos efeitos pretéritos da decisão tributária transitada em julgado contrária à posterior jurisprudência do STF. E essa diferença possui grande repercussão prática, conforme será adiante demonstrado.

7.Feitos esses registros preliminares, passa-se, finalmente, ao enfrentamento do objeto do presente Parecer.

II

O impacto causado pela jurisprudência do STF em relação à eficácia vinculante de decisão judicial transitada em julgado voltada à disciplina de relação jurídica tributária sucessiva

a) A alteração nos suportes fático ou jurídico da decisão tributária transitada em julgado faz cessar, prospectivamente, a sua eficácia vinculante

8.Como se sabe, o juízo de certeza contido nas sentenças judiciais proferidas nos autos de processos de conhecimento recai, primordialmente, sobre a incidência, ou não, de determinada norma sobre um dado suporte fático nela previsto; ocorridos os fatos previstos em lei ("suporte fático") como aptos a fazer incidir a norma geral e abstrata (suporte jurídico), esta incide, nascendo, daí, a relação jurídica de direito material. É, precisamente, essa relação jurídica de direito material que será declarada como existente ou inexistente na sentença, e é esse juízo de certeza (sobre a existência ou inexistência da relação, com as conseqüências jurídicas daí decorrentes) que se torna imutável e vinculante quando acobertado pela coisa julgada.

9.Quando a decisão transitada em julgado se volta a disciplinar as chamadas relações jurídicas de direito material sucessivas, ou de trato continuado - assim entendidas como sendo aquelas que nascem, ou podem nascer, de fatos geradores que se repetem no tempo de maneira uniforme e continuada (e que, ao se repetirem, fazem-se repetir o fenômeno da incidência) -, declarando-as existentes ou inexistentes, a imutabilidade e a eficácia vinculante que dela decorre recairá, também, sobre os desdobramentos futuros da declaração de existência ou inexistência dessas relações jurídicas. De fato, conforme esclarece o Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, "é sabido que tal situação, por seu caráter duradouro, está apta a perdurar no tempo, podendo persistir quando, no futuro, houver repetição de outros fatos geradores instantâneos, semelhantes ao examinado na sentença. Nesses casos, admite-se a eficácia vinculante da sentença também em relação aos eventos recorrentes. Isso porque o juízo de certeza desenvolvido pela sentença sobre determinada relação jurídica concreta decorre, na verdade, de juízo de certeza sobre situação jurídica mais ampla, de caráter duradouro, componente, ainda que mediata, do fenômeno da incidência". (Grifou-se).

10.Ocorre que a imutabilidade e a eficácia vinculante da decisão transitada em julgado apenas recairá sobre os desdobramentos futuros da declaração, nela contida, de existência ou inexistência da relação jurídica de direito material sucessiva deduzida em juízo, se e enquanto permanecerem inalterados os suportes fático e jurídico existentes ao tempo da sua prolação, ou seja, se e enquanto continuarem ocorrendo aqueles mesmos fatos e continuar a incidir (ou a não incidir) aquela mesma norma sob os quais o juízo de certeza se formou. Alteradas as circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes à época da prolação da decisão, o que se faz possível em face da natureza conhecidamente dinâmica dos fatos e do direito, essa decisão naturalmente deixa de produzir efeitos vinculantes, dali para frente; trata-se da cláusula rebus sic stantibus subjacente às sentenças em geral, com especial destaque àquelas que se voltam à disciplina de relações jurídicas de trato continuado.

11.Veja-se que isto se dá - e eis aqui ponto essencial à compreensão de tudo o que será dito a seguir -, por razões ligadas aos limites objetivos da coisa julgada, que determinam que a eficácia vinculante que emana das decisões transitadas em julgado recaia, apenas, sobre a específica relação jurídica de direito material deduzida em juízo (apontada como existente ou inexistente) e nela apreciada, e não sobre qualquer outra. Assim, modificados os fatos existentes ao tempo da prolação da decisão, ou alterado o direito então aplicável à espécie, estar-se-á diante de nova relação jurídica de direito material, que, justamente por ser diferente daquela nela declarada, de modo definitivo em razão do seu posterior trânsito em julgado, como existente ou inexistente, não poderá ser alcançada pelos efeitos vinculantes da referida decisão. Tanto é assim que essa nova relação jurídica material poderá ser objeto de debate e decisão em nova demanda, sem que isso encontre óbice na coisa julgada anterior.

12.Vistos esses conceitos basilares, impende trazê-los integralmente ao campo do Direito Tributário, para nele permanecer até o final deste Parecer. Como se sabe, as relações jurídicas desenvolvidas nesse campo, travadas entre Fisco e sujeitos passivos tributários, assumem, frequentemente, uma feição continuada, eis que se repetem no tempo de forma sucessiva e homogênea, nascendo todas as vezes que ocorre, no mundo dos fatos, a hipótese de incidência prevista na lei tributária; dessa repetição de relações jurídicas tributárias no tempo, resulta, de forma também contínua e homogênea, a obrigação de pagar o correspondente tributo.

13.Pode-se afirmar, então, à luz dos conceitos acima expostos, que a decisão transitada em julgado que disciplina determinada relação jurídica tributária sucessiva (daqui para frente chamada, apenas, de "decisão tributária transitada em julgado"), julgando-a, por exemplo, inexistente por considerar que a respectiva norma de incidência é incapaz de efetivamente incidir (o que tem como conseqüência jurídica imediata a impossibilidade de que o Fisco exija, do autor da ação, o tributo ali discutido), deixará de produzir efeitos vinculantes a partir do momento em que se verificar que as circunstâncias de direito existentes ao tempo da sua prolação se alteraram (os fatos continuam ocorrendo, mas o direito mudou).

14.Conseqüência disso, e já antecipando o que será melhor desenvolvido mais adiante, é que, no exemplo acima, os fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor após a alteração das circunstâncias jurídicas - e a conseqüente cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado - poderão naturalmente sofrer a incidência da lei tributária (ou nova, ou alterada), surgindo daí, de um lado, a obrigação de recolher o tributo, e, de outro, o direito de cobrá-lo, sem que represente óbice a tanto a existência de coisa julgada anterior. O mesmo ocorrerá caso a alteração recaia sobre o suporte fático existente ao tempo da prolação da decisão tributária transitada em julgado: a sua eficácia vinculante deixará de operar a partir dessa modificação fática.

15.Deixando de lado as possibilidades de alterações nos suportes fáticos capazes de fazer cessar a eficácia vinculante da decisão tributária passada em julgado, que são inúmeras, tantas quantas permite a liberdade humana, passa-se a centrar o foco no aspecto que verdadeiramente interessa ao presente Parecer, donde vem a pergunta: quais são as alterações nas circunstâncias jurídicas existentes ao tempo da prolação da decisão tributária posteriormente transitada em julgado que são capazes de fazer cessar a sua eficácia vinculante?

16.Para que se responda a essa pergunta, há que se manter em mente, como verdadeira premissa, o seguinte: as modificações nas circunstâncias jurídicas existentes ao tempo da prolação da decisão tributária posteriormente transitada em julgado capazes de fazer cessar a sua eficácia vinculante são aquelas que, quando ocorridas, fazem surgir uma relação jurídica tributária nova, diversa da deduzida inicialmente na demanda e, por isso mesmo, não alcançada pelos limites objetivos da coisa julgada ali formada. Portanto, são aquelas que impactam ou alteram o próprio sistema jurídico vigente - assim entendido como o conjunto de normas (regras e princípios) predestinadas a disciplinar o convívio social -, representando, de certa forma e sob algum aspecto relevante, "direito novo".

17.Fixada essa premissa, faz-se possível identificar, como um primeiro e mais óbvio exemplo desse tipo de circunstância jurídica, as alterações da legislação tributária, cujo advento acarreta o surgimento de uma relação jurídica tributária nova e, por isso mesmo, é capaz de fazer cessar a eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado formada com base na legislação anterior: é o que se tem, por exemplo, quando uma empresa é considerada, em sentença transitada em julgado, isenta do pagamento de determinado tributo e, posteriormente, a lei que lhe confere tal isenção é revogada; ora, a referida sentença foi proferida quando vigente uma determinada ordem jurídica em que existia norma conferindo a isenção reconhecida; com a revogação dessa norma, a anterior sentença transitada em julgado deixa de produzir efeitos para o futuro, o que permite que o Fisco passe a cobrar, do contribuinte-autor, o tributo em relação aos fatos geradores por ele praticados dali para frente.

18.Registre-se, aliás, que a doutrina e a jurisprudência pátrias já há algum tempo vêm reconhecendo, sem maiores controvérsias, que a decisão transitada em julgado sob a égide de uma dada ordem normativa perde seus efeitos vinculantes, para o futuro, com o advento de uma nova legislação, não sendo apta a disciplinar atos praticados com base na ordem normativa sobrevinda; nesse sentido, vale conferir elucidativo acórdão recentemente proferido pela Corte Especial do STJ:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO ASSEGURADA POR DECISÃO JUDICIAL. SUPERVENIÊNCIA DE LEI FIXANDO NOVOS VENCIMENTOS. ABSORÇÃO DAS VANTAGENS ANTERIORES, ASSEGURADA A IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. LEGITIMIDADE. EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA, OBSERVADA A CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. PRECEDENTES (MS 11.145, CE, MIN. JOÃO OTÁVIO, DJE 03/11/08). 1. Ao pronunciar juízos de certeza sobre a existência, a inexistência ou o modo de ser das relações jurídicas, a sentença leva em consideração as circunstâncias de fato e de direito que se apresentam no momento da sua prolação. Tratando-se de relação jurídica de trato continuado, a eficácia temporal da sentença permanece enquanto se mantiverem inalterados esses pressupostos fáticos e jurídicos que lhe serviram de suporte (cláusula rebus sic stantibus). Assim, não atenta contra a coisa julgada a superveniente alteração do estado de direito, em que a nova norma jurídica tem eficácia ex nunc, sem efeitos retroativos. Precedentes da CE e de Turmas do STJ. 2. No caso, a superveniente Lei 10.475/02, dispondo sobre os vencimentos de servidores públicos, operou a absorção dos valores anteriores, inclusive o das vantagens asseguradas por sentença, mas preservou a irredutibilidade mediante o pagamento de eventuais diferenças como direito individual (art. 6º). Legitimidade da norma, conforme decisão do STF, adotada como fundamento do ato atacado. 3. Mandado de segurança denegado". (Grifou-se). (STJ, MS n. 11045, Corte Especial, Relator Min. Teori Albino Zavascki, DJE 25/02/2010).

19.Mas a alteração legislativa não é a única mudança no suporte jurídico existente ao tempo da prolação da decisão tributária passada em julgado que, por fazer surgir uma relação jurídica tributária diversa da nela apreciada, mostra-se capaz de fazer cessar a sua eficácia vinculante, para o futuro: conforme restará demonstrado no tópico a seguir, a consolidação da jurisprudência do STF em sentido diverso daquele sufragado na decisão tributária transitada em julgado também representa, em determinadas hipóteses, significativa alteração do suporte jurídico sob o qual o juízo de certeza nela contido se formou, e, assim, revela-se capaz de fazer cessar a eficácia vinculante dele emanada.

b) O advento de precedente objetivo e definitivo do STF em sentido diverso do sufragado em anterior decisão tributária transitada em julgado representa circunstância jurídica nova e faz cessar a sua eficácia vinculante

b.1 - A jurisprudência do Plenário do STF, em controle concentrado ou, em algumas hipóteses, difuso de constitucionalidade, possui força para impactar ou alterar o sistema jurídico vigente

20.Sabe-se que a ordem constitucional vigente imputou à Suprema Corte a função institucional precípua de exercer a guarda da Constituição Federal, atribuindo-lhe, para tanto, o monopólio para proferir a última palavra no que pertine à análise da compatibilidade das leis em face da Constituição, bem como à interpretação do próprio texto constitucional. De fato, quando o STF, no exercício desse mister constitucional, profere decisão reconhecendo, em caráter final, a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de um determinado dispositivo legal, o que daí resulta é a resolução definitiva acerca da capacidade, ou não, de incidência dessa norma, o que não pode deixar de surtir reflexos, num primeiro momento, no próprio sistema jurídico vigente e, num segundo momento, e por conseqüência, nas relações jurídicas que possuem - ou possuiriam- como suporte jurídico o dispositivo legal apreciado.

21.Com efeito, dada a força de que se revestem alguns dos precedentes oriundos do STF, explicada, dentre outros fatores, justamente pela mencionada função institucional atualmente atribuída à Suprema Corte, não há como negar que o advento desses precedentes possui o condão de conferir à norma (constitucional ou legal) por eles apreciada um atributo novo: a condição de norma definitivamente interpretada ou analisada pelo órgão responsável por dar a palavra

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

final sobre o tema. Assim, se antes de proferido o pronunciamento definitivo da Suprema Corte ainda podia pairar alguma dúvida sobre, por exemplo, a compatibilidade ou não de um dado dispositivo legal com a Constituição Federal, ou, ainda, sobre qual a correta interpretação a ser dada a um determinado dispositivo constitucional, com o seu advento todas as eventuais dúvidas são substituídas por um juízo de certeza final acerca do tema. Conforme ensina TEORI ALBINO ZAVASCKY, o "STF é o guardião da Constituição. Ele é o órgão autorizado pela própria Constituição a dar a palavra final em temas constitucionais. A Constituição, destarte, é o que o STF diz que ela é. Eventuais controvérsias interpretativas perante outros tribunais perdem, institucionalmente, toda e qualquer relevância frente ao pronunciamento da Suprema Corte".

22.Daí que, diante da roupagem e das funções institucionais conferidas, pela ordem constitucional positiva, à Suprema Corte, é certo que as suas decisões definitivas, uma vez proferidas, incorporam-se ao sistema jurídico vigente - assim entendido, repita-se, como o conjunto de normas (regras e princípios) predestinadas a disciplinar o convívio social -, agregando-lhe um elemento até então inexistente, e que consiste, justamente, no já mencionado juízo de certeza acerca da constitucionalidade, ou não, de uma determinada lei, ou acerca da correta interpretação de uma dada norma constitucional. Esse juízo de certeza termina por se prender ou se incorporar à própria lei analisada, cuja aplicação, ou, conforme o caso, cuja não aplicação, deverá, dali por diante, estar nele pautada. Assim, sob essa ótica, pode-se afirmar que alguns dos precedentes oriundos do STF impactam ou alteram o sistema jurídico vigente, que passa a ser integrado por um novo elemento.

23.Importa ressaltar, entretanto, que para que um precedente do STF seja capaz de efetivamente alterar ou impactar o sistema jurídico vigente, agregando-lhe um elemento novo, faz-se necessário que nele se possa identificar duas características essenciais: primeira - que se trate de decisão que enfrenta uma dada questão constitucional de forma objetiva, resolvendo-a em tese, sem qualquer apego a dados subjetivos da demanda concreta; segunda - que essa decisão, além de objetiva, seja definitiva, ou seja, esteja vocacionada a representar a palavra final da Suprema Corte acerca da questão constitucional apreciada. Essas características, quando conjuntamente presentes em um determinando precedente, permite que se considere que o comando nele contido veicula a resolução definitiva da Suprema Corte acerca da questão constitucional apreciada, dando-lhe solução estável, apta a se aplicar à generalidade das situações que, eventualmente, apresentem questão idêntica.

24.E essas duas características, segundo aqui se entende, fazem-se presentes, ao menos atualmente (mais precisamente, após 3 de maio de 2007, conforme restará demonstrado mais adiante), nos precedentes do STF formados: (i) em sede de controle concentrado de constitucionalidade das leis ou; (ii) em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, da Resolução de que trata o art. 52, inc. X da CF/88, desde que, nesse último caso, o precedente tenha resultado de julgamento realizado nos moldes previstos no art. 543-B do Código de Processo Civil (CPC). Ou seja, nos dias atuais, são objetivos e definitivos e, portanto, alteram/impactam o sistema jurídico vigente, agregando-lhe um elemento novo, tanto os precedentes oriundos do Plenário do STF formados em controle concentrado de constitucionalidade, quanto alguns dos seus precedentes formados em controle difuso, independentemente, nesse último caso, de posterior edição, pelo Senado Federal, da Resolução prevista no art. 52, inc. X da CF/88.

25.Para que bem se compreenda as razões que embasam tal assertiva, faz-se mister tecer algumas brevíssimas considerações especificamente acerca do perfil assumido, na realidade jurídica atual, pelas modalidades de controle de constitucionalidade - concentrado e difuso - existentes na ordem constitucional positiva, quando exercidas pela Suprema Corte, o que, no entanto, será feito tomando-se como ponto de partida a concepção tradicional acerca do tema.

26.E, nesse embalo, inicia-se com o registro de que, tradicionalmente, identificavam-se duas diferenças primordiais a apartar as decisões proferidas pela Suprema Corte em sede de controle concentrado daquelas proferidas em controle difuso de constitucionalidade: 1ª - a própria natureza das decisões - enquanto as proferidas em controle concentrado resolveriam as questões jurídicas em tese e a priori, de forma objetiva e geral, como o pedido principal de uma ação originária (principaliter tantum), as proferidas em controle difuso, opostamente, enfrentariam a questão jurídica a posteriori, à luz das peculiaridades do específico caso concreto submetido a julgamento e de acordo com os interesses subjetivos das partes, sempre de forma incidental (incidenter tantum); 2ª - a extensão dos efeitos vinculantes - enquanto as proferidas em controle concentrado possuiriam eficácia vinculante geral (ou seja: força para vincular os demais órgãos jurisdicionais e a Administração Pública Direta e Indireta), as proferidas em controle difuso possuiriam, opostamente, eficácia vinculante inter partes (força para vincular somente as partes das específicas demandas judiciais nas quais são proferidas), que somente passaria a se estender a terceiros caso a lei reconhecida como inconstitucional tivesse a sua eficácia suspensa por Resolução editada pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inc. X da CF/88.

27.Acontece que essa concepção tradicional acerca das duas modalidades de controle de constitucionalidade tem sido gradualmente relativizada por uma tendência, verificável no sistema jurídico pátrio e que já se espraia no âmbito da Suprema Corte, de aproximar a natureza e - até mesmo, em algumas situações, a extensão da eficácia vinculante - das decisões proferidas pelo STF nas duas modalidades de controle de constitucionalidade das leis, naquilo que, na feliz expressão de GILMAR FERREIRA MENDES, revela-se como uma tendência de "dessubjetivação das formas processuais, especialmente daquelas aplicáveis ao modelo de controle incidental, antes dotadas de ampla feição subjetiva, com simples eficácia inter partes."

28.Tal tendência de "dessubjetivação" do controle de constitucionalidade exercido na modalidade difusa, aproximando-o do exercido na modalidade concentrada, pode ser identificada nos seguintes exemplos, escolhidos à citação por parecerem revelar uma verdadeira mudança de paradigma, ou, ao menos, um processo de transição nesse sentido:

(i) entendimento, manifestado pelo STF no julgamento da ADIN n. 4071, no sentido de que a existência de prévia decisão do seu Plenário considerando constitucional determinada norma jurídica, ainda que em sede de Recurso Extraordinário (em controle difuso, portanto), torna manifestamente improcedente ADIN posteriormente ajuizada contra essa mesma norma. Tal entendimento evidencia que a natureza e a extensão dos efeitos oriundos das decisões dadas, pelo STF, em controle concentrado e em controle difuso de constitucionalidade não diferem substancialmente; do contrário, caso as decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade apenas vinculassem as partes da demanda concreta, a ADIN antes referida deveria ter sido conhecida e julgada improcedente, justamente a fim de conferir eficácia vinculante erga omnes ao juízo de constitucionalidade da lei analisada;

(ii) aplicação do art. 27 da Lei n. 9.868/99 (que, tradicionalmente, servia como instrumento de manejo restrito ao âmbito do controle concentrado de constitucionalidade) às decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso, de forma a lhes modular os efeitos temporais por razões atinentes à "segurança jurídica ou de excepcional interesse social", o que apenas parece fazer algum sentido caso se admita que a força dessas decisões extrapola o âmbito exclusivo das demandas concretas por elas especificamente disciplinadas, estendendo-se, também, a todas as outras demandas em que se discuta a mesma questão jurídica nela debatida;

(iii) criação do instituto da repercussão geral e a sua previsão como requisito de admissibilidade dos recursos extraordinários (ex vi do art. 102, §3º da CF/88, incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004), de modo a permitir que apenas aqueles recursos que tratem de questões constitucionais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, cheguem à apreciação da Suprema Corte;

(iv) já há manifestação monocrática, oriunda do STF, da lavra do Ministro GILMAR FERREIRA MENDES e acompanhada pelo Min. EROS GRAU, considerando cabível - e procedente - Reclamação Constitucional ajuizada em face da desobediência, por juiz singular, de decisão proferida pela Suprema Corte nos autos do HC n. 82959/SP (em controle difuso, portanto), sob o fundamento de que as decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade ostentam eficácia vinculante erga omnes, independentemente da posterior edição de Resolução pelo Senado Federal, elaborada na forma do art. 52, X da CF/88, a qual teria apenas, hodiernamente, o condão de imprimir publicidade a tais decisões. Trata-se de decisão monocrática proferida nos autos da Reclamação Constitucional n. 4.335/AC, cujo julgamento se encontra, atualmente, sobrestado em razão do pedido de vista feito pelo Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, em 19/04/2007.

(v) em outro relevante julgamento, proferido nos autos das ADIN n. 3345 e 3365, restou definido que os "motivos determinantes" subjacentes às decisões proferidas pela Suprema Corte em sede de controle difuso de constitucionalidade ostentam "efeitos vinculantes transcendentes", de modo que a sua eficácia vinculante extrapola a esfera restrita e específica das demandas individuais nas quais tais decisões são proferidas, vinculando o destino das demais que enfrentem questão jurídica semelhante.

29.Todos esses exemplos apontam, inequivocamente, para uma mesma direção, ou para uma mesma verdade que já se mostra irrecusável: as decisões proferidas pelo STF em sede de controle difuso de constitucionalidade, quando oriundas do seu órgão Plenário, independentemente de posterior edição de Resolução Senatorial, têm assumido um caráter objetivo, já que desprendido do caso concreto e de suas vicissitudes. O controle difuso de constitucionalidade, nesse passo, quando exercido pelo Pleno da Suprema Corte, abandona a marca que tradicionalmente o vinculava ao chamado "controle concreto" (posto que feito à luz das peculiaridades do caso concreto), passando a ligar-se, tanto quanto o exercido na modalidade concentrada, ao "controle abstrato", em que a questão jurídica levada à apreciação é analisada em tese, ainda que de forma incidental (incidenter tantum). Mais uma vez, nas palavras de GILMAR FERREIRA MENDES, citadas por FREDIE DIDIER JR.,"o recurso extraordinário deixa de ter caráter meramente subjetivo ou de defesa de interesses das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva. (...) A função do Supremo nos recursos extraordinário - ao menos de modo imediato - não é a de resolver litígios de fulano ou beltrano, nem a de revisar todos os pronunciamentos das Cortes inferiores. O processo entre as partes, trazido à Corte via recurso extraordinário, deve ser visto apenas como pressuposto para uma atividade jurisdicional que transcende os interesses subjetivos".

30.Esse caráter objetivo dos acórdãos proferidos, pelo Plenário do STF, em sede de controle difuso de constitucionalidade talvez tenha atingido o seu ponto máximo com a inserção, no sistema processual civil positivo, da sistemática de julgamento por amostragem dos recursos extraordinários repetitivos, que, tal qual delineada pelo art. 543-B do CPC (introduzido pela Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006), permite que a repercussão geral de questões constitucionais repetitivas seja reconhecida ou negada, de uma só vez, pelo STF, por meio da análise do recurso extraordinário "paradigma", escolhido por amostragem; e que, uma vez reconhecida a repercussão geral da questão constitucional repetitiva, o STF passe à sua resolução, por meio do julgamento do mérito do recurso extraordinário escolhido como paradigma.

31.E mais: parece lícito se afirmar que a sistemática prevista no art. 543-B do CPC, além de ter reforçado a feição objetiva assumida pelos julgamentos proferidos sob as suas vestes, também terminou por conferir a esses julgamentos a vocação de representarem a palavra final e definitiva da Suprema Corte acerca da questão constitucional neles apreciada. É que, por resultarem de um procedimento especial e legitimador, os precedentes formados nos termos do art. 543-B do CPC revestem-se de um nível de definitividade e certeza diferenciado quando comparado àquele ostentado pelos precedentes oriundos de julgamentos, ainda que da Suprema Corte, não submetidos à nova sistemática. Isso significa que a alteração, pelo STF, do entendimento contido em precedente judicial formado nos moldes da nova sistemática, embora possível, presume-se pouco provável, e, ao que tudo indica, apenas ocorrerá em casos excepcionais e extremos, quando, por exemplo, novos dados possam ser agregados à questão constitucional tratada no precedente de modo a demonstrar que a definição nele contida já não mais se apresenta como a melhor tecnicamente, ou, então, como a mais justa.

32.Assim, os precedentes oriundos do Plenário do STF, formados em controle difuso de constitucionalidade, nos moldes do art. 543-B do CPC, ostentam caráter objetivo e definitivo. Não há dúvidas, portanto, que, diante da realidade jurídica que atualmente se impõe, aquela primeira diferença tradicionalmente apontada, conforme mais acima registrado, como apta a apartar as decisões proferidas pela Suprema Corte em sede de controle concentrado de constitucionalidade das proferidas em sede de controle difuso, qual seja, a natureza - objetiva ou subjetiva - de cada uma delas, já não existe mais. Resta saber, todavia, se aquela segunda diferença apontada como existente entre essas duas decisões, qual seja, a extensão - erga omnes ou inter partes - da eficácia vinculante delas emanada, ainda persiste, ou não, nos dias duais.

33.Quanto a essa específica questão, abre-se um breve parênteses para registrar - sem qualquer pretensão de aprofundar a análise -, que, segundo aqui se entende, a feição objetiva e definitiva assumida pelas decisões proferidas pelo STF nos moldes do art. 543-B do CPC, em sede de controle difuso de constitucionalidade, que em nada difere daquela que marca as decisões proferidas em controle concentrado, já seria suficiente para que se pudesse conferir à sua eficácia o caráter vinculante erga omnes.

34.De fato, a objetividade que tem caracterizado as decisões proferidas pelo Plenário do STF em controle difuso de constitucionalidade, somada à definitividade alcançada quando essas decisões resultam de julgamentos formados nos moldes do art. 543-B do CPC, tornam as definições nelas contidas perfeitamente aplicáveis, tanto quanto as proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, a todas as demandas judiciais que, eventualmente, tratem da mesma questão jurídica nelas enfrentadas, sendo aptas, ainda, a reger a atuação da Administração Pública Direta e Indireta. Tanto uma (a proferida em controle difuso, nos termos do art. 543-B do CPC) quanto a outra (a proferida em controle concentrado) são oriundas do mesmo órgão (Pleno do STF) e resolvem, de forma igualmente final e estável, as questões constitucionais que lhes são submetidas, fazendo-o sempre à luz da ordem objetiva, sem qualquer apego a eventuais dados subjetivos da causa.

35.Se é assim, então a simples circunstância de as decisões proferidas pelo STF em controle difuso resolverem questões jurídicas de forma incidental, por ocasião do julgamento de recursos, e não de forma principal, por ocasião do julgamento de pedido formulado em ação originária, não parece configurar razão suficientemente relevante para lhes negar a força de vincular os demais órgãos jurisdicionais na resolução de demandas judiciais que tratem de questões jurídicas idênticas às nelas tratadas, bem como a atuação da Administração Publica Direta e Indireta. Note-se que pretender justificar, apenas em tal circunstância, a diferenciação entre a extensão da eficácia vinculante emanada das decisões proferidas pelo Plenário do STF em controle concentrado e aquela emanada das proferidas, nos moldes do art. 543-B do CPC, pelo mesmo Plenário, em controle difuso, acaba conduzindo a uma distinção absolutamente artificial entre essas duas decisões, já que escorada em critérios cuja relevância, se um dia já se fez presente, certamente inexiste na realidade jurídica atual.

36.E os próprios exemplos mais acima trazidos à colação já parecem respaldar tal entendimento: basta conferir, com atenção, o que restou decidido em um deles, mais especificamente no julgamento das ADIN n. 3345 e 3365, antes referido. Neste julgamento, a Suprema Corte definiu, e com força inequivocamente vinculante erga omnes (posto que em ADIN), que os motivos que fundamentam as suas decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade devem ser observados, obrigatoriamente, por todos os demais órgãos jurisdicionais, bem como pelos entes da Administração Pública Direta e Indireta, quando eventualmente se depararem com questões constitucionais idênticas às definidas em tais decisões. Diante de uma manifestação de clareza solar como essa, e de tantas outras semelhantes, cabe a seguinte pergunta, a um só tempo retórica e provocativa: será que realmente ainda há espaço, diante da realidade jurídica que atualmente se impõe, para se negar caráter vinculante erga omnes à eficácia das decisões proferidas pelo Plenário do STF em sede de controle difuso de constitucionalidade (mormente quando formadas nos moldes do art. 543-B do CPC)?

37.O entendimento defendido neste Parecer acerca do tema, além de, segundo aqui se entende, encontrar respaldo nos exemplos acima elencados, também encontra apoio na lição de diversos doutrinadores, dentre os quais se destaca GILMAR FERREIRA MENDES, uma das vozes mais autorizadas no país sobre o tema:

"Como se vê, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle incidental acabam por ter eficácia que transcende o âmbito da decisão, o que indica que a própria Corte vem fazendo uma releitura do texto constante do art. 52, X, da Constituição de 1988, que, como já observado, reproduz disposição estabelecida, inicialmente, na Constituição de 1934 (art. 91, IV) e repetida nos textos de 1946 (art. 64) e de 1967/1969 (art. 42, VIII).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ao se entender que a eficácia ampliada da decisão está ligada ao papel especial da jurisdição constitucional e, especialmente, se considerarmos que o texto constitucional de 1988 alterou substancialmente o papel desta Corte, que passou a ter uma função preeminente na guarda da Constituição a partir do controle direto exercido na ADIn, na ADC e na ADPF, não há como deixar de reconhecer a necessidade de uma nova compreensão do tema.

(...).

De qualquer sorte, a natureza idêntica do controle de constitucionalidade, quanto às suas finalidades e aos procedimentos comuns dominantes para os modelos difuso e concentrado, não parece mais legitimar a distinção quanto aos efeitos das decisões proferidas no controle direto e no controle incidental.

Somente essa nova compreensão parece apta a explicar o fato de o Tribunal ter passado a reconhecer efeitos gerais à decisão proferida em sede de controle incidental, independentemente de intervenção do Senado. O mesmo há de se dizer das várias decisões legislativas que reconhecem 'efeito transcendente às decisões do STF tomadas em sede de controle difuso.

Esse conjunto de decisões judiciais e legislativas revela, em verdade, uma nova compreensão do texto constitucional no âmbito da Constituição de 1988.

É possível, sem qualquer exagero, falar-se aqui de uma autentica mutação constitucional."(Grifou-se).

38.E o mesmo autor, em passagem do voto que proferiu nos autos da ADIN n. 3345, registra que:

"De fato, é difícil admitir que a decisão proferida na ADIn ou ADC ou ADPF possa ser dotada de eficácia geral e a decisão proferida no âmbito do controle incidental - esta muito mais morosa porque em geral tomada após tramitação da questão por todas as instâncias - continue a ter eficácia restrita entre as partes."

39.Dá-se destaque, ainda, à enfática lição de DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR:

"De fato, se no passado se justificava a distinção, hodiernamente ela é intolerável, diante da posição de Guardião da Constituição da qual se reveste a Corte. Ora, no contexto atual, é absolutamente sem sentido, chegando a soar como teratológica a explicação de que, no controle difuso, o Supremo decide inter partes, enquanto que no controle concentrado decide erga omnes. Tudo isso só porque o STF, na primeira hipótese, declara a inconstitucionalidade resolvendo uma questão incidental, e, na segunda, declara a mesma inconstitucionalidade solucionando a própria questão principal. Onde está a lógica disso, já que - seja decidindo incidenter tantum ou principaliter tantum - o órgão prolator da decisão é o mesmo?"

40.No âmbito da jurisprudência, vale transcrever, no mesmo sentido ora defendido, trecho de elucidativo voto proferido pelo Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI como Relator do Recurso Especial n. 828.106/SP:

"(...).

Sob esse enfoque, há idêntica força de autoridade nas decisões do STF em ação direta quanto nas proferidas em via recursal. Merece aplausos essa aproximação, cada vez mais evidente, do sistema de controle difuso de constitucionalidade ao do concentrado, que se generaliza também em outros países (SOTELO, José Luiz Vasquez. "A jurisprudência vinculante na 'common law' e na 'civil law'", in Temas Atuais de Direito Processual Ibero-Americano, Rio de Janeiro, Forense, 1998, p. 374; SEGADO, Francisco Fernandez. La obsolescência de la bipolaridad 'modelo americano-modelo europeo kelseniano' como critério nalitico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa",

apud Parlamento y Constitución, Universida de Castilla-La Mancha, Anuario (separata), nº 6, p. 1-53).

No atual estágio de nossa legislação, de que são exemplos esclarecedores os dispositivos acima transcritos, é inevitável que se passe a atribuir simples efeito de publicidade às resoluções do Senado previstas no art. 52, X, da Constituição. É o que defende, em doutrina, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, para quem "não parece haver dúvida de que todas as construções que se vêm fazendo em torno do efeito transcendente das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Congresso Nacional, com o apoio, em muitos casos, da jurisprudência da Corte, estão a indicar a necessidade de revisão da orientação dominante antes do advento da Constituição de 1988". (MENDES, Gilmar Ferreira "O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional", Revista de Informação Legislativa, n. 162, p. 165)." (DJU 15/05/2006). (Grifou-se).

41.Entretanto - e aqui se fecham os parênteses abertos mais acima-, em que pesem todos os argumentos acima aventados, é certo que - especialmente à luz de uma interpretação literal da CF/88 e do CPC, bem como diante de dogmas tradicionais incorporados no sistema jurídico brasileiro e até o momento não integralmente superados -, ainda não é possível se afirmar, com os ares peremptórios que uma afirmação assume, que as decisões proferidas pela Suprema Corte, em sede de controle difuso de constitucionalidade das leis, ainda que formadas nos moldes do art. 543-B do CPC, quando não seguidas por Resolução editada com fulcro no art. 52, inc. X da CF/88, ostentam eficácia vinculante erga omnes. O entendimento que ainda parece predominar, mormente em setores mais conservadores da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais, é o de que a extensão da eficácia vinculante ainda é fator de distinção entre as decisões proferidas pelo STF em controle difuso e concentrado de constitucionalidade, sendo certo, ademais, que o art. 543-B do CPC, apesar de conferir aos precedentes formados sob as suas vestes uma força persuasiva especial e diferenciada, não lhes imprimiu, propriamente, força vinculante erga omnes.

42.Mas, apesar disso, o simples fato - este sim irrecusável -, de as decisões proferidas pelo Pleno do STF nos moldes do art. 543-B do CPC ostentarem, atualmente, caráter objetivo, geral e definitivo, sendo aptas a reger, com elevado grau de estabilidade, todos os casos idênticos, já é suficiente a lhes atribuir força para alterar ou impactar o sistema jurídico vigente, agregando-lhe um elemento novo.

43.É que a ausência de eficácia vinculante erga omnes, explicada mais em função da literalidade do texto constitucional e do Diploma Processual Civil do que por qualquer razão de índole verdadeiramente ontológica, não retira das decisões proferidas pelo STF nos moldes do art. 543-B do CPC a vocação de representarem, tanto quanto as proferidas em controle concentrado, a "palavra final e definitiva" da Suprema Corte acerca da questão jurídica nelas objetivamente decididas. E, conforme se explicitou mais ao início deste tópico do presente Parecer, é exatamente isso, ou seja, a especial qualidade de representarem o juízo objetivo, definitivo e final da Suprema Corte acerca de uma dada questão constitucional - e não a sua eventual eficácia vinculante erga omnes-, que configura o fator responsável por conferir às decisões proferidas pelo Pleno do STF (seja em controle concentrado, seja em controle difuso de constitucionalidade, seguidas ou não de Resolução Senatorial, neste último caso, desde que nos moldes do art. 543-B do CPC) força para alterar/impactar o sistema jurídico vigente, agregando-lhe um relevante elemento novo, a saber, o juízo de certeza final acerca da constitucionalidade/inconstitucionalidade de uma determinada lei, ou acerca da correta interpretação do texto constitucional.

44.Por fim, ainda sobre o tema, há que se fazer uma última e importante consideração.

45.Como se sabe, a Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006, que introduziu os arts. 543-A e 543-B no CPC, entrou em vigor em 19 de fevereiro de 2007, após uma vacatio legis de 60 dias. Entretanto, conforme restou definido pelo STF em Questão de Ordem havida no

julgamento do Agravo de Instrumento n. 664567/RS, apenas após o advento da Emenda Regimental n. 21, publicada no Diário Oficial em 3 de maio de 2007, que alterou o Regimento Interno do STF de modo a adaptá-lo à Lei n. 11.418/2006, é que a Suprema Corte passou a, de fato, poder fazer uso dos institutos forjados pela nova legislação, passando, então, a submeter alguns dos seus julgados à sistemática prevista no art. 543-B do CPC.

46.Diante disso, parece correto se afirmar que, do dia 3 de maio de 2007 em diante, apenas os julgamentos do Plenário do STF submetidos ao art. 543-B do CPC é que podem ser considerados como, além de objetivos, vocacionados a representar a palavra final e definitiva da Suprema Corte acerca da questão constitucional apreciada, e, conseqüentemente, podem ser tidos como capazes de efetivamente alterar/impactar o sistema jurídico vigente, nos termos acima assinalados. Entende-se que, a partir do momento em que a Suprema Corte passou a ter à sua disposição o instrumental previsto no art. 543-B do CPC, o seu eventual não uso para a resolução de um determinado caso é um indicativo de que essa resolução não ostenta ou, pelo menos, pode não ostentar, os atributos da objetividade e definitividade.

47.Mas a pergunta que, neste ponto, merece ser feita e respondida é a seguinte: e o que dizer daqueles julgamentos, anteriores a 3 de maio de 2007, realizados pela Suprema Corte em sede de controle difuso de constitucionalidade (sem posterior Resolução Senatorial)? Esses julgamentos podem ser tidos como objetivos e definitivos, nos termos assinalados e para os fins pretendidos por este Parecer ou, ao revés, como não foram submetidos à sistemática do art. 543-B do CPC (mesmo que por razões óbvias), nunca poderão ser considerados como dotados desses atributos?

48.Ora, a resposta não poderia ser outra: em algumas hipóteses as decisões proferidas pelo STF, em momento anterior ao marco acima fixado, poderão, sim, ser consideradas como objetivas e vocacionadas à definitividade. Indo direto ao ponto, isso ocorrerá sempre que (i) se tratar de decisão proferida, sobre uma dada questão constitucional, pelo Plenário da Suprema Corte, e que (ii) o entendimento nela contido tenha sido reafirmado pela Suprema Corte em diversos julgados posteriores.

49.Com efeito, mesmo antes do advento do art. 543-B do CPC, as decisões proferidas pelo Plenário do STF em controle difuso, embaladas pela mencionada tendência de "dessubjetivação" das formas de controle de constitucionalidade, já ostentavam um caráter objetivo e geral, depreendido das vicissitudes do caso concreto; daí que o atributo da objetividade certamente já marcava essas decisões proferidas pelo STF.

50.De outra ponta, no que pertine ao atributo da definitividade, pode-se afirmar que, enquanto as decisões proferidas pelo STF nos termos do art. 543-B do CPC ostentam tal atributo naturalmente, quase que de forma presumida, aquelas formadas sem a observância à nova sistemática, por terem sido proferidas em momento anterior à sua entrada em vigor, obviamente não contam com qualquer presunção no que atine à definitividade. Antes, para que sejam consideras como definitivas, o entendimento nelas contido deve ser reiterado pelo STF em julgados posteriores; essa reiteração indica que o entendimento plasmado na decisão do Pleno do STF espelha, de fato, a sua palavra final sobre a questão constitucional apreciada.

51.Assim, as razões expostas ao longo deste tópico indicam que, por serem objetivas e definitivas, possuem força para, com o seu advento, impactar ou alterar o sistema jurídico vigente, os seguintes precedentes do STF: (i) todos os formados em controle concentrado de constitucionalidade, independentemente da época em que prolatados; (ii) quando posteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham resultado de julgamento realizado nos moldes do art. 543-B do CPC; (iii) quando anteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham sido oriundos do Plenário do STF e sejam confirmados em julgados posteriores da Suprema Corte.

b.2 - O advento de precedente objetivo e definitivo do STF, por alterar o sistema jurídico vigente, faz cessar a eficácia vinculante das decisões tributárias transitadas em julgado que lhe forem contrárias

52.Uma vez fixado que os precedentes da Suprema Corte elencados no tópico anterior deste Parecer (mais especificamente no parágrafo 51), por serem objetivos e definitivos, possuem força para alterar o sistema jurídico vigente, já se pode concluir que o advento de qualquer um deles representa circunstância jurídica nova, capaz de fazer cessar a eficácia vinculante de anterior decisão tributária transitada em julgado que lhe seja contrária.

53.Com efeito, quando uma determinada decisão transitada em julgado declara, por exemplo, inexistente uma dada relação jurídica tributária de trato continuado, sob o fundamento de que a respectiva lei tributaria é inconstitucional, o que essa decisão está, de fato, declarando é que a lei apreciada é incapaz de incidir sobre os fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor, e, conseqüentemente, de fazer nascer a relação da qual surgiria a obrigação tributária. Considere-se, ainda, que, quando esse órgão julgador proferiu sua decisão, pairava dúvida quanto à constitucionalidade, ou não, da lei tributária em foco, precisamente porque o órgão jurisdicional responsável por proferir a palavra final e definitiva no que tange à compatibilidade das normas com o texto constitucional, no caso, o STF, ainda não havia se pronunciado especificamente acerca da mencionada lei. Assim, pode-se dizer que, nesse exemplo, o suporte jurídico sob o qual o juízo de certeza se formou era integrado por uma lei que, no entender do órgão julgador, não possuía capacidade para a incidência.

54. Entretanto, caso o STF venha, posteriormente, reconhecer, em caráter definitivo, a plena constitucionalidade da lei tida por inconstitucional pela sentença transitada em julgado, o suporte jurídico sob o qual o juízo de certeza nela contido se formou imediatamente se altera: deixa de ser integrado por uma lei até então tida como incapaz de incidir, e passa a ser integrado por uma lei já considerada, definitivamente, como apta à incidência.

55.Note-se que, ainda no exemplo acima dado, o reconhecimento da constitucionalidade da lei pelo STF faz nascer uma relação jurídica tributária nova entre Fisco e o contribuinte-autor, composta por um suporte fático idêntico (mesmos fatos geradores) àquele considerado pela coisa julgada anterior, mas por um suporte jurídico alterado ou diferente (que passará a ser a norma definitivamente interpretada pelo STF em face da Constituição e que, por ter sido considerada constitucional, possui aptidão para incidir); e, por configurar uma relação nova, a eficácia vinculante da anterior decisão tributária transitada em julgado, dada a sua natural limitação objetiva, não é capaz de alcançá-la.

56.Por óbvio, esse mesmo raciocínio se aplica caso se esteja diante de hipótese em que, diferentemente da acima analisada, a consolidação da jurisprudência do STF venha a favorecer o contribuinte, e não o Fisco. Também em hipóteses desse jaez, a eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado desfavorável ao contribuinte - em que, por exemplo, se reconheceu existente uma dada relação jurídica tributária face à constitucionalidade da correspondente lei de incidência -, cessa a partir do momento em que a jurisprudência do STF, formada nos termos acima assinalados, se consolidar no sentido da inconstitucionalidade da lei tributária.

57.Nesse sentido, considerando que a jurisprudência do STF configura "direito novo", capaz de, conforme o caso, fazer cessar a eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado que discipline relação jurídica tributária sucessiva, confira-se a lição de HUGO DE BRITO MACHADO:

"Em outras palavras, o efeito da coisa julgada na relação jurídica continuativa faz imodificável a relação jurídica enquanto permanecerem inalterados os seus elementos formadores, a saber, a lei e o fato. Não impede, todavia, mudança do elemento normativo formador da relação jurídica continuativa. Mudança que pode decorrer de alterações legislativas ou da declaração definitiva da constitucionalidade da lei antes tida por inconstitucional. Ou da declaração definitiva da inconstitucionalidade da lei antes tida como constitucional.

(...).

A manifestação do Supremo Tribunal Federal que decide definitivamente uma questão constitucional, em sentido oposto ao entendimento albergado na decisão que se fizera coisa julgada, configura direito novo." (Grifou-se).

58. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, já há precedentes importantes considerando que a jurisprudência do STF é apta a fazer cessar a eficácia das decisões tributárias transitadas em julgado que lhes são contrárias, dentre os quais se destaca e transcreve, pela clareza e didática, o seguinte:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PIS. DECRETOS-LEIS Nºs 2.445/88 E 2.449/88.

IMPETRAÇÃO PRÉVIA DE MANDADO DE SEGURANÇA. COISA JULGADA. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. As sentenças proferidas em relações jurídicas de trato sucessivo transitam em julgado e fazem coisa julgada material, ainda que possam ter a sua eficácia limitada no tempo, quanto aos fatos supervenientes que alterem os dados da equação jurídica nelas traduzida.

2. A contribuição ao PIS é relação jurídica de trato sucessivo, porquanto de fatos geradores instantâneos, mas com repetição continuada e uniforme.

3. In casu, a sentença do primeiro mandado de segurança, que fez coisa julgada, entendeu pela constitucionalidade dos Decretos-Leis ns. 2.445, de 29/06/88, e 2.449, de 21/07/88.

4. Deveras, referidos diplomas normativos tiveram a sua inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

5. A declaração de inconstitucionalidade estabelece uma nova situação jurídica, submetida ao superveniente estado de direito, que faz cessar, prospectivamente, os efeitos da constitucionalidade emitidos na sentença proferida em sentido contrário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Destarte, deve-se observar que há retroação da declaração de inconstitucionalidade, mas a decisão transitada em julgado perpetua-se até a declaração de inconstitucionalidade da norma pela Suprema Corte, respeitando a coisa julgada material naquele lapso temporal.

7. Na hipótese dos autos, fica reconhecida, relativamente ao período anterior ao advento da Resolução 46/95 do Senado, a eficácia da sentença anterior transitada em julgado, que reconheceu a constitucionalidade do DL 2445/88 e 2449/88; todavia, com a modificação do estado de direito decorrente da publicação dessa Resolução, suspendendo a execução dos Decretos-lei declarados inconstitucionais pelo STF, cessou a eficácia temporal da sentença anterior, em sentido contrário.

(...)" Grifou-se. (RESP n. 1103584, Rel. Min. LUIZ FUX, DJU 10/09/2010).

59.E as conseqüências que decorrem, diretamente, da cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado - em face do advento de precedente objetivo e definitivo do STF em sentido contrário ao nela sufragado - são, no que mais de perto interessa à Fazenda Nacional, as seguintes: (i) se o precedente do STF for favorável ao Fisco, no sentido, por exemplo, da constitucionalidade de uma dada norma de incidência tributária, tida, por sua vez, como inconstitucional em decisão tributária pretérita, a partir do seu advento a Fazenda Nacional retoma o direito de exigir o correspondente tributo, em relação aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor dali para frente; (ii) diversamente, se o precedente do STF for desfavorável ao Fisco, no sentido, por exemplo, da inconstitucionalidade de uma dada norma de incidência tributária, tida, por sua vez, como constitucional em decisão tributária pretérita, a partir do seu advento o contribuinte-autor deixa de estar compelido ao pagamento do correspondente tributo, em relação aos fatos geradores ocorridos dali para frente. Não é demais repetir, aqui, que os precedentes do STF capazes de fazer cessar a eficácia vinculante de anteriores decisões tributárias transitadas em julgados são, apenas, aqueles referidos no parágrafo 51 do presente Parecer, eis que apenas esses podem ser considerados objetivos e definitivos.

60.A questão que se pretende enfrentar no tópico seguinte, por sua vez, é se a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado, com as conseqüências dela decorrentes, opera-se de forma automática ou se, ao revés, somente pode ser considerada ocorrida se assim reconhecida em prévio pronunciamento judicial; caso esta última opção seja adotada, parece claro que as conseqüências elencadas no parágrafo anterior somente poderão se operar mediante prévio pronunciamento judicial reconhecendo a cessação da eficácia vinculante da anterior decisão tributária transitada em julgado.

c) A cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado é automática, independe de prévio reconhecimento judicial

61.A resposta à questão ora analisada - ou seja: saber se a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado, pelas razões acima expostas, opera-se automaticamente ou, ao revés, se depende de prévio pronunciamento judicial - não exige muito esforço para ser encontrada, até porque resulta diretamente dos conceitos e das conclusões já expostas mais acima. É que, conforme exaustivamente demonstrado ao longo deste Parecer, o precedente objetivo e definitivo do STF em sentido diverso do sufragado na anterior decisão tributária transitada em julgado faz surgir uma relação jurídica de direito material - sob algum aspecto - nova, que, não tendo sido deduzida pelo autor da demanda e, assim, apreciada na correspondente coisa julgada, não se encontra compreendida em seus limites objetivos. Conseqüência natural disso é que a eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado simplesmente não alcança a nova relação jurídica (assim como, pelo mesmo raciocínio, não alcança todas as outras relações jurídicas, de que eventualmente faça parte o autor da correspondente demanda judicial, que não tenham sido deduzidas nessa demanda); daí porque se diz que essa eficácia vinculante deixa de operar dali para frente.

62.Parece certo, portanto, que a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado anterior, ou, dito de outra forma, a sua incapacidade de alcançar a nova relação jurídica de direito material surgida a partir do advento do precedente do STF (ou nascida em razão de qualquer outra circunstância jurídica ou fática nova), não precisa ser objeto de pronunciamento judicial para que se considere verificada, eis que é mera decorrência lógica dos limites objetivos que balizam o alcance da eficácia das decisões judiciais, operando-se, assim, de forma natural e automática.

63.Exatamente na linha ora exposta, confira-se lição de JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA:

"(...) diante do silêncio da lei, a relevante alteração fático-jurídica pode já diretamente trazer mudança no trato da relação continuativa, passando a ser considerada de logo pelas partes. A modificação dar-se-ia independente de ação de revisão. Tratando-se de fato novo, e sem que este necessariamente imponha a revisão do quanto se decidiu, é possível supor que a eficácia da sentença (e a autoridade da coisa julgada) simplesmente não atinge o fato superveniente (ou a relação jurídica que a partir dele se constitua) por que se limita a regular a situação posta na demanda, o objeto do processo e, assim, objeto do julgamento.

Cuida-se muito mais de operação mental de verificação precisa dos limites da autoridade da coisa julgada, ante a superveniência do elemento fático-jurídico relevante."

64.É certo, todavia, que a desnecessidade de prévio ajuizamento de ação judicial a fim de que se tenha como cessada, nos termos acima assinalados, a eficácia de decisão tributária transitada em julgado, poderia, numa análise apressada, parecer ofender o disposto no art. 471, inc. I do CPC, que exige o ajuizamento da chamada "ação revisional" para que se possa "rever" o estatuído nas decisões transitadas em julgado reguladoras de relações jurídicas de direito material continuadas, quando alterados os fatos ou o direito existentes à época da sua prolação. Essa ofensa, todavia, e segundo aqui se entende, não vai além das aparências.

65.É que, na linha do ensinamento do Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI sobre o tema - ao qual se adere plenamente, razão por que será de certo modo reproduzido a seguir -, o art. 471, inc. I do CPC somente é aplicável em situações específicas e excepcionais, quando, por expressa previsão legal, haja a exigência de que a eventual alteração no suporte jurídico ou fático existente ao tempo da prolação de decisão (reguladora de relação jurídica de direito material de trato sucessivo) seja reconhecida mediante específico pronunciamento judicial, para que, só então, possa produzir uma das conseqüências que lhe são próprias, a saber, a cessação da eficácia vinculante da anterior decisão transitada em julgado. Nesses casos específicos e excepcionais, por uma opção legislativa cuja racionalidade não cabe aqui perquirir, o beneficiado ou prejudicado pela alteração nas circunstâncias fáticas ou jurídicas possui o direito - potestativo, no caso - de requerer e obter, junto ao Poder Judiciário, a revisão do que estatuído na sentença, que, enquanto não revista, continuará produzindo efeitos.

66.É o que se tem, por exemplo, em relação às sentenças transitadas em julgado que fixem o valor a ser pago mensalmente a título de alimentos, ou de aluguel decorrente de contrato de locação; tanto em um quanto no outro caso, alteradas as circunstâncias fáticas ou jurídicas existentes à época da prolação da decisão transitada em julgado, cumpre ao interessado promover a correspondente ação revisional, nos termos, respectivamente, dos artigos 1.699 do Código Civil e 19 da Lei n. 8.245/91, caso pretenda obter o ajuste dos valores nela fixados na à nova realidade de fato ou de direito advinda. Salta aos olhos que, nesses dois casos, a cessação da eficácia da decisão transitada em julgado em razão da nova situação de direito ou de fato não poderá ser tida como automática, de modo que não é dado ao devedor de alimentos ou de aluguel, por conta própria, à luz da nova realidade, simplesmente deixar de pagar o valor que lhe foi imposto na sentença, ou decidir pagá-lo a menor; para tanto, deverá recorrer ao Poder Judiciário.

67.O que de fato importa que se tenha em mente, todavia, é que a necessidade de prévio pronunciamento judicial para que se tenha reconhecida a cessação da eficácia da decisão transitada em julgado em face da alteração das circunstâncias fáticas ou jurídicas sob as quais o juízo de certeza nela contido se formou é excepcional, apenas se impondo quando expressamente exigida por lei específica. Ainda na lição de TEORI ALBINO ZAVASCKI, "a ação de revisão é indispensável apenas quando a relação jurídica material de trato continuado comportar, por disposição normativa, o direito potestativo antes referido.(...). Afora casos dessa natureza, a modificação do estado de fato ou de direito produz imediata e automaticamente a alteração da relação jurídica mesmo quando esta tiver sido certificada por sentença, conforme anteriormente assinalado."

68.Assim, inexistindo específica previsão legal a exigir o prévio ajuizamento de ação revisional, a cessação da eficácia vinculante da decisão transitada em julgado em razão do advento de nova circunstância fática ou jurídica se opera automaticamente, como mera e natural decorrência lógica do que se entende por limites objetivos da coisa julgada. Aplicando-se esses conceitos ao universo do Direito Tributário, tem-se que, ante a inexistência de lei específica prevendo o oposto, a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado face ao advento de nova circunstância jurídica - mais precisamente, face ao advento de precedente definitivo e objetivo do STF em sentido diverso do nela sufragado -, opera-se de modo automático, independentemente do prévio ajuizamento de qualquer ação, muito menos da revisional de que trata o art. 471, inc. I do CPC.

69.Daí que as conseqüências mais acima elencadas (no parágrafo 59 deste Parecer) como sendo decorrentes da cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado em face do advento de precedente objetivo e definitivo contrário do STF, operam-se, também, independentemente de prévio pronunciamento judicial nesse sentido. Assim: (i) se o precedente do STF for favorável ao Fisco, a partir do seu advento a Fazenda Nacional simplesmente pode voltar a cobrar o correspondente tributo, em relação aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor dali para frente, sem que, para tanto, seja necessário obter prévio pronunciamento judicial; (ii) diversamente, se o precedente do STF for desfavorável ao Fisco, a partir do seu advento o contribuinte-autor simplesmente pode deixar de recolher o correspondente tributo, em relação aos fatos geradores ocorridos dali para frente, sem que, para tanto, seja necessário obter prévio pronunciamento judicial.

70.Note-se que, na situação posta na alínea "ii" acima, o não pagamento, pelo contribuinte-autor, da exigência tributária considerada inconstitucional pelo Plenário do STF, não deverá ser, de qualquer forma, obstaculizado pelo Fisco, tampouco deverá gerar procedimentos voltados à atuação e à cobrança do que deixar de ser pago; e isso, por óbvio, desde que o não pagamento seja relativo a fatos geradores ocorridos após o advento do precedente definitivo e objetivo da Suprema Corte no sentido da inconstitucionalidade da exigência tributária em questão, eis que, antes disso, a obrigação de recolher o tributo se impunha em face da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado, até então operativa.

71.Já no que pertine à situação posta na alínea "i" acima, impende esclarecer que a exigência do tributo pelo Fisco, mediante lançamento e a sua posterior cobrança em execução fiscal, em relação aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor após o advento do precedente definitivo e objetivo do STF, sem que, para tanto, seja necessário o ajuizamento de ação judicial, não representa ofensa ao princípio do acesso à justiça, ou, tampouco, aos princípios do contraditório e da ampla defesa, todos de estatura constitucional.

72.De fato, a preservação do primeiro princípio - o do acesso à justiça -, dá-se mediante a ampla possibilidade, sempre aberta ao contribuinte-autor, de ajuizar a correspondente e adequada ação judicial a fim de impedir a exigência do referido tributo pelo Fisco (tutela preventiva), ou de afastar a exigência eventualmente já efetuada (tutela repressiva), o que poderá ser alcançado, inclusive, antecipadamente, mediante medida processual de urgência; já a preservação dos segundos princípios, - os da ampla defesa e do contraditório -, é garantida ao se assegurar o seu pleno exercício, ainda que de forma diferida, nos autos do processo administrativo fiscal tendente a constituir o correspondente crédito tributário, regulado pelo Decreto n. 70.235/72 (com possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito em decorrência da apresentação de impugnação pelo sujeito passivo - art. 151 inc. III do CTN), assim como em eventuais autos judiciais, na - provável - hipótese de o contribuinte-autor ajuizar ação visando impugnar a cobrança.

d) O advento de precedente definitivo e objetivo do STF considera-se ocorrido na data do trânsito em julgado da respectiva decisão. As situações pretéritas devem ser excepcionadas

73.Como a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado contrária ao posterior entendimento sufragado pela Suprema Corte, conforme demonstrado no item anterior, dá-se de forma automática, vale dizer, independentemente de prévio pronunciamento judicial nesse sentido, pode-se afirmar que o direito de que dispõe o Fisco de voltar a exigir o tributo (tido por inconstitucional pela coisa julgada), ou de que dispõe o contribuinte-autor de deixar de pagar o tributo (tido por constitucional pela coisa julgada), surge com o advento do precedente objetivo e definitivo do STF, o que, por sua vez, somente pode-se considerar ocorrido com o seu trânsito em julgado; é que, antes disso, por óbvio, o entendimento firmado no acórdão do STF ainda pode ser alterado, de modo que esse entendimento ainda não pode ser tido como realmente definitivo.

74.É legítimo se afirmar, portanto, que a data do trânsito em julgado do acórdão do STF configura, ao menos como regra, o termo a quo para o exercício dos direitos acima referidos. Entretanto, essa regra comporta exceção no que tange, especificamente, ao direito de que dispõe o Fisco de voltar a exigir, do contribuinte-autor, o tributo antes tido por inexigível pela coisa julgada que lhe favorecia. Assim, em algumas situações específicas adiante expostas, por razões ligadas ao relevante princípio da segurança jurídica, com os seus corolários em matéria tributária, a saber, os princípios da não surpresa e da proteção da confiança, não há como considerar que a data do trânsito em julgado do acórdão proferido pelo STF configura o marco a partir do qual o Fisco possui o direito de efetuar a cobrança do correspondente tributo, relativo a todos os fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor desde então.

75.Para que bem se compreenda quais são essas situações específicas, e o porquê da necessidade de se excepcioná-las, basta pensar na hipótese, que bem as exemplifica, em que um dado contribuinte tenha deixado de efetuar o pagamento de determinado tributo por reputar que assim estava autorizado em razão de coisa julgada formada, a seu favor, considerando inexistente a correspondente relação jurídica tributária, apesar de esse não pagamento ter se dado quando já existia precedente objetivo e definitivo do STF em sentido contrário ao sufragado na coisa julgada, proferido e transitado em julgado em momento anterior à aprovação e publicação do presente Parecer. E mais: mesmo com o advento desse precedente da Suprema Corte, favorável à Fazenda Nacional - que, segundo aqui se entende, fez cessar a eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado e, portanto, legitimaria a cobrança do tributo relativo aos fatos geradores ocorridos a partir de então -, o Fisco quedou-se inerte durante anos, não efetuando as correspondentes exigências tributárias.

76. Note-se que, na hipótese acima aventada, o contribuinte-autor deixou de pagar o tributo por considerar que assim estava respaldado por coisa julgada, e o Fisco, mesmo diante do precedente do STF, não efetuou as correspondentes exigências tributárias, numa postura omissiva que, de certo modo, demonstrou a sua adesão ao comportamento do contribuinte. Em hipóteses desse jaez - em que (i) a cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado, face ao advento de precedente objetivo e definitivo do STF, ocorreu em momento anterior à publicação deste Parecer e (ii) não houve lançamento em relação aos fatos geradores ocorridos após o advento do precedente do STF -, não há como legitimamente pretender que, agora, com o entendimento esposado neste Parecer, possa o Fisco exigir, do contribuinte-autor, o tributo relativo a todos esses fatos geradores passados (por óbvio, desde que ocorridos há menos de 5 anos).

77. Essa nova exigência, relativa aos fatos geradores anteriores ao presente Parecer, tendo como marco inicial a data, no passado, do advento da decisão do STF, além de causar ao contribuinte-autor surpresa que não parece compatível com a segurança jurídica e a confiança que devem iluminar as relações travadas entre o Fisco e os contribuintes, também representaria ofensa direta ao disposto no art. 146 do CTN, segundo o qual "a modificação introduzida, de ofício ou em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução". Esse dispositivo legal, cuja essência claramente se inspira nos já invocados princípios da não surpresa e da proteção da confiança, veda que novos critérios jurídicos introduzidos pela Administração Pública Tributária em sua atividade de lançar atinja fatos geradores ocorridos em momento anterior à sua introdução, o que parece impedir que o entendimento contido no presente Parecer - que, inequivocamente, configura um novo critério jurídico relativo a lançamento tributário - aplique-se às situações que lhe são pretéritas.

78.Assim, tendo em conta o princípio da segurança jurídica e os seus consectários princípios da não surpresa e da proteção à confiança, bem como por força do que prevê o art. 146 do CTN, entende-se, aqui, que naquelas específicas hipóteses em que a cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado, em face do advento de precedente objetivo e definitivo do STF em sentido contrário

SEM VALOR COMERCIAL
Impresso por: [illegible]

ao nela sufragado, tenha ocorrido em momento anterior à publicação deste Parecer, e tendo havido inércia dos agentes fazendários, o termo a quo para o exercício, pelo Fisco, do direito de voltar a exigir, do contribuinte-autor, o tributo em questão é a data da publicação deste Parecer, o que significa dizer que apenas os fatos geradores praticados a partir desse instante poderão ser objeto de lançamento.

79.Em outras palavras: este parecer não retroage para alcançar aqueles fatos geradores pretéritos, que, mesmo sendo capazes, à luz do entendimento ora defendido, de fazer nascer obrigações tributárias, não foram, até o presente momento, objeto de lançamento. Por óbvio, se nas situações pretéritas o Fisco já tiver adotado o entendimento ora defendido, efetuando a cobrança relativa aos fatos geradores ocorridos desde a cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado, em relação a essas situações pretéritas o critério jurídico contido no presente Parecer não poderá ser considerado "novo", o que afasta a aplicação do princípio da não surpresa e do art. 146 do CTN; esses lançamentos, portanto, deverão ser mantidos.

80.Afora essas situações específicas, que se caracterizam, primordialmente, por serem pretéritas a este Parecer, em todas as demais deve incidir a regra referida mais acima, segundo o qual o termo a quo para o exercício do direito conferido ao Fisco de voltar a exigir, do contribuinte-autor, o tributo antes tido como inexigível pela coisa julgada que lhe favorecia é a data do trânsito em julgado do acórdão proferido pelo STF.

81.Assim, os precedentes objetivos e definitivos da Suprema Corte, advindos após a publicação deste Parecer, no sentido, por exemplo, da constitucionalidade de determinado tributo, fazem cessar, automaticamente, a eficácia das decisões tributárias transitadas em julgado que lhes forem contrárias, de modo que, assim que os respectivos acórdãos transitarem em julgado, o Fisco poderá voltar a cobrar os tributos relativos aos fatos geradores praticados pelos contribuintes-autores a partir de então.

III

Outras questões pertinentes ao tema

a) A cessação da eficácia vinculante de decisão transitada em julgado em face de posterior precedente objetivo e definitivo do STF não se confunde com a "relativização" dessa coisa julgada

82.Neste ponto, importa esclarece que, conforme já sucintamente salientado logo no início deste Parecer, a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado contrária a posterior precedente objetivo e definitivo do STF, nos termos ora defendidos, não se confunde com a "relativização da coisa julgada inconstitucional". É que "relativizar a coisa julgada" contrária à posterior jurisprudência do STF (daí a denominação "coisa julgada inconstitucional") significa rever, desconstituir, desconsiderar ou desfazer os efeitos pretéritos, já produzidos pela respectiva decisão transitada em julgado, em momento anterior ao advento do precedente da Suprema Corte: seria, por exemplo, permitir que, face ao advento de julgado do STF no sentido da constitucionalidade de determinada lei tributária, o Fisco pudesse cobrar tudo aquilo que deixou de ser pago, no passado, a título de tributo, por contribuinte beneficiário de coisa julgada que havia reconhecido a inexistência da relação jurídica tributária face à inconstitucionalidade dessa lei.

83.Registre-se - sem, no entanto, qualquer pretensão de aprofundar e, menos ainda, de esgotar o tema, que não se insere no objeto deste Parecer -, que essa relativização da coisa julgada inconstitucional, ao menos em princípio, e à luz do sistema jurídico positivo, somente pode ser alcançada mediante o manejo de um dos seguintes mecanismos processuais (nos quais a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma dada lei, declarada pelo STF, será utilizada como fundamento para desconstituir anterior coisa julgada): (i) da ação rescisória (art. 485 do CPC), que, desde que ajuizada no prazo decadencial apropriado, tem sido admitida como capaz de desconstituir coisas julgadas contrárias à posterior jurisprudência do STF, seja em controle difuso, seja em controle concentrado, suplantando-se o óbice previsto na Súmula n. 343 da Suprema Corte; (ii) da impugnação à sentença (art. 475-L, inc. II, §1º do CPC) ou dos embargos à execução de sentença contra a Fazenda Pública (art. 741, parágrafo único do CPC), respaldados na alegação de "inexigibilidade do título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal", independentemente de se tratar de decisão do STF proferida em sede de controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, desde que, por óbvio, trate-se de sentença que comporta execução. Diz-se que esses dois mecanismos processuais são aptos a relativizar a coisa julgada, ou melhor, as decisões judiciais transitadas em julgado, precisamente porque o seu manejo é capaz de, de certo modo, desconstituí-las, atingindo-lhes ou desfazendo-lhes os efeitos pretéritos, ou seja, aqueles efeitos já produzidos em momento anterior ao advento do precedente do STF.

84.Diversamente, defende-se neste Parecer, apenas, que, pelas razões acima aventadas, a consolidação da jurisprudência do STF em sentido diverso daquele sufragado em anterior decisão tributária transitada em julgado faz cessar, prospectivamente, a eficácia vinculante desta, o que legitima, por exemplo, a cobrança do tributo (antes tido por inconstitucional) em relação aos fatos geradores futuros, ocorridos após a consolidação jurisprudencial, e não em relação aos fatos geradores passados. A tese ora defendida, portanto, não se volta para os efeitos pretéritos da decisão tributária transitada em julgado inconstitucional, dirigindo-se, tão-somente, para os seus efeitos futuros.

85.Com isso, a coisa julgada não é relativizada ou desconsiderada, e sim, preservada e prestigiada em grau máximo, mediante o respeito aos seus limites objetivos, nos quais não há como se considerar compreendida a nova relação jurídica formada em razão da superveniente decisão do STF.

b) A cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado prestigia, indiretamente, o princípio constitucional da livre concorrência

86.Não se poderia deixar de registrar, ainda, que o entendimento defendido neste Parecer, além de diretamente prestigiar a coisa julgada mediante a preservação dos seus limites objetivos, produz, também, como relevante efeito jurídico indireto, a preservação do princípio da livre concorrência, que, à luz do art. 170, inc. IV da CF/88, constitui, a um só tempo, fundamento e objetivo da ordem econômica constitucional vigente.

87.De fato, o princípio constitucional da livre concorrência funda-se, se não exclusivamente, ao menos primordialmente, na idéia de isonomia, na medida em que a sua consecução pressupõe que os diversos agentes econômicos possam atuar no mercado em igualdade de condições (por óbvio, desde que inexista razão suficientemente relevante a justificar um eventual tratamento diferenciado). Nas bem lançadas palavras de FERNANDO FACURY SCAFF, pelo princípio da livre concorrência, "busca-se criar as condições para que se realize um sistema de concorrência perfeita, dentro dos objetivos propostos pela Constituição da República em seu art. 3º, e respeitando os princípios da ordem econômica. Para que se possa existir livre concorrência é imperioso que haja isonomia entre os contendores nas arenas no mercado." (Grifou-se).

88.Trazendo o tema para o campo do Direito Tributário, pode-se afirmar que o princípio da isonomia, num primeiro momento, e o princípio constitucional da livre concorrência, num momento imediatamente subseqüente, manifestam-se pela necessidade de se assegurar, ainda nas palavras de FERNANDO FACURY SCAFF, que "os tributos sejam economicamente neutros, para que não venham a distorcer os preços praticados pelas empresas dentro de um mesmo mercado relevante. Trata-se do princípio da neutralidade econômica dos tributos, que impede que este tipo de "intervenção econômica" do Estado cause desequilíbrios concorrências" (Grifou-se). Assim, o denominado princípio da neutralidade econômica dos tributos integra, no universo do Direito Tributário, o instrumental necessário a assegurar a consecução dos princípios da isonomia e da livre concorrência.

89.Nesse contexto, percebe-se que uma decisão judicial transitada em julgado que, eventualmente, desonere determinada empresa do pagamento de um dado tributo, quando inexistir decisão similar a beneficiar as demais empresas que atuam no mesmo segmento, possui o condão de impactar de forma direta o desempenho da empresa-autora no mercado, tornando-a, ao menos em tese, mais competitiva do que as demais; daí que decisões judiciais desse jaez configuram fatores capazes de abalar a desejada "neutralidade econômica dos tributos", e, portanto, potencialmente interferem no equilíbrio concorrencial que se espera existente no mercado, especialmente tendo-se em conta a relevância que a carga tributária assume para a existência e sobrevivência dos agentes econômicos.

90.Uma vez compreendida a capacidade que esse tipo de decisão judicial possui de impactar as relações econômicas entre as empresas que atuam num mesmo mercado relevante, já se faz possível apreender, ainda que não em sua totalidade, a magnitude da ofensa aos princípios da isonomia e da livre concorrência que seria infligida caso prevalecesse o entendimento de que a decisão tributária transitada em julgado (voltada à disciplina de relação jurídica tributária de trato sucessivo), proferida em descompasso com posterior posição assumida definitivamente pelo STF, possui o condão de continuar irradiando a sua eficácia vinculante eternamente, inclusive em relação a fatos geradores praticados pela empresa autora após a definição do tema pela Suprema Corte. Aqui, faz-se essencial ter-se em mente, para que bem se entenda a gravidade da situação que exsurgiria desse entendimento, que todas as demais empresas não beneficiárias da mencionada coisa julgada tributária não teriam chances de também obter, junto ao Poder Judiciário, tutela jurisdicional idêntica à obtida pela empresa autora, precisamente porque - e eis aqui aspecto bastante relevante - o direito que foi reconhecido a esta última empresa pela coisa julgada já foi considerado inexistente pela Suprema Corte, responsável, repita-se, por interpretar as leis em face da Constituição em caráter definitivo e final.

91.Assim, conferir essa sobrevida aos efeitos vinculantes emanados da decisão tributária transitada em julgado, admitindo a sua continuidade mesmo após o advento do precedente objetivo e definitivo do STF em sentido contrário ao nela sufragado, permitiria, na prática, por exemplo, que empresas beneficiárias de coisas julgadas tributárias estivessem eximidas, para todo o sempre, do pagamento de um determinado tributo, enquanto todas as demais, que atuassem no mesmo segmento econômico, continuariam compelidas ao seu pagamento, - e de forma definitiva, dada a impossibilidade de, com êxito, recorrerem ao Poder Judiciário no intuito de obterem idêntica tutela.

92.Nessa hipótese, a desoneração tributária eterna conferida à empresa autora certamente aniquilaria, ou, pelo menos, prejudicaria sensivelmente, a existência de uma verdadeira relação concorrencial no segmento de mercado de que faz parte tal empresa. Note-se que, no caso, a carga tributária deixaria de ser economicamente neutra, passando a interferir nas relações econômicas de modo a desequilibrar - ou mesmo eliminar - a concorrência, ferindo fatalmente a isonomia.

93.Atento a essa circunstância, assim se manifestou o Ministro TEORI ALBINO ZAVASKI a respeito do tema:

"Ofenderia o mais elementar senso de justiça invocar a força da coisa julgada do caso concreto para, por exemplo, impor a determinada pessoa uma carga tributária que o Supremo Tribunal Federal declarou inexistente ou nula ou inexigível para todas as demais; ou, por exemplo, para assegurar a um cidadão o privilegio de receber determinado beneficio remuneratório ou gozar de favor fiscal que é negado, com força vinculante, a todos os demais cidadãos as mesmas condições."

94.É por isso que se disse, ao início deste tópico, que a tese defendida no presente Parecer produz o efeito jurídico indireto de preservar o princípio constitucional da livre concorrência, impedindo que eventuais coisas julgadas contrárias ao entendimento posteriormente firmado, com ares de definitividade, pela Suprema Corte se tornem fatores de desequilíbrio ou, mesmo, de eliminação, da concorrência que deve existir entre os agentes econômicos que atuam num mesmo mercado relevante.

IV

Considerações finais: aplicação prática do entendimento firmado neste Parecer

95. Após todo o exposto, cabe, aqui, fazer algumas considerações de ordem prática, voltadas, num primeiro momento, para aquele Procurador da Fazenda Nacional que, eventualmente, deparar-se com uma coisa julgada tributária desfavorável à Fazenda Nacional, na qual se reconheceu, por exemplo, a inexistência de uma dada relação jurídica tributária de trato continuado face à inconstitucionalidade da respectiva lei tributária de incidência. Nessas hipóteses, caso constate que tal lei tributária já foi reconhecida como constitucional por precedente objetivo e definitivo da Suprema Corte (que são aqueles assim definidos no parágrafo 51 deste Parecer), o Procurador da Fazenda Nacional deverá adotar as seguintes providências:

1ª - analisar o cabimento, no caso, de ação rescisória. Sendo cabível, ação rescisória deverá ser ajuizada, requerendo-se: i - a desconstituição da coisa julgada tributária contrária ao posterior precedente do STF, com fulcro no art. 485, inc. V do CPC, o que, segundo o entendimento da Suprema Corte, não encontra óbice na sua Súmula n. 343; ii - o posterior rejulgamento da causa originária, o que deverá ser feito à luz do entendimento do STF sobre a questão jurídica nela discutida.

2ª - concomitantemente ao ajuizamento da ação rescisória, o Procurador da Fazenda Nacional deverá encaminhar cópia dos respectivos autos judiciais à Delegacia da Receita Federal do Brasil do domicílio fiscal do contribuinte-autor, para que possam ser, desde logo, iniciados os procedimentos necessários à cobrança administrativa do tributo relativo aos fatos geradores ocorridos após o advento do precedente do STF, ou após a publicação deste Parecer, conforme o caso.

3ª - não sendo cabível, no caso, o ajuizamento de ação rescisória, especialmente em razão do escoamento do respectivo prazo decadencial, o Procurador da Fazenda Nacional deverá, apenas, encaminhar cópia dos respectivos autos judiciais à Delegacia da Receita Federal do Brasil do domicílio fiscal do contribuinte-autor, para que possam ser ali iniciados os procedimentos necessários à cobrança administrativa do tributo relativo aos fatos geradores ocorridos após o advento do precedente do STF, ou após a publicação deste Parecer, conforme o caso.

96. Registre-se, no que tange à primeira providência acima elencada, que sempre que ainda for cabível o ajuizamento de ação rescisória a fim de desconstituir decisão tributária transitada em julgado desfavorável à Fazenda Nacional, tal ação deverá ser ajuizada, ainda que se trate de decisão cuja eficácia vinculante, nos termos deste Parecer, já se encontra cessada. E isso por que, apenas por meio da ação rescisória é que será possível à Fazenda Nacional, com a desconstituição da coisa julgada e o rejulgamento da causa originária, realizar a cobrança do tributo que deixou de ser pago no passado, durante o período em que a decisão tributária transitada em julgado ainda produzia efeitos, observados, sempre, os parâmetros fixados no Parecer PGFN/CRJ n. 2740/2008.

97.No que tange à segunda providência acima referida, vale salientar, apenas, que como a cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado já ocorreu, e de forma automática, a cobrança administrativa (lançamento) do tributo relativo aos fatos geradores ocorridos após a cessação da eficácia, ou após a publicação deste Parecer, não precisa aguardar o desfecho da ação rescisória para que, só então, seja efetivada. Não precisa e não deve: é que, como a cobrança administrativa em relação aos novos fatos geradores não encontra óbice na coisa julgada anterior, a sua realização se impõe, até porque o prazo de decadência para tanto já estará em curso.

98.Num segundo momento, as considerações de ordem práticas são voltadas àquele Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil que, eventualmente, em suas atividades fiscalizatórias, verificar que determinada pessoa física ou jurídica não está recolhendo determinado tributo sob a justificativa de que tal conduta se encontra respaldada em coisa julgada tributária, na qual se reconheceu, por exemplo, a inexistência da correspondente relação jurídica tributária de trato sucessivo face à inconstitucionalidade da respectiva lei de incidência. Nessa hipótese, caso constate que tal lei já foi reconhecida como constitucional por precedente objetivo e definitivo da Suprema Corte (ver parágrafo 51 deste Parecer), o Auditor-Fiscal deverá adotar as seguintes providências:

1ª - iniciar os procedimentos administrativos tendentes a constituir o crédito tributário relativo aos fatos geradores praticados pelo contribuinte-autor após o advento do precedente do STF, ou após publicação deste Parecer, conforme o caso.

2ª - dar ciência de tal fato à unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio fiscal do contribuinte-autor, de modo a possibilitar que a PGFN analise o cabimento, no caso, de ação rescisória a fim de desconstituir a anterior coisa julgada tributária, o que, conforme visto, viabilizaria a cobrança do tributo que deixou de ser pago no passado, durante o período em que a decisão tributária transitada em julgado ainda produzia efeitos, observados, sempre, os parâmetros fixados no Parecer PGFN/CRJ n. 2740/2008.

V

Síntese do exposto

99.Eis a síntese das principais considerações/conclusões expostas ao longo do presente Parecer:

(i) a alteração nos suportes fático ou jurídico existentes ao tempo da prolação de decisão judicial voltada à disciplina de relações jurídicas tributárias continuativas faz cessar, dali para frente, a eficácia vinculante dela emergente em razão do seu trânsito em julgado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(ii) possuem força para, com o seu advento, impactar ou alterar o sistema jurídico vigente,, precisamente por serem dotados dos atributos da definitividade e objetividade, os seguintes precedentes do STF: (i) todos os formados em controle concentrado de constitucionalidade, independentemente da época em que prolatados; (ii) quando posteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham resultado de julgamento realizado nos moldes do art. 543-B do CPC; (iii) quando anteriores a 3 de maio de 2007, aqueles formados em sede de controle difuso de constitucionalidade, seguidos, ou não, de Resolução Senatorial, desde que, nesse último caso, tenham sido oriundos do Plenário do STF e sejam confirmados em julgados posteriores da Suprema Corte.

(iii) o advento de precedente objetivo e definitivo do STF configura circunstância jurídica nova apta a fazer cessar a eficácia vinculante das anteriores decisões tributárias transitadas em julgado que lhe forem contrárias;

(iv) como a cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado é automática, com o advento do precedente objetivo e definitivo do STF, quando no sentido da constitucionalidade da lei tributária, o Fisco retoma o direito de cobrar o tributo em relação aos fatos geradores ocorridos daí para frente, sem que, para tanto, necessite ajuizar ação judicial; por outro lado, com o advento do precedente objetivo e definitivo do STF, quando no sentido da inconstitucionalidade da lei tributária, o contribuinte-autor deixa de estar obrigado ao recolhimento do tributo, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que, para tanto, necessite ajuizar ação judicial;

(v) em regra, o termo a quo para o exercício do direito conferido ao contribuinte-autor de deixar de pagar o tributo antes tido por constitucional pela coisa julgada, ou conferido ao Fisco de voltar a cobrar o tributo antes tido por inconstitucional pela coisa julgada, é a data do trânsito em julgado do acórdão proferido pelo STF. Excepciona-se essa regra, no que tange ao direito do Fisco de voltar a cobrar, naquelas específicas hipóteses em que a cessação da eficácia da decisão tributária transitada em julgado tenha ocorrido em momento anterior à publicação deste Parecer, e tenha havido inércia dos agentes fazendários quanto à cobrança; nessas hipóteses, o termo a quo do direito conferido ao Fisco de voltar a exigir, do contribuinte-autor, o tributo em questão, é a publicação do presente Parecer.

100.Feitas estas considerações, sugere-se a divulgação deste Parecer a todas as unidades da PGFN, bem como a todas as unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 07 de fevereiro de 2011.

LUANA VARGAS MACEDO
Procuradora da Fazenda Nacional
De acordo. À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 07 de fevereiro de 2011.

JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO
Coordenador de Consultoria Judicial
De acordo. À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 08 de fevereiro de 2011.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Coordenador-Geral da Representação Judicial
da Fazenda Nacional
De acordo. À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 30 de março de 2011.

FABRÍCIO DA SOLLER
Procurador-Geral Adjunto de Consultoria
e Contencioso Tributário
De acordo. À consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda. Caso aprovado, publique-se o despacho e o presente Parecer no Diário Oficial da União (DOU), dando-lhes ampla divulgação nesta PGFN e na SRFB.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 30 de março de 2011.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 00190.006446/2011-19.
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal.
ASSUNTO: Contrato da Qüinquagésima Quarta Novação de Dívida do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal, no valor bruto de R$ 469.353.991,74 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, trezentos e cinqüenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos), posicionado em 1º de fevereiro de 2011, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, da Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, da Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005, e das demais normas legais e regulamentares em vigor.
Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.
Publique-se e restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

GUIDO MANTEGA

PROCESSO Nº: 00190.025860/2010-46.
INTERESSADO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza.
ASSUNTO: Contrato de Primeira Novação de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Instituto de Previdência do Município de Fortaleza, no valor bruto de R$ 3.808.926,23 (três milhões, oitocentos e oito mil e novecentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos), posicionado em 1º de novembro de 2009, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, da Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, da Portaira/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005, e das demais normas legais e regulamentares em vigor.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

PROCESSO Nº: 17944.001645/2009-59.
INTERESSADO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM.
ASSUNTO: Contrato da Primeira Assunção de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza, no valor de R$ 1.395.382,26 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos), apurado em 1º de novembro de 2009, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, na Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005.
Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 317ª Sessão de Julgamento, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2010, publicada na Seção 1 do DOU de 17.09.2010, (págs. 14 e 15) - Recurso 11997-MI: onde se lê: "...Scolle Ltda...."; leia-se: "...Scholle Ltda....".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.158, DE 24 DE MAIO DE 2011

Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 257, de 20 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 13 da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A Taxa de Utilização do Siscomex será devida no ato do registro da DI à razão de:

I - R$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) por DI;

II - R$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) para cada adição de mercadoria à DI, observados os seguintes limites:

a) até a 2ª adição - R$ 29,50;
b) da 3ª à 5ª - R$ 23,60;
c) da 6ª à 10ª - R$ 17,70;
d) da 11ª à 20ª - R$ 11,80;
e) da 21ª à 50ª - R$ 5,90; e
f) a partir da 51ª - R$ 2,95.

....." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria MF nº 257, de 20 de maio de 2011, aplica-se somente às Declarações de Importação (DI) registradas após a entrada em vigor desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de junho de 2011.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 20 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720136/2011-05 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado para fins de transferência de propriedade o veículo marca FORD, modelo EXPLORER XLT, ano 2006, cor bege, chassi 1FMEU73E66UA87376, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 06/1388411-0, de 16.11.2006, registrada na Alfândega do Porto de Itaguaí - RJ, de propriedade do Sr. JUAN FRANCISCO FEAL VÁZQUES, CPF 749.152.311-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 223, DE 17 DE MAIO DE 2011

Declara a Inscrição no registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros de que trata a IN/DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O Delegado da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado na Seção I, do Diário Oficial da União de 23 de Março de 2010, e no § 3º inciso IV-A do § 1º do artigo 810 do Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, e no artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992, e o constante no processo 10183.002197/2011-35, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, o Sr. Cristiano Noetzold, CPF nº 009.786.889-29, registro 1A.00.322.

Art. 2º Este Ato entra em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 25 DE MAIO DE 2011

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de julho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art. 1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo Único.

Art. 2º Aplicar, conseqüentemente, a pena de perdimento das mercadorias objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ANEXO ÚNICO

Processos Administrativos	Interessados
10120.002447/2007-95	Milênio OP. de Sorteio de Bingos Ltda
10120.002449/2007-84	Milênio OP. de Sorteios de Bingos Ltda
10120.002451/2007-53	Republica Produtos Eletrônicos Ltda
10120.001662/2011-55	Daniela Rosário de Oliveira
10120.001661/2011-19	Luis Mendonça B. Rodrigues
10120.009347/2010-95	Max Lanio Junio e Outro
10120.001673/2011-35	Vilma Sebastiana da Silva e Outra
10120.001958/2011-76	Claudimar Sebastião dos Santos
10120.012129/2007-32	Francoildo Mamede Nobrega
10120.002312/2007-20	Marcos Antonio Pereira e Outros

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 12 DE MARÇO DE 2011

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6ª da Portaria nº 65/2011, (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no Inciso II, do artigo 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.721042/2011-36, declara:

Art. 1º Inapta - não localizada, a empresa CSM COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ nº 07.795.291/0001-09.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de 05/01/2011.

REGINALDO PAIXAO EMOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 28, DE 24 DE MAIO DE 2011

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, no uso da competência estabelecida no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de23/12/2010, declara:

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa METALURGICA SETE DE SETEMBRO DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 07.782.473/0001-37, Processo 10283.008363/2010-06, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO NEPOMUCENO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 24 DE MAIO DE 2011

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de MODERNIZAÇÃO TOTAL do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 142/2010 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 10283.000564/2011-38, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa CHRONOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 63.630.388/0001-24, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa para produção de "até 346.320 unidades de Relógio de Pulso", na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2010.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE ABRIL DE 2011

Declara anulada de ofício, por haver sido constatada irregularidades ou indícios de fraude no ato de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em São Luís (MA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, em conformidade com a Portaria DRFB/SLS nº 22, de 22 de março de 2011, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 35, da Instrução Normativa (IN), RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 09.02.2010 e, de acordo com o que consta no processo administrativo nº 10320.720532/2011-69, declara:

Anulada, de ofício, a inscrição de nº 08.273.810/0001-23 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver sido constatada irregularidades ou indícios de fraude no ato de constituição da empresa F C SILVA - MADEIRAS.

ANTONIO AUGUSTO SIMAS NETO

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 24 DE MAIO DE 2011

Atribuição de novo número de REGISTRO ESPECIAL a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizarem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e com periódicos. Base legal: artigo 14 da IN RFB nº 976/2009, alterada pela IN RFB nº 1.011 de 23/02/2010 e art. 1º da Lei nº 11.945/2009.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010 e o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.317/96, incluído pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, considerando a necessidade de atualização do Sistema Gerencial - Papel Imune, resolve:

Art. 1º - Atribuir novo número de inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, alterada pela Lei 12.058 de 13 de outubro de 2009, publicadas no DOU de 05 de junho de 2009 e de 14 de outubro de 2009, respectivamente, às empresas abaixo identificadas.

Nome Empresarial	CNPJ Estabelecimento	Nº do Registro Especial	ADE de Renovação	Data do ADE	Data de publicação no DOU	Novo nº do Registro Especial
EMPORIO GRAFICO LTDA	09.519.023/0001-81	DP-04201/00054	26	04/06/2010	10/06/2010	DP-04201/0076
FRANCISCO FERNANDES DA COSTA IND. SERIGRAFICA ME	35.286.764/0001-70	GP-04201/00052	26	04/06/2010	10/06/2010	GP-04201/0077
GRAFICA DIPLOMATA LTDA ME	09.372.566/0001-19	GP-04201/00035	26	04/06/2010	10/06/2010	GP-04201/0078
IMPRESSAO - GRAFICA E EDITORA LTDA.	04.352.782/0001-89	GP-04201/00001	26	04/06/2010	10/06/2010	GP-04201/0079
INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA FILOMENA LTDA ME	06.146.790/0001-02	UP-04201/00038	26	04/06/2010	10/06/2010	UP-04201/0080
MARLI MARIA DE ARAUJO ME	00.933.186/0001-31	DP-04201/00055	26	04/06/2010	10/06/2010	DP-04201/0081
MARLI MARIA DE ARAUJO ME	00.933.186/0001-31	IP-04201/00059	26	04/06/2010	10/06/2010	IP-04201/0082
RN GRAFICA E EDITORA LTDA	08.423.279/0001-28	UP-04201/00008	26	04/06/2010	10/06/2010	UP-04201/0083
EDU EDITORA GRAFICA UNIAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	40.809.915/0001-67	GP-04201/00025	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0084
GRAFIPEL - SERVICOS GRAFICOS E REPROGRAFICOS LTDA	03.239.088/0001-97	GP-04201/00030	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0085
LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME	07.805.649/0001-29	GP-04201/00057	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0086
OFF-SET GRAFICA E EDITORA LTDA	70.027.628/0001-66	GP-04201/00015	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0087
RN ECONOMICO EMPRESA JORNALISTICA LTDA	08.286.320/0001-61	GP-04201/00007	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0088
UNIGRAFICA - GRAFICA E EDITORA LTDA EPP	02.749.278/0001-91	GP-04201/00024	27	10/06/2010	16/06/2010	GP-04201/0089
ABC DISTRIBUIDORA S A	07.228.042/0005-57	DP-04201/00016	29	16/06/2010	21/06/2010	DP-04201/0090
ABC DISTRIBUIDORA S A	07.228.042/0005-57	IP-04201/00050	29	16/06/2010	21/06/2010	IP-04201/0091
WALLACE SANTOS PEREIRA ME	00.684.771/0001-45	GP-04201/00023	29	16/06/2010	21/06/2010	GP-04201/0092
KMP GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP	03.965.041/0001-00	GP-04201/00022	30	21/06/2010	24/06/2010	GP-04201/0093
EDITORA O DIARIO SA	08.320.087/0001-96	UP-04201/00020	32	23/06/2010	30/06/2010	UP-04201/0094
EDITORA O DIARIO SA	08.320.087/0001-96	IP-04201/00021	32	23/06/2010	30/06/2010	IP-04201/0095
EDITORA SOL LTDA	09.117.344/0001-50	UP-04201/00053	32	23/06/2010	30/06/2010	UP-04201/0096
METROPOLITANO GRAFICA E EDITORA LTDA	07.379.516/0001-38	GP-04201/00045	32	23/06/2010	30/06/2010	GP-04201/0097
OSSIAN SILVA FONSECA	02.574.121/0001-72	GP-04201/00046	33	28/06/2010	30/06/2010	GP-04201/0098
EMPRESA JORNALISTICA TRIBUNA DO NORTE LTDA	08.272.908/0001-66	UP-04201/00004	40	21/07/2010	26/07/2010	UP-04201/0099
EMPRESA JORNALISTICA TRIBUNA DO NORTE LTDA	08.272.908/0001-66	IP-04201/00005	40	21/07/2010	26/07/2010	IP-04201/0100

Art. 2º - Para efeito da declaração de que tratam os artigos 11 e 12 da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no DOU de 08/12/2009, e alterações posteriores, deverá ser informado o novo número de registro atribuído por este ato.

Art. 3° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA BARBOSA

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE MAIO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI). Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II , do art. 3º, da Portaria DRF/Natal nº 54, de 05 de maio de 2011, publicada no DOU de 09 de maio de 2011, com fundamento nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores; e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.723703/2011-27, declara:

Art. 1º HABILITAR a pessoa jurídica Gestamp Eólica Moxotó S.A., CNPJ nº 12.848.329/0001-96, a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que tratam os diplomas legais, regulamentar e normativo acima citados, nos termos ali disciplinados.

Art 2º Vincular o presente ADE ao projeto aprovado pela Portaria nº 317, de 19 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2011, Seção 1, página 69, identificado pelos Processos ANEEL nº 48500.005423/2010-91 e MME nº 48000.000783/2011-19.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CARLOS DAIHA NUNES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 24 DE MAIO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI). Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II , do art. 3º, da Portaria DRF/Natal nº 54, de 05 de maio de 2011, publicada no DOU de 09 de maio de 2011, com fundamento nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores; e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.723702/2011-82, declara:

Art. 1º HABILITAR a pessoa jurídica Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., CNPJ nº 12.848.401/0001-85, a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que tratam os diplomas legais, regulamentar e normativo acima citados, nos termos ali disciplinados.

Art 2º Vincular o presente ADE ao projeto aprovado pela Portaria nº 316, de 19 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2011, Seção 1, página 69, identificado pelos Processos ANEEL nº 48500.005418/2010-89 e MME nº 48000.000738/2011-64.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CARLOS DAIHA NUNES DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 24 DE MAIO DE 2011

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI). Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II , do art. 3º, da Portaria DRF/Natal nº 54, de 05 de maio de 2011, publicada no DOU de 09 de maio de 2011, com fundamento nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores; e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.723655/2011-77, declara:

Art. 1º HABILITAR a pessoa jurídica Gestamp Eólica Seridó S.A., CNPJ nº 12.848.783/0001-47, a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que tratam os diplomas legais, regulamentar e normativo acima citados, nos termos ali disciplinados.

Art 2º Vincular o presente ADE ao projeto aprovado pela Portaria nº 312, de 18 de maio de 2011, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2011, Seção 1, página 108, identificado pelos Processos ANEEL nº 48500.005410/2010-12 e MME nº 48000.000782/2011-74.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CARLOS DAIHA NUNES DA SILVA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 24 DE MAIO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, inc. III do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF No. 587, de 21 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto nos artigos 32 a 34 da IN SRF nº 1042, de 10 de junho de 2010, declara:

1º. Estão anuladas as inscrições por motivo de fraude no Cadastro de Pessoas Físicas, os CPF's de nºs :

CPF	NOME	INSCRIÇÃO
108.452.576-33	Edílson Maia Souza	13/02/2008
018.035.296-28	Emerson de Alencar Paniago	16/07/2010
102.072.166-90	Emerson Martins Coimbra	26/02/2007
077.601.966-01	Emerson Prado Borelli	19/09/2003
018.000.506-58	Fábio Macedo de Andrade	27/05/2010
018.074.286-80	Fernando Silvestre Cunha Franco	09/09/2010
109.203.416-16	Leandro Felício dos Santos	20/03/2008
109.082.926-43	Luis Antonio de Almeida	13/03/2008
109.843.556-77	Marcos Paulo do Nascimento	26/04/2008
109.107.976-50	Pedro Nunes da Silva	15/03/2008
109.082.976-02	Reges Marcus de Souza	13/03/2008
108.838.096-48	Robson de Oliveira Costa	03/03/2008

2º. As declarações de Nulidade das inscrições no CPF produz efeitos retroativos, ou seja, a partir das datas de inscrições.

NILSON ALVES PONTES JUNIOR

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 23 DE MAIO DE 2011

Declaração de inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no CNPJ.

O Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 280, incisos III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 125 de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei nº 5.614, de 05 de outubro de 1970, no art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, no inciso II do art. 36 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei nº 10.522, de 30 de dezembro de 2002, no Convênio ICMS nº 8, de 22 de março de 1996, no art. 60 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e de acordo com o que disciplina da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010, em seu artigo 42, parágrafo 2º, e considerando o que consta no processo administrativo nº 12466.000118/2004-81, declara INAPTA a inscrição nº 03.430.803/0001-74, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - da empresa VES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, por se enquadrar a mesma na situação prevista no inciso IV da citada Instrução Normativa, a partir de 13/01/2004, obedecendo ao disposto no art. 45, § 3º inc II da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

FÁBIO MIRANDA CORADINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declaração de inaptidão da inscrição de pessoa jurídica no CNPJ.

O Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 280, incisos III e IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 125 de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 135 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei nº 5.614, de 05 de outubro de 1970, no art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, no inciso II do art. 36 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei nº 10.522, de 30 de dezembro de 2002, no Convênio ICMS nº 8, de 22 de março de 1996, no art. 60 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e de acordo com o que disciplina da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010, em seu artigo 42, parágrafo 2º, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10783.720572/2010-82, declara INAPTA a inscrição nº 01.973.719/0001-71, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - da empresa UM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, por se enquadrar a mesma na situação prevista no inciso IV da citada Instrução Normativa, a partir de 14/12/2010 obedecendo ao disposto no art. 45, § 3º inc II da Instrução Normativa RFB nº 1005/2010, de 08 de fevereiro de 2010.

FÁBIO MIRANDA CORADINI

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 156, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MAERSK H_2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVIÇOS DE SEGURANÇA CONTRA GÁS SULFÍDRICO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.001440/2011-27				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
11.780.205/0001-53	Petróleo Brasileiro S.A.	A bordo dos PLSV e na base de Vitória, em toda Plataforma Continental Brasileira, onde a Petrobras seja concessionária da ANP nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.	2050.0056629.10.2 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010	22/05/2013

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 , e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARÍTIMO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 no. 147, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. de 18 de maio de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo 10768.000422/2010-47				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0051721.09.02 MAERSK CHAMPION	25.02.2014
Processo 10768.003374/2010-49				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030640.07.02 MAERSK BOULDER	29.09.2011
Processo 10768.005868/2010-68				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
		TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA	2050.0059813.10.2	16.09.2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	MAERSK RETRIEVER	

Processo 10768.007566/2010-24

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020871.06.2 MAERSK ROVER	21.11.2014

Processo 10768.00944/2011-20

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030628.07.2 MAERSK HELPER	18/09/2011

Processo 10768.004486/2010-17

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032154.07.2 2050.0032153.07.2 MAERSK CHIEFTAIN	03.11.2011

Processo 10768.004561/2010-40

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0039472.08.2 2050.0039473.08.2 MAERSK PROVIDER	25.05.2011

Processo 10768.006256/2010-92

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059265.10.2 MAERSK ASSETER	24/08/2014

Processo 10768.006257/2010-37

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059816.10.2 MAERSK MARINER	09/08/2012

Processo 10768.006258/2010-81

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020834.06.2 MAERSK CUTTER	12/09/2011

Processo 10768.006742/2010-19

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020853.06.2 MAERSK MASTER	03/10/2011

Processo 10768.006039/2010-01

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	MAERSK DRILLING AND FPSOS BRASIL SERVIÇOS DE PROD. PERF. MARÍTIMOS LTDA	BM - C - 7 PEREGRINO	S/Nº "MAERSK ATTENDER", "AHT MAGNUS" e "AHT TUARUS"	30/06/2011

Processo 10768.004320/2010-09

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.00338863.07.2 MAERSK TOPPER	12/11/2012

Processo 10768.006255/2010-48

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0059266.10.2 MAERSK ADVANCER	24/08/2014

Processo 10768.006260/2010-51

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0020831.06.2 MAERSK CLIPPER	16/09/2011

Processo 10768.003373/2010-02 - provimento a recurso

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS AS	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0032151.07.02 MAERSK RIDER	19.05.2011

Processo 10768.003370/2010-61 - provimento a recurso e 10768.001363/2011-13 (*)

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030635.07.2 MAERSK BLAZER	(*) 24.10.2011

Processo 10768.003371/2010-13 - provimento a recurso e 10768.001498/2011-71 (*)

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	PETROBRAS SA	TODA A AREA EM QUE A PETROBRÁS SEJA CONCESSIONÁRIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97	2050.0030631.07.2 MAERSK HANDLER	(*) 08.11.2011

Processo 10768.000581/2011-22

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
09.098.215/0001-61	OGX PETRÓLEO E GÁS	BLOCOS BM-PAMA-13, BM-PAMA-14, BM-PAMA-15, BM-PAMA-16, BM-PAMA-17	OGXLT/2010/109 OGXLT/2010/110 MAERSK TERRIER	25.11.2011

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 17 DE MAIO DE 2011

Declara Inaptidão da pessoa jurídica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º: Inapta, a pessoa jurídica CALIFÓRNIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 03.014.200/0001-91, com fundamento no disposto nos Artigos 39, inciso II e 41, inciso II, e parágrafo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2010, e observado o que consta do Processo Administrativo nº 10820.001990/2007-88.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES LINO BARBOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 23 DE MAIO DE 2011

Concede à empresa que especifica a habilitação ao Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso VI, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, em conformidade com o artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 13839.000129/2010-97 declara:

Art. 1º Fica a empresa FOXCONN CMMSG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 08.285.374/0001-02, habilitada a operar o Regime de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul).

Art. 2º A habilitação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa habilitada.

Art. 3º A habilitação é concedida em caráter precário e com prazo indeterminado, sendo válida para despachos de importação, exportação e trânsito aduaneiro realizados em qualquer local alfandegado do território nacional.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2011

Registro especial obrigatório dos estabelecimentos produtores, engarrafadores e atacadistas de bebidas alcoólicas, na categoria de PRODUTOR/ENGARRAFADOR.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 238, 242, 243 e 249 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicado na edição extra do Diário Oficial da União, de 02 de maio de 2007, em vista do disposto na Portaria RFB nº 10.166, de 11 de maio de 2007, publicada no DOU de 14 de maio de 2007, considerando o disposto no artigo 3º da IN (SRF) nº 504/2005 e o que mais consta no processo administrativo nº 10830.004363/2004-37, declara:

INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL, sob nº 08112/ 078 , como produtor/engarrafador de produtos descritos no artigo 2º da IN SRF nº 504/2005, o estabelecimento da empresa Bom Jardim da Serra Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.038.553/0001-69, situado na Estrada Mococa/Cajuru, s/nº , Fazenda Caburai, Zona Rural, município de Mococa/SP.

Este Ato Declaratório autoriza o estabelecimento acima descrito a fabricar/engarrafar os seguintes produtos:

Produto	Marca	Capacidade
Cachaça	Da Tulha Mel	750 ml
Cachaça	Da Tulha Mel	50 ml
Cachaça	Mato Seco	600 ml

O contribuinte fica obrigado a informar, a esta Delegacia, quaisquer alterações que venham a ocorrer nos elementos constantes do artigo 4º da IN (SRF) nº 504/2005, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação, juntando cópias dos documentos pertinentes. Obriga-se, ainda, a comunicar o engarrafamento de novos produtos, a utilização de nova marca comercial ou o uso de recipientes de capacidades diferentes daquelas constantes neste ADE, bem como continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do presente Registro Especial, sob pena de cancelamento do mesmo, nos termos do artigo 8º da IN (SRF) nº 504/2005.

O presente Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir de sua publicação.

JULIO CESAR NAVAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 24 DE MAIO DE 2011

Registro especial obrigatório dos estabelecimentos produtores, engarrafadores e atacadistas de bebidas alcoólicas, na categoria de PRODUTOR/ENGARRAFADOR.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 238, 242, 243 e 249 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicado na edição extra do Diário Oficial da União, de 02 de maio de 2007, em vista do disposto na Portaria RFB nº 10.166, de 11 de maio de 2007, publicada no DOU de 14 de maio de 2007, considerando o disposto no artigo 3º da IN (SRF) nº 504/2005 e o que mais consta no processo administrativo nº 13842.000107/2008-53, resolve:

1) Declarar CONCEDIDO, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I e II da IN (SRF) nº 504/2005, o registro especial obrigatório, na categoria de PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, ao estabelecimento do contribuinte CASA DO ENGENHO - AGROIND E COM DE AGUARDENTE LTDA- ME, CNPJ Nº 59.190.660/0001-25, estabelecida na Estrada Mun. Mococa/SP, Usina Itaiquara, Fazenda Morro Azul, km 20, Setor Engenho, município de Mococa/SP.

2) ATRIBUIR, ao citado estabelecimento, o Registro Especial nº 08112/087, desta Delegacia da Receita Federal do Brasil, que deverá constar nos documentos fiscais que emitir, no campo relativo à identificação da empresa;

3) AUTORIZAR o estabelecimento acima referido a engarrafar os seguintes produtos:

Produto	Marca Comercial	Capacidade Recipiente
Cachaça	Casa do Engenho	700 ml

O contribuinte fica obrigado a informar, a esta Delegacia, quaisquer alterações que venham a ocorrer nos elementos constantes do artigo 4º da IN (SRF) nº 504/2005, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação, juntando cópias dos documentos pertinentes. Obriga-se, ainda, a comunicar o engarrafamento de novos produtos, a utilização de nova marca comercial ou o uso de recipientes de capacidades diferentes daquelas constantes neste ADE, bem como continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do presente Registro Especial, sob pena de cancelamento do mesmo, nos termos do artigo 8º da IN (SRF) nº 504/2005.

O presente Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir de sua publicação.

JULIO CESAR NAVAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 24 DE MAIO DE 2011

Registro especial obrigatório dos estabelecimentos produtores, engarrafadores e atacadistas de bebidas alcoólicas, na categoria de PRODUTOR/ENGARRAFADOR.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 238, 242, 243 e 249 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicado na edição extra do Diário Oficial da União, de 02 de maio de 2007, em vista do disposto na Portaria RFB nº 10.166, de 11 de maio de 2007, publicada no DOU de 14 de maio de 2007, considerando o disposto no artigo 3º da IN (SRF) nº 504/2005 e o que mais consta no processo administrativo nº 10865.000779/2004-89, declara:

INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL, sob nº 08112/ 057, como produtor/engarrafador de produtos descritos no artigo 2º da IN SRF nº 504/2005, o estabelecimento da empresa Companhia Muller de Bebidas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 03.485.775/0001-92, situado na Estrada Municipal Pirassununga, 349, Chácara Taboão, município de Pirassununga /SP.

Este Ato Declaratório autoriza o estabelecimento acima descrito a fabricar/engarrafar os seguintes produtos:

Produto	Marca	Capacidade
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	700 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	1000 ml
Aguardente Composta	Pirassununga 51 Gold	700 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	965 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	350 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	500 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	200 ml
Aguardente de Cana	Pirassununga 51	50 ml
Aguardente de Cana	29 Pirassununga	600 ml
Aguardente de Cana	29 Pirassununga	500 ml
Aguardente de Cana	Reserva 51	1000 ml
Aguardente Composta	Domus	1000 ml
Aguardente Composta	Domus	350 ml
Aguardente Composta	Domus	200 ml
Aguardente Composta	Terra Brazilis	1000 ml
Aguardente Composta	Terra Brazilis	750 ml
Aguardente Composta	Terra Brazilis	200 ml
Aguardente de Cana	51 Pirassununga Ouro	965 ml
Aguardente de Cana	51 Pirassununga Ouro	350 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Limão	350 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Tangerina	350 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Maracujá	350 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Kiwi	275 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Energy	275 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Limão	275 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Tangerina	275 ml
Bebida refrescante com teor alcoólico inferior a 8%	51 Ice Good Idea Maracujá	275 ml

O contribuinte fica obrigado a informar, a esta Delegacia, quaisquer alterações que venham a ocorrer nos elementos constantes do artigo 4º da IN (SRF) nº 504/2005, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação, juntando cópias dos documentos pertinentes. Obriga-se, ainda, a comunicar o engarrafamento de novos produtos, a utilização de nova marca comercial ou o uso de recipientes de capacidades diferentes daquelas constantes neste ADE, bem como continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do presente Registro Especial, sob pena de cancelamento do mesmo, nos termos do artigo 8º da IN (SRF) nº 504/2005.

O presente Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir de sua publicação.

JULIO CESAR NAVAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
MAIA ARAÚJO DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA.	05.752.554/0001-69	19515.720109/2011-56

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
VAN FIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	52.967.783/0001-80	19515.720176/2011-71

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 106, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
ANGELICAR AUTOMOVEIS LTDA. EPP	67.740.696/0001-63	19515.000948/2011-54

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
ARMARINHOS BIJOUTEIRAS BRASIL LTDA.	43.821.669/0001-57	19515.000255/2011-61

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 14, de 3 de março de 2011, publicado no DOU nº 46, de 9 de março de 2011, pág. 61, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
TELSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE COURO LTDA.	02.601.481/0001-16	19515.000254/2011-17

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 16, de 3 de março de 2011, publicado no DOU nº 46, de 9 de março de 2011, pág. 61, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 110, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
ESTAMPARIA E COMÉRCIO DE TECIDOS KEKA LTDA. EPP	47.453.840/0001-73	19515.000541/2011-27

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 15, de 3 de março de 2011, publicado no DOU nº 46, de 9 de março de 2011, pág. 61, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
MSI LICENCIAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	07.140.044/0001-66	19515.003367/2010-93

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 17, de 10 de março de 2011, publicado no DOU nº 48, de 11 de março de 2011, pág. 48, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 25 DE MAIO DE 2011

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.097, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
CD EX EDITORA LTDA.	01.990.574/0001-17	19515.004502/2010-18

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual a contribuinte foi intimada, conforme o Edital de Intimação nº 18, de 10 de março de 2011, publicado no DOU nº 48, de 11 de março de 2011, pág. 48, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 25 DE MAIO DE 2011

Inscreve contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/100, o estabelecimento da empresa MAX BRANDS IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 09.515.766/0001-83, localizado à Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220 conj. 14 - Vila Andrade - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.003436/2010-69.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 16 DE MAIO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT nº 65/2011, de 02/03/2011, e ao que consta do Processo 10314.002418/2011-32, em tramitação nesta Inspetoria, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Mercedes Benz , modelo E 430 Elegance, ano-fabricação 1999, ano-modelo 1999, chassi WDB210070XB036459, cor prata, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente à CONSULADO GERAL DA SUÍÇA, desembaraçado com privilégio diplomático, em 07/01/2002, através da declaração de importação nº 01/1241184-8, registrada na Alfândega Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para STUFF CAR BLINDAGENS, CNPJ 02.680.013/0001-84, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12, DE 24 DE MAIO DE 2011

Dispõe, provisoriamente, sobre a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, enquanto não editadas, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as normas previstas no inciso I do §6º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Esta Ordem de Serviço disciplina, provisoriamente, os procedimentos de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, cujos requerimentos forem protocolados nesta Unidade.

§ 1º Cabe à Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT desta Inspetoria o processamento e análise desses processos.

§ 2º Os processos formados para essa finalidade serão exclusivamente na forma de e-processo, como disposto no inciso II do art. 1º da OS IRF/SPO nº 11/2011, publicada na Seção 1 do DOU de 12/05/2011.

Art. 2º A inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros ou no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros será requerida pelo interessado mediante petição dirigida ao Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo, nos termos do Anexo I-A ou I-B deste ato.

§ 1º Em anexo ao requerimento, o interessado deverá apresentar sua qualificação completa, da qual deverão constar, nos termos dos Anexos II-A e II-B, as seguintes informações:

I - nome;
II - nacionalidade;
III - estado civil;
IV - número do documento de identidade e órgão emitente;
V - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
VI - endereço e telefone residencial;
VII - endereço e telefone comercial; e
VIII - endereço eletrônico.

§ 2º O requerimento deverá ser instruído com:

I - cópia autenticada do documento de identidade;
II - comprovante de inscrição no CPF;
III - Titulo de Eleitor;
IV - comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais e com os deveres do serviço militar, quando for o caso;
V - folha de antecedentes expedida pelas Polícias Estadual e Federal, bem como certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Justiça Militar da União, e dos Estados, dos locais de residência do candidato à inscrição, nos últimos cinco anos;
VI - declaração de que trata o Anexo III;
VII - comprovante de residência; e
VIII - ficha de cadastro de que tratam os Anexos II-A e II-B.

Art. 3º No caso de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, além dos documentos previstos no art. 2º, o interessado deverá:

I - apresentar o certificado de conclusão do segundo grau ou equivalente;
II - citar o nome completo, endereço e número de registro do despachante aduaneiro a que ficará tecnicamente vinculado;
III - anexar declaração de vinculação técnica emitida por despachante aduaneiro, conforme o Anexo IV; e
IV - anexar cópia autenticada do Ato Declaratório de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros do despachante ao qual se vinculara.

§ 1º Em relação ao documento citado no inciso I deste artigo, os formados no período de 1980 a 2000 deverão apresentar a cópia da publicação no Diário Oficial do Estado da "Lauda de Concluintes", enquanto os formados a partir do ano 2000 deverão apresentar cópia da página da internet GDAE - Gestão Dinâmica da Administração Escolar, no endereço eletrônico www.gdae.sp.gov.br.

§ 2º Nos casos omissos, não enquadrados no parágrafo anterior, esta Inspetoria oficiará o estabelecimento emitente do certificado mencionado no inciso I do caput, para que se manifeste sobre a autenticidade do documento.

Art. 4º No caso de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros, além dos documentos previstos no art. 2º, o interessado deverá apresentar cópia autenticada do ato declaratório de sua inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, publicado há pelo menos 2 (dois) anos no Diário Oficial da União.

Art 5º Atendidos os requisitos, o servidor designado emitirá parecer, propondo a concessão da inscrição no respectivo Registro, e o submeterá ao titular da Unidade.

§ 1º Na hipótese de instrução incompleta, o requerente poderá sanear o processo mediante a complementação de documentos ou informações exigidas para a sua inscrição.

§ 2º As intimações, abrangendo as pendências identificadas por ocasião da análise do pedido, deverão estabelecer prazo para seu atendimento.

§ 3º Vencido o prazo previsto em qualquer intimação, sem o seu atendimento ou sem a apresentação de justificativa formal pelo requerente, o pedido será indeferido.

§ 4º Da decisão que indeferir a inscrição, cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art 6º Deverão ser encaminhados à Divisão de Administração Aduaneira da SRRF08 - DIANA08 os dados das pessoas consideradas aptas a obter inscrição no Registro respectivo, de acordo com o disposto no §3º do art. 810 do Regulamento Aduaneiro, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, em atendimento à Ordem de Serviço SRRF/8ªRF nº 02, de 28 de outubro de 2010.

Parágrafo único - Os dados a serem encaminhados deverão conter, minimamente, o nome completo, o número de CPF e o número do pertinente processo administrativo de inscrição.

Art. 7º As sanções administrativas a Despachante Aduaneiro ou Ajudante de Despachante Aduaneiro deverão der comunicadas à DIANA08, para fins de inclusão em prontuário eletrônico, mediante encaminhamento de cópia do ato punitivo.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

JOSÉ PAULO BALAGUER

ANEXO I-A

Ao Senhor Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo

(nome) ....., (nacionalidade) ....., (estado civil) ....., CPF nº ....., RG nº ....., telefones (residencial, comercial e celular) nº....., residente à ....., CEP ....., na cidade de ....., requer a V.Sª. a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, nos termos do § 4º do art. 810 do Decreto nº 6.759/2009, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213/2010.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, __ de _____de 2011.

_____
(assinatura do interessado com firma reconhecida)

ANEXO I-B

Ao Senhor Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo

(nome) ....., (nacionalidade) ....., (estado civil) ....., CPF nº ....., RG nº ....., telefones (residencial, comercial e celular) nº ....., residente à ....., CEP ....., na cidade de ....., inscrito sob nº 8A. ___.____ no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro desta Região Fiscal, pelo Ato Declaratório SRRF/8ªRF nº _____, de ___/____/_____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____ , tendo completado o prazo de dois anos de inscrição no Registro mencionado, requer a V.Sª. o ingresso no Registro de Despachantes Aduaneiros, nos termos do art. 810 do Decreto nº 6.759/2009, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213/2010.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo, __ de _____de 2011.

_____
(assinatura do interessado com firma reconhecida)

ANEXO II-A

Anexo ao requerimento de inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros (art. 810, §4º, do Dec. Nº 6.759/2009, com a redação dada pelo art. 1º do Dec. Nº 7.213/2010)

QUALIFICAÇÃO	
1. Nome	
2.Nacionalidade	3. Estado Civil
4. Nº do documento de identidade	5. Órgão emissor
6. Nº de inscrição no CPF	
7. Residência	
8. Bairro	9. CEP
10. Cidade	11. Telefone
12. Endereço do escritório	
13. Bairro	14. CEP
15. Cidade	16. Telefone
17. Endereço eletrônico (e-mail)	
DESPACHANTE ADUANEIRO A QUE FICARÁ TECNICAMENTE SUBORDINADO	
17. Nome	
18. Endereço	
19. Bairro	
20. Cidade	
21. Nº do Registro	

ANEXO II-B

Anexo ao requerimento de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros (art. 810 do Dec. Nº 6.759/2009, com a redação dada pelo art. 1º do Dec. Nº 7.213/2010)

QUALIFICAÇÃO	
1. Nome	
2.Nacionalidade	3. Estado Civil
4. Nº do documento de identidade	5. Órgão emissor
6. Nº de inscrição no CPF	
7. Residência	
8. Bairro	9. CEP
10. Cidade	11. Telefone
12. Endereço do escritório	
13. Bairro	14. CEP
15. Cidade	16. Telefone
17. Endereço eletrônico (e-mail)	

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, (nome) ....., (nacionalidade) ....., (estado civil) ....., CPF nº ....., RG nº ....., telefones (residencial, comercial e celular) nº....., residente à ....., CEP ....., declaro que:

1. Não exerço cargo, emprego ou função pública e estou ciente de que é vedado, a quem exerce cargo, emprego ou função pública, o exercício da atividade de despachante ou ajudante de despachante aduaneiro, conforme §10 do art. 810 do Decreto nº 6.759/2009, alterado pelo Decreto nº 7.213/2010.

2. Nunca fui condenado, por decisão transitada em julgado, à pena privativa de liberdade, nos termos do inciso II do §1º do art. 810 do Decreto nº 6.759/2009.

3. Estou ciente do que diz o artigo 735, inciso II, alínea "e" do Regulamento Aduaneiro, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010:

"Art. 735 Os intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos às seguintes sanções (Lei nº 10.833/2003, art. 76, caput):

...

II - suspensão, pelo prazo de até doze meses, do registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação para utilização de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, ou com a movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos, na hipótese de:

...

e) realização, por despachante aduaneiro ou ajudante, em nome próprio ou de terceiro, de exportação ou importação de quaisquer mercadorias, exceto para uso próprio, ou exercício, por estes, de comércio interno de mercadorias estrangeiras;

..."

Esta declaração é expressão da verdade, da qual assumo inteira responsabilidade na forma da lei.

São Paulo, __ de _____de 2011.

_____
(assinatura do interessado com firma reconhecida)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Eu, ..., inscrito no Registro de Despachantes Aduaneiros sob o n°....., CPF n° ....., RG nº ....., DECLARO que, deferido o pedido de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro do Sr. ..... CPF n° ....., RG nº....., ficará este tecnicamente a mim vinculado, conforme §5º do art. 810 do Decreto nº 6.759/2009.

São Paulo, __ de _____de 2011.

_____
(assinatura do interessado com firma reconhecida)

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 19 DE MAIO DE 2011

Declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que dispõe o art. 81, § 5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e artigo 41, § 2º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo relacionada, na forma do artigo 39, II da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 2010, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 10925.720927/2011-52;

Art. 2º A pessoa jurídica declarada inapta por este Ato Declaratório será incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN) de acordo com o que determina a alínea "b", do inciso II, do art. 2º, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

Art. 3º São considerados inidôneos os documentos emitidos, a partir da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, pela pessoa jurídica referida no art. 1º;

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º
H.N.C.R. COSMETICOS LTDA	05.612.583/0001-25

OTTO MARESCH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara cancelada a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a pedido do contribuinte.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de dezembro de 2010, e em consonância com o artigo 12, inciso I, §§ 1º e 2º, IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º - A pedido da empresa Construtora Guaraenge Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 01.759.129/0001-40, está cancelada a co-habilitação no projeto de construção de Pequena Central Hidrelétrica, denominada PCH Santana I, aprovado pelo Ministério de Minas e Energia através da portaria nº 126, de 28 de março de 2008, de titularidade da pessoa jurídica Firenze Energética Ltda, CNPJ 03.127.457/0001-50.

Art. 2º - Cessam os benefícios concedidos através do Ato Declaratório DRF/PTG nº 27, de 14 de julho de 2009, a partir de 10 de novembro de 2010.

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LUIS HORN

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 23 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o artigo 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º ao 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, inciso I, a pessoa jurídica RRC SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 02.034.905/0001-08, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado no artigo 3º da MP 303, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO JOSÉ ROTH

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.189, DE 24 DE MAIO DE 2011

Declara cessada a liquidação extrajudicial da Capitânea - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XVII, do Regimento Interno, anexo à Portaria 29.971, de 4 de março de 2005, com fundamento no art. 19, alínea "b", da Lei 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando a homologação, pela 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de transação efetivada nos autos da Ação Civil Pública de Responsabilidade (Proc.583.00.1990.707261-6), que, mediante a constituição de garantia de pagamento a todos os credores da massa, viabilizou a transformação da liquidação extrajudicial em liquidação ordinária, conforme consta do processo nº 1001499278, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que a Capitânea - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ 62.063.813/0001-88), com sede na cidade de São Paulo (SP), foi submetida por ato desta Autarquia de 21 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, de 22 de junho de 1989.

Art. 2º Fica dispensado o Sr. José Roberto Alves, carteira de identidade RG 5.177.729-SSP/SP e CPF 435.894.648-87, do encargo de liquidante.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 5 DE MAIO DE 2011

Institui o Regimento Interno do Comitê Nacional de Educação Financeira.

O COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF) torna público que, em sessão ordinária realizada em 5 de maio de 2011, com base no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, decidiu:

Art. 1º Fica instituído o anexo Regimento Interno do Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAMIR LOPES
Presidente do Comitê

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF)

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DAS DIRETRIZES

Art. 1º O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), instituído pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, no âmbito do Ministério da Fazenda, tem por finalidade promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

§ 1º O CONEF tem o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF.

§ 2º Na definição dos planos, programas e ações a serem desenvolvidos, o CONEF considerará as seguintes diretrizes:

I - atuação permanente e em âmbito nacional;

II - gratuidade das ações de educação financeira;

III - prevalência do interesse público;

IV - promoção de informação, formação e orientação;

V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;

VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e

VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O CONEF é integrado pelos seguintes membros:

I - um Diretor do Banco Central do Brasil;

II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;

III - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;

V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;

VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;

VII - o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;

VIII - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e

IX - quatro representantes da sociedade civil, na forma deste Regimento.

Art. 3º Os representantes de que trata o art. 2º, bem como seus suplentes, serão indicados ao Presidente do CONEF pelos dirigentes máximos de seus respectivos órgãos e entidades.

Parágrafo único. A indicação de que trata o caput será formalizada mediante ofício dirigido à Secretaria-Executiva do Comitê e os representantes designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 4º A participação no CONEF, em qualquer condição, é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Compete ao CONEF, nos termos do Decreto nº 7.397, de 2010:

I - aprovar:

a) o documento que consubstancia a ENEF, bem como suas revisões;

b) a inclusão e exclusão de planos, programas e ações no âmbito da ENEF;

c) a criação de grupos de trabalho e comissões permanentes; e

d) as alterações neste Regimento, nos termos do art. 23;

II - estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão de planos, programas e ações da ENEF;

III - decidir sobre:

a) a formalização de termo de cooperação ou instrumento congênere para a centralização da gestão da ENEF; e

b) a formação de parceria com órgãos e entidades, públicas ou privadas, para executar planos, programas ou ações que integrem a ENEF;

IV - escolher as entidades que indicarão representantes para compor o CONEF, observado o disposto neste Regimento;

V - definir:

a) a forma de representação governamental da ENEF nos fóruns e organismos internacionais; e

b) a logomarca para a ENEF e as regras para sua utilização;

VI - solicitar manifestação técnica do Grupo de Apoio Pedagógico - GAP, quanto aos aspectos relacionados com educação financeira e previdenciária; e

VII - deliberar sobre outros assuntos relacionados à implementação da ENEF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º São atribuições do Presidente do CONEF:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, abrir as sessões e dirigir os trabalhos, observadas as disposições deste Regimento;

II - definir a pauta de assuntos a serem discutidos em cada reunião;

III - aprovar a inclusão de assuntos extrapauta, quando revestidos de caráter de urgência ou relevante interesse;

IV - convidar:

a) as entidades escolhidas na forma do inciso IV do art. 5º; e

b) as pessoas físicas e representantes de órgãos e entidades, públicas ou privadas, para participar e colaborar com a consecução dos objetivos da ENEF;

V - designar os representantes e respectivos suplentes do GAP, bem como convocar a primeira reunião do mencionado grupo, conforme estabelecido nos §§ 3º e 5º do art. 5º do Decreto nº 7.397, de 2010;

VI - formalizar as parcerias deliberadas pelo CONEF;

VII - assinar os atos administrativos editados pelo CONEF; e

VIII - representar o CONEF, no País ou no exterior, ou indicar representante e respectivo suplente.

Art. 7º Os membros do CONEF poderão:

I - apresentar proposições, indicações, requerimentos e comunicações, a serem incluídos nas pautas das reuniões do Comitê para discussão;

II - solicitar o adiamento da votação de assuntos incluídos na pauta ou apresentados extrapauta;

III - pedir vistas de assunto constante da pauta ou apresentado extrapauta;

IV - fazer declaração de voto;

V - requerer preferência para votação de assunto incluído na pauta ou apresentado extrapauta; e

VI - propor a criação de grupos de trabalho, destinados ao exame de assuntos específicos, bem como a criação de comissões permanentes, de atividades especializadas.

Art. 8º À Secretaria-Executiva do CONEF, a ser exercida pelo Banco Central do Brasil, compete:

I - organizar a pauta das reuniões, em conformidade com o disposto neste Regimento;

II - comunicar aos membros a data, a hora e o local das reuniões, com, no mínimo, quinze dias de antecedência para as reuniões ordinárias;

III - enviar aos membros, com antecedência de cinco dias úteis no caso das reuniões ordinárias, a pauta de cada reunião e cópia dos documentos, referidos no art. 17, conferindo-lhe tratamento confidencial;

IV - prover os serviços de apoio administrativo e de secretaria nas reuniões, elaborando as respectivas atas;

V - providenciar, se necessário, a publicação de atos no Diário Oficial e em outros canais de comunicação, na forma deliberada pelo CONEF;

VI - manter arquivo e ementário de assuntos de interesse do Comitê, bem como das decisões adotadas em suas reuniões;

VII - colher a assinatura dos membros do Comitê nas atas das reuniões; e

VIII - encaminhar ao Presidente do Comitê os expedientes recebidos, devidamente instruídos.

CAPÍTULO IV

DAS ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 9º A sociedade civil será representada por:

I - entidades autorreguladoras reconhecidas por órgão regulador de mercado integrante do Sistema Financeiro Nacional;

II - entidades representativas dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização; ou

III - entidades civis de defesa do consumidor.

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I, II e III devem ter atuação nacional e reconhecida capacidade técnica na área financeira, previdenciária ou de defesa do consumidor.

Art. 10º As entidades convidadas a integrar o CONEF deverão indicar seus representantes ao Presidente, na forma deste Regimento.

Art. 11º O CONEF poderá deliberar, mediante proposta da Presidência ou de qualquer de seus membros, pela substituição de representante indicado pela entidade da sociedade civil.

Art. 12º A escolha das instituições representantes da sociedade civil, na forma do inciso IV do art. 5º, será realizada a cada três anos.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 13º O CONEF reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do seu Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de um de seus membros.

§ 1º As reuniões poderão ser feitas presencialmente, por videoconferência ou por outra via não-presencial.

§ 2º As reuniões presenciais serão realizadas, preferencialmente, no local da sede da entidade ou do órgão a que pertence o Presidente do Comitê.

§ 3º As reuniões serão instaladas com a presença mínima de representantes da maioria dos membros do Comitê, dos quais, pelo menos quatro devem estar relacionados entre os representantes de que tratam os incisos I a VIII do art. 2º.

§ 4º Na ausência ou impedimento do Presidente do CONEF, os trabalhos serão conduzidos pelo seu suplente ou, na ausência deste, por membro titular ou suplente a que corresponder a próxima presidência, nos termos do § 4º do art. 3º do Decreto nº 7.397, de 2010.

§ 5º Os votos dos membros integrantes do CONEF poderão ser colhidos ou encaminhados por via eletrônica.

Art. 14º A data, a hora e o local de cada reunião serão determinados pelo Presidente do CONEF.

Parágrafo único. As despesas referentes à participação dos membros do CONEF nas reuniões serão custeadas pelos seus respectivos órgãos ou entidades.

Art. 15º A ordem dos trabalhos nas reuniões do CONEF é a seguinte:

I - aprovação da pauta do dia;

II - discussão e votação dos assuntos incluídos em pauta;

III - discussão e votação dos assuntos apresentados extrapauta; e

IV - assuntos de ordem geral.

Art. 16º Poderão participar, ainda, das reuniões do CONEF, sem direito a voto:

I - pessoas convidadas, nos termos do art. 6º, inciso IV, alínea "b";

II - pessoas físicas acompanhando os membros do CONEF; e

III - servidores do Banco Central do Brasil exercendo as funções de Secretaria-Executiva.

Seção II

Da Apresentação de Propostas

Art. 17º As propostas deverão ser entregues à Secretaria-Executiva, com as justificativas das proposições e minutas dos normativos pertinentes, se for o caso.

Art. 18º As propostas com pedido de vistas concedido devem retornar na reunião subseqüente, salvo se o Presidente do CONEF conceder prazo maior.

Seção III

Da Organização da Pauta

Art. 19º Para efeito de organização da pauta, a Secretaria-Executiva manterá controle unificado das propostas apresentadas pelos membros do CONEF.

Parágrafo único. O controle será feito observada numeração seqüencial única, reiniciada anualmente.

Art. 20º A Secretaria-Executiva concluirá a elaboração da pauta, abrangendo todas as propostas encaminhadas na forma dos arts. 17º e 18º deste Regimento, e a submeterá à apreciação do Presidente do CONEF.

Art. 21º Não serão incluídas na pauta as propostas que estejam em desacordo com as disposições deste Regimento.

CAPÍTULO VI

DAS VOTAÇÕES E DAS DECISÕES

Art. 22º A votação pelos membros do CONEF ocorrerá após o encerramento dos debates de cada assunto.

Art. 23º As decisões do CONEF serão tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo único. As deliberações sobre a alteração deste Regimento e a escolha das entidades representativas da sociedade civil, na forma do art. 5º, inciso IV, serão tomadas pelo voto da maioria dos membros relacionados nos incisos I a VIII do art. 2º.

Art. 24º Em caso de empate na votação, cabe ao Presidente do Comitê o voto de qualidade.

Art. 25º Não haverá voto por delegação.

Art. 26º Poderão ser adotadas votações eletrônicas por deliberação do CONEF ou por iniciativa do seu Presidente.

Art. 27º As decisões do CONEF que produzirem efeitos para terceiros ou para os seus membros ou que contiverem orientações, diretrizes e padrões da ENEF, de necessária divulgação, serão aprovadas por meio de deliberações.

CAPÍTULO VII

DAS ATAS

Art. 28º Das reuniões do CONEF serão lavradas atas, que informarão o local e a data de sua realização, nome dos membros presentes e demais participantes e convidados, assuntos apresentados, resumo dos debates ocorridos, bem como as deliberações ou decisões tomadas.

Art. 29º As atas serão elaboradas em folhas soltas e receberão autenticação da Secretaria-Executiva e assinaturas do Presidente e demais membros do Comitê presentes à reunião.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 30º A primeira Presidência do CONEF encerrar-se-á em 30 de junho de 2011.

Art. 31º Em sua primeira reunião, o CONEF escolherá as entidades representantes da sociedade civil, conforme disposto neste Regimento.

Parágrafo único. A primeira representação da sociedade civil encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO IX

DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 32º Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente do CONEF, ad referendum do Comitê.

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 5 DE MAIO DE 2011

Aprova o Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

O COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF) torna público que, em sessão ordinária realizada em 5 de maio de 2011, com base no art. 3º do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, decidiu:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), contendo os planos, programas e ações previstos no art. 3º do Decreto nº 7.397, de 2010.

Parágrafo único. O Plano de que trata este artigo está disponível no sítio da ENEF na internet, acessível pelo endereço eletrônico http://www.vidaedinheiro.gov.br.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAMIR LOPES
Presidente do Comitê

DELIBERAÇÃO Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2011

Divulga as entidades escolhidas para representar a Sociedade Civil no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

O COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF) torna público que, em sessão ordinária realizada em 5 de maio de 2011, com base no § 2º do art. 3º do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, decidiu:

Art. 1º Ficam divulgadas as seguintes entidades escolhidas para representar a sociedade civil no CONEF:

I - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima);

II - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa);

III - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg); e

IV - Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I a IV serão convidadas pelo Presidente para integrar o CONEF, na forma do inciso IV do art. 6º do Regimento Interno.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAMIR LOPES
Presidente do Comitê

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.537, DE 25 DE MAIO DE 2011

Altera a Circular nº 3.506, de 23 de setembro de 2010, que dispõe sobre a metodologia de apuração da taxa de câmbio real/dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 24 de maio de 2011, com base no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 4º da Circular nº 3.506, de 23 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

II - escolha aleatória do início de cada consulta dentro dos seguintes intervalos:

a) 10h00 às 10h10 para a primeira consulta;

b) 11h00 às 11h10 para a segunda consulta;

c) 12h00 às 12h10 para a terceira consulta; e

d) 13h00 às 13h10 para a quarta consulta;

.....

§ 3º Caso mais de quatro cotações de compra ou mais de quatro cotações de venda deixem de ser informadas em uma mesma consulta automática, o Depin buscará obter as cotações dos dealers omissos por telefone ou por outros meios de comunicação, desde que assegurem a confidencialidade e sejam passíveis de registro e auditoria.

§ 4º Se persistir a ausência de mais de quatro cotações de compra ou de venda após a solicitação alternativa tratada no § 3º, o resultado da consulta será dado por cotação obtida dos sistemas de informação do Banco Central do Brasil." (NR)

"Art. 4º .....

Parágrafo único. No período de 1º de julho de 2011 a 30 de setembro de 2011, as taxas PTAX de compra e de venda serão calculadas de modo a apresentar uma diferença fixa de 0,0008 R$/US$ centrada na média de todos os resultados das consultas do dia, tanto para taxas de compra como para taxas de venda, apurados conforme o art. 3º, sendo divulgadas pelo Banco Central do Brasil conjuntamente com o resultado da última consulta do dia." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO LUIZ MENDES
Diretor de Política Monetária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COLEGIADO

DECISÕES DE 3 DE MAIO DE 2011

Local: São Paulo
PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
ALEXSANDRO BROEDEL LOPES - DIRETOR
ELI LORIA - DIRETOR
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA *
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR

* por estar no Rio de Janeiro, participou da discussão por videoconferencia

Objeto do processo: Responsabilidade do DRI da Allis Participações S.A. pela não adoção os procedimentos elencados no art. 13 da Instrução CVM nº 202/03 e art. 13 da Instrução CVM nº480/09, notadamente o atraso ou o não envio das seguintes informações previstas no artigo 16, incisos I, II, IV, VI e VIII, da Instrução CVM nº202/93 e artigos 21, 25, 28, 29 e 65 da Instrução CVM nº480/09: Demonstrações Financeiras Anuais Completas referentes aos exercícios sociais findos em 31.12.08 e 31.12.09; Ata da Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social findo em 31.12.08; Formulários Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) referentes aos exercícios sociais findos em 31.12.08 e 31.12.09; Formulários Informações Trimestrais (ITR) referentes aos trimestres encerrados em 31.03.09, 30.06.09, 30.09.09 e 31.03.10; e Formulário Informações Anuais (IAN) referente ao exercício social findo em 31.12.08.

ACUSADO	ADVOGADA
ALEXANDRE MILANI DE OLIVEIRA CAMPOS	DANIELLA MARIA NEVES REALI FRAGOSO

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2010/11566 - ALLIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Reg. nº 7533/11

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Alexandre Milani de Oliveira Campos, aprovado na reunião de Colegiado de 19.01.11, no âmbito do PAS RJ2010/11566.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do presente processo, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelo único acusado.

Local: São Paulo
PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
ALEXSANDRO BROEDEL LOPES - DIRETOR
ELI LORIA - DIRETOR
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA *
OTAVIO YAZBEK- DIRETOR

* por estar no Rio de Janeiro, participou da discussão por videoconferencia

Objeto do processo: Utilização de material publicitário referente à oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet, sem que este tenha sido submetido à prévia aprovação da CVM, configurando infração ao artigo 50 da Instrução CVM nº 400/2003.

ACUSADOS	ADVOGADOS
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S/A	FERNANDA PEREIRA CARNEIRO
FABIO FEOLA	FERNANDA PEREIRA CARNEIRO
ADRIANO MAIA MORENO	RICARDO GENIS MOURÃO
FUTURA AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS S/S LTDA	LUCIANA PELOGI NOGUEIRA

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2009/11813 - BANIF CVC S/A E FUTURA AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS S/S LTDA.

Reg. nº 7379/10

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes nos Termos de Compromisso celebrados por Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., Fábio Feola, Futura Agente Autônomo de Investimentos S/S Ltda. e Adriano Maia Moreno, aprovado na reunião de Colegiado de 30.11.10, no âmbito do PAS RJ2009/11813.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos nos Termos de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do presente processo, por terem sido cumpridos os Termos de Compromisso firmados pelos únicos acusados.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2011
SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 1.209, DE 25 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT n° 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001939/2011-68, resolve:

Art.1° Homologar as deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ n° 03.558.096/0001-04, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 31 de março de 2011, aprovaram, em especial:

I - Aumentar o capital social em R$ 11.529.917,72 (onze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e dezessete reais e setenta e dois centavos), elevando-o de R$ 97.891.922,14 (noventa e sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e dois reais e quatorze centavos) para R$ 109.421.839,86 (cento e nove milhões, quatrocentos e vinte um mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva Legal, no montante de R$ 4.043.993,62 (quatro milhões, quarenta e três mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos) e parte da Reserva Estatutária, no montante de R$ 7.485.924,10 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e dez centavos);

II - Reformar o artigo 8° do Estatuto Social.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA Nº 1.210, DE 25 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT n° 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001967/2011-85, resolve:

Art. 1° Homologar as deliberações tomadas pelos acionistas de BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ n° 92.682.038/0001-00, com sede social na cidade de Rio de Janeiro, que, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2011, aprovaram, em especial, a alteração do artigo 7°, dos parágrafos segundo e quinto do art. 8º, do artigo 10 e do inciso "I" do art. 12 do Estatuto Social.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA Nº 1.211, DE 25 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT n° 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001776/2011-13, resolve:

Art.1° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas de BANESTES SEGUROS S.A., CNPJ n° 27.053.230/0001-75, com sede social na cidade de Vitória - ES, que, nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2011, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R$ 20.558.743,12, elevando-o de R$ 55.368.125,30 para R$ 75.926.868,42, dividido em 14.791.405.093 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - A alteração dos artigos 5º e 31 do Estatuto Social.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA Nº 1.212, DE 25 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT n° 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.100120/2011-82, resolve:

Art.1° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, CNPJ n° 28.196.889/0001-43, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R$ 131.246.008,96, elevando-o de R$ 249.236.325,92 para R$ 380.482.334,88, representado por 645.238 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 322.619 ordinárias e 322.619 preferenciais; e

II - A alteração do artigo 5° do Estatuto Social.

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

BANCO DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO
BESC FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 13 DE ABRIL DE 2010

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às dez horas, na Rua Adolfo Melo, nº 41, 4º andar, Centro - Florianópolis (SC), reuniram-se, em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, os acionistas da Companhia. Verificando o Livro de Presença dos Acionistas apurou-se que havia quorum legal para a instalação da Assembléia, em 1ª Convocação, de acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois estavam presentes os acionistas detentores de 296.797.093 ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto (representando 99,6% do capital votante). Em observância ao disposto no artigo 128 da Lei 6.404/1976, foi designado para presidir os trabalhos o Sr. Wlademir Echem Júnior, representante do Banco do Brasil S.A., que declarou instalada a Assembleia, convidando para compor a mesa: (i) Jônathas Delduque Júnior - Membro do Conselho Fiscal; e (ii) André Luiz Valença da Cruz, acionista, este para servir de Secretário. Composta a mesa o Presidente informou que as Demonstrações Financeiras foram publicadas e todos os documentos pertinentes foram devidamente disponibilizados aos acionistas na forma da legislação aplicável, e que as Assembleias haviam sido regularmente convocadas por edital publicado na forma do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76, nas edições de 15, 16 e 17 de março de 2010, do Diário Oficial da União (pags. 99, 66 e 149) e do jornal Diário Catarinense (pags. 22, 24 e 37), solicitando ao Secretário que procedesse à sua leitura, cujo teor é o seguinte: BESC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, CNPJ 83.880.427/0001-59. Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. São convidados os Senhores Acionistas da Besc Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - Bescredi - companhia fechada - a participarem, em primeira convocação, das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão na Rua Adolfo Melo, nº 41, 4º andar, Centro - Florianópolis, Estado de Santa Catarina, às 10 horas do dia 13 de abril de 2010, a fim de tratar dos seguintes assuntos: Assembleia Geral Ordinária: 1. tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, para deliberação, contas, balanço, demonstrações financeiras, parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2009; 2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2009 e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. Assembleia Geral Extraordinária: 1. examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação da Incorporação da Besc Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - Bescredi (incorporada) pelo Banco do Brasil S.A. (incorporadora); 2. aprovar e ratificar a nomeação da KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, responsável pelo laudo de avaliação contábil patrimonial da incorporada; 3. examinar e aprovar o laudo de avaliação mencionado no item "2" supra; 4. autorizar a administração da Bescredi a praticar todos os atos complementares necessários à referida incorporação. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados no endereço em que serão realizadas as Assembleias: Rua Adolfo Melo, nº 41, 4º andar, Centro - Florianópolis, Estado de Santa Catarina, preferencialmente até 24 horas antes da realização das Assembleias. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na Rua Adolfo Melo, nº 41, 4º andar, Centro - Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Para admissão nas Assembleias, conforme prevê o artigo 126 da Lei 6.404/76, o acionista, ou seu representante legal, deverá apresentar documento hábil de identidade e, no caso de titulares de ações escriturais ou em custódia, deverá apresentar também comprovante expedido pela instituição financeira depositária. Santa Catarina (SC), 11 de março de 2010. Paulo Rogério Caffarelli, Diretor Presidente. Assembléia Geral Ordinária - Com relação ao item 1, esclareceu o Presidente que o Relatório da Administração, os Balanços Patrimoniais e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2009, os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes encontravam-se disponíveis para consulta. Após examinados, o Presidente colocou-os em discussão e votação, tendo sido aprovados pelos acionistas presentes, sem qualquer reserva, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. O Presidente passou ao item 2 - deliberar sobre a Destinação do Lucro Líquido do Exercício, a Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, apresentando aos acionistas a proposta da administração a seguir:

BESC FINANCEIRA S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos Demonstrativo dos Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	Exercício 2009 Valores em R$ Mil
Lucro Líquido	1.605
Reserva Legal	(80)
= Base de cálculo dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	1.525
Dividendos Propostos	710
Juros sobre Capital Próprio	815
Imposto de renda na fonte (15%) sobre JCP	(122)
TOTAL DOS DIVIDENDOS E JUROS LÍQUIDOS	1.403

Submetida a matéria à votação, foi ela aprovada por unanimidade dos acionistas, devendo os dividendos serem pagos a partir do dia 20/04/2010. Assembleia Geral Extraordinária - Com relação à Incorporação da Bescredi S.A. pelo Banco do Brasil S.A. os acio-

EXEMPLAR DE ASSINANTE
IMPRENSA NACIONAL

nistas decidiram: item 1 - aprovar, por maioria de votos, o Protocolo e Justificação da Incorporação da BESC Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos (incorporada) pelo Banco do Brasil S.A. (incorporadora). Sobre o assunto, o acionista minoritário João Alberto da Costa Ganzo Fernandez consigna a sua dissidência da decisão da incorporação por dois motivos: (i) a relação de substituição das ações não faz justiça aos valores patrimoniais de ambas as companhias e (ii) esta AGE é passível de nulidade pois contém vício de origem ao não atender o disposto no art. 264 caput da Lei 6.404/76 que exige a apresentação de Laudo de Avaliação da empresa controlada, em AGE de incorporação, a preço de mercado. Manifesta também, que a relação de substituição proposta apresenta absurda iniquidade. O outro acionista minoritário, Carlos Alberto Ganzo Fernandez, também consignou a sua dissidência pelos mesmos motivos aludidos anteriormente. Item 2 - aprovar e ratificar, por maioria de votos, a nomeação da KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, responsável pelo laudo de avaliação contábil patrimonial da incorporada. Os acionistas João Alberto da Costa Ganzo Fernandez e Carlos Alberto Ganzo Fernandez se abstiveram de votar na matéria. Item 3 - aprovar, por maioria de votos, o laudo de avaliação mencionado no item 2. Os acionistas João Alberto da Costa Ganzo Fernandez e Carlos Alberto Ganzo Fernandez se abstiveram de votar na matéria. Item 4 - autorizar, por maioria de votos, a administração da Bescredi S.A. a praticar todos os atos complementares necessários à referida incorporação. Sobre o assunto, o acionista minoritário João Alberto da Costa Ganzo Fernandez requereu à administração da Bescredi S.A. a convocação de nova AGE de incorporação com data futura, haja vista o descumprimento do já mencionado art. 264 da Lei 6404/76, cujo efeito é não permitir a correta tomada de decisão por parte dos acionistas da controlada, em especial no que diz respeito ao exercício da dissidência e o disposto no parágrafo 3º do citado artigo 264. O outro acionista minoritário, Carlos Alberto Ganzo Fernandez, também consignou a sua dissidência pelos mesmos motivos aludidos anteriormente. Florianópolis (SC), 13 de abril de 2010. Mesa: Wlademir Echem Júnior, Presidente das Assembleias; André Luiz Valença da Cruz, Secretário das Assembleias. Acionistas presentes: Wlademir Echem Júnior, Representante do Banco do Brasil S.A.; Carlos Alberto Ganzo Fernandez e João Alberto da Costa Ganzo Fernandez. Demais Presentes: Jônathas Delduque Júnior, Membro do Conselho Fiscal. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF. 3.027.634-9 - Espedito Gomes Modesto - Assessor Pleno. A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina certificou o registro em 19.04.2011, sob número 20110995104. Maria Dilma Koerich - Secretária-Geral.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no terceiro andar, sala 303 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco "J", Setor Comercial Sul, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

1 - Processo nº: 10435.000242/2007-21 - Recorrente: JOSIMARIO GOMES FLORENCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 10730.003244/2007-38 - Recorrente: MARIA DE LOURDES ASCENCAO DE OLIVEIRA MOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10940.001687/2007-19 - Recorrente: JOANA ROOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 10183.005827/2005-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ADEVANIL APARECIDO BRAGA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

5 - Processo nº: 10120.003191/95-48 - Recorrente: ALFRIDES BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10980.008251/2005-12 - Recorrente: ZENI FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE EVANDE CARVALHO ARAUJO

7 - Processo nº: 10166.009504/2002-26 - Recorrente: BRB BANCO DE BRASILIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10280.002556/2006-99 - Recorrente: EDGARD VITA DE PINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 10283.002712/2005-19 - Recorrente: ANDERSON PETTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10380.011718/2006-51 - Recorrente: VERA RAMOS MARINHO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CELIA MARIA DE SOUZA MURPHY

11 - Processo nº: 10840.000907/2009-87 - Recorrente: MARIO ROBERTO HATAYDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA

12 - Processo nº: 10380.011689/2006-28 - Recorrente: CRISTIANE MARINHO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 11030.001416/2006-16 - Recorrente: NILO FEDRIGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10510.000317/2006-43 - Recorrente: ANA LUCIA N DE S SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 19647.012072/2005-45 - Recorrente: ROMEU DE AGUIAR PRADINES JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10530.002854/2008-51 - Recorrente: EUCLESIO ANTONIO MAGGIONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 13433.000216/2006-21 - Recorrente: RAILDA RODRIGUES NUNES DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 09 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

18 - Processo nº: 10425.000845/2007-42 - Recorrente: HERMANO JOSE SOUTO MAIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 11618.000371/2007-34 - Recorrente: HELIO PAREDES CUNHA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10855.000075/2009-30 - Recorrente: HERACLES ROMITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10855.000080/2009-42 - Recorrente: HERACLES ROMITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10855.000081/2009-97 - Recorrente: HERACLES ROMITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10855.000082/2009-31 - Recorrente: HERACLES ROMITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE EVANDE CARVALHO ARAUJO

24 - Processo nº: 10508.000007/2005-97 - Recorrente: GUSTAVO CEZAR KRUSCHEWSKY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10835.001393/2006-11 - Recorrente: JOAO BRAZ FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 10855.000051/2005-57 - Recorrente: ARGEU PRUDENCIANO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CELIA MARIA DE SOUZA MURPHY

27 - Processo nº: 10840.000908/2009-21 - Recorrente: MARIO ROBERTO HATAYDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA

28 - Processo nº: 13899.000706/2005-79 - Recorrente: KAZUYUKI TSURUMAKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 15983.000111/2007-51 - Recorrente: ROBERTO BENITES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 19515.000867/2007-78 - Recorrente: MARIA JOSE DA SILVA ROMEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 19515.006954/2008-10 - Recorrente: ANDRESSA PERONDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 10245.000237/2005-94 - Recorrente: AUGUSTO ALBERTO IGLESIAS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 10510.000402/2008-73 - Recorrente: THIAGO PRADO DE CASTRO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

34 - Processo nº: 14041.001301/2007-63 - Recorrente: KINROSS PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 09 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

35 - Processo nº: 10845.001075/2008-95 - Recorrente: HELIO ELIASQUEVITCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 14747.000013/2007-44 - Recorrente: JOAB NERMANDO DOS SANTOS FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10120.003540/2008-06 - Recorrente: MARIA DIVINA VITORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10183.005919/2007-27 - Recorrente: JOAO BOSCO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 10980.011104/2007-91 - Recorrente: GILVANI AZOR DE OLIVEIRA E CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10680.017895/2007-48 - Recorrente: HELTON FABIANI SILVA BENICHIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 11041.000146/2008-51 - Recorrente: JOAO BOSCO MEDICI CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE EVANDE CARVALHO ARAUJO

42 - Processo nº: 10855.000990/2005-00 - Recorrente: JACOB FEDERMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 10860.001660/2006-35 - Recorrente: MOACIR DA SILVA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 10860.003135/2005-73 - Recorrente: MOACIR DA SILVA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA

45 - Processo nº: 14751.000105/2008-46 - Recorrente: ANTONIO RAMOS DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 10120.008943/2008-33 - Recorrente: ZANDER RODRIGUES NOBRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 10166.011044/2008-91 - Recorrente: XANDER NOBREGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 10166.720250/2010-19 - Recorrente: CLAUDIO LUIZ VASCONCELLOS VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 10280.720292/2010-35 - Recorrente: JOSE RAUL CARDOSO MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 10283.000456/2005-17 - Recorrente: JOSE ROBERTO PIRES DE CAMPOS FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GONCALO BONET ALLAGE

51 - Processo nº: 10120.006114/2001-40 - Recorrente: ALCIDES BASILIO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS
Presidente da Turma

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Setor Comercial Sul, nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

1 - Processo nº: 16327.001823/00-19 - Recorrente: BANCO CIDADE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

2 - Processo nº: 13964.000390/2007-56 - Recorrente: CLAUDIO SCARPETA BORGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 15983.000502/2008-57 - Recorrente: ALMERINDA CABRAL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

4 - Processo nº: 10183.002696/2007-46 - Recorrentes: AGRO PECUARIA COMERCIAL E INDUSTRIAL CAARAPO S A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO.

5 - Processo nº: 10183.005559/2005-00 - Recorrentes: AGROPECUARIA LAGOA DOURADA LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

6 - Processo nº: 10510.007803/2008-54 - Recorrente: IGOR GOIS COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

7 - Processo nº: 10120.006814/2008-19 - Recorrente: JOAO BATISTA FRANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

8 - Processo nº: 13732.000643/2008-04 - Recorrente: MANOEL GOMES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

9 - Processo nº: 13771.002635/2008-28 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BONFIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ACÁCIA SAYURI WAKASUGI

10 - Processo nº: 10235.001052/2006-05 - Recorrente: NONATO ALTAIR MARQUES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO,

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 - Processo nº: 15971.000090/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIO SERGIO DOTTO - RECURSO VOLUNTÁRIO.

DIA 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

12 - Processo nº: 15983.000830/2008-53 - Recorrente: HELIO RUBENS PAVESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

13 - Processo nº: 15983.000195/2008-12 - Recorrente: IVALDO VAZ DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

14 - Processo nº: 16707.003229/2006-82 - Recorrente: IVANEIDE PAULINA DO NASCIMENTO MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

15 - Processo nº: 15983.000404/2008-10 - Recorrente: JOSE ANDRADE DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

16 - Processo nº: 19515.003918/2008-02 - Recorrente: JOSEPH NASSER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

17 - Processo nº: 10865.000874/2006-44 - Recorrente: IDEVAM LUPERINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

18 - Processo nº: 10920.003846/2007-58 - Recorrente: LUIZ ALBERTO JACQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

19 - Processo nº: 10821.000150/2003-64 - Recorrente: WAGNER GOPFERT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

20 - Processo nº: 10855.002216/2004-44 - Recorrente: TEREZA CRISTINA TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

21 - Processo nº: 10865.000304/2006-54 - Recorrente: ANTONIO MARQUES DOS SANTOS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

22 - Processo nº: 13856.000049/2007-28 - Recorrente: MARIA CRISTINA SOUZA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

23 - Processo nº: 10730.008343/2007-14 - Recorrente: ELISA MELLO SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

24 - Processo nº: 11080.007211/2008-11 - Recorrente: ERNESTO EGON HERRMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ACÁCIA SAYURI WAKASUGI

25 - Processo nº: 10240.000954/2009-90 - Recorrente: JOAO CLOSS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

DIA 12 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

26 - Processo nº: 14120.000345/2008-77 - Recorrente: MYRIAN GLORIA LIMA DE CEVALLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

27 - Processo nº: 14120.000509/2005-13 - Recorrente: MARIA REJANE MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

28 - Processo nº: 10183.004180/2005-74 - Recorrente: MARCIANO RODRIGUES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

29 - Processo nº: 15983.000209/2006-28 - Recorrente: JOSETTE ROSAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

30 - Processo nº: 10510.005522/2007-86 - Recorrente: JOSE CUPERTINO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

31 - Processo nº: 10510.003228/2007-30 - Recorrente: MARIA VITORIA DE FATIMA F ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURÍCIO CARVALHO

32 - Processo nº: 11080.102617/2004-74 - Recorrente: ROGERIO FADEL RIHAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

33 - Processo nº: 10909.006221/2008-87 - Recorrente: BRUNO PERA DO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

34 - Processo nº: 10950.004606/2007-13 - Recorrente: JOAO PAULO RIBEIRO BELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

35 - Processo nº: 10980.006407/2007-92 - Recorrente: PAULO ROBERTO ABSY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

36 - Processo nº: 18186.007045/2008-13 - Recorrente: CIBELE GUIMARAES LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

37 - Processo nº: 10730.009543/2008-67 - Recorrente: SELMA FLINTZ GALVAO DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ACÁCIA SAYURI WAKASUGI

38 - Processo nº: 10283.720395/2006-99 - Recorrente: AMBROZIO COHEN ASSAYAG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

39 - Processo nº: 10183.002360/2006-01 - Recorrente: DANILO DE AMO ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

DIA 13 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

40 - Processo nº: 16095.000014/2005-74 - Recorrente: PEDRO HANS JONAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

41 - Processo nº: 10183.000771/2005-72 - Recorrente: TEREZINHA SANCHES DE SOUZA LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

42 - Processo nº: 10930.720017/2006-33 - Recorrente: FAZENDAS REUNIDAS ALMEIDA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

43 - Processo nº: 15983.000810/2008-82 - Recorrente: IRACEMA PEREIRA DE ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

44 - Processo nº: 10980.003750/2007-85 - Recorrente: CLAIR DA FLORA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

45 - Processo nº: 10630.720347/2007-94 - Recorrente: IVANOR JOSE DE TASSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

46 - Processo nº: 10166.004820/2007-16 - Recorrente: JOSE ROCHA CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

47 - Processo nº: 13629.000160/2009-60 - Recorrente: CYNTIA GRIPP TORRES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

48 - Processo nº: 13884.001422/2002-16 - Recorrente: CLAUDIO SERGIO SANTIAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

49 - Processo nº: 13888.001382/2006-04 - Recorrente: ANTONIO IVAN PEREIRA MONTEBELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

50 - Processo nº: 10120.002210/2008-95 - Recorrente: LINCONCELIO ALVES NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

51 - Processo nº: 10315.001071/2007-14 - Recorrente: JOSE LAERTON PATRICIO ALEXANDRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

52 - Processo nº: 10320.001216/2005-46 - Recorrente: GILSON RODRIGUES BORGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

53 - Processo nº: 10410.003923/2005-68 - Recorrente: ISMAR MACARIO PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

54 - Processo nº: 10640.002581/2006-36 - Recorrente: REINALDO BISSOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ACÁCIA SAYURI WAKASUGI

55 - Processo nº: 10660.001184/2009-51 - Recorrente: MARIA LUCIA MORAES RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

56 - Processo nº: 10660.001239/2009-23 - Recorrente: LUIZ GONZAGA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

DIA 13 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

57 - Processo nº: 10650.001526/2006-18 - Recorrente: JOAO MARCIO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

58 - Processo nº: 10580.005151/2007-17 - Recorrente: HUDSON LOBO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

59 - Processo nº: 10640.001730/2006-40 - Recorrente: JOSE DE PAULA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: NÚBIA MATOS MOURA

60 - Processo nº: 13855.001614/2007-84 - Recorrente: MARIA INES JUNQUEIRA GARCIA TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

61 - Processo nº: 11516.002878/2007-71 - Recorrente: JOSE LUIZ RAMOS TRINTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

62 - Processo nº: 15983.000837/2007-94 - Recorrente: HELIO RUBENS PAVESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: RUBENS MAURICIO CARVALHO

63 - Processo nº: 19515.002606/2004-40 - Recorrente: FERNANDO AVELINO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

64 - Processo nº: 16327.004066/2003-87 - Recorrente: EDUARDO QUINTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

65 - Processo nº: 19515.000636/2003-31 - Recorrente: JOSE MAURICIO ALVES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

66 - Processo nº: 10660.000857/2007-94 - Recorrente: ADAO JOANAS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

67 - Processo nº: 10820.004049/2008-05 - Recorrente: ANTONIO PAULO BITTENCOURT VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

68 - Processo nº: 10845.001795/2005-16 - Recorrente: ROSANA MAIA SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

69 - Processo nº: 13982.000102/2004-01 - Recorrente: LUIZ AGOSTINHO SALVADIGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

Relatora: ACÁCIA SAYURI WAKASUGI

70 - Processo nº: 10821.000242/2006-97 - Recorrente: DEBORA LUCIA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS
Presidente da Turma

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária

1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no quinto andar, sala 502 do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco "J", no Setor Comercial Sul, nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de nova publicação, os recursos cujas decisões tenham sido adiadas, por razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo, ou por motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 13:00 HORAS

Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES

1 - Processo nº: 13558.001175/2007-64 - Recorrente: JOSIAS GOMES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 10680.008734/2006-82 - Recorrente: GERALDO MARCIO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10830.007483/2007-39 - Recorrente: GERALDO PEREIRA DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 11610.008444/2006-25 - Recorrente: FLAVIO FRANCISCO VAZ TOSTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: AMARYLLES REINALDI E HENRIQUES RESENDE

5 - Processo nº: 18471.000799/2004-95 - Recorrente: CRISTIANO DE SOUZA FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10120.006848/2008-03 - Recorrente: ALCIDES COTTA PACHECO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 13727.000052/2005-55 - Recorrente: CARLOS ALBERTO COUTINHO DOS SANTOS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10680.723123/2008-20 - Recorrente: CLAUDIO ROBERTO VIEIRA BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 10680.723125/2008-19 - Recorrente: CLAUDIO ROBERTO VIEIRA BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 11080.010780/2006-73 - Recorrente: ELISABETE BINA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TANIA MARA PASCHOALIN

11 - Processo nº: 10820.001563/2005-38 - Recorrente: SERGIO FERREIRA DIONISIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10680.017081/2005-41 - Recorrente: JOSE ALVES VIEIRA RIBEIRO REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10680.018139/2005-74 - Recorrente: MARIA TEREZA DA CUNHA COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10907.002909/2005-65 - Recorrente: EUGENIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

15 - Processo nº: 10735.003862/2008-19 - Recorrente: ERMONZILE GRANDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10845.000285/2009-47 - Recorrente: EDNALDO NERI DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES

17 - Processo nº: 13005.000307/2007-97 - Recorrente: DEUCLIDES GIOVANELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 10620.000282/2004-33 - Recorrente: MARIA DO CARMO CUNHA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 19647.004073/2007-88 - Recorrente: FERNANDO MORGADO JOEL ARAUJO BONFIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20 - Processo nº: 11080.721955/2009-14 - Recorrente: GERALDO CLEVER CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: AMARYLLES REINALDI E HENRIQUES RESENDE

21 - Processo nº: 10580.008052/2006-06 - Recorrente: THALES NUNES SARMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 19515.003328/2005-29 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO LEVORIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10510.000468/2006-00 - Recorrente: GILBERTO LINHARES TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 18471.001251/2005-43 - Recorrente: CRISTIANA BARBOSA DA SILVA OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 11040.000044/2006-83 - Recorrente: GLADYS RODRIGUES BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 13974.000184/2005-65 - Recorrente: IVO NILO CIPRIANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TANIA MARA PASCHOALIN

27 - Processo nº: 16045.000102/2005-61 - Recorrente: MARILDA COSTA LOPES - ESPOLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 15983.000558/2008-10 - Recorrente: ARY ESTEVES FERNANDES - ESPOLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 10630.001153/2009-58 - Recorrente: ADALETE ANTONIA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 10630.001500/2008-61 - Recorrente: ADALETE ANTONIA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

31 - Processo nº: 10865.000306/2009-96 - Recorrente: EDSON DONIZETE SERAFIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES

32 - Processo nº: 11543.001714/2007-07 - Recorrente: GERVASIO SCABELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 10845.004566/2002-01 - Recorrente: NELSON DEALMEIDA CARDOSO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 13808.002515/2001-90 - Recorrente: MARIO RONALDO PUGLIESE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 18050.006672/2009-45 - Recorrente: ANA LETICIA MORAES SARDINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: AMARYLLES REINALDI E HENRIQUES RESENDE

36 - Processo nº: 10580.001510/2006-78 - Recorrente: MARCUS VINICIUS LIMA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 13857.000904/2008-71 - Recorrente: PAULO HENRIQUE JURISATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10907.001017/2006-28 - Recorrente: PAULO ROBERTO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 10580.014464/2007-58 - Recorrente: SUETONIO VASCONCELLOS PEPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10510.004189/2007-98 - Recorrente: VERTINO MACHADO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10580.002960/2006-88 - Recorrente: VIVALDO EVANGELISTA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TANIA MARA PASCHOALIN

42 - Processo nº: 13855.000768/2007-59 - Recorrente: LAURO TEIXEIRA PENNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 16707.006845/2009-38 - Recorrente: AGENOR BATISTA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 16707.006846/2009-82 - Recorrente: AGENOR BATISTA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

45 - Processo nº: 10920.002633/2006-28 - Recorrente: ESTANISLAU KONESKI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 10920.003646/2007-03 - Recorrente: ESTANISLAU KONESKI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 09 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES

47 - Processo nº: 18050.006655/2009-16 - Recorrente: EDULINDO RIBEIRO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 13971.003549/2009-67 - Recorrente: RAFAEL FRANCISCO SOCCAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 13971.003840/2008-54 - Recorrente: EDEMAR FRANCISCO SOCCAL JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: AMARYLLES REINALDI E HENRIQUES RESENDE

50 - Processo nº: 10640.001852/2008-06 - Recorrente: FERNANDA CHEVITARESE COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 10640.002057/2008-27 - Recorrente: GERALDO ANTONIO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10650.000944/2007-61 - Recorrente: ROGERIO MANEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 10670.001025/2007-76 - Recorrente: ALBA VALERIA NIZA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 12963.000029/2006-96 - Recorrente: IBRAHIM KHOUDER AHMAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 13888.004094/2007-84 - Recorrente: PAULO ROBERTODE CAMARGO E CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TANIA MARA PASCHOALIN

56 - Processo nº: 10950.002156/2008-13 - Recorrente: ADECIO CANDIDO DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 10950.003729/2008-18 - Recorrente: ADECIO CANDIDO DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10730.004318/2006-72 - Recorrente: HONOMAR FERREIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 13002.000219/2005-53 - Recorrente: CARLOS ALBERTO STEIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

60 - Processo nº: 10980.000234/2008-80 - Recorrente: EDSON JOSE FELTRIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 11080.008505/2007-71 - Recorrente: EULER ROBERTO FERNANDES MANENTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 09 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES

62 - Processo nº: 10510.003159/2008-45 - Recorrente: GEODETE BATISTA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: AMARYLLES REINALDI E HENRIQUES RESENDE

63 - Processo nº: 11543.001055/2007-09 - Recorrente: ROBERTO PEREIRA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

64 - Processo nº: 10510.000737/2006-20 - Recorrente: EURICO LEITE LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: WALTER REINALDO FALCAO LIMA

65 - Processo nº: 11080.003122/2005-44 - Recorrente: ELMA DE OLIVEIRA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 11618.004427/2006-49 - Recorrente: ANTONIO XAVIER DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 13433.000343/2006-20 - Recorrente: JOAO BATISTA PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 13807.007184/2006-07 - Recorrente: HENRIQUE SANTOS VERDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 13103.001083/2006-41 - Recorrente: ODALIO NERES DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 13446.000047/2005-07 - Recorrente: ADAUTO BEZERRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 13433.000209/2006-29 - Recorrente: JOANA DARC DAVI DE CARVALHO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo nº: 13433.000243/2006-01 - Recorrente: REGINALDO LEITE TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 13433.000250/2006-03 - Recorrente: ROSINEIDE ROCHA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 13433.000272/2006-65 - Recorrente: LAFAIETE DE FREITAS MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
Presidente da Turma

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária

2ª CÂMARA

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 304, BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 06 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

1 - Processo nº: 10675.720198/2008-28 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 19515.003109/2006-21 - Recorrente: ESPOLIO DE UBIRAJARA KYRILLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10283.004842/2005-88 - Recorrente: ESTACAO HIDROVIARIA DO AMAZONAS S / A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 18471.000406/2004-43 - Recorrente: HELIO ARISTOPHANES QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 19740.000070/2003-83 - Recorrente: OPPORTUNITY PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 14041.001170/2007-14 - Recorrente: LUIZ GUSTAVO LEAO RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 10580.726974/2009-33 - Recorrente: MARIA ISABEL RODRIGUES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10580.725771/2009-20 - Recorrente: GERVASIO LOPES DA SILVA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 11020.001363/2003-00 - Recorrente: UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10640.002464/2005-91 - Recorrente: ANTONIO MARCELINO DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 10070.000044/2003-11 - Recorrente: SOLANGE RODRIGUES BORGES NERY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10073.001058/2004-11 - Recorrente: BERTO ELIAS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10580.725976/2009-13 - Recorrente: ADRIANO MARCUS BRITO DE ASSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10580.726844/2009-09 - Recorrente: LUCIANA ANDRE DE MEIRELLES CAFE DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10580.725843/2009-39 - Recorrente: SUELVIA DOS SANTOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: EWAN TELES AGUIAR

16 - Processo nº: 10580.726264/2009-11 - Recorrente: ALEXANDRINA DE ALMEIDA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 10580.725171/2009-61 - Recorrente: JOSE FERREIRA DE SOUZA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 10580.726820/2009-41 - Recorrente: OSCAR ARAUJO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 10580.726972/2009-44 - Recorrente: IVAN QUEIROZ PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10580.725090/2009-61 - Recorrente: JOSE LUIZ DA FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

21 - Processo nº: 10580.725720/2009-06 - Recorrente: CELSINA MARIA MOREIRA PINTO GOMES DA ROCHA REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10580.725806/2009-21 - Recorrente: HELIO JOSE NEVES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10580.726055/2009-60 - Recorrente: ALOISIO BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10580.726895/2009-22 - Recorrente: ALEXANDRE RAIMUNDO PEREIRA SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

25 - Processo nº: 16175.000415/2005-34 - Recorrente: TOMAS FISCHER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 18471.002486/2004-71 - Recorrente: JORGE OSCAR NASSEH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27 - Processo nº: 10830.010721/2007-93 - Recorrente: JOSE LUIZ PALOMAR FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10410.000781/2003-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO / CARF - Interessado: TELMO BARROS CALHEIROS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

29 - Processo nº: 19515.002648/2004-81 - Embargante: MAURICIO CAMARGO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

30 - Processo nº: 10580.725975/2009-61 - Recorrente: ANTONIO BOSCO DE CARVALHO DRUMMOND e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10580.725712/2009-51 - Recorrente: LUCIANO PITTA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 10580.725835/2009-92 - Recorrente: ANA QUEILA LOULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 10530.723635/2009-91 - Recorrente: GERALDO AGRELLI LOBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 10580.726645/2009-92 - Recorrente: ANTONIO MONACO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 10580.726263/2009-69 - Recorrente: ROSEMUNDA SOUZA BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10580.725848/2009-61 - Recorrente: ANDREA TOURINHO CERQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10580.725856/2009-16 - Recorrente: ALINE DANIELLE BARAUNA MILCENT RAMOS DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10580.725831/2009-12 - Recorrente: JOAO BATISTA PEREZ GARCIA MORENO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 10530.723807/2009-26 - Recorrente: ROQUE RUY BARBOSA DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10580.725989/2009-84 - Recorrente: CINTIA CRUOSE GUANAES GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10580.725809/2009-64 - Recorrente: MANUEL JOSE PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: EWAN TELES AGUIAR

42 - Processo nº: 10580.726399/2009-79 - Recorrente: MOACYR MONTENEGRO SOUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 10580.726951/2009-29 - Recorrente: MARYJANE AUXILIADORA ALVES CALDAS COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 10580.725913/2009-59 - Recorrente: EUZARI ANSELMO FREITAS DE BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 10580.725981/2009-18 - Recorrente: GENUINO PEREIRA DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 10580.725708/2009-93 - Recorrente: SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

47 - Processo nº: 10530.723612/2009-86 - Recorrente: JOSE MARINHO DAS NEVES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 10580.725714/2009-41 - Recorrente: AIDIL SILVA CONCEICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 10580.725933/2009-20 - Recorrente: ELZIRA BARROS DA RESSURREICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

50 - Processo nº: 10580.726410/2009-09 - Recorrente: MANOEL AUGUSTO CUNHA CAVALCANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 10580.726323/2009-43 - Recorrente: LICIA MARIA MELLO DE MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10580.725829/2009-35 - Recorrente: JOEL NETO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: NELSON MALLMANN

53 - Processo nº: 10380.723303/2009-77 - Recorrente: JORGE ALBERTO VIEIRA STUDART GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 10380.723317/2009-91 - Recorrente: CARLOS ALBERTO STUDART GOMES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 13609.720110/2007-79 - Recorrente: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 10855.002837/2005-17 - Recorrente: TOSHIAKI HISHINUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

57 - Processo nº: 10580.726664/2009-19 - Recorrente: ADILSON MEHMERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10580.725719/2009-73 - Recorrente: MARIA AUXILIADORA LOUREIRO MEHMERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 10530.724190/2009-66 - Recorrente: CRISTIANO QUEIROZ VASCONCELOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 10580.726267/2009-47 - Recorrente: MOACYR PITTA LIMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 10580.726407/2009-87 - Recorrente: CARLA CARNEIRO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 10580.726409/2009-76 - Recorrente: LUCIANA MAGALHAES OLIVEIRA AMORIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 10580.725173/2009-51 - Recorrente: FERNANDO MOURA MEDRADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 13849.000005/2004-44 - Nome do Contribuinte: MARIA LUCIA CAMARGO PLATZECK - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

65 - Processo nº: 10768.004347/2001-01 - Recorrente: JOSE MARIA ROLLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: EWAN TELES AGUIAR

66 - Processo nº: 10530.723581/2009-63 - Recorrente: EXPEDITO TEIXEIRA DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 10580.726257/2009-10 - Recorrente: JOSE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 10580.725744/2009-57 - Recorrente: CLEUSA BOYDA DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 10580.725867/2009-98 - Recorrente: TEREZINHA MARIA LOBO SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 10580.726613/2009-97 - Recorrente: AGNALDO BAHIA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 10830.009646/2003-94 - Recorrente: JULIO CESAR DE CAMPOS-ESPOLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

72 - Processo nº: 10840.720211/2009-71 - Recorrente: ALBERTO JOAO GABRIEL JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 10980.723816/2009-19 - Recorrente: EVALDO MARCOS PAVANATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

74 - Processo nº: 10580.725832/2009-59 - Recorrente: ANTONIO RODRIGUES BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 10580.725695/2009-52 - Recorrente: LYGIA JABUR ABUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo nº: 10580.726326/2009-87 - Recorrente: CASSINELZA DA COSTA SANTOS LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: NELSON MALLMANN

77 - Processo nº: 10920.002629/2004-06 - Recorrente: JOSE MARIA DE SOUZA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

78 - Processo nº: 11041.000403/2003-40 - Recorrente: MARIA LILA MACEDO MASCARENHAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

79 - Processo nº: 13804.000975/2002-02 - Recorrente: MARIA FRANCISCA COLELLA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo nº: 13876.001153/2003-78 - Recorrente: PATRICIA BENANCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: NELSON MALLMANN

81 - Processo nº: 19515.004650/2003-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO/CARF - Interessado: JOSE FERNANDO FARIA LEMOS DE PONTES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

82 - Processo nº: 16707.001647/2004-73 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: 2ª TURMA ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEÇÃO/CARF - Interessado: ANTONIO WILLAME CABRAL DE MACEDO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NELSON MALLMANN
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 06 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

1 - Processo nº: 10835.002022/2002-15 - Recorrente: ELSON CAMARGO DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 19679.000025/2004-09 - Recorrente: ERICO HANS PETER RUDLOFF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 13987.000243/2002-11 - Recorrente: JOSE GUILHERME CORREA GLASSER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 10665.001017/2003-75 - Recorrente: ROMULO MELO GONTIJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

5 - Processo nº: 10830.003809/2007-59 - Recorrente: IBRAFEM - INSTITUTO BRASILEIRO DO FUTURO EMPRESARIO, ENSINO SUPERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 13637.000060/2002-68 - Recorrente: JOSE RENATO NOVAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 13678.000218/2004-85 - Recorrente: JOSE NACIF CHERAIM FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

8 - Processo nº: 10980.015707/2008-43 - Recorrente: LILIANE MAGALDI FAYAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 13851.001727/2005-58 - Recorrente: ARMANDO MARCHESAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 13827.000754/2006-91 - Recorrente: RENATO PRADO COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 19707.000039/2006-00 - Recorrente: GRADAZZO MOSENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 19707.000047/2005-67 - Recorrente: ANTONIO MARELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 13851.001290/2006-33 - Recorrente: JOAO SANCHES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 13851.001341/2006-27 - Recorrente: ADAO CARLOS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

15 - Processo nº: 10530.724120/2009-16 - Recorrente: VALDEMAR DE SOUZA FERRAZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10530.723594/2009-32 - Recorrente: CLAUDIO JENNER DE MOURA BEZERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

17 - Processo nº: 17883.000278/2005-12 - Recorrente: ITALIA DE FAZIO DELGADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 17883.000287/2005-03 - Recorrente: ADRIANA ARAUJO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 10580.720900/2007-21 - Recorrente: THEREZA CHRISTINA FREITAS ANTICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10580.721185/2008-25 - Recorrente: MOACYR JOAO DE ALMEIDA BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10580.720336/2009-17 - Recorrente: MOACYR JOAO DE ALMEIDA BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10580.721119/2007-74 - Recorrente: ALFREDO CACHOEIRA MUELLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

23 - Processo nº: 19647.003775/2004-00 - Recorrente: HERACLITO CAVALCANTI C MONTEIRO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10835.000478/2003-21 - Recorrente: DIONISIO FIGUEIREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10840.000236/2003-69 - Recorrente: CARLOS ROMEU TRAMONTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 - Processo nº: 11516.002292/2003-82 - Recorrente: LUIZ MARIO BRATTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 13830.001653/2004-17 - Recorrente: SEBASTIAO JULIO RODRIGUES JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

28 - Processo nº: 13826.000135/2004-45 - Recorrente: ELPIDIO MAXIMIANO BERTOLLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 13857.000643/2003-85 - Recorrente: ZAHIR DORNAIKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

30 - Processo nº: 16095.000072/2007-60 - Recorrente: VERA RIBEIRO DE FREITAS OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10945.006428/2007-34 - Recorrente: ABLE FOZ ADMINISTRACAO ASSESSORIA E MID e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 13739.000356/2002-31 - Recorrente: NILSA PEDRA GOMES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 13817.000346/2009-00 - Recorrente: CELSO DA COSTA FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 10183.002150/2007-95 - Recorrente: LOURIVAL LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 10425.000357/2005-73 - Recorrente: SAULO DE TARSO RIBEIRO GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

36 - Processo nº: 10280.722168/2009-71 - Recorrente: OSMAR CASTILHO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10280.721781/2009-71 - Recorrente: LUZIA DA GRACA FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10580.720185/2006-46 - Recorrente: LIRIO LUIS ZANOTELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

39 - Processo nº: 13837.001327/2009-54 - Recorrente: ANA MARIA SACCHI MELIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10166.720012/2009-61 - Recorrente: OBERDAN ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10680.723232/2008-47 - Recorrente: ELCIO REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 10580.721373/2007-72 - Recorrente: RAIMUNDO MORAES COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIA REIKO SAKAE

43 - Processo nº: 10835.000806/2003-90 - Recorrente: VALDOMIRO BERETTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 10855.001825/2003-03 - Recorrente: JOSE MARIA DE PAULA LEITE SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SIDNEY FERRO BARROS

45 - Processo nº: 19515.003050/2003-28 - Recorrente: LAURO CHAMMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 19515.003067/2003-85 - Recorrente: PAULO GABRIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

47 - Processo nº: 13831.000023/2006-87 - Recorrente: ALEXANDRE YONEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 13853.000200/2006-77 - Recorrente: OSVALDO PEREIRA REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 19707.000076/2005-29 - Recorrente: VALERIA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 13851.000455/2005-79 - Recorrente: PAULO ROBERTO PUZZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

51 - Processo nº: 10580.722567/2008-76 - Recorrente: LAERCIO BUSTAMANTE AUGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10580.720896/2007-00 - Recorrente: DEMETRIO FILIPE SILVA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 10580.724823/2009-41 - Recorrente: PERICLES CORDEIRO AMADOR PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 10580.724824/2009-95 - Recorrente: PERICLES CORDEIRO AMADOR PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 10680.723210/2008-87 - Recorrente: ANACELI DE AZEVEDO ALVIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 10580.721265/2007-08 - Recorrente: MARIO DE SA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 10280.721937/2009-13 - Recorrente: IEDA RIBEIRO VIEIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10580.720187/2007-16 - Recorrente: ZELIA MARIA VIANNA BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

59 - Processo nº: 10580.722354/2008-44 - Recorrente: GERSON DE ANDRADE E SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 10580.722355/2008-99 - Recorrente: GERSON DE ANDRADE E SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 10580.722356/2008-33 - Recorrente: GERSON DE ANDRADE E SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 10580.722357/2008-88 - Recorrente: GERSON DE ANDRADE E SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS QUADRA 01 BLOCO J EDIFICIO ALVORADA PLENARIO 202

Observação:

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA

1 - Processo nº: 35380.002568/2006-16 - Recorrente: MAGRIL COM DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 12045.000222/2007-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MAIA E BORBA S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

3 - Processo nº: 12045.000281/2007-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MAIA E BORBA S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

4 - Processo nº: 18329.000046/2007-76 - Recorrente: RENAL CLINICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 18329.000045/2007-21 - Recorrente: RENAL CLINICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 18329.000051/2007-89 - Recorrente: RENAL CLINICA SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 18329.000050/2007-34 - Recorrente: RENAL CLINICA SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 18329.000049/2007-18 - Recorrente: RENAL CLINICA SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

9 - Processo nº: 18108.000647/2007-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EXEMONT ENGENHARIA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

10 - Processo nº: 37284.003759/2002-95 - Recorrente: FUNDACAO DE EMPREENDIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 35078.001468/2006-04 - Recorrente: SAO PAULO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10950.000063/2009-27 - Recorrente: TERRA FAIS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10950.000062/2009-82 - Recorrente: TERRA FAIS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 14098.000199/2008-12 - Recorrente: USINAS ITAMARATI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 14098.000200/2008-09 - Recorrente: USINAS ITAMARATI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 17460.000862/2007-01 - Recorrente: HABITAR ADMINISTRACAO E SERVICOS SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

17 - Processo nº: 36266.003586/2007-75 - Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL TERESA MARTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 36266.003587/2007-10 - Recorrente: INSTITUTO EDUCACIONAL TERESA MARTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 13906.000069/2007-66 - Recorrente: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 36830.001918/2003-00 - Recorrente: PLANICONTROL PLANEJ E CONT DE OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 15504.014885/2008-96 - Recorrente: JOAO MAURICIO VILANO FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 15504.014884/2008-41 - Recorrente: JOAO MAURICIO VILANO FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10950.006340/2007-43 - Recorrente: EDSON MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 36202.003743/2006-14 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 44021.000066/2006-21 - Recorrente: SOUSA CRUZ SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

26 - Processo nº: 14751.002055/2009-12 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 14751.002056/2009-67 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 14751.002057/2009-10 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 14751.002059/2009-09 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 14751.002060/2009-25 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 14751.002061/2009-70 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 14751.002062/2009-14 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 14751.002063/2009-69 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 14751.002058/2009-56 - Recorrente: GRADIENTE CONSTRUCOES CIVIS TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA

35 - Processo nº: 10510.002169/2007-82 - Recorrente: GUAPO RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10510.004026/2007-13 - Recorrente: GUAPO RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10510.004025/2007-61 - Recorrente: GUAPO RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10510.004032/2007-62 - Recorrente: GUAPO RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 10510.004040/2007-17 - Recorrente: GUAPO RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10380.010300/2007-16 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10380.010307/2007-20 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 35331.000065/2007-72 - Recorrente: UNIMED TRES RIOS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CLEUSA VIEIRA DE SOUZA

43 - Processo nº: 37317.008961/2006-11 - Recorrente: AREA NOVA INCORPORADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 35948.002212/2006-10 - Recorrente: LUCIANI MERY DE FREITAS SIQUEIRA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 13976.000364/2007-99 - Recorrente: INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 14474.000339/2007-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

47 - Processo nº: 12268.000128/2007-04 - Recorrente: AUTO VIACAO REDENTOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 12268.000127/2007-51 - Recorrente: AUTO VIACAO REDENTOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

49 - Processo nº: 12268.000129/2007-41 - Recorrentes: AUTO VIACAO REDENTOR LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 19839.002491/2008-64 - Recorrente: CAMBUCI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 11065.005075/2008-12 - Recorrente: MAQUINAS KLEIN SA IND E COM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 11065.005079/2008-92 - Recorrente: MAQUINAS KLEIN SA IND E COM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA

53 - Processo nº: 35936.000566/2006-69 - Recorrente: ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 10680.011214/2007-38 - Recorrente: AMILCAR VIANA MARTINS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 13501.000621/2008-50 - Recorrente: ANDRE LUIZ NASCIMENTO DOS ANJOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 13982.001116/2007-86 - Recorrente: ANELSI CEZAR DANIELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 14479.000027/2008-56 - Recorrente: ANTONIA PEREIRA DE AVILA VIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 13411.001192/2007-66 - Recorrente: ROBERVAL AGUIAR COUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 11853.001515/2007-97 - Recorrente: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 36266.004093/2006-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CONSTRUTORA MARIMBONDO LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

61 - Processo nº: 12963.000536/2009-72 - Recorrente: LIONS CLUBE DE POCOS DE CALDAS URANIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 12963.000537/2009-17 - Recorrente: LIONS CLUBE DE POCOS DE CALDAS URANIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 12963.000538/2009-61 - Recorrente: LIONS CLUBE DE POCOS DE CALDAS URANIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 12963.000535/2009-28 - Recorrente: LIONS CLUBE DE POCOS DE CALDAS URANIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo nº: 15889.000082/2008-87 - Recorrente: KEPLER WEBER INOX LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 19647.014432/2007-13 - Recorrente: KRONORTE S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 12963.000353/2008-76 - Recorrente: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE IPUIUNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 10950.002130/2007-86 - Recorrente: JOSE GONCALVES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CLEUSA VIEIRA DE SOUZA

69 - Processo nº: 14489.000124/2008-20 - Recorrente: LAB.DE ANALISES CLINICAS BARONESA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 36630.001467/2007-82 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LEOPOLDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 10183.006306/2007-15 - Recorrente: AGRO-AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

72 - Processo nº: 10380.012699/2008-42 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 10380.012701/2008-83 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 10380.012703/2008-72 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 10380.012704/2008-17 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo nº: 10380.012707/2008-51 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

77 - Processo nº: 15868.001731/2009-96 - Recorrente: ASSOCIACAO POLICIAL DE ASSISTENCIA A SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

78 - Processo nº: 15868.001732/2009-31 - Recorrente: ASSOCIACAO POLICIAL DE ASSISTENCIA A SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ELIAS SAMPAIO FREIRE
Presidente da Turma

MARIA MADALENA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS Quadra-1 Bloco-J -Edificio Alvorada Sala 204

Observação:

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES

1 - Processo nº: 10510.002856/2009-60 - Recorrente: CENTRAL DE INFORMACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 10510.002858/2009-59 - Recorrente: CENTRAL DE INFORMACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10510.002859/2009-01 - Recorrente: CENTRAL DE INFORMACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 11330.000925/2007-10 - Recorrente: PLUS SANTE SISTEMAS ASSISTENCIAS DE SAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 11330.000928/2007-53 - Recorrente: PLUS SANTE SISTEMAS ASSISTENCIAS DE SAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10932.000771/2007-14 - Recorrente: SIXTEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 13804.002038/2007-98 - Recorrente: SPREAD TELEINFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANA MARIA BANDEIRA

8 - Processo nº: 17460.000181/2007-34 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 17460.000169/2007-20 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 17460.000115/2007-64 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 17460.000159/2007-94 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 17460.000170/2007-54 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 17460.000179/2007-65 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 17460.000171/2007-07 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

15 - Processo nº: 10945.001555/2008-28 - Recorrente: LEAO ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 17460.000380/2007-42 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 11330.000393/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IMPERIO DA BANHA AUTO SERVICO LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

18 - Processo nº: 36378.001471/2002-74 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 10935.007686/2007-57 - Recorrente: BARZOTTO MADEIRAS E MAT DE CONST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10945.002286/2008-17 - Recorrente: SANTA TEREZINHA DE ITAIPU PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES

21 - Processo nº: 10240.000826/2007-84 - Recorrente: SUPERMERCADO GONCALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 14751.000411/2008-82 - Recorrente: TEMISTOCLES DE ALMEIDA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10909.004070/2008-22 - Recorrente: TONI CENTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10552.000343/2007-66 - Recorrente: VALDEMAR WASKIEVICZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANA MARIA BANDEIRA

25 - Processo nº: 12963.000367/2009-71 - Recorrente: FUNDACAO HOSPITAL SAO JOSE DE BOTELHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 12963.000389/2008-50 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 12963.000390/2008-84 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 12963.000391/2008-29 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 15586.000739/2007-30 - Recorrente: TELEVISAO CAPIXABA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 15586.000717/2007-70 - Recorrente: TELEVISAO CAPIXABA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 15586.000738/2007-95 - Recorrente: TELEVISAO CAPIXABA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES

32 - Processo nº: 35464.000090/2007-41 - Recorrente: BABY KIDS COM. DE ART. INFANTIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 35464.000089/2007-16 - Recorrente: BABY KIDS COM. DE ART. INFANTIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 11070.001835/2008-35 - Recorrente: CAMERA AGROALIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 14041.000640/2008-11 - Recorrente: BRASILIA EMPRESA DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 35600.003683/2006-76 - Recorrentes: SETEP CONSTRUCOES S.A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 19615.000523/2007-31 - Recorrente: COLEGIO DIOCCESANO SANTA LUZIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO

38 - Processo nº: 10945.001552/2008-94 - Recorrente: LEAO ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 14751.000416/2008-13 - Recorrente: INTELIGENCIA EMOC. COLEGIO E CURSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 36392.001630/2007-67 - Recorrente: RASH ADM DE HOTEIS E TUR LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10945.002666/2008-51 - Recorrente: TRANSPORTADORA BINACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 36392.001626/2007-07 - Recorrente: RASH ADM DE HOTEIS E TUR LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS Quadra-1 Bloco-J Edificio Alvorada Sala 204

Observação:

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES

1 - Processo nº: 10552.000493/2007-70 - Recorrente: VERTICAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 10580.007914/2007-56 - Recorrente: VITALMED SERV DE EMERGENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10820.003968/2007-72 - Recorrente: VENCETEX BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 11330.000951/2007-48 - Recorrente: VIDA SEGURADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 11962.000400/2007-48 - Recorrente: WALDEMIRO SEIBEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 13888.003890/2007-08 - Recorrente: VERSATIL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANA MARIA BANDEIRA

7 - Processo nº: 18186.002002/2007-52 - Recorrente: A. TELECOM S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 37094.003349/2006-13 - Recorrente: FUNDACAO DE INTEGRACAO, DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 11077.000347/2007-60 - Recorrente: FRIZON & FRONZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 11020.005231/2007-72 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 11020.005234/2007-14 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 - Processo nº: 10865.002245/2007-30 - Recorrente: SAO MARTINHO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 13888.001843/2007-11 - Recorrente: LACANNA E LEITE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 36624.004804/2007-72 - Recorrente: GORESBRIDGE CONTRUCOES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES

15 - Processo nº: 16095.000581/2008-73 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL SATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 16095.000579/2008-02 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL SATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 16095.000584/2008-15 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL SATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 16095.000582/2008-18 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL SATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 16095.000585/2008-51 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL SATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 14041.000139/2009-28 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IGOR ARAUJO SOARES

21 - Processo nº: 17460.000733/2007-12 - Recorrente: CAPEZIO DO BRASIL CONFECCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 17460.000734/2007-59 - Recorrente: CAPEZIO DO BRASIL CONFECCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 12963.000294/2007-55 - Recorrente: SUPREMA SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 11474.000154/2007-26 - Recorrente: NOVAPLAST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 12267.000387/2008-18 - Recorrente: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 12963.000101/2009-28 - Recorrente: GONCALVES SALLES S/A IND. E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 13971.002526/2007-73 - Recorrente: NOVAPLAST LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 17460.000729/2007-46 - Recorrente: CAPEZIO DO BRASIL CONFECCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 16045.000214/2007-84 - Recorrente: HS HIGIENE E SAUDE-ASSES. SERV.SAUDE OCU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ROGERIO DE LELLIS PINTO

30 - Processo nº: 10380.004952/2007-11 - Recorrente: INDUSTRIAL BOPIL DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 11030.001618/2007-31 - Recorrente: E ORLANDO ROOS & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

OBS: Os itens 30 e 31 de relatoria de Rogério de Lellis Pinto foram pautados apenas para acertar o sistema, os mesmos vão ser retirados de pauta.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES
Presidente da Turma

MARIA MADALENA SILVA
Secretário

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 01 BLOCO "J' EDÍFICIO ALVORFADA - BRASÍLIA-DF, SALA 802

Observação:

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

1 - Processo nº: 11474.000102/2007-50 - Recorrente: BAGGIO EDITORA JORNALISTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 12268.000042/2008-54 - Recorrente: B S S DECORACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 12268.000139/2007-86 - Recorrente: ASSOCIACAO PARANAENSE DE REABILITACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 13858.000369/2007-68 - Recorrente: C DE P EM EDUCACAO DA REG DE ORLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

5 - Processo nº: 10680.010489/2007-54 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10830.013090/2008-45 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 10830.013095/2008-78 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10830.013096/2008-12 - Recorrente: MOGIANA ALIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO MAGALHAES PEIXOTO

9 - Processo nº: 10932.000473/2007-24 - Recorrente: COMPONENT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10932.000474/2007-79 - Nome do Contribuinte: COMPONENT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 10932.000475/2007-13 - Nome do Contribuinte: COMPONENT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10932.000476/2007-68 - Nome do Contribuinte: COMPONENT IND E COM LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10932.000479/2007-00 - Nome do Contribuinte: COMPONENT IND E COM LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

14 - Processo nº: 11176.000271/2007-54 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 11176.000273/2007-43 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 11176.000274/2007-98 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 11176.000275/2007-32 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 11176.000276/2007-87 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 11176.000278/2007-76 - Recorrente: ALGODOEIRA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 07 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

20 - Processo nº: 16004.000680/2007-46 - Recorrente: IRMAND STA CASA MISER STA ADELIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 16004.000682/2007-35 - Recorrente: IRMAND STA CASA MISER STA ADELIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 16004.000686/2007-13 - Recorrente: IRMAND STA CASA MISER STA ADELIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 15892.000002/2008-34 - Recorrente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL AVAREENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

24 - Processo nº: 11845.000132/2007-09 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 14479.000069/2007-14 - Recorrente: SABO IND COM AUTOPECAS SUCES SABO SISTEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 14479.000070/2007-31 - Recorrente: SABO IND E COM DE AUTOPECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO MAGALHAES PEIXOTO

27 - Processo nº: 10970.000097/2008-01 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10970.000098/2008-47 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 10970.000099/2008-91 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 10970.000100/2008-88 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10970.000103/2008-11 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 10970.000105/2008-19 - Nome do Contribuinte: INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

33 - Processo nº: 17546.000740/2007-66 - Recorrente: ANDRE LUIZ NOGUEIRA JUNIOR - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 17546.000751/2007-46 - Recorrente: ANDRE LUIZ NOGUEIRA JUNIOR - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 17546.000752/2007-91 - Recorrente: ANDRE LUIZ NOGUEIRA JUNIOR - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 19515.006373/2008-88 - Recorrente: HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 44021.000019/2006-87 - Recorrente: ALETRES EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

38 - Processo nº: 13855.003055/2010-42 - Recorrente: FRANCA EXPRESS TRANSPORTES E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EM GERAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 13855.003056/2010-97 - Recorrente: FRANCA EXPRESS TRANSPORTES E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EM GERAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 35301.007082/2007-98 - Recorrente: BAMBINA EMPRESA HOTELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 35301.007084/2007-87 - Recorrente: BAMBINA EMPRESA HOTELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

42 - Processo nº: 17546.000138/2007-29 - Recorrente: MUNICIPIO JUNDIAI/PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 17546.000160/2007-79 - Recorrente: MUNICIPIO JUNDIAI/PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 17460.001025/2007-91 - Recorrente: EMPHASIS CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 16020.000042/2007-27 - Recorrentes: CINPREMO S/A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO MAGALHAES PEIXOTO

46 - Processo nº: 17460.000221/2007-48 - Nome do Contribuinte: ACETA ASSOC CULT EDUC TAQUARITINGUENSE S - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 17460.000222/2007-92 - Nome do Contribuinte: ACETA ASSOC CULT EDUC TAQUARITINGUENSE S - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 17460.000224/2007-81 - Nome do Contribuinte: ACETA ASSOS CULT EDUC TAQUARITINGUENSE S - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 19535.000021/2007-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLUBE ATLETICO PARANAENSE - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

50 - Processo nº: 10580.005448/2007-74 - Recorrente: MUNICIPIO DE V DA CONQUISTA-P. MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 10580.005551/2007-14 - Recorrente: MUN DE V DA CONQUISTA PREF MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10580.005575/2007-73 - Recorrente: MUN DE V DA CONQUISTA PREF MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 10976.000102/2009-06 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA HELENA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 10976.000103/2009-42 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA HELENA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 10120.004756/2007-08 - Recorrente: CENTROALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 10680.009762/2007-06 - Recorrente: CONSTRUTORA EPURA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 08 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

57 - Processo nº: 15889.000296/2007-72 - Recorrente: AUTO POSTO AVAREZINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 16095.000503/2007-98 - Recorrente: BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 35558.001414/2006-38 - Recorrente: AUTO POSTO ARARA THUANY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

60 - Processo nº: 17546.000654/2007-53 - Recorrente: CEBRACE - CRISTAL PLANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 35011.001603/2005-05 - Recorrente: TYCO ELETRONICS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 36624.002918/2002-73 - Recorrente: BOUTIQUE DASLU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO MAGALHAES PEIXOTO

63 - Processo nº: 11070.001675/2008-24 - Recorrente: COOPERATIVA MISTA SAO LUIZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 16020.000090/2007-15 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo nº: 17460.000423/2007-90 - Recorrente: BAUBAT COMERCIO DE AUTOFREIOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

66 - Processo nº: 13608.000204/2007-38 - Recorrente: CASA DO FAZENDEIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 13706.000037/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO EDUCACIONAL ACALANTO LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

68 - Processo nº: 16707.002214/2009-40 - Recorrente: EXTREMOZ PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 16832.000024/2010-96 - Recorrente: HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 16832.000029/2010-19 - Recorrente: HOPEVIG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI
Presidente da Turma

MARIA MADALENA SILVA
Secretário

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 238, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado de Alagoas, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 005/2011, de 03 de maio de 2011, de Jacuípe; nº 005/2011, de 02 de maio de 2011, de Japaratinga; nº 007/2011, de 02 de maio de 2011, de Jundiá; nº 011/2011, de 02 de maio de 2011, de Novo Lino; nº 005/2011, de 02 de maio de 2011, de Porto de Pedras; nº 027/2011, de 02 de maio de 2011, de São Luis do Quitunde e nº 001/2011, de 02 de maio de 2011, de São Miguel dos Milagres, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000803/2011-82; 59050.000798/2011-16; 59050.000801/2011-93; 59050.000808/2011-13; 59050.000805/2011-71; 59050.000818/2011-41 e 59050.000807/2011-61, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 239, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Coari - AM - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 024/2011, de 17 de março de 2011, de Coari, e demais informações constantes no processo nº 59050.000618/2011-98, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 240, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado da Bahia, afetados por Estiagem - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 003, de 14 de abril de 2011, de Boquira e nº 068/2011, de 14 de abril de 2011, de Tanhaçu, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000742/2011-53 e 59050.000748/2011-21, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem- NE.SES - 12.401, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 241, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Aracati - CE - NI.GEV - 13.306.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 448/2011-GP, de 22 de março de 2011, de Aracati, e demais informações constantes no processo nº 59050.000686/2011-57, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de erosão linear - sulcos, ravinas e boçorocas - NI.GEV - 13.306, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 242, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Novo Gama - GO - NI.GEV - 13.306.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 690, de 20 de janeiro de 2011, do Novo Gama, e demais informações constantes no processo nº 59050.000242/2011-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de erosão linear - sulcos, ravinas e boçorocas - NI.GEV - 13.306, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 243, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Maranhão, afetados por Enchentes ou Inundações Graduais - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 399, de 02 de março de 2011, de Bacabal e nº 033, de 29 de março de 2011, de São João do Sóter, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000639/2011-11 e 59050.000646/2011-13, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 244, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Guiratinga - MT - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 009/2011, de 21 de março de 2011, de Guiratinga, e demais informações constantes no processo nº 59050.000629/2011-78, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 245, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Camapuã - MS - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 2.396, de 11 de março de 2011, de Camapuã, e demais informações constantes no processo nº 59050.000619/2011-32, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 246, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 2.106/2011, de 18 de abril de 2011, de Itaquiraí e nº 008/GP/2011, de 14 de abril de 2011, de Vicentina, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000755/2011-22 e 59050.000739/2011-30, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 247, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Astolfo Dutra - MG - NE.EVD - 12.101.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 104, de 24 de fevereiro de 2011, de Astolfo Dutra, e demais informações constantes no processo nº 59050.000470/2011-91, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de vendavais ou tempestades - NE.EVD - 12.101, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 248, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Santo Antonio do Jacinto - MG - NE.SSC - 12.402.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 01/2011, de 22 de fevereiro de 2011, de Santo Antonio do Jacinto, e demais informações constantes no processo nº 59050.000626/2011-34, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de seca - NE.SSC - 12.402, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 249, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de São Gonçalo do Abaeté - MG - NE.HAL - 12.303.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o Decreto Municipal nº 013/2011, de 21 de março de 2011, de São Gonçalo do Abaeté, e demais informações constantes no processo nº 59050.000471/2011-36, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de alagamentos - NE.HAL - 12.303, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 250, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado de Minas Gerais, afetados por Estiagem - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 992/2011, de 10 de março de 2011, de Espinosa e nº 031, de 29 de março de 2011, de Ubaí, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000630/2011-01 e 59050.000731/2011-73, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem- NE.SES - 12.401, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 251, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Óbidos - PA - NI.GEV-13.306.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 089, de 12 de abril de 2011, de Óbidos, e demais informações constantes no processo nº 59050.000743/2011-06, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de erosão linear - sulcos, ravinas e boçorocas - NI.GEV-13.306, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 252, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Pará, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 033/2011, de 20 de março de 2011, de Água Azul do Norte; nº 010/2011, de 22 de março de 2011, de Dom Eliseu; nº 153/2011, de 02 de maio de 2011, de Itaituba e nº 295/11, de 23 de março de 2011, de Santana do Araguaia, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000632/2011-91; 59050.000615/2011-54; 59050.000627/2011-89 e 59050.000658/2011-30, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 253, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Remígio - PB - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1.435/2011, de 29 de março de 2011, de Remígio, e demais informações constantes no processo nº 59050.000604/2011-74, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem - NE.SES - 12.401, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 254, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Almirante Tamandaré - PR - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 571/2011, de 23 de fevereiro de 2011, de Almirante Tamandaré, e demais informações constantes no processo nº 59050.000335/2011-46, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 255, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 1.165/11, de 01 de abril de 2011, de Alpestre; nº 2.284/2011, de 29 de março de 2011, de Anta Gorda; nº 1.760, de 31 de março de 2011, de Aratiba; nº 034/2011, de 29 de março de 2011, de Boa Vista do Incra; nº 020, de 30 de março de 2011, de Colorado; nº 013/2011, de 31 de março de 2011, de Coqueiros do Sul; nº 548/2011, de 01 de abril de 2011, de Cruzaltense; nº 022/2011, de 01 de abril de 2011, de Gentil; nº 4.783-GEM, de 04 de abril de 2011, de Ijuí; nº 00017/2011, de 29 de março de 2011, de Lagoa dos Três Cantos; nº 1.399, de 01 de abril de 2011, de Ronda Alta; nº 817, de 31 de março de 2011, de Santa Cecília do Sul; nº 1.440, de 04 de abril de 2011, de São João da Urtiga; nº 034/2011, de 30 de março de 2011, de São José do Ouro e nº 1827/2011, de 31 de março de 2011, de Três Arroios, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000688/2011-46; 59050.000676/2011-11; 59050.000669/2011-10; 59050.000724/2011-71; 59050.000671/2011-99; 59050.000677/2011-66; 59050.000683/2011-13; 59050.000691/2011-60; 59050.000660/2011-17; 59050.000690/2011-15; 59050.000679/2011-55; 59050.000663/2011-42; 59050.000643/2011-71; 59050.000692/2011-12 e 59050.000721/2011-38, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 256, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Vendavais ou Tempestades - NE.EVD - 12.101.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 1562/11, de 19 de abril de 2011, de Itatiba do Sul; nº 014/11, de 05 de abril de 2011, de Nova Santa Rita; nº 433/11, de 26 de abril de 2011, de Paverama e nº 417, de 18 de abril de 2011 e nº 434, de 26 de abril de 2011, de Taquara, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000766/2011-11; 59050.000693/2011-59; 59050.000778/2011-37 e 59050.000780/2011-14, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de vendavais ou tempestades - NE.EVD - 12.101, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 257, DE 25 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Santo Antônio do Aracanguá - SP - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1942, de 10 de março de 2011, retificado pelo Decreto nº 1947, de 24 de março de 2011, de Santo Antônio do Aracanguá, e demais informações constantes no processo nº 59050.000553/2011-81, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 24 DE MAIO DE 2011

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 8º do Decreto n.º 6.218 de 04 de outubro de 2007, com base no parágrafo 9º do artigo 32 do Regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto Nº 4.254/2002 e o Regimento Interno desta Instituição, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto de interesse da empresa ETE - Estação Transmissora de Energia S/A, a ser desenvolvido no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia, na sistemática do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, no valor de R$221.789.000,00 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil reais), observadas todas as condicionantes de aprovação.

Art. 2º Autorizar a celebração de contrato entre a empresa - Estação Transmissora de Energia S/A, CNPJ: - 10.515.520/0001-90 (Matriz) e CNPJ: - 10.515.520/0002-71 (Filial Porto Velho), e seus acionistas controladores e o Banco da Amazônia S/A, agente operador eleito pela mesma, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31 de maio de 2002.

Art. 3º Determinar, observado o disposto no parágrafo 9º do art.32 do mesmo diploma legal, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DJALMA BEZERRA MELLO
Superintendente

GEORGETT MOTTA CAVALCANTE
Diretora de Administração

INOCENCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos Incentivos Fiscais e de Atração de Investimentos

PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIEIRA SANTANA
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 24 de maio de 2011

Nº 374 - Interessado: Departamento de Polícia Federal. Assunto: Competência do Departamento de Polícia Federal para investigar fatos ocorridos com líderes de projeto extrativista, nas proximidades do município Nova Ipixuna, no Estado do Pará. Decisão: determino a abertura de inquérito pela Polícia Federal para apuração dos fatos constantes da Nota Técnica nº 04/2011/GAB/CJ/MJ da Consultoria Jurídica, cujos fundamentos passam a integrar esta decisão.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE TURMA DA COMISSÃO DE ANISTIA A SER REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 30 de maio de 2011, à partir das 10 horas, na sala 200 do Ed. Anexo II do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2007.01.57825	A	Celson Borges Maggi	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	Idade	63

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 941, DE 25 DE MAIO DE 2011

Institui dentro da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Núcleo Central do Ministério da Justiça e dá outras providências, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas e na forma das Leis nº 8.112, de 11/12/1990, nº 9.527, de 10/12/1997, nº 11.907, de 02/2/2009, e dos Decretos nº 5.707, de 23/02/2006 e nº 6.114, de 15/05/2007, resolve:

Art. 1º Instituir dentro do Plano Permanente de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Núcleo Central do Ministério da Justiça - MJ a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC.

Parágrafo único. O Plano Permanente de que trata este artigo objetiva nortear os procedimentos e a operacionalização do acesso dos servidores desta Pasta a treinamentos e aperfeiçoamentos, ao aprimoramento dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes necessárias ao pleno exercício das atividades laborativas, no interesse da Administração.

Art. 2º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC será devida ao servidor que, em caráter eventual, atuar como instrutor, elaborador, coordenador ou supervisor em curso de formação, desenvolvimento ou treinamento regularmente instituído pelo MJ.

§ 1º Considera-se, para fins do disposto no caput, o exercício das seguintes atividades: ministrar aulas, realizar atividades de coordenação técnica e pedagógica, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em outros eventos de capacitação, presenciais ou a distância.

§ 2º A GECC não será devida pela realização de treinamentos em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais de lotação do instrutor.

§ 3º Para fins de pagamento da GECC, entende-se por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais aqueles relacionados ao desenvolvimento ou treinamento de outros servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, em conhecimentos ou habilidades específicas da unidade à qual o servidor encontra-se lotado e/ou em exercício.

Art. 3º A GECC será paga por hora trabalhada, em percentuais incidentes sobre o maior vencimento básico da administração pública federal, conforme limites estabelecidos no Anexo I combinado com o Anexo III desta norma.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, o limite máximo anual para o exercício de atividades de que trata o § 1º do art. 2º desta Portaria, será de 120 (cento e vinte) horas, a serem compensadas, no prazo máximo de 1 (um) ano, mediante prévia anuência da chefia imediata, caso a atividade ocorra durante o horário de expediente regular.

Art. 4º A GECC não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo de aposentadoria e pensões.

Art. 5º É de responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH verificar previamente no sistema de controle das horas trabalhadas o cumprimento do limite máximo de horas de trabalho anuais.

§ 1º Em situações excepcionais, após análise da pertinência, a CGRH poderá encaminhar pedido justificado ao Gabinete do Ministro para o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais.

§ 2º Até que seja implantado o sistema de controle das horas trabalhadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, o servidor deverá assinar a declaração de execução de atividades.

Art. 6º Para cada evento de capacitação deverá ser elaborado projeto técnico no qual deverá dispor quais os requisitos mínimos de formação acadêmica ou experiência profissional que serão exigidos do servidor escolhido para executar as atividades previstas no § 1º do art. 2º deste normativo, obedecido o rol de especificações dos critérios quanto a formação acadêmica e experiência comprovada, por tipo de atividade e de curso, constante do Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. Para fins de desempenho das atividades de que trata o § 1º do art. 2º desta norma, deverá o servidor possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a que se propuser.

Art. 7º No prazo de até 30 (trinta) dias após a realização do curso, o servidor instrutor deverá apresentar à CGRH, os seguintes documentos:

I - declaração de execução de atividades;

II - mapa de compensação das horas referentes ao curso ministrado, atestado pelo chefe imediato do servidor, no caso de curso realizado no horário de trabalho;

III - relatório sucinto das atividades desenvolvidas;

IV - relatório de frequência; e

V - relatório consolidado das avaliações do curso.

§ 1º O pagamento da GECC ficará condicionado à entrega da documentação prevista neste artigo.

§ 2º Os documentos previstos nos incisos I e II do caput deverão ser arquivados nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 3º No caso de servidor com lotação em outro órgão, os documentos previstos nos incisos I e II do caput deverão ser encaminhados ao órgão de origem.

Art. 8º Caberá à chefia imediata do servidor o controle da compensação da carga horária.

Art. 9º Compete à CGRH:

I - recrutar, selecionar e orientar o servidor para atuar em cursos de desenvolvimento ou treinamento;

II - providenciar a solicitação de liberação do servidor junto ao dirigente máximo da unidade de exercício do servidor, quando a realização das atividades de que trata esta Portaria ocorrerem durante o horário de trabalho;

III - organizar e manter o cadastro de servidores para ministrar cursos ou desenvolver eventos de capacitação, contendo informações relativas à formação, à qualificação e à experiência profissional; e

IV - colacionar as avaliações preenchidas pelos participantes do respectivo evento, para integrarem o banco de instrutores.

Parágrafo único. A CGRH autorizará o pagamento da GECC das horas trabalhadas após a sua efetiva execução.

Art. 10. Os servidores que desempenharem atividades de instrutoria serão avaliados pelos participantes, de acordo com os indicadores estabelecidos pela CGRH.

§ 1º O instrutor que, no desempenho de suas atividades, obtiver o conceito insuficiente ou deixar de comparecer para ministrar atividade de capacitação, sem a devida justificativa, será excluído do cadastro de instrutores por um período de 1 (um) ano.

§ 2º O instrutor que, no desempenho de suas atividades, obtiver o conceito "insuficiente" deverá participar de ações de qualificação, como condição ao reingresso no cadastro de instrutores.

Art. 11. O pagamento da GECC deverá ser efetuado por meio de Sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal.

Parágrafo único. Na impossibilidade de processamento do pagamento da GECC na forma estabelecida no caput, será admitido o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 12. As despesas decorrentes do pagamento da GECC correrão por conta dos recursos orçamentários do MJ.

Art. 13. A CGRH regulamentará os procedimentos operacionais para os efeitos desta Portaria.

Art. 14. As dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria, no que lhe sejam da competência, serão dirimidas pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos.

Art. 15. Os casos omissos ou supervenientes serão resolvidos pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Art.16. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ PAULO BARRETO

ANEXO I

Tabela Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso devida ao servidor pelo desempenho eventual das atividades discriminadas nesta Tabela, de acordo com o Decreto nº 6.114/2007, que regulamenta o art. 76-A da Lei nº 8.112/1990 1990 e Orientação Normativa SRH/MP nº 4/2007.

Número	Atividade	Valor da hora/aula (em R$)
1	Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento e aperfeiçoamento, de treinamento e curso gerencial.	
1.1	Curso de Formação	Até 150,00
1.1.1	Instrutor "A"	150,00
1.1.2	Instrutor "B"	120,00
1.1.3	Instrutor "C"	100,00
1.2	Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Até 150,00
1.2.1	Instrutor "A"	150,00
1.2.2	Instrutor "B"	110,00
1.2.3	Instrutor "C"	80,00
1.3	Curso de Treinamento	Até 80,00
1.3.1	Instrutor "A"	80,00
1.3.2	Instrutor "B"	60,00
1.4	Curso Gerencial	150,00
1.4.1	Instrutor "A"	150,00
1.4.2	Instrutor "B"	130,00
1.4.3	Instrutor "C"	110,00
1.5	Curso de Educação de Jovens e Adultos	Até 30,00
1.5.1	Instrutor	30,00
2	Monitoria	
2.1	Curso de Formação ou de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Até 60,00
2.1.1	Monitor	60,00
2.2	Curso Gerencial	Até 80,00
2.2.1	Monitor	80,00
2.3	Curso de Treinamento	Até 60,00
2.3.1	Monitor "A"	60,00
2.3.2	Monitor "B"	40,00
3	Tutoria em Curso a distância	
3.1	Curso de Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento	50,00
4	Coordenação Técnica de Disciplina de Curso a Distância	
4.1	Coordenador Técnico de Disciplina	70,00
5	Elaboração de Material Didático	
5.1	Curso Presencial	Até 80,00
5.1.1	Elaborador "A"	80,00
5.1.2	Elaborador "B"	60,00
5.1.3	Elaborador "C"	40,00
5.2	Curso a Distância	Até 100,00
5.2.1	Elaborador "A"	100,00
5.2.2	Elaborador "B"	80,00
5.2.3	Elaborador "C"	60,00
6	Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação	
6.1	Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação	150,00
6.2	Moderador em Evento de Capacitação	150,00
6.3	Debatedor em Evento de Capacitação	150,00

ANEXO II

Quadro de especificações dos critérios quanto a formação acadêmica e experiência comprovada, por tipo de atividade e de curso.

1. INSTRUTORIA

1.1CURSO DE FORMAÇÃO

Ministrar aulas em cursos de formação de carreiras, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.1.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.1.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou Experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.1.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 12 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.2 CURSO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Ministrar aulas em cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e em eventos educacionais em geral, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.2.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto ce e experiência mínima comprovada de 12 meses na disciplina a ministrar, por força do exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou de ensino em cursos assemelhados.

1.2.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto ce ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou Experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.2.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 24 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.3 CURSO DE TREINAMENTO

Ministrar treinamento sobre aplicativos que integram a área da informática em nível avançado, intermediário ou básico para a qualificação e o aperfeiçoamento do participante, utilizando técnicas específicas de caráter operacional; ministrar treinamento em sistemas corporativos da Administração Pública Federal para a qualificação e o aperfeiçoamento do servidor de caráter operacional.

1.3.1 - INSTRUTOR "A"

Curso superior e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 48 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e Domínio, em nível avançado, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3.2 - INSTRUTOR "B"

Ensino médio completo e 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou 60 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais experiência ou em cursos de treinamento; e Domínio, em nível intermediário, de aplicativos da área de informática e de sistemas corporativos do serviço público.

1.4 - CURSO GERENCIAL

Ministrar aulas em cursos gerenciais e eventos educacionais de gestão, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.4.1 - INSTRUTOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.4.2 - INSTRUTOR "B"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/mestrado ou pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de Mestre, ou mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, quando portador de diploma de especialização lato sensu; ou Experiência mínima de mais de 60 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.4.3 - INSTRUTOR "C"

Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou Experiência mínima de 24 meses de em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

1.5 - CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ministrar aulas em cursos de educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio.

1.5.1 - Pré-requisitos - INSTRUTOR Curso superior com registro MEC; e Experiência em atividades específicas de ensino de jovens e adultos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2. MONITORIA

2.1 - CURSOS DE FORMAÇÃO OU DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Atuar em sala de aula em cursos de formação ou de desenvolvimento e aperfeiçoamento, dando suporte ao instrutor na difusão de conhecimentos e em temas de específicos de domínio pessoal.

2.1.1 - MONITOR "A"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 12 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou Experiência mínima de 48 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.1.2 - MONITOR "B"

Diploma de curso superior e experiência mínima de 24 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou Experiência mínima de 36 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.1.3 - MONITOR "C"

Diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses adquirida no exercício de atividades equivalentes ou em cursos de desenvolvimento e treinamento; ou Experiência mínima de 24 meses adquirida em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.2 CURSO GERENCIAL

Atuar em sala de aula em cursos gerenciais, dando suporte ao instrutor da disciplina em temas específicos de domínio pessoal.

2.2.1 - MONITOR

Curso superior e experiência mínima de 24 meses comprovada em área técnica específica, adquirida no exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos gerenciais; ou Experiência de mais de 48 meses em atividades afins aos temas em cursos de desenvolvimento e aperfeiçoamento a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

2.3 - CURSO DE TREINAMENTO

Atuar em sala de aula dando suporte ao instrutor, nos treinamento dos aplicativos que integram a área da informática em nível avançado, intermediário ou básico; atuar em sala de aula dando suporte nos treinamentos dos sistemas corporativos da Administração Pública Federal.

2.3.1 - MONITOR "A"

Curso superior e experiência mínima de 12 meses em área técnica específica pelo exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos de treinamento; ou 48 meses de experiência adquirida no exercício de atividades profissionais ou em cursos e treinamentos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; e Domínio, em nível avançado, da parte prática dos aplicativos da área de informática e dos sistemas corporativos do serviço público.

2.3.2 - MONITOR "B"

Ensino médio completo e experiência mínima de 12 meses em área técnica específica pelo exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou em cursos de treinamento; ou 48 meses de experiência adquirida no exercício de atividades profissionais ou em cursos e treinamentos, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; e

Domínio, em nível intermediário, da parte prática dos aplicativos da área de informática e dos sistemas corporativos do serviço público.

3. TUTORIA EM CURSO A DISTÂNCIA

3.1 - CURSO DE DESENVOLVIMENTO, APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO

Acompanhar o desenvolvimento de cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e treinamento, orientar os alunos, receber e avaliar trabalhos, fomentar e avaliar debates no fórum virtual, moderar Chat e listas de discussões em ambientes virtuais de aprendizagem.

3.1.1 - TUTOR

Graduação e/ou formação na disciplina a ministrar; ou Experiência mínima de 36 meses na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; e Formação em tutoria a distância e conhecimentos de Windows, inclusive Word, e Internet.

4 - COORDENAÇÃO TÉCNICA DE DISCIPLINA

Decidir, na condição de especialista em determinada área de conhecimento ou de disciplina específica, quanto ao conteúdo técnico que deve ser ministrado, colaborando na escolha de métodos e técnicas de ensino que viabilizem o alcance dos objetivos estabelecidos para essa área ou disciplina.

4.1 - COORDENADOR TÉCNICO DE DISCIPLINA

Formação em nível de pós-graduação lato sensu (especialização) e experiência mínima de 36 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; Experiência de mais de 48 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas.

5 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

5.1 - CURSO PRESENCIAL

Elaborar ou aperfeiçoar material didático destinado a cursos presenciais em geral.

5.1.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.1.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.1.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2 - CURSO A DISTÂNCIA

Elaborar ou aperfeiçoar material didático destinados a cursos a distância.

5.2.1 - ELABORADOR "A"

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu e experiência mínima de 36 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 48 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2.2 - ELABORADOR "B"

Formação em nível de pós-graduação lato sensu e experiência mínima de 24 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 36 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.2.3 - ELABORADOR "C"

Formação em nível superior e experiência mínima de 12 meses na área de atuação, adquirida no exercício de atividades profissionais; ou Experiência mínima de 24 meses na área de atuação, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

5.3 - PALESTRA E CONFERÊNCIA

Elaborar material multimídia para palestras e conferências (texto, som, imagem, animação e/ou vídeo), de acordo com o tema a ser proferido, dentro de padrões técnicos e didáticos.

5.3.1 - ELABORADOR DE MATERIAL DIDÁTICO PARA PALESTRA E CONFERÊNCIA

Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, ou equivalência em experiência comprovada e experiência mínima de 24 meses na área objeto da palestra ou conferência; ou mais de 60 meses de experiência, com notório saber na área objeto da palestra ou conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

6 - ATIVIDADE DE CONFERENCISTA E DE PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Proferir palestra sobre tema da atualidade, de interesse geral ou setorial da administração pública.

6.1 - CONFERENCISTA/PALESTRANTE EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu/doutorado e experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae; ou

Mais de 60 meses de experiência, com notório saber na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

7 - MODERADOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Coordenar a interação dos participantes (conferencista, debatedores e platéia), mantendo o controle do tempo e do debate.

7.1 - MODERADOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu; ou experiência mínima de 12 meses no exercício de atividade em áreas afins ao objeto do evento, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

8 - DEBATEDOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Analisar e avaliar a palestra proferida pelo conferencista, ressaltando os pontos mais relevantes e, quando necessário, apresentando críticas e a agregando outro modo de abordar o tema.

8.1 - DEBATEDOR EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO

Formação em nível de pós-graduação stricto sensu; ou experiência mínima de 12 meses no exercício de atividade em áreas afins ao objeto do evento, mediante comprovação por documento(s) citado(s) em curriculum vitae.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____,
(nome completo)
matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de _____
(denominação, código, etc.)
do Quadro de Pessoal do _____, em exercício na (o) _____,
declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei nº 8.112, de 1990, e no Decreto nº 6.114, de 2007:

Atividades	Instituição	Horas trabalhadas
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

Brasília/DF, _____ de _____ de _____.

_____Assinatura do servidor

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DO DECRETO Nº 6.114, DE 2007

Nome do Curso	**Instituição**			
Mês/ Ano de realização	**Cidade / UF**			
Este instrumento de avaliação tem como objetivo promover a melhoria contínua no atendimento e execução das ações de capacitação no Ministério da Justiça. Analise cada uma das características abaixo e indique ao lado somente "UM" dos conceitos possíveis, marcando a nota com um "**X**" no campo que melhor enquadra ao curso que você acabou de realizar, na escala entre **FRACO, REGULAR, BOM** e **ÓTIMO**.				
FATORES	**ESCALA**			
	FRACO	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**
I - CURSO				
Satisfação em relação ao evento.				
O conteúdo proposto atendeu minhas expectativas.				
Relevância dos temas que abrangeram o conteúdo do curso.				
Os conhecimentos adquiridos foram significativos.				
A carga horária foi suficiente.				
Nota				
II - INSTITUIÇÃO QUE MINISTROU O CURSO				
Instalações físicas, acesso ao local.				
Qualidade do material didático e tecnologias usadas na execução das aulas.				
Atendimento ao aluno.				
Nota				
III - INSTRUTOR				
Demonstra domínio do conteúdo da disciplina, segue o planejamento estabelecido.				
É claro em suas explicações, demonstra preparar bem as aulas.				
Estimula a participação dos alunos nas aulas.				
Demonstra respeito pelos alunos.				
Aproveita todo o tempo para orientar a aprendizagem.				

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nota				
IV - UNIDADE CONTROLADORA (CDRH-MJ)				
Existiram clareza e objetividade quanto às programações, conteúdos programáticos, datas e demais informações sobre o curso que realizei.				
Quando solicitei informações sobre o curso na unidade controladora, fui tratado (a) com atenção, respeito e urbanidade.				
Apoio logístico, materiais e transportes coordenados e controlados pela unidade controladora.				
Nota				
TOTAL DE PONTOS				
A respectiva pontuação será transformada em notas, variando de 0 a 10.				
CÁLCULO FINAL:				
A Nota Final (NF) será calculada da seguinte forma: NF = n.14/56, onde "n" representa o total de pontos. Para facilitar a classificação, em caso de arredondamento da Nota Final, trabalharemos com 3 (três) casas decimais. Ex. 9,3217 = **9,322**				
ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO FINAL:				
AMPLITUDES	**CLASSIFICAÇÃO**			
Acima de 11,000	EXCELENTE			
Entre 9,000 e 10,999	BOM			
Entre 7,000 e 8,999	PARCIAL			
Até 6,999	INSUFICIENTE			
RESULTADO				
Nota Final				

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 637 REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011

Hora: 10h
Presidente: Fernando de Magalhães Furlan
Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.004858/2011-87
Requerentes: Husky International Ltd., Yukon Acquisition Inc.
Advogado(s): Renata Fonseca Zuccolo, Amadeu Carvalhaes Ribeiro
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.004874/2011-70
Requerentes: Oystar Holding GmbH, Robert Bosch GmbH
Advogado(s): José Alexandre Buaiz Neto, Ricardo Ferreira Pastore
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.004884/2011-13
Requerentes: Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda., NPAP Alimentos Ltda.
Advogado(s): Daniel Oliveira Andreoli, Cláudio Coelho de Souza Timm, Luis Gustavo Rolim Lima, Luciana Féres Zogbi Porto
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.004896/2011-30
Requerentes: Johnson & Johnson - J&J, Synthes, Inc.
Advogado(s): Paola Petrozziello Pugliese, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Marina de Santana Souza, Paula S.J.A. Amaral Salles
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004913/2011-39
Requerentes: Saleen Holdings Inc., SMART Modular Technologies (WWH), Inc.
Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Tito Amaral de Andrade, Renata Fonseca Zuccolo, Carolina Maria Matos Vieira
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004935/2011-07
Requerentes: Brasil Central Energia Ltda., Topázio Energética S.A.
Advogado(s): José Carlos da Matta Berardo, Luis Bernardo Coelho Cascão, Barbara Rosenberg
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004938/2011-32
Requerentes: Motorola Mobility, Inc., SunUP Design Systems, Inc.
Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004939/2011-87
Requerentes: Astaro Software AG, Sophos Limited
Advogado(s): Joana Temudo Cianfarani, Mário Glauco Pati Neto, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004979/2011-29
Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda., Associação de Ensino Superior Elite Ltda.
Advogado(s): Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Priscila Brólio Gonçalves, Ana Carolina Cabana Zoricic, Mariana Duarte Garcia de Lacerda
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.004994/2011-77
Requerentes: ITW Participations SARL, Rotular Serviços e Assistência Técnica em Rotulagem Ltda., Technopack Indústria Comércio Consultoria e Representações Ltda.
Advogado(s): André Marques Gilberto, Natali de Vicente Santos, Natália Oliveira Felix, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004995/2011-11
Requerentes: Bosch Rexroth AG, Dana Holding Corporation
Advogado(s): José Alexandre Buaiz Neto, Marcos Drummond Malvar
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.004996/2011-66
Requerentes: Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Cetelem Holding Participações S.A.
Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Daniela Zaitz Kolar, Marcos Pajolla Garrido, Juliana Oliveira Domingues
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005002/2011-29
Requerentes: Rodobens Negócios Imobiliários S.A., Salus Empreendimentos Imobiliários I Ltda.
Advogado(s): Joyce Midori Honda, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005008/2011-04
Requerentes: OAS Empreendimentos S.A., Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., Zi Participações S.A.
Advogado(s): Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca Filho
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005762/2011-36
Requerentes: Geo Eventos S.A, Outplan Sistemas S.A.
Advogado(s): Thiago Francisco da Silva Brito, Maria da Graça Britto Garcia
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005779/2011-93
Requerentes: Augusto Fernandes Carvalho Sá de Oliveira, BR Malls Participações S.A., Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., Carini Rebouças Chaves Sampaio, Walter Duarte Barreto Júnior
Advogado(s): Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.005786/2011-95
Requerentes: Ciasch op - Soluções para Comércio Eletrônico Ltda. EPP, Ideiasnet S.A.
Advogado(s): Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Viviane Greche Gonçalves
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005788/2011-84
Requerentes: Confidencial
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.005792/2011-42
Requerentes: Mosaico Negócios de Internet S.A, Polis Investments Holding, Inc., Valônia Serviços de Intermediação e Participações S.A.
Advogado(s): Luciano Inácio de Souza, Thiago Francisco da Silva Brito, Murilo Machado Sampaio Ferraz
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Processo Administrativo nº 53500.006130/2001(Impedido o Conselheiro Olavo Zago Chinaglia)
Representante: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL
Representada: Telemar Norte Leste S.A.
Advogado(s): Pedro Dutra, Juliana Ferrer Teixeira
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Processo Administrativo nº 08012.006130/2006-22
Representados: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 190, DE 4 DE ABRIL DE 2011

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, incisos I, XIII e XVIII, da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994 e,

Considerando o que dispõe a Portaria DPU n. 607, de 30 de novembro de 2010, que instituiu o Grupo de Trabalho de Assessoramento Especial (GTAE);

Considerando o que dispõe o inciso V, do art. 44, do Anexo I, do Decreto n. 6.061, de 15 de março de 2007 que incumbe ao Defensor Público-Geral baixar o Regimento Interno da Defensoria Pública da União;

Considerando o que dispõe o Decreto n. 6.944, de 21 de agosto de 2009, que estabelece as medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa n. 3, de 12 de janeiro de 2010, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre o processamento de propostas para o fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ou entidades;

Considerando a data de 6 de abril de 2011, como prazo final para apresentação da Estrutura Regimental da DPU ao Ministério da Justiça e o que consta do Processo Administrativo n. 08038.0257793/2010-34; resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum, o Regimento Interno da Defensoria Pública da União.

Art. 2º Estabelecer que os atos administrativos relativos à normatização dos procedimentos necessários à adequada implementação da Estrutura Organizacional da DPGU e ao cumprimento do que dispõe o Regimento Interno da DPU sejam baixados em até 90 dias.

Art. 3º Determinar que o GTAE realize os estudos necessários e apresente, no prazo de 20 dias, proposta para a composição das equipes de trabalho que integrarão cada área da DPGU observado o que estabelece o Regimento Interno aprovado, as atribuições de competência das áreas, a força de trabalho necessária, os requisitos de formação e os perfis desejáveis ao cumprimento das atribuições descritas.

Art. 4º Recomendar que a transição entre a organização atual da DPGU e a Estrutura Organizacional ora aprovada seja conduzida pelos atuais titulares, em conjunto com o GTAE, sem prejuízo às atividades da Instituição.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I
DA FINALIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Art. 1º A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I.prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II.promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III.promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV.prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V.exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI.representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

VII.promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII.exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

IX.impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X.promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI.exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XII.acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XIII.patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

XIV.exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;

XV.atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

XVI.atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XVII.atuar nos Juizados Especiais;

XVIII.participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;

XIX.executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

XX.convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

SUBTÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A Defensoria Pública da União compreende:

I.órgãos de administração superior:

a)a Defensoria Pública-Geral da União;

b)a Subdefensoria Pública-Geral da União;

c)o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

d)a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União;

II.órgãos de atuação:

a)as Defensorias Públicas da União nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios;

b)os Núcleos da Defensoria Pública da União;

III.órgãos de execução:

a)os Defensores Públicos Federais nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios.

SUBTÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º À Defensoria Pública-Geral da União compete:

I.gerir administrativa, financeira e de pessoal da Defensoria Pública da União;

II.dirigir, superintender e coordenar as atividades da Defensoria Pública da União, bem como orientar a atuação;

III.velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição.

Art. 5º À Subdefensoria Pública-Geral da União compete:

I.auxiliar a Defensoria Pública-Geral da União na gestão administrativa da Defensoria Pública da União;

II.exercer as atividades que lhe forem delegadas pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 6º Ao Conselho Superior da Defensoria Pública da União compete:

I.exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública da União;

II.opinar, por solicitação do Defensor Público-Geral Federal, sobre matéria pertinente à autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública da União;

III.elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

IV.aprovar a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública da União e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

V.recomendar ao Defensor Público-Geral Federal a instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública da União;

VI.conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar;

VII.decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo disciplinar;

VIII.decidir acerca da remoção voluntária dos integrantes da carreira da Defensoria Pública da União;

IX.decidir sobre a avaliação do estágio probatório dos membros da Defensoria Pública da União, submetendo sua decisão à homologação do Defensor Público-Geral Federal;

X.decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

XI.deliberar sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública da União que integrarão a Comissão de Concurso;

XII.coordenar a organização dos concursos para provimento dos cargos da Carreira de Defensor Público Federal e homologar os editais dos respectivos regulamentos;

XIII.recomendar correições extraordinárias;

XIV.indicar os 6 (seis) nomes dos membros da classe mais elevada da Carreira para que o Presidente da República nomeie, dentre esses, o Subdefensor Público-Geral Federal e o Corregedor-Geral Federal da Defensoria Pública da União;

XV.editar as normas regulamentando a eleição para Defensor Público-Geral Federal.

Art. 7º À Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União compete:

I.realizar correições e inspeções funcionais;

II.sugerir ao Defensor Público-Geral Federal o afastamento de Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando cabível;

III.propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão excepcional do estágio probatório de membros da Defensoria Pública da União;

IV.receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública da União, encaminhando-as, com parecer, ao Conselho Superior;

V.apresentar ao Defensor Público-Geral Federal, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;

VI.propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública da União e de seus servidores;

VII.acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública da União;

VIII.propor a exoneração de membros da Defensoria Pública da União que não cumprirem as condições do estágio probatório.

Art. 8º À Defensoria Pública da União em cada Estado, no Distrito Federal e nos Territórios compete, por intermédio dos Defensores Públicos Federais, desempenhar funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União, cabendo-lhes, especialmente:

I.atender às partes e aos interessados;

II.postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados;

III.tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível;

IV.acompanhar e comparecer aos atos processuais e impulsionar os processos;

V.interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal, quando cabível;

VI.sustentar, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública da União;

VII.defender os acusados em processo disciplinar.

VIII.participar, com direito de voz e voto, do Conselho Penitenciário;

IX.certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais;

X.atuar nos estabelecimentos penais sob a administração da União, visando ao atendimento jurídico permanente dos presos e sentenciados, competindo à administração do sistema penitenciário federal reservar instalações seguras e adequadas aos seus trabalhos, franquear acesso a todas as dependências do estabelecimento independentemente de prévio agendamento, fornecer apoio administrativo, prestar todas as informações solicitadas, assegurar o acesso à documentação dos presos e internos, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os membros da Defensoria Pública da União.

Parágrafo único. As Unidades de atuação da Defensoria Pública da União em cada Estado, no Distrito Federal e nos Territórios serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral Federal, dentre os integrantes da Carreira.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

SUBTÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º A Defensoria Pública-Geral da União compreende:

I.Gabinete do Defensor Público-Geral Federal;

II.Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal;

III.Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão;

IV.Escola Superior da Defensoria Pública da União;

V.Coordenação-Geral de Articulação Administrativa.

SUBTÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DO GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Art. 10. Ao Gabinete do Defensor Público-Geral Federal compete:

I.planejar e coordenar a execução das atividades de apoio administrativo necessárias ao desempenho das funções do Defensor Público-Geral Federal;

II.organizar a agenda de representação oficial e social do Defensor Público-Geral Federal;

III.interagir com o Coordenador-Geral de Articulação Administrativa e as diversas áreas da estrutura organizacional da DPGU para acompanhar o cumprimento das decisões tomadas pelo Defensor Público-Geral Federal;

IV.supervisionar as atividades do cerimonial relativas a solenidades, comemorações e recepções;

V.executar as atividades de representação oficial e social e de audiências do Defensor Público-Geral Federal;

VI.controlar a emissão, a numeração e o encaminhamento das correspondências e atos assinados e ou despachados pelo Defensor Público-Geral Federal;

VII.controlar a agenda de despachos e reuniões do Defensor Público-Geral Federal;

VIII.desempenhar outras atividades típicas de gabinete que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público-Geral Federal.

CAPÍTULO II

DO GABINETE DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Art. 11. Ao Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal compete:

I.planejar e coordenar a execução das atividades de apoio administrativo necessárias ao desempenho das funções do Subdefensor Público-Geral Federal;

II.organizar a agenda de representação oficial e social do Subdefensor Público-Geral Federal;

III.executar as atividades de representação oficial e social e de audiências do Subdefensor Público-Geral Federal;

IV.controlar a emissão, a numeração e o encaminhamento das correspondências e atos assinados e ou despachados pelo Subdefensor Público-Geral Federal;

V.controlar a agenda de despachos e reuniões do Subdefensor Público-Geral Federal;

VI.desempenhar outras atividades típicas de gabinete que lhe forem atribuídas pelo Subdefensor Público-Geral Federal.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS E CONTROLE DE GESTÃO

Art. 12. À Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão compete:

I.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de controle interno e auditoria e proceder ao acompanhamento da gestão dos processos licitatórios, contratos, convênios e acordos de cooperação celebrados pela Defensoria Pública-Geral da União;

II.propor políticas, diretrizes, normas, critérios e procedimentos a serem adotados na execução dessas atividades, no âmbito da Defensoria Pública da União.

Art. 13. A Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão compreende a Divisão de Auditoria.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão é a responsável direta pela condução do processo de trabalho de acompanhamento e orientação da gestão.

SEÇÃO I

DA DIVISÃO DE AUDITORIA

Art. 14. A Divisão de Auditoria compete:

I.auditar os sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de Execução Orçamentária e Financeira, de pessoal e demais sistemas administrativos no âmbito da DPGU;

II.emitir relatórios e notas técnicas sobre a gestão dos administradores públicos no âmbito da DPGU;

III.manifestar-se sobre os atos de gestão apontados como irregulares ou ilegais praticados por agentes públicos da DPGU, propondo à autoridade competente a adoção das providências cabíveis;

IV.sugerir medidas para resguardar o interesse público e a probidade na aplicação de recursos financeiros e no uso de bens públicos, no caso de constatação de irregularidades;

V.acompanhar as providências adotadas pelas áreas da DPGU auditadas, em decorrência de impropriedades e irregularidades detectadas nos trabalhos de auditoria, manifestando-se sobre sua eficácia e propondo, quando for o caso, o encaminhamento dessas providências ao Tribunal de Contas da União para juntada aos processos respectivos;

VI.fiscalizar o cumprimento das determinações ou orientações estabelecidas pelo TCU e pela CGU, fornecendo às áreas da DPGU os elementos necessários para subsidiar resposta às diligências do TCU e CGU e acompanhar o cumprimento dos prazos concedidos pelo órgão de controle externo;

VII.acompanhar os processos administrativos e disciplinares observando a eventual apuração de responsabilidade que implique prejuízo ao patrimônio público e monitorar o ressarcimento dos eventuais prejuízos causados ao erário nos processos de apuração de responsabilidade.

SEÇÃO II

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DA GESTÃO

Art. 15. O processo de acompanhamento e orientação da gestão compreende as seguintes atividades:

I.examinar a regularidade dos atos administrativos praticados relativos às licitações realizadas e os contratos, convênios, acordos de cooperação ou similares celebrados pela DPGU, analisando os processos em que constem os pareceres jurídicos sobre as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, realizadas pela DPGU e a autenticidade da documentação apresentada;

II.propor a impugnação de atos de gestão vinculados às licitações e aos contratos, convênios, acordos de cooperação e similares considerados irregulares ou ilegais sugerindo à autoridade competente a realização de auditoria;

III.verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões;

IV.levantar, identificar e comunicar ao DPGU irregularidades ou ilegalidades, inclusive quanto ao descumprimento de prazos, detectado nos processos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão;

V.verificar o cumprimento da exigência de entrega das declarações de bens e rendas das autoridades e servidores da DPGU, na forma das instruções baixadas pelo TCU;

VI.controlar o encaminhamento ao TCU das informações relativas aos atos de admissão de pessoal e concessões de vantagens e direitos aos servidores;

VII.elaborar documentos referentes à Prestação de Contas da Presidência da República, Processo de Contas Anual, Relatório de Gestão, Plano de Providências e outros exigidos pelos órgãos de controle externo.

CAPÍTULO IV

DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Art. 16. À Escola Superior da Defensoria Pública da União compete:

I.iniciar novos integrantes da Defensoria Pública da União no desempenho de suas funções institucionais;

II.promover estudos, conferências, seminários, debates e discussões de temas conexos à prestação da assistência jurídica pela Defensoria Pública da União;

III.desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;

IV.promover a formação, especialização, capacitação, aperfeiçoamento e atualização técnico-profissional dos membros e servidores da Defensoria Pública da União.

V.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação corporativa de defensores públicos e de servidores, no âmbito da DPGU/DPU;

VI.formular diretrizes, baixar normas, estabelecer critérios, parâmetros e modelos a serem adotados na execução das atividades de educação corporativa;

VII.buscar o atendimento às necessidades demandadas pela DPGU e Unidades da DPU aconselhando seus dirigentes em matérias relacionadas à capacitação de suas equipes de trabalho;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII.adotar metodologias e patrocinar eventos de educação corporativa que garantam a produção, a aquisição, a transferência, a disseminação, a internalização e a aplicação do conhecimento institucional coletivo;

IX.viabilizar a celebração de convênios, acordos de cooperação técnica e parcerias com escolas, universidades, centros de pesquisa em educação, órgãos públicos e outras instituições ligadas ao ensino, nacionais e internacionais;

X.disponibilizar os meios que assegurem a otimização e o aproveitamento do capital intelectual disponível na DPGU/DPU.

Art. 17. A Escola Superior da Defensoria Pública da União - ESDPU é responsável pela condução dos seguintes processos de trabalho:

I.Mapeamento e Gerenciamento de Competências;

II.Planejamento e Execução da Capacitação.

SEÇÃO I

DO PROCESSO DE MAPEAMENTO E GERENCIAMENTO DE COMPETÊNCIAS

Art. 18. O processo de mapeamento e gerenciamento de competências compreende as seguintes atividades:

I.identificar, em parceria com a Coordenação de Gestão de Pessoas, o conjunto de competências necessários à atuação efetiva do Defensor Público da União;

II.conhecer os principais processos de trabalho (processos críticos) que amparam a atividade administrativa das áreas da DPGU e unidades da DPU;

III.identificar, em parceria com a Coordenação de Gestão de Pessoas, o conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos (competência) necessários ao desempenho exitoso destes processos críticos de trabalho;

IV.elaborar e aplicar, em conjunto com a Coordenação de Gestão de Pessoas, instrumento de mensuração dos níveis de competência instalados nos servidores lotados nas áreas da DPGU e unidades da DPU;

V.identificar os gaps de competência existentes e indicar as necessidades de capacitação relativamente aos níveis desejáveis (atualização, aquisição, aperfeiçoamento) e prazos adequados;

VI.monitorar, em parceria com a Coordenação de Gestão de Pessoas, a aquisição das competências necessárias à atuação na DPGU/DPU ou e a diminuição dos gaps identificados.

SEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E DE EXECUÇÃO DA CAPACITAÇÃO

Art. 19. Os processos de planejamento e de execução da capacitação compreendem as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar a execução das ações relativas à formação, ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento, à ambientação e à atualização dos Defensores Públicos da União e de servidores da DPGU/DPU;

II.definir as metodologias, estratégias, técnicas e instrumentos que garantam a aquisição dos níveis de competência desejáveis para os colaboradores da DPGU/DPU;

III.identificar e planejar os eventos de capacitação necessários, as ênfases de conteúdo programático, o público a quem se destina, estabelecer prioridades de atendimento e cronograma de execução dos cursos e eventos de capacitação;

IV.elaborar os planos anuais de capacitação para defensores e servidores da DPGU/DPU com base nos gaps de competência identificados;

V.elaborar, propor e acompanhar a execução de programas especiais de formação de instrutores, de especialização, mestrado, doutorado e residência para Defensores Públicos Federais;

VI.realizar estudos e propor a aquisição de soluções em ensino-aprendizagem ou a contratação de empresas/consultores especializados que assegurem a otimização da aprendizagem;

VII.pesquisar e propor a assinatura de acordos e convênios de cooperação técnica entre a DPGU/DPU e universidades, escolas, centros de pesquisa e formação e outras instituições de ensino, nacionais e internacionais;

VIII.elaborar proposta orçamentária que contemple a execução dos planos anuais de capacitação para o exercício seguinte;

IX.elaborar projetos básicos e instruir processos para a contratação de instrutores, instituições ou empresas fornecedoras de serviços para os eventos de capacitação constantes do plano anual de capacitação, acompanhando a tramitação junto às áreas competentes da DPGU incluindo a expedição da nota de empenho e o crédito em favor do fornecedor do serviço;

X.monitorar a execução orçamentária, relativa à capacitação de cada exercício e produzir relatório físico-financeiro detalhado da ESDPU, onde constem os investimentos realizados, estatísticas e resultados alcançados;

XI.gerenciar o conteúdo da home page da ESDPU, atualizando e controlando a inserção de notícias relativas à capacitação e outras informações relevantes à construção do conhecimento coletivo na DPGU/DPU.

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Art. 20. À Coordenação-Geral de Articulação Administrativa da Defensoria Pública-Geral da União compete:

I.planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da DPGU, desenvolvidas pelas suas coordenações específicas, observadas as orientações do Defensor Público-Geral Federal e do Subdefensor Público-Geral Federal e as deliberações do Conselho;

II.estabelecer, no âmbito da Defensoria Pública-Geral da União, políticas, diretrizes, normas, critérios, parâmetros e procedimentos a serem adotados na execução das atividades de coordenação administrativa nas áreas de planejamento, orçamento, logística, informação e gestão de pessoas.

§1º A Coordenação-Geral de Articulação Administrativa da Defensoria Pública-Geral da União é a responsável direta pela condução do processo de trabalho de comunicação corporativa.

§2º A Coordenação-Geral de Articulação Administrativa da Defensoria Pública-Geral da União compreende:

a) Divisão de Assessoramento ao Planejamento, Estratégia e Gestão;

b) Coordenação de Orçamento e Finanças;

c)Coordenação de Logística e Patrimônio;

d)Coordenação de Gestão de Pessoas;

e)Coordenação de Gestão da Informação;

f)Coordenação de Assuntos Jurídicos.

SEÇÃO I

DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Art. 21. O processo de comunicação corporativa compreende as seguintes atividades:

I.divulgar os programas, ações e projetos estratégicos que se realizam no âmbito da Defensoria Pública-Geral da União;

II.elaborar diretrizes e orientar a execução das ações de comunicação corporativa no âmbito da DPGU e das unidades da DPU;

III.elaborar, publicar e distribuir periódicos, boletins e informativos internos;

IV.estabelecer os parâmetros e os procedimentos para a execução das atividades referentes à editoração e à programação visual das publicações;

V.fiscalizar e supervisionar contratos específicos com gráficas e empresas de publicidade/propaganda relativamente às etapas de edição, revisão geral das provas de prelo, cumprimento de cronogramas, qualidade e quantidade de material impresso, etc;

VI.proceder à revisão dos conteúdos publicados nos sítios da Internet e Intranet da DPGU e DPU, propondo o estabelecimento de características técnicas a serem adotadas para as publicações nos referidos sítios.

CAPÍTULO VI

DA DIVISÃO DE ASSESSORAMENTO AO PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Art. 22. À Divisão de Assessoramento ao Planejamento, Estratégia e Gestão compete:

I.elaborar o direcionamento institucional da DPGU com a identificação de sua missão, visão de futuro, análise de cenários e o conjunto de valores que nortearão a formulação de estratégias, metas e planos de ação;

II.elaborar o planejamento estratégico da DPGU e proceder ao desdobramento do planejamento em programas, projetos e ações estratégicas;

III.coordenar a implementação dos programas, projetos e ações de natureza estratégica no âmbito da DPGU;

IV.proceder ao alinhamento de todos os colaboradores da DPGU ao direcionamento institucional formulado dando o suporte e a orientação necessários à implementação do plano estratégico;

V.definir o estabelecimento de indicadores de gestão que subsidiem a avaliação e o monitoramento da operacionalização da agenda estratégica institucional;

VI.desenvolver, testar e coordenar a implementação e a disseminação de metodologias de verificação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos;

VII.coordenar a execução integrada das ações estratégicas no âmbito da DPGU propondo, sempre que necessário, ações alternativas para o enfrentamento de situações não esperadas ou o aproveitamento de oportunidades estratégicas;

VIII.realizar os ajustes, alterações ou intervenções em programas, projetos e ações de natureza estratégica, sempre que necessário;

IX.implementar os meios que garantam a disponibilidade e a integridade das informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do planejamento estratégico institucional, tanto no que diz respeito à formulação das estratégias quanto na execução destas;

X.promover estudos, analisar proposições e apresentar propostas de melhoria à gestão dos recursos institucionais da DPGU;

XI.coordenar projetos sobre a otimização de processos de trabalho e a racionalização de métodos, procedimentos e rotinas a serem implantados no âmbito da DPGU;

XII.monitorar contínua e permanentemente o clima interno da DPGU, propondo, coordenando e acompanhando a implementação de projetos e programas voltados para a melhoria do clima organizacional;

XIII.promover a coleta e a divulgação, no âmbito da DPGU, de dados estatísticos e informações decorrentes da execução do planejamento estratégico na instituição;

XIV.elaborar o relatório anual de avaliação das práticas de gestão organizacional.

CAPÍTULO VII

DA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Art. 23. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I.planejar, coordenar e supervisionar os processos de gestão orçamentária e financeira da DPU, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotadas na execução dessas atividades;

II.submeter à análise e decisão do Excelentíssimo Defensor Público-Geral Federal os processos relativos à execução orçamentária;

III.atuar como órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal da Administração Financeira e de Contabilidade Federal;

IV.gerenciar as equipes de trabalho e a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis na sua área de atuação, exercendo um controle da qualidade dos serviços executados;

V.praticar os respectivos atos de gestão administrativa, em conformidade com as diretrizes aprovadas pelo Excelentíssimo Defensor Público-Geral Federal;

VI.integrar as atividades de suas coordenadorias, estabelecendo a racionalização das rotinas desenvolvidas e a troca de informações.

Art. 24. A Coordenação de Orçamento e Finanças é responsável pela condução do processo de acompanhamento contábil e dos seguintes macroprocessos de trabalho:

I.Planejamento Orçamentário;

II.Execução Orçamentária e Financeira.

SEÇÃO I

DO MACROPROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Art. 25. O macroprocesso de planejamento orçamentário compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar as atividades de planejamento orçamentário;

II.propor diretrizes e normatizar os parâmetros e modelos a serem adotados no processo de planejamento orçamentário;

III.analisar e consolidar as diretrizes, objetivos e metas da Defensoria Pública da União que deverão constar do Plano Plurianual (PPA);

IV.subsidiar as proposições orçamentárias da Defensoria Pública da União para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

V.analisar e consolidar as propostas orçamentárias dos órgãos que compõem a Defensoria Pública da União;

VI.fomentar estudos de índices, parâmetros e metas a serem adotados nas análises orçamentárias realizadas no âmbito da Coordenadoria.

Art. 26. O macroprocesso de planejamento orçamentário está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Planejamento;

II.Acompanhamento.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Art. 27. O processo de planejamento compreende as seguintes atividades:

I.operacionalizar as ações relativas ao planejamento orçamentário e financeiro da DPU;

II.elaborar, consolidar e analisar a Proposta de Desembolso Mensal da DPU;

III.encaminhar a solicitação de repasse financeiro ao Ministério da Justiça;

IV.analisar a programação financeira no âmbito da DPU e propor critérios para a sua execução;

V.promover o detalhamento das despesas, a análise das demandas setoriais por créditos adicionais, a descentralização interna e externa de créditos orçamentários;

VI.estimar as receitas e projetar as despesas orçamentárias;

VII.propor normas gerais de programação orçamentária no âmbito da DPU e zelar pela sua fiel observância;

VIII.realizar pesquisas para a elaboração de planos de integração orçamentária e financeira;

IX.atuar, subsidiariamente, na elaboração, implantação e administração de sistemas informatizados de interesse das áreas de orçamento e finanças da DPU;

X.elaborar planos de modernização do Sistema Orçamentário e Financeiro da DPU;

XI.orientar as diferentes áreas da Defensoria Pública da União na condução de suas rotinas e procedimentos;

XII.demandar a Coordenação de Gestão da Informação o desenvolvimento de soluções informatizadas para melhoria dos processos orçamentários da DPU.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 28. O processo de acompanhamento compreende as seguintes atividades:

I.propor, implantar e administrar os instrumentos técnico-operacionais de acompanhamento da programação orçamentária anual da DPU;

II.propor, implantar e administrar os instrumentos técnico-operacionais para a captação de informações referentes à execução orçamentária da DPU;

III.elaborar séries históricas sobre a execução orçamentária da DPU para fins de estudos estatístico-temporais;

IV.supervisionar e orientar, na sua área de competência, a utilização do Sistema Integrado de Dados Orçamentários.

SEÇÃO II

DO MACROPROCESSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 29. O macroprocesso de execução orçamentária e financeira compreende as seguintes atividades:

I.acompanhar, registrar e controlar os recursos orçamentários e financeiros da Defensoria;

II.prestar as informações necessárias à elaboração da programação orçamentária e financeira;

III.formalizar a solicitação de suprimentos de fundos;

IV.proceder à conferência dos expedientes de empenho e pagamento;

V.apropriar e controlar os lançamentos de despesa, inclusive Restos a Pagar e Exercícios Anteriores, na conta contrato;

VI.emitir notas de empenho, reforços e anulações, ordens bancárias e guias de recolhimento autorizados pelo ordenador de despesas;

VII.realizar a conciliação mensal das contas existentes;

VIII.tratar de assuntos de interesse da Defensoria junto à rede bancária e manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesas;

IX.formalizar e conceder suprimentos de fundos e proceder ao registro contábil das prestações de contas;

X.registrar a conformidade diária dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 30. O macroprocesso de execução orçamentária está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Análise e Conformidade;

II.Execução de Pagamentos.

SEÇÃO I

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL

Art. 31. O processo de assessoramento contábil compreende as seguintes atividades:

I.prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da Defensoria Pública da União;

II.orientar as unidades da DPU nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;

III.acompanhar as atividades contábeis das unidades jurisdicionadas no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

IV.analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis

V.verificar a conformidade de gestão efetuada pela unidade gestora;

VI.com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

VII.realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;

VIII.realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

IX.efetuar nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;

X.garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE ANÁLISE E CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTÃO

Art. 32. O processo de análise e conformidade dos registros de gestão compreende as seguintes atividades:

I.propor, implantar e administrar os instrumentos técnico-operacionais para a captação de informações referentes à execução orçamentária da DPU;

II.elaborar séries históricas sobre a execução orçamentária da DPU para fins de estudos estatístico-temporais;

III.proceder à conferência dos documentos de empenho e pagamento;

IV.elaborar e divulgar, no âmbito da DPU, pareceres e boletins de informação sobre a execução orçamentária das Unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal;

V.supervisionar e orientar, na sua área de competência, a utilização do Sistema Integrado de Dados Orçamentários;

VI.verificar se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora Executora foram realizados em observância às normas vigentes;

VII.verificar a existência de documentação que suporte as operações registradas.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Art. 33. O processo de execução de pagamentos compreende as seguintes atividades:

I.acompanhar, registrar e controlar os recursos orçamentários e financeiros da Defensoria;

II.prestar as informações necessárias à elaboração da programação orçamentária e financeira;

III.apropriar e controlar os lançamentos de despesa, inclusive Restos a Pagar e Exercícios Anteriores;

IV.emitir notas de empenho, reforços e anulações, ordens bancárias e guias de recolhimento autorizados pelo ordenador de despesas;

V.conceder suprimentos de fundos e proceder ao registro contábil das prestações de contas;

VI.formalizar, acompanhar e controlar os processos de pagamento de diárias;

VII.registrar a conformidade de suporte documental, certificando a existência de documentos hábeis que comprovem as operações e retratem as transações efetuadas;

VIII.proceder à análise da prestação de contas de suprimentos de fundos, convênios, acordos e ajustes, para aprovação pelo Ordenador de Despesas;

IX.analisar os processos de aquisição de material, contratação de obras e serviços e relativos a outros pagamentos;

X.realizar o processo de repasse de créditos para as Unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal, se for o caso;

XI.realizar a conciliação mensal das contas existentes;

XII.tratar de assuntos de interesse da Defensoria junto à rede bancária e manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesas;

XIII.registrar a conformidade diária dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO VIII

DA COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Art. 34. À Coordenação de Logística e Patrimônio compete:

I.planejar, coordenar e orientar a gestão dos processos de logística e patrimônio, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotadas na execução dessas atividades;

II.avaliar o resultado dos processos relativos à logística e patrimônio;

III.submeter à análise e decisão do Defensor Público-Geral Federal os processos relativos à aquisição de bens e serviços, quando for o caso;

IV.fiscalizar o fiel cumprimento da regulamentação correspondente das atividades conduzidas no âmbito da Comissão de Licitação;

V.coordenar as atividades de recursos humanos e o uso dos recursos técnicos e materiais disponíveis na sua área de atuação, exercendo um controle da qualidade dos serviços executados;

VI.gerir os contratos de sua área de competência;

VII.gerir os dados e informações de sua área de competência;

VIII.integrar os processos de trabalho sob sua responsabilidade e estabelecer a racionalização das rotinas desenvolvidas.

Art. 35. A Coordenação de Logística e Patrimônio compreende a Divisão de Gerenciamento do Processo Licitatório.

Art. 36. A Coordenação de Logística e Patrimônio também é responsável pela condução dos seguintes macroprocessos de trabalho:

I.Gestão de Patrimônio e Contratos;

II.Suporte Operacional.

SEÇÃO I

DA DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Art. 37. À Divisão de Gerenciamento do Processo Licitatório compete:

I.coordenar os processos licitatórios, através da realização dos Pregões Eletrônicos, Registro de Preços e Cotações Eletrônicas;

II.elaborar editais para os processos licitatórios;

III.realizar o certame licitatório;

IV.analisar propostas, documentação (habilitação, certidões, atestados e outros documentos) e planilhas de custos e de formação de preços;

V.efetivar os procedimentos de julgamento, aceitação e recursos administrativos;

VI.administrar o agendamento do calendário das licitações;

VII.publicar a comunicação das licitações, os resultados e as Atas de Registros de Preços;

VIII.publicar nos sítios da DPU na Internet e Intranet as informações referentes às licitações;

IX.receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

SEÇÃO II

DO MACROPROCESSO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E CONTRATOS

Art. 38. O macroprocesso de gestão de patrimônio e contratos compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão de recursos logísticos da DPGU e, no âmbito da DPU;

II.propor diretrizes e normatizar os parâmetros e modelos a serem adotados na execução dessas atividades;

III.gerenciar os processos relativos ao patrimônio, material e serviços da DPGU, incluindo sua aquisição;

IV.monitorar a qualidade, a efetividade e a agilidade dos serviços prestados;

V.assegurar o atendimento às necessidades demandadas pelas áreas da DPGU relativas à logística, patrimônio e gestão de contratos;

VI.coordenar e supervisionar as atividades relativas à formalização dos termos dos contratos, convênios, acordos de cooperação e demais ajustes bem como seus aditamentos e alterações, para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de atividades de interesse da DPU.

Art. 39. O macroprocesso de gestão de patrimônio e contratos está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Gerenciamento do material e do patrimônio;

II.Gerenciamento de compras;

III.Gerenciamento de contratos.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Art. 40. O processo de gerenciamento de material e patrimônio compreende as seguintes atividades:

I.classificar os bens patrimoniais móveis e imóveis adquiridos pela instituição;

II.controlar o registro e localização de todos os bens patrimoniais, móveis e imóveis da DPGU;

III.controlar a transferência dos bens patrimoniais;

IV.efetuar a transferência dos bens móveis, conforme normas próprias;

V.efetuar a análise qualitativa e o recolhimento dos bens patrimoniais;

VI.classificar e dar destino aos bens patrimoniais;

VII.manter controle sobre os bens baixados sob sua guarda;

VIII.controlar e manter atualizado o sistema de patrimônio;

IX.receber, registrar e identificar os materiais de consumo;

X.receber, registrar e enviar pedidos feitos pelas Unidades da DPU;

XI.controlar o sistema automatizado de gerenciamento de materiais e patrimônio;

XII.orientar a padronização dos bens móveis;

XIII.controlar a relação dos responsáveis por bens patrimoniais;

XIV.realizar levantamentos dos bens patrimoniais existentes na DPU, periodicamente ou quando houver substituição do responsável por esses bens, confrontando-os com os respectivos termos de responsabilidade;

XV.propor a alienação de bens considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis;

XVI.realizar a colocação de plaquetas e a conferência física do material permanente incorporado ao patrimônio;

XVII.elaborar o relatório mensal do almoxarifado e o relatório mensal dos bens patrimoniais;

XVIII.exercer controle físico do estoque, estabelecendo seu nível mínimo e máximo para fins de reposição, tendo em vista o consumo, os prazos de entrega, as condições e o custo de armazenamento;

XIX.propor a aplicação de penalidades a fornecedores inadimplentes.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE COMPRAS

Art. 41. O processo de gerenciamento de compras compreende as seguintes atividades:

I.receber as demandas de compras das áreas da DPGU e das Unidades de todo o país;

II.realizar pesquisas de preço no mercado e solicitar propostas para aquisição de produtos ou serviços;

III.instruir os procedimentos de compras;

IV.implantar e manter cadastro de fornecedores atualizado;

V.realizar todos os procedimentos de aquisição para as compras efetuadas pelas modalidades de inexigibilidade e dispensa de licitação;

VI.elaborar roteiro para subsidiar as áreas na elaboração de projetos básicos/termos de referência;

VII.encaminhar os procedimentos finalizados à Coordenação de Orçamento e Finanças, para pagamento;

VIII.manter relatórios atualizados com dados referentes às aquisições realizadas: fornecedor, preço, quantidade e demais informações necessárias para futuras comparações;

IX.manter relatórios atualizados com dados referentes aos procedimentos encaminhados a outros setores ou coordenações para acompanhamento e fornecimento de informações as divisões e/ou setores;

X.executar e acompanhar as atividades de aquisição de material e contratação de obras e serviços;

XI.proceder o encaminhamento das notas de empenho aos fornecedores de materiais e serviços e controlar o registro do recebimento ou da prestação;

XII.expedir atestados de capacidade técnica, ouvidas as áreas competentes e mediante autorização da chefia imediata.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE CONTRATOS

Art. 42. O processo de gerenciamento de contratos compreende as seguintes atividades:

I.planejar, dirigir, controlar e avaliar as atividades da área de Contratos;

II.realizar estudos e formular critérios, modalidades e procedimentos para a celebração de contratos, credenciamentos e acordos com prestadores públicos e privados;

III.elaborar e formalizar os termos dos contratos, convênios e demais ajustes e outros instrumentos equivalentes, substitutivos ou complementares, bem como seus aditamentos e alterações, para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de atividades de interesse da DPU;

IV.promover a publicação dos extratos ou resumos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como seus aditamentos e alterações no órgão oficial, obedecidos os prazos legais;

V.elaborar as minutas e súmulas dos contratos, termos aditivos, atas de registro de preços, cessões, doações e autorizações de uso para publicação;

VI.elaborar, publicar e enviar portaria para fiscal (titular e substituto) juntamente com cópia do referido contrato e ou prorrogação / término / rescisão;

VII.manter contato com os fornecedores nos casos de alterações contratuais (prorrogação/término/rescisão de contratos);

VIII.controlar e acompanhar o andamento da execução dos contratos, convênios e demais ajustes, inclusive para efeito de prorrogação, quando for o caso;

IX.administrar apropriação e desapropriação da caução, carta de fiança, seguro garantia no sistema SIAFI;

X.consultar no SICAF a situação das empresas no momento do preenchimento da minuta de Contrato e/ou Termo Aditivo;

XI.publicar e gerenciar os contratos;

XII.comunicar, imediatamente, ao titular da Coordenação a ocorrência ou suspeita de quaisquer irregularidades na execução dos contratos, convênios e demais ajustes;

XIII.propor normas para acompanhamento, gestão e fiscalização dos contratos, convênios e demais ajustes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SEÇÃO III

DO MACROPROCESSO DE SUPORTE OPERACIONAL

Art. 43. O macroprocesso de suporte operacional compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de suporte operacional da DPGU e, no âmbito da DPU;

II.estabelecer diretrizes e normatizar os parâmetros e modelos a serem adotados na execução dessas atividades;

III.gerenciar os processos relativos à viabilização de suporte, incluindo o acompanhamento dos contratos de prestadores de serviços

IV.monitorar a qualidade, a efetividade e a agilidade dos serviços prestados;

V.buscar o atendimento às necessidades demandadas pelas áreas da DPGU relativas ao suporte operacional.

Art. 44. O macroprocesso de suporte operacional está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Gerenciamento dos serviços gerais;

II.Gerenciamento de obras de engenharia, arquitetura e manutenção;

III.Fiscalização.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 45. O processo de gerenciamento dos serviços gerais compreende o controle e a execução das atividades relacionadas com limpeza e conservação; copeiragem; telefonia móvel e fixa; reprografia; segurança e vigilância; recepção e controle de portaria; transporte de pessoal e transporte de equipamentos, tais como:

I.supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza e conservação;

II.supervisionar e controlar a execução dos serviços de copeiragem;

III.supervisionar e controlar a execução dos serviços de recepção;

IV.controlar, diretamente ou por intermédio de empresas contratadas, o acesso e a circulação de pessoas nas dependências da DPGU;

V.fiscalizar o uso e as condições dos materiais e equipamentos das áreas comuns da DPU;

VI.supervisionar e controlar a execução das atividades de segurança do patrimônio da DPGU e de vigilância externa;

VII.velar pelo perfeito funcionamento dos dispositivos e equipamentos de segurança instalados nas dependências da DPGU;

VIII.promover ações de prevenção e combate a incêndio e outros sinistros;

IX.recolher objetos perdidos e achados nas dependências da DPGU;

X.apoiar a área de Cerimonial, nas atividades de segurança, nos eventos da DPGU que envolvam a presença de autoridades;

XI.propor normas e procedimentos de segurança;

XII.supervisionar, controlar e executar o transporte dos defensores, dos servidores e do material da DPGU;

XIII.providenciar os serviços de manutenção e conservação dos veículos pertencentes à DPGU;

XIV.identificar a necessidade de aquisição de veículos para a DPGU e manter a documentação e o controle dos mesmos;

XV.controlar o consumo e solicitar a aquisição de combustível, lubrificantes, peças e acessórios para os veículos da DPGU;

XVI.supervisionar e controlar diretamente ou por intermédio de empresas contratadas a execução dos serviços de telefonia móvel e fixa;

XVII.supervisionar e controlar diretamente ou por intermédio de empresas contratadas a execução dos serviços de reprografia.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE OBRAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA E DA MANUTENÇÃO

Art. 46. O processo de gerenciamento de obras de engenharia e arquitetura e da manutenção compreende as seguintes atividades:

I.desenvolver projetos de leiaute e supervisionar projetos arquitetônicos e de engenharia;

II.coordenar a execução de atividades de manutenção predial;

III.fiscalizar contratos pertinentes a sua área;

IV.elaborar projetos básicos/termos de referência no que se refere à aquisição de bens ou serviços relacionados à sua área.

V.planejar e executar as atividades necessárias à proteção das instalações elétrica, hidráulica e de comunicação;

VI.fiscalizar e assegurar o funcionamento e a manutenção de elevadores, motores, sistemas de ar condicionado e refrigeração;

VII.elaborar, diretamente ou por intermédio de terceiros, projetos e especificações para construção e reforma de edifícios e instalações da DPU;

VIII.fiscalizar e realizar as perícias técnicas, inclusive avaliações preliminares de imóveis, para fins de aquisição, desapropriação, permuta, cessão, locação ou alienação;

IX.acompanhar e fiscalizar a execução, diretamente ou por intermédio de terceiros, de obras ou serviços de engenharia do interesse da DPU;

X.proceder a vistorias e emitir pareceres técnicos necessários ao recebimento de obras e serviços de engenharia;

XI.emitir pareceres técnicos em projetos de terceiros;

XII.elaborar propostas destinadas ao melhor aproveitamento funcional e estético do espaço físico da DPU;

XIII.especificar, para compra e execução de obras e serviços de engenharia, os materiais a serem adquiridos por processo licitatório;

XIV.prestar assistência técnica nas questões referentes a obras e serviços de engenharia;

XV.acompanhar e fiscalizar a execução de obras e/ou serviços de engenharia, com o objetivo de assegurar a coordenação do projeto, o cumprimento dos prazos e do padrão de qualidade e de segurança;

XVI.realizar vistorias em imóveis da DPU;

XVII.promover estudos de viabilidade técnico-econômica de projetos e programas de arquitetura e engenharia.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 47. O processo de fiscalização compreende as seguintes atividades:

I.supervisionar e controlar a fiscalização dos contratos relacionados aos serviços de: limpeza e conservação, copeiragem; telefonia móvel e fixa, reprografia, segurança e vigilância, recepção e controle de portaria, transporte de pessoal, transporte de equipamentos, manutenção dos edifícios e instalações no âmbito da DPU;

II.emitir nota técnica ou informação para subsidiar a elaboração de atestados de capacidade técnica, no que se refere aos serviços fiscalizados;

III.elaborar Termo de Referência e/ ou Projeto Básico, referente aos serviços especificados;

IV.controlar o cadastro de fiscais de contratos.

CAPÍTULO IX

DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 48. À Coordenação de Gestão de Pessoas compete:

I.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos humanos da Defensoria Pública-Geral da União e estabelecer políticas, diretrizes, normas, critérios, parâmetros e procedimentos a serem adotados na execução dessas atividades em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC;

II.gerenciar os processos de trabalho de: recrutamento, seleção, lotação, movimentação de pessoas, monitoramento do desempenho, desenvolvimento, acompanhamento de estagiários, pagamento de pessoal, cadastro e registros funcionais;

III.atender e acompanhar o cumprimento das decisões judiciais, decisões administrativas e diligências encaminhadas pelo TCU e pela CGU, bem como as orientações emanadas pela Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão da DPGU e da Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV.providenciar o atendimento às necessidades demandadas no âmbito da DPGU/DPU e promover o aconselhamento de seus dirigentes em matérias afetas à pessoal;

V.zelar pelos valores organizacionais e estabelecer estratégias de internalização e disseminação destes valores entre os colaboradores da Instituição;

VI.otimizar o aproveitamento do capital humano disponível na DPGU e promover ações que objetivem a adoção de uma linguagem gerencial única e o alinhamento de condutas entre os colaboradores da DPGU.

Art. 49. A Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável pela condução do processo de Assistência aos Defensores Públicos Federais e dos seguintes macroprocessos de trabalho:

I.Provimento e Acompanhamento da Carreira;

II.Administração de Pessoal.

SEÇÃO I

DO PROCESSO DE ASSISTÊNCIA AOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS

Art. 50. O processo de Assistência aos Defensores Públicos Federais compreende as seguintes atividades:

I.atender aos Defensores Públicos Federais, em matéria relativa às competências da Coordenação de Gestão de Pessoas;

II.proceder à triagem das demandas/solicitações dos Defensores Públicos Federais recebidas distribuindo-as aos setores responsáveis segundo a natureza do assunto a ser tratado;

III.monitorar o envio de informações em resposta às solicitações dos Defensores Públicos Federais, nos prazos fixados, consolidando-as em expedientes administrativos, com vistas ao Defensor demandante;

IV.supervisionar e controlar a elaboração dos atos referentes às lotações e remoções de Defensores Públicos Federais, inclusive a divulgação na Intranet da DPGU/DPU e a publicação no Diário Oficial da União;

V.supervisionar e controlar a elaboração do relatório mensal de pagamento dos Defensores Públicos Federais e de substituições;

VI.realizar levantamentos e confeccionar relatórios contendo dados estatísticos sobre os assuntos/temas/solicitações mais demandados pelos Defensores Públicos Federais com vistas a subsidiar a tomada de decisão gerencial do titular da Coordenação de Gestão de Pessoas;

VII.realizar pesquisas de satisfação junto ao público de Defensores Públicos Federais que busca a Coordenação de Gestão de Pessoas de forma a aperfeiçoar os serviços prestados pela área.

SEÇÃO II

DO MACROPROCESSO DE PROVIMENTO E CARREIRA

Art. 51. O macroprocesso de Provimento e Acompanhamento da Carreira compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar as ações relativas ao recrutamento, seleção, lotação, movimentação e ao acompanhamento funcional dos colaboradores da DPGU/DPU;

II.dimensionar e gerenciar as atividades voltadas à otimização da força de trabalho no âmbito da DPGU/DPU;

III.definir, monitorar e propor ajustes à tabela de lotação ideal para cada área da DPGU;

IV.planejar, definir e acompanhar a execução das estratégias para captação de servidores, propondo a realização de concurso público ou requisição, conforme o caso.

Art. 52. O macroprocesso de Provimento e Acompanhamento da Carreira está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Recrutamento, Seleção, Lotação e Movimentação de Pessoas;

II.Avaliação e Gerenciamento do Desempenho;

III.Acompanhamento de Estagiários.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, LOTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS

Art. 53. O processo de recrutamento, seleção, lotação e movimentação de pessoas compreende as seguintes atividades:

I.levantar as necessidades de força de trabalho no âmbito da DPGU/DPU;

II.identificar os perfis de competência necessários à força de trabalho para atuar nas áreas da DPGU em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública da União (ESDPU);

III.realizar recrutamento, via concurso público ou via outros órgãos da administração pública, seja requisitando servidores seja fazendo o aproveitamento de servidores anistiados ou candidatos integrantes de cadastro de reserva de concurso de outros órgãos da Administração Pública Federal Direta;

IV.fazer a seleção dos servidores aprovados em concurso, anistiados ou candidatos à requisição com base no perfil de competências desejado para as áreas da DPGU;

V.colocar (lotar) pessoas, fazendo a provisão das áreas da DPGU e controlar a distribuição e a vacância de cargos;

VI.proceder ao acolhimento de servidores recém ingressos na DPGU, acompanhar o período de adaptação e propor a movimentação destes em casos de desajuste funcional;

VII.executar e controlar os procedimentos relativos à expedição de ofícios de requisição/cessão de pessoal, monitorando prazos e encaminhando a documentação tramitada para a equipe responsável pelo cadastro e registros funcionais.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DO DESEMPENHO

Art. 54. O processo de avaliação e gerenciamento do desempenho compreende as seguintes atividades:

I.elaborar instrumentos, definir critérios, parâmetros e instruções para a execução das ações relativas ao processo de avaliação do desempenho de servidores da DPGU/DPU, seja para cumprimento de estágio probatório seja para fins de promoção ou progressão funcional;

II.organizar e controlar o encaminhamento e o recebimento (eletrônico) dos instrumentos de avaliação dos servidores efetivos e requisitados/cedidos;

III.acompanhar séries históricas do desempenho individual dos servidores identificando baixas ou incremento na performance funcional;

IV.investigar possíveis causas do baixo rendimento, propondo medidas de incremento dos níveis de desempenho identificados;

V.monitorar os servidores em cumprimento de estágio probatório realizando entrevistas continuadas com suas chefias imediatas de forma a antecipar possíveis dificuldades de ajustamento;

VI.instruir processos administrativos relativos à concessão de melhorias funcionais;

VII.elaborar os documentos oficiais, as publicações e os manuais de instrução para avaliadores e avaliados na utilização dos instrumentos de avaliação;

VIII.compor, quando designado, a Comissão de Avaliação de Desempenho e orientar as Unidades da DPU quanto à composição das Comissões Regionais e os procedimentos relativos ao processo de avaliação.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE ESTAGIÁRIOS

Art. 55. O processo de acompanhamento de estagiários compreende as seguintes atividades:

I.levantar as necessidades de recrutamento de estudantes/estagiários no âmbito da DPGU/DPU;

II.gerenciar e fiscalizar o contrato com o agente de integração parceiro, especializado na colocação de estudantes, atestando os serviços realizados para o encaminhamento à área de orçamento responsável pelo pagamento das despesas decorrentes do contrato;

III.identificar as especialidades/formação necessárias para atuar nas áreas da DPGU/DPU e realizar o recrutamento, via concurso ou seleção, em parceria com o agente de integração empresa-escola;

IV.encaminhar e acompanhar os estudantes recrutados para entrevista de seleção com os titulares das áreas solicitantes fazendo o provimento dos postos de estágio, conforme o caso;

V.elaborar manual de conduta de orientação ao estagiário da DPGU/DPU;

VI.proceder à contratação dos estagiários selecionados, em parceria com o agente de integração empresa-escola, efetuando os devidos assentamentos e registros no SIAPE relativos ao provimento, controle da freqüência, carga horária, períodos de estágio, desligamentos e outros julgados necessários, procedendo aos encaminhamentos das informações pertinentes à equipe de Pagamento para os procedimentos de remuneração dos estudantes;

VII.acompanhar o período de adaptação dos estagiários recém-ingressos oferecendo suporte aos supervisores na promoção dos ajustes necessários em caso de conduta inadequada do estudante;

VIII.elaborar os ofícios necessários e os documentos pertinentes para articulação entre a DPGU e o agente de integração parceiro, bem como as certidões e declarações solicitadas em conformidade com a legislação vigente sobre a matéria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEÇÃO III

DO MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Art. 56. O macroprocesso de Administração de Pessoal compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar a execução das atividades de cadastro;

II.controlar e atualizar os registros funcionais;

III.realizar pesquisa e aplicação da legislação de pessoal na concessão de direitos e vantagens e na observância do cumprimento de deveres e obrigações pelos servidores da DPGU/DPU;

IV.coordenar os procedimentos de confecção da folha de pagamento.

Art. 57. O macroprocesso Administração de Pessoal está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.Gerenciamento do Cadastro e Registros Funcionais;

II.Pesquisa em Legislação e de Concessão de Direitos;

III.Gerenciamento da Folha de Pagamento.

SUBSEÇÃO I

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO CADASTRO E REGISTROS FUNCIONAIS

Art. 58. O processo de gerenciamento do cadastro e registros funcionais compreende as seguintes atividades:

I.efetuar e manter atualizados os registros funcionais dos servidores ocupantes de cargo efetivo, requisitados/cedidos, relativamente às suas lotações e designações/nomeações para a ocupação de Funções Comissionadas Técnicas (FCT), Gratificações Temporárias das Unidades Gestoras (GSISTE) ou Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS);

II.registrar nos assentamentos funcionais individuais dos servidores e no sistema SIAPE as informações oficiais sobre dependentes, dados bancários, endereço, telefone, estado civil, escolaridade, percepção de auxílios (transporte, alimentação), pensão alimentícia e outras julgadas necessárias, mantendo-as atualizadas;

III.manter atualizado o cadastro de servidores relativamwente às informações sobre PIS/PASEP para a confecção da RAIS anual;

IV.confeccionar e expedir carteiras de identificação funcional dos servidores, declarações e certidões funcionais;

V.monitorar os procedimentos relativos à expedição de ofícios de requisição/cessão de pessoal bem como os prazos e os registros necessários ao reembolso, conforme o caso;

VI.registrar e controlar a frequência, as férias e os afastamentos previstos em Lei e prestar as informações necessárias à instrução de processos administrativos disciplinares;

VII.prestar assistência aos servidores e às Unidades da DPU quanto ao acesso ao sistema SIAPE e SIAPEnet, no que tange à marcação e homologação de férias, acesso aos dados pessoais, funcionais e financeiros, habilitação de senhas de acesso entre outras orientações;

VIII.proceder ao recadastramento anual de pensionistas e servidores inativos/aposentados.

SUBSEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE PESQUISA EM LEGISLAÇÃO E DE CONCESSÃO DE DIREITOS

Art. 59. Os processos de pesquisa em legislação e de concessão de direitos compreendem as seguintes atividades:

I.interpretar a aplicação das normas jurídicas relativas à pessoal, elaborando notas técnicas e prestando assistência na confecção de expedientes elaborados pelas demais equipes da Coordenação de Gestão de Pessoas;

II.pesquisar, selecionar, catalogar e atualizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e os atos administrativos, referentes aos servidores ativos, inativos e pensionistas;

III.elaborar propostas de atos normativos, instruções, regulamentos que disciplinem e uniformizem a aplicação da legislação de pessoal;

IV.subsidiar a Coordenação de Normas e Controle de Gestão e a Advocacia Geral da União (AGU), conforme o caso e sempre que solicitado, prestando as informações necessárias em matérias relacionadas a pessoal;

V.instruir, originariamente, processos administrativos sobre matéria nova ou controvertida, propondo a solução aplicável ao caso concreto e elaborando, se necessário, a respectiva minuta de ato regulamentar para apreciação e publicação;

VI.promover a análise e a instrução de processos administrativos de pessoal que gerem efeitos financeiros e instruir processos relativos à concessão de direitos e vantagens preparando as respectivas minutas dos atos concessivos para apreciação e publicação, conforme o caso;

VII.atualizar e propor minuta da lista de antiguidade dos Defensores Públicos Federais para deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e posterior publicação na imprensa oficial;

VIII.lavrar termos de posse, nomeação, entrada em exercício, exoneração, aposentadorias, preparar portarias referentes a sindicâncias, processos administrativos disciplinares, remoções, e outros assuntos de competência da área, encaminhado-as às mídias competentes para a devida publicidade dos atos oficiais relativos a pessoal;

IX.providenciar a publicação de atos relativos à pessoal em conformidade com a legislação que rege a matéria e aqueles baixados pela DPGU/DPU promovendo a divulgação interna do material publicado.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE FOLHA PAGAMENTO

Art. 60. O processo de gerenciamento de folha de pagamento compreende as seguintes atividades:

I.planejar, executar e controlar as ações relativas à confecção do processo de folha de pagamento mensal via sistema integrado de administração de pessoal (SIAPE) de acordo com os procedimentos estabelecidos na legislação e nos normativos vigentes;

II.executar e controlar os procedimentos para o recolhimento de encargos sociais;

III.executar e controlar os procedimentos relativos aos descontos de faltas injustificadas, pagamento de pensão alimentícia e outros descontos previstos em lei ou em decisões judiciais;

IV.executar e controlar os procedimentos relativos à inclusão de benefícios e direitos tais como auxílios e gratificações devidas;

V.elaborar cálculos de atualização monetária em processos de servidores que se encontrem em débito com o órgão;

VI.obter informações e transmitir ao SIAPE os comprovantes de rendimento para IRPF para a confecção da DIRF;

VII.efetuar e conferir os recolhimentos das consignações;

VIII.exercer o controle das operações de crédito, bem como dos direitos e haveres da União;

IX.acompanhar o desembolso mensal com pessoal e apresentar documentos ou esclarecimentos junto à Receita Federal sobre a declaração de contribuição e tributos fiscais;

X.preparar a apropriação da folha de pagamento de acordo com o demonstrativo de despesas com pessoal - DDP, extraído do sistema SIAPE e efetuar a execução financeira no Sistema Integrado de Administração Finaceira (SIAFI);

XI.realizar a projeção orçamentária relativamente às despesas com pessoal para o exercício seguinte;

XII.manter o registro de ocorrências na folha de pagamentos propondo a adoção de providências quando da constatação de irregularidades e à apuração destas, conforme o caso;

XIII.encaminhar, mensalmente, os contracheques aos servidores e, anualmente, as respectivas declarações de rendimento para servidores ativos, inativos e pensionistas.

CAPÍTULO X

DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Art. 61. À Coordenação de Gestão da Informação compete:

I.planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão de documentos e de gestão da tecnologia da informação e, no âmbito da DPU, propor diretrizes e normas, estabelecer critérios, parâmetros e modelos a serem adotados na execução dessas atividades;

II.dirigir e acompanhar os processos de trabalho conduzidos por suas Coordenadorias e monitorar a qualidade, a efetividade e a agilidade dos serviços prestados pelas unidades da Coordenação;

III.atender às necessidades demandadas pelas áreas da DPGU e promover o aconselhamento de seus dirigentes em matérias afetas a gestão de documentos e a gestão da tecnologia da informação;

IV.prover o desenvolvimento de processos gerenciais, no âmbito da DPU, com a finalidade de disponibilizar informações atualizadas, íntegras e com confidencialidade aos usuários;

V.prover o desenvolvimento de processos gerenciais que tenham por objetivo a identificação, a construção, a proteção e o compartilhamento do conhecimento institucional da DPU;

VI.supervisionar e coordenar a produção, aquisição, uso, tramitação, disseminação, recuperação, armazenamento, classificação, avaliação, segurança e comunicação da informação na DPGU e nas unidades da DPU;

VII.coordenar a gestão de documentos e a gestão da tecnologia da informação no cumprimento da missão institucional da DPU e a integração da organização com seus cidadãos-usuários, sociedade, fornecedores e parceiros.

Art. 62. A Coordenação de Gestão da Informação também é responsável pela condução dos seguintes macroprocessos de trabalho:

I.Gestão de documentos;

II.Gestão da tecnologia da informação.

SEÇÃO I

DO MACROPROCESSO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 63. O macroprocesso de gestão de documentos compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar as ações relativas ao gerenciamento de documentos e informações correntes e intermediárias; à disseminação da informação; à difusão cultural e ao gerenciamento do conhecimento na DPU;

II.planejar, coordenar e orientar as atividades relacionadas à seleção, análise, indexação, classificação, avaliação e catalogação das informações e documentos produzidos e recebidos pela DPGU, e no âmbito da DPU, manter as informações atualizadas em base de dados;

III.dimensionar e gerenciar a rede de bibliotecas, o sistema de arquivos e o serviço de disseminação seletiva da informação, no âmbito da DPU;

IV.definir, monitorar e propor ajustes nos instrumentos de gestão arquivística, bibliográfica e cultural da DPU;

V.planejar, definir e acompanhar a execução das estratégias para a gestão do conhecimento, propondo a realização e o desenvolvimento de suas práticas, no âmbito da DPU;

VI.propor normativas e participar do comitê gestor da web;

VII.propor o desenvolvimento de políticas de gestão de documentos no âmbito da DPGU.

Art. 64. O macroprocesso de gestão de documentos está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.gerenciamento do protocolo e da expedição;

II.gerenciamento do arquivo;

III.gerenciamento de documentos e conteúdos digitais;

IV.disseminação da informação e difusão cultural.

SUBSEÇÃO I

DOS PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DO PROTOCOLO E DA EXPEDIÇÃO

Art. 65. Os processos de gerenciamento do protocolo e da expedição compreendem as seguintes atividades:

I.gerenciar a produção, o recebimento e a expedição de documentos e informações institucionais no âmbito da DGPU;

II.gerenciar os serviços de protocolo e expedição; e controlar a movimentação de documentos e processos administrativos no âmbito da DGPU;

III.gerenciar o registro, a indexação, a classificação e o tratamento de documentos e informações institucionais em fase corrente, no âmbito da DPGU;

IV.fazer a triagem, identificação, registro, protocolização, indexação, classificação e distribuição de documentos e informações de caráter institucional recebidos pela DPGU;

V.orientar os usuários no uso dos produtos e serviços disponíveis na área de gestão de documentos correntes;

VI.administrar os sistemas de registro e tramitação de documentos.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO ARQUIVO

Art. 66. O processo de trabalho de gerenciamento do arquivo compreende as seguintes atividades:

I.gerenciar o arquivamento, desarquivamento, empréstimo, consulta e transferência de documentos e informações institucionais no âmbito da DGPU;

II.gerenciar o recolhimento, a alienação e o descarte de documentos e informações institucionais no âmbito da DPU;

III.gerenciar os instrumentos de gestão arquivística no âmbito da DPGU;

IV.planejar e executar as atividades de organização, identificação, registro, endereçamento, armazenamento, higienização, classificação, avaliação, descrição, conservação e restauração de documentos e processos administrativos no âmbito da DGPU;

V.realizar levantamentos e pesquisas nos acervos arquivísticos da DPU, com vistas ao resgate da memória institucional e em atendimentos às solicitações internas e externas;

VI.orientar a organização, classificação, avaliação, descrição e migração de suporte de documentos e informações institucionais, no âmbito da DPU;

VII.administrar os sistemas de gestão do arquivo;

VIII.orientar e prestar suporte técnico às áreas da DPGU na organização e manutenção dos arquivos setoriais, em conformidade com a política arquivística da DPU;

IX.orientar os usuários no uso dos produtos e serviços disponíveis na área de gestão de documentos intermediários.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS E CONTEÚDOS DIGITAIS

Art. 67. O processo de trabalho de gerenciamento de documentos e conteúdos digitais compreende as seguintes atividades:

I.planejar, supervisionar e orientar o gerenciamento de documentos e conteúdos digitais no âmbito da DPU;

II.orientar a modelagem e customização de sistemas de informação no âmbito da DPU;

III.especificar as atividades e operações de gestão arquivística para sistemas informatizados;

IV.definir os procedimentos para captura, automação de fluxos de trabalho, processamento eletrônico de formulários, gestão de documentos, migração de suportes e obsolescência de mídias, para sistemas de informação no âmbito da DPU;

V.definir e gerenciar os sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGADs) no âmbito da DPU;

VI.definir padrões, modelos e esquemas para a implementação de metadados associados aos documentos digitais e sistemas de informação no âmbito da DPU;

VII.definir e gerenciar os processos para integração de documentos digitais e convencionais;

VIII.orientar o gerenciamento e a preservação de documentos digitais;

IX.especificar e realizar pesquisa, localização e apresentação de documentos digitais;

X.definir os procedimentos para padronização e gestão automatizada de atos oficiais administrativos no âmbito da DPU;

XI.definir os procedimentos para o gerenciamento da produção de documentos institucionais no âmbito da DPU;

XII.realizar a gestão de formulários, correspondências e mensagens eletrônicas na DPGU;

XIII.definir e especificar os requisitos para sistemas de informação nos sítios da Internet e Intranet da DPU;

XIV.elaborar modelos de formulários utilizados pela DPU.

SUBSEÇÃO IV

DOS PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DE DIFUSÃO CULTURAL

Art. 68. Os processos de disseminação da informação e de difusão cultural compreendem as seguintes atividades:

I.planejar, supervisionar e orientar os serviços de disseminação seletiva da informação, de gestão de bibliotecas e de programação e difusão cultural, no âmbito da DPGU;

II.executar e orientar as atividades relacionadas com a seleção, a aquisição, o tratamento, a guarda, a conservação, o controle e a divulgação do acervo de livros, folhetos, periódicos e legislação, pesquisas bibliográfica e legislativa, recuperação de informações na DPU;

III.propor normas e procedimentos para seleção, aquisição, tratamento, organização, utilização e controle do acervo bibliográfico, audiovisual e iconográfico das bibliotecas da DPGU;

IV.gerenciar e propor a inclusão de termos novos no vocabulário controlado da DPU;

V.elaborar bibliografias solicitadas e solicitar registros de ISBN e ISSN;

VI.manter intercâmbio com outras bibliotecas, centros de documentação e instituições de cultura;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII.orientar, atender, e cadastrar usuários; controlar empréstimos, reservas, devoluções e providenciar a aquisição e reposição de obras, no âmbito da DPGU;

VIII.manter e alimentar bases de dados para o serviço de disseminação seletiva da informação;

IX.dar tratamento técnico aos títulos dos acervos bibliográfico e museológico;

X.definir e gerenciar os instrumentos de gestão bibliográfica e cultural no âmbito da DPGU;

XI.propor e executar a agenda cultural no âmbito da DPGU e gerenciá-la no âmbito da DPU;

XII.gerenciar as redes de bibliotecas e cultura da DPU;

XIII.elaborar e gerenciar o programa de gestão do conhecimento da DPU.

SEÇÃO II

DO MACROPROCESSO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Art. 69. O macroprocesso de gestão da tecnologia da informação compreende as seguintes atividades:

I.planejar, coordenar e orientar as ações relativas à tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e orientação às áreas e usuários da de telemática da DPU;

II.coordenar a aquisição de software e serviços correlatos, sistemas de informação e bancos de dados, redes de comunicação, segurança da informação, suporte e relacionamento com o usuário de serviços e produtos de tecnologia da informação;

III.elaborar e implementar estratégias e diretrizes de tecnologia da informação para a Defensoria Pública da União;

IV.identificar as necessidades de sistemas de informação e a racionalização dos recursos de tecnologia da informação;

V.orientar e coordenar o processo de planejamento e distribuição de recursos de tecnologia da informação para as unidades centrais e descentralizadas da Defensoria Pública da União;

VI.coordenar o planejamento e direcionamento tecnológico no âmbito da DPU;

VII.elaborar e coordenar o processo para determinar as prioridades de investimento em Tecnologia da Informação, no âmbito da DPU;

VIII.propor normativas e participar do comitê gestor da web.

Art. 70. O macroprocesso de gestão da tecnologia da informação está subdividido nos seguintes processos de trabalho:

I.gerenciamento de bancos de dados e de sistemas;

II.suporte técnico e atenção ao usuário;

III.gerenciamento da rede, comunicação e infraestrutura;

IV.gerenciamento de procedimentos operacionais.

SUBSEÇÃO I

DOS PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS E DE SISTEMAS

Art. 71. Os processos de gerenciamento de banco de dados e de sistemas compreendem as seguintes atividades:

I.executar as atividades de administração de banco de dados e de desenvolvimento, implantação, manutenção corretiva e preventiva dos sistemas administrativos e apoio aos usuários no âmbito da DPU;

II.implantar os métodos, processos, técnicas, normas e padrões para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação da DPU;

III.supervisionar os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas e de gestão de banco de dados;

IV.gerenciar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação na DPU;

V.realizar estudos e elaborar a modelagem de dados com vistas à criação e implantação de sistemas administrativos no âmbito da DPU;

VI.gerenciar e executar a instalação, customização e integração dos sistemas de informação adquiridos ou desenvolvidos na DPU;

VII.desenvolver os requisitos para sistemas de informação na DPU;

VIII.gerenciar o desenvolvimento, implantação e manutenção das ferramentas tecnológicas do portal da DPU na web;

IX.acompanhar o desenvolvimento, os testes, a homologação e a implantação dos sistemas de informação executados por empresa contratada para esse fim, juntamente com a área solicitante;

X.acompanhar o funcionamento dos sistemas em produção na DPU, visando garantir produtividade, integração de serviços/sistemas e redução de custos de produção;

XI.implantar e propor alterações na política de acesso e gerenciamento do ambiente de banco de dados para a DPU;

XII.definir e gerenciar as ferramentas de apoio à administração de dados e de banco de dados na DPU e estabelecer normas para o seu uso;

XIII.padronizar os processos e fluxos operacionais dos serviços de dados e bancos de dados da DPU;

XIV.definir e manter atualizado o modelo de dados corporativo para facilitar a integração dos bancos de dados dos sistemas de informação;

XV.elaborar procedimentos de backup e de recuperação ("recovery") dos bancos de dados da DPU, estabelecendo cronogramas de execução;

XVI.selecionar e validar tecnologias de gestão de dados e bancos de dados, a serem adotadas na DPU.

SUBSEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE SUPORTE TÉCNICO E DE ATENÇÃO AO USUÁRIO

Art. 72. Os processos de trabalho de suporte técnico e de atenção ao usuário compreendem as seguintes atividades:

I.gerenciar o suporte técnico, a instalação, a configuração, os testes e a manutenção do ambiente de microcomputadores na DPU;

II.prestar atendimento aos usuários da DPU na utilização de software básico, sistemas de informação e aplicativos;

III.realizar a instalação de hardware e de software na rede de computadores da DPU;

IV.definir as especificações técnicas para subsidiar a aquisição de novos equipamentos de informática na DPU;

V.realizar levantamento das necessidades dos clientes de microinformática e providenciar soluções;

VI.realizar inventários nos computadores da DPU, para controlar a configuração e o uso de software homologados nos microcomputadores dos usuários;

VII.gerenciar o serviço de atendimento e suporte técnico de informática na DPU;

VIII.diagnosticar problemas de microinformática, de forma a subsidiar as manutenções;

IX.manter cadastro dos equipamentos de informática de propriedade da DPU testar e distribuir os equipamentos de informática adquiridos pela DPU.

SUBSEÇÃO III

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DA REDE, COMUNICAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Art. 73. O processo de trabalho de gerenciamento da rede, comunicação e infraestrutura, compreende as seguintes atividades:

I.acompanhar e avaliar a operacionalização dos recursos de tecnologia da informação existentes, providenciando a adoção de meios para sanar deficiências detectadas;

II.gerenciar e operar os equipamentos de rede e servidores da DPU;

III.monitorar o desempenho da rede de comunicação, com base nos parâmetros definidos pela COINF/DPGU, visando garantir o uso eficaz desses recursos na DPU;

IV.supervisionar as atividades de manutenção das estações de rede de computadores;

V.instalar, controlar e configurar versões de softwares de infra-estrutura;

VI.estabelecer normas e procedimentos para o uso da rede de comunicação;

VII.executar os procedimentos de proteção dos servidores contra acesso não autorizado;

VIII.implantar e manter procedimentos de segurança para proteger a rede de comunicação de dados da DPU;

IX.elaborar e manter o plano de contingência de tecnologia da informação da rede DPU;

X.orientar e gerenciar a implantação, a manutenção e a operação dos dispositivos de segurança relativos aos sistemas informatizados;

XI.administrar os recursos de hardware e software da rede;

XII.elaborar os projetos de cabeamentos lógicos e físicos de rede, bem como realizar testes de conectividade em redes locais;

XIII.implantar o plano de infra-estrutura tecnológica no âmbito da DPU;

XIV.implantar a política de segurança da rede de comunicação na DPU;

XV.prestar assessoramento à implantação de redes locais no âmbito das unidades descentralizadas, assegurando a sua interligação à rede de comunicação de dados da DPU;

XVI.prover e manter os serviços de conectividade (redes WAN e LAN), Internet e mensageria;

XVII.definir e manter a operacionalidade da infra-estrutura de processamento de dados da Defensoria;

XVIII.propor normas e procedimentos para guarda e manutenção da integridade do equipamento de informática e inviolabilidade dos dados da DPU;

XIX.supervisionar a execução pelas Unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal das normas e procedimentos referidos no inciso anterior.

SUBSEÇÃO IV

DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Art. 74. O processo de trabalho de gerenciamento dos procedimentos operacionais compreende as seguintes atividades:

I.elaborar, adequar e monitorar os procedimentos operacionais padrões na área da Tecnologia da Informação (TI), para a instalação e configuração de equipamentos na rede da DPGU;

II.elaborar projetos de tecnologia da informação para implantação nas unidades da DPU;

III.implantar, no âmbito da DPU, a gestão de tecnologia de informação por meio de processos padronizados, documentados e divulgados;

IV.definir e propor os requisitos mínimos para as atribuições funcionais da área de TI, no âmbito da DPU;

V.elaborar o planejamento para instalação de ambientes computacionais e serviços de TI nas unidades da DPU;

VI.avaliar e propor alterações nos padrões para hardware, software e infra-estrutura de redes, no âmbito da DPGU;

VII.definir e gerenciar a garantia de qualidade para os processos, produtos e serviços de TI, no âmbito da DPU;

VIII.definir os padrões e processos para a aquisição de software e serviços correlatos na DPU;

IX.monitorar as tendências de negócio nos ambientes de tecnologia, infra-estrutura, leis e regulamentos;

X.elaborar o plano de infra-estrutura tecnológica de TI da DPU;

XI.definir e integrar a estrutura de processos de TI no âmbito da DPU;

XII.elaborar os manuais de operação dos sistemas administrativos em uso na DPU;

XIII.documentar e normalizar os sistemas associados aos processos institucionais da DPU;

XIV.elaborar e gerenciar a execução do Plano Diretor de Informática na DPU;

XV.elaborar o planejamento das atividades relativas ao desenvolvimento de sistemas de informática;

XVI.acompanhar os projetos afetos à gestão da TI em execução na Coordenação-Geral de Articulação Administrativa;

XVII.propor normas e procedimentos para a elaboração e acompanhamento de planos anuais e plurianuais, concernentes às unidades integrantes do Sistema de Informática;

XVIII.planejar, gerenciar e exercer as atividades de busca de soluções técnicas de software junto ao mercado;

XIX.executar as atividades destinadas à elaboração da documentação dos sistemas administrativos, dos formulários e dos manuais de usuários;

XX.racionalizar rotinas administrativas para a implantação e utilização dos sistemas informatizados;

XXI.padronizar a documentação relativa aos sistemas desenvolvidos no âmbito da DPU;

XXII.catalogar e atualizar a biblioteca de programas e sistemas desenvolvidos no âmbito da DPU;

XXIII.gerenciar e divulgar as normas técnicas de informática no âmbito da DPU.

CAPÍTULO XI

DA COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Art. 75. À Coordenação de Assuntos Jurídicos compete:

I.pronunciar-se sobre a legalidade dos atos administrativos praticados e daqueles originários das áreas da DPGU;

II.elaborar notas técnicas e informações referentes a casos concretos, bem como estudos jurídicos, nos assuntos de sua competência, por solicitação do DPGF e do Coordenador-Geral de Articulação Administrativa;

III.examinar, prévia e conclusivamente, minutas de editais de licitação, bem como as minutas dos respectivos contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados, inclusivo ajustes, alterações ou aditamentos;

IV.acompanhar o andamento de processos judiciais nos quais a DPGU tenha interesse;

V.oferecer informação suporte à advocacia Geral da União em contenciosos que envolvam a DPGU;

VI.pronunciar-se sobre a legalidade dos procedimentos administrativos disciplinares, dos recursos hierárquicos e de outros atos administrativos submetidos à decisão do Coordenador-Geral de Articulação Administrativa;

VII.colaborar com as demais áreas da DPGU, oferecendo subsídios ou orientação jurídica, quando solicitado;

VIII.apreciar juridicamente recursos administrativos encaminhados ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa;

IX.executar outras atividades típicas de assessoramento jurídico que lhe forem atribuídas pelo Coordenador-Geral de Articulação Administrativa.

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

SUBTÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL E DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Art. 76. Ao Defensor Público-Geral Federal incumbe:

I.dirigir a Defensoria Pública da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II.representar a Defensoria Pública da União judicial e extrajudicialmente;

III.velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;

IV.integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

V.submeter ao Conselho Superior proposta de criação ou de alteração do Regimento Interno da Defensoria Pública-Geral da União;

VI.autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública da União;

VII.estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública da União;

VIII.dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública da União, com recurso para seu Conselho Superior;

IX.proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública da União;

X.instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública da União, por recomendação de seu Conselho Superior;

XI.abrir concursos públicos para ingresso na carreira da Defensoria Pública da União e dar posse aos defensores nomeados;

XII.determinar correições extraordinárias;

XIII.convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

XIV.designar membro da Defensoria Pública da União para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso do de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou Ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XV.requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

XVI.aplicar a pena da remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, assegurada ampla defesa;

XVII.delegar atribuições a autoridade que lhe seja subordinada, na forma da lei;

XVIII.requisitar força policial para assegurar a incolumidade física dos membros da Defensoria Pública da União, quando estes se encontrarem ameaçados em razão do desempenho de suas atribuições institucionais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIX.apresentar plano de atuação da Defensoria Pública da União ao Conselho Superior.

XX.designar e dar posse a servidores nomeados para o exercício de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e dispensar servidores em exercício de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) bem como seus substitutos eventuais, no âmbito da DPGU;

XXI.aplicar penalidades disciplinares a servidores, inclusive a de suspensão acima de trinta dias, no âmbito da DPGU.

Art. 77. Ao Subdefensor Público-Geral Federal incumbe:

I.substituir, em suas faltas, impedimentos, licenças e férias, o Defensor Público-Geral;

II.auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos de interesse da Instituição;

III.desincumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem determinadas pelo Defensor Público-Geral.

SUBTÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO DEFENSOR PÚBLICO-CHEFE

Art. 78. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, incumbe:

I -coordenar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência;

II. sugerir ao Defensor Público-Geral Federal providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência;

III. deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação, direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral Federal;

IV. solicitar providências correicionais ao Defensor Público-Geral Federal, em sua área de competência;

V.remeter, semestralmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.

SUBTÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS OCUPANTES DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

CAPÍTULO I

DOS ASSESSORES DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Art. 79. Aos Assessores do Defensor Público-Geral Federal incumbe:

I.planejar, coordenar e orientar a execução das atividades sob sua responsabilidade;

II.auxiliar o Defensor Público-Geral Federal nos assuntos de sua competência.

Art. 80. Ao Assessor de Imprensa incumbe, especificamente:

I.prestar assistência ao Defensor Público-Geral Federal em assuntos relacionados à imprensa e demais órgãos de comunicação municiando-o diariamente com documentos, clippings impressos e eletrônicos;

II.cuidar da imagem e da promoção da Defensoria Pública-Geral da União frente aos diversos segmentos da sociedade;

III.pautar e agendar a imprensa internacional, nacional e local com relação às matérias de interesse público relacionadas às atribuições da DPU;

IV.divulgar os programas e projetos estratégicos que se realizam no âmbito da Defensoria Pública-Geral da União promovendo o conhecimento e o reconhecimento da Instituição, interna e externamente;

V.promover, na área de sua competência, novas formas de inserção da Defensoria Pública-Geral da União na vida política do País;

VI.elaborar, coordenar, orientar e supervisionar a execução de políticas e diretrizes relativas à atuação das assessorias de imprensa nas unidades da DPU, assistindo, sempre que necessário, os servidores, profissionais da imprensa, encarregados de cobertura jornalística relacionada à DPU;

VII.acompanhar e analisar o noticiário referente à Defensoria Pública da União, mantendo contatos permanentes com os veículos de divulgação;

VIII.gerenciar a agência de noticias da DPU, coordenando a publicação de matérias e suas interfaces;

IX.organizar as entrevistas do Defensor Público-Geral Federal e do Subdefensor Público-Geral Federal;

X.desempenhar outras atividades típicas de assessoria de imprensa que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 81. Ao Assessor de Articulação Parlamentar incumbe, especificamente:

I.planejar, coordenar e executar as atividades relativas aos assuntos parlamentares de interesse da Defensoria Pública da União;

II.assessorar o Defensor Público-Geral Federal e o Subdefensor Público-Geral Federal nos assuntos relativos ao encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Defensoria Pública da União;

III.fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Defensoria Pública da União;

IV.manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;

V.manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os órgãos do Poder Judiciário e com os demais órgãos da Administração Pública;

VI.desempenhar outras atividades típicas de assessoria parlamentar que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 82. Ao Assessor de Cerimonial e Eventos incumbe, especificamente:

I.prestar assistência ao Defensor Público-Geral Federal e ao Subdefensor Público-Geral Federal em assuntos relativos ao cerimonial e ao protocolo;

II.estabelecer políticas, diretrizes e normas compatíveis com as Normas do Cerimonial Público e zelar pelos princípios norteadores da Ordem de Precedência editada pela Presidência da República, por meio do Decreto n. 70.274/72;

III.acompanhar o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal ou o representante por eles indicado, em cerimônias, solenidades, atos oficiais e protocolares, visitas, audiências externas e eventos institucionais diversos;

IV.recepcionar autoridades nacionais e internacionais, em visita à DPGU, bem como realizar o receptivo de visitas do Defensor Público-Geral Federal agendadas às diversas unidades da DPU;

V.monitorar a agenda de eventos internos e externos e a agenda das viagens do Defensor Público-Geral Federal, do Subdefensor Público-Geral Federal ou do representante por eles indicado, acompanhando-os sempre que necessário;

VI.planejar, organizar e coordenar a execução dos eventos, cerimônias, solenidades e reuniões de iniciativa da Defensoria Pública-Geral da União, em seus procedimentos protocolares em que estejam presentes o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal ou representante por eles indicado;

VII.manter atualizado o cadastro de autoridades e de representantes da sociedade de interesse da DPU com vistas à preparação e à expedição de correspondências protocolares e sociais tais como convites, felicitações, pêsames, confirmações, agradecimentos e outros de iniciativa da DPGU;

VIII.auxiliar a Assessoria de Imprensa na preparação de coletivas ou outros eventos de natureza similar;

IX.articular-se com o cerimonial de outros órgãos e Poderes, realizando contatos e visitas preliminares sempre que houver a participação do Defensor Público-Geral Federal, do Subdefensor Público-Geral Federal ou representante por eles indicado.

Art. 83. Ao Assessor de Relações Internacionais incumbe, especificamente:

I.atuar como unidade de apoio na organização e realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre a DPGU e entidades de outros países, instituições estrangeiras e organizações internacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;

II.assessorar o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal e, no que couber, as Comissões, Grupos de Trabalho e Comitês da DPGU instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre a DPGU e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais;

III.desenvolver as ações necessárias à eficiente representação da DPU em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos;

IV.organizar as visitas de delegações estrangeiras à DPGU e acompanhá-las, de forma coordenada, com a Assessoria de Cerimonial;

V.providenciar a obtenção de passaportes, vistos, reservas de passagens e de hotéis para autoridades e servidores, quando em viagens oficiais ao exterior e adotar outras medidas que se fizerem necessárias;

VI.desempenhar as funções de articulação entre a DPGU e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades públicas, relativamente à coordenação mútua e ao intercâmbio de informações;

VII.auxiliar na elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pela DPGU com organismos internacionais ou entidades estrangeiras, bem como acompanhar sua execução;

VIII.providenciar serviços de intérprete e a tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à Assessoria;

IX.propor políticas, diretrizes e normas, estabelecendo rotinas e procedimentos relativos às matérias de sua competência;

X.desempenhar outras atividades típicas de assessoramento em assuntos internacionais que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 84. Ao Assessor de Projetos Especiais, incumbe, especificamente:

I.planejar, organizar e coordenar no âmbito da Instituição e, conforme as diretrizes fixadas pela Defensoria Pública da União, os Projetos Especiais de âmbito Nacional;

II.estabelecer, manter e desenvolver as relações da Defensoria Pública da União com outras instituições, nacionais, em questão de cooperação mútua;

III.coordenar, acompanhar e apoiar a atuação da Defensoria Pública da União no âmbito dos Projetos Especiais de âmbito Nacional;

IV.atuar como ponto de contato da Defensoria Pública da União com seus congêneres, recebendo e transmitindo informações, no que tange às atividades de cooperação mútua, ligadas aos Projetos Especiais;

V.organizar e dar impulso às proposições emanadas pelos Defensores Públicos Federais e organismos nacionais, sob a supervisão direta ou por delegação do Defensor Público-Geral Federal, no que tange ao acompanhamento e ao desenvolvimento dos Projetos Especiais;

VI.promover a realização de estudos, pesquisas e eventos relacionados às suas atividades.

Art. 85. Ao Assessor Especial de Atuação no Supremo Tribunal Federal incumbe, especificamente:

I.ajuizar ações e acompanhar os processos já em andamento perante a Corte Suprema;

II.atuar em todos os feitos patrocinados pela DPU, ou, ainda, que versem sobre assunto de interesse dos assistidos, perante a Corte Suprema, tanto nas Turmas quanto no Tribunal Pleno, com destaque, em termos numéricos, para as matérias relacionadas ao direito penal e processual penal.

Art. 86. Ao Assessor de Atenção às Unidades nos Estados e no Distrito Federal incumbe, especificamente:

I.subsidiar a definição das políticas do Defensor Público-Geral Federal no campo de suporte às unidades;

II.implementar a coordenação da política nacional do processo de implantação de novas unidades;

III.expedir orientações e recomendações aos chefes das unidades e gestores de contratos, em relação a procedimentos administrativos referentes às atividades de Logística, Recursos Humanos, Orçamento e Informática, com base em normativos vigentes e informações prestadas pelas respectivas coordenações;

IV.participar do processo de planejamento anual de necessidades de materiais e serviços relacionados às unidades de forma que as contratações aconteçam sem prejuízo a continuidade do serviço;

V.identificar, propor e promover a articulação e o intercâmbio entre as unidades que possam contribuir para a otimização das rotinas administrativas;

VI.acompanhar as solicitações feitas pelas unidades à assessoria encaminhando-as de forma a solucionar os problemas apresentados;

VII.propor capacitação aos servidores das unidades quando observar baixo conhecimento das rotinas e recorrência de problemas no desempenho das atribuições relacionadas a gestão de pessoas, contratos, materiais e serviços;

VIII.propor às coordenações de Logística e Patrimônio, Orçamento e Finanças, Gestão da Informação e Recursos Humanos ajustes nos procedimentos internos visando um melhor atendimento as necessidades das unidades.

Art. 87. Ao Assessor de Atenção às Câmaras de Coordenação incumbe, especificamente:

I.acompanhar a atuação da Defensoria Pública da União, em âmbito nacional;

II.elaborar enunciados destinados a harmonizar e padronizar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública da União;

III.promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem em ofícios ligados ao setor de sua competência;

IV.realizar intercâmbios com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

V.dar suporte técnico à atuação dos Defensores Públicos Federais, auxiliando-os na formulação ou no aprimoramento de teses a serem utilizadas na prestação da assistência jurídica, com encaminhamento de informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais que atuem em sua área;

VI.submeter ao Conselho Superior da Defensoria Pública da União propostas de enunciados, de caráter sugestivo, destinados a harmonizar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública da União;

VII.manifestar-se sobre as razões de arquivamento de processo de assistência jurídica (PAJ), na hipótese do art. 44, inciso XII e art. 45, inc. VI da Lei Complementar nº 80/94, sugerindo, em caso de discordância, ao Defensor Público-Geral Federal a designação de outro membro para a propositura da ação ou de medida judicial cabível;

VIII.manifestar-se conclusivamente sobre os conflitos de atribuição encaminhados pelo Defensor Público-Geral Federal ou a quem este delegar, sugerindo decisão para sua resolução (art. 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 80/94);

IX.subsidiar e auxiliar o Defensor Público-Geral Federal na coordenação nacional da atuação da Defensoria Pública da União em sua área de atuação, apresentando relatório anual sobre as realizações, deficiências e necessidades de aprimoramento;

X.informar aos integrantes da Administração Superior os eventos e acontecimentos nacionais relevantes em sua área de atribuição, divulgando-os para os membros da carreira, bem como participar destes representando a Defensoria Pública da União, em todas as suas etapas, quando solicitado pelo Defensor Público-Geral Federal;

XI.propor ao Defensor Público-Geral Federal e aos Defensores Públicos Federais dos Ofícios de sua área de atribuição a realização de eventos, palestras a fim de divulgar a Instituição e suas atribuições, além de promover a difusão do conhecimento jurídico para a população;

XII.apresentar ao Defensor Público-Geral Federal e ao Diretor da Escola Superior, anualmente, as principais necessidades dos Defensores Públicos Federais, a fim de subsidiar a elaboração do conteúdo dos cursos de capacitação;

XIII.promover de forma sistemática a aproximação com a sociedade civil, especialmente com a população que utiliza os serviços da Instituição e associações representativas, por meio de audiências públicas, palestras e eventos, dentre outras formas;

XIV.planejar e propor ao Defensor Público-Geral Federal a realização de audiências públicas, em nível nacional, na sua área de atribuição, bem como planejar e subsidiar os Defensores Públicos Federais titulares de Ofícios de sua área de atribuição para a realização de audiências públicas nos estados;

XV.apresentar relatório anual de suas atividades.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR-GERAL DE NORMAS E CONTROLE DE GESTÃO

Art. 88. Ao Coordenador-Geral de Normas e Controle de Gestão incumbe, especificamente:

I.estabelecer normas a serem observadas pelas áreas gestoras da DPGU e unidades da DPU, visando à sua conformidade com as normas de administração financeira, contabilidade e auditoria;

II.responder pela exatidão das contas e pela oportuna apresentação, aos órgãos competentes, de balancetes, balanços, demonstrativos e informações sobre atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III.apresentar ao Defensor Público-Geral Federal os processos de tomada de contas dos responsáveis e gestores de bens e valores públicos, com os respectivos relatórios de auditoria;

IV.acompanhar a apreciação e o julgamento das contas dos gestores da DPGU, efetuados pelo TCU, determinando providências para atendimento das diligências solicitadas;

V.aprovar o Plano Geral de Atividades de Auditoria;

VI.propor a realização de auditorias nas áreas gestoras da DGPU;

VII.sugerir a instauração de inquérito administrativo relativo às ressalvas apontadas nos relatórios de auditoria;

VIII.comunicar ao Defensor Público-Geral Federal os atos de gestão sobre os quais incidam proibições legais;

IX.fixar prazo para atendimento às diligências do TCU incidentes sobre a DPGU, encaminhando o resultado das análises das respostas ao TCU, nos prazos fixados;

X.criar comissões técnicas com a finalidade de, no âmbito de sua competência, sistematizar, orientar normativamente, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das unidades gestoras da DPU.

CAPÍTULO III

DO CHEFE DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Art. 89. Ao Chefe de Gabinete do Defensor Público-Geral Federal incumbe:

I.planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II.auxiliar o Defensor Público-Geral Federal nos assuntos de sua competência;

III.assinar os expedientes administrativos relativos a pessoal, material e outros documentos, a critério do Defensor;

IV.organizar e supervisionar as atividades de apoio administrativo da equipe designada para compor o gabinete.

CAPÍTULO IV

DO COORDENADOR-GERAL DE ARTICULAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 90. Ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa incumbe:

I.comandar e realizar a direção-geral da ação administrativa na DPGU, efetuando a coordenação-geral e a orientação aos coordenadores de Orçamento e Finanças, de Logística e Patrimônio, de Gestão de Pessoas, de Gestão da Informação, de Assuntos Jurídicos e aos demais dirigentes a ele subordinados;

II.elaborar planos de ação, programas de trabalho, definir metas e indicadores para os processos de trabalho da DPGU, submetendo-os ao Defensor Público-Geral Federal;

III.fixar as políticas, as diretrizes, as normas e os regulamentos relativos ao funcionamento da Administração da Defensoria Pública-Geral da União, submetendo-as ao Defensor Público-Geral Federal;

IV.assessorar o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal e demais Defensores em assuntos da competência da Administração DPGU;

V.exercer a supervisão, a orientação e a coordenação das atividades das áreas subordinadas, aprovando os respectivos programas de trabalho;

VI.submeter ao Defensor Público-Geral Federal petições e outros documentos dirigidos à DPGU;

VII.receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior da Defensoria da União e do Defensor Público-Geral Federal;

VIII.secretariar as sessões solenes de posse dos defensores e participar das sessões do Conselho Superior da Defensoria;

IX.submeter ao Defensor Público-Geral Federal, nos prazos legais, a proposta orçamentária anual da DPU, os pedidos de créditos adicionais, o quadro de detalhamento de despesa e a descentralização de créditos orçamentários e as emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

X.baixar ordens, instruções, normas de serviço, normas de segurança e outros instrumentos semelhantes sobre matéria de sua competência, bem como designar comissões para tarefas específicas;

XI.determinar o processamento do pagamento de passagens e diárias para os defensores e autorizar o pagamento de passagens e diárias aos servidores da DPGU, quando em viagem a serviço;

XII.promover a apuração de irregularidades verificadas na Administração da DPGU, tomando as providências necessárias até decisão final do feito;

XIII.autorizar a abertura de processo licitatório; homologar o resultado; adjudicar o objeto; anular, se for o caso, o procedimento; e assinar os contratos, os convênios, os acordos, os ajustes e os respectivos termos de aditamento;

XIV.ratificar os atos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação praticados pelo titular da Coordenação competente, nos casos previstos em lei;

XV.delegar aos titulares das Coordenações, com autorização do Defensor Público-Geral Federal, qualquer de suas atribuições;

XVI.submeter ao Defensor Público-Geral Federal os processos que impliquem aumento de despesas ou excedam a sua competência;

XVII.exercer outras atividades decorrentes do exercício do cargo ou que lhes sejam delegadas pelo Defensor Público-Geral Federal.

CAPÍTULO V

DOS COORDENADORES

Art. 91. Aos Coordenadores incumbe:

I.encaminhar ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa os planos de ação, projetos e os programas de trabalho;

II.auxiliar o Coordenador-Geral de Articulação Administrativa e os demais Coordenadores nos assuntos afetos à sua área de atuação;

III.planejar e orientar a execução das ações decorrentes de processos de trabalho sob sua coordenação;

IV.propor ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa o estabelecimento de políticas, diretrizes, regulamentos, normas, procedimentos e critérios para disciplinar a execução dos trabalhos afetos a sua Coordenadoria;

V.encaminhar à deliberação do Coordenador-Geral de Articulação Administrativa os expedientes e procedimentos administrativos que ensejem controvérsia;

VI.sugerir ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa a celebração de convênios, acordos de cooperação ou contratos, para a realização de trabalhos pertinentes às atividades da Coordenadoria;

VII.propor a expedição de atos normativos e administrativos sobre assuntos de competência da Coordenação;

VIII.propor ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa a concessão de diárias e passagens aos servidores da Coordenadoria, designados para viagens a serviço.

IX.submeter à apreciação do Coordenador-Geral de Articulação Administrativa a indicação de seu substituto eventual e a dos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) a si subordinados;

X.assinar e autenticar certidões e cópias extraídas pelas áreas da respectiva Coordenação.

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Art. 92. Ao Coordenador de Orçamento e Finanças incumbe, especificamente:

I.coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais, bem como a programação financeira de desembolso da DPU;

II.examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias da DPU para aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública da União;

III.submeter ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa, devidamente informados, os pedidos de créditos adicionais formulados pelas Unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal, e os destaques orçamentários para outros órgãos;

IV.assinar, conjuntamente com o coordenador de programação financeira, o cronograma de desembolso da DPU;

V.propor diretrizes, normas e programas com o objetivo de regulamentar as atividades de administração orçamentária e financeira no âmbito da DPU.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Art. 93. Ao Coordenador de Logística e Patrimônio incumbe, especificamente:

I.estabelecer diretrizes para o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades desenvolvidas no âmbito da Coordenação;

II.apresentar, mensalmente, ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa relatórios gerenciais referentes aos processos de aquisição de bens e serviços.

SEÇÃO III

DO COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 94. Ao Coordenador de Gestão de Pessoas incumbe, especificamente:

I.propor a realização de concursos públicos e a prorrogação de sua validade, assinando editais e avisos ou outros instrumentos, após homologação pela autoridade competente;

II.dar posse aos servidores nomeados para o exercício de cargo efetivo na DPGU;

III.assistir o Defensor Público-Geral Federal nas sessões solenes de posse dos defensores e participar com o Coordenador-Geral de Articulação Administrativa, das sessões do Conselho Superior da Defensoria;

IV.lotar servidores nas áreas administrativas da DPGU;

V.propor ao Coordenador-Geral de Articulação Administrativa a aprovação da escala de férias anual dos servidores e as autorizações para alteração posterior;

VI.assinar as carteiras funcionais dos servidores requisitados e nomeados para ocupação de cargo efetivo, bem como as carteiras funcionais dos servidores ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS);

VII.presidir a Comissão de Avaliação do Desempenho, Progressão Funcional e Estágio Probatório, providenciando o relatório final a ser homologado pelo Defensor Público-Geral Federal;

VIII.conceder auxílios alimentação, transporte, natalidade e assistência pré-escolar;

IX.submeter ao Defensor Público-Geral Federal os pedidos de incorporação de vantagens pessoais previstas em lei bem como as licenças, afastamentos, auxílio moradia, indenização de transporte, ajuda de custo, adicionais de insalubridade, periculosidade e demais gratificações previstas em lei;

X.deferir os pedidos de averbação de tempo de serviço;

XI.propor normas de controle da freqüência dos servidores;

XII.coordenar a elaboração de proposta orçamentária relativa à pessoal;

XIII.definir requisitos, gerir, avaliar e acompanhar o desempenho dos sistemas automatizados de administração de pessoal, no âmbito da DPGU.

SEÇÃO IV

DO COORDENADOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Art. 95. Ao Coordenador de Gestão da Informação incumbe, especificamente:

I.estabelecer diretrizes para o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades desenvolvidas no âmbito da Coordenação;

II.aprovar a inclusão de termos novos no vocabulário controlado.

III.propor o estabelecimento de contratos e convênios nacionais e internacionais de interesse da área de informática e administrá-los;

IV.especificar as soluções de informática que atendam às necessidades de modernização da DPU.

V.Apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da DPU.

CAPÍTULO VI

DOS CHEFES DE DIVISÃO

Art. 96. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I.orientar e coordenar a execução das atividades da Divisão;

II.auxiliar seu superior hierárquico em assuntos de sua competência;

III.propor a adoção de medidas para melhoria dos serviços da área;

IV.cumprir e fazer cumprir normas e instruções.

CAPÍTULO VII

DE TODOS OS DIRIGENTES

Art. 97. Aos dirigentes da Defensoria Pública-Geral da União e das Unidades da Defensoria Pública da União nos Estados, Distrito Federal e Territórios de que trata este capítulo incumbem, ainda:

I.realizar as atribuições que lhes são conferidas por lei, resoluções e atos normativos e o exercício de outras atividades cometidas por autoridade superior;

II.abonar as faltas ao serviço, dos servidores sob sua subordinação, observados os requisitos legais.

CAPÍTULO VIII

DE TODOS OS SERVIDORES

Art. 98. Aos Servidores da Defensoria Pública-Geral da União e das Unidades da Defensoria Pública da União nos Estados, Distrito Federal e Territórios incumbe:

I.a execução das tarefas determinadas por seus superiores hierárquicos, de acordo com as normas legais e regulamentares, observadas as atribuições dos cargos em que estiverem investidos.

TÍTULO V

DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

SUBTÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 99. A ação administrativa no âmbito da Defensoria Pública-Geral da União e das Unidades da DPU nos Estados, Distrito Federal e Territórios, na consecução de suas finalidades, obedecerá aos seguintes princípios fundamentais:

I - Direcionamento institucional definido e comunicado com a redação da missão e visão de futuro;

II - Planejamento e formulação de estratégias traduzidas em planos de ação, projetos e programas;

III - Políticas, diretrizes, critérios e procedimentos claramente estabelecidos;

IV - Coordenação e orientação permanente, contínua e próxima;

V - Descentralização da execução;

VI - Acompanhamento do desempenho organizacional;

VII - Controle da aplicação dos recursos institucionais;

VIII - Observância às leis, impessoalidade e transparência.

TÍTULO VI

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 100. As Unidades da DPU nos Estados, Distrito Federal e Territórios, bem como a DPGU mantêm-se com um quadro de servidores e empregados públicos cedidos, requisitados e ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), criados por lei e sujeitos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União e às leis gerais que regem a matéria.

Art. 101. Os ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) serão substituídos em suas faltas, férias e em quaisquer afastamentos previstos em lei.

Parágrafo Único. Não haverá indicação de substituto na hipótese de afastamento do titular para o exercício de atribuições inerentes ao seu cargo.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 102. Os atos de provimento e vacância dos cargos efetivos da Defensoria Pública Geral da União serão baixados pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 103. A concessão de aposentadorias aos servidores da DPGU bem como as pensões aos seus dependentes legais dar-se-á por ato do Defensor Público-Geral Federal.

Art. 104. Os concursos de provas ou de provas e títulos para ocupação de cargos efetivos serão conduzidos por comissão designada pelo Defensor Público-Geral Federal e presidida pelo titular da Coordenação de Gestão de Pessoas.

Art. 105. A nomeação para ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) para a DPGU far-se-á por ato do Defensor Público-Geral Federal, devendo recair em profissional que possua a formação e a experiência necessárias e compatíveis com a respectiva área de atuação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§1º. A nomeação para ocupação dos cargos de Coordenador-Geral de Articulação Administrativa, Assessor e Coordenador no âmbito DPGU está condicionada à apresentação de certificado de conclusão de curso de nível superior.

§2º. O titular da Coordenação-Geral de Normas e Controle de Gestão da DPGU deverá comprovar, ainda, formação complementar ou experiência mínima de 2 anos no exercício de atividades nas áreas de Orçamento Público, Administração Financeira ou Auditoria.

Art. 106. A Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal terá sua organização, competências e estrutura definidas em instrumento específico, observando-se o alinhamento e a harmonia entre a arquitetura organizacional da DPGU e as unidades da DPU.

Art. 107. Para fiel execução deste Regimento Interno, o Coordenador-Geral de Articulação Administrativa poderá baixar instruções normativas e ordens de serviço, detalhando procedimentos de rotina para o exercício das atribuições de cada área da DPGU.

Art. 108. Os casos omissos serão dirimidos pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 109. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES

PORTARIA Nº 314, DE 24 DE MAIO DE 2011

O Defensor Público-Geral Federal e Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIV, da Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, resolve:

I - Convocar a 127ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União a se realizar em 01 de junho de 2011, às 10h, na Sala de Sessões do Conselho.

II - Publicar a Pauta da Reunião supracitada.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES

ANEXO

Pauta da 127ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União.

1º Grupo: Relatórios de atividades funcionais.

Item 01

Processos: 08038.005058/2011-95; 08038.009700/2011-13; 08038.026601/2010-15; 08038.012820/2011-90; 08038.013985/2011-89; 08038.002295/2011-02.

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Assunto: Relatórios de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dr. Filippe Augusto dos Santos Nascimento; Dra. Patrícia Ubal Blumenkrantz; Dra. Patrícia Soares Henriques; Dra. Otávia Cunha Mautone; Dr. Sério Murillo F. M. Castro e Dr. José Mendes Neto (homologação).

Item 02

Processos: 08038.005336/2011-12; 08038.009824/2011-91; 08038.012503/2011-73; 08038.012959/2011-33 e 08038.013082/2011-06.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Relatórios de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dr. Nícolas Bortolotti Bortolon; Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira; Dr. José Geraldo Benjamin dos Santos; Dr. Francisca das Chagas Polianna de S. Maia e Dr. Michelle Leite de Souza Santos.

Item 03

Processos: 08038.010921/2011-26; 08038.012717/2011-40, 08038.013770/2011-68.

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes.

Assunto: Relatórios de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda, Dr. Angelo Cavalcanti Alves de Miranda Neto, e Dr. Thales Arcoverde Treiger.

Item 04

Processos: 08038.011607/2011-61; 08038.005081/2011-80; 08038.002476/2011-21; 08038.004938/2011-44; 08038.009921/2011-83; 08038.017995/2010-11; 08038.013378/2011-19.

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Relatórios de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dr. André Amorim de Aguiar, Dra. Fabiana Galera Severo, Dr. Clayton de Siqueira Gomes, Dra. Ana Carolina Cavalcanti, Dra. Rossana Picarelli, Dr. Eduardo Lopes Piragibe, e Dr. Felipe Turini.

Item 05

Processos: 08038.002337/2011-05; 08038.012459/2011-00; 08038.012600/2011-66; 08038.001977/2011-90; 08038.00816/2011-78; 08038.010101/2011-34; 08038.002142/2011-57.

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Relatório de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dr. Tiago Ribeiro de Oliveira, Dr. João Vicente Pandolfo Panitz, Dr. Gentil Ferreira de Souza Neto, Dr. Guilherme Ataíde Jordão, Dr. André Borges Uliano, Dr. André Luis Rodrigues, e Dra. Maria do Carmo Goulart Martins.

Item 06

Processos: 08038.001747/2011-21; 08038.009061/2011-88; 08038.005589/2011-88; 08038.012556/2011-94.

Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima.

Assunto: Relatório de atividades funcionais dos seguintes Defensores Públicos Federais: Dra. Érica de Oliveira Hartmann, Dra. Mariana Lucena Nascimento (homologação), Dr. Paulo Fernando da Silva Pedroso (homologação), Dra. Clarissa Ligiéro de Figueiredo (6ª avaliação e homologação).

2º Grupo: Julgamentos já iniciados

Item 07

Processos: 08038.006408/2010-50 apensado ao 08038.015581/2010-49

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira lemos.

Assunto: Enunciado das Câmaras de Coordenação.

Item 08

Processos: 08038.008067/2011-38

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira lemos.

Assunto: Restrição de atendimento - Macapá

Item 09

Processos: 08038.010529/2010-04.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira lemos.

Assunto: Solicita assistência judiciária gratuita para a população carente do Estado de São Paulo

Item 10

Processo: 08038.027061/2010-89.

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes.

Assunto: Nomeação de Candidatos Portadores de Necessidades Especiais.

Item 11

Processo: 08038.004368/2011-92

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima.

Assunto: Relatório de atividades funcionais da Dra. Diana Freitas de Andrade.

Item 12

Processo: 08038.002458/2011-49.

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima..

Assunto: Relatório de atividades funcionais da Dra. Leila de Alencar Costa Carinhanha.

Item 13

Processo: 08038.019991/2010-69

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima..

Assunto: Consulta sobre a possibilidade de se considerar como atividade jurídica as atribuições exercidas pelos novos servidores públicos da DPU. Interessado: DPU/SP.

Item 14

Processo: 08038.012876/2007-68.

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes

Voto-vista: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima.

Assunto: Consulta sobre as atribuições dos Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria.Interessado: Dennis Otte Lacerda

3º Grupo: Julgamentos não iniciados.

Item 15

Processo: 19º Concurso de Remoção dos Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Item 16

Processo: 08038.013837/2011-64

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Assunto: Pedido de inclusão de vaga. Interessada: Juliana Sousa Feitoza.

Item 17

Processos: 08038.013749/2011-62.

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Assunto: Extensão de afastamento. Interessada: Dra. Daniela Muscari Scachetti.

Item 18

Processo: 08038.011839/2011-19.

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Assunto: Especialização de ofícios da DPU/MS. Interessada: Dra. Lívia Cardoso Manrinque de Andrade

Item 19

Processo: 08038.010793/2011-11.

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Assunto: Solicitação de Designação de Defensor.

Item 20

Processos: 08038.006452/2010-60 apensado ao 08038.006451/2010-15

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Alteração do art. 44, XII da LC nº 80/94

Item 21

Processos: 08038.010678/2011-46

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Consulta acerca de requisição judicial de informações de assistido. Interessado: Dr. Paulo Rogério Cirino

Item 22

Processos: 08038.010917/2011-68.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira lemos.

Assunto: Ratificação de decisão de arquivamento por renda

Item 23

Processos: 08001.004915/2010-76.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Representação por avocatória

Item 24

Processos: 08038.003112/2011-68.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Pedido de liminar - Plantões. Interessado: Dr. César de Faria Júnior

Item 25

Processos: 08001.010312/2011-77

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Pedido de remoção em decorrência de problemas de saúde. Interessada: Dra. Alice Arraes

Item 26

Processos: 08038.011077/2011-51

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Consulta formal ao CSDPU quanto à necessidade ou não de DPF manterem-se inscritos na OAB

Item 27

Processos: 08038.012037/2011-26

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Assunto: Pedido de Permuta. Interessado: Dr. Marcus Vinicius Rodrigues Lima

Item 28

Processos: 08038.015433/2010-24

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes.

Assunto: Consulta do Dr. Angelo Cavalcanti Alves no âmbito do processo que gerou a Resolução nº 50/2011 sobre interpretação de seus dispositivos.

Item 29

Processos: 08038.012368/2011-66

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes.

Assunto: Conflito de Atribuição entre DPU-RJ e DPU-SP (com medida cautelar)

Item 30

Processos:08038.012781/2011-21; 08038.012977/2011-15; 08038.012899/2011-59; 08038.012765/2011-38; 08038.012454/2011-79; 08038.012759/2011-81; 08038.013206/2011-45 e 08038.013205/2011-09.

Relator: Conselheiro Felipe Caldas Menezes

Assunto: Inscrições para o 14º Concurso de Promoção para Defensor Público Federal de Categoria Especial: Dra. Tatiana Melo Aragão Bianchini; Dr. Jair Soares Júnior; Dr. Eduardo José Teixeira de Oliveira; Dr. Eduardo Tergolina de Oliveira; Dr. Alexandre Vargas Aguiar; Haman Tabosa de Moraes e Córdova; Felipe Dezorzi Borges; Dr. Eduardo Valadares de Brito e Dr. Felipe Dezorzi Borges.

Item 31

Processo: 08038.012774/2011-29

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Averbação de tempo de serviço do Dr. Nicolas Bortolotti Bortolon

Item 32

Processo: 08038.011298/2011-29

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Averbação de tempo de serviço do Dr. Kleber Vinicius Bezerra C. Melo

Item 33

Processo: 08038.011310/2011-03

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Indicação de DPF como membro titular e suplente do Conselho Penitenciário Estadual

Item 34

Processo: 08038.012973/2011-37

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Não comparecimento de DPF em audiência. Interessado: Justiça Federal (1º Vara Federal de Roraima)

Item 35

Processo: 08038.013161/2011-17

Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior

Assunto: Pedido de remoção por motivos de saúde. Interessada: Isabella Brandão de Aguiar Machado.

Item 36

Processos: 08038.012435/2011-42.

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa.

Assunto: Consulta sobre a atribuição ou não para atuação de DPF em videoconferências nas dependências da Penitenciária Federal de Catanduvas.

Item 37

Processo: 08038.013081/2011-53

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Consulta acerca de atribuição para atuar perante o Conselho Nacional de Justiça. Interessado: Dr. Paulo Rogério Cirino de Oliveira

Item 38

Processo: 08038.013203/2011-10

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Regulamentação da saída dos DPF´s da 1ª categoria em BSB até efetiva chegada dos DPF substitutos.

Item 39

Processo: 08038.008583/2011-62

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Revisão de decisão de indeferimento de assistência jurídica gratuita. Interessada: Dra. Ana Fabíola

Item 40

Processo: 08038.011456/2011-41

Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa

Assunto: Conflito de atribuições.

Item 41

Processos: 080380.012306/2011-54

Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio Lima.

Assunto: Averbação de tempo de serviço do Dr. Marcelo Pontes Galvão

4º Grupo: Matérias Sigilosas

Item 42

Processo: 08038.008809/2011-25.

Relator: Conselheiro Gustavo de Almeida Ribeiro.

Item 43

Processos: 08038.004298/2011-68.

Relator: Conselheira Tatiana Siqueira Lemos.

Item 44

Processo: 08038.013025/2011-19

Relator: Felipe Caldas Menezes

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Item 45
Processo: 08038.005189/2011-72
Relator: Felipe Caldas Menezes
Item 46
Processo: 08038.009970/2011-16
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 47
Processo: 08038.011782/2011-58
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 48
Processo: 08038.001307/2011-73
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 49
Processo: 08038.006554/2011-66
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 50
Processo: 08038.004662/2011-02
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 51
Processo: 08038.010246/2011-35
Relator: Conselheiro Jânio Urbano Marinho Júnior
Item 52
Processo: 08038.012494/2011-11
Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa
Item 53
Processo: 08038.009322/2011-60
Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa
Item 54
Processo: 08038.006620/2011-06
Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa
Item 55
Processo: 08038.004927/2011-64
Relator: Conselheiro Marcos Antônio Paderes Barbosa
Item 56
Processo: 08038.010746/2011-77.
Relator: Conselheiro Carlos Eduardo Regilio.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES
Presidente do Conselho Superior
da Defensoria Pública da União

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE
DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 815, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/5739-DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Retificar o Alvará nº 11.483, de 26.04.2011, publicado no DOU em 03.05.2011, Seção I, nos seguintes termos:

onde se lê: ... para atuar no PARANA , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 713/11 (CNPJ nº 17.428.731/0081-10);e nº 624/11 (CNPJ nº 17.428.731/0082-09)e nº 715/11 (CNPJ nº 17.428.731/0084-62)., leia-se: ... para atuar no PARANA, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 713/11 (CNPJ nº 17.428.731/0081-10);e nº 624/11 (CNPJ nº 17.428.731/0082-09)e nº 715/11 (CNPJ nº 17.428.731/0084-62) e 568/11 (CNPJ n° 17.428.731/0083-81).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 826, DE 11 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/338 - GESP e 08455.031224/2011-98-SR/DPF/RJ, declara:

Revista a autorização de funcionamento de serviços especializados de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 1 (um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BSS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.440.695/0001-58, para exercer suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 285/11, expedido pelo DREX/SR/DPF/RJ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 849, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.013479/2011-57-SR/DPF/RS resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB RS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 38368, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 856, DE 20 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000765/2011-44-CGCSP/DIREX, resolve:

Retificar o Alvará nº 767, de 29 de abril de 2011, publicada no DOU em 06 de maio de 2011. Onde se lê: "com Certificado de Segurança nº 038363, expedido pelo DREX/SR/DPF" Leia-se: "com os seguintes Certificados de Segurança, expedidos pelo DREX/SR/DPF: nº 038363 (CNPJ nº 11.179.264/0002-51) e nº 038369 (CNPJ nº 11.179.264/0006-85)".

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.391, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000698/DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE MARINGA, CNPJ nº 05.484.180/0001-48, para atuar no PARANA.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.507, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000897/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TV OMEGA LTDA, CNPJ nº 02.131.538/0001-60, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.725, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001062/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA, CNPJ nº 29.503.802/0001-04, para atuar no RIO DE JANEIRO , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 762/11 (CNPJ nº 29.503.802/0001-04).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.727, DE 19 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000995/DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAXUANA S/A REFLORESTAMENTO, CNPJ nº 48.866.032/0001-09, para atuar em MINAS GERAIS, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 923/11 (CNPJ nº 48.866.032/0001-09).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.744, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000317/DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0075-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.745, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001542/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0003-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.751, DE 24 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/746/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa THATIKAL SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 09.232.350/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 980/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 859, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.019715/2009-81 - SR/DPF/PE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 2115, de 16/11/2004, publicada no D.O.U. de 25/11/2004, para exercer serviço de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, à empresa SEGNOR SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ/MF nº 05.832.256/0001-89, localizada no Estado de PERNAMBUCO.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 860, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08096.001091/2011-51 - CV/DPF/CAC/PR, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 802, de 14/08/2002, publicada no D.O.U. de 23/08/2002, para exercer serviço de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, à empresa SERVIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ/MF nº 04.828.557/0001-76, localizada no Estado do PARANÁ.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 861, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08320.006507/2008-21 - SR/DPF/MT, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 002, de 25/04/2006, à empresa CBM CHAPADA BRASIL MINERACAO LTDA., CNPJ/MF nº 04.304.167/0001-05, localizada no Estado do MATO GROSSO.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 862, DE 23 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.002902/2010-82 - DPJ/JFA/MG, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 004, de 18/04/1997, à empresa MRS LOGÍSTICA S/A, CNPJ/MF nº 01.417.222/0003-39, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 882, DE 24 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Na Portaria de nº 398, publicada no DOU de 18 de abril de 2011, Seção 1, página 47, onde se lê: "INTERDIÇÃO à empresa SERVIS SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:07.945.678/0009-43", leia-se: "ADVERTÊNCIA à empresa SERVIS SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:07.945.678/0009-43".

Na Portaria de nº 448, publicada no DOU de 18 de abril de 2011, Seção 1, página 48, onde se lê: "ESCOLA MINEIRA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA", leia-se: "ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA".

ADELAR ANDERLE

PORTARIAS DE 24 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do senhor DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Nº 883- revogar a Portaria 4593/2011 CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U. em 27 de janeiro de 2011 e aplicar a penalidade de multa, no valor de 3.333 UFIR à empresa orgânica PRAIA CLUBE, CNPJ/MF nº:25.762.741/0001-30, sediada no estado de MINAS GERAIS, com base no despacho 573/2011-ASS/CCASP/CGCSP/DIREX, em decorrência do processo 08701.008813/2010-32.

Nº 884- revogar a Portaria 4837/2011 CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U. em 27 de janeiro de 2011 e aplicar a penalidade de multa, no valor de 13.333 UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. MORRO AGUDO, CNPJ/MF nº:00.000.000/2433-37, sediada no estado de SÃO PAULO, com base no despacho 673/2011-ASS/CCASP/CGCSP/DIREX, em decorrência do processo 08508.002400/2009-05.

Nº 885- revogar a Portaria 3866/2010 CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U. em 19 de novembro de 2010 e aplicar a penalidade de multa, no valor de 13.333 UFIR à instituição financeira BANCO BANIF - INTERNACIONAL DO FUNCHAL - AG. ALPHAVILLE, CNPJ/MF nº:33.884.941/0004-37, sediada no estado de SÃO PAULO, com base no despacho 668/2011-ASS/CCASP/CGCSP/DIREX, em decorrência do processo 08508.015325/2008-94.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 25 de maio de 2011

Nº 397. Ref.: Auto de Infração Nº 08012.007372/2008-03. Autuante: SDE Ex Officio. Autuada: Companhia Brasileira de Distribuição.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Nos termos do art. 26 da Lei nº 8.884/94 c/c art. 57 da Portaria MJ nº 456/2010 e considerando: (i) a recusa injustificada da Autuada em apresentar as informações requisitadas pelo DPDE; (ii) a ausência de qualquer impugnação da Autuada no presente feito, embora tenha sido devidamente intimada; (iii) a inexistência de qualquer vício que possa macular a validade do Auto de Infração lavrado; e (iv) o não pagamento da dívida, embora devidamente intimada, julgo procedente o Auto de Infração e determino o envio dos presentes autos para o órgão da Procuradoria da Fazenda Nacional competente, para fins de inscrição em dívida ativa da quantia de R$ 478.845,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), a ela devendo ser acrescidos juros legais e demais encargos.

Nº 398. Ref.: Procedimento Administrativo Nº 08012.011791/2010-56. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representados: Centro de Formação de Condutores Estrela Ltda., Auto Escola e Despachante Helly, Auto Escola e Despachante Mundial, Auto Escola e Despachante Santa Bárbara, Auto Escola Sinal Verde, Auto Escola Pérola, Auto Escola Blitz, Auto Escola Brasil, Auto Escola e Despachante Reis, Auto Escola e Despachante União, Auto Escola Brasil, Despachante Excelsior, Despachante Central, Despachante Veloz, Despachante Avenida, Despachante Europa, Despachante Expresso, Despachante Pontual, Auto Escola Santa Rita, Auto Escola VIP, Auto Escola Quatro Rodas, Auto Escola Brasil, M3 Despachante, Associação dos Despachantes e Auto Escolas de Santa Bárbara D'Oeste - ADESBO, Criar Prestadora de Serviços Internet Ltda e os Srs. José Carlos dos Reis e Claudionor Nivaldo Theodoro.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo em desfavor dos Representados para apurar possível ocorrência de infração à ordem econômica, nos termos do art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, por reconhecer indícios suficientes à sua instauração nos fatos mencionados na nota supracitada. Ademais, constatada a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação à concorrência e aos consumidores, capaz de comprometer o resultado útil deste processo, decido pela adoção de MEDIDA PREVENTIVA, com base no art. 52 da Lei nº 8.884/94, determinando: (i) à Criar Prestadora de Serviços Internet Ltda. que retire de funcionamento (retire do ar) o Sistema de Controle de Matrículas por ela desenvolvido, no prazo de 05 (cinco) dias; (ii) às Auto-Escolas e CFC's Representados que cessem imediatamente qualquer forma de comunicação entre eles relativa a variáveis comercialmente sensíveis, como preços, política de descontos, margem de lucros, áreas de atuação e condições de pagamento; (iii) à ADESBO que cesse a utilização do Sistema de Controle Integrado de Matrículas que, de forma excepcional, poderá funcionar apenas para realizar a Divisão Eqüitativa Aleatória e Impessoal de Exames Médicos e Avaliações Psicológicas. Assim, no prazo de 30 (trinta) dias, o Sistema de Controle Integrado de Matrículas utilizado pela Associação e por todas as Auto-Escolas e Centros de Formação de Condutores de Santa Bárbara D'Oeste, operacionalizado por meio da Adesbonet ou qualquer outro nos mesmos moldes, deverá ser reformulado para conter apenas a Divisão Eqüitativa Aleatória e Impessoal de Exames Médicos e Avaliações Psicológicas ou ser totalmente retirado de funcionamento; (iv) à ADESBO que cesse imediatamente a elaboração e a edição de qualquer tipo de tabela de preços direcionada aos Centros de Formação de Condutores e aos despachantes; (v) à ADESBO que retire do seu sítio eletrônico na Internet toda e quaisquer tabelas de preços, no prazo de 05 (cinco) dias; (vi) à ADESBO que publique o comunicado constante na Nota Técnica do DPDE no seu sítio eletrônico e que envie esse mesmo comunicado a todas as Auto-Escolas e CFC's Representados, no prazo de 05 (cinco) dias; e (vii) à ADESBO que comprove o cumprimento da determinação referente ao comunicado à SDE, por meio do envio de cópia de todos os ofícios expedidos às Auto-Escolas e CFC's com os seus respectivos Avisos de Recebimento. A cópia desses documentos deve ser encaminhada à SDE no prazo de 30 (trinta) dias. Tendo em vista a gravidade dos fatos verificados e a capacidade econômica dos Representados, fixo multa, em caso de descumprimento da medida preventiva, no valor de R$ 10 mil (dez mil reais) por evento e por dia de descumprimento, cumulativamente, para cada um dos Representados, até a decisão final do processo administrativo. Notifiquem-se os Representados para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei n° 8.884/94.

Nº 399. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.001099/1999-71. Representante: Steel Placas Indústria e Comércio. Representados: Comepla Indústria e Comércio Ltda., Reprinco Indústria e Comércio Ltda., Queiroz & Sousa Comércio de Placas Automotivas Ltda. Advogados: Carlos Augusto Tibiriçá Ramos e outros.

Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Concluo que a Representada Comepla Indústria e Comércio Ltda. incorreu em infração à ordem econômica, nos termos do art. 20, I, II e IV, c/c art. 21, IV e V, ambos da Lei nº 8.884/94. Decido, pois, pela remessa do presente processo administrativo ao CADE para julgamento, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.884/94 e do art. 54 da Portaria MJ nº 4/2006, com recomendação de condenação. Decido pelo arquivamento do feito em relação aos Representados Reprinco Indústria e Comércio Ltda. e Queiroz & Sousa Comércio de Placas Automotivas Ltda., por entender pela não-configuração de infração à ordem econômica. Recorro de ofício ao CADE.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário item VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08240.009326/2011-42 - Marc Lahaie

Processo Nº 08505.026899/2011-82 - Jose Alberto de La Garza Malo

Processo Nº 08505.026915/2011-37 - João Dombele

Processo Nº 08505.026978/2011-93 - Wolfgang Jurgen Erwin Alfried Lauer

Processo Nº 08505.030092/2011-44 - Marcelo Javier Perez Wheelock

Processo Nº 08505.030157/2011-51 - Takanori Koeda

Processo Nº 08505.030193/2011-15 - Naomi Katoh

Processo Nº 08505.030194/2011-60 - Madeleine Castillo Vargaya

Processo Nº 08505.035660/2011-01 - José Carlos da Silva da Silva.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.010991/2011-94 - Jose Luis Molina

Processo Nº 08460.011501/2011-77 - Marta Fernandez y Patallo

Processo Nº 08495.002002/2011-91 - Federico Alfredo Vila

Processo Nº 08495.002023/2011-15 - Elsa Noemi Martinez Giovana

Processo Nº 08505.026829/2011-24 - Ramon Benjamin Saravia

Processo Nº 08505.026832/2011-48 - Rodrigo Gomez Sanchez

Processo Nº 08505.026842/2011-83 - Edgardo Adrian Marchesi

Processo Nº 08505.026843/2011-28 - Roberto Masuda

Processo Nº 08505.026856/2011-05 - Paola Pezzini de Cegarra

Processo Nº 08505.026857/2011-41 - Gonzalo Manuel Cegarra

Processo Nº 08505.030098/2011-11 - Esteban Pietruchik

Processo Nº 08505.035588/2011-12 - Fernando Martin Nulchis

Processo Nº 08505.035590/2011-83 - Veronica Alicia Mayer

Processo Nº 08507.003003/2010-96 - Mario Sebastian Deltrozzo.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08230.007394/2011-96 - Monica Beatriz Campos

Processo Nº 08354.002185/2011-50 - Ana Laura Corte

Processo Nº 08460.010988/2011-71 - Eduardo Sergio Santini

Processo Nº 08495.002022/2011-62 - Sebastian Ezequiel Martinez

Processo Nº 08495.002151/2011-51 - Diego Sebastian Benitez

Processo Nº 08505.026872/2011-90 - Adrian Ricardo Eiras

Processo Nº 08505.030184/2011-24 - Geraldine Maria Diaz

Processo Nº 08505.035591/2011-28 - Claudia Marcela Mina

Processo Nº 08508.006886/2011-67 - Victor Hugo Aranibar Seleme.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.000666/2010-10 - Martin Johannes Stern

Processo Nº 08102.001671/2011-12 - Samuel Fielding Westover

Processo Nº 08102.010177/2010-68 - Joaquim Paulo De Souza Carias

Processo Nº 08240.001448/2010-18 - Esteban Benjamin Correa Dominguez

Processo Nº 08240.019859/2010-51 - Cesar Gonzalez Saci

Processo Nº 08240.019863/2010-10 - Andrea Maribel Minchola Cruces

Processo Nº 08280.004906/2011-77 - Tommy Max Raphael Mba Ondo

Processo Nº 08280.005259/2011-11 - Luis Miguel de Brito Gonçalves

Processo Nº 08280.033723/2010-88 - Haihe Chen e Qinfang Ma

Processo Nº 08286.000022/2011-93 - Luis Domingo Rodriguez Montoya

Processo Nº 08296.000523/2011-51 - Jose Antonio Da Conceição Agostinho

Processo Nº 08297.001130/2010-73 - Jose Carlos Batista Martins Antunes

Processo Nº 08335.017749/2010-04 - Nicolle Anyelo Alvis Delgadillo

Processo Nº 08375.002403/2010-27 - Jose Nhaga

Processo Nº 08386.001083/2011-40 - Aida Alba De Moura

Processo Nº 08388.000087/2011-91 - Fabiola Antonia Barreto

Processo Nº 08389.001163/2011-75 - Ali Nehme e Rasha Abdallah

Processo Nº 08389.002945/2011-21 - Horacio Daniel Arguello

Processo Nº 08444.003769/2010-52 - Montserrat Najera Del Cerro

Processo Nº 08458.009839/2009-93 - Jose Carlos Argemi Del Valle

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08460.019627/2009-75 - Alexandra Catherine de Haan

Processo Nº 08475.003597/2011-31 - Lusi Leni Acosta Chamaro

Processo Nº 08505.054064/2010-31 - Antonio Dante Quispe Merlo

Processo Nº 08505.063662/2010-00 - Daohang Lin e Danfang Chen

Processo Nº 08506.007247/2010-58 - Gabriele Azzali.

DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário I, em permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.001903/2011-10 - Diego Catalano Ferraioli

Processo Nº 08260.002236/2011-92 - Manuel Stadlbauer

Processo Nº 08260.003108/2011-66 - Jerome Francois Alain Jean Rousseau.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08286.000712/2009-28 - Mohamed Shaaban Ahmed Amin

Processo Nº 08461.001132/2010-13 - Carlos Manuel Caraza Garcia.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 21/03/2011, página 48, para conceder a permanência definitiva, tendo em vista que o Estrangeiro se enquadra nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração, Salientando, todavia, que o ato persistira enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo N° 08502.010096/2009-11 - Petronila Del Carmen Pérez Mardones.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 30/08/2010, página 57, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08460.020580/2009-92 - PEDRO JOSÉ GARCIA CHAVARRO.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 10/08/2010, página 135, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.025151/2009-48 - Xiaoguang Zhu e Yiqing Shi.

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08495.002084/2011-74 - Leonardo Maximiliano Scarcia.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08354.000203/2010-88 - Nimrod Koren

Processo Nº 08388.003413/2010-31 - Baye Ndiaga

Processo Nº 08494.000863/2009-21 - Binyamin Beiny, Badi`a Baini, Hanin Beiny, Manar Beiny, Maram Beiny e Mushir Beiny.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.002101/2010-26 - Cristhian Rodrigo Yegras Fillippini e Ernesta Concepcion Fretez Gonzales

Processo Nº 08505.004796/2010-81 - Xiaoli Yang.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08505.018121/2010-19 - Julio Moracen Naranjo.

INDEFIRO o pedido de REPUBLICAÇÃO, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08505.043326/2009-07 - Lisbethe Julissa Angulo Fonçatti.

INDEFIRO o pedido de REPUBLICAÇÃO, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08505.044207/2009-63 - Christophe Minarelli.

Torno insubsistente o ato Deferitório publicado no D.O.U de 18/09/2009, página 72, tendo em vista o Estrangeiro não se enquadrar nos termos do art. 75, II,"a", da Lei 6.815/80. Processo N° 08280.010917/2009-71 - Natalia Kudryavtseva da Silveira.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, fundamentado no art. 2º, I, da Resolução Normativa 36/99-CENIg c/c 75, II,"b", da Lei 6.815/80, tendo em vista que os Estrangeiros(as) não foram encontrados no endereço fornecido nos autos.

Processo N° 08502.000185/2011-74 - Kamgne Kamga Felix Rafferty.

Processo N° 08707.000673/2011-85 - Eduardo Williams Armas Gonzalez

Processo N° 08505.072786/2010-78 - Hongxing Li e Nan Wang.

Processo N° 08505.004433/2009-10 - Lennart Van Walsum e Houda Mohammed Halima Chouaf.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001008/2011-66 - Karl Oddvar Hakkebo, até 23/09/2012

Processo Nº 08000.001010/2011-35 - Vicente Mendez Santos, até 23/09/2012

Processo Nº 08000.001253/2011-73 - Kai Freddi Ahlsen, até 23/09/2012

Processo Nº 08000.001256/2011-15 - Bruce Ian Julius, até 23/09/2012

Processo Nº 08000.001464/2011-14 - Pablo Rene Brogca Soto, Clemente Agustin Brogca Valenzuela, Gregorio Ignacio Brocga Valenzuela e Lorena Andrea Valenzuela Cariman, até 21/05/2013

Processo Nº 08000.001631/2011-19 - Mark James Vanderkolk, até 02/03/2013

Processo Nº 08000.002066/2011-15 - Alain Jean Pierre Sartre, até 04/03/2013

Processo Nº 08000.002458/2011-76 - Emanuele Tiziano Giuliodori, até 05/05/2013

Processo Nº 08000.002556/2011-11 - Yujiroh Fukuda, até 22/07/2013

Processo Nº 08000.003033/2011-84 - Takanori Hamagata, Emi Hamagata, Kyoko Hamagata e Yudai Keith Hamagata, até 02/04/2013

Processo Nº 08000.003078/2011-59 - Ken Kotaki, Kai Kotak, Keiko Kotaki e Rio Kotaki, até 27/04/2013

Processo Nº 08000.003321/2011-39 - Eric Leon Cyrille Decoster, Claire Marie Decoster, Nicole Gabriella Decoster e Thomas Neville Decoster, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.003363/2011-70 - Christopher Francis Srozinski, até 23/06/2013

Processo Nº 08000.003411/2011-20 - Andrea Sbordone, até 16/05/2013

Processo Nº 08000.003421/2011-65 - Gordon David Lindsay, Damaris Eliana Lindsay e Jennifer Susan Lindsay, até 01/06/2013

Processo Nº 08000.003477/2011-10 - Irmgard Neuper, até 18/04/2013

Processo Nº 08000.003746/2011-48 - Camilo Andres Moreno Rubio, até 20/04/2013

Processo Nº 08000.014099/2010-19 - Nelson Rivera Bagnas, até 18/05/2013

Processo Nº 08000.014162/2010-17 - Ian Metcalfe, até 14/05/2013

Processo Nº 08000.014759/2010-61 - Alan Williamson, até 11/05/2013

Processo Nº 08000.014761/2010-31 - Egil Sellevag, até 01/05/2013

Processo Nº 08000.015110/2010-68 - Vittalii Reshetnikov, até 16/08/2011

Processo Nº 08000.015255/2010-69 - Roberto Vicente Lambertini Nerozzi, Maria Auxiliadora Dorta de Lambertini e Roberto Andres Lambertini Dorta, até 18/01/2013

Processo Nº 08000.021422/2010-19 - Francisco Jose Silberberg Cargill e Maria Jose Vargas Abarca, até 10/02/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.013560/2010-16 - Concetto Gallo, até 15/10/2012.

Considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de mudança de empregador da Empresa TIM CELULAR S.A. para a Empresa INTELIG TELECOMUNICAÇÕES Ltda. e a Prorrogação de Estada no País até 06/05/2013. Processo N° 08000.003406/2011-17 - Antonio Beniamino Mustaro, Alessia Mustaro, Federica Mustaro e Sabrina Scravaglieri.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.002836/2011-11 - Iliyan Angelov Aleksandrov

Processo Nº 08461.006263/2010-97 - Edward John Morgan

Processo Nº 08461.006264/2010-31 - Patrick Therrien.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo N° 08000.000620/2011-11 - Thomas Benjamin Castrillo de La Cruz.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.006379/2011-10 - Jennifer Ann Foster, até 09/05/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08125.001575/2010-25 - Ivan Taype de Carvalho, até 10/02/2012

Processo Nº 08260.002978/2011-18 - Elisa Nhanga Moma, até 15/06/2012

Processo Nº 08260.003114/2011-13 - Luis Guilherme Gonçalves Pereira, até 12/06/2012

Processo Nº 08270.005293/2011-12 - Carlos Celio Graça D`Apresentação, até 26/03/2012

Processo Nº 08270.006502/2011-37 - Maria da Luz Josefa Mendes, até 13/04/2012

Processo Nº 08270.028813/2010-76 - Andreia Patricia Soares Ramos Correia, até 30/01/2012

Processo Nº 08280.005341/2011-45 - Jose Fernnell Arenas Gomez, até 15/02/2012

Processo Nº 08296.003711/2010-50 - Bedamloa Pereira Cubala, até 02/11/2011

Processo Nº 08352.000776/2011-11 - Sandra Carolina Salguero Cruz, até 28/03/2012

Processo Nº 08352.000961/2011-05 - Fredy Alexander Rodriguez Cruz, até 06/04/2012

Processo Nº 08354.005984/2010-05 - Isaac Etienne, até 16/11/2011

Processo Nº 08390.001021/2011-79 - Genoveva de Almeida Troso, até 13/03/2012

Processo Nº 08390.002108/2011-63 - Robin Alexander Ernst, até 06/06/2012

Processo Nº 08460.010435/2011-18 - Edilson Renato Ramos Pires, até 16/04/2012

Processo Nº 08460.010477/2011-59 - Valdemiro Pedro Cuange, até 12/05/2012

Processo Nº 08460.010979/2011-80 - Madalena Temudo Luizello Casquinha Peliças, até 12/04/2012

Processo Nº 08460.010981/2011-59 - Maria Felismina de Jesus Adriano Bravo da Costa e Sergio Adriano Bravo da Costa, até 13/04/2012

Processo Nº 08460.010983/2011-48 - Inocencia Aida Eurico Januario, até 02/05/2012

Processo Nº 08495.001425/2011-94 - America Yanira Larrain Gonzalez, até 25/07/2012

Processo Nº 08495.001942/2011-63 - Alejandro Antonio Naranjo Gaviria, até 03/06/2012

Processo Nº 08495.001992/2011-41 - Moises Carlos Tanca Villanueva e Georgiy Carlos Tanca Nazarov, até 06/06/2012

Processo Nº 08495.002000/2011-01 - Diego Alejandro Neira Moreno, até 01/06/2012

Processo Nº 08495.002029/2011-84 - Yader Alfonso Guerrero Perez, até 04/06/2012

Processo Nº 08495.002081/2011-31 - Jonas Valente Matsinhe, até 02/06/2012

Processo Nº 08495.002090/2011-21 - Afonso Daniel Macheca, até 02/06/2012

Processo Nº 08501.003492/2011-17 - Zoila Raquel Siccha Ramirez, até 10/05/2012

Processo Nº 08505.035614/2011-02 - Erika Yuliana Ortiz Montoya, até 05/06/2012

Processo Nº 08505.035646/2011-08 - Elena De Los Angeles Vargas Villarreal, até 03/05/2012

Processo Nº 08505.035664/2011-81 - Elsa Helena da Silva Pecixe, até 02/06/2012

Processo Nº 08506.007013/2011-91 - Cristina Barroso, até 31/12/2011

Processo Nº 08506.007051/2011-44 - Diego Alonso Fernandez Merjildo, até 03/03/2012

Processo Nº 08506.007461/2011-95 - Hernany de Jesus Dionisio, até 29/05/2012

Processo Nº 08506.007467/2011-62 - Jose Waldemar Prado Silva, até 24/04/2012

Processo Nº 08709.017500/2010-03 - Rodrigo Javier Britez Esteche, até 12/03/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.001049/2011-52 - Larry Lythgoe Clark, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001050/2011-87 - Lynette Marie Clark, até 25/02/2012.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de prazo, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08354.005994/2010-32 - Lilise Lima.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 04/04/2011, Seção I, Pág. 23, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.067618/2010-61 - Mara Francella, até 19/02/2012

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.067618/2010-61 - Mara Frangella, até 19/02/2012.

No Diário Oficial da União de 05/05/2011, Seção I, Pág. 42, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.013789/2010-51 - Miguel Angel Mosqueira Zamora, Luisa Socorro Cabrera Huaco, Maria Gracia Mosqueira

Cabrera e Maria Luisa Mosqueira Cabrera

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.013789/2010-51 - Miguel Angel Mosqueira Zamora, Luisa Socorro Cabrera Huaco, Maria Gracia Mosqueira

Cabrera e Maria Luisa Mosqueira Cabrera, até 17/11/2011.

No Diário Oficial da União de 12/05/2011, Seção I, Pág. 51, Onde se lê: Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2010, Seção 1, pág. 47, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 15/05/2011. Processo N° 08000.007722/2010-87 - David Wilkinson

Leia-se: Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2010, Seção 1, pág. 47, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.007722/2010-87 - David Wilkinson.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No Diário Oficial da União de 05/05/2011, Seção I, Pág. 42, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto N° 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08505.010931/2011-16 - Adriana Elizabeth Rosel, Francisco Ariel Gaita e Jazmin Victoria Guaita

Leia-se: DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto N° 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado:

Processo N° 08505.010931/2011-16 - Adriana Elizabeth Rosel, Francisco Ariel Guaita e Jazmin Victoria Guaita.

No Diário Oficial da União de 09/03/2011, Seção I, Pág. 57, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.005182/2010-97 - Luis Kwmi Ndungu

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.005182/2010-97 - Luis Kwami Ndungo.

No Diário Oficial da União de 28/04/2011, Seção I, Pág. 57, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08390.006040/2010-19 - Ralf Jeans Thobo Carlsen

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08390.006040/2010-19 - Ralf Jens Thobo Carlsen.

No Diário Oficial da União de 23/05/2011, Seção I, Pág. 47, Onde se lê: Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ N° 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo N° 08460.031690/2009-80 - Zhang Duan

Leia-se: Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ N° 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo N° 08460.031690/2009-80 - Duan Zhang.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 140, DE 24 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: SUPREME COMMANDER 2 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: SQUARE-ENIX
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Xbox 360/Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004366/2011-41
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: SAINT`S ROW (Estados Unidos da América - 2006)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Ilícitas e Violência
Processo: 08017.004373/2011-43
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: STAR BATTALION (França - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT SA
Distribuidor(es): Gameloft SA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004377/2011-21
Requerente: Benjamin Bernard Claude Michel Vallat
Título: ASPHALT 6 ADRENALINE (França - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT SA
Distribuidor(es): Gameloft SA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Corrida
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004378/2011-76
Requerente: Benjamin Bernard Claude Michel Vallat
Título: MICHAEL PHELPS: PUSH THE LIMIT (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: 505 GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004380/2011-45
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: PUZZLER MIND GYM 3D (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: NINTENDO 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004381/2011-90
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: CROSSWORDS (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004385/2011-78
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: DISNEY SING IT: FAMILY HITS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004386/2011-12
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: DISNEY SING IT: FAMILY HITS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004387/2011-67
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: DISNEY STITCH JAM (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004388/2011-10
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: IMAGINE: GYMNAST (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004392/2011-70
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: IMAGINE: PARTY PLANNER (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004393/2011-14
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: IMAGINE: REPORTER (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004394/2011-69
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: MLB FRONT OFFICE MANAGER (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004407/2011-08
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: STORYBOOK WORKSHOP (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: KONAMI
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004414/2011-00
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

PORTARIA Nº 141, DE 24 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Episódio: GOING BALLISTIC (Estados Unidos da América - 2007)
Episódio(s): 21
Título da Série: CSI MIAMI - 6ª TEMPORADA / CSI MIAMI - SEASON 6
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): Sam Hill
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.000943/2010-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Episódio: HOSTAGE (Estados Unidos da América - 2007)
Episódio(s): 21
Título da Série: CSI NOVA YORK - 4ª TEMPORADA / CSI NOVA YORK - SEASON 4
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): David Von Ancken
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.000964/2010-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: O BRAVO GUERREIRO (Estados Unidos da América - 1969)
Produtor(es): Gustavo Dahl
Diretor(es): Gustavo Dahl
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Tentativa de Suicídio
Tema: Política
Processo: 08017.001145/2011-11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil
Filme: BLOQUEIO (BLOCKADE, Estados Unidos da América - 1938)
Produtor(es): Walter Wanger
Diretor(es): William Dieterle
Distribuidor(es): Representações Arrais Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Assassinato e Agressão Física
Tema: Resistência à Guerra Civil Espanhola
Processo: 08017.001156/2011-00
Requerente: Representações Arrais Ltda
Musical: BRIDGE OVER TROUBLED WATER - 40TH ANNIVERSARY EDITION (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Mike Jackson
Diretor(es): Charles Grodin
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Show Musical
Processo: 08017.001321/2011-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Musical: STRAUSS - SALOME - METROPOLITAN OPERA (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Louisa Briccetti/Victoria Warivonchik
Diretor(es): Barbara Willis Sweete
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Tema: Show Musical
Processo: 08017.001322/2011-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: EU QUERIA SER UM MONSTRO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Rocambole Filmes
Diretor(es): Marão
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Desenho Animado/Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Relação Familiar
Processo: 08017.001447/2011-90
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil
Filme: FAMÍLIA VENDE TUDO (Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Pablo Torrecillas
Diretor(es): Alain Fresnot
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Chula , Conteúdo Sexual e Nudez de seios e nádegas
Tema: Sedução
Processo: 08017.001525/2011-56
Requerente: Playarte Pictures
Filme: INVERSÃO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Adone Fragano
Diretor(es): Edu Felistoque
Distribuidor(es): Antonio Fernandes Filmes/Califórnia Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Consumo de Drogas Ilícitas e Relação Sexual
Tema: Investigação
Processo: 08017.001579/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 13 de maio de 2011

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ANDESI, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 26.229.310/0001-76 - (Processo MJ nº 08071.000357/2011-27);

II. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS ROTARIANOS DO DISTRITO 4680, com sede na cidade de PORTO ALEGRE, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 08.736.815/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.000515/2011-49);

III. ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO JOSÉ ALBERTO- ADJA, com sede na cidade de MONTE ALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte - CGC/CNPJ nº 12.066.055/0001-83 - (Processo MJ nº 08071.021445/2011-62);

IV. ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS PIONEIROS DE BRASÍLIA - ALPB, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 12.964.958/0001-81 - (Processo MJ nº 08071.000327/2011-11);

V. ASSOCIAÇÃO NIPO BRASILEIRA DE PARIQUERA-AÇU - ANB PARIQUERA, com sede na cidade de PARIQUERA-AÇU, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 11.412.904/0001-40 - (Processo MJ nº 08071.006432/2011-63);

VI. CURSO PRÉ-VESTIBULAR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE GUARATINGUETÁ - CURSINHO DA FEG, com sede na cidade de GUARATINGUETÁ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 08.712.060/0001-49 - (Processo MJ nº 08071.021446/2011-15);

VII. GERMINAR SOCIOAMBIENTAL, com sede na cidade de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, Estado do Maranhão - CGC/CNPJ nº 06.048.500/0001-80 - (Processo MJ nº 08071.000567/2011-15);

VIII. I.N.C.L.U.I.R - INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA, LAZER, UNIÃO, INCLUSÃO, REEDUCACIONAL WILSON FERREIRA GOMES, com sede na cidade de RIBEIRÃO PRETO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.397.453/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.006428/2011-03);

IX. INSTITUTO BRASFILMES ILDO STEFFENS DE CINEMA, CIÊNCIAS, CULTURA E EDUCAÇÃO - I.B.C.E., com sede na cidade de MARINGÁ, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 04.717.071/0001-60 - (Processo MJ nº 08071.006416/2011-71);

X. INSTITUTO DE APOIO PROFISSIONAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL - IAPIS, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 12.787.454/0001-33 - (Processo MJ nº 08071.000966/2011-86);

XI. INSTITUTO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA - ICC, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 11.273.070/0001-30 - (Processo MJ nº 08071.000337/2011-56);

XII. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INTEGRAÇÃO SOCIAL - IDHIS, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 10.450.156/0001-28 - (Processo MJ nº 08071.006422/2011-28);

XIII. INSTITUTO ESPERANÇA - INESP, com sede na cidade de CAMPO GRANDE, Estado de Mato Grosso do Sul - CGC/CNPJ nº 08.781.334/0001-51 - (Processo MJ nº 08071.007581/2011-40);

XIV. INSTITUTO FITNESS BRASIL - INSTITUTO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 10.663.450/0001-18 - (Processo MJ nº 08071.000206/2011-79);

XV. INSTITUTO LAURENT - CENTRO DE TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LAURENT, com sede na cidade de PAULÍNIA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 12.945.167/0001-04 - (Processo MJ nº 08071.000498/2011-40);

XVI. INSTITUTO ORION DIGITAL - IOD, com sede na cidade de SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 59.040.568/0001-89 - (Processo MJ nº 08071.000744/2011-63);

XVII. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA - ISADI, com sede na cidade de VILA VELHA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 12.448.552/0001-46 - (Processo MJ nº 08071.006430/2011-74);

XVIII. INSTITUTO VIVÁ AMAZÔNIA - IVA, com sede na cidade de BELÉM, Estado do Pará - CGC/CNPJ nº 10.980.503/0001-24 - (Processo MJ nº 08071.021438/2011-61);

XIX. OSCIP ÁGUA VIVA - AGV, com sede na cidade de CHAPADÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso do Sul - CGC/CNPJ nº 12.293.084/0001-88 - (Processo MJ nº 08071.007576/2011-37);

XX. SOCIEDADE PSICANALÍTICA OFICIAL DO BRASIL - SOPOB, com sede na cidade de VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 08.649.069/0001-52 - (Processo MJ nº 08071.000425/2011-58).

Em 24 de maio de 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:
Processo MJ nº 08017.007541/2010-71
Título do Episódio: "OS SUPER GÊMEOS"
Título da Série: "SMALLVILLE - 9ª TEMPORADA / SMALLVILLE - SEASON 9"
Episódio(s): 08
Requerente: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: super-heróis.
Contém: Violência
Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".
A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio da série na versão apresentada à este Departamento.
Processo MJ nº 08017.007542/2010-16
Título do Episódio: "A CAIXA DE PANDORA"
Título da Série: "SMALLVILLE - 9ª TEMPORADA / SMALLVILLE - SEASON 9"
Episódio(s): 09
Requerente: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: super-heróis.
Contém: Violência
Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".
A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio da série na versão apresentada à este Departamento.
Processo MJ nº: 08017.001495/2007-00
Série: "NCIS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS - 3ª TEMPORADA"
Episódio: 55 (309) "INOCENTE ACUSADO (FRAME UP)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Atos Criminosos e Violência.
Episódio: 56 (310) "NOVATO (PROBIE)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Episódio: 57 (311) "MODELO DE COMPORTAMENTO (MODEL BEHAVIOR)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Atos Criminosos e Drogas Ilícitas.
Episódio: 58 (313) "ENCAIXOTADO (BOXED IN)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Violência e Atos Criminosos.
Episódio: 59 (312) "MENTIRA (DECEPTION)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Violência e Atos Criminosos.
Episódio: 60 (314) "SONO LEVE (LIGHT SLEEPER)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Assassinato e Nudez Velada.
Episódio: 61 (315) "DE CABEÇA PARA BAIXO (HEAD CASE)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Violência e Atos Criminosos.
Episódio: 62 (316) "DE CABEÇA PARA BAIXO (FAMILY SECRETS)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Exposição de Cadáver e Atos Criminosos.
Episódio: 63 (317) "FEROZ (RAVENOUS)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação Criminal.
Contém: Violência e Atos Criminosos.
Deferir os pedidos de reclassificação, versão editada, dos episódios da série, classificando cada um do que estão descritos acima como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".
A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. adequou as obras, apresentando o compromisso por escrito de exibir os episódios da série na versão apresentada a este Departamento.

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 116 de 28/04/2011, publicada no DOU de 02/05/2011, Seção I, página 47, Processo MJ nº 08017.001083/2011-48, onde se lê: "Filme: OS ANJOS NO MEIO DA PRAÇA" leia-se "Filme: OS ANJOS DO MEIO DA PRAÇA"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 269, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e nos termos do art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, dos arts. 37 a 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, da Portaria MPS nº 847, de 19 de março de 2001 e da Portaria Conjunta nº 1, de 17 de fevereiro de 2009, emitida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça e Corregedoria Nacional, resolve

Art. 1º Estabelecer que as Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais que optarem por participar como piloto na utilização do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, deverão utilizar, obrigatoriamente, os aplicativos SIRC-WEB Internet (cadastro pela web) ou SIRC-Carga (transmissão de arquivo por upload e transmissão por WebService), como instrumento para informar os dados de certidões de nascimento, casamento, bem como, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.212, de 1991, comunicar ao INSS o registro ou a inexistência de óbitos, em substituição ao Sistema Informatizado de Controle de Óbito-SISOBI, a partir de maio de 2011.

Art. 2º Os dados de óbitos registrados no SISOBI, antes da implementação do piloto do SIRC, pelas serventias participantes nesta condição migrarão para o SIRC.

Art. 3º As Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais que dispõem de sistemas informatizados próprios poderão compatibilizar estes sistemas a partir de aplicativos eletrônicos formatados, conforme leiaute do arquivo para cadastramento de óbito previsto no Manual de Recomendações Técnicas do SIRC.

Art. 4º As Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais que não participam do piloto do SIRC continuarão com a obrigatoriedade de utilizar o SISOBI para comunicar ao INSS o registro dos óbitos ou a sua inexistência, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.212, de 1991 e a Portaria nº 847, de 2001.

Art. 5º O INSS é responsável pela atividade de desenvolvimento, operacionalização, armazenamento e manutenção do banco de dados do piloto do SIRC e dará suporte às Serventias que atuarem como piloto na sua utilização, por meio das suas Gerências-Executivas, as quais serão responsáveis pela orientação quanto à utilização dos aplicativos eletrônicos disponibilizados para a realização dos registros de nascimento, casamento e óbito.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 23 DE MAIO DE 2011

Altera a redação do § 1º do Art. 10 da Resolução nº 91/INSS/PRES, de 16 de junho de 2010, que "dispõe sobre a cessão de imóveis residenciais funcionais de propriedade do INSS".

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990; e
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, e considerando:

a) as determinações do Tribunal de Contas da União contidas no Acórdão 1896/2005 - Plenário; e

b) a necessidade de adaptar a norma interna ao que dispõe o Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que disciplina a cessão de uso dos imóveis residenciais funcionais, situados no Distrito Federal, por servidores ocupantes de cargo em comissão no âmbito da estrutura deste Instituto, e diante das razões apresentadas pela Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário no processo administrativo nº 35000.001123/2008-16,especificamente quanto à não entrega da totalidade dos laudos de avaliação dos imóveis funcionais pela Caixa Econômica Federal, resolve:

Art. 1° Fica alterado o § 1º do Art. 10 da Resolução nº 91/INSS/PRES, de 16 de junho de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.10 - .....

.....

§1º Fica estabelecido que a atualização da taxa de uso seja feita até 31 de março de cada ano. A taxa de uso entrará em vigor no dia 1º de abril de cada ano, e será calculada da seguinte forma:

a) a cada três anos, a começar do ano de 2012, o valor da taxa de uso será definido com base em avaliação atualizada do imóvel, na forma do artigo 14, inciso I, da Lei nº. 11.481, de 31 de maio de 2007, para efeito de revisão das taxas de uso; e

b) no ano de 2011 e nos anos intercalados ao período previsto na alínea anterior, a taxa de uso será atualizada com base na variação percentual da pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, entre o ano anterior e o ano vigente." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.187, DE 25 DE MAIO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado da Paraíba e do Município de João Pessoa (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.569/GM/MS, de 28 de junho de 2007, que institui diretrizes para a atenção à saúde, com vistas à prevenção da obesidade e assistência ao portador de obesidade;

Considerando a Portaria nº 1.570/GM/MS, de 28 de junho de 2007, que determina a operacionalização da assistência ao portador de obesidade grave;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 31 de agosto de 2007, que define as Unidades de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade;

Considerando a Deliberação CIB/PB nº 1.293/2010, de 9 de agosto de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Paraíba (PB); e

Considerando a Portaria nº 214/SAS/MS, de 17 de maio 2011, que habilita o Hospital Universitário Lauro Wanderley - CNPJ 24.098477/0007-05, código CNES 24002243, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado da Paraíba (PB) e Município de João Pessoa.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados à habilitação do Hospital Universitário Lauro Wanderlei João Pessoa (PB) CNPJ 24180.474/0007-05 - CNES 2400243, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) ao Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0025 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade do Estado da Paraíba.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.188, DE 25 DE MAIO DE 2011

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e do Município de São José do Rio Preto.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.569/GM/MS, de 28 de junho de 2007, que institui diretrizes para a atenção à saúde, com vistas à prevenção da obesidade e assistência ao portador de obesidade;

Considerando a Portaria nº 1.570/GM/MS, de 28 de junho de 2007, que determina a operacionalização da assistência ao portador de obesidade grave;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 31 de agosto de 2007, que define as Unidades de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade;

Considerando a Deliberação CIB/SP nº 015/2010, de 23 de março de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo; e

Considerando a Portaria nº 214/SAS/MS, de 17 de maio 2011, que habilita o Hospital Ielar - Instituto Espírita Nosso Lar - São José do R#io Preto (SP) - CNPJ 60.007.648/0003-083, código CNES 2097605, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave, resolve:

Art. 1º Estabelecer recurso anual no montante de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado de São Paulo e do Município de São José do Preto (SP).

Parágrafo único. Os recursos serão destinados à habilitação do Hospital Ielar - Instituto Espírita Nosso Lar - São José do Rio Preto (SP) - CNPJ 60.007.648/0003-83 - CNES 2097605, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) ao Fundo Municipal de São José do Rio Preto.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0035 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.190 DE 25 DE MAIO DE 2011

Institui Grupo de Trabalho para avaliar a disponibilidade e a qualidade da produção nacional das órteses e próteses, o potencial de inovação, bem como analisar e propor alteração dos preços das órteses e próteses a serem adquiridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições previstas no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1° Instituir, no âmbito do Ministério da Saúde (MS), o Grupo de Trabalho para avaliar a disponibilidade e a qualidade da produção nacional das órteses e próteses, o potencial de inovação, bem como analisar e propor alteração dos preços das órteses e próteses a serem adquiridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - identificar fabricantes nacionais e importadores de órteses e próteses;

II - realizar pesquisas e estudos de mercado para os produtos;

III - realizar estudos prospectivos e propor modelos de monitoramento da qualidade das órteses e próteses;

IV- propor mecanismos para aumentar a oferta interna desde que possibilite o aumento do acesso;

V - propor mecanismos para regulação e monitoramento da qualidade das órteses e próteses;

VI - propor novas metodologias para o ressarcimento, reembolso e aquisição de órteses e próteses; e

VII - propor estudos de prospecção para identificar eventuais gargalos tecnológicos de produtos, e da cadeia de insumos.

Art. 3° O Grupo de Trabalho será constituído por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos:

a) Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIIS/SCTIE/MS), que o coordenará;

II - Secretaria de Atenção à Saúde:

a) Departamento de Atenção Especializada (DAE/SAS);

b) Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS);

III - Secretaria-Executiva:

a) Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento (DESD/SE);

IV - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

V - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO);

VI - Instituto Nacional de Cardiologia (INC);

VII - Grupo Hospitalar Conceição (GHC); e

VIII - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Parágrafo único. Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos e áreas à Coordenação do Grupo de Trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º O DECIIS/SCTIE/MS será responsável pelo apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos e pela convocação das reuniões, elaboração de atas e encaminhamentos dos documentos produzidos.

Art. 5° O Grupo de Trabalho poderá convidar, ainda, servidores dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde, de outros órgãos da Administração Pública Federal, de entidades não-governamentais, bem como especialistas em assuntos ligados ao tema, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º Deverá o Grupo de Trabalho ora instituído, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, apresentar o resultado final dos trabalhos e encaminhá-lo ao Secretário de Atenção à Saúde, ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e à Secretaria-Executiva.

Art. 7° As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 20 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.33902.095465/2004-68

Operadora: Unimed Pedro Leopoldo - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 303585

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto condutor da DIPRO, pelo conhecimento e não provimento do recurso, relativo às identificações representadas pelas AIHs 2705736979 (02/2004) e 2850089506 (03/2004), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2129, de 28 de setembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.001106/2002-96

Operadora: H.B.Saúde S/A

Registro ANS: 350249

Auto de Infração n.º 12528 de 9/3/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, porém alterando seu valor para o montante de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, nos termos da RN n.º124 , de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2271, de 30 de novembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.202780/2005-39

Operadora: Fundação Pampulha de Assistência Médica

Registro ANS: 312126

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com a procedência da notificação fiscal de lançamento de débito em virtude das pendências relativas ao recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar - TPS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2282, de 30 de novembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.154410/2005-88

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: M.C.B.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2325, de 4 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.202177/2003-95

Operadora: Excelsior Med Ltda.

Registro ANS: 411051

Auto de Infração n.º 10395 de 30/5/2003

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, porém alterando seu valor para o montante de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), nos termos do inciso V do artigo 5º c/c inciso II do artigo 15, ambos da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2375, de 22 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.191171/2004-66

Operadora: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde

Registro ANS: 403911

Beneficiário: T.A.V.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2382, de 22 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.002478/2004-00

Operadora: Amil Assistência Médica Internacional Ltda.

Registro ANS: 326305

Beneficiário: R.M.G.S.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2387, de 23 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.015220/2000-31

Operadora: Associação de Saúde Holambra

Registro ANS: 360783

Representação n.º 0143/DIGES/2001

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância, porém aplicando pena de advertência nos termos do artigo 36 da RN n.º124 , de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2447, de 29 de janeiro de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.113670/2003-31

Operadora: Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Montenegro

Registro ANS: 343587

Auto de Infração n.º 9802 de 28/1/2003

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso, desconstituindo a decisão de primeira instância da DIFIS e determinando o arquivamento do pleito.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2530, de 16 de março de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.011615/2004-99

Operadora: Saúde Plus Assistência Médica Ltda.

Registro: 412368

Auto de infração n° 11562 em 20/1/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pela revisão administrativa, mantendo a decisão de primeira instância, porém alterando seu valor para o montante de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2531, de 26 de março de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.031506/2004-98

Operadora: Saúde Plus Assistência Médica Ltda.

Registro: 412368

Auto de infração n° 11575 de 11/3/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pela revisão administrativa, mantendo a decisão de primeira instância, porém alterando seu valor para o montante de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2596, de 24 de março de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.067916/2005-58

Operadora: Unimed Rio - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro

Registro ANS: 393321

Beneficiário: J.C.S.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2671, de 29 de abril de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.130561/2002-06

Processo n.º: 25022.000562/2001-15

Operadora: AMED - Administração de Serviços Médicos Ltda.

Registro ANS: 364916

Auto de Infração n.º 6159 de 25/4/2001

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pela procedência da revisão administrativa, aplicando pena de advertência nos termos do artigo 34 c/c inciso II do artigo 5º, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2772, de 14 de junho de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.011617/2004-88

Operadora: Saúde Plus Assistência Médica Ltda.

Registro: 412368

Auto de infração n° 11561 em 20/1/2004

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pela revisão administrativa, mantendo a decisão de primeira instância, porém alterando seu valor para o montante de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2879, de 4 de agosto de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 25780.000185/2007-28

Operadora: GEAP - Fundação de Seguridade Social

Registro ANS: 323080

Auto de Infração n.º 20560 de 27/4/2007

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIFIS em primeira instância que fixou multa no montante de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nos termos do artigo 78 c/c inciso V do artigo 10, nos termos da RN n.º124 , de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2984, de 21 de setembro de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.03150242710/2003-51

Operadora: Amil Assistência Médica Internacional Ltda.

Registro: 326305

Auto de infração n° 10738 de 21/10/2003

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso, desconstituindo a decisão de primeira instância da DIFIS nos termos do § 1º do artigo 6º da RN n.º 162, de 2007, com seu conseqüente arquivamento.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3009, de 29 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.075911/2003-37
Operadora: Saúde Master - Assistência à Saúde Ltda.
Registro: 412813
Auto de infração n° 1034 de 8/4/2003

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pela revisão administrativa, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, porém alterando seu valor para o montante de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3031, de 7 de outubro de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.136479/2004-49
Operadora: Unimed Pato Branco - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro
Registro ANS: 370681
Beneficiário: D.W.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3163, de 19 de janeiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902. 108589/2002-59
Operadora: Unimed de Ourinhos - Cooperativa de Trabalho Médico
Registro ANS: 311294
Auto de Infração n.º 8063 de 8/5/2002

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pela revisão administrativa com extinção e conseqüente arquivamento do processo, tendo em vista trata-se de conduta objeto do TCAC n.º 286/2006 cumprido integralmente, nos termos da RN n.º 175, de 2008.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3165, de 7 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.241567/2005-42
Operadora: Unimed Curitiba
Registro ANS: 304701
Beneficiário: A.P.P.R.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3183, de 15 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902. 034749/2000-54
Operadora: HSBC - Bamerindus Seguros S/A
Registro ANS: 60106
Auto de Infração n.º 5204 de 26/9/2001

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso, anulando a decisão de primeira instância da DIFIS e determinando o arquivamento do presente processo, nos termos do artigo 64 da lei 9.784/99 c/c artigo 28 da RDC n.º 48, de 2003.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 23 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3185, de 15 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.199621/2005-40
Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana
Registro ANS: 304701
Beneficiário: C.M.S.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3224, de 11 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.182551/2002-48
Operadora: CAARN - Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte
Registro: S/registro
Auto de infração n° 8602 de 9/7/2002

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a multa diária imposta pela Diretoria de Fiscalização, - consoante permissivo disposto no § 6º do artigo 19 da Lei 9.656/98 e no artigo 18 da RN n.º 124, de 2006 -, adotando como termo a quo o dia 7/8/2002 e ad quem o dia 4/11/2002, perfazendo o total de noventa dias e a quantia de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), à vista do descumprimento dos incisos I e II do artigo 9º c/c artigo 19, ambos da lei 9.656/98 c/c artigo 18 c/c §§ 3º e 4º do artigo 12, os dois últimos da RN n.º 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301277/2005-65
Operadora: ASTTER - Associação dos Servidores do Tribunal do Trabalho da 3ª Região
Registro ANS: 310280

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301271/2005-98
Operadora: Good Life Saúde S/A
Registro ANS: 305995

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.265818/2006-65
Operadora: Unimed Além Paraíba - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 313955

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301627/2005-93
Operadora: Unimed Caratinga - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 347736

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301259/2005-83
Operadora: Unimed Ituiutaba - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 301060

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902. 301284/2005-67
Operadora: UNIMED NOROESTE DE MINAS - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 315494

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301682/2005-83
Operadora: Unimed Patos de Minas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 353060

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301553/2005-95
Operadora: Unimed Serra do Caraça - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 343196

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.265816/2006-76
Operadora: Unimed Sudoeste de Minas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Registro ANS: 324175

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 293ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.301282/2005-78

Operadora: Unimed Viçosa - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 314587

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2230, de 11 de novembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.176110/2005-50

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: W.G.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente, por decurso do prazo de vinte e quatro meses estipulado artigo 7º da Resolução CONSU n.º 2, de 1998, vigente à época.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2283, de 30 de novembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.199602/2005-13

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: K.K.F.C.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente em virtude da insuficiência de provas.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2300, de 1 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.004944/2007-26

Operadora: Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 319121

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão de primeira instância que julgou procedente a notificação fiscal de lançamento de débito em virtude de pendências relativas ao recolhimento de Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TPS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2306, de 2 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.084911/2003-28

Operadora: Amico Saúde Ltda.

Registro: 306622

Auto de infração n° 9879 de 10/1/2003

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do inciso IV do artigo 7º da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2355, de 7 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.046077/2005-34

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: T.L.K.A.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2361, de 9 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.012630/2005-35

Operadora: Santa Helena Assistência Médica S/A

Registro ANS: 355097

Beneficiário: J.P.M.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2376, de 22 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.180887/2004-38

Operadora: Unimed Rio - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 393321

Beneficiário: N.L.M.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou procedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2379, de 22 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.186724/2004-69

Operadora: Unimed Salvador - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 303111

Beneficiário: M.S.B.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2384, de 23 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.133892/2005-32

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: M.D.R.Z.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente em virtude da insuficiência de provas.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2393, de 23 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.012630/2005-35

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: M.A.B.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2396, de 23 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.034798/2005-00

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: F.S.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2514, de 12 de março de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.057054/2002-11

Operadora: Sul América Seguro Saúde S/A

Registro: 006246

Auto de infração n° 7371 de 8/3/2002

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), nos termos do inciso I e parágrafo único do artigo 7º da RDC n.º 24, de 2000.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2910, de 16 de agosto de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.083353/2004-54

Operadora: Unimed BH - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 343889

Beneficiário: D.L.P.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo não conhecimento do recurso eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 2911, de 16 de agosto de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.153968/2005-46

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: S.M.R.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente em virtude da insuficiência de provas.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3147, de 31 de janeiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.160428/2003-57

Operadora: Unimed Goiânia - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 382876

Beneficiário: A.L.O.P.

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente em virtude da insuficiência de provas.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3164, de 7 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.197093/2005-94

Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro ANS: 304701
Beneficiário: R.S.C.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3181, de 15 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.179321/2004-63
Operadora: Unimed Curitiba - Sociedade de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana
Registro ANS: 304701
Beneficiário: J.C.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou procedente a alegação de doença e lesão preexistente.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3182, de 15 de fevereiro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.259593/2005-27
Operadora: Santa Helena Assistência Médica S/A
Registro ANS: 355097
Beneficiário: N.F.R.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 19 de janeiro de 2011, processo n.° 33902.202612/2002-09, publicada no DOU nº 15, em 21 de janeiro de 2011, seção 1, página 62: onde se lê: "Registro ANS: 387623.... ". leia-se: Registro ANS: 387622 ".

Na Decisão de 04 de janeiro de 2011, processo n.° 33902.071584/2001-82, publicada no DOU nº 04, em 06 de janeiro de 2011, seção 1, página 42: onde se lê: " Protocolo ANS n° 33902.050769/2002-34 e Operadora: Green Line Sistema de Saúde Ltda.... ". leia-se: Protocolo ANS n° 33902. 071584/2001-82 e Operadora: Santa Luzia Assistência Médica LTDA ".

Na Decisão de 03 de dezembro de 2010, processo n.° 33903.002656/2005-65, publicada no DOU nº 233, em 07 de dezembro de 2010, seção 1, página 57: onde se lê: " Protocolo ANS n° 33902.002656/2005-65.... ". leia-se: Protocolo ANS n° 33903.002656/2005-65 ".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO ESTADUAL EM MINAS GERAIS

DESPACHO DA CHEFE
Em 24 de maio de 2011

Nº 1.530 - Processo nº 25779.007352/2010-04
O Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 07, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto na Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio desta dar ciência:
Ao representante legal da empresa MASTER CLEAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.950.866/0001-40, com último endereço conhecido na ANS na Rua Marechal Deodoro, 230, sala 301, Centro, Juiz de Fora - MG da lavratura do auto de infração nº 53261 na data de 24/05/2011, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN 124/2006, ao deixar de garantir, a partir de julho de 2009, cobertura obrigatória, garantida em Lei, para consultas nas especialidades de Alergista e Psiquiatria, para o beneficiário F.O.V, infringindo o seguinte dispositivo legal: artigo 12, inciso I, da Lei 9656/98, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada no Núcleo da ANS Minas Gerais, situado à Rua Paraíba, 330- sala 1104 - 11º andar - Belo Horizonte - MG, CEP 30.130-917.

EUNICE MOURA DALLE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 705, DE 25 DE MAIO DE 2011

Altera o Anexo II da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 16 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista ao disposto no inciso XII do art. 13 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, com a nova redação dada pelo Decreto n. 3.571, de 21 de agosto de 2000, considerando a necessidade de ajustar o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, resolve:
Art. 1º. Alterar o Anexo II da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"ANEXO II
QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS

Função	Nível	Valor	Situação Lei 9986/2000		Situação Nova	
			Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Direção	CD I	11.500,82	1	11.500,82	1	11.500,82
	CDII	10.925,78	4	43.703,12	4	43.703,12
Executiva	CGE I	10.350,73	5	51.753,65	1	10.350,73
	CGE II	9.200,65	21	193.213,65	23	211.614,95
	CGE III	8.625,61	48	414.029,28	29	250.142,69
	CGE IV	5.750,40	0	0,00	26	149.510,40
Assessoria	CA I	9.200,65	0	0,00	9	82.805,85
	CA II	8.625,61	5	43.128,05	4	34.502,44
	CA III	2.587,69	0	0,00	7	18.113,83
Assistência	CAS I	2.156,41	0	0,00	6	12.938,46
	CAS II	1.868,89	4	7.475,56	14	26.164,46
Técnica	CCT V	2.186,60	42	91.837,20	20	43.732,00
	CCT IV	1.597,88	58	92.677,04	96	153.396,48
	CCT III	962,48	67	64.486,16	45	43.311,60
	CCT II	848,48	80	67.878,40	45	38.181,60
	CCT I	751,29	152	114.196,08	86	64.610,94
		Totais	**487**	**1.195.879,01**	**416**	**1.194.580,37**

"(NR)
Art. 2º. Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.588, DE 14 DE ABRIL DE 2011 (*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicada no D. O. U. de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 633, de 11 de maio de 2011;
considerando o art. 62, II, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;
considerando o art. 18, § 6º, II, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
considerando, ainda, comunicado da Empresa detentora do registro, informando sobre a constatação da falsificação, resolve:
Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do produto HORMOTROP (Somatropina) 12UI, lote CC91178, nas características descritas no art. 2º desta Resolução, por se tratar de falsificação. O detentor do registro é o Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda., CNPJ nº 61.282.661/0001-41.
Art. 2º As principais características que diferenciam o produto falsificado do original são:

Produto Falsificado	Produto Original
- Registro nº 10646.0137.001-7	- Registro nº 1.0646.0137.002-5
- Diluente: 1 mL	- Diluente: 2 mL
- Código do cartucho: 600778	- Código do cartucho: 600774
- Validade: 03 anos (11/12)	- Validade: 02 anos

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 73, de 15-4-2011, Seção 1, pág. 57, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.220, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 633, de 11 de maio de 2011;
considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial os art. 196, 197, 200, incisos I e II;
considerando os arts. 4º e 6º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
considerando os arts. 2º, 6º, inciso I, alínea "a", VII, §1º, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990;
considerando o inciso VII do art. 2º e o inciso XXVI do art. 7º, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999;
considerando os arts. 12, 59 e 67, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:
Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo território nacional, das propagandas do produto Bomba de Insulina Willcare, em todos os meios de comunicação de massa, inclusive na internet, e, especialmente, no site www.bombadeinsulina.med.br, por não ter registro na ANVISA.
Art. 2º A determinação durará o tempo necessário para a regularização do produto na ANVISA, com publicação do deferimento no Diário Oficial da União (D.O.U.).
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.221, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 633, de 11 de maio de 2011;
considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 196, 197, 200, incisos I e II;
considerando os arts. 4º e 6º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
considerando os arts. 2º, 6º, inciso I, alínea "a", VII, §1º, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990;
considerando o inciso VII do art. 2º e o inciso XXVI do art. 7º, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999;
considerando os arts. 12, 59 e 67, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976;
considerando o art. 93, Parágrafo único do Decreto nº. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, resolve:
Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo território nacional, de todas as propagandas dos produtos Lingerie Magnética Senobell, Linha Fitness Anti Celulite, Cueca Magnética, Palminha Magnética, Sandálias Magnéticas, Jarra Azul, Travesseiro Magnético, Colchões Magnéticos, Máscara Magnética, Redutor de Ondas, da empresa South North Magnetics do Brasil Ltda, em todos os meios de comunicação de massa, inclusive na internet, especialmente no site, www.jarraazul.com.br, pelo fato dos produtos apresentarem indicações terapêuticas e não possuírem o devido registro ou cadastro junto à Anvisa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A determinação durará o tempo necessário para a regularização dos produtos na Anvisa, com publicação do deferimento no Diário Oficial da União (D.O.U.), bem como adequação da campanha publicitária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ARESTO Nº 88, DE 20 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 4 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, para modificar totalmente os termos da decisão recorrida e determinar retorno para área competente para prosseguimento da análise.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: BIODINAMICA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 33.425.331/0001-22
Processo nº: 25351.583213/2010-65
Expediente Indeferido nº: 769301/10-0
Expediente do Recurso nº: 862527/10-1
Empresa: PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.028.682/0001-40
Processo nº: 25351.107792/2010-71
Expediente Indeferido nº: 142084/10-4
Expediente do Recurso nº: 978364/10-4
Empresa: G.F.E. DO BRASIL LTDA
CNPJ: 55.126.981/0001-00
Processo nº: 25351.078254/2010-64
Expediente Indeferido nº: 103038/10-8
Expediente do Recurso nº: 970541/10-4
Empresa: G.F.E. DO BRASIL LTDA
CNPJ: 55.126.981/0001-00
Processo nº: 25351.078133/2010-97
Expediente Indeferido nº: 102880/10-4
Expediente do Recurso nº: 962690/10-5

ARESTO Nº 90, DE 24 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessões realizadas nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, determinando a extinção do recurso, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

Reunião do dia 05 de abril de 2010
APSEN FARMACEUTICA S/A
25351.304764/2004-54 - AIS:425976/04-9 (1346/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.052108/2003-80 - AIS:192129/03-1 (683/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
25351.153333/2004-13 - AIS:247962/04-1 (821/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EDITORA ABRIL S/A
25351.384411/2005-19 - AIS:457815/05-5 (1491/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ELAN COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA
25351.503951/2006-81 - AIS:675428/06-7 (807/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
25351.276046/2004-81 - AIS:392827/04-6 (1807/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EMS SIGMA PHARMA LTDA
25351.245376/2004-24 - AIS:355760/04-0 (805/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GERMED FARMACEUTICA LTDA
25351.383942/2005-86 - AIS:457203/05-3 (507/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GERMED FARMACEUTICA LTDA
25351.392360/2005-91 - AIS:467742/05-1 (514/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA
25351.148867/2004-28 - AIS:242576/04-9 (283/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
25351.013517/2004-41 - AIS:036489/04-4 (1316/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA
25351.048908/2003-04 - AIS:180922/03-9 (567/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SORIAK COMERCIO E PROMOÇOES S/A
25351.410677/2005-16 - AIS:491056/05-7 (166/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
TORRENT DO BRASIL LTDA
25351.027288/2003-61 - AIS:101262/03-2 (268/03) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
25351.239430/2004-01 - AIS:348867/04-5 (1215/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais),
além de Proibição de Propaganda,
Reunião do dia 22 de março de 2010
GLIMA & CIA
25351.295672/2008-08 - AIS:375295/08-0 (250/08) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, PUBLICIDADE, PROMOÇÃO E INFORMAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 25 de maio de 2011

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 05, de 05 de outubro de 2010, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FARMACÊUTICOS PROPRIETÁRIOS DE FARMÁCIAS E DROGARIAS
25351.043684/2006-89 - AIS:056330/06-7 (1498/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
CBC SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
25351.436792/2005-11 - AIS:524203/05-7 (1338/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
DROGARIA CAPILE LTDA
25351.043714/2006-57 - AIS:056363/06-3 (1648/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
EXPANSÃO CIENTIFICA LTDA
25351.090693/2005-88 - AIS:107625/05-6 (194/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
GRUPO DE COMUNICACAO TRES S/A
25351.291826/2005-31 - AIS:345549/05-1 (1171/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
RADIO TUPI AM LTDA
25351.311931/2005-02 - AIS:369286/05-8 (1240/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
ROBERG ALIMENTOS E MEDICAMENTOS DA NATUREZA LTDA
25351.436663/2005-22 - AIS:524048/05-4 (1330/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
SP FARMA LTDA
25351.322124/2005-15 - AIS:381023/05-2 (1377/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
TV JANGADEIRO LTDA
25351.366551/2005-05 - AIS:435774/05-4 (624/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
TV SKY SHOP S.A.
25351.436129/2005-16 - AIS:523361/05-5 (1334/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
VIRTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25351.282525/2004-36 - AIS:400525/04-2 (174/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência

PATRÍCIA DOMINGUES MASERA TOKARSKI
P/ Delegação de Competência

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 229, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Excluir a equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 99, de 18 de março de 2011, conforme nº do SNT 1 02 09 PR 05:
FIGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 PR 05 XIII - membro: Silvana Klug Pimentel, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 15048.

Art. 2º - Excluir a equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 535, de 07 de outubro de 2011, conforme nº do SNT 1 02 08 PR 07:
FIGADO: 24.09
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 09 PR 05 XIII - membro: Silvana Klug Pimentel, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 15048.

Art. 3º - Excluir a equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 480, de 22 de dezembro de 2009, conforme nº do SNT 1 11 09 DF 01:
CORNEA/ESCLERA:24.07
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 09 DF 01 XIII - membro: Patrick Frensel de Moraes Tzelikis, oftalmologista, CRM 11035.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 230, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 480, de 22 de dezembro de 2009, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 11 09 DF 01:
CORNEA/ESCLERA: 24.07
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 09 DF 01 VI - membro: Guilherme Andrade do Nascimento Rocha, oftalmologista, CRM 17836.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 387, de 13 de novembro de 2009, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 11 01 PR 21:
CORNEA/ESCLERA: 24.07
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 01 PR 21 XVI - membro: Claudia Leiko Yamanaka, oftalmologista, CRM 24806.

Art. 3º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 48, de 11 de fevereiro de 2011, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 11 11 SC 02:
CORNEA/ESCLERA: 24.07
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 11 SC 02 VI - membro: Fernando Antônio Malfatti, oftalmologista, CRM 12285.

Art. 4º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 32, de 2010 de janeiro de 2010, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 11 10 RS 01:
CORNEA/ESCLERA: 24.07
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 10 RS 01 VII - membro: Gabriel Zatti Ramos, oftalmologista, CRM 31391.

Art. 5º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 33, de 20 de janeiro de 2010, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 02 99 MG 15:
FIGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 02 99 MG 15 XVII - membro: João Ricardo Miranda Zocrato, cirurgião geral, CRM 41234; XVIII - membro: Maria Eva Costa Zocrato, cirurgião geral, CRM 43214.

Art. 6º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 728, de 22 de dezembro de 2010, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 01 02 MG 52:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 52 XXVI - membro: Andre Farias e Pessoa, cirurgião geral, CRM 45017; XXVII - membro: Ricardo de Castro Contijo, cirurgião geral, CRM 34252.

Art. 7º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 628, de 18 de novembro de 2010, , o membro abaixo conforme nº do SNT 1 01 02 MG 51:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 52 XV - membro: Walfredo Gonçalves de Quadros Júnior, cirurgião geral, CRM 42945; XVI - membro: Sérgio Santos Rametta, urologista, CRM 41424.

Art. 8º - Incluir, na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 202, de 23 de abril de 2010, o membro abaixo conforme nº do SNT 1 12 10 MG 02:
TECIDO MUSCULOESQUELÉTICO: 24.22
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 12 10 MG 02 VII - membro: Celso Eduardo Ribeiro Gonçalves Santos, ortopedista, CRM 40316; VIII - membro: Fabiano Ricardo Vieira Ferreira, ortopedista, CRM 42423; IX - membro: Luiz Cláudio Vieira Ferreira, ortopedista, CRM 34899; X - membro: Marcelo Rangel Pamfílio de Souza, ortopedista, CRM 27518; XI - membro: Roberto da Cunha Luciano, ortopedista, CRM 28556; XII - membro: Rodrigo Galvão Cardoso, ortopedista, CRM 30898.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 231, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Substituir o responsável técnico, Leonardo Akaishi, oftalmologista, CRM 9673, constante na Portaria SAS/MS nº 480, de 22 de dezembro de 2009, conforme nº do SNT 1 11 09 DF 01, e nomear como responsável técnico pela equipe, Patrick Frensel de Moraes Tzelikis, oftalmologista, CRM 17836.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 232, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos aos estabelecimentos de saúde abaixo identificados:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 09 MS 01 II - denominação: Cristalle Medicina Ocular S/S Ltda; III - CGC: 07.255.016/0001-94; IV - CNES: 3461424; V- endereço: Rua Paranaiba, nº 1128 - Três Lagoas - AM - CEP: 79.602-030.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 08 MG 08 II - denominação: Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas - Hospital Universitário Alzira Velano; III - CGC: 17.878.554/0001-99; IV - CNES: 2171988; V- endereço: Rua Geraldo Freitas das Costa, nº 120 - Cruz Preta - Alfenas - MG - CEP: 37.130-000.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 06 RS 01 II - denominação: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas; III - CGC: 92.242.080/0002-90; IV - CNES: 2252694; V- endereço: Rua Professor Araújo, nº 538 - Centro - Pelotas - RS - CEP: 96.020-360.

Art. 2º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:
RIM/ PANCREAS: 24.05
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 31 01 MG 04 II - denominação: Hospital Felicio Rocho; III - CGC: 17.214.149/0001-76; IV - CNES: 26859; V- endereço: Avenida do Contorno, nº 9530 - Prado - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.110-067.

Art. 3º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde abaixo identificado:
TECIDO MUSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 07 SP 02 II - denominação: Hospital do Coração - Associação Sanatório Sírio; III - CGC: 60.453.024/0003-90; IV - CNES: 2081288; V- endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 123 - Paraíso - São Paulo - SP - CEP: 04.004-003.

Art. 4º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos as equipes de saúde abaixo identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 09 MS 03 II - responsável técnico: Alexsandra Passarelli Giabardo Marques, oftalmologista, CRM 3757; III - membro: Alexsandra Passarelli Giabardo Marques, oftalmologista, CRM 3757.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 26 II - responsável técnico: Lúcio Herculano Galvão Dantas, oftalmologista, CRM 15837; III - membro: Lúcio Herculano Galvão Dantas, oftalmologista, CRM 15837.
I - Nº do SNT 1 11 03 MG 05 II - responsável técnico: Marcelo Carvalho Miranda, oftalmologista, CRM 30128; III - membro: Marcelo Carvalho Miranda, oftalmologista, CRM 30128.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 99 SP 17 II - responsável técnico: Tadeu Cvintal, oftalmologista, CRM 10861; III - membro: Cláudio Rabelo Santos Picosse, oftalmologista, CRM 127556 IV - membro: Fernando Moro, oftalmologista, CRM 87112; V - membro: Leila da Castro Morais, oftalmologista, CRM 121004; VI - membro: Leonardo Henrique Ferreira Beraldo, oftalmologista, CRM 104884; VII - membro: Lisandro Caron Lambert, oftalmologista, CRM 69208; VIII - membro: Marcelo Luís Occhiutto, oftalmologista, CRM 69439; IX - membro: Rodrigo Albejante Hoffmann, oftalmologista, CRM 116723; X - membro: Victor Adrigheti Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 108193 XI - membro: Ederson Henrique Engel, oftalmologista, CRM 118864.

Art. 5º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea a equipe de saúde abaixo identificada:
MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
MEDULA OSSEA NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 21 06 SP 01 II - responsável técnico: Adriana Seber, hematologista, CRM 63195; III - membro: Valéria Cortez Ginani, oncologista, CRM 77835; IV - membro: Carla Renata Pacheco, oncologista, CRM 82954; V - membro: Roseane Vasconcelos Gouveia, oncologista, CRM 91689; VI - membro: Victor Gottardello Zecchini, oncologista, CRM 94169.

Art. 6º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado a equipe de saúde abaixo identificada:
FIGADO: 24.09
BAHIA

I - Nº do SNT 1 02 91 BA 01 II - responsável técnico: Jorge Luiz Andrade Bastos, cirurgião de fígado, CRM 6248; III - membro: Paulo Lisboa Bitencourt, hepatologista, CRM 14498; IV - membro: Raimundo Parana Ferreira Filho, hepatologista, CRM 8870 V - membro: Andrea Ribeiro Cavalcante, hepatologista, CRM 9958; VI - membro: Liana Machado Codes, hepatologista, CRM 12374 VII - membro: Leonardo Fernandes Canedo, hepatologista, CRM cirurgião de fígado, CRM 16800 VIII - membro: Bruno da Silva Almeida, cirurgião de fígado, CRM 15730; IX - membro: Andre Gusmão Cunha, cirurgião de fígado, CRM 12988; X - membro: Luiz Antonio Rodrigues de Freitas, patologista, CRM 8870; XI - membro: Eron Garcia de Santana, anestesista, CRM 10353; XII - membro: Manoel Rodrigues Medeiros Neto, anestesista, CRM 10112.

Art. 7º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:
PANCREAS: 24.04
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 32 02 MG 60 II - responsável técnico: Agnaldo Soares Lima, cirurgião geral, CRM 20280; III - membro: Alexandre Prado Resende, cirurgião geral, CRM 25474; IV - membro: Evandro Luis de Oliveira Costa, cirurgia geral, CRM 27175; V - membro: Manoel Jacy Vilela Lima, cirurgião geral, CRM 8605; VI - membro: Marcelo Dias Sanches, cirurgião geral, CRM 20973; VII - membro: Leandro Ricardo de Navarro Amado, cirurgião geral, CRM 37874; VIII - membro: Roberto Cardoso Bessa Júnior, anestesiologista, CRM 29254; IX - membro: Omar Lopes Cançado Júnior, cirurgião geral, CRM 23211; X - membro: Marcelo de Medeiros Chaves França, cirurgião geral, CRM 29579; XI - membro: Cristiano Xavier Lima, cirurgião geral, CRM 26064; XII - membro: Wanessa Trindade Clemente, cirurgião geral, CRM 22445; XIII - membro: Francisco de Paula Câmara, urologista, CRM 9178; XIV - membro: Fernando das Mercês de Lucas Júnior, nefrologista, CRM 34294; XV - membro: Luciana Costa Faria, clinica medica, CRM 29485; XVI - membro: Andy Petroianu, cirurgião geral, CRM 9212; XVII - membro: Antonio Ribeiro de Oliveira Júnior, endocrinologista, CRM 22508.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 8º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim a equipe de saúde abaixo identificada:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 09 SP 20 II - responsável técnico: Leon Gilson Alvim Soares Júnior, nefrologista, CRM 84670; III - membro: Minori Saito, urologia, CRM 11766; IV - membro: Luiz Jorge Bubid, urologista, CRM 44077; V - membro: Auro Antônio Simões, urologista, CRM 47226; VI - membro: Paulo Roberto Corsi Lellis, urologista, CRM 72837; VII - membro: Antônio Jose Duboc de Almeida Soares Filho, nefrologista, CRM 104794; VIII - membro: Juliana Aparecida Zanoco, nefrologista, CRM 94531; IX - membro: Célia Mitiko Hayasaka Watanabe, nefrologista, CRM 85750; X - membro: Marcio Assis Ribeiro Júnior, nefrologista, CRM 127437;

Art. 9º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas a equipe de saúde abaixo identificada:

RIM/PANCREAS: 24.05

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 31 01 MG 05 II - responsável técnico: Ricardo de Castro Contijo, cirurgião geral, CRM 34252; III - membro: Cristiano Pereira Peluso, anestesiologista, CRM 33020; IV - membro: Denílson dos Santos Custódio, urologista, CRM 36818; V - membro: Estevam Aquino Viotti, nefrologista, CRM 15426; VI - membro: Francisco de Assis Teixeira Guerra, urologista, CRM 24698; VII - membro: João Batista Rodrigues Moreira, nefrologista, CRM VIII - membro: Márcio Weissheimeir Lauria, endocrinologista, CRM 34200; IX - membro: Marcílio Batista Pimenta, anestesiologista, CRM 20969; X - membro: Maria Eugênia Valias Didier, infectologista, CRM 22376; XI - membro: Sandra Simone Vilaça, nefrologista, CRM 21660; XII - membro: Sérgio Ricardo Botrel, anestesiologista, CRM 16509; XIII - membro: Silvério Leonardo Macedo Garcia, cirurgião geral, CRM 34373; XIV - membro: Cláudio de Oliveira Chiari Campolina, cirurgião geral, CRM 28179; XV - membro: José Maria Gross Figueiró, cirurgião geral, CRM 27227.

Art. 10 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido musculoesquelético a equipe de saúde abaixo identificada:

TECIDO MUSCULOESQUELETICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 07 SP 06 II - responsável técnico: Gilberto Luiz Camanho, ortopedista, CRM 16254; III - membro: Rogério Olivi, ortopedista, CRM 43179; IV - membro: Rene Jorge Abdala, ortopedista, CRM 38985; V - membro: Sergio Augusto Xavier, ortopedista, CRM 24668.

Art. 11 - Estabelecer que as renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas - e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 12 - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 233, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da Secretaria de Saúde do Estado do Goiás;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a análise técnica da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes/DAE/SAS, resolve:

Art. 1º - Conceder renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde abaixo identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO - 24.13

GOIAS

I - Nº do SNT: 3 51 08 GO 01 II - denominação: Hospital da Fundação Banco de Olhos de Goias; III-CGC: 02.600.740/0001-94; IV - CNES: 2338386; V - endereço: Rua Couto Magalhães, nº 50 - Jardim da Luz - Goiânia - GO - CEP: 74.850-410.

Art. 2º - Estabelecer que as autorizações concedidas por meio desta Portaria - para estabelecimentos de saúde - terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 234, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, de 30 de outubro de 2009; que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos aos estabelecimentos de saúde abaixo identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

CEARÁ

I - Nº do SNT 2 11 11 CE 04 II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Sobral; III - CGC: 07.818.313/0001-09; IV - CNES: 3021114; V - endereço: Rua Antônio Crisóstomo de Melo, nº 919 - Centro - Sobral - CE - CEP: 62.010-550.

Art. 2º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos as equipes de saúde abaixo identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 11 DF 02 II - responsável técnico: João Luiz Pacini Costa, oftalmologista, CRM 3862; III - membro: Tarciso Schirmbeck, oftalmologista, CRM 12660.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 11 MG 18 II - responsável técnico: Gustavo Heleno de Alburquerque Temponi, oftalmologista, CRM 31555; III - membro; Gustavo Heleno de Alburquerque Temponi, oftalmologista, CRM 31555.
I - Nº do SNT 1 11 11 MG 19 II - responsável técnico: Gustavo Heleno de Alburquerque Temponi, oftalmologista, CRM 31555; III - membro; Gustavo Heleno de Alburquerque Temponi, oftalmologista, CRM 31555.
I - Nº do SNT 1 11 11 MG 20 II - responsável técnico: Guilherme Kfoury Muinhos, oftalmologista, CRM 26004; III - membro; Guilherme Kfoury Muinhos, oftalmologista, CRM 26004.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 11 CE 05 II - responsável técnico: José Ribamar Fernandes Filho, oftalmologista, CRM 7982; III - membro: Paulo de Tarso Ponte Pierre Filho, oftalmologista, CRM 9428.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 11 RS 05 II - responsável técnico: Rafael Faustini Loueff, oftalmologista, CRM 24250; III - membro: Thiago Vemett Ferreira, oftalmologista, CRM 30668; IV - membro: Tatiana Kauffmann Papaleo, oftalmologista, CRM 26308.

Art. 3º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de fígado as equipes de saúde abaixo identificadas:

FIGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 02 11 SP 21 II - responsável técnico: Luiz Augusto Carneiro D Álburqueque, cirurgião geral, CRM 22761 III - membro: Adávio de Oliveira e Silva, hepatologista, CRM 13739; IV - membro: Alberto Queiroz Farias, hepatologista, CRM 68791; V - membro: Enis Donizete Silva, anestesista, CRM 58650; VI - membro: Fabio Kassab, hepatologista, CRM 67330; VII - membro: Flair José Carrilho, hepatologista, CRM 40916; VIII - membro: Jorge Marcelo Padilha Mancero, cirurgião geral, CRM 93396; IX - membro: José Luiz Magalhães Copstein, cirurgião geral, CRM 64663; X - membro: Oscar Cavalcante Ferro Neto, cirurgião geral. CRM 125370; XI - membro: Renato Ferrari Letrinta, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 118750; XII - membro: Vincenzo Pugliese, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 48438; XIII - membro: Wellington Perón Júnior, cirurgião geral, CRM 99176; XIV - membro: Fernando David Goheler, Anestesista, CRM 99176.

Art. 4º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim as equipes de saúde abaixo identificadas:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 11 SP 19 II - responsável técnico: William Carlos Nahas, urologista, CRM 34807; III - membro: Elias David Neto, nefrologista, CRM 33336; IV - membro: Paulo César Ayroza Galvão, nefrologista, CRM 51751; V - membro: Marcelo Apezzato, urologista, CRM 82119; VI - membro: Francisco Tibor Denes, urologista, CRM 19887; VII - membro: Arthur Henrique Brito, urologista, CRM 36183.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 11 RS 04 II - responsável técnico: Jairo José Caovilla, nefrologista, CRM 7511; III - membro: Denise da Graça Cansian, nefrologista, CRM 11428; IV - membro: Luis Eduardo de Oliveira Almeida, urologista, CRM 25078; V - membro: Gilberto Tubino da Silva, cirurgia vascular, CRM 2355; VI - membro: Claudio Miguel Pinto Morales, cirurgia geral, CRM 11099 VII - membro: Jairo José Caovilla, nefrologista, CRM 7511.

Art. 5º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido musculoesquelético as equipes de saúde abaixo identificadas:

TECIDO MUSCULOESQUELETICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 11 SP 20 II - responsável técnico: Joel Murachovsky, ortopedista, CRM 86486; III - membro: Joel Murachovsky, ortopedista, CRM 86486.
I - Nº do SNT 1 12 11 SP 22 II - responsável técnico: Mario Ferretti Filho, ortopedista, CRM 89990; III - membro: Amâncio Ramalho Junior, ortopedista, CRM 34182; IV - membro: Mauricio Pegoraro, ortopedista, CRM 74137.

Art. 6º - Estabelecer que as autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 235, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para realizar retirada de Fígado, a equipe/profissionais de saúde abaixo identificados:

FIGADO: 24.09

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 02 11 MG 01 II - Estabelecimento de Vínculo: Hospital Getulio Vargas; III - CNES: 2726971; IV - Responsável Técnico: Péricles Cerqueira de Sousa, cirurgião geral, CRM 3446; V- membro: Wellington Ribeiro Figueiredo, cirurgião geral, CRM 3262.

Art. 2º - Estabelecer que a autorização concedida por meio desta Portaria - para a equipe especializada - terá validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 236, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da Secretaria de Saúde do Estado do Goiás;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a análise técnica da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes/DAE/SAS, resolve:

Art. 1º - Conceder autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde abaixo identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO - 24.13
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
GOIÁS

I - Nº do SNT: 3 51 11 GO 01
II - denominação: Hospital das Clinicas - UFG;

III-CGC: 01.567.601/0002-24;
IV - CNES: 2338424;
V - endereço: Av. 1ª avenida, nº 545, Qd 68, Lt. Área - Setor Leste Universitário - Goiânia - GO - CEP: 74.605-020.

Art. 2º - Estabelecer que as autorizações concedidas por meio desta Portaria - para estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta Portaria, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 5º, 6º 7º e 8º do Artigo 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria GM/MS nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.

Parágrafo único. A exigência de renovação a cada dois anos para estabelecimentos de saúde, não se aplica para a habilitação 24.20 (retirada de órgãos e tecidos), de acordo com o Parágrafo único do Artigo 2º da Portaria SAS/MS nº 511, de 27 de setembro de 2010.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 25 de maio de 2011

Ref.: Processo nº. 25000.192712/2008-32
Interessado: DROGARIA TRADIÇÃO LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 46 da Portaria GM/MS nº 184/2011, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA TRADIÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.671.358/0001-09, localizada Belo Horizonte/MG, do Programa Farmácia Populares do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo nº. 25000.225634/2008-60
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA SÃO GABRIEL LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 46 da Portaria GM/MS nº 184/2011, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA E PERFUMARIA SÃO GABRIEL LTDA, CNPJ nº 05.409.983/0001-38, localizada Belo Horizonte/MG, do Programa Farmácia Populares do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 469, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.012346/2009-26, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual ALESSANDRO ROBERTO DOS SANTOS VISTORIA - ME, CNPJ - 09.237.227/0001-20, situada no Município de Paulínia - SP, na Rua José Seixas de Queiroz, 371 - Jardim dos Calegaris, CEP 13.140-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Paulínia no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 475, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232 de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.008064/2006-81, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 203, de 21 de novembro de 2007, publicada no DOU, em 22 de novembro de 2007, seção 1, página 86, que concedeu licença de funcionamento à pessoa jurídica MULT - ESV - ESTAÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL, CNPJ nº 05.724.371/0001-30, situada no Município de Taubaté - SP, na Avenida Dom Pedro, nº 815, Alto Cristo, CEP 12.081-810.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 470, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.018932/2010-28, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica SINAL SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 11.226.219/0001-20, situada no Município de Joinville - SC, na Rua Marconi, 131 - América, CEP 89.204-205, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Joinville e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Garuva, Campo Alegre, Canoinhas, Itapoá e São João de Itapiriu no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 471, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.016137/2011-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica CAMIM, SECOTTI & SOUSA LTDA - ME, CNPJ - 13.071.001/0001-79, situada no Município de Pedra Preta - MT, na Rua Gov. João Ponce de Arruda, S/N - Lote 05 - Quadra 52, Centro, CEP 78.795-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Pedra Preta e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Alto Garças, Alto Araguaia e Itiquira no Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 472, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.018742/2011-91, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica REAL VISTORIA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 13.032.769/0003-03, situada no Município de Orleans - SC, na Rua Nelson Orbem Baggio, 100, Galpão 02 - Murialdo, CEP 88.870-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Orleans no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 473, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.047532/2009-96, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica ANALISACAR VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP, CNPJ - 06.889.852/0002-49, situada no Município de São José dos Campos - SP, na Av. Perseu, 981 - Jardim Satélite, CEP 12.230-470, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São José dos Campos no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 474, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, e na Portaria nº 46, de 18 de janeiro de 2011, ambas do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.018628/2011-61, resolve:

Art. 1º Conceder a partir da data de publicação desta Portaria licença de funcionamento à pessoa jurídica SHERLOCKAR INSPEÇÃO VEICULAR S/S LTDA, CNPJ: 06.093.226/0001-60, situada no Município de Guaramirim - SC, na Rodovia BR 280, KM 58 nº 15.564, Imigrantes, CEP 89.270-000 para executar serviços especializados de Inspeção Técnica Veicular a que se refere a Resolução CONTRAN nº 359, de 29 de setembro de 2010.

Art. 2º O prazo de licenciamento vigora enquanto a pessoa jurídica estiver licenciada como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 101, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53528.000952/2003, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de outubro de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL MISSIONEIRA LTDA., pela Portaria nº 169, de 4 de setembro de 1983, publicada no Diário Oficial de 6 de outubro de 1983, e renovada pela Portaria nº 637, de 25 de agosto de 1994, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 1994, referendada pelo Decreto Legislativo nº 34, de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de São Luís Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 105, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.055563/2010, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 11 de março de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO PRATA FM LTDA., pela Portaria nº 109, de 9 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 1990, referendada pelo Decreto Legislativo nº 51, de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 11de março de 1991, e renovada pela Portaria nº 120, de 16 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2005, referendada pelo Decreto Legislativo nº 28, de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2008, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 106, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.000917/2004, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão originariamente outorgada à RÁDIO CLUBE DE RIBEIRÃO PRETO LTDA., pela Portaria MVOP nº 1015, de 30 de outubro de 1950, e transferida ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, pela Portaria nº 70, de 22 de abril de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 1982, e renovada pela Portaria nº 51, de 23 janeiro de 1998, referendada pela Decreto Legislativo nº 114, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de junho de 2002, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 452, DE 25 DE MAIO DE 2011

Altera quantitativos de cargos comissionados na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe confere o art. 46, inciso IX, do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a alocação dos cargos comissionados de que trata o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações;

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Diretor em sua Reunião nº 607, realizada em 19 de maio de 2011; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.030461/2007, resolve:

Art. 1º Alterar os quantitativos e a distribuição dos cargos comissionados previstos na Portaria nº 276, de 4 de abril de 2011, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	PARA
CD I	1
CD II	4
CGE I	7
CGE II	26
CGE III	49
CGE IV	7
CA I	3
CA II	18
CA III	7
CAS I	5
CAS II	3
CCT V	42
CCT IV	142
CCT III	96
CCT II	31
CCT I	39

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 17 de junho de 2010

Processo nº 53504.020157/2008.
Nº 4.946 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela empresa TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, empresa autorizada do Serviço de Comunicação Multimídia, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, contra o Despacho nº 5.688/2009-SPV, de 17 de agosto de 2009, do Superintendente de Serviços Privados, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto apurar irregularidades apontadas no auto de infração que inaugura o feito, decidiu, em sua 566ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2010, conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 286/2010 - GCAB, de 2 de junho de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 3.402, DE 24 DE MAIO DE 2011

Autorizar a(o) Embaixada da Noruega a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, , no período de 24/05/2011 a 24/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.432, DE 25 DE MAIO DE 2011

Autorizar ANTONIO LUIZ SCARPARO CALVET, CPF nº 138.014.608-94 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Mafra/SC, no período de 26/05/2011 a 28/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.434, DE 25 DE MAIO DE 2011

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campo Grande/MS, no período de 03/06/2011 a 05/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHOS DO GERENTE
Em 17 de janeiro de 2011

Processo nº 53569003308/2010, aplica-se a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE FERNANDES BELO, CNPJ 02491347/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Fernandes Belo/PA, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações e ao artigo 55, inciso V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

Em 18 de janeiro de 2011

Processo n° 53569003306/2010, aplica-se a MANOEL DO SOCORRO CORREA MONTEIRO, CPF 330042852-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Viseu/PA, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações e ao artigo 55, inciso V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000.

Em 22 de março de 2011

Processo n° 53569000158/2011, aplica-se a DIGICONTROL SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA, CNPJ 08336150/0001-39, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), por infringência ao artigo 1º da Portaria Anatel nº 001/2004 c/c o artigo 37, inciso II e artigo 39, §3º da Resolução 73/1998.

Em 28 de março de 2011

Processo n° 53569000402/2011, aplica-se a JULIANO MAIA DE REZENDE, CPF 949867466-34, executante do Serviço Limitado Privado por Satélite, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Redenção/PA, a sanção de MULTA no valor de R$1.243,02 (um mil duzentos e quarenta e três reais e dois centavos), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

Em 31 de março de 2011

Processo n° 53569000400/2011, aplica-se a JOÃO DE DEUS SOBRINHO, CPF 616651262-72, executante do Serviço Limitado Privado por Satélite, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Redenção/PA, a sanção de MULTA no valor de R$1.243,02 (um mil duzentos e quarenta e três reais e dois centavos), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

Em 4 de abril de 2011

Processo n° 53569000396/2011, aplica-se a CONSTRUTORA VALE DO LONTRA LTDA, atual CONSTRUTORA RIO TOCANTINS LTDA, CNPJ 04201540/0001-94, executante do Serviço Limitado Privado por Satélite, sem autorização do uso de radiofrequência, na localidade de Redenção/PA, a sanção de MULTA no valor de R$1.243,02 (um mil duzentos e quarenta e três reais e dois centavos), por infringência ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações.

Em 14 de abril de 2011

Processo n° 53569000132/2011, aplica-se a TRIP LINHAS AÉREAS S/A, CNPJ 02428624/0012-92, executante do Serviço Limitado Privado, na localidade de Altamira/PA, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infringência ao Item 9.8 da Norma MC nº 13/97.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 19 de fevereiro de 2010

Processo n.° 535450010732007. Despacho nº. 934/2010-ER07SP/Anatel, aplica a CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA, CPF nº 207.183.571-91 e MULTA no valor de R$ 1.406,47 (um mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e sete centavos), por infração ao art. 163 com sanção prevista no art. 173, II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 30 de março de 2010

Processo n.° 535510005242007. Despacho nº. 2238/2010-ER07SP/Anatel, aplica a TIM CELULAR S/A, CNPJ nº 04.206.050/0001-80 e MULTA no valor de R$ 10.206,00 (dez mil, duzentos e seis reais), em infringência aos artigos 37, inciso II, do Anexo à Resolução nº. 73/98 c/c artigo 26, § 8º e artigo 53 do Anexo à Resolução nº 259/01, e sanção prevista no artigo 78 do Anexo à Resolução nº 259/01 c/c artigo 100 do Anexo a Resolução nº. 316/02 e art. 173 da Lei nº 9.472/97.

Em 19 de abril de 2010

Processo n.° 5354500015332008. Despacho nº 2817/2010-ER07SP/Anatel, aplica a JULIANO ROCHA DE SOUZA, CPF nº 921.358.621-34 e MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), em infração ao disposto no art. 163 e sanção prevista no artigo 173, II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 20 de abril de 2010

Processo n.° 5354200003242008. Despacho nº. 2899/2010-ER07/Anatel, aplica a JOSÉ WANDERLEY SCHALTZ EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 37.039.427/0001-03 e MULTA no valor de R$ 2.087,50 (dois mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em infringência ao art. 55, IV, alínea "c" da Resolução nº 242/2000 com sanção prevista no art. 173, II da Lei nº 9.472/97.

Em 29 de junho de 2010

Processo n.° 535450003942008. Despacho nº. 6601/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICIENTE RIOCLARENSE, CNPJ nº 02.737.006/0001-71 e MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinqüenta reais), em infração ao disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97 e no art. 55, inciso V, alínea "b" da Resolução nº 242/2000, respectivamente, e sanção prevista no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97.

Em 5 de agosto de 2010

Processo n.° 535420020342008. Despacho nº. 6813/2010-ER07SP/Anatel, aplica a SEBASTIÃO BERGAMELLI NETO, CNPJ nº 07.961.785/0001-08 e MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil, dez reais e oito centavos), em infringência ao artigo 131 da Lei nº 9.472/97 c/c art. 10 do anexo à Resolução 272/01 e artigo 52 do anexo à Resolução nº 73/98 e sanção prevista no art. 173, inciso II, da mesma lei c/c artigo 65 do anexo à Resolução 272/01.

Em 6 de setembro de 2010

Processo n.° 535510006042008. Despacho nº. 8136/2010-ER07SP/Anatel, aplica a BISMARK ROBERT FISCHER, CPF nº 714.189.626-00 e MULTA no valor de R$ 75,25 (Setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), em infração ao artigo 163 e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 9 de setembro de 2010

Processo n.° 535480013942010. Despacho nº. 8091/2010-UO072/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO AMIGOS DA COMUNIDADE, CNPJ nº 10.318.504/0001-08 e MULTA no valor de R$ 2.992,50 (dois mil, novecentos e noventa e dois reais e cinqüenta centavos), em infração ao artigo 163 e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 14 de setembro de 2010

Processo n.° 535420034032008. Despacho nº. 8304/2010-ER07SP/Anatel, aplica a WMA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 07.057.126/0001-41 e MULTA no valor de R$ 3.310,08 (Três mil, trezentos e dez reais e oito centavos), em infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da Lei Geral de Telecomunicações, e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 27 de setembro de 2010

Processo n.° 535450010042009. Despacho nº. 9360/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a RODRIGO FERREIRA DA SILVA, CPF nº 713.421.501-63 e MULTA no valor de R$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavo), em infringência ao artigo 163 e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 29 de setembro de 2010

Processo n.° 535450010032009. Despacho nº. 8885/2010-ER07SP/Anatel, aplica a HUMBERTO ARNALDO SANTOS, CPF nº 014.793.698-53, MULTA no valor de R$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavos), por infração ao artigo 163 e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97..

Em 21 de outubro de 2010

Processo n.° 535450014032009. Despacho nº. 10954/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ECOLÓGICA VALE DO CACHOEIRA-ECOVALE, CNPJ nº 07.062.678/0001-48, MULTA no valor de R$ 4.692,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais), em infração ao disposto no art. 17 do anexo à Resolução nº 259/2011 c/c art. 163 e sanção prevista no art. 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97 e pela infração ao art. 15, inciso V, alínea "b", da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

Em 16 de novembro de 2010

Processo n.° 535450007032009. Despacho nº. 10843/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO PORTOGUACHENSE PRO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E SOCIAL - PROARTE, CNPJ nº 02.936.899/0001-84 e MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), em infringência ao artigo 163 e sanção prevista no artigo 173, inciso II, ambos, da Lei nº 9.472/97.

Em 10 de dezembro de 2010

Processo n.° 535510000442007. Despacho nº. 12086/2010-UO071/ER07SP/Anatel, aplica a ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES S.A, CNPJ nº 33.067.745/0039-08 e MULTA no valor de R$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinqüenta centavos), por infringência ao artigo 4º c/c art. 39, ambos da Resolução nº 242/2000, e incursão no artigo 55, IV, "c" da mesma Resolução.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

Em 9 de abril de 2010

Processo n.° 535510001032010. Despacho n.º 2547/2010-ER07SP/Anatel, aplica a WALLACY OLIVEIRA BUENO, CPF nº 008.402.191-80, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infração ao artigo 163, consoante o disposto no artigo 173, II, ambos, da Lei n° 9.472/97.

Em 22 de outubro de 2010

Processo n.° 535450013432010. Despacho n.º 10312/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a EDMIR GONÇALVES DA COSTA, CPF nº 032.398.786-90, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinqüenta reais), por infração ao disposto no art. 17 do anexo à Resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/97 e ao art. 55, inciso V, alínea "b", da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000 e sanção prevista no art. 173, inciso II da Lei nº 9.472/97.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

Em 17 de fevereiro de 2011

Processo n.° 535420040732010. Despacho 1554/2011-UO071/ER07/Anatel, aplica a VALMIR ANDRADE DA SILVA, CPF nº 026.322.501-10, a sanção de MULTA no valor de R$ 500, (quinhentos reais), por infração ao item 9.8 da Norma Nº 13/97 - Serviço Limitado que regulamenta o Decreto Nº 2.179, de 8 de abril de 1997, com sanção prevista no artigo 173, inciso II da Lei nº 9.472/97.

Em 21 de fevereiro de 2011

Processo n.° 535420042332010. Despacho 1764/2011-UO071/ER07/Anatel, aplica a KCG COMUNICAÇÃO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E ELETRÔNICOS LTDA-ME, CNPJ nº 08.246.023/0001-92, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil, dez reais e oito centavos), em infringência ao art. 10 do Regulamento do SCM, anexo à Resolução nº 272/01 e sanção prevista no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97.

Em 28 de fevereiro de 2011

Processo n.° 535450000232011. Despacho 2193/2011-UO071/ER07/Anatel, aplica a SOLANGE APARECIDA DE FREITAS, CPF nº 293.977.231-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinqüenta reais), em infração ao disposto no art. 17 do anexo à Resolução nº 259/2011 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/97 e sanção prevista no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97 e pela infração ao art. 55, inciso V, alínea "b", da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

Processo n.° 535420006032009. Despacho 1878/2011-UO071/ER07/Anatel, aplica a ALMIR GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, CPF nº 024.595.041-95, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil, dez reais e oito centavos), em infringência ao art. 10 do Regulamento do SCM, anexo à Resolução nº 272/01 e sanção prevista no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97.

Em 22 de dezembro de 2010

Processo n.° 535450003232008. Despacho 1080/2011-UO071/ER07SP/Anatel, aplica a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A, CNPJ nº 33.350.486/0001-29, a sanção de MULTA no valor de R$ 17.010,00 (dezessete mil e dez reais), por infração ao § 8º do art. 26 da Resolução nº 259/2001- RUER c/c Item 2.6 da Instrução Normativa 03/85, com sanção prevista no Item 5.9 da Instrução Normativa 03/85.

Em 27 de dezembro de 2010

Processo n.° 535450006542009. Despacho 622/2011-UO071/ER07/Anatel, aplica a GILMAR BORGES DA SILVA, CPF nº 411.706.281-68, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.350,00 (quatro mil. trezentos e cinqüenta reais), em infração ao disposto no art. 17 do anexo à Resolução nº 259/2011 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/97 e sanção prevista no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472/97 e pela infração ao art. 55, inciso V, alínea "b", da Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.094, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo n.° 29102.000322/1988. Outorga autorização de uso da radiofreqüência à RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE INFRA- ESTRUTURA E LOGISTICA, CNPJ nº 08.838.143/0001-89, associada à autorização para a execução do Serviço Limitado Privado, submodalidade Radiodeterminação, até 18 de Março de 2013.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.211, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000037502003. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.224, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.027287/2010. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à VR INTERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME, CNPJ nº 05.558.391/0001-88, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.229, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo no 29118.000021/1985. Prorroga autorização para uso de radiofrequência à(ao) RADIO TAXI BANDEIRANTES LTDA - ME, CNPJ no 01.331.842/0001-99, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.236, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53800.000295/1998. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.237, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000019651998. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.241, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.005754/2001. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TNL PCS S.A., CNPJ nº 04.164.616/0001-59, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.248, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000212522009. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à NOVACIA TECNOLOGIA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 00.912.618/0001-28, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.252, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.000502/1998. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.269, DE 18 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000000672009. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à FSF TECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ nº 05.680.391/0001-56, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.295, DE 18 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.003584/1999. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO NO 3.302, DE 19 DE MAIO DE 2011

Processo no 53500.003999/2002. Prorroga autorização para uso de radiofrequência à(ao) ASSOCIACAO PARIS RADIO TAXI, CNPJ no 05.160.645/0001-05, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.316, DE 19 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53504.006667/2011 - Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, às autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

Nome	Fistel	CPF/CNPJ	Validade
ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA LTDA	50000523666	62655261000105	23/01/2011
ADEMIR JOSE COLO	50000475246	82649391804	04/12/2010
AGRO BERTOLO LTDA	50009648453	61224267000157	14/08/2010
AGROCOSTA SEMENTES LTDA	50009379614	62094727000132	14/07/2010
CECIL LANGONE LAMINACAO DE METAIS LTDA	02031774360	61554028000165	29/01/2011
CONDOMINIO EDIFICIO MONTE OLIMPO	50000520136	00409791000108	29/01/2011
CONDOMINIO OPERACIONAL FOODTOWN OSASCO	50010179801	02633258000150	06/12/2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSTRUTORA TRIUNFO S/A	50404574211	77955532000107	04/12/2010
COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ALTO PARAIBA LTDA.	50000564265	60196987000193	23/01/2011
DURR BRASIL LTDA	02030128368	61067997000191	29/01/2011
GSV SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	50000255807	00459601000167	22/06/2010
LOPES GIMENEZ LTDA	50010270558	53423380000133	15/12/2010
LUIZ FERNANDO ANTUNES CAPELARI	50009612343	14598188812	05/09/2010
PAPEIS AMALIA LTDA	50009918507	46031357000138	11/12/2010
PRENSAS SCHULER S/A	02021447049	61068342000138	04/01/2011
ROBERTO DINIZ JUNQUEIRA	02030359254	01523007834	10/01/2011
SAES & LOPES EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME	50009922377	03753149000130	06/12/2010
TRANSPORTES NANDO LTDA	50000473200	56717572000140	04/12/2010

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.317, DE 19 DE MAIO DE 2011

Processo. 53508.005605/2011. Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofreqüência associada. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

ALBERTO MARQUES FILHO, 46321802700, 50401582892 , 20/12/2010 / ALEXANDRE TREVEZA, 82357412704, 50009865985 , 21/9/2010 / ALFRED BAUMGARTNER, 05298263720, 50012424951 , 22/11/2010 / ALGAREA MINERACAO S/A, 03627380000187, 50012317799 , 16/12/2010 / ANDREAS KLIEN, 61848174772, 50009780050 , 4/9/2010 / ANTONIO CARLOS LYRA SEABRA, 55063829791, 50004317238 , 22/2/2010 / ANTONIO PEREIRA LOPES, 00494526734, 01030928975 , 4/5/2010 / ANTONIO RUBENS DE CARVALHO MACHADO, 52866289749, 50005249260 , 21/3/2010 / ARTHUR ANTONIO SENDAS, 01608444791, 50009843159 , 19/9/2010 / AURELIO CRISTINO CABRAL DE ANDRADE, 37161849772, 01033434663 , 5/9/2010 / BIANKA CRISTINE VAN HOEGAERDEN HERRMANN TELLES, 86828053753, 01030933979 , 12/7/2010 / CAMILLO MANGONI DI SANTO STEFANO, 05757056711, 50401472361 , 10/10/2010 / CARLOS ALBERTO GUERREIRO DE SOUZA, 95940987753, 50009610642 , 9/8/2010 / CAROLINA MARES PROMOTORA DE EVENTOS LTDA., 35830470000167, 01021408476 , 17/9/2010 / CELSO LEITÃO CORREA, 27526380787, 01030935599 , 11/8/2010 / CURT HANS FRIEDRICH WOLF, 05352132714, 01033385190 , 22/2/2010 / DELINA SOUZA SANTOS CELA, 04996291753, 14020462356 , 15/8/2010 / DILSON PALMER, 05533147772, 50009828940 , 13/9/2010 / EDSON FERNANDES MASCARENHAS, 03724735715, 01021339300 , 6/2/2010 / EDUARDO ISAIAS GUREVICH, 07507516814, 50406983135 , 19/8/2010 / ELIZABETH COSTA DE ANDRADE SILVA, 76818292704, 50009823719 , 15/9/2010 / FERNANDO BEZERRA FALCAO, 10030581753, 01030942536 , 11/8/2010 / FERNANDO DA COSTA GARCIA, 33529884715, 01030623279 , 14/7/2010 / FLAVIA LEMGRUBER RAMOS, 07979968778, 50002581264 , 21/8/2010 / FLAVIO AMADEU JOSE PERRONI, 02568128704, 01030707707 , 11/9/2010 / FLAVIO JOSE TEIXEIRA LUZ, 02746182734, 01030931097 , 12/6/2010 / FLAVIO PEREIRA DO LAGO, 18054234791, 01030615926 , 20/12/2010 / FRANK MARTINI CLARO, 27801225791, 01021377228 , 17/9/2010 / GERSON MARTINS NORONHA, 00131482734, 01020115246 , 23/11/2010 / GILBERTO MILTON BARTZ, 19991576053, 50009562060 , 31/7/2010 / H. CAMARGO ARQUITETURA PROMOCIONAL PAISAGISMO LTDA., 34166488000143, 01030611009 , 14/7/2010 / HUGO BARRETO DEL PRIORE, 10381805700, 50009603786 , 7/8/2010 / INSTITUTO MEMORABILIA, 01751537000156, 50009649506 , 17/8/2010 / JOAO DINIZ PAES BARRETO PIZARRO DRUMMOND, 38702436787, 1021342270, 3/4/2010 / JORGE GABRIEL RODRIGUES FONTES, 59148012734, 01033393533 , 7/12/2010 / JOSE CARLOS VIEIRA ROMEIRO, 23778970704, 50009775641 , 4/9/2010 / JOSE EDUARDO VENTIN ZAGURY, 41403738734, 01030889112 , 8/6/2010 / JOSE GUSTAVO TEIXEIRA LEITE, 43958583768, 50004901509 , 14/2/2010 / JOSE THOMAZ SOUZA DE CARVALHO BRITO, 01485458749, 01020146478 , 14/3/2010 / LAERTE DOS SANTOS RODRIGUES, 20309899753, 01030928894 , 26/4/2010 / LEA MELLO SERRA DA ROCHA MOTTA, 51071487787, 50009683526 , 18/8/2010 / LINCOLN LUNA GUIMARAES, 71147705704, 01033364860 , 14/12/2010 / LUCIO LENZ GONCALVES, 00834955768, 50005693691 , 22/5/2010 / LUIZ EDUARDO GUINLE, 02262657734, 50005770785 , 1/6/2010 / LUIZ OSCAR NIEMEYER SOARES, 59231130749, 50009777008 , 4/9/2010 / MANFREDO EGGER LATINI, 42502276772, 50009850368 , 19/9/2010 / MARCELO MATTOSO DE ALMEIDA, 68865759704, 50009829245 , 15/9/2010 / MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA RIBAS, 09090142720, 50009912576 , 6/10/2010 / MARCO ENRICO SLERCA, 02395932787, 01030875405 , 19/10/2010 / MARIA HELENA TINOCO FAVORETO, 03764748745, 01030614105 , 6/12/2010 / MAURO MARCHETTO, 09542051700, 01020073659 , 26/10/2010 / MIGUEL AMERICO LOPES DE FREITAS, 30073120782, 50005333563 , 3/4/2010 / NELSON RIBAS VISCONTI, 67682391715, 01030612072 , 5/6/2010 / NELSON SIMIS SCHVER, 65574923815, 50009839984 , 19/9/2010 / ODILON PEREIRA TEIXEIRA, 36752207704, 01020155035 , 15/3/2010 / ORLANDO DE ALMEIDA SOARES, 02304791700, 02031658026 , 7/3/2010 / PATRICIA DE SOUZA BANDEIRA DE ALBUQUERQUE MAYER, 55298591787, 50009820370 , 12/9/2010 / PAULO CEZAR FIGUEIREDO DE MATTOS, 04330692791, 50009819010 , 12/9/2010 / PAULO FABIANO FERREIRA, 21942048734, 50003326012 , 22/5/2010 / PAULO HENRIQUE RANGEL CARDOZO, 02304964745, 50400011000 , 28/4/2010 / PAULO PASTUSIAK, 26773554772, 01030927650 , 18/4/2010 / PAULO ROBERTO CARDOSO RAMALHO, 20103093672, 01020308630 , 15/3/2010 / PEDRO FONTE BOA PEREIRA, 21221367749, 01020309016 , 28/9/2010 / PEDRO PAULO FERNANDES COUTO, 00637483715, 01020161272 , 7/12/2010 / PETER STANLEY KALLERT, 02787886701, 01030611343 , 12/9/2010 / RICARDO DE QUEIROZ GALVAO, 78491797734, 50404153704 , 9/8/2010 / RICARDO QUINTIERE CORTINES PEIXOTO, 48519596720, 01030935246 , 7/11/2010 / ROBERTO AUGUSTO, 48000914891, 01020168285 , 3/5/2010 / ROBERTO PEREIRA DA COSTA GOMES, 44422482734, 01030911576 , 17/4/2010 / SERGIO DA SILVA SALES, 03515923772, 50005692105 , 22/5/2010 / SIEGFRIED KELSON, 02858401772, 01020320338 , 6/8/2010 / SONIA ABRANTE JUNQUEIRA, 96685700734, 01030846731 , 18/2/2010 / TYCOON ESTUDIOS CINEMATOGRAFICOS LTDA., 28835544000192, 01030930449 , 19/5/2010 / VICTOR MANUEL GODINHO RIBEIRO, 25516671949, 50403695066 , 17/8/2010 / WILHELM VON FINCK, 05212759706, 50009742476 , 29/8/2010

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.318, DE 19 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000140022008. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.319, DE 20 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.025623/2009. Expede autorização à APARECIDO VALENTIN FENERICH - ME, CNPJ nº 06.162.088/0001-24, para executar o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o município de Monte Alto, no Estado São Paulo. Outorga autorização de uso da radiofreqüência 152.550 MHz à autorizada, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.321 DE 20 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.008341/2011. Expede autorização à PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LONDRINA, CNPJ nº 75.771.477/0001-70, para explorar, de forma direta, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, não aberto à correspondência pública, de forma gratuita, limitado o acesso aos serviços da Prefeitura e aos seus munícipes, no município de Londrina/PR.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.325, DE 20 DE MAIO DE 2011

Processo n° 535000043682002. Outorga autorização de uso de radiofreqüências à METROWEB TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 73.972.002/0001-16, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 3.328, DE 20 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.001138/1999. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0001-64, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de agosto de 2009

Ref: Processo n.º 53504.020157/2008
Nº 5.688 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do processo em epígrafe, decidiu conhecer do recurso interposto pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP, CNPJ: 02.558.157/0001-62, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a sanção de multa determinada pelo Ato nº 621, de 4 de fevereiro de 2009.

JARBAS JOSÉ VALENTE

GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 621, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2009

Processo n.º 53504.020157/2008. Aplicar a sanção de multa no valor de 5.933.833,09 (cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e nove centavos) à TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ: 02.558.157/0001-62 .

DIRCEU BARAVIERA
Gerente-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 3.452, DE 25 DE MAIO DE 2011

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à BRASIL TELECOM S.A., filial Rondônia, CNPJ nº 76.535.764/0323-47 para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 536, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.067965/2007, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da ECOACRE - RÁDIO, JORNAL E TELEVISÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Senador Guiomard, Estado do Acre, utilizando o canal 293, (duzentos e noventa e três), classe A4.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

PORTARIA Nº 97, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.032118/2010 e, em especial, na Nota Técnica nº 117/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar a FUNDAÇÃO NOVA CAMPO LARGO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Lapa, Estado do Paraná, a efetuar alteração do seu quadro diretivo, conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º Determinar que a entidade encaminhe ao Ministério das Comunicações o documento correspondente ao ato ora autorizado, devidamente registrado no órgão competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 43, DE 20 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53720.000548/2001, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da TELEVISÃO LIBERAL LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Belém, Estado do Pará, utilizando o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), Classe A3.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 44, DE 23 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.058065/2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TV ÔMEGA LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Campinas, Estado de São Paulo, utilizando o canal 48- (quarenta e oito, decalado para menos).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.048954/2010, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TV ÔMEGA LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, utilizando o canal 43+ (quarenta e três, decalado para mais).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 49, DE 24 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.002074/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do SENADO FEDERAL, consignatário do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Rio Branco, Estado do Acre, utilizando o canal 265 E (duzentos e sessenta e cinco, educativo), Classe B1.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.893, DE 17 DE MAIO DE 2011

Transfere, para as empresas CPFL Bio Ipê S.A. e Central Energética Nova Independência Ltda., integrantes do Consórcio CENI, a autorização referente à Usina Termelétrica Ipê, localizada no Município de Nova Independência, Estado de São Paulo, outorgada à empresa CPFL Bio Ipê S.A., por meio da Resolução Autorizativa nº. 2.758, de 01 de fevereiro de 2011.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 13 de janeiro de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º-A, inciso II, da Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescentado pela Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 1º, inciso I, do Decreto nº. 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº. 4.970, de 30 de janeiro de 2004, preenchidos os requisitos estabelecidos na Resolução Normativa nº. 390, de 15 de dezembro de 2009, tendo em vista o disposto na Resolução Normativa n° 389, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.004969/2006-50, resolve:

Art. 1º Transferir, para as empresas CPFL Bio Ipê S.A. e Central Energética Nova Independência Ltda.(CENI), integrantes do Consórcio CENI, a autorização referente à Usina Termelétrica Ipê, localizada no Município de Nova Independência, Estado de São Paulo, outorgada por transferência à empresa CPFL Bio Ipê S.A., por meio da Resolução Autorizativa nº. 2.758, de 01 de fevereiro de 2011, conforme percentuais de participação estabelecidos a seguir:

a) CPFL Bio Ipê S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 11.631.679/0001-33, com sede na Rodovia Campinas Mogi Mirim, km 2,5, n° 1755, Jardim Santana, Município de Campinas, Estado de São Paulo, com 66,01% de participação, na qualidade de líder do Consórcio CENI.

b) Central Energética Nova Independência Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.746.559/0001-19, com sede na Fazenda Bela Vista, s/n, zona rural, Município de Nova Independência, Estado de São Paulo, com 33,99% de participação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.898, DE 17 DE MAIO DE 2011

Autoriza a empresa Boa Vista Energia S.A. a implantar e explorar a Usina Termelétrica Distrito, localizada no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na nas Resoluções Normativas nº. 389 e nº. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.001938/2010-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a Boa Vista Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.341.470/0001-44, com sede na Avenida Capitão Ene Garcez n° 691, Centro, Município de Boa Vista, Estado de Roraima, a implantar e explorar a UTE Distrito, constituída de dezesseis unidades geradoras a diesel de 1.600 kW de potência instalada cada, totalizando 25.600 kW de potência instalada, localizada nas instalações industriais da empresa, na Rua Distrito Industrial n° 2701, bairro Governador Aquillino Mota Duarte, Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização, em conformidade com as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Art. 2º Autorizar a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Distrito, constituído por um ponto de conexão em 13,8 kV na SE Distrito, de propriedade da Boa Vista Energia S.A..

Art. 3º A presente outorga de autorização vigorará até 31 de março de 2012, conforme estabelecido no artigo 2° da Portaria MME n° 58, de 10 de fevereiro de 2010.

Art. 4°. Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.908, DE 24 DE MAIO DE 2011

Revoga a Portaria MME n. 360, de 21 de dezembro de 2007, que autorizou a a Maracanaú Geradora de Energia S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da UTE Maracanaú I, localizada no Município de Maracanaú, Estado do Ceará.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso VI e art. 11, inciso V, da Resolução Normativa n. 63, 12 de maio de 2004, e o que consta do Processo n. 48500.000464/2011-72, resolve:

Art. 1º Revogar a outorga constante da Portaria MME n. 360, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 2º Na hipótese de: (i) os montantes de energia contratados com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF serem confirmados até 06 de junho de 2011, com a solicitação da consequente recontabilização de tais montantes à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o que levaria à quitação das obrigações apontadas como descumpridas, ou (ii) a retomada da Maracanaú Geradora de Energia S.A., para a condição de adimplente no âmbito da CCEE, por meio da quitação de todos os seus débitos, torna-se sem efeito o previsto no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.909, DE 24 DE MAIO DE 2011

Revoga a outorga constante da Portaria MME n. 361, de 21 de dezembro de 2007, que autorizou a Borborema Energética S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da UTE Campina Grande, localizada no município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso VI e art. 11, inciso V, da Resolução Normativa n. 63, 12 de maio de 2004, e o que consta do Processo n. 48500.000465/2011-17, resolve:

Art. 1º Revogar a outorga constante da Portaria MME n. 361, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 2º Na hipótese de: (i) os montantes de energia contratados com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF serem confirmados até 06 de junho de 2011, com a solicitação da consequente recontabilização de tais montantes à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o que levaria à quitação das obrigações apontadas como descumpridas, ou (ii) a retomada da Borborema Energética S.A., para a condição de adimplente no âmbito da CCEE, por meio da quitação de todos os seus débitos, torna-se sem efeito o previsto no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 437, DE 24 DE MAIO DE 2011

Estabelece disposições relativas a registro de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos incisos XIV e XVII do artigo 3º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos artigos 1º e 56 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, o que consta do Processo nº 48500.000964/2011-12, e considerando que:

a atuação de agentes vendedores no Ambiente de Contratação Regulada - ACR deve observar, entre outros pontos, as condições e limites estabelecidos na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; e

a Audiência Pública nº AP 024/2011, realizada no período de 28 de abril a 05 de maio de 2011, mediante intercâmbio documental, permitiu a coleta de subsídios e informações para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Estabelecer as disposições relativas ao registro de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs a ser promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 2º A CCEE deverá efetuar o registro dos CCEARs por todo o período de suprimento, conforme previsto no inciso II do art. 32 da Convenção de Comercialização, sendo que a suspensão desse registro será promovida caso o agente vendedor se enquadre, de forma cumulativa, nos seguintes requisitos:

I - cuja usina que confere respaldo físico ao contrato não esteja em operação comercial na data de início de suprimento do CCEAR, independentemente do cumprimento do cronograma de implantação da usina estabelecido no ato de outorga;

II - que não tenha apresentado e registrado na CCEE contratos bilaterais de compra de energia elétrica para recomposição total de lastro, de acordo com a legislação aplicável; e

III - que tenha descumprido, no âmbito da CCEE, as obrigações de aporte integral de garantias financeiras por dois períodos consecutivos, ou de pagamento integral dos débitos em uma única liquidação financeira do mercado de curto prazo.

Art. 3º A CCEE deverá, a cada processo de contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica, verificar a condição do agente vendedor conforme os critérios definidos no art. 2º, sendo que a suspensão do registro do CCEAR, caso aplicável, deverá ser promovida de ofício.

§ 1º O disposto no caput deverá ser aplicado a partir da contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no mês de abril de 2011.

§ 2º Na ocorrência da suspensão do registro do CCEAR, as partes signatárias deverão ser informadas pela CCEE em até dois dias úteis contados da data de suspensão.

Art. 4º A partir da suspensão do registro do CCEAR de que trata esta Resolução, a distribuidora signatária do respectivo contrato assumirá, a cada processo de contabilização, a exposição financeira no mercado de curto prazo.

§ 1º Observado o art. 5º, a exposição financeira de que trata o caput será considerada, para fins tarifários, como:

I - involuntária, no exato montante da energia contratada, desde o primeiro mês em que o CCEAR deixou de ser contabilizado em razão da suspensão de seu registro, caso a distribuidora acione a cláusula de resolução contratual; ou

II - voluntária, caso a distribuidora opte por manter sua relação contratual com o agente vendedor.

§ 2º Na ocorrência do disposto no inciso II, a distribuidora tornar-se-á credora junto ao agente vendedor no valor correspondente à exposição financeira, a ela atribuída, no âmbito da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

Art. 5º A resolução do CCEAR motivada pela suspensão de seu registro, nos termos desta Resolução, prescindirá de manifestação adicional por parte da ANEEL, desde que a distribuidora acione a cláusula de resolução contratual no prazo de até 30 dias a contar da data de recebimento da notificação emitida pela CCEE referente à suspensão do registro do CCEAR.

§ 1º O reconhecimento de exposição involuntária estará condicionado à comprovação, por parte da distribuidora, de seu empenho em promover a substituição dos contratos que deram origem a sua exposição financeira no mercado de curto prazo.

§ 2º O empenho em promover a substituição dos contratos de que trata o § 1º será aferido a partir da efetiva resolução do CCEAR.

Art. 6º Na hipótese de o CCEAR não ser resolvido, o seu registro poderá ser retomado caso o agente vendedor:

I - promova o equacionamento dos débitos relacionados à exposição financeira do mercado de curto prazo assumida pelas distribuidoras signatárias dos CCEARs, no período em que esses contratos não foram contabilizados; e

II - retome a condição de agente de mercado adimplente no âmbito da CCEE.

§ 1º Na ocorrência do disposto no inciso I, as partes signatárias do CCEAR deverão notificar a CCEE para que esta promova, a partir do primeiro dia do mês subsequente à referida notificação, a retomada do registro dos contratos.

§ 2º A condição de agente de mercado adimplente no âmbito da CCEE de que trata o inciso II implica o cumprimento, dentre outras obrigações estabelecidas na Convenção de Comercialização, de aporte pleno de garantias financeiras e pagamento integral dos débitos da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º A retomada do registro de CCEAR, caso aplicável e observadas as disposições desta Resolução, não produzirá efeitos retroativos.

Art. 7º O art. 5º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.....

.....

I -

.....

II -

.....

III -

.....

IV - declaração emitida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE atestando o equacionamento, por parte do agente detentor de Autorização ou Concessão de geração, de quaisquer obrigações perante à Câmara, bem como de eventuais débitos junto ao agente de distribuição signatário de CCEAR em virtude da exposição financeira decorrente de suspensão de registro de contrato, nos termos da regulamentação específica."

Art. 8º A CCEE deverá alterar, no que couber, as Regras e Procedimentos de Comercialização de modo a reproduzir as disposições desta Resolução.

Art. 9º Excepcionalmente, será concedido prazo de 15 dias, contados da data de publicação desta Resolução, para que o agente vendedor signatário de CCEARs cujo registro foi suspenso na contabilização do mês de abril de 2011 promova a recomposição integral de lastro, por meio de contratos de compra registrados para esse mês.

Parágrafo único. Caso se verifique a recomposição de que trata o caput, a CCEE deverá:

I - Informar as distribuidoras signatárias dos respectivos CCEARs sobre a recomposição de lastro ocorrida;

II - processar a recontabilização do mês de abril de 2011, que valerá para todos os efeitos no âmbito da CCEE; e

III - efetuar o cálculo da receita de venda a que o agente vendedor faz jus, nos termos da regulamentação aplicável, com o lançamento dos valores devidos no ciclo de faturamento imediatamente subsequente.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de maio de 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 42 do anexo à Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e em conformidade com deliberação da Diretoria e o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Nº 2.067. Processo 48500.002257/2010-71.
(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Pacajus, oriundos do erro de enquadramento de 68 (sessenta e oito) unidades consumidoras e do erro de faturamento devido à estimativa arbitrária de consumo fixo de 11 (onze) unidades consumidoras objeto do presente Processo, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iii) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (iv) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 2.068. Processo 48500.001885/2010-30.
(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Cariré, oriundos do erro de enquadramento das 11 (onze) unidades consumidoras objeto do presente Processo, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iii) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (iv) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 2.069. Processo 48500.000078/2010-08.
(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo Município de Morada Nova (iii) reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Morada Nova, oriundos do erro de enquadramento das 30 (trinta) unidades consumidoras objeto do presente Processo, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iv) determinar que no cálculo dos valores a devolver seja utilizada a média dos três ciclos de faturamento posteriores a dezembro de 2001 para inclusão de consumos nos meses não contemplados no cadastro da concessionária; (v) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (vi) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 2.070. Processo 48500.000092/2010-01.
(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Paramoti, oriundos do erro de enquadramento de 05 (cinco) unidades consumidoras, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iii) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (iv) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 2.071. Processo 48500.000093/2010-48.
(i)conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo Município de Poranga (iii) reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Poranga, oriundos do erro de enquadramento das 12 (doze) unidades consumidoras objeto do presente Processo, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iv) determinar que no cálculo dos valores a devolver seja utilizada a média dos três ciclos de faturamento posteriores a dezembro de 2001 para inclusão de consumos nos meses não contemplados no cadastro da concessionária; (v) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (vi) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Nº 2.072. Processo 48500.000105/2010-34.
(i) conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela COELCE; (ii) de ofício conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo Município de Tamboril; (iii) reformar parcialmente a decisão da ARCE, no sentido de estabelecer que a concessionária efetue a devolução em dobro dos valores pagos a maior pelo Município de Tamboril, oriundos do erro de enquadramento das 13 (treze) unidades consumidoras objeto do presente Processo, podendo compensar do valor a devolver eventuais dívidas que o Município possua relativas à prestação do serviço público de energia elétrica; (iv) determinar que no cálculo dos valores a devolver seja utilizada a média dos três ciclos de faturamento posteriores a dezembro de 2001 para inclusão de consumos nos meses não contemplados no cadastro da concessionária; (v) determinar que, caso haja diferença positiva entre o valor a devolver e eventuais dívidas do Município, a devolução dos valores cobrados a maior seja feita em moeda corrente, conforme solicitação do consumidor, até o primeiro faturamento posterior a cientificação pela COELCE da determinação da ANEEL; e (vi) determinar que os valores a devolver devem ser atualizados utilizando a tarifa em vigor nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da devolução, em consonância com o inciso II do art. 77 da Resolução ANEEL nº. 456/2000.

Em 24 de maio de 2011

Nº 2.155 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000464/2011-72, resolve: (I) voto pela aplicação da penalidade de revogação do ato de outorga, que autorizou a Maracanaú Geradora de Energia S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da UTE Maracanaú I, localizada no Município de Maracanaú, Estado do Ceará, ressalvado o disposto no item II; (II) na hipótese de: (i) os montantes de energia contratados com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF serem confirmados até 06 de junho de 2011, com a solicitação da consequente recontabilização de tais montantes à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ou (ii) a retomada da Maracanaú Geradora de Energia S.A. para a condição de adimplente no âmbito da CCEE, por meio da quitação de todos os seus débitos, torna-se sem efeito o previsto no item (I), com o consequente arquivamento do Termo de Intimação n. 003/2011-SFF e a devolução dos autos à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, para que seja analisada a necessidade da lavratura de auto de infração contra a autorizada.

Em 25 de maio de 2011

Nº 2.061 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.004989/2008-81 e 48500.007838/2008-85, resolve (i) conhecer e não dar provimento ao recurso interposto pela ENERBIOS em face do Despacho nº 282, de 5 de fevereiro de 2010; e (ii) manter o aceite concedido à GLEP Energias Renováveis e Participações S.A., relativo aos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Chapecozinho.

Nº 2.156 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000465/2011-17, resolve: (I) voto pela aplicação da penalidade de revogação do ato de outorga, que autorizou a Borborema Energética S.A. estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da UTE Campina Grande, localizada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, ressalvado o disposto no item II; (II) na hipótese de (i) os montantes de energia contratados com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF serem confirmados até 06/06/2011, com a solicitação da consequente recontabilização de tais montantes à CCEE, ou (ii) a retomada da Borborema Energética S.A. para a condição de adimplente no âmbito da CCEE, por meio da quitação de todos os seus débitos, torna-se sem efeito o previsto no item (I), com o consequente arquivamento do Termo de Intimação n. 002/2011-SFF e a devolução dos autos à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, para que seja analisada a necessidade da lavratura de auto de infração contra a autorizada.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DIRETORIA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 25 de maio de 2011

Nº 2.180 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, §º 3º, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.000842/2004-45, resolve não conhecer, por perda de objeto, do recurso interposto pela Companhia Energética de Brasília - CEB em face da decisão da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC que considerou procedente a reclamação do Sr. Fernando Costa Gontijo referente à cobrança efetuada pela concessionária para realização de ligação em baixa tensão.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Nº 2.186 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, §º 3º, da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.005376/2010-86, resolve não conhecer, por intempestivo, do recurso interposto pela empresa Cotesa Geradora de Energia - PCH São Sebastião Ltda. em face do Auto de Infração nº 001/2010 - GECEN, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Santa Catarina - AGESC, mantendo a multa de R$ 4.292,19 (quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e dezenove centavos), que deverá ser atualizada nos termos da legislação vigente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de maio de 2011

Nº 2.181 - O Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, considerando que foram atendidos os requisitos para a alteração da razão social e tendo em vista o que consta dos Processos nºs. 48500.001288/2002-42, 48500.006606/1999-76 e 00000.702521/1980-90, resolve: I - Registrar a alteração da razão social da empresa Camargo Corrêa Cimentos S.A. para InterCement Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.258.884/0001-36, detentora de parte das concessões para explorar as Usinas Hidrelétricas Estreito, Barra Grande e Machadinho, objeto dos Contratos de Concessão nºs 094/2002, 36/2001 e 09/1997.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de maio de 2011

Nº 2.175 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no §2º do art. 1º da Resolução Autorizativa nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.942/2009, considerando a correspondência protocolada sob o nº 48513.006693/2009-00, e o constante do Processo nº 48500.002249/2009-91, resolve: I - considerar atendida, pela Ouro Energética S.A., a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle autorizada; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.176 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047 de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no §2º do art. 2º da Resolução Autorizativa nº 2.741/2011, considerando a correspondência protocolada sob o nº 48513.014722/2011-00, e o constante do Processo nº 48500.005782/2000-79 (Vol. 14), resolve: I - considerar atendida, pela Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle autorizada; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.177 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Documento nº 48513.015735/2011-00, resolve: I - anuir com a dação de recebíveis em garantia, pela COPEL Distribuição S.A., até o limite de 2,8 % da receita líquida, no período de 2011 a 2015, para captação de recursos junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de até R$ 150.000.000,00, para operacionalização da concessão de serviço público; II - ressaltar que: (i) a possibilidade de oferecer em garantia os direitos emergentes da delegação está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços, e (ii) é de exclusiva responsabilidade da delegatária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes à operação; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela delegatária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.178 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Processo nº 48500.001471/2011-91, resolve: I - anuir à dação de recebíveis em garantia, abaixo relacionadas, formadas pela vinculação de recebíveis, para compra de energia proveniente do 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 19 de agosto de 2011, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, consoante o Edital de Leilão nº 007/2010, com início de suprimento em 01/01/2013:

CONCESSIONÁRIA	% Limite de Comprometimento da Receita Líquida
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A.	5,20
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S.A.	1,50
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S.A.	1,10

II - ressaltar que a possibilidade de as concessionárias oferecerem em garantia os direitos emergentes da concessão está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de maio de 2011

Nº 2.182 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002941/2008-39, resolve: I - Aceitar a revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Verde, afluente pela margem esquerda do rio Teles Pires, localizado na sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado do Mato Grosso, apresentado pela empresa Atiaia Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 06.015.859/0001-50. II - Os titulares de registro ativo para os mesmos estudos de inventário terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para entregar os estudos em questão, a contar da data da publicação deste ato. Caso o prazo estipulado no cronograma entregue pelos titulares de registro ativo seja inferior aos 120 dias, prevalecerá a data do cronograma, nos termos do artigo 14 da Resolução nº 393/98. III - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo curso d'água que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 2.184 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002909/2009-34, resolve: I - Revogar o Despacho nº 2.732, de 24 de julho de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolver os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Paraíba, localizado na sub-bacia 38, bacia hidrográfica do Atlântico Nordeste, no Estado da Paraíba, tendo em vista a manifestação da empresa Rodrigo Pedroso Energia Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº 10.417.697/0001-54, da desistência em continuar elaborando o aludido estudo. II - Informar que a mencionada empresa poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido estudo.

Nº 2.185 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004967/2010-36, resolve: I - Aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Ribeirão do Paraíso, localizado na sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, entregues pela empresa Construnível Construtora Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.329.344/0001-13.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 233, DE 19 DE MAIO DE 2011(*)

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria nº 445, de 18 de maio de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.005496/2011-17, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A., inscrita no CNPJ sob o número 33.000.092/0001-69, situada à Rua Victor Civita, nº 77, edifício 6, bloco 1, 4º andar, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, autorizada, com fulcro no artigo 3° da Resolução ANP n° 19, de 22 de junho de 2007, a realizar uso experimental de mistura etanol hidratado combustível com 5%, em proporção volumétrica, do maximizador de ignição ED95 em 50 ônibus urbanos de frota cativa de empresa regular do transporte municipal da cidade de São Paulo.

§1º O uso experimental indicado nesta Autorização será realizado em veículos pertencentes à empresa VIM - Viação Metropolitana Ltda. (CNPJ nº 11.031.202/0001-17), situada à Rua Genaro de Carvalho, nº 135, complemento nº 145, Vila Santa Catarina - São Paulo - SP.

§2º Fica restrito o uso da mistura autorizada à frota cativa, não podendo o consumo mensal exceder a 300.000 (trezentos mil) litros.

§3º Para fins desta Autorização, o etanol hidratado combustível utilizado para formular a mistura autorizada deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º Caberá aos agentes envolvidos na comercialização e uso da mistura autorizada a responsabilidade pelos eventuais danos causados aos equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros.

Art. 3º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso da mistura autorizada.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter as empresas Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. e VIM - Viação Metropolitana Ltda., bem como aos demais agentes envolvidos no uso experimental em tela, à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização e à qualidade.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial da mistura autorizada para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 7º Esta autorização fica condicionada aos termos estabelecidos na documentação entregue à ANP.

Art. 8º Esta autorização tem validade pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação indicado no caput deste artigo deve ser encaminhado à ANP antes do encerramento do prazo de validade estabelecido nesta Autorização.

Art. 9º Para efeitos desta autorização, o artigo 7º da Resolução ANP nº 19, de 22 de junho de 2007, será válido não somente para o solicitante, porém a todos os agentes envolvidos no uso experimental em tela.

Art. 10 Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 96, de 20-5-2011, Seção 1, pág. 80, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 135, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 9º, inciso VI, do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, o artigo11, inciso III do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, nos termos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, com a redação dada pela Lei nº 11.292 de 26 de abril de 2006, regulamentadas pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, considerando a Portaria nº 203, de 18 de agosto de 2010, e com base na Resolução de Diretoria nº 465, de 24 de maio de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Portaria ANP N° 181, de 27 de julho de 2010, pelo Anexo I desta Portaria, em consonância com o que dispõe o artigo 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 2º Para fins desta Portaria, são estabelecidas as seguintes definições:

I - Meta Global - objetivamente mensurável, fixada anualmente, em ato do dirigente máximo do órgão, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do respectivo órgão ou entidade de lotação, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, podendo ser revista, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

II - Meta Intermediária - estabelecida, quando aplicável, para cada equipe de trabalho é elaborada em consonância com as metas globais, podendo ser segmentada, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade;

III - Atributos da Meta - conjunto de características da meta, englobando o indicador, o índice, a fórmula, a metodologia e a fonte de dados;

IV - Indicador - instrumento para medir o desempenho das metas;

V - Índice - quantificação pré-estabelecida do objetivo da meta, mensurada pelo indicador;

VI - Fórmula - operação matemática de análise dos dados, para a consecução do índice;

VII - Metodologia - meio utilizado para a aferição das metas e do indicador;

VIII - Fonte de Dados - meio físico ou virtual onde estão disponibilizados os dados primários necessários à apuração da meta e do indicador;

IX - Unidade de Avaliação - unidades integrantes da estrutura organizacional da ANP;

X - Ciclo de Avaliação: período considerado para realização da avaliação de desempenho institucional, com vistas a aferir o desempenho da ANP.

Art. 3º Ficam aprovados a criação e o funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho Institucional - CADI, da ANP, que tem como finalidade:

I - compor, com a participação das diversas Unidades de Avaliação da ANP, proposta de Metas Globais para deliberação pela Diretoria Colegiada, e encaminhando-as à SEC para publicação, antes de cada ciclo de avaliação;

II - estabelecer as Metas Intermediárias junto aos gestores das Unidades de Avaliação;

III - propor alterações na metodologia de avaliação institucional da Agência;

IV - definir o formato e a periodicidade do envio das informações referentes às Metas Institucionais;

V - acompanhar a evolução do cumprimento das Metas Institucionais e encaminhar à Secretaria Executiva - SEC, que promoverá a sua publicidade;

VI - propor à Diretoria Colegiada revisões dos atributos das Metas Globais;

VII - avaliar as solicitações de revisão dos atributos das Metas Intermediárias;

VIII - estabelecer a correlação entre as Metas Globais e Intermediárias;

IX - apoiar a SEC no estabelecimento de critérios para proposição de indicadores de desempenho para o(s) programa(s) da ANP nos Planos Plurianuais;

X - apoiar quaisquer unidades da estrutura organizacional que demandem orientação normativa ou metodológica para o desenvolvimento de indicadores.

Parágrafo único. Para o segundo período avaliativo, compreendido entre 1º de agosto de 2010 e 31 de julho de 2011, a SEC irá desempenhar as atribuições da CADI.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º A Comissão de Avaliação de Desempenho Institucional será constituída por representantes, titulares e suplentes, da(s):

I - Secretaria Executiva - SEC;

II - Superintendência de Gestão de Recursos Humanos - SRH;

III - Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP

IV - diretorias técnicas;

V - Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD.

§1º - Os integrantes da CADI serão indicados à SEC pelo titular das unidades representadas e nomeado por portaria do Diretor-Geral.

§2º - A CADI se reunirá sob coordenação da SEC que se encarregará de preparar atas, listas de presença e demais documentos de apoio.

Art. 5º Ficam revogadas as portarias nº 229, de 11 de outubro de 2006 e nº 210, de 14 de Novembro de 2007.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO I

Meta Global	Indicador	Índice	Fórmula do Indicador
Proteger os interesses do consumidor quanto à qualidade dos produtos.	Índice da Qualidade dos combustíveis	96%	[1-(Número total de amostras não conformes / número total de amostras coletadas)] x 100%
Autorizar a prática das atividades integrantes da indústria do petróleo (refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem, acondicionamento, distribuição e revenda).	Índice de Análise de Processos de Autorização	80%	Média de (Número de processos das UA analisados dentro do prazo estabelecido / número de processos das UA recebidos no período) x 100%
Fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.	Índice de Ações de Fiscalização	100%	Média de (Número de ações de fiscalização das UA / meta de ações de fiscalização das UA) x 100%
Organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.	Índice de Dados Técnicos Disponíveis da Indústria do Petróleo - iBDEP	80%	iBDEP = (Quantidade de dados públicos de E&P disponíveis / Quantidade de dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP) x 100%
Atender à sociedade, mercado e demais demandas externas à ANP	Índice de Pronto Atendimento	70%	(Manifestações respondidas pelo CRC no ato do atendimento / manifestações recebidas) x 100%
Estimular a pesquisa e adoção de novas tecnologias.	Índice de concessão de bolsas e taxas de bancada	100%	(Valor relativo à concessão bolsas e taxas de bancada / valor dos recursos recebidos) x 100%
	Índice de projetos de P&D analisados	80%	(Projetos de P&D analisados / projetos de P&D apresentados pelo operador, concessionários ou contratados) x 100%

ANEXO II

Relação de representantes da Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho Institucional - CADI		
DIR-1	Titular	
	Suplente	
DIR-2	Titular	Silvio Jablonki
	Suplente	Luciene Ferreira Pedrosa
DIR-3	Titular	Aurélio Cesar Nogueira Amaral
	Suplente	Marcos Antonio Lins da Costa Cintra
DIR-4	Titular	
	Suplente	
SEC	Titular	Eduardo Marcelo Vianna de Menezes
	Suplente	Ricardo Gandolpho da Rocha
SPP	Titular	Alice Kinue Jomori de Pinho
	Suplente	Roberta Salomão Moraes da Silva
SRH	Titular	Felipe Bottas de Oliveira e Souza
	Suplente	Andrea de Almeida Azeredo
CAD	Titular	Marcus Vinicius Quintanilha Werner
	Suplente	Sérgio Alonso Trigo

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 238, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.000611/2003-57, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Diamond - Armazéns Gerais Sociedade Limitada, CNPJ 62.278.510/0001-82, autorizada a operar quatorze tanques de aço carbono e instalações complementares em seu terminal situado à Via Anhanguera, KM 17, Vila Jaraguá, Município de São Paulo - SP, com as características apresentadas na tabela abaixo, para movimentação e armazenamento dos produtos líquidos combustíveis da classes III.

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m^3)
1	6,497	5,980	198,150
2	5,145	4,800	99,571
3	3,794	4,560	51,890
4	3,798	4,560	51,878
5	3,892	4.140	49,472
6	2,996	7,200	50,797
7	2,996	7,200	50,802
14	5,143	4,780	99,444
15	5,144	4,780	99,393
16	5,143	4,800	99,303
17	5,144	4,780	99,425
18	4,766	4,790	85,396
19	5,149	4,800	99,912
20	5,150	4,800	99,943

Art. 2º Os produtos a serem movimentados no Terminal estão restritos àqueles relacionados nas folhas 7 e 8 do processo administrativo CETESB nº 29/00810/99, conforme a Licença de Operação nº 29001437, emitida pela CETESB em 26/11/2003 e substituída pela Licença de Operação n° 29004250, de 06/04/2009.

Art. 3º Esta Autorização é válida até o dia 06 de abril de 2013, conforme o prazo estabelecido pela Licença de Operação n° 29004250, emitida para o Terminal pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, do Governo do Estado de São Paulo.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 5º Fica revogada a Autorização ANP n° 144, de 12/06/2006, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 112, de 13/06/2006

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 239, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do Processo ANP n.º 48610.006038/2010-14 e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 02.709.449/0001-59, autorizada a construir o duto RE5RC6, de 6 (seis) polegadas de diâmetro e aproximadamente 11 (onze) quilômetros, para transporte de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP entre a Refinaria de Capuava - RECAP e o Terminal de São Caetano do Sul, nos Municípios de Mauá, Santo André e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 09 de fevereiro de 2016, conforme prazo estabelecido na Licença Ambiental de Instalação n.º 9715, emitida em 10 de março de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 241, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 011, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.004480/2011-97, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA., com sede na Rua Anfilófio de Carvalho, 29, 4° andar, Grupo 401/404, Parte, Centro, CEP 20.030-060 Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, autorizada a realizar aquisição de dados geofísicos marítimos, não exclusivos, de sísmica 2D, gravimetria e magnetometria, com fins comerciais, nas bacias sedimentares na costa brasileira. O polígono do projeto é limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

VÉRTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	7:07:31,612	-49:18:53,602
2	4:06:56,245	-43:34:25,823
3	4:00:02,806	-35:33:01,575
4	-4:37:22,857	-30:20:52,316
5	-10:13:25,297	-30:01:52,670
6	-11:47:35,612	-31:34:28,356
7	-15:33:11,766	-34:34:36,662
8	-23:14:10,760	-35:29:33,154
9	-28:08:05,065	-40:08:37,066
10	-29:47:03,171	-43:44:52,138
11	-36:37:52,371	-48:36:12,882
12	-35:44:48,253	-50:08:21,425
13	-34:31:27,047	-52:08:57,678
14	-34:05:51,261	-52:49:24,996
15	-33:15:26,826	-52:41:44,057
16	-32:51:55,499	-52:24:50,974
17	-32:27:20,611	-52:16:42,376
18	-32:13:37,603	-52:06:50,079
19	-31:55:31,838	-51:41:19,948
20	-31:38:32,105	-51:13:33,787
21	-31:13:37,164	-50:48:12,516
22	-30:41:23,168	-50:21:48,417
23	-30:17:19,250	-50:10:33,092
24	-29:38:54,248	-49:53:34,183
25	-29:00:22,928	-49:20:40,771
26	-28:37:13,137	-48:44:18,323
27	-28:05:42,865	-48:34:24,324
28	-27:37:57,087	-48:21:36,940
29	-27:31:15,274	-48:19:45,943
30	-27:12:03,592	-48:26:34,342
31	-26:32:42,953	-48:20:38,067
32	-25:58:06,638	-48:10:21,486
33	-25:09:37,507	-47:50:08,486
34	-24:50:07,362	-47:26:31,874
35	-24:29:34,505	-46:55:01,873
36	-24:20:27,767	-46:36:52,324
37	-23:58:17,367	-45:45:37,857
38	-24:01:57,023	-45:31:57,755
39	-23:56:31,770	-45:09:42,720
40	-23:25:43,192	-44:50:54,347
41	-23:17:31,789	-44:23:39,477
42	-23:12:22,919	-43:58:24,836
43	-23:08:46,756	-43:38:59,527
44	-23:00:57,302	-43:15:28,641
45	-23:00:31,552	-41:59:31,578
46	-22:46:22,694	-41:51:28,985
47	-22:36:39,284	-41:55:16,300
48	-22:06:05,198	-41:00:08,112
49	-21:46:32,998	-40:51:09,348
50	-21:13:36,795	-40:36:40,120
51	-21:06:43,263	-40:36:44,086
52	-20:49:11,406	-40:31:35,768
53	-19:25:14,386	-39:27:55,598
54	-16:55:22,811	-38:55:30,799
55	-15:25:48,126	-38:52:35,256
56	-14:57:35,612	-38:57:54,382
57	-14:40:38,200	-39:01:03,155
58	-14:29:34,640	-38:59:24,496
59	-13:47:34,504	-38:53:10,529
60	-13:12:26,405	-38:51:23,757
61	-13:01:40,341	-38:33:50,984
62	-13:00:00,010	-38:23:24,609
63	-12:42:18,602	-38:02:48,898
64	-12:10:56,103	-37:40:15,423
65	-11:27:35,088	-37:19:21,712
66	-10:49:57,034	-36:54:22,964
67	-10:32:00,307	-36:23:58,876
68	-10:21:49,472	-36:10:32,990
69	-9:57:36,052	-35:52:26,411
70	-9:46:22,001	-35:42:43,031
71	-9:36:41,146	-35:33:42,196
72	-9:31:04,645	-35:28:50,546
73	-9:22:23,898	-35:20:30,157
74	-8:51:44,432	-35:00:01,889
75	-8:18:15,485	-34:47:41,076
76	-7:50:38,377	-34:43:06,465
77	-7:21:52,191	-34:42:53,965
78	-7:02:53,254	-34:43:12,997
79	-6:17:37,449	-34:57:30,300
80	-5:46:59,355	-35:09:19,821
81	-5:29:23,914	-35:09:37,979
82	-5:01:09,523	-35:28:27,833
83	-4:58:41,097	-36:03:57,652
84	-4:57:12,987	-36:38:59,864
85	-4:40:23,023	-37:07:50,112
86	-4:31:12,237	-37:22:12,465
87	-4:14:57,438	-37:50:47,153
88	-3:58:54,520	-38:05:45,822
89	-3:50:30,571	-38:13:55,593
90	-3:45:37,796	-38:22:06,985
91	-3:32:25,433	-38:39:50,215
92	-3:22:39,747	-38:53:37,702
93	-3:10:28,899	-39:02:05,373
94	-2:45:59,087	-39:43:56,978
95	-2:31:37,841	-40:14:05,577
96	-2:32:57,101	-40:51:36,026

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

97	-2:33:45,185	-42:22:52,958
98	-2:17:24,278	-42:56:30,953
99	-2:11:59,469	-43:44:26,241
100	-1:49:35,598	-43:55:47,024
101	-1:20:10,666	-44:05:35,400
102	-1:10:50,929	-44:32:49,126
103	-1:15:55,438	-45:00:50,358
104	-1:01:56,093	-45:17:45,533
105	-0:55:14,891	-45:51:30,855
106	-0:14:05,355	-47:43:03,342
107	0:22:33,208	-48:00:00,000
108	1:25:19,464	-48:31:07,552
109	2:26:07,197	-49:12:37,153
110	2:51:40,394	-49:55:15,415
111	3:36:47,986	-50:48:37,858
112	4:25:47,976	-51:02:27,832
113	4:43:54,629	-51:26:24,522
114	7:07:31,612	-49:18:53,602

Datum: SAD 69

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA compromissada a enviar a ANP:

I - Notificação de Início de Aquisição de Dados;

II - Relatório Mensal de Aquisição até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Aquisição de Dados

IV - Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda;

V - Relatório Final de Aquisição e quaisquer outros documentos referentes aos dados adquiridos, no prazo máximo de até 30 dias contados da data da conclusão da aquisição e interpretação.

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III e IV estão disponibilizados na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_técnicos@anp.gov.br.

Art. 3º - De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos entregues pela SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. deverão ser identificados com o código «ETS-0257» e os dados resultantes da aquisição deverão estar nos seguintes formatos:

I - Dados Sísmicos e auxiliares, segundo as especificações contidas no padrão ANP1B:

a) Arquivos Resumidos de posicionamento com a batimetria ou com as elevações;

b) Arquivo em formato texto (ASCII) com a versão final das velocidades médias quadráticas, "root mean square" (RMS), antes de aplicada a migração;

c) Versão final dos dados migrados, tal com destinada à interpretação.

II - Relatório Final de Aquisição e quaisquer outros documentos referentes aos dados não-exclusivos adquiridos, no prazo máximo de até 30 dias contados da data da conclusão das atividades de aquisição e/ou interpretação dos dados.

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft".

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf ».

Art. 4º Fica a SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. obrigada a observar na internet, endereço http://www.anp.gov.br/petro/petroleo.asp, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Art. 5º- Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de aquisição e tratamento e/ ou interpretação dos dados geofísicos 2D, de sísmica, gravimetria e magnetometria do levantamento descrito no Art. 1º acima.

Art. 6º - A presente autorização é válida pelo período de 55 meses.

Art. 7º - A empresa fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP uma cópia do produto gerado pelo processamento, bem como todos os dados e informações por ele gerado ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no art. 19º, inciso VII da Resolução ANP nº 011, de 17 de Fevereiro de 2011.

Art. 8º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SÉRGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 240, DE 25 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições do art. 8º, inciso XV, da Lei n. º 9.478/97, e o que consta do processo n.º 48300.027541/1996 - 14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a COESA TRANSPORTE E REVENDA RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº: 00.595.036/0001-65, habilitada para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, autorizada a operar as instalações de tancagem na Rodovia SP 225, Km 02, Aguaí - SP, CEP: 13860-000.

As referidas instalações compreenderão quatro tanques aéreos, horizontais, listados na tabela seguir, com capacidade total de armazenamento de 60 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
01	1,90	5,50	15,00	Óleo Diesel
02	1,90	5,50	15,00	Óleo Diesel
03	1,90	5,50	15,00	Óleo Diesel
04	1,90	5,50	15,00	Óleo Diesel

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de maio de 2011

Nº 602 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0172411	COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA IRMÃOS LIMA LTDA. - ME.	09.131.950/0001-20	JOAO MONLEVADE	MG	48610.009415/2008-52
GLP/ES0185910	DENAIR DE OLIVEIRA	08.144.871/0002-71	IRUPI	ES	48610.005364/2010-12
001/GLP/MG0002692	HELIO SEBASTIAO TAVEIRA - ME	06.942.773/0001-73	BOM JESUS DO AMPARO	MG	48610.010658/2004-18
GLP/PA0173612	J B DE SOUSA BENTES - ME	09.633.584/0001-07	SANTAREM	PA	48610.011253/2008-12
001/GLP/SP0014431	M. A. ALVES DA SILVA - ME	07.169.419/0001-10	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.005098/2007-14

Nº 603 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RN0207856	A B QUINTILIANO COMERCIO DE GAS LIQUEFEITOS DE PETROLEO	12.332.846/0001-08	NATAL	RN	48610.006582/2011-47
GLP/BA0207857	AMAURY DA SILVA GUSMÃO ME	00.347.420/0001-49	ITAMBE	BA	48610.003182/2011-80
GLP/RN0207858	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS REVENDEDORES DE GAS GLP DE MOSSORO/RN E DO BRASIL	12.904.481/0001-49	MOSSORO	RN	48610.002777/2011-18
GLP/RS0207859	AUTO ABASTECEDORA SCHU LTDA	92.178.888/0001-75	SAO JOSE DO INHACORA	RS	48610.004279/2011-18
GLP/TO0207860	BOTELHO E GONÇALVES LTDA.	10.696.605/0001-12	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.006651/2011-12
GLP/MT0207861	BOTURA & FAGUNDES LTDA.	02.636.146/0006-68	VARZEA GRANDE	MT	48610.004086/2011-59
GLP/MA0207862	C. FONSECA DIAS GÁS	07.789.323/0009-02	SAO LUIS	MA	48610.006624/2011-40
GLP/MA0207863	C. FONSECA DIAS GÁS	07.789.323/0018-01	SAO LUIS	MA	48610.006622/2011-51
GLP/PA0207864	CLAYTON ANDERSON DA COSTA JARDIM COMÉRCIO DE GLP E ÁGUA	13.516.421/0001-11	BELEM	PA	48610.006831/2011-02
GLP/MG0207865	COLARES MATERIAIS CONSTRUÇÕES E DISTRIBUIÇOES LTDA - ME	11.475.909/0002-01	MONTES CLAROS	MG	48610.006596/2011-61
GLP/GO0207866	COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS	02.667.442/0017-89	INDIARA	GO	48610.006644/2011-11
GLP/MG0207867	CORNELIO GONCALVES DA SILVA ME.	21.484.837/0001-23	PIRANGUCU	MG	48610.004624/2011-13
GLP/PR0207868	DISTRIBUIDORA DE AGUA SANTA HELENA LTDA - ME	07.362.182/0001-90	SANTA HELENA	PR	48610.006621/2011-14
GLP/ES0207869	E. SOARES - ME	12.266.618/0001-87	VILA VELHA	ES	48610.003555/2011-12
GLP/CE0207870	ERICA FAVILA DE ARAUJO ME	08.598.885/0003-46	ACARAU	CE	48610.006632/2011-96
GLP/SC0207871	FRANCISCO A RODRIGUES E CIA LTDA.	79.827.143/0001-21	URUBICI	SC	48610.005326/2011-32
GLP/ES0207872	G. DA COSTA CUNHA ME	13.168.006/0001-14	IRUPI	ES	48610.006821/2011-69
GLP/AL0207873	GALINDOGÁS REVENDEDORA DE GÁS LTDA.	02.732.359/0016-65	PAO DE ACUCAR	AL	48610.006822/2011-11
GLP/GO0207874	GASPAR TEIXEIRA PIRES ME.	06.813.627/0001-48	ITUMBIARA	GO	48610.006636/2011-74
GLP/PA0207875	GUEDES E BRANDÃO LTDA - ME	09.227.196/0001-26	PARAUAPEBAS	PA	48610.006841/2011-30
GLP/BA0207876	ISAIAS BARBOSA DA SILVA	09.168.703/0005-21	SALVADOR	BA	48610.006641/2011-87
GLP/PA0207877	J & S COMERCIO VAREJISTA DE GAS E BEBIDAS LTDA ME.	10.497.993/0001-02	PARAUAPEBAS	PA	48610.006835/2011-82
GLP/PB0207878	JANAYNNA MARIA MAGALHÃES ESPINOLA	13.405.748/0001-16	JOAO PESSOA	PB	48610.006817/2011-09

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/PR0207879	JOSE ALBERTINO CASELATO & CIA. LTDA - ME	03.762.683/0001-02	CORNELIO PROCOPIO	PR	48610.003548/2011-11
GLP/MA0207880	L. B. COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	02.808.744/0019-91	SAO LUIS	MA	48610.006578/2011-89
GLP/MG0207881	LP COMÉRCIO DE GLP LTDA ME	12.967.836/0001-49	MARIO CAMPOS	MG	48610.006633/2011-31
GLP/GO0207882	LUCINEIDE DIAS DE SOUZA	13.165.685/0001-78	SANTA TEREZA DE GOIAS	GO	48610.003352/2011-26
GLP/PB0207883	LUISA GONÇALVES DA SILVA	13.173.930/0001-99	JOAO PESSOA	PB	48610.006837/2011-71
GLP/MG0207884	MARCIANA CASSIMIRO RIBEIRO	05.917.475/0002-41	JOAO MONLEVADE	MG	48610.001507/2011-90
GLP/RS0207885	MARCIO SOUZA DIAS	07.966.473/0001-97	GUAIBA	RS	48610.006838/2011-16
GLP/PR0207886	MAURICIO DE SOUZA & CIA LTDA - ME	05.083.220/0001-40	SARANDI	PR	48610.006648/2011-07
GLP/SC0207887	MERCADINHO PRAÇA LTDA ME	08.490.020/0001-08	VIDAL RAMOS	SC	48610.004647/2011-10
GLP/SC0207888	MERCADO E LOJA NOSTRA CASA LTDA - ME.	04.129.902/0001-83	QUILOMBO	SC	48610.006833/2011-93
GLP/PR0207889	MICHELY CRISTINA MANTOVANI -ME	12.845.937/0001-47	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	PR	48610.002146/2011-07
GLP/SC0207890	NEODI JOAO NERCOLINI ME	79.301.719/0001-12	CANOINHAS	SC	48610.006581/2011-01
GLP/PR0207891	NIVALDO MARIANO MERCEARIA	01.641.096/0001-30	UNIAO DA VITORIA	PR	48610.004823/2011-13
GLP/RS0207892	NOELI MADALENA RASCH DA ROSA 59796600030	12.393.703/0001-06	CAPIVARI DO SUL	RS	48610.017559/2010-05
GLP/MG0207893	PADILHA NAVARRO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	11.786.729/0001-51	CONTAGEM	MG	48610.006832/2011-49
GLP/RS0207894	PIOVESAN & VENDRUSCOLO LTDA.	12.799.547/0003-40	CARAZINHO	RS	48610.004942/2011-76
GLP/MG0207895	RODRIGUES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	12.967.297/0001-48	CAPELINHA	MG	48610.006839/2011-61
GLP/BA0207896	SC COMÉRCIO DE GÁS LTDA	13.228.393/0001-37	RIBEIRA DO AMPARO	BA	48610.005819/2011-72
GLP/SP0207897	S.R. ANTUNES GAS	12.538.789/0001-18	ELDORADO	SP	48610.005242/2011-07
GLP/SC0207898	SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA. - ME.	06.116.423/0001-58	CANOINHAS	SC	48610.006650/2011-78
GLP/SP0207899	SUPERMERCADO ZANINI DE PIRANGI LTDA. - ME.	05.099.127/0001-23	PIRANGI	SP	48610.006640/2011-32
GLP/BA0207900	TATIANE DA SILVA GUIMARÃES - ME.	08.990.159/0002-93	SALVADOR	BA	48610.006642/2011-21
GLP/PA0207901	TELEGAS - COM. VAREJISTA DE GAS LTDA EPP.	13.504.760/0001-88	BELEM	PA	48610.006827/2011-36
GLP/SC0207902	TEREZINHA DE JESUS QUIRINO DOS SANTOS - ME.	09.428.102/0001-87	CANOINHAS	SC	48610.006579/2011-23
GLP/ES0207903	VALTAIR MARVILA SILVA ME.	02.313.202/0001-19	ANCHIETA	ES	48610.006506/2011-31
GLP/ES0207904	VLS COMERCIAL DE GÁS LTDA.- ME.	12.071.416/0001-80	VIANA	ES	48610.006655/2011-09
GLP/CE0207905	WALESKA VASCONCELOS QUEIROZ - EPP.	01.867.157/0003-43	EUSEBIO	CE	48610.006819/2011-90
GLP/SP0207906	WESLEY MAXIMIANO DONA - ME.	12.483.901/0001-60	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.005140/2011-83

Nº 604 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de janeiro de 2011:

Empresa Adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xilenos (3)	Benzeno	Hexanos (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	118	1.193
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	100	-	-	-	-	45
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	275	60	588	-	-	-	245
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	498	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	75	-	-	-	235	-	-	488	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	53	-	136	568	40	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	120	119	390	-	-	35	45
ARTECOLA INDUSTRIA QUÍMICA LTDA	-	59	-	-	61	-	-	29	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	89	-	-	-	164	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	250	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	308	-	204	994	477	-	295	235	1.150
BASF S.A	-	-	-	180	-	238	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	75	-	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	-	692	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	45	-	115	363	395	-	214	-	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	1.402	-	210	738	491	-	1.289	688	2.884
CBE - CIA BRASILEIRA DE ESTIRENO	-	-	-	-	-	-	7.091	-	-	-
CHEMISOL COMERCIAL QUIMICA LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	312	-
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	395	-	162	166	187	-	-	-	264
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	75	-	-	-	326
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	2.634	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	46	-	257	15	971	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	61	-	1.125	-	-	-
EUCATEX DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.	-	-	-	-	118	-	-	-	-	238
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	45	639	139	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	185	-	-	47	-	-	35	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-
IGK KOBER INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	682	-
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	103	-	-	34	-	-	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	59	429	-	1.063	1.785	1.592	-	512	402	1.680
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	33	46	-	14	162	49	-	155	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	60	-	-	-	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	15	15	30	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	-	-	-	95	30	-	-	-	34
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	245	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	-	3.093	2.463	-	3.542	2.562	4.169
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	714	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	15	103	37	-	-	8	37
PETROPOLI QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	59	-	-	-	-
PRO QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	559	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	498	120	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	2.156	-	-	-	-	-	-	4.149	991
REICHHOLD DO BRASIL LTDA	-	-	-	20	-	-	-	-	-	52
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	100	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	29	178	617	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	150	-	775	-	-	-	-
TINTAS HIDRACOR S/A	-	-	-	-	-	18	-	-	-	63
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	30	119	-	-	-	-	253
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	17.844	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	-	-	1.201	-	-	-	-	-	1.186
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	167	-	-	546	59	-
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	8.950	122	25.440	-	-	-
VENDAS TOTAIS	167	5.786	120	4.964	22.649	10.202	51.500	7.105	10.505	14.855
PRODUÇÃO	15.146	21.433	6.159	3.433	22.450	13.357	84.245	2.861	11.514	10.618
VENDAS INTERNAS	167	5.786	120	4.964	13.699	10.080	26.060	7.105	10.505	14.855

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nª 605 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Fevereiro de 2011:

Empresa Adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xilenos (3)	Benzeno	Hexanos (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	30	981
AGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	78	-	-	-	-	44
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	271	74	602	-	-	-	487
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	451	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	29	-	-	-	400	-	-	338	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	64	-	100	435	39	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	60	148	459	-	-	65	30
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	44	-	-	30	-	-	31	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	148	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	305	-	103	1.167	604	-	267	398	1.191
BASF S.A	-	-	-	224	-	119	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	74	-	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	649	-	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	45	-	68	637	350	-	205	-	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	1.481	-	90	683	390	-	1.348	734	2.384
CBE - CIA BRASILEIRA DE ESTIRENO	-	-	-	-	-	-	6.770	-	-	-
CHEMISOL COMERCIAL QUÍMICA LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	470	-
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	339	-	99	174	299	-	-	-	39
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	75	-	-	-	326
DUPONT DO BRASIL S.A	-	91	-	302	-	1.038	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	-	-	850	-	-	-
EUCATEX DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.	-	-	-	-	148	-	-	-	-	208
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	30	470	101	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	309	-	-	144	-	-	103	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-
IGK KOBER INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	107	-
INDÚSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	111	-	-	34	-	-	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	34	643	-	972	2.841	1.311	-	876	319	2.171
IPIRANGA PETROQUÍMICA S/A	-	-	-	-	262	-	-	-	-	-
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	-	81	-	15	-	89	-	248	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A.	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	30	15	44	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	30	-	-	59	-	-	-	-	29
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	206	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	-	2.141	1.828	-	3.879	2.506	4.028
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	395	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	15	132	30	-	-	-	44
PETROPOLI QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	60	-	-	-	-
PRO QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	465	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	332	108	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	2.016	-	-	-	-	-	-	3.908	296
REICHHOLD DO BRASIL LTDA	-	-	-	46	-	-	-	-	-	45
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	14	-	109	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	45	267	498	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	150	15	914	-	-	-	15
TINTAS HIDRACOR S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	59	118	-	-	-	-	117
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	17.660	-	-	-
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	171	-	-	537	55	-
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	3.537	1.242	7.149	-	-	-
VENDAS TOTAIS	63	5.924	108	3.736	14.328	10.482	32.429	7.831	9.682	12.522
PRODUÇÃO	10.607	7.154	3.235	4.154	12.589	8.491	68.545	5.796	16.593	11.977
VENDAS INTERNAS	63	5.924	108	3.736	10.791	9.240	25.280	7.831	9.682	12.522

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nª 606 - Em virtude da decisão proferida pelo MM. Juiz Dr. Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, nos autos do Processo n.º 583.00.2001.074.201-2, e, considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, fica restabelecido o Registro n.º 31, a Autorização de Operação (AO da base primária de armazenamento, envasilhamento e distribuição de GLP localizada em Paulínia/SP) e a Autorização de Operação n.º 12 (AO das instalações localizadas em Jandaia do Sul/PR), ambas publicadas no DOU, respectivamente, em 04/06/1999 e em 02/02/2004, outorgados à Maxi Chama Azul Gás Distribuidora de Gás Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 01.156.290/0001-20, ficando sem efeitos o Despacho ANP n.º 538/2011, publicado no Diário Oficial da União em 13/05/2011.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho(1387), publicado DOU de 15/06/2010, Relação n° 84, Seção 1, pág. 47, onde se lê: "...no Município(s) de ITAGUAÍ/RJ, numa área de 639,86ha...", leia-se: "...nos Municípios de ITAGUAÍ/RJ e SEROPÉDICA/RJ, numa área de 639,76ha..."

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 182/2011

Fase de Disponibilidade
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
874.287/2007-Itinga Mineração Ltda
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
871.335/2004- Recurso interposto por Edmond Chemmes Ganem
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
871.335/2004- HABILITADOS os proponentes: Edmond Chemmes Ganem ; Pedreira Iguape Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(1871)
300.344/2011-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA.

RELAÇÃO Nº 192/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
872.364/2009-GERDAU AÇOMINAS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
871.963/2005-MINERAÇÃO LUNA LTDA- Área de 1.000,00 para 884,42 ha-Quartzito
870.073/2006-MINERAÇÃO LUNA LTDA- Área de 914,53 para 640,69 ha-Quartzito
873.694/2006-PEDREIRAS DO BRASIL S/A- Área de 994,63 para 288,17 ha-Anfibolito
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.039/1999-OLDESA - ÓLEO DE DENDÊ LTDA-NAZARÉ/BA - Guia n° 029/2011-50.000t-Brita- Validade:27 de abril de 2012
872.142/2004-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-IBITIARA/BA - Guia n° 25/2011-18.000t-Silício- Validade:30 de dezembro de 2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.751/2010-KARLA MARIA RIBEIRO STUCKI-Registro de Licença n°22/2011 de 16/05/2011-Vencimento em 14/01/2014
872.548/2010-CIRILIO PITA PASSOS ME-Registro de Licença n°19/2011 de 12/05/2011-Vencimento em 08/03/2030
872.662/2010-CERÂMICA LAGOA DO PEIXE LTDA-Registro de Licença n°23/2011 de 16/05/2011-Vencimento em Indeterminado
872.945/2010-TOP ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença n°21/2011 de 16/05/2011-Vencimento em 30/11/2012
870.214/2011-ELDER DE JESUS ALMEIDA-Registro de Licença n°13/2011 de 03/05/2011-Vencimento em 27/12/2014
870.449/2011-USINA GRAVATÁ LTDA-Registro de Licença n°16/2011 de 09/05/2011-Vencimento em 07/12/2011
870.621/2011-CONSTRUTORA J. VICENTE LTDA-Registro de Licença n°14/2011 de 09/05/2011-Vencimento em 03/02/2013
870.728/2011-CONCRENOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Registro de Licença n°17/2011 de 11/05/2011-Vencimento em 09/02/2021
871.288/2011-XAVIER S. & SILVA LTDA-Registro de Licença n°15/2011 de 09/05/2011-Vencimento em 31/12/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

871.383/2011-JURANDI ALVES DA SILVA ME-Registro de Licença n°18/2011 de 11/05/2011-Vencimento em 11/04/2021
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
870.644/1992-SIMONASSI NORDESTE INDUSTRIAL LTDA- Registro de Licença No.:007/2003 - Vencimento em Indeterminado
870.537/1999-CERÂMICA LAGOA DO PEIXE LTDA- Registro de Licença No.:026/2001 - Vencimento em 05/07/2014
870.500/2004-LEMOS & NEVES LTDA.- Registro de Licença No.:023/2005 - Vencimento em Indeterminado
871.147/2006-CERAMICA JOPES LTDA- Registro de Licença No.:023/2006 - Vencimento em 28/03/2021
Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
871.254/2008-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- Registro de Extração N°011/2008- DOU de 05/06/2008

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.131/2005-CARBOMIL S/A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA-OF. N°1202/2011
800.473/2006-TECNOCER INDUSTRIA E COMERCIO DE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°1198/2011
801.150/2008-JEFFERSON RÉGIS DANTAS DO NASCIMENTO-OF. N°1182/2011
800.267/2009-MPP COMÉRCIO,SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1131/2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-SANTA QUITÉRIA/CE - Guia n° 09/2011-12.000TONELADAS-GRANITO ORNAMENTAL- Validade:27/12/2011
800.118/2007-LITOMINAS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-ALTO SANTO/CE - Guia n° 08/2011-8.000TONELADAS-CALCÁRIO ORNAMENTAL- Validade:24/11/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.182/2008-JOSE AIRTON FERREIRA LIMA- Área de 49,68 para 11,83-AREIA
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
801.236/2010-JOSE ROBERTO APOLIANO ALBUQUERQUE- Alvará N°1.356/2011- DOU de 10/02/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.926/2007-NATALIA CORREIA LIMA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.239/2003-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1162/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.239/2003-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1161/2011-180 dias
800.297/2005-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1177/2011-60 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
800.030/2002-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-MARTINÓPOLE/CE - Guia n° 10/2011-8.000TONELADAS-FILITO- Validade:04/12/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.145/2003-ITAMIL ITAOCA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1201/2011
800.297/2005-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1178/2011
800.687/2008-ITATIBA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1167/2011
800.688/2008-ITATIBA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1166/2011
800.689/2008-ITATIBA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1203/2011
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
811.383/1975-EMPRESA DE MINERAÇÃO BRITAMA - BRITA MARANGUAPE LTDA- AI N° 216/2011
800.264/1999-MINERADORA DE ÁGUA LÍMPIDA LTDA- AI N° 217/2011
800.025/2000-CRENOR CARBONATOS DO NORDESTE LTDA- AI N° 218/2011; 219/2011 e 220/2011
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
821.175/1969-MIDOL MINERAÇÃO DOLOMITA LTDA-AI Nº 279/09
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
821.175/1969-MIDOL MINERAÇÃO DOLOMITA LTDA-OF. N°1127/2011
800.273/1999-SÃO FÉLIX INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1199/2011 e 1200/2011
800.025/2000-CRENOR CARBONATOS DO NORDESTE LTDA-OF. N°1207/2011
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUA MINERAL E ALIMENTOS LTDA-OF. N°1163/2011 e 1164/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
821.175/1969-MIDOL MINERAÇÃO DOLOMITA LTDA-OF. N°1126/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.251/2002-CEMONTE CERAMICA MONTE ALEGRE LTDA EPP-OF. N°1074/2011
800.012/2003-CERÂMICA NR LTDA-OF. N°1070/2011
800.022/2007-JOSÉ WELLINGTON PEREIRA LEITE-OF. N°1067/2011
800.023/2007-ANTENOR MORAES DE BRITO ME-OF. N°1056/2011
800.412/2007-EDSON SAMPAIO CARDOSO-OF. N°1058/2011
800.456/2007-EDVALDO DA CRUZ SILVA-OF. N°1061/2011
800.460/2007-KARINE CHRISTIE OLIVEIRA DE BRITO-OF. N°1062/2011
800.467/2007-JOÃO GOMES DE BORBA MARANHÃO ME-OF. N°1064/2011
800.495/2007-NEUMA MUNIZ SAMPAIO GOMES DE MATOS-OF. N°1069/2011
800.496/2007-MARIA ZULENE LOPES PEREIRA-OF. N°1068/2011
800.685/2008-MEP PEQUENO EXTRAÇÕES-OF. N°1073/2011

RELAÇÃO Nº 68/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.142/2009-ANTONIO SILVA DE SOUSA-HIDROLÂNDIA/CE - Guia n° 11/2011-10.000TONELADAS-QUARTZITO ORNAMENTAL- Validade:17/04/2012
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.473/2007-ALTORO MINERAÇAO LTDA. -Alvará N°11.893/2007
800.474/2007-ALTORO MINERAÇAO LTDA. -Alvará N°11.894/2007
800.475/2007-ALTORO MINERAÇAO LTDA. -Alvará N°11.895/2007
800.485/2007-ALTORO MINERAÇAO LTDA. -Alvará N°11.905/2007
800.486/2007-ALTORO MINERAÇAO LTDA. -Alvará N°11.906/2007
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.755/2007-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-CALCÁRIO CALCÍTICO
800.145/2008-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-CALCÁRIO CALCÍTICO
800.823/2008-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-CALCÁRIO CALCÍTICO
801.042/2008-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-ARENITO
800.069/2009-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-CALCÁRIO CALCÍTICO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.224/2005-MINERALS E GEMAS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.154/1993-SÃO GERALDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1237/2011
800.128/2007-ORVALHO DA SERRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE RECURSOS MINERAIS-OF. N°1225/2011 e 1226/2011
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
800.095/1990-INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB- AI N°221/2011; 222/2011; 223/2011; 224/2011; 225/2011 e 226/2011

RELAÇÃO Nº 69/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
801.127/2010-COREAÚ CALCÁRIO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.503/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1211/2011
800.288/2011-PAULO ANTONIO ROCHA LIMA-OF. N°1238/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.390/2009-JOSÉ ANDRE MARTINS CAVALCANTE
800.699/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Nega provimento ao recurso interposto(187)
800.214/2009-LUCILEIDE LEILA TAVARES VALE ALENCAR
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.648/2010-JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°12.746/2010
800.649/2010-JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°14.179/2010
800.650/2010-JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°12.747/2010
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.192/2004-LITOMINAS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- Área de 1.000 para 651,20-BARITA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.671/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.154/2010
800.672/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.155/2010
800.673/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.156/2010
800.674/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.157/2010
800.675/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.158/2010
800.676/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.159/2010
800.677/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.160/2010
800.679/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA. -Alvará N°12.161/2010
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
800.941/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.- Alvará N°276/2011- DOU de 20/01/2011
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
800.581/2007-PEDRA BRANCA DO BRASIL MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°482/2008
800.589/2007-PEDRA BRANCA DO BRASIL MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°485/2008
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.225/2001-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1216/2011
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
995.457/1980-TINTAS HIDRACOR S A- AI N° 227/2010 e 228/2010
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
995.457/1980-TINTAS HIDRACOR S A-OF. N°1229/2011; 1230/2011; 1231/2011; 1232/2011; 1233/2011 e 1234/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.764/2008-CERÂMICA BATATEIRA LTDA-OF. N°1066/2011
800.765/2008-MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ARRAES GOMES DE MATOS-OF. N°1065/2011
800.834/2008-CRISTAL CERAMICA E ENGENHARIA LTDA ME-OF. N°1063/2011
801.092/2008-CERAMICA GOMES DE MATOS-OF. N°1071/2011
801.105/2008-CERAMICA GOMES DE MATOS-OF. N°1072/2011
800.433/2009-GILSON SEVERINO DA SILVA ME-OF. N°1060/2011
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
800.229/2005-JONAS LAURINDO- Registro de Licença No.:229/2005 - Vencimento em 22/02/2013
800.474/2006-ISAIAS OLIVEIRA & CIA- Registro de Licença No.:803/2007 - Vencimento em 14/04/2015
Nega provimento ao pedido de reconsideração(747)
800.051/2009-LUIZ FELIPE PINHEIRO DA SILVA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.116/2008-IRMAOS MARANHAO PARTICIPAÇOES S A- Cessionário:EP MARANHÃO DE OLIVEIRA- CNPJ 11.769.630/0001-41- Registro de Licença n°978/2009- Vencimento da Licença: 04/10/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.145/2009-FRANCISCO WAGNER GARCIA COELHO-OF. N°1057/2011
801.263/2010-F G RIOS SILVA ME-OF. N°1130/2011
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.117/2010-S.B. EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AREIA LTDA ME

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.276/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
868.277/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
868.278/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

868.279/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.280/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.281/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.282/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.283/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.284/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.285/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

868.286/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

868.464/2007-JORGE BOBATTO JUNIOR- Alvará n°12.390/2008 - Cessionario:868.228/2010 - 868.229/2010 - 868.230/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO TOCA DA RAPOSA LTDA- CPF ou CNPJ 09.651.018/0001-28

868.006/2008-JORGE BOBATTO JUNIOR- Alvará n°12.391/2008 - Cessionario:868.231/2010 E 868.232/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO TOCA DA RAPOSA LTDA- CPF ou CNPJ 09.651.018/0001-28

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

868.056/2008-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-OF. N°831/11

868.319/2009-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-OF. N°831/11

868.320/2009-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-OF. N°831/11

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

868.056/2008-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°8.185/2009

868.319/2009-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°3.174/2010

868.320/2009-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°4.365/2010

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

866.744/1985-DIXER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.- FONTE MONTE SIÃO - CRYSTAL - 1,5 L (COM GÁS E SEM GÁS) E 310 ML (SEM GÁS)- CAMPO GRANDE/MS

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

866.744/1985-DIXER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.-OF. N°828/11

867.199/1991-MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°821/11

868.011/1999-VENTURINI FLORÊNCIO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA-OF. N°829/11

868.009/2000-MINERADORA EVA LTDA-OF. N°817/11

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

868.237/2010-CLEDINEIA GREGORIA CASSAFU GADA-Registro de Licença n°14/2011 de 18/05/2011-Vencimento em 24/08/2025

868.345/2010-JESUS DIAS DE QUEIROZ 20422253120-Registro de Licença n°15/2011 de 18/05/2011-Vencimento em 01/12/2020

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)

868.225/2007-CORUMBÁ CALCÁRIO LTDA EPP- Registro de Licença No.:17/2007 - Vencimento em 16/04/2015

868.220/2009-AREIA SANTA LUZIA LTDA- Registro de Licença No.:13/2009 - Vencimento em 25/06/2011

Determina arquivamento processo adm. cancelamento Registro de Licença(1178)

868.138/2004-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.-

Aceita a defesa apresentada(1192)

868.138/2004-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 297/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
832.680/2006-VELU ANTONIO GOUVEIA

RELAÇÃO Nº 298/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.051/2000-TRANSGRAÇAS LTDA-SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG - Guia n° 108/2011-50.000 ton/ano-Areia- Validade:Da sua assinatura até 02/03/2012

832.418/2004-D. W PARREIRAS DRAGAGEM E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. ME-CARMÓPOLIS DE MINAS/MG, ITAGUARA/MG - Guia n° 79/2011-33.600 toneladas-Areia- Validade:28/10/2012

832.315/2005-MARCOS ANTÔNIO DE AVELAR-BETIM/MG - Guia n° 89/2011-50.000 ton/ano-Areia- Validade:Da sua assinatura até 26/11/2014

832.106/2006-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-SALINAS/MG, TAIOBEIRAS/MG - Guia n° 85/2011-3.170 toneladas-Granito- Validade:08/04/2015

832.852/2006-JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR ME-COROMANDEL/MG - Guia n° 83/2011-19.200 toneladas (168 ct)-Diamante (cascalho de)- Validade:28/10/2011

833.132/2006-OURO PRETO M GRANITOS LTDA. ME.-EUGENÓPOLIS/MG, TOMBOS/MG - Guia n° 81/2011-3.170 toneladas-Granito- Validade:31/08/2013

833.811/2006-MARCELO MEIRELLES-COROMANDEL/MG - Guia n° 82/2011-19.200 toneladas (600 ct)-Diamante (cascalho de)- Validade:30/09/2012

830.198/2007-METACAULIM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-IJACI/MG - Guia n° 84/2011-15.000 toneladas-Argila Refratária- Validade:11/03/2014

831.943/2007-FREDERICO FLAUSINO CAMPOS ME-ESMERALDAS/MG - Guia n° 103/2011-50.000 ton/ano-Areia- Validade:Da sua assinatura até 14/04/2015

833.781/2008-JUSTINO DE SOUZA VIEIRA-SANTA VITÓRIA/MG - Guia n° 97/2011 e 98/2011-41.500 toneladas e 8.500 toneladas-Areia e Cascalho- Validade:22/12/2012

830.196/2009-EVA FERERIA DOS REIS-CATAGUASES/MG - Guia n° 80/2011-50.000 toneladas-Areia- Validade:11/05/2012

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.501/2003-K-2 MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ITINGA/MG - Guia n° 99/2011-2.640 toneladas-Rocha Ornamental e de Revestimento (xisto)- Validade:24/03/2015

833.279/2003-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.-NOVO ORIENTE DE MINAS/MG, PAVÃO/MG - Guia n° 86/2011-3.170 toneladas-Granito- Validade:06/04/2015

RELAÇÃO Nº 304/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
832.078/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-Alvará N°15692/10

832.094/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-Alvará N°15694/10

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos em cadeia sucessória(1838)

832.243/2008-SILVANIR ALVES DA SILVA- Alvará n°11854/09- CESSIONÁRIOS EM CADEIA: EDVALDO FAVARATO FILHO - CPF:976.172.967-20;MINAS FORT MINERAÇÃO LTDA - CNPJ:13.043.530/0001-69

832.921/2008-SILVANIR ALVES DA SILVA- Alvará n°10637/09- CESSIONÁRIOS EM CADEIA: EDVALDO FAVARATO FILHO - CPF:976.172.967-20;MINAS FORT MINERAÇÃO LTDA - CNPJ:13.043.530/0001-69

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.348/2000-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1092/11-DGTM

830.003/2004-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°1121/11-DGTM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.984/2003-COMERCIAL BUZATO & SOARES LTDA-OF. N°1117/11-DGTM-60 dias

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.745/1982-CERAMICA SAFFRAN SA-OF. N°1118/11-DGTM

RELAÇÃO Nº 307/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
831.371/2000-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- NOT. N°278/11-Superintendência - DNPM/MG

Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
830.751/2005-MONTE SANTO MINERADORA E EXPORTADORA LTDA.- AI N°154/06

Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)

830.751/2005-MONTE SANTO MINERADORA E EXPORTADORA LTDA.- Publicado DOU de 30/05/06

Retificação de despacho(1387)

832.473/2007-OTAVIO MARCIO PERRI DE RESENDE - Publicado DOU de 19/05/11, Relação n° 302/11, Seção 1, pág. 119- Onde se lê:"...Cessionário:GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ:05.219.416-91..." Leia -se: "...Cessionário:GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA-CPF ou CNPJ:09.504.334/0001-77

832.865/2007-OTAVIO MARCIO PERRI DE RESENDE - Publicado DOU de 19/05/11, Relação n° 302/11, Seção 1, pág. 119- Onde se lê:"...Cessionário:GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ:05.219.416-91..." Leia -se: "...Cessionário:GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA-CPF ou CNPJ:09.504.334/0001-77

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

835.690/1993-HAMILTON BARBOSA PINTO - Publicado DOU de 13/10/10, Relação n° 352/10, Seção 1, pág. 37- Onde se lê: Aprovo o relatório de pesquisa/inciso I,do art.30 do CM (317) - Leia-se: Aprova o Retatório Final de Pesquisa com redução de área de 690,75 ha para 50,00 ha/inciso I,do Art.30 do C.M.(291)

830.824/2002-ANSELMO ORDONES LEMOS - Publicado DOU de 21/07/10, Relação n° 201/10, Seção 01, pág. 127- Onde se lê: Aprovo o relatório de pesquisa/inciso I,do art.30 do CM (317) - Leia-se: Aprova o Retatório Final de Pesquisa com redução de área de 556,94 ha para 49,32 ha/inciso I,do Art.30 do C.M.(291)

832.431/2004-CC4 MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA-ME - Publicado DOU de 05/08/10, Relação n° 243/10, Seção 1, pág. 69- Onde se lê:Aprova o relatório de pesquisa/inciso I,do art 30 do CM (317) - Leia-se:Aprovo o Relatório Final de Pesquisa com redução de 288,70 ha para 167,93 ha/inciso I,do Art 30 do C.M.(2.91)

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

833.108/2004-FERGUMINAS SIDERURGIA LTDA. - Publicado DOU de 21/07/10, Relação n° 201/10, Seção 1, pág. 127- Onde se lê: Aprovo o relatório de pesquisa/inciso I,do art.30 do CM (317) - Leia-se: Aprova o Retatório Final de Pesquisa com redução de área de 445,69 ha para 333,96 ha/inciso I,do Art.30 do C.M.(291)

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 152/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

850.564/2010-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

850.759/2010-JANICE DUTRA DOS SANTOS
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

850.380/2000-ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA- Alvará n°5.242/2005 - Cessionario:850.075/2011-BOAVENTURA PEREIRA DE MIRANDA- CPF ou CNPJ 807.210.878-68

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

850.230/2008-EDELAR MACHADO DOS SANTOS- Cessionário:JANICE DUTRA DOS SANTOS-850759/2010

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

850.479/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A- AI N°0266/2011

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

850.236/2009-DENIZE SANTOS DA SILVA- Cessionário:MINERAÇÃO PARABRÁS LTDA.- CPF ou CNPJ 11.468.602/0001-94- Alvará n°17.246/2010

850.265/2009-VIKTUMATHURA VIANA DA SILVA-Cessionário:VIKTUMATHURA V. DA SILVA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS- CPF ou CNPJ 02.550.931/0001-99- Alvará n°8.514/2010

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

850.612/2003-VALE S A
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

850.958/2010-CERAMICA VERMELHA IND. E COM. LTDA-Registro de Licença n°016/2011 de 13/05/2011-Vencimento em 23/12/2012

850.959/2010-CERAMICA VERMELHA IND. E COM. LTDA-Registro de Licença n°020/2011 de 13/05/2011-Vencimento em 23/12/2012

850.242/2011-BEMVIVER EMPREENDIMENTOS LTDA-Registro de Licença n°019/2011 de 13/05/2011-Vencimento em 21/01/2012

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

850.219/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
850.220/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
850.231/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
850.442/1988-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -AI N°506/2009
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
850.224/2004-CEMI FAGUNDES DA SILVA- DOU de 26/04/2011

EVERY G. TOMAZ DE AQUINO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
846.253/2010-FERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.400/2010-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA-OF. N°574/2011
846.409/2010-MICHELLE DE LIMA CONFESSOR-OF. N°573/2011
846.205/2011-RICARDO FREIRE FERNANDES-OF. N°606/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.251/2008-EPITÁCIO DANIEL DE VASCONCELOS NETO- Alvará n°2023/2008 - Cessionario:846.362/2010-Sergio Murilo Maciel Franca- CPF ou CNPJ 570.267.004-30
846.275/2010-KERGINALDO BESSA DE ALMEIDA- Alvará n°336/2011 - Cessionario:846.200/2011-H.S.F. DAS NEVES-CPF ou CNPJ 10.589.387/0001-17
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
846.424/2008-CLÁUDIA RÉGIA QUEIROZ ALBUQUERQUE SILVA- Cessionário:846.181/2010-Heliosman Maracajá Lacerda
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.101/2008-ANTENOR ROCHA PINTO-OF. N°605/2011
846.106/2008-ANTENOR ROCHA PINTO-OF. N°611/2011
846.235/2010-IVANISE SOUTO MAIOR-OF. N°609/2011
846.350/2010-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR ME-OF. N°606/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.533/2008-ANTENOR ROCHA PINTO- Cessionário:Mineração Santa Luzia do Brasil Ltda- CPF ou CNPJ 14.682.538/0001-38- Alvará n°2096/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.539/2008-PEDREIRAS DO BRASIL S/A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.147/2007-FERNANDO ALMEIDA SOARES-AI N°206/2010
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
846.159/2007-JOÃO MONTEIRO DA NÓBREGA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.074/1995-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°351/2011
846.099/1998-CARLOS ROBERTO VOLPATO-OF. N°584/2011
846.393/2002-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-OF. N°599/2011
846.049/2004-DESMONTEC SERVIÇOS TÉCNICOS DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°605/2011
846.280/2005-CLORIS MONTEIRO VIEIRA DE MELO-OF. N°600/2011
846.200/2006-PRISCILLA SANTOS DO NASCIMENTO-OF. N°613/2011
846.242/2007-ARNÓBIO FIRMINO DA SILVA-OF. N°603/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.074/1995-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°352/2011
846.393/2002-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-OF. N°598/2011
846.049/2004-DESMONTEC SERVIÇOS TÉCNICOS DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°604/2011
846.280/2005-CLORIS MONTEIRO VIEIRA DE MELO-OF. N°601/2011
846.242/2007-ARNÓBIO FIRMINO DA SILVA-OF. N°602/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
804.936/1974-ZANGARELHAS MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°610/2011
Determina o arquivamento definitivo do processo administrativo de constituição de Grupamento Mineiro(1862)
946.098/2005-CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
846.491/2008-EDUARDO JOSÉ GONÇALVES DA NÓBREGA-OF. N°612/2011
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
846.215/2005-PEDREIRA CAXETU LTDA- Registro de Licença No.:157/2005 - Vencimento em 14/07/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.307/2010-CERÂMICA SÃO PEDRO LTDA-Registro de Licença n°282/2011 de 09/05/2011-Vencimento em 13/10/2011
846.336/2010-MANOEL DOMINGOS DE OLIVEIRA-Registro de Licença n°281/2011 de 26/04/2011-Vencimento em 11/11/2015
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
846.406/2008-ANTENOR ROCHA PINTO

RELAÇÃO Nº 37/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
846.229/2003-JOÃO HENRIQUE DE SOUZA- DOU de 17/03/2011
846.051/2010-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA- DOU de 29/04/2011
Retificação de despacho(1387)
846.251/2005-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A. - Publicado DOU de 14/04/2011, Relação n° 24/2011, Seção 1, pág. 98- Onde se lê: "...Cessionário: Olímpio Queiroga de Oliveira - CPF ou CNPJ 014.240.235-20...", leia-se: "...Cessionário: Olímpio Queiroga de Oliveira - CPF ou CNPJ 014.240.253-20...".
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
846.215/2005-PEDREIRA CAXETU LTDA- Publicado DOU de 04/05/2010
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
846.307/2010-CERÂMICA SÃO PEDRO LTDA- DOU de 17/03/2011

JOSE MADURO TOLEDO JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 91/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o arquivamento do processo(163)
826.630/2010-PUREX ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA- DOU de 23/11/2010
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
826.700/2005-RENATA CINTIA GIACOMETTI- DOU de 23/11/2010
826.157/2007-ACO MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 21/12/2010

RELAÇÃO Nº 92/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.738/2006-JOSÉ FRANCISCO BIANCHI-OF. N°832/2011
826.205/2011-KATIANA MOREIRA FERNANDINO-OF. N°834/2011
826.206/2011-KATIANA MOREIRA FERNANDINO-OF. N°841/2011
Indefere pedido de reconsideração(181)
826.738/2006-JOSÉ FRANCISCO BIANCHI
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.364/2006-J.M.TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA.-OF. N°831/2011
826.719/2006-ECOMONTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°830/2011
826.606/2007-FOGGIATTO & CIA LTDA-OF. N°836/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.338/2003-RONALDO FUSCO VEIGA- Área de 350,11 HA para 49,50 HA-AREIA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
826.508/2007-JESSE RICARDO GOMES PRESTES- Alvará n°12.421/2007 - Cessionário: MINERADORA E CERÂMICA SANTA FÉ LTDA.- CNPJ 12.834.741/0001-57
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.338/1992-IRMÃOS CREVELIM LTDA.-ME-OF. N°827/2011
826.226/1997-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°835/2011
826.411/1999-ELIZARDO MICHETTI-OF. N°837/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.313/1999-CAS COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1.566/2010-180 dias
826.340/2000-CAS COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1.583/2010-180 dias
826.588/2001-CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ-OF. N°376/2011-60 dias
826.708/2001-CAS COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1.589/2010-180 dias
826.342/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1.400/2010-180 dias
826.046/2003-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1.342/2010-180 dias
826.283/2004-CAS COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°18/2010-180 dias
826.113/2005-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°1.294/2010-180 dias
826.102/2007-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1.391/2010-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.411/1999-ELIZARDO MICHETTI-OF. N°838/2011
826.135/2000-SOTRAM CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°840/2011
826.508/2002-MARTINS & PORTES LTDA-OF. N°839/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
819.296/1970-MINERAÇÃO CAPUAVA LTDA.-OF. N°850/2011
804.198/1972-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°851/2011
817.048/1973-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°849/2011
820.149/1979-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°846/2011
820.557/1980-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°845/2011
820.077/1983-MINERAÇÃO CAPUAVA LTDA.-OF. N°844/2011
820.394/1983-MINERAÇÃO CAPUAVA LTDA.-OF. N°848/2011
820.751/1983-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA-OF. N°847/2011
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.024/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS-OF. N°855/2011

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 58/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.981/2010-MINERAÇÃO BOM JESUS LTDA.
820.982/2010-ADILSON FERNANDO FRANCISCATE
820.984/2010-JOSE EDUARDO FERREIRA CASADO
820.986/2010-EIJI KAJI
820.987/2010-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA PEJO LTDA
821.009/2010-MARCOS ROBERTO AMISTÁ ME
821.025/2010-PANORAMA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES PRÉ FABRICADAS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
821.134/2002-CHIARELLI MINERACAO LTDA-OF. N°428/2011-DGTM/DNPM/SP
820.995/2009-NATALÍCIO PÍRIA-OF. N°431/2011-DGTM/DNPM/SP
820.688/2010-CARLOS LEANDRO CANELLA-OF. N°429/2011-DGTM/DNPM/SP
820.756/2010-PERSEU DE OLIVEIRA SANTOS-OF. N°440/2011-DGTM/DNPM/SP
820.799/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°441/2011-DGTM/DNPM/SP
820.861/2010-MAKINVEST INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°432/2011-DGTM/DNPM/SP
821.012/2010-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°385/2011-DGTM/DNPM/SP
821.013/2010-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°384/2011-DGTM/DNPM/SP
Defere pedido de reconsideração(182)
820.527/2009-SÃO MARTINHO S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.439/1996-POXORÉO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°437/11-DGTM/DNPM/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

820.299/2003-ALEXANDRE DOMINGUEZ BELLIZIA-OF. N°442/11-DGTM/DNPM/SP

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

820.195/2006-NURE SAAD- Cessionário:SERRA DO SOL MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 11.884.643/0001-61- Alvará n°6512/2006

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.241/2005-CERÂMICA GYOTOKU LTDA-OF. N°436/11-DGTM/DNPM/SP

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

807.345/1976-EDUARDO PRATES NOGUEIRA ME- Alvará n°6415/1977 - Cessionário: SG SOCIEDADE AGRICOLA DE SANTA GERTRUDES LTDA. - EPP- CNPJ 03.848.317/0001-70

820.662/2002-JOSÉ MAURICIO BATTAZZA- Alvará n°5206/2004 - Cessionário: TIJOLOS E AREIA BATTAZZA LTDA. ME- CNPJ 02.120.288/0001-63

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

003.236/1935-FONTE PLATINA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°443/11-DGTM/DNPM/SP

820.150/1980-EUCATEX QUÍMICA E MINERAL LTDA-OF. N°435/11-DGTM/DNPM/SP

820.152/1980-EUCATEX QUÍMICA E MINERAL LTDA-OF. N°444/11-DGTM/DNPM/SP

820.153/1980-EUCATEX QUÍMICA E MINERAL LTDA-OF. N°434/11-DGTM/DNPM/SP

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

821.282/2001-MINERADORA MARTINS LTDA.-OF. N°445/11-DGTM/DNPM/SP

820.386/2009-TRANSPORTES RODOVIÁRIOS A. J. R. LTDA. EPP-OF. N°427/2011-DGTM/DNPM/SP

Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)

820.439/1994-TRANSPORTADORA CÉU ROSA LTDA-Registro de Licença No.:1.834/1994 - Vencimento em 31/12/2014

821.830/1998-TREVO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA. ME- Registro de Licença No.:2.159/1999 - Vencimento em 08/02/2014

821.551/1999-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA AREUNA LTDA- Registro de Licença No.:2.524/2000 - Vencimento em 01/08/2015

820.560/2002-WILSON GUSTINELLI-ME- Registro de Licença No.:2.881/2005 - Vencimento em 24/05/2016

820.990/2002-CASSIEL PINTO DE ALMEIDA-ME- Registro de Licença No.:2.978/2006 - Vencimento em 24/05/2016

820.390/2009-J. DE F. P. MORETTO ME- Registro de Licença No.:3.104/2009 - Vencimento em 25/01/2015

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.172/2009-AREAL BRUM E SOUZA LTDA ME-Registro de Licença n°3.154/2011 de 12/05/2011-Vencimento em 31/07/2013

820.613/2009-LAURA DOS REIS DENIPOTE OLARIA - ME-Registro de Licença n°3.155/2011 de 17/05/2011-Vencimento em 23/06/2014

821.006/2009-MINAPLAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-Registro de Licença n°3.156/2011 de 17/05/2011-Vencimento em 03/12/2012

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

820.816/2007-CERÂMICA SÃO JOSÉ LTDA-OF. N°419/2011-DGTM/DNPM/SP

820.172/2009-AREAL BRUM E SOUZA LTDA ME-OF. N°422/2011

820.944/2009-JOÃO SALTO E CIA LTDA EPP-OF. N°418/2011-DGTM/DNPM/SP

820.974/2009-W.A. EXTRATIVA E COMÉRCIO DE AREIA E SUBSTÂNCIAS MINERAIS LTDA. ME-OF. N°416/2011-DGTM/DNPM/SP

820.983/2009-WANDETE AFONSO DA MATTA ME-OF. N°417/2011-DGTM/DNPM/SP

820.214/2010-EXTRAÇÃO DE AREIA ARIEBIR LTDA-OF. N°420/2011-DGTM/DNPM/SP

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

820.869/2009-PAULISTANO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ARGILA LTDA. ME

820.980/2009-CERAMICA TARBO LTDA EPP

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES
Substituto

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33300032061

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS REALIZADAS EM 28 DE ABRIL DE 2011

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

I. DIA, HORA E LOCAL: Assembleias realizadas às 15 horas do dia 28 de abril de 2011, na sede social, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida República do Chile nº 65.

II. PRESENÇA, QUORUM E CONVOCAÇÃO: Estavam presentes acionistas titulares representando percentual superior a 91% das ações ordinárias que compõem o capital social, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, todos devidamente convocados através de anúncios publicados nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2011 do Diário Oficial da União e do Jornal do Commercio. Em atenção ao disposto no parágrafo 1º do artigo 134 da Lei nº 6.404/76, presente o Senhor Bernardo Moreira Peixoto Neto, representante da KPMG Auditores Independentes. Também presente o Senhor Marcus Pereira Aucélio, Presidente do Conselho Fiscal, em atenção ao disposto no artigo 164 da referida lei.

III. MESA: Presidente: José Sergio Gabrielli de Azevedo Representante da União: Adrienne Giannetti Nelson de Senna Jobim Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Almir Guilherme Barbassa e Secretária: Heloísa de Paula Batista

IV. ORDEM DO DIA :

Assembleia Geral Ordinária

I. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhados de parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; II. Orçamento de Capital relativo ao exercício de 2011; III. Destinação do resultado do exercício de 2010; IV. Eleição dos membros do Conselho de Administração; V. Eleição do Presidente do Conselho de Administração; VI. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; VII. Fixação da remuneração dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal.

Assembleia Geral Extraordinária

I. Aumento do Capital Social por incorporação de parte de reserva de incentivos fiscais constituída em 2010, no valor de R$23 milhões, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 2.091/2007 do Ministro de Estado da Integração Nacional, elevando o capital social de R$205.357 milhões para R$205.380 milhões, sem modificação do número de ações ordinárias e preferenciais, na forma do artigo 40, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, e a consequente alteração na redação do artigo 4º do mencionado Estatuto.

V. DELIBERAÇÕES ADOTADAS :

Em Questão de Ordem

Foi aprovada pela maioria dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Ordinária:

Item I: Foram aprovados pela maioria dos acionistas presentes, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2010, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer dos Auditores Independentes, conforme proposta da Administração da Companhia.

Item II: Foi aprovado pela maioria dos acionistas presentes, o orçamento de capital relativo ao exercício de 2011, no montante de R$69.800.420.000,00 (sessenta e nove bilhões, oitocentos milhões, quatrocentos e vinte mil reais), conforme proposta da Administração da Petrobras.

Item III: Foi aprovada pela maioria dos acionistas presentes, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2010, no montante de R$35.036.488.330,89 (trinta e cinco bilhões, trinta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta reais e oitenta e nove centavos) para constituição de reservas no total de R$22.071.299.657,25 (vinte e dois bilhões, setenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinqüenta e sete reais e vinte e cinco centavos) e para distribuição de dividendos aos acionistas num montante de R$11.727.663.761,90 (onze bilhões, setecentos e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa centavos), na razão de R$1,03 (um real e três centavos) por ação, aplicável indistintamente a todas as ações, considerando a quantidade de ações da data da posição acionária utilizada para distribuição, estando nesse valor incluídos os juros sobre o capital próprio de R$0,91 (noventa e um centavos) por ação, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte, exceto para acionistas imunes e isentos, permanecendo o montante de R$1.237.524.911,74 (um bilhão, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) em lucros acumulados para absorção dos ajustes provenientes de mudanças de práticas contábeis.

Dessa forma, o lucro líquido do exercício de 2010 terá a seguinte destinação:

- Reserva Legal: R$ 1.751.824.416,54
- Reserva Estatutária: R$ 1.026.785.515,74
- Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 249.500.963,70
- Retenção de Lucros: R$ 19.043.188.761,27
- Dividendos: R$ 11.727.663.761,90
- Lucros acumulados: R$ 1.237.524.911,74

O dividendo foi distribuído da seguinte forma:

- R$1.754.815.348,00 (um bilhão, setecentos e cinqüenta e quatro milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e quarenta e oito reais), disponibilizados em 31.05.2010, equivalentes a R$0,20 (vinte centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 21.05.2010.
- R$1.754.815.348,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quinze mil e trezentos e quarenta e oito reais), disponibilizados em 31.08.2010, equivalentes a R$0,20 (vinte centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 30.07.2010.
- R$1.826.229.570,20 (um bilhão, oitocentos e vinte e seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta reais e vinte centavos), disponibilizados em 30.11.2010, equivalentes a R$0,14 (quatorze centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 01.11.2010.
- R$2.608.899.386,00 (dois bilhões, seiscentos e oito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais), disponibilizados em 30.12.2010, equivalentes a R$0,20 (vinte centavos) por ação, referentes a parcela de juros sobre capital próprio, com base na posição acionária de 21.12.2010.
- R$3.782.904.109,70 (três bilhões, setecentos e oitenta e dois milhões, novecentos e quatro mil, cento e nove reais e setenta centavos), equivalentes a R$0,29 (vinte e nove centavos) por ação, referentes a R$0,17 (dezessete centavos) por ação de juros sobre capital próprio, a serem disponibilizados até 30.04.2011, com base na posição acionária de 21.03.2011, e R$0,12 (doze centavos) por ação de dividendos, com base na posição acionária da data desta Assembleia Geral Ordinária, a serem pagos até sessenta dias após esta data.

As parcelas dos juros sobre o capital próprio distribuídas antecipadamente em 2010 serão descontadas dos dividendos propostos para este exercício, corrigidas pela taxa Selic desde a data de seu pagamento até 31.12.2010.

A parcela do lucro líquido destinada à reserva de retenção de lucros tem como finalidade atender às necessidades de recursos previstas no programa anual de investimentos, objeto do orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2011.

Adicionalmente, também foi aprovada a proposta de manutenção no patrimônio líquido, em lucros acumulados, do valor de R$1.237.524.911,74 (um bilhão, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) para absorção dos ajustes provenientes de mudanças de práticas contábeis.

Item IV: Foram eleitos como membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do voto da União, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, os Senhores: Guido Mantega, brasileiro, natural de Gênova, Itália, casado, economista, com domicílio no Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 5º andar - Brasília (DF), CEP: 70048-900, portador da carteira de identidade nº 4135647-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP, e do CIC/CPF nº 676.840.768-68; Francisco Roberto de Albuquerque, brasileiro, natural da cidade de São Paulo (SP), casado, General de Exército reformado, com domicílio na Alameda Carolina nº 594, Itu (SP), CEP: 13306-410, portador da carteira de identidade nº 022954940-7, expedida pelo Ministério do Exército e do CIC/CPF nº 351.786.808-63; José Sergio Gabrielli de Azevedo, brasileiro, natural da cidade de Salvador (BA), divorciado, economista, com domicílio na Av. República do Chile nº 65, 23º andar - Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20031-912, portador da carteira de identidade nº 00693342-42, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia - SSP/BA, e do CIC/CPF nº 042.750.395-72; Luciano Galvão Coutinho, brasileiro, natural da cidade de Recife (PE), divorciado, economista, com domicílio na Av. República do Chile nº 100, 19º andar, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20031-917, portador da carteira de identidade nº 8925795, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP, e do CIC/CPF nº 636.831.808-20; Márcio Pereira Zimmermann, brasileiro, natural da cidade de Blumenau (SC), casado, engenheiro, com domicílio na Esplanada dos Ministérios - Bloco U - sala 705 - Brasília (DF), CEP: 70065-900, portador da carteira de identidade nº 7020113853, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul - SSP/RS, e do CIC/CPF nº 262.465.030-04; Sergio Franklin Quintella, brasileiro, natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ), casado, engenheiro civil, com domicílio na Praia de Botafogo nº 190 - 12º andar - Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22250-900, portador da carteira de identidade nº 81110251-4, expedida pelo CREA/RJ, e do CIC/CPF nº 003.212.497-04; e o Senhor Antonio Palocci Filho, brasileiro, natural da cidade de Ribeirão Preto (SP), casado, médico, com domicílio no Palácio do Planalto - Praça dos Três Poderes, 4º andar, sala 426 - Brasília (DF), CEP: 70150-900 portador da carteira de identidade nº 10530521, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP, e do CIC/CPF nº 062.605.448-63.

A seguir, na forma prevista no artigo 239 da Lei das S.A., com abstenção da representante da União, foi eleito pelo voto dos acionistas minoritários, como seu representante no Conselho de Administração, em votação em separado, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, o Senhor Fabio Colletti Barbosa, brasileiro, natural da cidade de São Paulo (SP), casado, administrador de empresas, com domicílio na Av. Juscelino Kubitscheck nº 2.235, 28º andar - Vila Olímpia - São Paulo (SP), CEP: 04543-011, portador da carteira de identidade nº 5654446-7, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP, e do CIC/CPF nº 771.733.258-20.

Foi também eleito, na forma do art. 19 do Estatuto Social da Companhia, com abstenção da representante da União, como representante dos acionistas titulares de ações preferenciais no Conselho de Administração, em votação em separado, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, o Senhor Jorge Gerdau Johannpeter, brasileiro, natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ), casado, advogado, com domicílio na Av. Farrapos, nº 1.811, bairro Floresta, Porto Alegre (RS), CEP: 90220-005, portador da carteira de identidade nº 1001969201, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul - SSP/RS, e do CIC nº 000.924.790-49.

Item V: Foi designado, dentre os Conselheiros eleitos e eleito, pela maioria dos acionistas presentes, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro Guido Mantega.

Item VI: Foi eleito pela maioria dos acionistas presentes, em conformidade com o voto da representante da União, como membro do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, o Senhor Marcus Pereira Aucélio, brasileiro, natural de Brasília (DF), casado, engenheiro, com domicílio no Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - Anexo - 1º Andar - Ala A, Brasília (DF), CEP: 70048-900, portador da carteira de identidade nº 814379, expedida pela Secretaria de Se-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, e do CIC/CPF nº 393.486.601-87, tendo sido reeleito como suplente o Senhor Paulo Fontoura Valle, brasileiro, natural de Pouso Alegre (MG), união estável, bacharel em educação física, com domicílio no Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - Sala 101 - Anexo A, Brasília (DF), CEP: 70048-900, portador da carteira de identidade nº 712215, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, e do CIC/CPF nº 311.652.571-49, ambos como representantes do Tesouro Nacional. Também eleito o Senhor César Acosta Rech, brasileiro, economista, registrado no Conselho Regional de Economia da 4ª Região sob o nº 5259-0, natural da cidade de Porto Alegre (RS), solteiro, com domicílio na SBN - Quadra 2 - Lote 11 - Ed. APEX BRASIL , Brasília (DF), CEP: 70040-020, portador da carteira de identidade nº 2968144, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, e do CIC/CPF nº 579.471.710-68, tendo como suplente o Senhor Edison Freitas de Oliveira, brasileiro, administrador de empresas, natural da cidade de Cataguases (MG), casado, com domicílio no Ministério de Minas e Energia - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - 7º andar - sala 748 - Brasília (DF), CEP: 70065-900, portador da carteira de identidade nº 3467551, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP, e do CIC/CPF nº 003.143.238-72; e eleita a Senhora Marisete Fátima Dadald Pereira, brasileira, natural da cidade de Crissiúmal (RS), casada, contadora, com domicílio na Esplanada dos Ministérios - Bloco U, Sala 818 - Brasília (DF), CEP: 70065-900, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRC/SC) sob o nº 15.132 e CIC/CPF nº 409.905.160-91, tendo como suplente o Senhor Ricardo de Paula Monteiro, brasileiro, natural da cidade do Juiz de Fora (MG), casado, economista, com domicílio no Ministério de Minas e Energia - Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", sala 806, - Brasília (DF), CEP: 70065-900, portador da carteira de identidade RG M/1777978, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CIC/CPF nº 117.579.576-34;

A seguir, na forma prevista no artigo 240 da Lei das S.A., foi reeleito como membro do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, pelo voto em separado de acionistas minoritários, o Senhor Nelson Rocha Augusto, brasileiro, natural da cidade de Ribeirão Preto (SP), casado, economista, registrado no Conselho Regional de Economia da 2ª Região sob o nº 230987, com domicílio na Av. Carlos Consoni, 110 - Casa 17 - Condomínio Milano, Ribeirão Preto (SP), CEP: 14024-270, portador da carteira de identidade nº 9349249, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP/SP e do CIC/CPF nº 083.085.058-99, tendo como suplente a Senhora Maria Auxiliadora Alves da Silva, brasileira, natural da cidade de Lajedo (PE), casada, economista, com domicílio à Rua Direita, 32 - 2º andar - Centro, São Paulo (SP), CEP: 01002-000, portadora da carteira de identidade profissional nº 17622-2 emitida pelo Conselho Regional de Economia - CORECON/SP, e do CIC/CPF nº 874.013.208-00.

Foi ainda eleita para membro do Conselho Fiscal da Companhia, também como dispõe o artigo 240 da Lei das S.A., com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, pelo voto em separado de acionistas detentores de ações preferenciais, a Senhora Maria Lúcia de Oliveira Falcón, brasileira, natural da cidade de Salvador (BA), divorciada, engenheira agrônoma, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (CREA/BA) sob o nº 14560-D, com domicílio na Rodovia José Sarney nº 4.650, Condomínio Morada da Praia II, casa 10, Robalo, Aracajú (SE), CEP: 49039-100, portadora da carteira de identidade nº 1298113, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, e do CIC/CPF 187.763.105-15, tendo como suplente o Senhor Celso Barreto Neto, brasileiro, natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ), casado, advogado, com domicílio à Av. Rio Branco, 143, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20040-006, portador da carteira de identidade nº 71427, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ e do CIC/CPF nº 667.332.867-34.

Foram cumpridas as disposições contidas no art. 3º, caput e parágrafo 2º, da Instrução nº 367, de 29 de maio de 2002, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no tocante à prestação de informações à Assembleia Geral.

Os eleitos para integrar a administração da Companhia apresentaram declaração, em observância ao inciso II do artigo 35 da Lei nº 8.934/1994, informando não terem sido condenados pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil.

Item VII: Pelo voto da maioria dos acionistas presentes, em conformidade com o voto da representante da União, foi aprovada a fixação da remuneração global a ser paga aos administradores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em até R$ 12.078.620,00 (doze milhões, setenta e oito mil e seiscentos e vinte reais), no período compreendido entre abril de 2011 e março de 2012, aí incluídos: honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), adicional de férias, bônus por desempenho, Participação nos Lucros e Resultados, auxílio moradia, nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999, e previdência privada, vedado expressamente o repasse aos respectivos honorários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base de 2011.

Foi também aprovada a delegação ao Conselho de Administração de competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração.

Foram também fixados os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo do que, em média mensal, perceberem os membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: adicional de férias, bônus por desempenho, PLR, auxilio moradia e previdência privada.

Deverá, ainda, a Petrobras observar os termos e as condições constantes do Programa de Metas Corporativas aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Encerrada a Assembleia Geral Ordinária e após a confirmação da existência do quorum legal, foi iniciada a Assembleia Geral Extraordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária

Item I: Pelo voto da maioria dos acionistas presentes, em conformidade com o voto da representante da União, foi aprovado o aumento do capital social por incorporação de parte de reserva de incentivos fiscais constituída em 2010, no valor de R$22.625.831,16, elevando o capital social de R$205.357.103.148,30 para R$205.379.728.979,46, sem modificação do número de ações ordinárias e preferenciais, na forma do art. 40, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 4º do mencionado Estatuto, com vigência a partir da data desta Assembleia Geral Extraordinária, para refletir o novo aumento do capital social, com a seguinte redação: "Artigo 4º o capital social é R$205.379.728.979,46 (duzentos e cinco bilhões, trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e novecentos e trinta) ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e dois mil e setecentos e oitenta e oito) ações preferenciais".

Nada mais havendo a tratar, foram encerradas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e, posteriormente, lavrada a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da referida Assembleia, José Sergio Gabrielli de Azevedo, pela Representante da União, Adrienne Gianneti Nelson de Senna Jobim, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Almir Guilherme Barbassa, pelos Acionistas Alessandra Dias Papucci e Ralph Figueiredo de Azevedo e pela Secretária, Heloísa de Paula Batista. Era o que continham as páginas 127 a 134 do Livro nº 5, destinado ao registro das Atas das Assembleias Gerais de Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, de onde se extraiu a presente cópia autêntica, digitada por mim, Célia Regina Paravidini dos Santos Carvalho e que vai conferida e encerrada por mim, Heloísa de Paula Batista, Secretária. Rio de Janeiro, vinte e oito de abril de dois mil e onze.

IV. REGISTRO DAS MANIFESTAÇÕES DE ACIONISTAS:

Estão consignadas manifestações verbais dos seguintes acionistas: Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET, representada nestas assembleias pelo Sr. Fernando Leite Siqueira, abordando diversos aspectos da gestão da Companhia; Romano Guido Nello Gaucho Allegro, comentários ao Relatório de Demonstrações Contábeis do ano de 2010, votando contrariamente aos itens I e III e abstendo-se de votar no item IV da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária; Silvio Sinedino Pinheiro tecendo considerações sobre o percentual provisionado pela Petrobras para a distribuição da Participação dos Lucros ou Resultados - PLR aos empregados da Companhia; Luisa Melciades Rodriguez Maranhão, votando contrariamente ao item III da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária; Gilberto Souza Esmeraldo, abordando diversos aspectos sobre a recente capitalização da Petrobras, além de tecer elogios à administração empreendida pelo Presidente da Companhia, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo e pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Almir Guilherme Barbassa.

VII. DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia, em atenção e na forma do disposto no Art. 130, §1º, alínea "a", da Lei 6.404/76, os seguintes documentos: - Cédulas preenchidas pelos acionistas ou procuradores e entregues à Mesa, contendo as indicações de candidatos e respectivas votações, nas eleições constantes dos itens IV, V e VI da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária; - Cópia de manifesto lido durante a Assembleia Geral Ordinária pelo acionista Romano Guido Nello Gaucho Alegro. - Justificação de Voto do acionista Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET, cuja cópia foi entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, Sr. Fernando Leite Siqueira; - Procuração e manifestação de voto do JP Morgan Chase Bank, N.A., instituição custodiante de Cópia de manifesto lido durante a Assembleia Geral Ordinária pelo acionista Romano Guido Nello Gaucho Alegro. - Justificação de Voto do acionista Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET, cuja cópia foi entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembleia, Sr. Fernando Leite Siqueira; - Procuração e manifestação de voto do JP Morgan Chase Bank, N.A., instituição custodiante de diversos Fundos de Investimento no exterior, titulares de ADRs representativos de ações da Companhia, representados nestas Assembleias pelo Sr. Ralph Figueiredo de Azevedo, relatando as manifestações dos titulares de ADR favorável (AGO: item I - 667.371.860; item II - 645.052.184; item III - 687.505.196; item IV - 257.710.426 (ON) / 99.909.232 (PN); item V - 641.319.260; item VI - 686.839.474 (ON) / 726.518.818 (PN); item VII - 643.264.782 votos / AGE: 686.247.602 votos), contra (AGO: item I - 637.672; item II - 43.414.998; item III - 1.109.862; item IV - 403.622.186 (ON) / 595.892.124 (PN); item V - 46.552.426; item VI - 342.836 (ON) / 253.726 (PN); item VII - 44.439.048 votos / AGE: 1.524.458 votos) e abstendo-se de votar (AGO: item I - 20.730.344, item II - 272.694, item III - 124.818, item IV - 27.407.264 (ON)/ 114.527.138 (PN), item V - 868.190, item VI - 1.557.566 (ON) / 83.561.950 (PN); item VII - 1.036.046 votos / AGE: 967.816 votos) na Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária; - Procuração de Voto dos seguintes acionistas cadastrados na Assembleia Online: ALH Fundo de Investimento em Ações, Angela Vega Martinez, Fundos de Investimento BNP Paribas, Eduardo Jose Giacomet, FI Mapfre Maxi 20 - Multimercado Previdenciário, FIA Multiply Variable, Fundo de Investimento MultimercadoBeluga, Haroldo Reginaldo Levy Neto, KPREV Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, Marcelo Nardelli Cambraia, Planner Corretora de Valores S.A., PrevCummins II Fundo de Investimento Multimercado, ALH Fundo de Investimento em Ações, representados nestas Assembleias por seus procuradores Sr. Paulo Mauricio Tinoco de Campos, Sra. Alexandra Knupp Martins, Sra. Verônica Sofia Damasceno, Sr. Fábio Luis Soares Xavier. - Procuração de Voto dos acionistas HSBC, Citibank, Itaú, Santander, Schroder, HSBC Bank, Itaú Unibanco S.A., representados por sua procuradora Sra. Alessandra Dias Papucci. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico o registro sob o nome PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, número 00002183190 e data de 18/05/2011 - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 80, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU 247 de 24 de dezembro de 1998, seção I, pág. 13 e no BS nº 52, de 28 de dezembro de 1998, que criou o PA BURI, Código SIPRA CE0236000, onde se lê: "com área de1.950,6852 ha (um mil novecentos e cinquenta hectares, sessenta e oito ares e cinquenta e dois centiares)"; leia-se: "com área de 1.929,0012 ha (um mil novecentos e vinte e nove hectares e doze centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 87, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU 247 de 24 de dezembro de 1998, seção I, pág. 15 e no BS nº52, de 28 de dezembro de 1998, que criou o PA LAGOA JOÃO DE SÁ, Código SIPRA CE0243000, onde se lê: "com área de 865,9603 ha (oitocentos e sessenta e cinco hectares, noventa e seis ares e três centiares"; leia-se: "com área de 843,7100 ha (oitocentos e quarenta e três hectares e setenta e um ares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 26, de 26 setembro de 1997, publicada no DOU 189 de 01 de outubro de 1997, seção I, pág. 21825 e no BS nº 39, de 29 de setembro de 1997, que criou o PA SACO VERDE Código SIPRA CE0181000, onde se lê: "com área de 5.836,5800 ha (cinco mil oitocentos e trinta e seis hectares e cinqüenta e oito ares)"; leia-se: "com área de 6.464,0659 ha (seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro hectares, seis ares e cinquenta e nove centiares)"

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 86, de 18 de novembro de 1996, publicada no DOU 225 de 20 de novembro de 1996, seção I, pág. 24340 e no BS nº48, de 25 de novembro de 1996, que criou o PA FEIJÃO, Código SIPRA CE0137000, onde se lê: "com área de 3.958,0246 ha (três mil, novecentos e cinqüenta e oito hectares, dois ares e quarenta e seis centiares)"; leia-se: "com área de 3.822,0748 ha (três mil, oitocentos e vinte e dois hectares, sete ares e quarenta e oito centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 94, de 05 de dezembro de 1996, publicada no DOU 237 de 09 de dezembro de 1996, seção I, pág. 25988 e no BS nº50, de 09 de dezembro de 1996, que criou o PA OURO BRANCO, Código SIPRA CE0145000, onde se lê: "com área de 2.323,0000 ha (dois mil, trezentos e vinte e três hectares)"; leia-se: "com área de 2.409,4323 ha (dois mil, quatrocentos e nove hectares, quarenta e três ares e vinte e três centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 26, de 10 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2008, seção I, pág. 120 e no BS nº50, de 15 de dezembro de 2008, que criou o PA SÃO PAULO, Código SIPRA CE0367000, onde se lê: "Criar o Projeto de Assentamento PA SÃO PAULO..."; leia-se: "Criar o Projeto de Assentamento PA SÃO PAULO I...".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 57, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU 249 de 29 de dezembro de 1995, seção I, pág. 22806 e no BS nº 52, de 26 de dezembro de 1995, que criou o PA PEDRA BRANCA, Código SIPRA CE0113000, onde se lê: "com área de 2.198,2700 ha (Dois mil cento e noventa e oito hectares e vinte e sete ares)"; leia-se: "com área de 2.195,9708 ha (dois mil cento e noventa e cinco hectares, noventa e sete ares e oito centiares)"

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 47, de 26 de junho de 1996, publicada no DOU 123 de 27 de junho de 1996, seção I, pág. 11567 e no BS nº 27, de 01 de julho de 1996, que criou o PA SANTA TEREZA, Código SIPRA CE0125000, onde se lê: "com área de 1.293,6000 ha (hum mil, duzentos e noventa e três hectares e sessenta ares)"; leia-se: "com área de 1.086,5536 ha (hum mil, oitenta e seis hectares, cinqüenta e cinco ares e trinta e seis centiares)"

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 53, de 06 de dezembro de 1995, publicada no DOU 234 de 07 de dezembro de 1995, seção I, pág. 20162 e no BS nº 50, de 11 de dezembro de 1995, que criou o PA BOA VISTA/PITOMBEIRA, Código SIPRA CE0095000, onde se lê: "com área de 1.067,8163 ha (hum mil, sessenta e sete hectares, oitenta e um ares e sessenta e três centiares)"; leia-se: "com área de 1.018,8677 ha (hum mil, dezoito hectares, oitenta e seis ares e setenta e sete centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 63, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU 249 de 29 de dezembro de 1995, seção I, pág. 22806 e no BS nº 52, de 26 de dezembro de 1995, que criou o PA POÇO DA ONÇA, Código SIPRA CE0112000, onde se lê: "com

VERSÃO PARA IMPRENSA NACIONAL

área de 4.605,8333 ha (Quatro mil seiscentos e cinco hectares, oitenta e três ares e trinta e três centiares)"; leia-se: "com área de 1.108,5316 ha (hum mil cento e oito hectares, cinqüenta e três ares e dezesseis centiares)"

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 51, de 06 de dezembro de 1995, publicada no DOU 234 de 07 de dezembro de 1995, seção I, pág. 20162 e no BS nº 50, de 11 de dezembro de 1995, que criou o PA ARAGÃO, Código SIPRA CE0096000, onde se lê: "com área de 1.702,0000 ha (Hum mil setecentos e dois hectares)"; leia-se: "com área de 1.263,7256 ha (hum mil duzentos e sessenta e três hectares, setenta e dois ares e cinqüenta e seis centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 94, de 15 de setembro de 2003, publicada no DOU 182 de 19 de setembro de 2003, seção I, pág. 83 e no BS nº 38, de 22 de agosto de 2003, que criou o PA LAGOA DO CEDRO, Código SIPRA CE0302000, onde se lê: "com área de 289,7199 ha (duzentos e oitenta e nove hectares, setenta e um ares e noventa e nove centiares)"; leia-se: "com área de 290,0693 ha (duzentos e noventa hectares, seis ares e noventa e três centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 91, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU 247 de 24 de dezembro de 1998, seção I, pág. 15 e no BS nº 52, de 28 de dezembro de 1998, que criou o PA BANHOS, Código SIPRA CE0247000, onde se lê: "com área de 2.360,5656 ha (dois mil trezentos e sessenta hectares, cinqüenta e seis ares e cinqüenta e seis centiares.)"; leia-se: "com área de 2.353,4841 ha (dois mil trezentos e cinqüenta e três hectares, quarenta e oito ares e quarenta e um centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 81, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU 247 de 24 de dezembro de 1998, seção I, pág. 14 e no BS nº 52, de 28 de dezembro de 1998, que criou o PA BARRA, Código SIPRA CE0237000, onde se lê: "Criar o Projeto de Assentamento PA BARRA."; leia-se : Criar o Projeto de Assentamento BARRA II; onde se lê: "com área de 921,9875 ha (novecentos e vinte e um hectares, noventa e oito ares, setenta e cinco centiares)"; leia-se: "com área de 993,4558 ha (novecentos e noventa e três hectares, quarenta e cinco ares e cinqüenta e oito centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 66, de 02 de dezembro de 1998, publicada no DOU 243 de 18 de dezembro de 1998, seção I, pág. 152 e no BS nº 51, de 21 de dezembro de 1998, que criou o PA BELFORROXO, Código SIPRA CE0227000, onde se lê: "com área de 1.327,7921 ha (hum mil trezentos e vinte e sete hectares, setenta e nove ares e vinte e um centiares)"; leia-se: "com área de 1.392,8139 ha (hum mil trezentos e noventa e dois hectares, oitenta e um ares e trinta e nove centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 64, de 22 de outubro de 1997, publicada no DOU 205 de 23 de outubro de 1997, seção I, pág. 23922 e no BS nº 43, de 27 de outubro de 1997, que criou o PA BOA ESPERANÇA, Código SIPRA CE0189000, onde se lê: "com área de 1.128,3532 ha (hum mil cento e vinte e oito hectares, trinta e cinco ares e trinta e dois centiares)"; leia-se: "com área de 1.192,8392 ha (hum mil cento e noventa e dois hectares, oitenta e três ares e noventa e dois centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 004, de 27 de fevereiro de 2004, publicada no DOU 44 de 05 de março de 2004, seção I, pág. 111 e no BS nº 10, de 08 de março de 2004, que criou o PA CAIPIRA, Código SIPRA CE0306000, onde se lê: "com área de 3.723,4450 ha (três mil, setecentos e vinte e três hectares, quarenta e quatro ares e cinqüenta centiares)"; leia-se: "com área de 3.765,1287 ha (três mil setecentos e sessenta e cinco hectares, doze ares e oitenta e sete centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 19, de 20 de março de 2000, publicada no DOU 59 de 27 de março de 2000, seção I, pág. 23 e no BS nº13, de 27 de março de 2000, que criou o PA PAPEL, Código SIPRA CE0281000, onde se lê: "com área de 3.613,5243 ha (três mil, seiscentos e treze hectares, cinqüenta e dois ares e quarenta e três centiares.)"; leia-se: "com área de 3.582,7183 ha (três mil, quinhentos e oitenta e dois hectares e setenta e um ares e oitenta e três centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 22, de 31 de maio de 1995, publicada no DOU 107 de 06 de junho de 1995, seção I, pág. 8116 e no BS nº 24, de 12 de junho de 1995, que criou o PA ORIENTE, Código SIPRA CE0075000, onde se lê: "com área de 1.904,7587 ha (Um mil, novecentos e quatro hectares, setenta e cinco ares e oitenta e sete centiares)"; leia-se: "com área de 1.189,1643 ha (um mil cento e oitenta e nove hectares, dezesseis ares e quarenta e três centiares)".

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 40, de 28 de setembro de 1995, publicada no DOU 188 de 29 de setembro de 1995, seção I, pág. 15246 e no BS nº40, de 02 de outubro de 1995, que criou o PA PALMARES, Código SIPRA CE0087000, onde se lê: "com área de 4.208,2390 ha (quatro mil, duzentos e oito hectares, vinte e três ares e noventa centiares.)"; leia-se: "com área de 4.052,3275 ha (quatro mil e cinqüenta e dois hectares, trinta e dois ares e setenta e cinco centiares)."

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 58, de 02 de outubro de 1997, publicada no DOU 191 de 03 outubro de 1997, seção I, pág. 22162 e no BS nº40, de 06 de outubro de 1997, que criou o PA LIOLÂNDIA, Código SIPRA CE0184000, onde se lê: "com área de 1.213,7413 ha (Hum mil duzentos e treze hectares, setenta e quatro ares e treze centiares)"; leia-se: "com área de 1.216,0103 ha (hum mil duzentos e dezesseis hectares um are e três centiares)."

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 113, de 30 de dezembro de 1996, publicada no DOU 253 de 31 de dezembro de 1996, seção I, pág. 29029 e no BS nº53, de 30 de dezembro de 1996, que criou o PA PALESTINA, Código SIPRA CE0163000, onde se lê: "com área de 2.739,4200 ha (Dois mil setecentos e trinta e nove hectares e quarenta e dois ares)"; leia-se: "com área de 2.618,7755 ha (dois mil seiscentos e dezoito hectares, setenta e sete ares e cinqüenta e cinco centiares)."

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 19, de 02 de junho de 2010, publicada no DOU 123 de 30 de junho de 2010, seção I, pág. 133 e no BS nº 27, de 05 de julho de 2010, que criou o PA BOA ESPERANÇA, Código SIPRA CE0384000, onde se lê: "Criar o Projeto de Assentamento PA BOA ESPERANÇA"; leia-se: "Criar o Projeto de Assentamento PA BOA ESPERANÇA II"

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 24 DE MAIO DE 2011

Estabelece os critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médico-pericial da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência requerentes do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, revoga com ressalva a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 01, de 29 de maio de 2009, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição e o art. 2º do Anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X do art. 39 do Anexo do Decreto nº 6.214, 2007, o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009 e a Portaria MPS nº 296, de 09 de novembro de 2009, e tendo em vista o disposto no caput e §§ 1º a 4º do art. 16 do Anexo do Decreto nº 6.214, de 2007,

CONSIDERANDO a necessidade de alterar os instrumentos técnicos de avaliação instituídos pela Portaria Conjunta nº 01, de 29 de maio de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Instituto Nacional do Seguro Social, bem como complementar as orientações para sua aplicação, rever critérios e procedimentos relativos aos mesmos;

CONSIDERANDO a determinação legal acerca da responsabilidade de operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social pelo Instituto Nacional do Seguro Social, conforme art. 3º do Anexo do Decreto nº 6.214, de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os sistemas informatizados corporativos do Instituto Nacional do Seguro Social para a avaliação de deficiência e grau de incapacidade da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social; e

CONSIDERANDO o Protocolo Facultativo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado pelo Brasil em 30 de março de 2007, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, com equivalência de emenda constitucional, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médico-pericial da deficiência e do grau de incapacidade da pessoa com deficiência requerente do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, em conformidade com o art. 16, §3º, do Anexo do Decreto nº 6.214, 2007.

§1º A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, a que se refere o caput, é constituída pelos seguintes componentes, conforme definido nos Anexos I, II e III:

I - Fatores Ambientais;

II - Atividades e Participação;

III - Funções e Estruturas do Corpo.

§2º Os instrumentos a que se refere o caput são assim discriminados:

I - avaliação da deficiência e do grau de incapacidade - Pessoa com deficiência - 16 anos ou mais - BPC- espécie 87, conforme anexo I; e

II - avaliação da deficiência e do grau de incapacidade - Pessoa com deficiência - criança e adolescente menor de 16 anos - BPC - espécie 87, conforme anexo II.

Art. 2º Os instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade destinam-se à utilização pelo Assistente Social e pelo Perito Médico, do quadro do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a finalidade de qualificar a deficiência, as barreiras e dificuldades encontradas pela pessoa na interação com seu meio, da seguinte forma:

I - Assistente Social:

a) avaliação social, considerando e qualificando o componente "Fatores Ambientais", por meio dos domínios: produtos e tecnologia; condições de moradia e mudanças ambientais; apoio e relacionamentos; atitudes; e serviços, sistemas e políticas;

b) avaliação social, considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Social", para requerentes com idade igual ou superior a dezesseis anos, por meio dos domínios: vida doméstica; relações e interações interpessoais; áreas principais da vida; e vida comunitária, social e cívica;

c) avaliação social, considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Social", para requerentes com idade de três a quinze anos, por meio dos domínios: relações e interações interpessoais; áreas principais da vida; vida comunitária, social e cívica;

d) avaliação social, considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Social", para requerentes com idade de seis meses a dois anos, por meio dos domínios: relações e interações interpessoais; áreas principais da vida; e

e) avaliação social, considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Social", para requerentes com idade inferior a seis meses, com valor máximo em todos os domínios, denotando dificuldade completa.

II - Perito Médico:

a) avaliação médico-pericial considerando e qualificando o componente "Funções do Corpo", por meio dos domínios: funções mentais; funções sensoriais da visão; funções sensoriais da audição; funções da voz e da fala; funções do sistema cardiovascular; funções do sistema hematológico; funções do sistema imunológico; funções do sistema respiratório; funções do sistema digestivo; funções do sistema metabólico e endócrino; funções geniturinárias; funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas ao movimento; e funções da pele;

b) avaliação médico-pericial considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Médica", para requerentes com idade igual ou superior a três anos, por meio dos domínios: aprendizagem e aplicação de conhecimento; tarefas e demandas gerais; comunicação; mobilidade; e cuidado pessoal;

c) avaliação médico-pericial considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Médica", para requerentes com idade de seis meses a dois anos, por meio dos domínios: aprendizagem e aplicação de conhecimento; tarefas e demandas gerais; comunicação; mobilidade; e

d) avaliação médico-pericial considerando e qualificando o componente "Atividades e Participação - Parte Médica", para requerentes com idade inferior a seis meses, com valor máximo em todos os domínios, denotando dificuldade completa.

Art. 3º O Perito Médico do INSS identificará e justificará tecnicamente, em resposta ao quesito do instrumento de avaliação, a existência de alteração importante na estrutura do corpo que implique mau prognóstico, a ser considerado no qualificador final da deficiência.

Art. 4º O Perito Médico do INSS responderá o quesito sobre a duração dos impedimentos incapacitantes do requerente do BPC, com vistas a avaliar a conformidade com o conceito de "impedimentos de longo prazo" constante na definição de "pessoas com deficiência" da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 2009, assinalando campo correspondente nos instrumentos de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade.

§1º Para efeito de concessão do BPC, considera-se impedimento de longo prazo aquele que incapacita a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de dois anos.

§2º O benefício será indeferido sempre que os impedimentos incapacitantes forem classificados como de curto ou médio prazo, independentemente do grau de incapacidade existente no momento da avaliação, reconhecido nas conclusões técnicas das avaliações social e médico-pericial.

§3º Nos casos em que não seja possível prever a duração dos impedimentos, mas existam chances, pela história natural da doença/agravo e/ou pelos fatores ambientais e pessoais, de que os mesmos se estendam por longo prazo, os requerentes deverão ser obrigatoriamente submetidos a novas avaliações social e médico-pericial, decorrido o prazo de dois anos, se concedido o benefício.

Art. 5º Os instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade a que se refere o art. 1º, integrarão os sistemas informatizados corporativos do INSS para reconhecimento do direito ao recebimento e manutenção do BPC, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 6.214, de 2007.

Art. 6º A aplicação dos instrumentos de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade deve observar o contido nos documentos "Conceitos e Critérios das Avaliações Social e Médico-Pericial" e "Tabela Conclusiva de Qualificadores", constantes nos Anexos III e IV respectivamente.

Parágrafo único. A "Tabela Conclusiva de Qualificadores" consolida os resultados das qualificações obtidas em cada um dos componentes de avaliação a que se refere o art. 1º e fornece os parâmetros para reconhecimento do direito ao BPC.

Art. 7º O formulário "Solicitação de Informações Sociais - SIS", constante no Anexo V, será utilizado pelo assistente social do INSS com a finalidade de instrumentalizar a coleta de informações para subsidiar a avaliação social dos requerentes do BPC.

Art. 8º Fica autorizada, para fins da avaliação médico-pericial, a utilização do formulário "Solicitação de Informações ao Médico Assistente - SIMA", que compõe o Anexo VI da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 6 de agosto de 2010, ou outro formulário com o mesmo fim, que vier, por ato normativo, a substituí-lo.

Art. 9º Os critérios, os procedimentos e os instrumentos de que trata esta Portaria aplicam-se às avaliações realizadas nas instâncias administrativa e recursal, assim como nas revisões bienais, quando for o caso.

§1º Os sistemas informatizados corporativos do INSS devem atender plenamente às avaliações realizadas em cada instância, conforme disposto no caput, e devem ser disponibilizados no prazo de até seis meses contados da publicação desta Portaria.

§2º Os anexos da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 01, de 2009, serão utilizados pelo INSS até a adequação e disponibilização dos seus sistemas informatizados, no prazo fixado no § 1º.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 01, de 2009.

TEREZA CAMPELLO
Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

ANEXOS

ANEXO I
AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DO GRAU DE INCAPACIDADE
PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 16 ANOS OU MAIS
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC - ESPÉCIE 87

GEX _____ APS _____

DADOS PESSOAIS DO REQUERENTE

Requerimento:							NB:	
Nome do Requerente:								Apelido:
Nome do Responsável ou Representante legal: ( ) Mãe / Pai ( ) Tutor ( ) Curador ( ) Procurador								
Sexo M ( ) F ( )	Idade:	Data de Nascimento: / /	Certidão de Nascimento:	Livro:	Folhas:	Cartório:	NIT principal:	CPF:
Carteira de Identidade:	Órgão expedidor:	Data da expedição:	CTPS:	Série:	UF:	Título de Eleitor:		
Escolaridade: ( ) não alfabetizado ( ) fundamental completo ( ) médio ( ) completo ( ) superior ( ) completo ( ) fundamental incompleto ( ) 1ª a 4ª série ( ) incompleto ( ) incompleto ( ) 5ª a 8ª série								
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União Estável ( ) Divorciado ( ) Separado de fato ( ) Viúvo								
Onde o requerente vive ?: ( ) Residência ( ) Em situação de rua ( ) Instituição ( ) Instituição carcerária ( ) Instituição para cumprimento de medida socioeducativa ( ) Regime aberto ( ) Regime de semiliberdade ( ) Regime fechado ( ) Regime fechado								
Nome da Instituição:			CNPJ ou CEI:				Nome do representante:	
Endereço Residencial ou Institucional (citar pontos de referência):							Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:				Tel.:	
Endereço para Correspondência:							Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:				Tel.:	

RESULTADO DA AVALIAÇÃO BASEADA NA CIF

COMPONENTE ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO								
d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9

CONCLUSÃO		
Fatores Ambientais (e)	Atividades e Participação (d)	Funções do Corpo (b)

DECISÃO SOBRE A INCAPACIDADE

Com base em pareceres técnicos-social e médico-pericial e em critérios fundamentados na Lei 8.742/93, no Decreto 6.214/07 e suas alterações e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovado pelo Decreto Legislativo 186/08 e promulgado pelo Decreto 6.949/09:
( ) O requerente preenche os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho.
( ) O requerente não preenche os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho.
( ) Trata-se de impedimento de curto/médio prazo, que não se enquadra na definição de pessoas com deficiência da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, pelo que não se aplicam os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, §2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

AVALIAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 16 ANOS OU MAIS - ESPÉCIE 87 - BPC / LOAS

Cobertura da Previdência e/ou da Assistência Social: (*é possível assinalar mais de uma condição*)
( ) Já foi beneficiário do BPC ( ) Teve vínculo empregatício após ter sido beneficiário do BPC ( ) Dependente de segurado
( ) Nunca foi segurado ( ) Perdeu a qualidade de segurado ( ) Tem qualidade de segurado ( ) Segurado sem carência ( ) Outros

Deficiência Informada: ( ) Deficiência Visual ( ) Deficiência Neuromusculoesquelética ( ) Doença Mental ( ) Deficiência múltipla
( ) Deficiência Auditiva ( ) Deficiência Mental / Intelectual ( ) Doença crônica ( ) Deficiência não informada

Informada pelo: ( ) Requerente ( ) Acompanhante Identifique: _____
( ) Requerente não sabe informar ( ) Representante legal Identifique: _____
( ) Requerente não tem condições de informar ( ) Acompanhante ou representante legal não sabe informar

HISTÓRIA SOCIAL: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]

FATORES AMBIENTAIS

Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma barreira, 1 - barreira leve, 2 - barreira moderada, 3 - barreira grave, 4 - barreira completa.

Considerar na avaliação dos fatores ambientais:
Ambiente social - relações de convívio familiar, comunitário e social, considerando a acessibilidade às políticas públicas, a vulnerabilidade e o risco pessoal e social a que a pessoa com deficiência está submetida.
Ambiente físico - território onde vive e as condições de vida presentes, considerando a acessibilidade, salubridade ou insalubridade.

I - PRODUTOS E TECNOLOGIA - e1: Refere-se a qualquer produto, instrumento, equipamento ou tecnologia, inclusive os adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade de uma pessoa incapacitada. Analisar conforme a necessidade do requerente.

Indicadores = disponibilidade; acesso com dificuldade (despesa, distância geográfica entre o domicílio e o local de acesso, qualidade e periodicidade).

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
1. Produtos ou substâncias para consumo pessoal (há alimentação/dieta suficiente e/ou adequada, medicação disponível, entre outros?) - e110					
2. Produtos e tecnologia para uso pessoal e mobilidade na vida diária (há objetos necessários ou de uso pessoal disponíveis, como: órtese/prótese, bolsa coletora, sonda nasogástrica, nasoenteral ou de gastrostomia, nebulizador, instrumentos para cuidados e higiene pessoal, fralda descartável, colchão caixa (ou casca) de ovo, cama hospitalar, cadeira de rodas para banho e/ou locomoção, andador, bengala e outros?) - e115 / e120					
3. Produtos e tecnologia para comunicação (há instrumentos disponíveis, como: computador, prótese de voz, aparelhos auditivos e outros?) - e125					
4. Produtos e tecnologia para educação, cultura e lazer (há materiais e produtos, como: livros, materiais educativos, adaptações de instrumentos musicais e de materiais artísticos disponíveis?) - e130 / e140					
5. Produtos e tecnologia usados em projetos, arquitetura e construção para uso público/privado (existência de rampa, elevador sonorizado e com Braille, semáforo sonoro e outros) - e150 / e155					
Qualificador de e1					

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - CONDIÇÕES DE MORADIA E MUDANÇAS AMBIENTAIS - e2: Refere-se ao ambiente natural ou físico.
Indicadores = grau de vulnerabilidade e de risco social (acessibilidade, privacidade da moradia, insalubridade e precarização do ambiente).

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
6. Nível de vulnerabilidade e risco social do território de moradia (existem quaisquer aspectos climáticos ou evento natural ou de causa humana que sejam um problema para a pessoa com deficiência, tais como: morro, córrego, possível desabamento, inundações ou tempestades, poluição e/ou elevada violência ?) - e210 / e225 / e230 / e235					
7. Situação e condição de moradia (a moradia é um problema para a pessoa com deficiência? Observar se a residência ou instituição é adaptada e o grau de privacidade, observar se a residência é própria, alugada, cedida, de favor, ocupada, assentamento, pessoa em situação de rua, se é construção de alvenaria, madeira, taipa ou outros) - e298					
Qualificador de e2					

III - APOIO E RELACIONAMENTOS - e3: Refere-se às pessoas que fornecem proteção, apoio físico ou emocional. Refere-se ainda, aos relacionamentos com outras pessoas, na casa, na comunidade, escola ou apoio em outros aspectos das suas atividades diárias.
Indicadores = Inexistência de apoio e relacionamentos; apoio e relacionamentos insatisfatórios, que dificultam o convívio no âmbito das relações familiares, comunitárias, institucionais e sociais.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
8. Apoio e relacionamentos com a família (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção da família? É satisfatório?) - e310/ e315					
9. Apoio e relacionamentos com conhecidos, companheiros, colegas, vizinhos e membros da comunidade (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção? É satisfatório?) - e325					
10. Apoio e relacionamentos com profissionais de saúde, cuidadores e outros profissionais (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção dos profissionais de saúde e/ou cuidadores? É satisfatório?) - e340 / e355 / e360					
11. Condições familiares que interferem na disponibilidade de apoio e relacionamentos (existem idosos na família? Existem crianças? Existem pessoas doentes ou com deficiência ou com dependência química? Vive distante dos membros familiares? A busca de sobrevivência material dificulta o relacionamento e a disponibilidade de apoio dos familiares à pessoa com deficiência?) - e398					
Qualificador de e3					

IV - ATITUDES - e4: Refere-se às atitudes que são as consequências observáveis dos costumes, práticas, ideologias, valores e normas. Essas atitudes influenciam o comportamento individual e a vida social em todos os níveis, dos relacionamentos interpessoais e sociais às estruturas políticas, econômicas e legais.
Indicadores = atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes, que influenciam o comportamento e as ações da pessoa com deficiência.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
12. Vive situações de atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes de membros da família? - e410 / e415					
13. Vive situações de atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes de conhecidos, companheiros, colegas, vizinhos, membros da comunidade, profissionais de saúde e de educação e outros? - e425					
Qualificador de e4					

V - SERVIÇOS, SISTEMAS E POLÍTICAS - e5: Refere-se à rede de serviços, sistemas e políticas garantidoras de proteção social.
Indicadores = Não tem acesso, pela distância ou inexistência do serviço, ou o acesso disponível não supre suas necessidades.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
14. Serviços, sistemas e políticas dos serviços públicos (os serviços de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo, correios, segurança pública e outros estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e530					
15. Serviços, sistemas e políticas de transporte (os serviços de transporte coletivo e/ou adaptado e/ou existência e inclusão em programa de livre acesso ao transporte coletivo estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e540					
16. Serviços, sistemas e políticas legais (os serviços dos órgãos de proteção dos direitos sociais: Fóruns, Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Cartórios, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e550					
17. Serviços, sistemas e políticas de saúde (hospitais, postos de saúde, programa de saúde da família e serviços de habilitação e reabilitação, entre outros, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e580					
18. Serviços, sistemas e políticas de educação e treinamento (as escolas com educação inclusiva e/ou especializada na comunidade estão equipadas com materiais pedagógicos para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e585					
19. Serviços, sistemas e políticas de assistência social (o conjunto integrado de programas, serviços e benefícios de iniciativa pública e da sociedade para garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, tais como: ações socioassistenciais promovidas pelo PAIF, CRAS, CREAS e outros, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e598.					
Qualificador de e5					

Fatores Ambientais				
e1	e2	e3	e4	e5

ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO - PARTE SOCIAL
Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma dificuldade, 1 - dificuldade leve, 2 - dificuldade moderada, 3 - dificuldade grave, 4 - dificuldade completa.
Considerar na análise o impacto/influência dos fatores ambientais na avaliação do desempenho para atividades e participação.
Atividade: é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo. Representa a perspectiva individual da funcionalidade.
Participação: é o ato de se envolver em uma situação real de vida. Representa a perspectiva social da funcionalidade.

VI - VIDA DOMÉSTICA - d6: Refere-se à realização de ações e tarefas domésticas do dia a dia. Exemplo: limpeza e reparos domésticos, cuidar de objetos pessoais, da casa e ajudar os outros.
Indicadores = limitação no desempenho para executar uma tarefa ou tarefas com auxílio ou assistência pessoal.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
20. Tem dificuldade em preparar refeições simples para si próprio e para outros? - d630					
21. Tem dificuldade em realizar atividades e ter responsabilidades relacionadas à vida doméstica e de cooperar com os demais membros da família? (administrar a casa, cuidar de objetos pessoais, da casa e de animais, entre outros) - d640 / d650					
Qualificador de d6					

VII - RELAÇÕES E INTERAÇÕES INTERPESSOAIS - d7: Refere-se à realização de ações e condutas necessárias para estabelecer interações pessoais, de maneira contextual e socialmente estabelecidas com outras pessoas (estranhos, amigos, familiares e companheiros).
Indicadores = limitação no desempenho para manter relações interpessoais e controlar comportamentos de maneira contextual e socialmente estabelecida.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
22. Tem dificuldade para se relacionar com os outros? (respeito, afeto, tolerância, atitude crítica, contato físico contextual e apropriado, reações adequadas) - d710					
23. Tem dificuldade em iniciar, manter ou terminar relações com outras pessoas, controlando emoções, impulsos, agressões verbais e/ou físicas e interagindo conforme as regras sociais ? A autorrepresentação da deficiência dificulta seus relacionamentos?- d720					
24. Tem dificuldade para estabelecer contatos ou ligações temporárias com estranhos, vizinhos, amigos ou conhecidos? - d730 / d750					
25. Tem dificuldade para estabelecer relações com membros do núcleo familiar e outros parentes mais distantes? - d760					
Qualificador de d7					

VIII - ÁREAS PRINCIPAIS DA VIDA - d8: Refere-se à realização das tarefas e ações necessárias para participar das atividades de educação e transações econômicas.
Indicadores = limitação no desempenho em participar e executar determinada tarefa.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
26. Tem dificuldade em obter acesso, realizar ou participar de atividades e cumprir as responsabilidades relacionadas à escola (inclusive curso profissionalizante e educação de jovens e adultos), interagindo com os demais alunos, professores e funcionários? - d820 / d825					
27. Tem dificuldade em obter acesso, realizar ou participar de atividades e cumprir as responsabilidades relacionadas a curso superior, interagindo com os demais alunos, professores e funcionários ? - d830					
28. Tem dificuldade em realizar transações econômicas básicas, utilizando dinheiro para efetuar compras ou trocas de mercadorias? - d860					
Qualificador de d8					

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011052600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - VIDA COMUNITÁRIA, SOCIAL E CÍVICA - d9: Refere-se às ações e tarefas necessárias para participar da vida social organizada fora do âmbito familiar, em áreas da vida comunitária, social e cívica.

Indicadores = limitação no desempenho em participar e realizar atividades relacionadas à vida comunitária, social e cívica.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
29. Tem dificuldade em participar de reuniões comunitárias, cerimônias sociais, associações e grupos sociais? - d910					
30. Tem dificuldade em participar de atividades recreativas e de lazer ? (Excursões, jogos, esportes, cinema, museus e outras atividades culturais) - d920					
31. Tem dificuldade em participar da vida política e cidadania? (Desfrutar dos direitos, proteções, prerrogativas legais e deveres associados a este papel, inclusive em relação ao voto) - d950					
Qualificador de d9					

Atividade e Participação - Parte Social			
d6	d7	d8	d9

CASO SEJAM OBSERVADOS INDÍCIOS DE RISCO SOCIAL QUE DEMANDEM ACOMPANHAMENTO SOCIAL PRIORITÁRIO (violência física e/ou psicológica; abandono familiar; abusos e/ou exploração sexual; crianças e/ou adolescentes fora da escola; exploração de trabalho infantil; ausência de proteção social, familiar e/ou comunitária, entre outros), ASSINALE ABAIXO E ENCAMINHE EM FORMULÁRIO PRÓPRIO.

OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]

_____ _____

Local e data Assistente Social (assinatura, matrícula e CRESS)

AVALIAÇÃO MÉDICO-PERICIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 16 ANOS OU MAIS - ESPÉCIE 87 - BPC / LOAS

HISTÓRIA CLÍNICA: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _] EXAME FÍSICO: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL: [_ _ TEXTO_ _ _] CID: ____ DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO: [_ _ TEXTO_ _ _] CID: ____

FUNÇÕES DO CORPO
Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma deficiência, 1 - deficiência leve, 2 - deficiência moderada, 3 - deficiência grave, 4 - deficiência completa.

X - FUNÇÕES MENTAIS - b1

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
32. Funções da consciência (vigília; obnubilação; coma; estado vegetativo e estado de alerta) - b110					
33. Funções da orientação (conhecimento e determinação da relação da pessoa consigo própria, com outras pessoas, objetos, espaço, tempo e ambiente) - b114					
34. Funções intelectuais (várias funções mentais integradas, incluindo as funções cognitivas e seu desenvolvimento ao longo da vida. Verificar: retardo intelectual, retardo mental e demência) - b117					
35. Funções psicossociais globais (capacidades interpessoais necessárias para o estabelecimento de interações sociais recíprocas, em termos de significado e finalidade; relacionamentos interpessoais) - b122					
36. Funções psicomotoras (controle e coordenação de partes do corpo) - b147					
37. Funções da emoção (funções mentais específicas relacionadas com a adequação, regulação e amplitude da emoção) - b152					
38. Funções cognitivas superiores (pensamento abstrato, tomada de decisão, planejamento e execução, flexibilidade mental) - b164					
39. Funções do pensamento (delírios, obsessões e compulsões) - b160					
40. Funções mentais da linguagem (recepção e expressão de linguagem gestual, decodificação e produção de mensagens de gestos feitos pelas mãos e outros movimentos) - b167					
Qualificador de X-b1					

XI - FUNÇÕES SENSORIAIS DA VISÃO - b2

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
41. Funções da visão - b210					
Qualificador de XI-b2					

XII - FUNÇÕES SENSORIAIS DA AUDIÇÃO - b2

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
42. Funções auditivas - b230					
Qualificador de XII-b2					

XIII - FUNÇÕES DA VOZ E DA FALA - b3

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
43. Funções da voz (produção e qualidade da voz, disfonia, afonia, rouquidão) - b310					
44. Funções da articulação (produção de sons da fala, disartria e anartria) - b320					
Qualificador de XIII-b3					

XIV - FUNÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
45. Funções do coração, dos vasos e da pressão sanguínea (ritmo, frequência, contratilidade, artérias, veias, capilares, pressão arterial) - b410 / b415 / b420					
Qualificador de XIV-b4					

XV - FUNÇÕES DO SISTEMA HEMATOLÓGICO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
46. Funções do sistema hematológico (relativas ao sangue, medula óssea e coagulação) - b430					
Qualificador de XV-b4					

XVI - FUNÇÕES DO SISTEMA IMUNOLÓGICO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
47. Funções do sistema imunológico (imunidade celular e humoral, deficiência autoimune, alterações no sistema linfático) - b435					
Qualificador de XVI-b4					

XVII - FUNÇÕES DO SISTEMA RESPIRATÓRIO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
48. Funções respiratórias (frequência, ritmo, profundidade e dificuldades - ex.: dispnéia, espasmo brônquico, enfisema pulmonar) - b440					
Qualificador de XVII-b4					

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XVIII - FUNÇÕES DO SISTEMA DIGESTIVO - b5

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
49. Funções do sistema digestivo (ingestão, digestão, absorção e defecação) - b510 / b515 / b525					
Qualificador de XVIII-b5					

XIX - FUNÇÕES DOS SISTEMAS METABÓLICO E ENDÓCRINO - b5

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
50. Funções metabólicas gerais e das glândulas endócrinas, inclusive as associadas à puberdade (metabolismo dos nutrientes, equilíbrio hidroeletrolítico, níveis hormonais no corpo) - b540/ b545/ b555/ b560					
Qualificador de XIX-b5					

XX - FUNÇÕES GENITURINÁRIAS - b6

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
51. Funções relacionadas à filtração ou eliminação da urina (insuficiência renal, anúria, bexiga hipotônica e outros) - b610 / b620					
Qualificador de XX-b6					

XXI - FUNÇÕES NEUROMUSCULOESQUELÉTICAS E RELACIONADAS AO MOVIMENTO - b7

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
52. Funções das articulações e/ou dos ossos (mobilidade das articulações e dos ossos) - b710 / b715 / b720					
53. Funções musculares (relacionadas à força, ao tônus e à resistência muscular) - b730 / b735 / b740					
54. Funções dos movimentos (relacionadas aos reflexos motores e dos movimentos involuntários, controle voluntário e involuntário) - b750 / b755 / b760 / b765					
55. Funções relacionadas ao padrão da marcha (deficiências como marcha espástica, hemiplégica, paraplégica, entre outras) - b770					
Qualificador de XXI-b7					

XXII - FUNÇÕES DA PELE - b8

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
56. Funções da pele (função protetora, de reparo, produção do suor) - b810 / b820 / b830 / b840					
Qualificador de XXII-b8					

Funções do Corpo											
X-b1	XI-b2	XII-b2	XIII-b3	XIV-b4	XV-b4	XVI-b4	XVII-b4	XVIII-b5	XIX-b5	XX-b6	XXI-b7	XXII-b8

b1	b2	b3	b4	b5	b6	b7	b8

EXISTE ALTERAÇÃO IMPORTANTE NA ESTRUTURA DO CORPO, QUE CONFIGURE MAU PROGNÓSTICO NESTE MOMENTO ?
( ) Não
( ) Não é possível prognosticar
( ) Sim → Justifique: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]

ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO - PARTE MÉDICA

Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma dificuldade, 1 - dificuldade leve, 2 - dificuldade moderada, 3 - dificuldade grave, 4 - dificuldade completa.

Considerar a análise e influência dos fatores ambientais na avaliação do desempenho para atividades e participação.
Atividade: é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo. Representa a perspectiva individual da funcionalidade.
Participação: é o ato de se envolver em uma situação real de vida. Representa a perspectiva social da funcionalidade.

XXIII - APRENDIZAGEM E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTO - d1: Refere-se ao desempenho em aprender, aplicar o conhecimento aprendido, pensar, resolver problemas e tomar decisões.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
57. Experiências sensoriais intencionais de visão e audição (observar e ouvir) - d110 / d115					
58. Aquisição de habilidades básicas (usar talheres, lápis, entre outros) e complexas (jogos, esportes, utilizar ferramentas, entre outros) - d155					
59. Aplicação de conhecimento (concentrar a atenção, pensar, ler, escrever, calcular, resolver problemas e tomar decisões) - d160 / d163 / d166 / d170 / d172 / d175 / d177					
Qualificador de d1					

XXIV - TAREFAS E DEMANDAS GERAIS - d2: Refere-se aos aspectos gerais da execução de uma única tarefa ou de várias tarefas, organização de rotinas e superação do estresse.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
62. Recepção de mensagens orais (compreender o significado de uma frase) - d310					
63. Recepção de mensagens não verbais (transmitidas por gestos, símbolos, fotos, desenhos e expressões faciais) - d315					
64. Recepção e compreensão de mensagens em linguagem de sinais convencionais (LIBRAS e/ou leitura labial) - d320					
65. Recepção e compreensão de mensagens escritas ou em braille (revistas, livros, jornais e outros) - d325					
66. Fala (produção de palavras, frases ou mensagens) - d330					
67 Produção de mensagens não verbais (usar gestos, símbolos ou desenhos para se comunicar) - d335					
68. Produção de mensagens em linguagem convencional de sinais (LIBRAS) - d340					
69. Conversação (iniciar, manter e finalizar uma troca de pensamentos e idéias, usando qualquer forma de linguagem) - d350					
Qualificador de d3					

XXVI - MOBILIDADE - d4: Refere-se ao movimento de mudar o corpo de posição ou de lugar, carregar, mover ou manipular objetos, ao andar ou deslocar-se.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
70. Mudança e manutenção da posição do corpo (na cama, cadeira, cadeira de rodas, agachado e ajoelhado; autotransferir-se) - d410 / d420					
71. Manusear, mover, deslocar e/ou carregar objetos (utilizando as partes do corpo, realizando movimentos finos) - d430 / d435 / d440 / d445					
72. Andar (mover-se a pé, por curtas ou longas distâncias, sem auxílio de pessoas, equipamentos ou dispositivos) - d450					
73. Deslocar-se utilizando equipamento ou dispositivo específico para facilitar a movimentação (andador, cadeira de rodas, muletas e outros) - d465					
Qualificador de d4					

XXVII - CUIDADO PESSOAL - d5: Refere-se ao cuidado pessoal como lavar-se e secar-se, cuidar do próprio corpo e de parte do corpo, vestir-se, comer, beber e cuidar da própria saúde.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
74. Cuidados com o corpo (lavar, secar, cuidar das mãos, dentes, unhas, nariz, cabelos e/ou higiene após excreção) - d510/ d520/ d530					
75. Vestir-se (vestir, tirar e escolher roupas e calçados apropriados) - d540					
76. Coordenar os gestos para comer, beber alimentos e bebidas servidos, sem auxílio - d550/ d560					
77. Cuidar da própria saúde (conforto físico, dieta, prevenção de doenças e busca de assistência) - d570					
Qualificador de d5					

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Atividades e Participação - Parte Médica				
d1	d2	d3	d4	d5

CAUSA DA DEFICIÊNCIA:
( ) Congênita ( ) Complicações no parto ( ) Doença ( ) Acidente/Violência ( ) Dependência química ( ) Ignorada
A DEFICIÊNCIA IMPLICA IMPEDIMENTOS DE LONGO PRAZO ? (Igual ou superior a 2 anos)
(Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas).
( ) Sim
( ) Não é possível prever neste momento, mas há chances dos impedimentos se estenderem por longo prazo
( ) Não → Justifique: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]
CASO SEJAM OBSERVADOS INDÍCIOS DE RISCO SOCIAL QUE DEMANDEM ACOMPANHAMENTO SOCIAL PRIORITÁRIO (violência física e/ou psicológica; abandono familiar; abusos e/ou exploração sexual; crianças e/ou adolescentes fora da escola; exploração de trabalho infantil; ausência de proteção social, familiar e/ou comunitária, entre outros), ASSINALE ABAIXO E ENCAMINHE EM FORMULÁRIO PRÓPRIO.
OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]

_____ _____

Local e data Perito Médico (assinatura, matrícula e CRM)

ANEXO II
AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DO GRAU DE INCAPACIDADE
PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE MENOR DE 16 ANOS
BENEFíCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC - ESPÉCIE 87

GEX _____ APS _____

DADOS PESSOAIS DO REQUERENTE

Requerimento:							NB:	
Nome do Requerente:								Apelido:
Nome do Responsável ou Representante legal: ( ) Mãe / Pai ( ) Tutor ( ) Curador ( ) Procurador								
Sexo M ( ) F ( )	Idade:	Data de Nascimento: / /	Certidão de Nascimento:	Livro:	Folhas:	Cartório:		NIT principal:
Carteira de Identidade:	Órgão expedidor:	Data da expedição:	CTPS nº:		Série:	UF:	CPF:	
Escolaridade: ( ) não alfabetizado ( ) fundamental ( ) completo ( ) médio ( ) completo ( ) incompleto ( ) 1ª a 4ª série ( ) incompleto ( ) 5ª a 8ª série								
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União Estável ( ) Divorciado ( ) Separado de fato ( ) Viúvo								
Onde o requerente vive ?: ( ) Residência ( ) Em situação de rua ( ) Instituição ( ) Instituição para cumprimento de medida socioeducativa ( ) Regime de semiliberdade ( ) Regime fechado								
Nome da Instituição:			CNPJ ou CEI:		Nome do Representante:			
Endereço Residencial ou Institucional (citar pontos de referência):							Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:		Tel.:			
Endereço para Correspondência:							Bairro:	
Cidade:		UF:	CEP:		Tel.:			

RESULTADO DA AVALIAÇÃO BASEADA NA CIF

COMPONENTE ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO								
d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9

CONCLUSÃO		
Fatores Ambientais (e)	Atividades e Participação (d)	Funções do Corpo (b)

DECISÃO SOBRE A INCAPACIDADE
Com base em pareceres técnicos social e médico-pericial e em critérios fundamentados na Lei 8.742/93, no Decreto 6.214/07 e suas alterações e na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovado pelo Decreto Legislativo 186/08 e promulgado pelo Decreto 6.949/09:
( ) O requerente preenche os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho , observado o disposto no § 2º do Art. 4º do Anexo do Decreto 6.214/07.
( ) O requerente não preenche os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho , observado o disposto no § 2º do Art. 4º do Anexo do Decreto 6.214/07.
( ) Trata-se de impedimento de curto/médio prazo, que não se enquadra na definição de pessoas com deficiência da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, pelo que não se aplicam os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, §2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, observado o disposto no § 2º do Art. 4º do Anexo do Decreto 6.214/07.

AVALIAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE MENOR DE 16 ANOS - ESPÉCIE 87 - BPC / LOAS

Deficiência Informada:	( ) Deficiência Visual ( ) Deficiência Auditiva	( ) Deficiência Neuromusculoesquelética ( ) Deficiência Mental / Intelectual	( ) Doença Mental ( ) Doença crônica	( ) Deficiência múltipla ( ) Deficiência não informada
Informada pelo:	( ) Requerente ( ) Requerente não sabe informar ( ) Requerente não tem condições de informar	( ) Acompanhante Identifique: _____ ( ) Representante legal Identifique: _____ ( ) Acompanhante ou representante legal não sabe informar		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HISTÓRIA SOCIAL: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]

FATORES AMBIENTAIS Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma barreira, 1 - barreira leve, 2 - barreira moderada, 3 - barreira grave, 4 - barreira completa.
Considerar na avaliação dos fatores ambientais: *Ambiente social - relações de convívio familiar, comunitário e social, considerando a acessibilidade às políticas públicas, a vulnerabilidade e o risco pessoal e social a que a pessoa com deficiência está submetida.* *Ambiente físico - território onde vive e as condições de vida presentes, considerando a acessibilidade, salubridade ou insalubridade.*

I - PRODUTOS E TECNOLOGIA - e1: Refere-se a qualquer produto, instrumento, equipamento ou tecnologia, inclusive os adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade de uma pessoa incapacitada. Analisar conforme a necessidade do requerente.

Indicadores = disponibilidade; acesso com dificuldade (despesa, distância geográfica entre o domicílio e o local de acesso, qualidade e periodicidade).

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
1. Produtos ou substâncias para consumo pessoal (há alimentação/dieta suficiente e/ou adequada, medicação disponível, entre outros ?) - e110					
2. Produtos e tecnologia para uso pessoal e mobilidade na vida diária (há objetos necessários ou de uso pessoal disponíveis, como: órtese/prótese, bolsa coletora, sonda nasogástrica, nasoenteral ou de gastrostomia, nebulizador, instrumentos para cuidados e higiene pessoal, fralda descartável, colchão caixa (ou casca) de ovo, cama hospitalar, cadeira de rodas para banho e/ou locomoção, andador, bengala e outros?) - e115 / e120					
3. Produtos e tecnologia para comunicação (há instrumentos disponíveis, como: computador, prótese de voz, aparelhos auditivos e outros?) - e125					
4. Produtos e tecnologia para educação, cultura e lazer (há materiais e produtos, como: livros, brinquedos e materiais educativos, adaptações de instrumentos musicais e de materiais artísticos disponíveis?) - e130 / e140					
5. Produtos e tecnologia usados em projetos, arquitetura e construção para uso público/privado (existência de rampa, elevador sonorizado e com Braille, semáforo sonoro e outros) - e150 / e155					
Qualificador de e1					

II - CONDIÇÕES DE MORADIA E MUDANÇAS AMBIENTAIS - e2: Refere-se ao ambiente natural ou físico.

Indicadores = grau de vulnerabilidade e de risco social (acessibilidade, privacidade da moradia, insalubridade e precarização do ambiente)

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
6. Nível de vulnerabilidade e risco social do território de moradia (existem quaisquer aspectos climáticos ou evento natural ou de causa humana que sejam um problema para a pessoa com deficiência, tais como: morro, córrego, possível desabamento, inundações ou tempestades, poluição e/ou elevada violência ?) - e210 / e225 / e230 / e235					
7. Situação e condição de moradia (a moradia é um problema para a pessoa com deficiência? Observar se a residência ou instituição é adaptada e o grau de privacidade, observar se a residência é própria, alugada, cedida, de favor, ocupada, assentamento, pessoa em situação de rua, se é construção de alvenaria, madeira, taipa ou outros) - e298					
Qualificador de e2					

III - APOIO E RELACIONAMENTOS - e3: Refere-se às pessoas que fornecem proteção, apoio físico ou emocional. Refere-se ainda, aos relacionamentos com outras pessoas, na casa, na comunidade, escola ou apoio em outros aspectos das suas atividades diárias.

Indicadores = Inexistência de apoio e relacionamentos; apoio e relacionamentos insatisfatórios, que dificultam o convívio no âmbito das relações familiares, comunitárias, institucionais e sociais.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
8. Apoio e relacionamentos com a família (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção da família? É satisfatório?) - e310/ e315					
9. Apoio e relacionamentos com conhecidos, companheiros, colegas, vizinhos e membros da comunidade (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção ? É satisfatório?) - e325					
10. Apoio e relacionamentos com profissionais de saúde, cuidadores e outros profissionais (dispõe de apoio físico, emocional, afetivo e proteção dos profissionais de saúde e/ou cuidadores? É satisfatório?) - e340 / e355 / e360					
11. Condições familiares que interferem na disponibilidade de apoio e relacionamentos (existem idosos na família? Existem crianças? Existem pessoas doentes ou com deficiência ou com dependência química? Vive distante dos membros familiares? A busca de sobrevivência material dificulta o relacionamento e a disponibilidade de apoio dos familiares à pessoa com deficiência?) - e398					
Qualificador de e3					

IV - ATITUDES - e4: Refere-se às atitudes que são as consequências observáveis dos costumes, práticas, ideologias, valores e normas. Essas atitudes influenciam o comportamento individual e a vida social em todos os níveis, dos relacionamentos interpessoais e sociais às estruturas políticas, econômicas e legais.

Indicadores = atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes, que influenciam o comportamento e as ações da pessoa com deficiência.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
12. Vive situações de atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes de membros da família? - e410 / e415					
13. Vive situações de atitudes preconceituosas, discriminatórias e/ou negligentes de conhecidos, companheiros, colegas, vizinhos, membros da comunidade, profissionais de saúde e de educação e outros? - e425					
Qualificador de e4					

V - SERVIÇOS, SISTEMAS E POLÍTICAS - e5: Refere-se à rede de serviços, sistemas e políticas garantidoras de proteção social.

Indicadores = Não tem acesso, pela distância ou inexistência do serviço, ou o acesso disponível não supre suas necessidades.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
14. Serviços, sistemas e políticas dos serviços públicos (os serviços de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo, correios, segurança pública e outros estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e530					
15. Serviços, sistemas e políticas de transporte (os serviços de transporte coletivo e/ou adaptado e/ou existência e inclusão em programa de livre acesso ao transporte coletivo estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e540					
16. Serviços, sistemas e políticas legais (os serviços dos órgãos de proteção dos direitos sociais: Fóruns, Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Cartórios, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e550					
17. Serviços, sistemas e políticas de saúde (hospitais, postos de saúde, programa de saúde da família e serviços de habilitação e reabilitação, entre outros, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência ?) - e580					
18. Serviços, sistemas e políticas de educação e treinamento (as escolas com educação inclusiva e/ou especializada na comunidade estão equipadas com materiais pedagógicos para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e585					
19. Serviços, sistemas e políticas de assistência social (o conjunto integrado de programas, serviços e benefícios de iniciativa pública e da sociedade para garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, tais como: ações socioassistenciais promovidas pelo PAIF, CRAS, CREAS e outros, estão disponíveis para suprir as necessidades da pessoa com deficiência?) - e598.					
Qualificador de e5					

Fatores Ambientais				
e1	e2	e3	e4	e5

ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO - PARTE SOCIAL Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma dificuldade, 1 - dificuldade leve, 2 - dificuldade moderada, 3 - dificuldade grave, 4 - dificuldade completa.
Considerar na análise o impacto/influência dos fatores ambientais na avaliação do desempenho para atividades e participação. *Atividade: é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo. Representa a perspectiva individual da funcionalidade.* *Participação: é o ato de se envolver em uma situação real de vida. Representa a perspectiva individual da funcionalidade.*

VI - VIDA DOMÉSTICA - d6: Refere-se à realização de ações e tarefas domésticas do dia a dia. Exemplo: limpeza e reparos domésticos, cuidar de objetos pessoais, da casa e ajudar os outros.

Indicadores = limitação no desempenho para executar uma tarefa ou tarefas com auxílio ou assistência pessoal.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20. Tem dificuldade em preparar e se servir de alimentos e bebidas frios? - d630 (*a partir de 7 anos*)					
21. Tem dificuldade em colaborar com tarefas da vida doméstica que sejam adequadas a sua faixa etária? - d640 (*a partir de 7 anos*)					
22. Tem dificuldade em colaborar na manutenção e conserto de objetos pessoais ou domésticos e nos cuidados de plantas ou animais? - d650 (*a partir de 12 anos*)					
Qualificador de d6					

VII - RELAÇÕES E INTERAÇÕES INTERPESSOAIS - d7: Refere-se à realização de ações e condutas necessárias para estabelecer interações pessoais, de maneira contextual e socialmente estabelecidas com outras pessoas (estranhos, amigos, familiares e companheiros).
Indicadores = limitação no desempenho para manter relações interpessoais e controlar comportamentos de maneira contextual e socialmente estabelecida.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
23. Tem dificuldade para se relacionar com os outros? (respeito, afeto, tolerância, atitude crítica, contato físico contextual e apropriado, reações adequadas para a faixa etária). Consegue distinguir familiares de estranhos? Reage adequadamente a situações conhecidas e desconhecidas? d710 (*a partir de 6 meses*)					
24. Tem dificuldade em iniciar, manter ou terminar relações com outras pessoas, controlando emoções, impulsos, agressões verbais e/ou físicas e interagindo conforme as regras sociais, de forma compatível com a faixa etária ? A autorrepresentação da deficiência dificulta seus relacionamentos ?- d720 (*a partir de 7 anos*)					
25. Tem dificuldade para estabelecer contatos ou ligações temporárias com estranhos, vizinhos, amigos ou conhecidos ? (solicitar algo, fazer um agradecimento, formular indagações, perguntar um caminho) - d730 / d750 (*a partir de 3 anos*)					
26. Tem dificuldade para estabelecer relações com membros do núcleo familiar e outros parentes mais distantes? - d760 *(a partir de 3 anos)*					
Qualificador de d7					

VIII - ÁREAS PRINCIPAIS DA VIDA - d8: Refere-se à realização das tarefas e ações necessárias para participar das atividades de educação e transações econômicas.
Indicadores = limitação no desempenho em participar e executar determinada tarefa.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
27. Tem dificuldade em obter acesso e participar da educação pré-escolar (creche ou similar), interagindo com os demais alunos, professores e funcionários? - d815/ d816 (*de 6 meses a menor de 6 anos*)					
28. Tem dificuldade em obter acesso, realizar ou participar de atividades e cumprir as responsabilidades relacionadas ao ensino fundamental e médio, interagindo com os demais alunos, professores e funcionários ? - d820 (*a partir de 6 anos*)					
29. Tem dificuldade em obter acesso a curso de formação profissional, atender às exigências curriculares, de modo a concluí-lo adequadamente e interagir com os demais alunos, professores e funcionários ? - d825 (*a partir de 14 anos*)					
30. Tem dificuldade em utilizar brinquedos ou participar de brincadeiras e jogos com outros colegas, de forma adequada a sua faixa etária ? - d880 (*a partir de 6 meses*)					
31. Tem dificuldade em realizar transações econômicas básicas, utilizando dinheiro para efetuar compras ou trocas de mercadorias? - d860 (*a partir de 10 anos*)					
Qualificador de d8					

IX - VIDA COMUNITÁRIA, SOCIAL E CÍVICA - d9: Refere-se às ações e tarefas necessárias para participar da vida social organizada fora do âmbito familiar, em áreas da vida comunitária, social e cívica.
Indicadores = limitação no desempenho em participar e realizar atividades relacionadas à vida comunitária, social e cívica.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
32. Tem dificuldade para se engajar em atividades, próprias para a sua faixa etária, em espaços públicos na vizinhança e comunidade ? (Parques, praças, áreas públicas) - d910 (*a partir de 3 anos*)					
33. Tem dificuldade em participar de atividades recreativas e de lazer, adequadas a sua faixa etária ? (Excursões, jogos, esportes, cinema, museus e outras atividades culturais) - d920 (*a partir de 7 anos*)					
Qualificador de d9					

Atividades e Participação - Parte Social			
d6	d7	d8	d9

CASO SEJAM OBSERVADOS INDÍCIOS DE RISCO SOCIAL QUE DEMANDEM ACOMPANHAMENTO SOCIAL PRIORITÁRIO (violência física e/ou psicológica; abandono familiar; abusos e/ou exploração sexual; crianças e/ou adolescentes fora da escola; exploração de trabalho infantil; ausência de proteção social, familiar e/ou comunitária, entre outros), ASSINALE ABAIXO E ENCAMINHE EM FORMULÁRIO PRÓPRIO.
OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]
_____ _____
Local e data Assistente Social (assinatura, matrícula e CRESS)

AVALIAÇÃO MÉDICO-PERICIAL DA PESSOAL COM DEFICIÊNCIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE MENOR DE 16 ANOS - ESPÉCIE 87 - BPC / LOAS

HISTÓRIA CLÍNICA: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _] EXAME FÍSICO: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]
DIAGNÓSTICO PRINCIPAL: [_ _ TEXTO_ _ _] CID: ____ DIAGNÓSTICO SECUNDÁRIO: [_ _ TEXTO_ _ _] CID: ____

FUNÇÕES DO CORPO
Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma deficiência, 1 - deficiência leve, 2 - deficiência moderada, 3 - deficiência grave, 4 - deficiência completa.

X - FUNÇÕES MENTAIS - b1

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
34. Funções da consciência (vigília, obnubilação, coma, estado vegetativo e estado de alerta) - b110					
35. Funções de orientação (conhecimento e determinação da relação da pessoa consigo própria, com outras pessoas, objetos, espaço, tempo e/ou ambiente, de forma compatível com a faixa etária) - b114 (*a partir de 6 meses*)					
36. Funções intelectuais (várias funções mentais integradas, incluindo as funções cognitivas e seu desenvolvimento ao longo da vida, compatíveis com a faixa etária. Verificar: retardo intelectual, retardo mental e demência) - b117 (*a partir de 6 meses*)					
37. Funções psicossociais globais (capacidades interpessoais necessárias para o estabelecimento de interações sociais recíprocas, em termos de significado e finalidade, adaptabilidade, responsividade, previsibilidade, persistência e acessibilidade, relacionamentos interpessoais compatíveis com a faixa etária) - b122, b125 (*a partir de 1 ano*)					
38. Funções do sono (início, manutenção, quantidade e qualidade do sono) - b134					
39. Funções da atenção (concentração, distração), compatíveis com a faixa etária - b140 (*a partir de 6 meses*)					
40. Funções psicomotoras (controle e coordenação de partes do corpo, de forma compatível com a faixa etária) - b147 (*a partir de 3 meses*)					
41. Funções da emoção (funções mentais específicas relacionadas com a adequação, regulação e amplitude da emoção) - b152 (*a partir de 7 anos*)					
42. Funções da percepção (reconhecimento e interpretação de estímulos sensoriais envolvendo audição, visão, olfato, paladar e/ou tato, de forma compatível com a faixa etária) - b156 (*a partir de 3 meses*)					
43. Funções do pensamento (delírios, obsessões e compulsões) - b160 (*a partir de 7 anos*)					
44. Funções cognitivas básicas (conhecimento sobre objetos, eventos e experiências e a organização e aplicação deste conhecimento em tarefas que requerem atividade mental, de forma compatível com a faixa etária) - b163 (*a partir de 3 anos*)					
45. Funções cognitivas superiores (pensamento abstrato, tomada de decisão, planejamento e execução, flexibilidade mental, de forma compatível com a faixa etária) - b164 (*a partir de 10 anos*)					

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46. Funções mentais da linguagem (recepção e expressão de linguagem gestual, decodificação e produção de mensagens de gestos feitos pelas mãos e outros movimentos) - b167 (*a partir de 2 anos*)						
Qualificador de X-b1						

XI - FUNÇÕES SENSORIAIS DA VISÃO - b2

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
47. Funções da visão - b210					
Qualificador de XI-b2					

XII - FUNÇÕES SENSORIAIS DA AUDIÇÃO - b2

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
48. Funções auditivas - b230					
Qualificador de XII-b2					

XIII - FUNÇÕES DA VOZ E DA FALA - b3

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
49. Funções da voz (produção e qualidade da voz, disfonia, afonia, rouquidão) - b310					
50. Funções da articulação (produção de sons da fala, disartria e anartria) - b320					
Qualificador de XIII-b3					

XIV - FUNÇÕES DO SISTEMA CARDIOVASCULAR - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
51. Funções do coração, dos vasos e da pressão sanguínea (ritmo, frequência, contratilidade, artérias, veias, capilares, pressão arterial) - b410 / b415 / b420					
Qualificador de XIV-b4					

XV - FUNÇÕES DO SISTEMA HEMATOLÓGICO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
52. Funções do sistema hematológico (relativas ao sangue, medula óssea e coagulação) - b430					
Qualificador de XV-b4					

XVI - FUNÇÕES DO SISTEMA IMUNOLÓGICO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
53. Funções do sistema imunológico (imunidade celular e humoral, deficiência autoimune, alterações no sistema linfático) - b435					
Qualificador de XVI-b4					

XVII - FUNÇÕES DO SISTEMA RESPIRATÓRIO - b4

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
54. Funções respiratórias (frequência, ritmo, profundidade e dificuldades - ex.: dispnéia, espasmo brônquico, enfisema pulmonar) - b440					
Qualificador de XVII-b4					

XVIII - FUNÇÕES DO SISTEMA DIGESTIVO - b5

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
55. Funções do sistema digestivo (ingestão, digestão, absorção e defecação) - b510 / b515 / b525					
Qualificador de XVIII-b5					

XIX - FUNÇÕES DOS SISTEMAS METABÓLICO E ENDÓCRINO - b5

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
56. Funções metabólicas gerais e das glândulas endócrinas, inclusive as associadas à puberdade (metabolismo dos nutrientes, equilíbrio hidroeletrolítico, níveis hormonais no corpo) - b540/ b545/ b555/ b560					
Qualificador de XIX-b5					

XX - FUNÇÕES GENITURINÁRIAS - b6

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
57. Funções relacionadas à filtração ou eliminação da urina (insuficiência renal, anúria, bexiga hipotônica e outros) - b610 / b620					
Qualificador de XX-b6					

XXI - FUNÇÕES NEUROMUSCULOESQUELÉTICAS E RELACIONADAS AO MOVIMENTO - b7

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
58. Funções das articulações e/ou dos ossos (mobilidade das articulações e dos ossos) - b710 / b715 / b720					
59. Funções musculares (relacionadas à força, ao tônus e à resistência muscular) - b730 / b735 / b740					
60. Funções dos movimentos (relacionadas aos reflexos motores e dos movimentos involuntários, controle voluntário e involuntário) - b750 / b755 / b760 / b761 / b765					
61. Funções relacionadas ao padrão da marcha (deficiências como marcha espástica, hemiplégica, paraplégica, entre outras) - b770					
Qualificador de XXI-b7					

XXII - FUNÇÕES DA PELE - b8

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
62. Funções da pele (função protetora, de reparo, produção do suor) - b810 / b820 / b830 / b840					
Qualificador de XXII-b8					

Funções do Corpo												
X-b1	XI-b2	XII-b2	XIII-b3	XIV-b4	XV-b4	XVI-b4	XVII-b4	XVIII-b5	XIX-b5	XX-b6	XXI-b7	XXII-b8

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b1	b2	b3	b4	b5	b6	b7	b8

EXISTE ALTERAÇÃO IMPORTANTE NA ESTRUTURA DO CORPO, QUE CONFIGURE MAU PROGNÓSTICO NESTE MOMENTO ?

( ) Não

( ) Não é possível prognosticar

( ) Sim → Justifique: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]

ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO - PARTE MÉDICA
Qualificadores a serem usados: 0 - nenhuma dificuldade, 1 - dificuldade leve, 2 - dificuldade moderada, 3 - dificuldade grave, 4 - dificuldade completa.
Considerar na análise a influência dos fatores ambientais na avaliação do desempenho para atividades e participação . *Atividade: é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo. Representa a perspectiva individual da funcionalidade.* *Participação: é o ato de se envolver em uma situação real de vida. Representa a perspectiva social da funcionalidade.*

XXIII - APRENDIZAGEM E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTO - d1: Refere-se ao desempenho em aprender, aplicar o conhecimento aprendido, pensar, resolver problemas e tomar decisões.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
63. Percepções sensoriais intencionais (tocar, sentir texturas, explorar com a boca e nariz objetos, comida e bebida, de forma compatível com a faixa etária) - d120 / d129 (*a partir de 6 meses*)					
64. Aprendizado básico (imitar, aprender brincando, copiar um gesto, som ou letras, jogos simbólicos ou "faz de conta", de forma compatível com a faixa etária) - d130 / d131 (*a partir de 6 meses*)					
65. Aquisição de linguagem para representar pessoas, objetos, eventos, acontecimentos, sentimentos, por meio de palavras, símbolos, expressões, frases ou gestos, de forma compatível com a faixa etária - d133 / d134 (*a partir de 2 anos*)					
66. Aquisição de conceitos sobre tamanho, forma, quantidade, comprimento, igual/ diferente, grande/ pequeno, esquerdo/direito, de forma compatível com a faixa etária - d137 (*a partir de 3 anos*)					
67. Aprender a ler, pronunciar, escrever, reconhecer símbolos, figuras, caracteres, números, sinais aritméticos, contar e/ou calcular, de forma compatível com a faixa etária - d140/ d145/ d150 (*a partir de 6 anos*)					
68. Aquisição de habilidades básicas (usar talheres, lápis, entre outros) e complexas (jogos, esportes, utilizar ferramentas, entre outros), de forma compatível com a faixa etária - d155 (*a partir de 2 anos*)					
69. Aplicação do conhecimento (concentrar a atenção, pensar, ler, escrever, calcular, resolver problemas e tomar decisões, de forma compatível com a faixa etária) - d160 / d163/ d166/ d170 / d172/ d175/ d177 (*a partir de 7 anos*)					
Qualificador de d1					

XXIV - TAREFAS E DEMANDAS GERAIS - d2: Refere-se aos aspectos gerais da execução de uma única tarefa ou de várias tarefas, organização de rotinas e superação do estresse.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
70. Realizar uma única tarefa ou atender a um único comando (preensão palmar voluntária, pegar voluntaria-mente um objeto), de forma compatível com a faixa etária - d210 (*a partir de 6 meses*)					
71. Realizar tarefas múltiplas, atender a comandos múltiplos, realizar a rotina diária, de forma independente ou a comando de outros, de forma compatível com a faixa etária - d220/ d230 (*a partir de 7 anos*)					
72. Gerenciar o próprio comportamento e emoções frente a determinadas demandas, de forma coerente e compatível com a faixa etária - d250 (*a partir de 7 anos*)					
Qualificador de d2					

XXV - COMUNICAÇÃO - d3: Refere-se às características gerais e específicas da comunicação, por meio da linguagem, sinais e símbolos, incluindo a recepção e produção de mensagens, manutenção da conversação e utilização de dispositivos e técnicas de comunicação.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
73. Recepção de mensagens orais (compreender, de forma compatível com a faixa etária, o significado de uma frase) - d310 (*a partir de 1 ano*)					
74. Recepção de mensagens não verbais (compreender, de forma compatível com a faixa etária, mensagens transmitidas por gestos, símbolos, fotos, desenhos e expressões faciais) - d315 (*a partir de 2 anos*)					
75. Recepção e compreensão de mensagens em linguagem de sinais convencionais (LIBRAS e/ou leitura labial), de forma compatível com a faixa etária - d320 (*a partir de 7 anos*)					
76. Recepção e compreensão de mensagens escritas ou em braille (revistas, livros, jornais e outros), de forma compatível com a faixa etária - d325 (*a partir de 7 anos*)					
77. Fala (produção de sílabas, palavras, frases ou mensagens, de forma compatível com a faixa etária) - d330 (*a partir de 1 ano*)					
78. Produção de mensagens não verbais (usar gestos, símbolos ou desenhos para se comunicar, de forma compatível com a faixa etária) - d335 (*a partir de 1 ano*)					
79. Produção de mensagens em linguagem convencional de sinais (LIBRAS) - d340 (*a partir de 7 anos*)					
80. Conversação (iniciar, manter e finalizar uma troca de pensamentos e idéias, de forma compatível com a faixa etária, usando qualquer forma de linguagem) - d350 (*a partir de 3 anos*)					
Qualificador de d3					

XXVI - MOBILIDADE - d4: Refere-se ao movimento de mudar o corpo de posição ou de lugar, carregar, mover ou manipular objetos, ao andar ou deslocar-se.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
81. Mudança da posição básica do corpo (levantar, ajoelhar, agachar, deitar e/ou rolar, de forma compatível com a faixa etária) - d410 (*a partir de 6 meses*)					
82. Mover-se de uma superfície para outra, sem mudar a posição do corpo, na cama (de deitado para deitado), na cadeira ou cadeira de rodas (de sentado para sentado) - d420 (*a partir de 3 anos*)					
83. Manusear, mover, deslocar e/ou carregar brinquedos ou objetos, de forma compatível com a faixa etária - d430/ d435/ d440/ d445 *(a partir de 6 meses)*					
84. Andar (mover-se a pé, por curtas ou longas distâncias, sem auxílio de pessoas, equipamentos ou dispositivos) - d450 (*a partir de 2 anos*)					
85. Deslocar-se utilizando equipamento ou dispositivo específico para facilitar a movimentação (andador, cadeira de rodas, muletas e outros) - d465 (*a partir de 3 anos*)					
Qualificador de d4					

XXVII - CUIDADO PESSOAL - d5: Refere-se ao cuidado pessoal como lavar-se e secar-se, cuidar do próprio corpo e de parte do corpo, vestir-se, comer, beber e cuidar da própria saúde.

QUALIFICADORES	0	1	2	3	4
86. Cuidados com o corpo (lavar, secar, cuidar das mãos, dentes, unhas, nariz, cabelos e/ou higiene após excreção, com supervisão ou não, de forma compatível com a faixa etária) d510/ d520/ d530 (*a partir de 5 anos*)					
87. Vestir-se (vestir e tirar roupas e calçados), de forma compatível com a faixa etária - d540 (*a partir de 3 anos*)					
88. Coordenar os gestos para comer, beber alimentos e bebidas servidos, sem auxílio, de forma compatível com a faixa etária - d550/ d560 (*a partir de 3 anos*)					
89. Evitar exposição a riscos ou situações perigosas, de forma compatível com a faixa etária - d571 (*a partir de 7 anos*)					
Qualificador de d5					

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAUSA DA DEFICIÊNCIA: ( ) Congênita ( ) Complicações no parto ( ) Doença ( ) Acidente/Violência ( ) Dependência química ( ) Ignorada
A DEFICIÊNCIA IMPLICA IMPEDIMENTOS DE LONGO PRAZO ? (Igual ou superior a 2 anos)
(Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas).
( ) Sim
( ) Não é possível prever neste momento, mas há chances dos impedimentos se estenderem por longo prazo
( ) Não Justifique: [_ _ _ _ TEXTO _ _ _ _]
CASO SEJAM OBSERVADOS INDÍCIOS DE RISCO SOCIAL QUE DEMANDEM ACOMPANHAMENTO SOCIAL PRIORITÁRIO (violência física e/ou psicológica; abandono familiar; abusos e/ou exploração sexual; crianças e/ou adolescentes fora da escola; exploração de trabalho infantil; ausência de proteção social, familiar e/ou comunitária, entre outros), ASSINALE ABAIXO E ENCAMINHE EM FORMULÁRIO PRÓPRIO.
OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR: [_ _ _ _ _ _ TEXTO _ _ _ _ _ _ _]

_____ _____ _____
Local e data Perito Médico (assinatura, matrícula e CRM)

ANEXO III

Portaria Conjunta MDS/INSS nº ....., de ...../...../2011.
CONCEITOS E CRITÉRIOS DAS AVALIAÇÕES SOCIAL E MÉDICO-PERICIAL
A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade da pessoa com deficiência requerente do BPC deve se pautar nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde nº 54.21 e aprovada pela 54ª Assembléia Mundial da Saúde, em 22 de maio de 2001, que define:
I - funções do corpo: são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos, incluindo as funções psicológicas;
II - estruturas do corpo: são as partes estruturais ou anatômicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes, classificados de acordo com os sistemas orgânicos;
III - deficiências: são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda;
IV - atividade: é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo, representando a perspectiva individual da funcionalidade;
V - limitações de atividades: são dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de atividades;
VI - participação: é o envolvimento de um indivíduo numa situação de vida real e corresponde à perspectiva social da funcionalidade;
VII - restrições da participação: são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real, sendo determinadas pela comparação entre sua participação e a esperada de um indivíduo sem deficiência, na mesma cultura ou sociedade;
VIII - capacidade: refere-se à aptidão de um indivíduo para executar uma tarefa ou ação em um ambiente considerado uniforme ou padrão, de modo a neutralizar impactos externos sobre a avaliação;
IX - desempenho: refere-se ao que o indivíduo faz em seu ambiente de vida habitual, incluídos neste contexto os aspectos do mundo físico, social e atitudinal, descritos na CIF como fatores ambientais.
A comparação das avaliações de capacidade e de desempenho evidencia o que pode ser modificado no ambiente para melhorar o desempenho de um indivíduo.
X - funcionalidade: é um termo genérico envolvendo as funções do corpo, estruturas do corpo, assim como as atividades e participação, indicando os aspectos positivos da interação entre um indivíduo e os fatores ambientais e pessoais;
XI - incapacidade: é um termo genérico envolvendo deficiências nas funções ou nas estruturas do corpo, limitação de atividades e restrição da participação, indicando os aspectos negativos da interação entre um indivíduo e seus fatores ambientais e pessoais;
XII - fatores pessoais: representam o histórico particular da vida e estilo de vida de um indivíduo e englobam características próprias que não são parte de uma condição de saúde ou de um estado de saúde, os quais não são classificados na CIF, mas podem influenciar os resultados das várias intervenções;
XIII - fatores ambientais: constituem o ambiente físico, social e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem sua vida, são externos ao indivíduo e podem atuar como facilitadores ou barreiras sobre a função e/ou estrutura de seu corpo e sobre seu desempenho e/ou capacidade para executar ações ou tarefas.
Os princípios enumerados acima estão contemplados no conceito de incapacidade previsto no Decreto 6.214 /2007 e alterações posteriores e no conceito de pessoa com deficiência previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, aprovados pelo Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008 e promulgados pelo Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, norteadores do novo modelo de avaliação e grau de incapacidade das pessoas com deficiência requerentes do BPC.
O reconhecimento das pessoas com deficiência requerentes do BPC e da existência de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, nos termos da CIF, deve ser efetuado com base nas diferentes dimensões de saúde sob a perspectiva biológica, individual e social e na relação entre estado ou condição de saúde do indivíduo e fatores pessoais e externos, que representam as circunstâncias em que vive.
A caracterização de incapacidade para o trabalho e para a vida independente deve ser feita a partir de instrumentos específicos atualizados pela presente Portaria.
A adoção deste modelo de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade supera a análise reducionista centrada no autocuidado, que considera vida independente como a capacidade de se vestir, higienizar, alimentar, locomover e outros atos da vida cotidiana.
A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade é composta de avaliação social e médico-pericial, obedecendo à codificação dos componentes e domínios da CIF.
A CIF é dividida em duas seções ou partes:
A parte 1 se refere à Funcionalidade e à Incapacidade; e
A parte 2 abrange os Fatores Contextuais.
São componentes da Funcionalidade e Incapacidade: "Funções do Corpo"; "Estruturas do Corpo" e "Atividades e Participação".
São componentes dos Fatores Contextuais: "Fatores Ambientais" e "Fatores Pessoais".
Cada componente acima referido é composto de vários domínios, que são conjuntos práticos e significativos de funções relacionadas à fisiologia, estruturas anatômicas, ações, tarefas ou áreas da vida. Cada domínio, por sua vez, é composto por categorias denominadas unidades de classificação.
A avaliação social, após a habilitação do benefício, considera e qualifica os seguintes componentes da CIF e respectivos domínios:
I - Fatores ambientais (para todas as idades):
- produtos e tecnologia;
- ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo homem;
- apoio e relacionamentos;
- atitudes;
- serviços, sistemas e políticas.
II - Atividades e participação:
a) para requerentes com 7 anos ou mais:
- vida doméstica,
- relações e interações interpessoais;
- áreas principais da vida;
- vida comunitária, social e cívica.
b) para crianças com 3 anos ou mais e menores de 7 anos:
- relações e interações interpessoais;
- áreas principais da vida;
- vida comunitária, social e cívica.
c) para crianças de 6 meses ou mais e menores de 3 anos:
- relações e interações interpessoais;
- reas principais da vida.
d) para crianças menores de 6 meses:
- nenhum dos quatro domínios do componente "Atividades e Participação" é avaliado.
Para a qualificação dos fatores ambientais consideram-se as barreiras existentes e para a qualificação do componente atividades e participação consideram-se as dificuldades presentes, ambas para fins de avaliação da incapacidade para a vida independente e para o trabalho.
Os qualificadores para os domínios a que se referem os incisos I e II e respectivas alíneas, baseiam-se nos mesmos parâmetros estabelecidos pela CIF, qualificados como:
- nenhuma barreira ou nenhuma dificuldade (N) - 0-4% = 0
- barreira leve ou dificuldade leve (L) - 5-24% = 1
- barreira moderada ou dificuldade moderada (M) - 25-49% = 2
- barreira grave ou dificuldade grave (G) - 50-95% = 3
- barreira completa ou dificuldade completa (C) - 96-100% = 4
Os domínios não disponíveis para avaliação pelo assistente social, nas alíneas b, c, e d do inciso II, receberão automaticamente qualificação máxima, indicativa de dificuldade completa (C = 4).
O assistente social pode realizar visitas técnicas visando a conhecer os recursos sociais existentes e colher subsídios para a avaliação social.
A avaliação médico-pericial considera as alterações na estrutura do corpo para localização da(s) deficiência(s), codificando-a(s) pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10).
Em seguida, a avaliação considera e qualifica os seguintes componentes da CIF e respectivos domínios:
I - Funções do corpo (para todas as idades):
- funções mentais;
- funções sensoriais da visão;
- funções sensoriais da audição;
- funções da voz e da fala;
- funções do sistema cardiovascular;
- funções do sistema hematológico;
- funções do sistema imunológico;
- funções do sistema respiratório;
- funções do sistema digestivo;
- funções do sistema metabólico e endócrino;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- funções geniturinárias;
- funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas ao movimento e
- funções da pele.

II - Atividades e participação:

a) para requerentes a partir de 3 anos de idade:
- aprendizagem e aplicação de conhecimento;
- tarefas e demandas gerais;
- comunicação;
- mobilidade;
- cuidado pessoal.

b) para crianças com 1 ano ou mais e menores de 3 anos:
- aprendizagem e aplicação de conhecimento;
- tarefas e demandas gerais;
- comunicação;
- mobilidade.

c) para crianças com 6 meses ou mais e menores de 1 ano:
- aprendizagem e aplicação de conhecimento;
- tarefas e demandas gerais;
- mobilidade.

d) para crianças menores de 6 meses:
- nenhum dos cinco domínios do componente "Atividades e Participação" é avaliado.

Para a qualificação das funções do corpo, considera-se o grau de deficiência e, para a qualificação do componente atividades e participação, consideram-se as dificuldades presentes, ambos para fins de atendimento ao previsto ao artigo 20, § 2º da Lei 8.742/93.

Os qualificadores para os domínios a que se referem os incisos I e II e respectivas alíneas, baseiam-se nos mesmos parâmetros estabelecidos pela CIF, qualificados como:
- nenhuma deficiência ou nenhuma dificuldade (N) - 0-4%
- deficiência leve ou dificuldade leve (L) - 5-24%
- deficiência moderada ou dificuldade moderada (M) - 25-49%
- deficiência grave ou dificuldade grave (G) - 50-95%
- deficiência completa ou dificuldade completa (C) - 96-100%

Compete ao perito médico identificar e justificar tecnicamente, em resposta a quesito do instrumento de avaliação, a existência de alteração importante na estrutura do corpo, que implique mau prognóstico no momento atual. A existência de tal situação resulta na elevação do qualificador atribuído ao componente Funções do Corpo em um nível (de N ? L, de L ? M, de M ? G, de G ? C e de C ? mantido em C), para fins de análise do direito na Tabela Conclusiva de Qualificadores (Anexo IV da presente Portaria).

Os domínios não disponíveis para avaliação médico-pericial, nas alíneas b, c e d do inciso II, recebem automaticamente qualificação máxima, indicativa de dificuldade completa (C = 4).

A avaliação médico-pericial é posterior à avaliação social.

As qualificações das funções do corpo pela avaliação médico-pericial e de atividades e participação pelas avaliações social e médico-pericial devem considerar:
- os fatores ambientais analisados e qualificados pela avaliação social;
- os fatores pessoais registrados na folha de rosto do instrumento.

As avaliações social e médico-pericial são realizadas mediante utilização dos instrumentos anexos à presente portaria, intitulados:
- ANEXO I - AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DO GRAU DE INCAPACIDADE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 16 ANOS OU MAIS - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC - ESPÉCIE 87.
- ANEXO II - AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DO GRAU DE INCAPACIDADE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CRIANÇA E ADOLESCENTE MENOR DE 16 ANOS - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BPC - ESPÉCIE 87.

Os resultados dos componentes "Fatores ambientais", "Atividades e participação" e "Funções do corpo" qualificados como nenhuma (N), leve (L), moderada (M), grave (G) e completa (C) geram uma Tabela Conclusiva de Qualificadores, Anexo IV da presente Portaria, que define a concessão ou indeferimento do benefício.

Compete ao perito médico identificar e justificar tecnicamente, em resposta a quesito do instrumento de avaliação, os casos de deficiência com resolução em prazo inferior a dois anos. A esses casos não se aplicam os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, não havendo, portanto, elegibilidade para o BPC, qualquer que seja a conclusão do instrumento de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade.

Aos casos com deficiência de longo prazo, igual ou superior a 2 anos, ou ainda aos casos em que não seja possível prever a evolução da deficiência no momento da avaliação, mas com chances, pela história natural da doença/agravo ou pelos fatores contextuais (ambientais e pessoais), de se estenderem por longo prazo, aplicam-se os requisitos estabelecidos pelo Art. 20, § 2º, da Lei 8.742/93, de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, na dependência da conclusão do instrumento de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, segundo os critérios estabelecidos pela presente portaria.

A resposta ao quesito acima deve estar fundamentada na concepção da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo Decreto Legislativo nº 186/2007 e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, que define "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas".

Se, durante a avaliação, o assistente social ou o perito médico detectar indícios que configurem risco social para o requerente, demandando acompanhamento social prioritário, deve assinalar um campo específico para esse fim e descrever a situação constatada em formulário próprio da instituição.

Compete, posteriormente, ao Serviço Social identificar os casos assinalados como em risco social, para articulação com os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especial em Assistência Social - CREAS, a quem caberão providências junto aos órgãos competentes.

O assistente social e o perito médico podem, se necessário para subsidiar suas avaliações, solicitar informações sociais ou médicas aos profissionais de saúde ou de outras áreas sociais que assistem o requerente, devendo deixar pendente a conclusão da avaliação. Para tanto, são utilizados os formulários Solicitação de Informações Sociais - SIS, Anexo V da presente Portaria e/ou Solicitação de Informações ao Médico Assistente - SIMA, Anexo VI da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, de 6 de agosto de 2010, ou do ato normativo que a substituir.

Para fins de conclusão do instrumento de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, o requerente do BPC deve cumprir as exigências referentes às respectivas avaliações, social e médico-pericial, no prazo de trinta dias.

Em conformidade com o art. 4º, § 2º, do Decreto 6.214/07, alterado pelo Decreto 6.564/08, para fins de reconhecimento do direito ao BPC às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e seu impacto na limitação do desempenho de atividades e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho.

Para fins de identificação perante o perito médico e o assistente social, pode ser utilizado apenas um dos documentos citados nos artigos 10 e 11 do Decreto 6.214/07.

É permitido que a conclusão do instrumento de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade possa ser realizada por assistente social e perito médico diferentes dos que iniciaram a avaliação.

Cabe ao INSS, por meio dos gestores competentes, as medidas necessárias à realização das avaliações social e médico-pericial, inclusive na fase recursal, e a cobertura de atendimento pelas Unidades que não dispõem de assistentes sociais e peritos médicos, com base nas seguintes previsões:

a) deslocamento de assistentes sociais e peritos médicos;

b) elaboração da agenda do assistente social e perito médico;

c) constituição de equipes itinerantes, salvaguardadas as condições adequadas para o desenvolvimento das ações e assegurados os preceitos éticos e o sigilo profissional.

A ocorrência de exigências administrativas a serem cumpridas pelo requerente não é impedimento para a realização das avaliações social e médico-pericial.

O agendamento para realizar as avaliações social e médico-pericial deve ser preferencialmente na mesma data, devendo-se garantir ao requerente o comparecimento à Agência da Previdência Social - APS o menor número de vezes possível.

Cabe ao Serviço Social realizar articulações com gestores municipais e profissionais vinculados às redes sociais, entidades da sociedade e de controle social, visando a socializar informações sobre o BPC e realizar açõesconjuntas que favoreçam o acesso do requerente do benefício.

ANEXO IV

Portaria Conjunta MDS/INSS nº ....., de ...../...../2011.
TABELA CONCLUSIVA DE QUALIFICADORES

GEX _____ APS _____

Resultados possíveis das Avaliações Social e Médico-Pericial para reconhecimento da incapacidade para a vida independente e para o trabalho C = completa G = grave M = moderada L = leve N = nenhuma				
	Fatores Ambientais (e)	Atividades e Participação (d)	Funções do Corpo (b)	Reconhecimento da incapacidade para a vida independente e para o trabalho para fins de concessão do BPC, observado o disposto no § 2º do art. 4º do Anexo do Decreto 6.214/07.
1.	C	C	C	sim
2.	G	C	C	sim
3.	M	C	C	sim
4.	L	C	C	sim
5.	N	C	C	sim
6.	C	G	C	sim
7.	G	G	C	sim
8.	M	G	C	sim

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.	L	G	C	sim
10.	N	G	C	sim
11.	C	M	C	sim
12.	G	M	C	sim
13.	M	M	C	sim
14.	L	M	C	sim
15.	N	M	C	sim
16.	C	L	C	não
17.	G	L	C	não
18.	M	L	C	não
19.	L	L	C	não
20.	N	L	C	não
21.	C	N	C	não
22.	G	N	C	não
23.	M	N	C	não
24.	L	N	C	não
25.	N	N	C	não
26.	C	C	G	sim
27.	G	C	G	sim
28.	M	C	G	sim
29.	L	C	G	sim
30.	N	C	G	sim
31.	C	G	G	sim
32.	G	G	G	sim
33.	M	G	G	sim
34.	L	G	G	sim
35.	N	G	G	sim
36.	C	M	G	sim
37.	G	M	G	sim
38.	M	M	G	sim
39.	L	M	G	sim
40.	N	M	G	sim
41.	C	L	G	não
42.	G	L	G	não
43.	M	L	G	não
44.	L	L	G	não
45.	N	L	G	não
46.	C	N	G	não
47.	G	N	G	não
48.	M	N	G	não
49.	L	N	G	não
50.	N	N	G	não
51.	C	C	M	sim
52.	G	C	M	sim
53.	M	C	M	sim
54.	L	C	M	sim
55.	N	C	M	sim
56.	C	G	M	sim
57.	G	G	M	sim
58.	M	G	M	sim
59.	L	G	M	sim
60.	N	G	M	sim
61.	C	M	M	sim
62.	G	M	M	sim
63.	M	M	M	não
64.	L	M	M	não
65.	N	M	M	não
66.	C	L	M	não
67.	G	L	M	não
68.	M	L	M	não
69.	L	L	M	não
70.	N	L	M	não
71.	C	N	M	não
72.	G	N	M	não
73.	M	N	M	não
74.	L	N	M	não
75.	N	N	M	não
76.	C	C	L	não
77.	G	C	L	não
78.	M	C	L	não
79.	L	C	L	não
80.	N	C	L	não
81.	C	G	L	não
82.	G	G	L	não
83.	M	G	L	não
84.	L	G	L	não
85.	N	G	L	não
86.	C	M	L	não
87.	G	M	L	não
88.	M	M	L	não
89.	L	M	L	não
90.	N	M	L	não
91.	C	L	L	não
92.	G	L	L	não
93.	M	L	L	não
94.	L	L	L	não
95.	N	L	L	não
96.	C	N	L	não
97.	G	N	L	não
98.	M	N	L	não
99.	L	N	L	não
100.	N	N	L	não
101.	C	C	N	não
102.	G	C	N	não
103.	M	C	N	não
104.	L	C	N	não
105.	N	C	N	não
106.	C	G	N	não
107.	G	G	N	não
108.	M	G	N	não
109.	L	G	N	não
110.	N	G	N	não
111.	C	M	N	não
112.	G	M	N	não
113.	M	M	N	não
114.	L	M	N	não
115.	N	M	N	não
116.	C	L	N	não

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

117.	G	L	N	não
118.	M	L	N	não
119.	L	L	N	não
120.	N	L	N	não
121.	C	N	N	não
122.	G	N	N	não
123.	M	N	N	não
124.	L	N	N	não
125.	N	N	N	não

ANEXO V

PREVIDÊNCIA SOCIAL

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - SIS

Formulário nº: [**EMITIDO POR SISTEMA**] Data: [**EMITIDO POR SISTEMA**] APS: .....

Ao(À) .....

Solicitamos a colaboração de nos fornecer os dados abaixo relacionados, para fins de subsidiar a AVALIAÇÃO SOCIAL da pessoa com deficiência, com vistas ao reconhecimento inicial de direito ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.

As informações referentes ao Relatório Social serão utilizadas exclusivamente para a análise do benefício pleiteado e contam com autorização do usuário interessado ou seu representante legal. (Lei nº 8.742/93; Lei nº 8.662/93; Decreto nº 6.214/2007; Resolução do Conselho Federal de Serviço Social nº 273/93 e Portaria MDS nº 44/2009).

Ressaltamos que as informações solicitadas deverão retornar ao INSS em até 30 dias.

Assistente Social Solicitante:

Nome:	Matrícula SIAPE:	Telefone para contato:
CRESS:	Assinatura:	

Requerente ou Representante Legal:

Nome Requerente:	NB:
Nome Representante Legal:	
Autorizo, em caráter confidencial, utilizar as informações que se fizerem necessárias para compor o Relatório Social e informações complementares. _____ Assinatura do(a) Requerente ou Representante Legal	

1. ( ) Relatório Social (preenchimento exclusivo do Assistente Social)

Emitir Relatório Social informando a situação de **vulnerabilidade social** do(a) requerente, com destaque para:
OBS: Favor anexar o Relatório Social a esta SIS.

2. ( ) Informações complementares (preenchimento por outros profissionais)

Emitir informações sobre a situação do requerente, com destaque para:
OBS: Favor anexar as informações a esta SIS.

3. ( ) Serviços e Programas existentes no Município (especificar os destinados às pessoas com deficiência):

- Serviços de assistência social (CRAS, CREAS e outros):
- Serviços de saúde (hospitais, postos de saúde, PSF, CAPS, habilitação e reabilitação profissional e outros):
- Serviços especializados para a pessoa com deficiência (APAE ou congênere):
- Serviços de educação (especial, inclusiva):
- Serviços dos órgãos de proteção aos direitos sociais (Fóruns, Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito):
- Serviço de transporte coletivo e programa de livre acesso ao transporte coletivo:
- Serviços socioeducativos (ONG, Projetos Sociais, Centros Comunitários e outros):
- Outros serviços. Especificar:

Informações do Profissional:

Nome:		Conselho Regional nº:
Instituição:		
Cargo:		Telefone (opcional):
Local / Data	Assinatura e carimbo	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Superintendente Regional do INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL/SURGO, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas Alterações Tarifárias e Verificação Metrológica correspondente ao exercício de 2011, nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) da cidade de Valparaizo/Goiás nos dias de 06 a 10 de junho de 2011;

Art. 2 º Para as Verificações Metrológicas os proprietários de táxis ou seus propostos deverão comparecer na Rodovia BR 040 trevo do Posto CAROL - Luziânia -Goiás, no horário de 09 às 17 horas, munidos de seus veículos e respectiva documentação, principalmente o Certificado de Verificação;

Art. 3 º O Não cumprimento ao disposto do Art. 1º ou a não justificativa, sujeitam aos infratores as penalidades na forma da lei;

Art. 4 º Revogam-se as disposições contrárias.

WILIBALDO DE SOUSA JUNIOR

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 17, DE 25 DE MAIO DE 2011

Estabelece os critérios para alocação de cotas para importação estabelecidas pela Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2011.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos XXV e XXVI ao Anexo "B" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, com a seguinte redação:

"XXV - Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2011, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2011, art. 1º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2907.23.00	--4,4'-Isopropilidenodifenol (bisfenol A, difenilolpropano) e seus sais Ex 001 - Bisfenol A - grau policarbonato	2%	3.000 toneladas	18/05/2011 a 17/11/2011

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela acima;

c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX.

XXVI - Resolução CAMEX nº 34, de 17 de maio de 2011, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2011, art. 2º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7208.51.00	--De espessura superior a 10mm Ex 005 - Chapas grossas de aço carbono com espessuras de 29,45mm, largura de 1,345mm e comprimento de 12.450mm, conforme Norma DNV-OS-F101 LSAW 450 SFD, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma NACE-TM 0177, solução de teste de nível B da Norma NACE-TM0284 para o teste de corrosão sob tensão (SSC) e Norma NACE-TM 0284, solução de teste de nível B da Norma NACETM0177 para o teste de trincas induzidas por hidrogênio (HIC)	2%	30.000 toneladas	18/05/2011 a 31/12/2011

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela acima;

c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 310, DE 23 DE MAIO DE 2011

Altera o Regulamento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES para o exercício de 2011, aprovado pela Resolução nº 71, de 14 de março de 2011.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, III, da Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 402ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de maio de 2011, com fundamento no art. 12, II, da Lei n.º 9.984, de 2000, resolveu:

Art. 1º O art. 27 do Regulamento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES para o exercício de 2011, aprovado pela Resolução nº 71, de 14 de março de 2011, publicada no DOU de 23/03/2011, seção 1, página 110, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. O cronograma do PRODES para o exercício de 2011 é o seguinte:

I - inscrições: de 21 de março a 24 de junho de 2011;

II - habilitação, classificação e seleção dos empreendimentos, incluindo o atendimento pelos interessados das exigências formuladas pela ANA: de 30 de maio a 16 de setembro de 2011;

III - apresentação, quando houver, da deliberação do comitê de bacia aprovando a destinação de recursos ao PRODES: até 29 de julho de 2011;

IV - divulgação da relação dos empreendimentos selecionados para fins de contratação: até 30 de setembro de 2011; e

V - divulgação da relação dos empreendimentos incluídos no Banco de Projeto: até 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Os prazos estipulados neste artigo poderão ser prorrogados com a devida antecedência e publicidade."

Art. 2º No Anexo III (Relação das Regiões e Bacias Hidrográficas Críticas Para Investimento em Tratamento de Esgotos) da Resolução nº 71, de 2011, onde se lê "4. Região Crítica: Parnaíba", leia-se "4. Região Crítica: Paranaíba".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU GUILLO

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 108, DE 25 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no § 2º do art. 6º do Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, que autoriza a retificação das informações e a atualização do Banco de Professor Equivalente nos casos mencionados;

Considerando que o art. 2º do mesmo Decreto disciplina que o Banco de Professor Equivalente dos Institutos Federais corresponde à soma dos Professores de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, efetivos e substitutos, lotados em cada Instituição;

Considerando que a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, declara como necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de professor substituto;

Considerando que as contratações com fulcro na Lei nº 8.745, de 1993, somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro de Estado sob cuja supervisão se encontrar o órgão ou entidade contratante;

Considerando que o prazo máximo de vigência dos contratos temporários de professores substitutos é de um ano, admitida a prorrogação, desde que o prazo total não exceda a dois anos;

Considerando que os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Pública direta e indireta, devem ser apreciados pelo órgão de controle externo, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 71 da Constituição Federal, e pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal, e

Considerando a necessidade de controle e acompanhamento dos contratos temporários realizados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com fundamento na Lei nº 8.745, de 1993, Resolvem:

Art. 1º Atualizar, nos termos do Anexo a esta Portaria, o Banco de Professor Equivalente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao Ministério da Educação, para incluir os professores substitutos, contratados nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, lotados em cada Instituição.

Art. 2º O Anexo II da Portaria Interministerial MP/MEC nº 56, de 20 de abril de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Ficam convalidadas as contratações de 2.783 (dois mil, setecentos e oitenta e três) professores substitutos, efetivadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre julho de 2009 a junho de 2010, que se encontram em pleno exercício.

Parágrafo único. As contratações de que trata o caput são aquelas cujo prazo de vigência está dentro do limite máximo estabelecido no inciso I, do parágrafo único, do art. 4º da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 4º A convalidação dos atos de que trata o art. 3º não isenta os ordenadores de despesa de cada Instituto Federal da responsabilidade em observar os limites e condições estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na legislação em vigor, concernente à contratação de professor substituto.

Art. 5º Os Institutos Federais encaminharão, no prazo de até 90 dias, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para fins de controle, síntese dos contratos convalidados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial MP/MEC nº 131, de 9 de junho de 2004.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

ANEXO

(Anexo II a Portaria Interministerial nº 56, de 20 de abril de 2011)

INSTITUTO FEDERAL	BANCO DE PROFESSOR EQUIVALENTE
INSTITUTO FEDERAL BAIANO	945,33
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	869,21
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA	1.771,82
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	1.263,88
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	1.076,76
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	638,94
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	1.290,30
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	1.232,44
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	461,87
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	991,57
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.432,35
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	543,60
INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	418,20
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.670,08
INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	2.182,28
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	628,97
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	390,42
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ	186,20
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	1.235,36
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	1.915,88
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	1.939,74
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	1.720,85
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	666,13
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	1.198,60
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	1.090,95
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	1.287,46
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1.221,22
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.746,99
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.369,12
INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO	576,52
INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	728,37
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	538,03
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	798,72
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	585,12
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	795,47
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	1.026,04
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	662,47
INSTITUTO FEDERAL SUL RIO-GRANDENSE	1.276,59
TOTAL	40.373,85

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando que a Portaria GM/MS nº 184, de 3 de fevereiro de 2011, estabeleceu a gratuidade para os medicamentos que tratam a hipertensão e o diabetes, tanto na rede própria de farmácias populares, quanto na rede privada conveniada, ocasionando redução na arrecadação da receita própria da Fundação Oswaldo Cruz, proveniente do ressarcimento pelo custo de disponibilização de medicamentos do Programa Farmácia Popular; e

Considerando a existência de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, e a possibilidade de sua utilização na execução da despesa que é custeada com a fonte de recurso que apresenta frustração, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

Órgão: 36000 - Ministério da Saúde
Unidade: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1293	**Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**							**25.500.000**
		ATIVIDADES							
10 303	**1293 8415**	**Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares**							**25.500.000**
10 303	1293 8415 0001	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares - Nacional							25.500.000
			S	3	2	90	0	650	25.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**25.500.000**
TOTAL - GERAL									**25.500.000**

Órgão: 36000 - Ministério da Saúde
Unidade: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1293	**Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**							**25.500.000**
		ATIVIDADES							
10 303	**1293 8415**	**Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares**							**25.500.000**
10 303	1293 8415 0001	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares - Nacional							25.500.000
			S	3	2	90	0	250	25.500.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**25.500.000**
TOTAL - GERAL									**25.500.000**

SIOP Formalização nº 318

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I e II da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	0	939.488	939.488
TOTAL		0	939.488	939.488

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	730.921	0	730.921
TOTAL		730.921	0	730.921

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
52000	Ministério da Defesa	167.586	40.981	208.567
TOTAL		167.586	40.981	208.567

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 34, DE 25 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de viabilizar o atendimento de despesas com auxílio-funeral no âmbito do Ministério da Educação, com recursos desvinculados, em razão de entendimentos emanados pelo Tribunal de Contas da União; e

Considerando a possibilidade de atendimento de despesas com inativos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ora financiadas com Recursos Ordinários, mediante a utilização de recursos oriundos da fonte 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**50.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**50.000**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.000**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100	15.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.000**
TOTAL - GERAL									**15.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**165.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**165.000**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	169	165.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**165.000**
TOTAL - GERAL									**165.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**50.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**50.000**
09 272	0089 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	169	50.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**50.000**
TOTAL - GERAL									**50.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**15.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**15.000**
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	169	15.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.000**
TOTAL - GERAL									**15.000**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação
Unidade: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**100.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**100.000**
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	169	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**100.000**
TOTAL - GERAL									**100.000**

Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**165.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**165.000**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	165.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**165.000**
TOTAL - GERAL									**165.000**

SIOP Formalização nº 317

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 20, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA PARAÍBA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, alínea "a", do inciso II, do art. 2º, da Portaria nº 144, de 09 de julho de 2001, e os elementos que integram o Processo nº 04931.001658/2008-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de uso gratuito à Prefeitura Municipal de Juazeirinho, do imóvel situado à margem da BR 230, na saída para Junco do Seridó - na cidade de Juazeirinho/PB, adquirido por incorporação em razão da extinção da SUDENE, conforme Termo de Incorporação de imóvel ao Patrimônio da União, lavrado no Livro de Termos nº 002, desta SPU/PB, registrados no Registro Geral de Imóveis no Livro 3/B, às folhas 11, sob a matrícula nº AV-1.273, datado de 12/09/2005 e Livro 3/A, fls 104, sob AV-949, de 12/09/2005, do Cartório Único, Comarca de Juazeirinho/PB, com as seguintes características e confrontações: confrontando-se ao Norte com a BR-230, ao Sul com terrenos vazios, a Leste com o segundo terreno, e a Oeste com imóvel na BR-230 pertencente ao Sr. Ademilson Gonçalves; e o segundo medindo 70,00m de frente e fundos por 130,00m de ambos os lados, perfazendo uma área total de 9.100,00m², confrontando-se ao Norte com a BR-230, ao Sul com terrenos vazios , a Leste com imóveis que dão para a rua da Igreja Pentecostal "Embaixadores de Deus", e a Oeste com o primeiro. Os dois terrenos perfazem uma área total murada de 13.475,00m², fechando assim esta descrição.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se a regularização da utilização do imóvel pela prefeitura Municipal para funcionamento da Creche Edvaldo Mota, e para as demais atividades desenvolvidas nas outras edificações constata-se as seguintes finalidades: uso como depósito de material utilizado nas ações de combate a endemias, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde; fábrica de tubulação para esgotos; espaço para o preparo de sopão servido à comunidade carente; refeitório dos servidores municipais que trabalham com limpeza pública; estacionamento de veículos oficiais de grande porte; depósito para veículos inservíveis com perspectivas de alienação; e finalmente, o prédio frontal que se destinará as atividades de motivação ao desenvolvimento do artesanato local (Lapidação de pedras oriundas das reservas minerais locais), em parceria com Universidade Federal da Paraíba e SEBRAE.

Parágrafo único. A cessão terá vigência pelo prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELISON ARAÚJO SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso III, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de junho de 2010, e tendo em vista o que prevê o art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636/1998, o Decreto nº 1.148/1994, bem como os elementos que integram o Processo nº 11080.012762/90-99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito à Universidade Federal de Pelotas - UFPel, do imóvel denominado Barragem Eclusa São Gonçalo, localizado na margem esquerda do Rio São Gonçalo, na estrada que leva à Fazenda N. Sra. Da Conceição do Fragata, em Capão do Leão, no Estado do Rio Grande do Sul, RIP 8973 00006.500-1, registrado em nome da União sob matrícula nº 32.938 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Pelotas/RS.

Art. 2º A cessão a que se refere o art.1º destina-se à manutenção e operação da Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo de vinte anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, de acordo com análise de conveniência, contado da data da assinatura do respectivo contrato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 12, DE 13 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 2º, inciso VI, a Portaria n.° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30/06/2010 e tendo em vista o disposto no Art. 18, inciso I, da Lei n.° 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo MP n.° 04982.000227/2011-61, resolve:

Art. 1.° Autorizar a Cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de São Luiz do Quitunde/AL., do imóvel de Uso Especial da União, constituído por terreno com 238,68m² e benfeitoria com 477,36m², localizado na Av. Joaquim Cavalcante, n.º 43, Centro - São Luiz do Quitunde/AL., objeto da matrícula n.° 4.920, livro n.° 2-AM, fl. 79, do Cartório do 1.° Ofício de Notas e Registros da Comarca daquele município.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação da Secretaria Municipal de Saúde de São Luiz do Quitunde/AL.

§ 1º A presente Cessão terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da SPU.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 9, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Artigo 2º, inciso III, alínea "b" da Portaria SPU N.º 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial em 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto n.º 3.125, de 29 de julho de 1999, bem como no art. 18, inciso I da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, e de acordo com os elementos que integram o Processo N.º 05006.000924/2002-40, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de Uso Gratuito ao Estado do Maranhão, do imóvel Próprio Nacional com área de 882,03 m², situado na Av. dos Portugueses, bairro Anjo da Guarda, Distrito de Itaqui-Bacanga, no município de São Luís, Estado do Maranhão, conforme matrícula Nº 37.321, fls. 270, do Segundo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Luís/MA.

Art. 2º - A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção da sede própria do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

Art. 3º - O prazo para a cessão será de 20 (vinte) anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art 5º A destinação de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - findar o prazo determinado no "caput" do Art. 3º;

II - não for cumprida a finalidade de cessão prevista no Art. 2º desta Portaria;

III - cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2º da presente Portaria;

V - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou

VI - na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JORGE LUÍS PINTO

Ministério do Trabalho e Emprego

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 655, DE 19 DE MAIO DE 2011

Aprova a substituição de representantes do Ministério das Cidades no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da competência que lhe atribui a alínea "c" do inciso XIII do artigo 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, e

Considerando que compete a este Colegiado, de acordo com o que dispõe o § 2º do artigo 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, constituir o Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, que tem por finalidade, dentre outras, deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos do Fundo; e

Considerando que o Ministério das Cidades, por meio do Ofício nº 2131/2011/GAB-MCIDADES, de 28 de março de 2011, solicitou a substituição de seus representantes titular e suplente no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, resolve:

1 Aprovar a indicação de Roberto de Oliveira Muniz, em substituição a Márcio Galvão Fonseca, como representante titular, e de Cássio Ramos Peixoto, em substituição a Elcione Diniz Macedo, como representante suplente, do Ministério das Cidades no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, pelo tempo remanescente do mandato.

2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 656, DE 19 DE MAIO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do FGTS - FI-FGTS do exercício de 2010, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU a título de prestação de contas anual.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do FGTS - FI-FGTS - Exercício 2010, apresentado pela Caixa Econômica Federal, na condição de Administradora e Gestora desse Fundo, foi elaborado segundo a Instrução Normativa nº 63/2010, a Decisão Normativa nº 107/2010 e a Portaria nº 277/2010, todas do Tribunal de Contas da União - TCU; e

Considerando que as Demonstrações Contábeis e Financeiras do FI-FGTS, parte integrante do Relatório de Gestão, foram examinadas pela Pricewaterhousecoopers - Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalvas, opinando que elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do FI-FGTS em 31 de dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e a evolução do patrimônio líquido findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao FI-FGTS, resolve:

1 Manifestar-se pela aprovação do Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do FGTS - FI-FGTS - Exercício 2010, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU como prestação de contas anual, nele inclusas as Demonstrações Contábeis e Financeiras do FI-FGTS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2 Incumbir o Grupo de Apoio Permanente - GAP, por meio de grupo técnico, de acompanhar o cumprimento das recomendações e/ou determinações que vierem a ser efetuadas pela Controladoria-Geral da União - CGU e pelo TCU, respectivamente, em auditorias de acompanhamento e de avaliação da gestão e no julgamento das contas do FI-FGTS.

3 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 657, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera o item 1 da Resolução nº 545, de 11 de dezembro de 2007, e os artigos 24, 25, 28 e 29 do Anexo da Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da competência que lhe atribui a alínea "c" do inciso XIII do artigo 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, e

Considerando que as indicações de representantes da sociedade civil para o Comitê de Investimento - CI são feitas pelas bancadas e não pelas entidades com assento no Conselho Curador, conforme dispõe o subitem 1.1 da Resolução nº 545, de 11 de dezembro de 2007;

Considerando que a representação atual da bancada da sociedade civil é composta por três representantes da bancada de trabalhadores e três representantes da bancada patronal e seus respectivos suplentes;

Considerando que cada suplente está designado para substituir um determinado representante titular, o que prejudica a representatividade da bancada da sociedade civil nas reuniões do CI;

Considerando que, para possibilitar aos suplentes substituírem qualquer representante titular, faz-se necessário estabelecer a ordem dessas substituições, em caso de presença em reunião de mais de um suplente da mesma bancada; e

Considerando que os representantes do CI precisam ser técnicos, conforme dispõe o item 1 da Resolução nº 545, de 2007, resolve:

1 Alterar o item 1 da Resolução nº 545, de 11 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 (...)

a) seis membros representantes da sociedade civil com assento neste Conselho, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada dos trabalhadores e 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada patronal.

a1) os suplentes serão designados como 1º, 2º e 3º suplentes, conforme indicação de cada bancada, o que determinará a sequência de eventual substituição de titulares, em caso de presença às reuniões de mais de um suplente da mesma bancada.

(...)

1.1.1 As indicações formalizadas deverão ser acompanhadas de currículos dos respectivos indicados, que comprovem a qualificação técnica.

1.1.2 Quando solicitados pela Secretaria-Executiva deste Conselho, os nomeados deverão encaminhar os dados pessoais para compor a prestação de contas anual do Fundo e a cópia da declaração de bens e rendas do último exercício entregue à Secretaria da Receita Federal ou declaração da área de recursos humanos do órgão a que se vincula sobre o cumprimento do disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993."

2 Alterar os artigos 24, 25, 28 e 29 do Anexo da Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Artigo 24 - (...)

a) 6 (seis) membros representantes da sociedade civil com assento neste Conselho, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada dos trabalhadores e 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada patronal.

a1) os suplentes serão designados como 1º, 2º e 3º suplentes, conforme indicação de cada bancada, o que determinará a sequência de eventual substituição de titulares, em caso de presença às reuniões de mais de um suplente da mesma bancada.

(...)

Artigo 25 - (...)

Parágrafo Único - As indicações formalizadas deverão ser acompanhadas de currículos dos respectivos indicados, que comprovem a qualificação técnica.

(...)

Artigo 28 - Na hipótese de vaga do mandato por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente por membro suplente, observada a ordem de designação, ou por novo membro designado pelo Conselho Curador do FGTS, que completará o mandato do membro substituído.

Artigo 29 - Na hipótese de 2 (duas) faltas não expressamente justificadas, o membro do Comitê de Investimento será substituído por membro suplente, observada a ordem de designação, ou por novo membro designado pelo Conselho Curador do FGTS, que completará o mandato do membro substituído."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 658, DE 19 DE MAIO DE 2011

Aprova a substituição do representante titular da Caixa Econômica Federal no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da competência que lhe atribui a alínea "c" do inciso XIII do artigo 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, e

Considerando que compete a este Colegiado, de acordo com o que dispõe o § 2º do artigo 1º da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, constituir o Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, que tem por finalidade, dentre outras, deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos do Fundo; e

Considerando que a Caixa Econômica Federal, por meio do Ofício nº 193/2011-CAIXA, de 6 de maio de 2011, solicitou a substituição de seu representante titular no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, resolve:

1 Aprovar a indicação de Fábio Ferreira Cleto, em substituição a Joaquim Lima de Oliveira, como representante titular da Caixa Econômica Federal no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS, pelo tempo remanescente do mandato.

2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 227, DE 24 DE MAIO DE 2011

Altera a Norma Regulamentadora n.º 25.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos art. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 2º da Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, resolve:

Art. 1º Alterar a Norma Regulamentadora n.º 25 (Resíduos Industriais), aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

ANEXO

NORMA REGULAMENTADORA Nº 25 - RESÍDUOS INDUSTRIAIS

25.1 Entende-se como resíduos industriais aqueles provenientes dos processos industriais, na forma sólida, líquida ou gasosa ou combinação dessas, e que por suas características físicas, químicas ou microbiológicas não se assemelham aos resíduos domésticos, como cinzas, lodos, óleos, materiais alcalinos ou ácidos, escórias, poeiras, borras, substâncias lixiviadas e aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como demais efluentes líquidos e emissões gasosas contaminantes atmosféricos.

25.2 A empresa deve buscar a redução da geração de resíduos por meio da adoção das melhores práticas tecnológicas e organizacionais disponíveis.

25.3 Os resíduos industriais devem ser eliminados dos locais de trabalho através de métodos, equipamentos ou medidas adequados, sendo proibido o lançamento ou a liberação no ambiente de trabalho de quaisquer contaminantes que possam comprometer a segurança e saúde dos trabalhadores, sob a forma de matéria ou energia, direta ou indiretamente.

25.3.1 As medidas, métodos, equipamentos ou dispositivos de controle do lançamento ou liberação dos contaminantes gasosos, líquidos e sólidos devem ser submetidos ao exame e à aprovação dos órgãos competentes.

25.3.2 Os resíduos líquidos e sólidos produzidos por processos e operações industriais devem ser adequadamente coletados, acondicionados, armazenados, transportados, tratados e encaminhados à adequada disposição final pela empresa.

25.3.2.1. Em cada uma das etapas citadas no subitem 25.3.2 a empresa deve desenvolver ações de controle, de forma a evitar risco à segurança e saúde dos trabalhadores.

25.3.3 Os resíduos sólidos e líquidos de alta toxicidade, periculosidade, os de alto risco biológico e os resíduos radiativos devem ser dispostos com o conhecimento, aquiescência e auxílio de entidades especializadas/públicas e no campo de sua competência.

25.4 A empresa deve atender todos os critérios de potabilidade para a água fornecida aos trabalhadores e utilizada para ingestão, preparo de alimentos e higiene corporal.

25.5 Os trabalhadores envolvidos em atividades de coleta, manipulação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição de resíduos devem ser capacitados pela empresa, de forma continuada, sobre os riscos envolvidos e as medidas de eliminação e controle adequado dos mesmos.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 25 de maio de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 635 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, negando provimento ao recurso voluntário, mantendo a decisão recorrida de procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46279.000145/2009-98	01419482	Prefeitura de Barra de São Miguel	AL
2	46201.002754/2008-57	013344676	Usina Serra Grande S/A	AL
3	46208.007462/2009-79	016745264	Colégio Ancora Ltda	GO
4	47747.007873/2007-68	014721864	Provoo - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda	MG
5	47747.000787/2008-13	014737752	V& M do Brasil S/A	MG
6	46300.000614/2009-54	12453706	Calcenter Calçados Centro-Oeste Ltda	MS
7	46217.002812/2009-90	018301797	Construtora Solares Ltda	RN
8	46217.002068/2009-35	018319653	Empresa Brasileira Telecomunicações S/A	RN
9	46217.007622/2008-90	018314511	Soservi - Soc de Serviços Gerais Ltda	RN
10	46268.001687/2009-15	015494691	Agropecuária CFM Ltda	SP
11	46472.017787/2007-87	015704271	Condomínio Pro-Indiviso do Shopping Vila-Lobos	SP
12	46472.017788/2007-12	015704262	Condomínio Pro-Indiviso do Shopping Vila-Lobos	SP
13	47998.010022/2009-11	021716064	Construtora Marques Ltda.	SP
14	46219.046999/2008-44	015327876	CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica	SP
15	46253.000271/2008-50	015966828	Syngeta Seeds Ltda	SP
16	46226.001290/2008-21	014284537	Joana de Aguiar Franco - Fazenda Sta Cruz	TO

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 635 da CLT, decidiu o seguinte processo de Auto de Infração, dando provimento ao recurso voluntário, reformando a decisão recorrida, para tornar improcedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46230.004849/2004-81	011461047	Empresa Cinema São Luiz S/A	RJ

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, negando provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão recorrida de improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46201.002893/2008-28	013344889	Usina Serra Grande S.A.	AL
2	46202.014417/2006-88	012931641	Autoviação Vitória Régia Ltda.	AM
3	46206.003854/2009-89	017121566	A. S. Mendes Revestimentos Ltda.	DF
4	46286.000900/2009-45	017190711	R & M Comércio de Peças para Veículos Ltda.	DF
5	46206.008520/2009-00	017187052	Rodoviário Goyas Ltda.	DF
6	46286.001405/2009-53	017194431	Transportadora e Importadora JR Ltda.	DF
7	46206.007056/2009-26	017121612	Viação Anapolina Ltda	DF
8	46208.005322/2009-66	12704202	Goiás Ind de Moveis Hospitalares Ltda	GO
9	47747.003548/2003-01	007229011	Banco do Brasil S/A	MG
10	47747.003549/2003-47	007229020	Banco do Brasil S/A	MG
11	47747.003550/2003-71	007431210	Banco do Brasil S/A	MG
12	47747.001486/2006-37	013068822	Serta Indústria e Comércio Ltda.	MG
13	46306.000755/2007-55	012832154	Construtora Sercel Ltda.	MT
14	46306.000670/2007-77	012832413	Curtume Santo Antônio S. A.	MT
15	46210.003512/2007-38	18010555	José Campos e Geraldo Oliveira Advogados Associados	MT
16	46306.000758/2008-70	018026541	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Rondonópolis	MT
17	46210.003610/2005-11	007080794	Telelistas (Região 2) Ltda.	MT
18	46306.001186/2008-46	018025188	Zihuatanejo do Brasil Açucar e Alcool S. A.	MT
19	46224.003845/2009-70	017675311	Aservit Consultoria em Recursos Humanos	PB
20	46224.001853/2009-81	017673283	Hospital Santa Paula Ltda.	PB
21	46224.001881/2009-07	017672562	Hospital Santa Paula Ltda.	PB
22	46224.003374/2009-08	017676711	Rede Menor Preço Supermercado Ltda.	PB
23	46216.009444/2005-29	009519157	KM Pneus Suspensão Ltda.	PE
24	46318.001856/2008-95	012872938	Abatedouro Coroaves Ltda.	PR
25	46318.001019/2007-85	012871486	Agroindustrial Parati Ltda.	PR
26	46318.001020/2007-18	012871478	Agroindustrial Parati Ltda.	PR
27	47533.003124/2009-39	019741197	Dorival Badaro	PR
28	47533.001555/2009-61	016094247	Prime Prestadora Serviços S.A.	PR
29	46293.002441/2009-45	016133111	Radio FM Cidade de Cambe Ltda.	PR
30	47533.002781/2009-69	016092651	Rariel Distribuidora de Alimentos Ltda.	PR
31	46318.001840/2007-00	012862428	Velasco e Paula Ltda.	PR
32	47533.004292/2009-41	019719132	Zadkiel Comércio de Equipamentos Telefônicos Ltda.	PR
33	46617.002778/2005-29	011230495	Sociedade Educadora e Beneficiente do Sul	RS
34	46305.002305/2008-98	016336429	FABBRA - Fábrica Brasileira de Artefactos Ltda.	SC
35	46219.008853/2004-77	6218661	Confecções Lolita Ltda	SP
36	46264.000254/2010-16	019378734	Cosan S A Indústria e Comercio	SP
37	46258.003217/2008-16	15370941	Sabino e Areco Ltda ME	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, dando provimento ao recurso de ofício, reformando a decisão recorrida, para tornar procedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46201.004276/2008-67	13353756	Opção Vigilância de Valores Ltda	AL
2	46206.005196/2008-89	017116619	Call Tecnologia e Serviços ltda	DF
3	46311.000023/2009-53	017593409	Bazzolão Eletromóveis Ltda	MA
4	46311.000022/2009-11	017593387	Bazzolão Eletromóveis Ltda	MA
5	46311.002404/2008-91	017603765	C.A de Oliveira e Silva Confecções	MA
6	46245.000336/2008-66	14512246	Celimar Confecções Ltda	MG
7	46247.000567/2007-79	014560518	Martins Diesel Peças Automotivas Ltda	MG
8	46232.002040/2009-18	19447744	Alves e Tomaz Serviços de Informática e curso de idiomas Ltda	RJ
9	4621.028230/2008-84	15170829	Barcas S/A Transportes Maritimos	RJ
10	46215.039691/2006-11	13951602	De Brito Materiais e Serviços Elétricos Ltda	RJ
11	46465.000046/2008-28	9437860	Três marias Ind e Comércio Ltda	RJ
12	46617.006530/2006-18	12478164	Merielen Felippi	RS
13	46617.000844/2008-79	12658189	Vilmar de Quadros Bueno	RS
14	46736.004234/2005-45	008142467	Cabolider Industria de Cabos Elétricos Ltda	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu o seguinte processo de Auto de Infração, negando provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão recorrida de procedência parcial do auto de infração.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46202.014413/2006-08	012931667	Autoviação Vitória Régia Ltda.	AM

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, , para tornar nula a decisão da regional..

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46202.014414/2006-44	012931675	Autoviação Vitória Régia Ltda.	AM
2	46215.012924/2004-76	011352558	Jamyr Vasconcelos S.A.	RJ
3	46215.054961/2005-32	014007746	Telelistas Região 1 Ltda.	RJ

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, dando provimento ao recurso de ofício, reformando a decisão recorrida, para tornar parcialmente procedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46259.004754/2008-73	15356353	Estanislau Gadotti	SP
02	46269.000876/2009-52	015605159	Auto Posto GP-7 Ltda	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e os artigos 635 e 636 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu os seguintes processos de Notificação de Débito, negando provimento ao recurso voluntário, mantendo a decisão recorrida de procedência da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG	EMPRESA	UF
1	46202.001257/2001-01	028981	Come Bem Alimentos Ltda	AM
2	46202.008108/2002-45	505.078.252	Rigesa da Amazônia S/A	AM
3	46202.010670/2006-62	505.764.261	Tumpex Empresa Amazonense de Coleta de Lixo Ltda	AM
4	46778.000555/04-01	505.333.171	Maiorca Indústria de Bebidas Ltda.	BA
5	46204.017781/98-18	009078	Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância da Bahia	BA
6	46205.007018/2009-83	506.232.093	Condomínio do Edifício Delmar	CE
7	46206.004643/2008-82	506.054.306	Comercial de Alimentos F.E. Ltda	DF
8	46206.004258/2008-35	506.051.960	Dalva III Comercial de Alimentos Ltda	DF
9	46286.00152/2009-09	506.194.205	Impacto Inside Serviços Ltda	DF
10	46206.007520/2009-84	705.028.755	Manuel Belchior de Carvalho ME	DF
11	46208.008962/2008-47	506.154.009	L.T. Logística Teransportes Comercio Importação & Expor	GO
12	46208.002701/2009-02	506.219.640	Municipio de Bom Jesus (Prefeitura do)	GO
13	46208.010798/2007-57	505.986.353	Nilton Guilarducci	GO
14	46208.010848/2008-87	506.181.448	Tecnoguarda Vigilância e Transporte de Valores Ltda	GO
15	46208.010849/2008-91	506.181.456	Tecnoguarda Vigilância e Transporte de Valores Ltda	GO
16	46208.001009/2006-14	505.639.386	Unigraf Unidas Gráficas e Editora Ltda	GO
17	46504.00076/2007-40	505.848.236	Fiação e Tecelagem LH Ltda	MG
18	46211.007173/2006-78	100.080.812	Associação Evangélica Beneficente de MG	MG
19	46211.006716/2006-30	505.722.950	Banco do Brasil S/A	MG
20	46211..003598/2007-99	505.879.441	Clube Atlético Mineiro	MG
21	46211.003597/2007-44	100.095.933	Clube Atlético Mineiro	MG
22	46211.003596/2007-08	505.879.417	Clube Atlético Mineiro	MG
23	46211.008690/2007-45	505.948.371	Drogaria e Flora São Jorge Ltda	MG
24	46241.000734/2005-70	505.565.650	Expresso Santa Luzia Ltda.	MG
25	46248.000826/2007-51	100.095.984	Granja Planalto Ltda	MG
26	46234.002065/2007-21	100.107.770	Hotel União Ltda	MG
27	46248.000824/2007-62	100.096.115	Instituto de Educação Carlos Drumond de Andrade Ltda	MG
28	46248.000825/2007-15	505.881.063	Instituto de Educação Carlos Drumond de Andrade Ltda	MG
29	46241.001049/2007-22	505.970.104	Luciana Salgado de Oliveira	MG
30	46241.001050/2007-57	100.106.561	Luciana Salgado de Oliveira	MG
31	46236.001428/2007-91	505.951.118	Penha Lusimeire Cardoso Ferreira	MG
32	46234.00044/2007-71	505.834.944	Pro.Te.Co Minas S.A.	MG
33	46211.007695/2006-70	100.081.681	San Marino Participações Ltda	MG
34	46551.000110/2007-11	505.863.936	Silva e Silva Projetos e Topografia Ltda	MG
35	46211.006252/2007-42	505.919.079	Sociedade Evangélica Recreativa - SER	MG
36	46211.015138/2004-61	505.433.168	W.F.Informática Ltda	MG
37	46211.007862/2007-63	505.931.320	Weblife Studios Ltda	MG
38	46210.002853/2001-09	036960	Silvestre e Seraphim & Cia Ltda	MT
39	46222.008657/2006-13	505.753.570	Condominio Residencial Sol Dourado	PA
40	46222.006292/2006-84	100.079.768	Fotofilmes Comércio e Serviços Fotográficos	PA
41	46222.000138/2003-56	505.132.176	Hospital e Materminade Frei Samarate S/C Ltda	PA
42	46222.008350/2007-95	505.941.473	Onorindo Pereira Passarinho	PA
43	46222.000802/2005-29	505.454.726	Rede Brasil Amazônia TV Ltda	PA
44	46213.016198/2007-23	505.955.458	Una Álcool Export Ltda	PE
45	46212.007224/00-66	52.581	3 Marias Clube de Campo	PR
46	47533.05426/2001-94	1.771	A.T.M Publicidade Ltda	PR
47	46212.002656/99-56	.043436	Auto Escola Franciny Ltda	PR
48	46293.000968/2002-69	505.049.783	Municipio de Rio Bom (Prefeitura do)	PR
49	46293.000968/2002-69	505.049.783	Municipio de Rio Bom (Prefeitura)	PR
50	47533.000192/2008-65	506.014.525	Solution Lava Car Ltda ME	PR
51	47533.000192/2008-65	506.014.525	Solution Lava Car Ltda ME	PR
52	46320.000171/222-97	100.015.140	Viação Garcia Ltda	PR
53	46232.002825/2004-78	505.188.295	Viação Princesa da Serra Ltda	PR
54	46232.003311/2004-30	505.402.327	Auto Comercial Barra Mansa Ltda	RJ
55	46313.000431/2004-85	505.314.061	Jardim Escola Modelo Ltda	RJ
56	46334.002955/2005-43	505.553.244	Organização Funerária São João Batista Ltda	RJ
57	46670.000903/2003-50	505.189.917	Sextante Reparos Navais Ltda	RJ
58	46215.016544/2004-19	505.318.890	Sociedade Famrceutica Henfer Ltda	RJ
59	46226.005445/2007-41	505.896.371	Tubofill Trefilação S/A	RJ
60	46313.001203/2003-41	505.232.103	Tupiá Móveis e Decorações Ltda	RJ
61	46232.002825/2004-78	505.188.295	Viação Princesa da Serra Ltda	RJ
62	46217.002516/2009-09	506.218.945	Tecnocoop Informática Cooperativa de Trabalho de Assistência Técnica a Equipamentos de Processamento de Dados Ltda	RN
63	46218.000350/2006-25	505.607.085	AEB Estruturas Metálicas Ltda	RS
64	46218.010652/2008-73	506.079.228	Antônio Paulo da Silva - Móveis	RS
65	46218.011669/2009-29	506.285.961	Astra Incorporações e Participações Ltda	RS
66	46218.013535/2009-42	506.283.551	Brascon Comércio de Confecções Ltda	RS
67	46218.001480/2009-28	506.184.072	Canoas Segundo Tabelionato	RS
68	46218.024884/2004-85	505.393.867	Coqueiros Supermercado Ltda	RS
69	46218.007075/2005-90	505.479.508	Esporte Clube Juventude	RS
70	46218.021083/2008-91	506.163.920	Executiva Serviços e Documentos Ltda	RS
71	46218.008910/2006-90	505.690.578	Frenzel Indústrida de Borracha e Plásticos Ltda	RS
72	46218.010167/2007-19	505.906.287	Frigorífico Chesini Ltda	RS
73	46218.017003/2005-51	100.066.755	Gráfica Riovale Ltda	RS
74	46218.021007/2005-33	505.599.490	Hogar Administração e Manutenção Predial Ltda	RS
75	46218.004936/2008-21	506.032.442	Lancheria Giovani e Vera Ltda	RS
76	46218.002736/2008-33	506.006.433	Limpepel Comércio e Prestação de Serviços Ltda	RS
77	46218.015936/2007-75	100.102.964	Madef S.A. Indústria e Comércio	RS
78	46218.015969/2007-15	505.943.522	Madef S/A Indústria e Comércio	RS
79	46218.010845/2007-43	505.916.037	Mario Salvio Medeiros e Filhos Ltda	RS
80	46218.019117/2007-05	505981327	Otavio Oliveira Moraies ME	RS
81	46218.004335/2009-07	506.195.546	Reinke & Cia Ltda	RS
82	46218.008703/2006-35	505.692.937	Segurança e Transporte de Valores Panambi Ltda	RS
83	46218.013423/2006-49	100.081.703	Sindicato dos Ofic Eletricistas e Trab. Nas Ind do RS	RS
84	46218.009259/2005-94	505.491.931	SPAC Universidade Católica de Pelotas	RS
85	46218.013178/2005-99	505.531.275	SPAC Universidade Católica de Pelotas	RS
86	46218.012142/2009-11	506.279.499	Suprecol Ind. Sulbrde Postes e Pre Mol de Conc. Ltda	RS
87	46218.015425/2008-34	506.111.326	Transportes Roglio Ltda	RS
88	46218.012428/2007-35	505.931.800	Três Portos S/A Ind de Papel	RS
89	46218.015964/2006-10	505.744.911	Uniplus Cooperativa de Serviços Ltda	RS
90	46220.002648/2008-92	506.052.672	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda	SC
91	46220.002650/2008-61	100.117.805	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda	SC
92	46305.002923/2007-57	505.987.937	Fritzke Distribuidora de Material Elétrico Ltda	SC
93	46220.006666/2008-43	506.143.104	J.B. World Entretenimentos S.A.	SC
94	46220.001408/2007-90	505.870.746	Joinville Esporte Clube	SC
95	46220.004853/2008-92	506.118.525	Município de Gaspar - Prefeitura Municipal	SC
96	46301.002056/2008-71	506.165.752	Salão de Beleza Innoval Ltda	SC
97	46305.001400/2008-74	506.117.146	Texfor Textil Fornace Ltda	SC
98	46736.003012/2001-81	54.624	Artefatos de Metais Temar Indústria e Comércio Ltda	SP
99	46219.023070/2009-28	506.284.115	Assad Luiz Thome Assessoria Legal Trabalhista S/C	SP
100	46219.023071/2009-72	100.145.680	Assad Luiz Thome Assessoria Legal Trabalhista S/C	SP
101	46219.019874/2007-61	505.878.011	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especials - ABRELPE	SP
102	46261.005558/2003-62	505.238.616	Associação Educaional do Litoral Santista - AELIS	SP
103	46219.006875/2004-01	505.306.425	Banco ABN Amro Real S/A	SP
104	46219.036870/2007-47	505.916.142	Banco Citybank S/A	SP
105	46219.023332/2004-40	505.370.794	BF Utilidades Domésticas Ltda	SP
106	46417.000223/2006-80	505.789.841	Blaustern Indústria Comércio e Serviços Ltda	SP
107	46474.001854/2005-51	505.542.366	Cantero Transportes Rodoviário de Cargas Ltda	SP
108	46474.005095/2008-48	506.183.211	Centro Automotivo Cantareira Ltda	SP
109	46736.000703/2006-38	505.648.865	Com. de Auto Peças e Coloc. De Vidros Douglas Ltda M.E	SP
110	46472.017785/2007-89	505.947.170	Condomínio Pro-Indiviso do Shopping Villa-Lobos	SP
111	46219.02980/2005-43	505.452.600	DBA Engenharia de Sistemas Ltda	SP
112	46219.014505/2006-09	505.694.328	Digerati Comunicação e Tecnologia Ltda	SP
113	46473.008604/2009-85	506.297.845	Externato Adda Poletti S/C Ltda EPP	SP
114	46226.001801/2006-76	505.685.639	Fanavid Fábrica Nacional de Vidros de Segurança Ltda	SP
115	46267.002606/2009-04	505.285.626	Fernando Caleiro Lima EPP	SP
116	46219-035223/2007-18	505.911.787	Folha de Uva Comércio de Alimentos Ltda	SP
117	46219.024625/2009-59	506.293.653	Foto Azul Ltda	SP
118	46473.001904/2004-29	505.312.310	Fundição Fundalloy Ltda	SP
119	46473.005480/2001-29	177975	Gallati Cosméticos Ind. E Com. Ltda	SP
120	46219.014841/2007-24	505.864.754	Hlavnika Araújo Opic Advogados	SP
121	46259.007265/2008-73	506.157.342	Hospital B. São Lucas de São Pedro	SP
122	46219.000068/2006-38	505.627.230	Hospital Bosque da Saúde S.A	SP
123	46219.055329/2006-57	505.832.186	ILATI - Instituto Latino Americano de Tecnologia da Informação	SP
124	46219.033800/2005-75	505.609.801	Impacta Tecnoogia Eletrônica LtdaqSP	SP
125	46266.013660/2007-15	505.989.557	Industrias Kappaz S/A	SP
126	46259.000382/2009-97	506.187.888	Indústrias Mecânicas Alvarco Ltda	SP
127	46219.028741/2008-66	506.084.515	Instituto de Professores Públicos e Particulares	SP
128	46258.000199/2008-11	100.112.731	Jorge Rudney Atala e Outros	SP
129	46269.002766/2009-25	506.282.554	Lange Cosméticos Ltda	SP
130	46736.004338/2003-98	505.246.295	Liceu Camilo Castelo Branco de Itaquera Ltda	SP
131	46259.006546/2006-47	505.792.818	LM Indústria e Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda	SP
132	46473.007428/2004-50	505.428.083	Manacá Comercial Decoradora Ltda	SP
133	46263.003322/2008-86	506.112.462	O Ring Indústria de Artefatos de Borracha Ltda	SP
134	46219.015068/2005-51	100.061.486	Pean Escola de Educação Infantil S/C Ltda	SP
135	46266.006195/2006-85	505.762.455	Polipec Indústria e Comércio Ltda	SP
136	46736.004877/2004-16	505.436.353	Rai Fac Indústria e Comércio de Facas Ltda ME	SP
137	46219.015939/2006-18	505.697.076	Regional Administração de Estacionamento e Garagens Ltda EPP	SP
138	46259.001658/2009-54	506.201.449	Renale Transportes e Logística Ltda	SP
139	46472.012506/2007-91	505.908.751	Rodonaves - Transportes e Encomendas Ltda	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

140	46261.006485/2002-45	505.084.058	Segames - Segurança Patrimonial Ltda	SP
141	46262.001376/2006-55	505.683.318	Sociedade Beneficiente Hospitalar São Caetano	SP
142	46473.003456/2003-17	505.194.252	Solarplast Indústria e Comércio Ltda	SP
143	46472.018448/2007-17	505.970.287	Symnetics Consultoria Empresarial Ltda	SP
144	46417.000089/2007-06	505.897.539	Tecnolinhas Indústria e Comércio Ltda	SP
145	46736.003002/2002-27	100.011.152	Transleite Prata Coelho S/C Ltda	SP
146	46226.000136/2007-51	505.848.198	Márcio Carlos de Almeida	TO

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e os artigos 635 e 636 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu os seguintes processos de Notificação de Débito, dando provimento parcial ao recurso voluntário, reformando a decisão recorrida, para tornar parcialmente procedente a Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
1	46202.001265/2007-34	505.845.016	João Luís Oliva Pinto	AM
2	46202.008780/2001-50	029430	Potência Recursos Humanos Ltda	AM
3	46204.003066/2002-36	055686	Empresa Editora A Tarde S/A	BA
4	46204.001078/98-42	015028	Interpark Estacionamento e Locação de Veículos Ltda	BA
5	46204.001913/99-99	015846	Penedo Som Imagem Ltda	BA
6	46211.009538/2007-80	505.959.852	Confeitaria Real Ltda	MG
7	46502.000002/2008-12	705.021.521	Dam Ligas Ltda	MG
8	46241.000734/2005-70	505.565.650	Expresso Santa Luzia Ltda	MG
9	46211.008422/2002-19	505.068.001	Julio Bogoricin Administradora Minas Gerais Ltda	MG
10	46245.000149/2007-00	505.848.112	Modelo Administração de Imóveis e Condomínios Ltda	MG
11	46248.002562/2006-90	505.835.584	Molas F.M. Ltda	MG
12	46236.000052/2007-06	705.017.435	Mtrnasminas Mineração e Transportes Minas Ltda	MG
13	46210.001713/2002-96	505.058.251	San Francisco de São Gonçalo Comércio e Indústria de Panificados Ltda.	MT
14	46222.010459/2006-10	505.780.071	A.V.V. Cruz	PA
15	46222.007561/2006-20	505.739/2006-20	Bauhaus Comerial Ltda	PA
16	46222.001456/2006-87	505.649.004	Celta Alimentos Ltda ME	PA
17	46222.006225/2006-60	505.710.790	Ciro Saraiva Lima e Cia Ltda	PA
18	46222.008734/2005-46	505.571.897	Facanha Filhos e Cia Ltda	PA
19	46222.006291/2006-30	505.718.278	Fotofilmes Comércio e Serviços Fotográficos Ltda	PA
20	46222.006215/2005-43	505.530.015	Hospital Imaculada Conceição Ltda	PA
21	46222.006322/2005-71	505.540.851	Nosso Lar Serviços Gerais Ltda	PA
22	46222.009738/2005-41	505.602.741	Sindicato dos Trab nas Indústrias Gráficas do Pará	PA
23	46222.004340/2008-61	506.057.518	SR Construções Ltda	PA
24	47533.005635/2001-38	0172	Cattalini Transportes Ltda	PR
25	46318.000932/2005-01	505.503.191	Cooperativa Agro- Indl de Produ. De Cana de Rondon Ltda	PR
26	46293.000749/00-19	042835	Deutsche Mex do Brasil Ind. E Com. De Calçados Ltda	PR
27	47533.003016/2001-17	087865	Diandro Pisos Ltda	PR
28	47533.002090/00-27	042483	Metalbarras Ind. Com. Metais Ltda	PR
29	46317.000946/00-11	007532	Pronabel - Cosméticos e Perfumaria Ltda	PR
30	46218.013422/2006-02	505.720.728	Comercial de Cereais Noemia Ltda	RS
31	46218.017888/2008-31	506.126.528	D S Sinalização Ltda	RS
32	46218.013520/2007-12	505.941.279	H7 - Usinagem Ltda ME	RS
33	46218.009966/2006-61	505.679.167	Indústria e Comércio de Geso Wander Ltda.	RS
34	46218.013132/2006-51	505.704.005	Marmoraria Nova Era Ltda	RS
35	46218.013724/2005-91	505.543.079	Produtec S.A. Indústria Mecânica de Precisão	RS
36	46218.005174/2005-37	505.473.691	PSF Assessoria Contábil e Recursos Humanos Ltda	RS
37	46218.016342/2005-10	705.012.298	Sind. Empreg. Empresas de Seg. Priv. Cap. Ag. Aut. Seg. Priv. P.A.	RS
38	46218.017778/2006-15	100.184.931	Unimaq Ind. De Peças de Máquinas Ltda	RS
39	46218.013161/2004-51	505.325.837	Via K Indústria Têxtil Ltda	RS
40	46220.001875/2007-10	705.018.474	Indústria e Comércio de Confecçoes Rosatex Ltda	SC
41	46269.000323/2008-19	506.011.763	Ideal Luminosos do Brasil Ltda	SP
42	46204.001078/98-42	015028	Interpark Estacionamento e Locação de Veículos Ltda	SP
43	46262.003218/2008-00	506.121.399	M.E.dos Santos Silva EPP	SP
44	46416.000104/2005-56	505.475.979	Pedro Vieira Neto Olaria - ME	SP
45	46269.003122/2007-92	505.932.237	Saker Corretora de Seguros Ltda	SP
46	46266.001748/2002-80	045168	Tratamento Térmico Brasil Ltda	SP
47	46259.012261/2009-98	705.030.750	Val Ver Peças e Serviços Ltda - ME	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e os artigos 635 e 636 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo de Notificação, não conhecendo do recurso, por ser intempestivo.

Nº	PROCESSO	NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
1	46202.014419/2006-77	505.814.480	Autoviação Vitória Régia Ltda.	AM

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu os seguintes processos de Notificação de Débito, negando provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão recorrida de procedência parcial da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
1	46234.005146/2008-88	506.031.772	Assistência Vicentina de três Pontas	MG
2	46302.000526/2007-71	505.865.815	Sac Produtos Térmicos Ltda	MG
3	46235.000220/2004-12	705.009.904	Tecelagem Centro de Minas Ltda	MG
4	46293.001078/2002-74	505.059.487	Ivanilda Aparecida Alves da Silva	PR
5	46269.007441/2009-58	506.294.129	Funapi Fundição de Aço Piracicaba Ltda	SP
6	46259.002308/2001-58	058329	Iguasa participações Ltda	SP
7	46379.000088/2008-38	506.017.351	Itanhaém Iate Clube	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo de Notificação de Débito, negando provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão de improcedência da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
01	46215.042230/2001-11	002675	FBA Comércio e Representação Ltda.	RJ

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo de Notificação de Débito, negando provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão de arquivamento da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
01	46218.008745/2004-12	505.312.018	MT Alimento Ltda.	RS

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo de Notificação de Débito, dando provimento ao recurso de ofício, reformando a decisão recorrida, para tornar procedente a Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
01	47533.001903/2009-08	506.242.773	Associação de Moradores do JD. Italia	PR
02	47533.004887/2002-21	505.101.505	Prisma Comércio de Veículos Ltda	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu os seguintes processos de Notificação de Débito, dando provimento ao recurso de ofício, reformando a decisão recorrida, para tornar parcialmente procedente a Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
1	46204.004266/2002-14	505030039	Adiserv Assessoria e Serviços Ltda.	BA
2	46204.008442/2002-89	000009982	Assembléia Legislativa do Estado da Bahia	BA
	46204.009033/00-94	000205267	Liber - Empreendimentos Ltda.	BA
4	46206.013187/2009-42	506184803	Montana Solucões Corporativas Ltda.	DF
5	46207.006289/2007-30	505945363	Consultec Consultoria Tecnica Contabil Ltda.	ES
6	46208.003208/2008-11	100117601	Centro Tecnológico Cambury Ltda.	GO
7	46223.005234/2007-12	505965267	Clínica La Ravardiere Ltda.	MA
8	46223.005291/2007-93	505966751	Galvão Indústria e Comércio Ltda.	MA
9	46222.006281/2006-02	505714469	A Valente Pinto e Cia Ltda.	PA
10	46222.010252/2007-18	505967626	Alexander Yoshiya Omoto	PA
11	46222.005374/2008-73	506095631	Construtec Serviços Tecnicos Ltda.	PA
12	46222.004017/2004-64	505327635	Copala Indústrias Reunidas S. A.	PA
13	46222.011153/2006-72	505787288	Creuza Silva Cardoso - ME	PA
14	46222.002811/2006-35	505651823	J. Ramos Júnior	PA
15	46222.012845/2006-38	505825210	M S R Tiago	PA
16	46224.003276/2000-24	000069242	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	PB
17	46224.003277/2000-79	000069243	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	PB
18	46224.003278/2000-13	000069244	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	PB
19	46293.002226/00-53	000007386	Amerikan Park-Recreações e Empreendimentos Ltda.	PR
20	47533.002096/2004-28	505344408	Born e Lopes Ltda.	PR
21	47533.000862/00-70	000088313	Fortaleza Atacado e Comércio de Tintas Ltda.	PR
22	47533.000863/00-32	000088314	Fortaleza Atacado e Comércio de Tintas Ltda.	PR
23	47533.000869/2009-46	506214109	HSBC Seguros Brasil S.A.	PR
24	47533.001268/2003-65	100025633	Panificadora Solar Ltda.	PR
25	46218.005429/2006-42	505537842	Indústria e Comércio de Luvas King Ltda.	RS
26	46220.008005/2004-29	505371006	Passo Artefatos de Couro Ltda.	SC
27	46261.005643/2002-40	505.056.003	D.B Schwangart Industrial Ltda	SP
28	46261.005642/2002-03	505.056.020	D.B Schwangart Industrial Ltda	SP
29	46259.000052/2009-00	506185559	Dermac Equipamentos Hidráulicos Ltda. ME	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu os seguintes processos de notificação de débito, para conhecer do recurso de ofício, declarando a prescrição trintenária do débito, determinando o arquivamento da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NFGC	PROCESSO	UF
1	46204.000737/2003-98	312833 e 835	Casa do Lavrador de Equipamento e Produtos Agrícolas Lt.da.	BA
2	46204.006630/2002-72	317318	Decorit -Móveis Decorações Indústria e Comércio	BA
3	46204.001720/2010-87	325285	Engenharia de Construção e Projetos Juazeiro Ltda.	BA
4	46204.007617/2002-31	302512	Indústria e Comércio de Calcáreo Ltda.	BA
5	46204.007647/2004-17	308468	Osvaldo Mendes Quintela	BA
6	46212.014186/2000-06	310746	Massa Falida de Sulfama Ltda.	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 637 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo da Notificação de Débito, dando provimento parcial ao recurso voluntário, reformando a decisão recorrida, para tornar parcialmente procedente a Notificação de Débito.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC -NRFC	EMPRESA	UF
01	46218.021139/2008-16	506.174.255	Sindicato dos Taxistas Autônomos de Porto Alegre	RS

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu o seguinte processo de notificação de débito,, para tornar nula a decisão da regional e os demais atos posteriores.

Nº	PROCESSO	NFGC	EMPRESA	UF
1	46248.001369/2005-51	505.539.446	Hewitt Client Services Consultoria do Brasil Ltda.	MG

Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e os artigos 635 e 636 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo de notificação de débito, tornando nula a decisão anteriormente proferida por esta Coordenação, e negando provimento parcial do recurso voluntário, mantendo a decisão recorrida, mantendo a procedência parcial da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NFGC	PROCESSO	UF
1	46269.001349/2006-12	505.717.905	Borcol Indútria de Borracharia Ltda.	SP

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 1º- da lei nº 9.873/99, e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, negando provimento ao recurso ex-oficio, mantendo a decisão de arquivamento, pela ocorrência de prescrição.

Nº	PROCESSO		EMPRESA	UF
1	46780.000090/2003-51	009468846	P.A. de Souza de Ilhéus - ME	BA
2	46204.003770/2003-70	006836461	TK Patrimonial Ltda.	BA
3	46211.006331/93-60	13017825	Companhia Siderúrgica Belgo Mineira	MG
4	46334.000698/2004-24	011342561	Cobra Líder Tubulares Ltda. ME	RJ

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 24 de maio de 2011

Análise de Impugnação

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica nº 134/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve remeter para procedimentos de autocomposição as seguintes entidades: Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate as Endemias de Patos e Região - SINDACSE, CNPJ: 08.017.854/0001-92, processo nº 46224.000776/2010-86 e o Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde da Paraíba - SINDACS/PB, CNPJ: 07.790.628/0001-87, Impugnação nº 46000.022717/2010-93, de acordo com o art. 11 e art. 12, inciso I da Portaria 186/2008.

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 136/2011/DIAN/CGRS/SRT resolve arquivar o Pedido de alteração estatutária de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos, CNPJ: 58.195.132/0001-04 processo n° 46000.005208/2007-09, com base na solicitação expressa da entidade, por meio do apenso nº. 46219.000578/2011-72.

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 186/08 e Nota Técnica Nº 135/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE resolve ARQUIVAR o pedido de registro sindical do SINDIMOP - Sindicato dos Profissionais Motoristas e Operadores de Máquinas Pesadas de Niquelândia-GO, n°. 46208.000231/2010-78, CNPJ nº. 11.103.526/0001-13, nos termos do art. 5°, inciso I e do art. 53 da lei 9784/99.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.680, DE 25 DE MAIO DE 2011

Revoga a Resolução ANTT nº 2;548, de 12 de fevereiro de 2008, e dá ouras providências.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 023/11 de 25 de maio de 2011, no que consta do Processo nº 50500.044578/2006-17, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução ANTT nº 2.548, de 12 de fevereiro de 2008, que autorizava a Concessionária América Latina Logística do Brasil S/A - ALL a proceder à desativação definitiva e à devolução do trecho ferroviário Santiago - São Borja/RS.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas, SUCAR, adote os procedimentos e estabeleça prazo para que a Concessionária promova a regularização do trecho, de forma a adequá-lo para o transporte ferroviário de cargas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3.655, publicada no DOU nº 74, de 18.4.11, Seção 1, pág., 94, onde se lê: "...Art. 4º Alterar o Anexo III da Resolução nº 2.869/08, que passa a vigorar na forma do Anexo III desta Resolução.", leia-se: "...Art. 4º Alterar o Anexo III da Resolução nº 2.869/08, que passa a vigorar na forma do Anexo II desta Resolução.", e no anexo II, onde se lê:

	Atividades	Témino
4ª Etapa	Audiência Pública do Plano Geral de Outorgas (preparação, realização, análise e consolidação de contribuições)	Janeiro/2012

Leia-se:

	Atividades	Término
4ª Etapa	Audiência Pública do Plano Geral de Outorgas do Edital e do Contrato (preparação, realização, análise e consolidação de contribuições)	Janeiro/2012

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 145, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.021885/2011-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a Barra Bioenergia S.A. a implantar uma travessia aérea de linha de transmissão de energia elétrica, sobre o km 417+630 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Paulista, trecho Ourinhos - Rubião Junior, no Município de Ipaussu/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação por parte da Concessionária dos seguintes documentos:

I. Custo previsto da obra;

II. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização por parte da concessionária; e

III. Licenciamento ambiental do empreendimento.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais), por 17 (dezessete) anos, a serem anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PAUTA
7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2011

Dia: 31.05.2011 (terça-feira)
Hora: 09:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SHIS QI 03 - Lote A - Bloco E - Ed. Terracotta - Lago Sul - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 5ª Sessão Ordinária (17/05/2011) e da 6ª Sessão Extraordinária (18/05/2011).

PROCESSOS COM PEDIDOS DE VISTA

Pedido de vista no dia 01.12.2010

2) Processo: 0.00.000.001259/2010-58 (Proposta de Emenda Regimental)
Proponente: Sandro José Neis - Corregedor Nacional do Ministério Público
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o artigo 67 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira
Cons. Almino Afonso
Cons. Bruno Dantas
Cons. Taís Ferraz

Pedido de vista no dia 14.12.2010

3) Processo: 0.00.000.001512/2010-73 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Kátia Regina de Abreu Senadora da República
Advogado: Carlos Bastide Horbasch - OAB/DF nº 19.058
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer análise dos aspectos administrativos-financeiros sobre campanha publicitária "Carne Legal", instituída pelo Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Bruno Dantas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pedido de vista no dia 22.02.2011

4) Processo: 0.00.000.001018/2009-75 (Pedido de Avocação)
Requerente: José Antônio Baêta de Melo Cançado - 113º Promotor de Justiça da Comarca BH/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a avocação do Processo Administrativo Disciplinar de Sindicância nº 12/2009 CGMP, bem como de todos os expedientes que envolvam o requerente e que porventura estejam em aberto na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Luiz Moreira

Pedidos de vista no dia 16.03.2011

5) Processo: 0.00.000.002345/2010-88 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que visa a necessidade de regulamentação da norma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, na Lei nº 8625/93.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Achiles Siquara

6) Processo: 0.00.000.002346/2010-22 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Taís Shilling Ferraz
Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 03/2005, que dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério e atividades correlatas por membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Achiles Siquara
Cons. Adilson Gurgel

Pedido de vista no dia 22.03.2011

7) Processo: 0.00.000.001104/2008-05 (Procedimento de Controle Administrativo)
(Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000425/2009-65)
Requerentes: Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM
Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - ANMPDFT
Requerido: Ministério Púbico Federal
Assunto: Requer que seja reconhecido aos membros do Ministério Público Federal o direito de receberem a vantagem pessoal de que trata o inciso V do art. 4º da Resolução CNMP nº 09/2006, sem limitação do teto constitucional.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Membro da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Pedido de vista no dia 27.04.2011

8) Processo: 0.00.000.001032/2009-79 (Processo Administrativo Avocado)
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
Advogados: André Borges Netto - OAB/MS nº 5.788
Fernanda Guimarães Hernandez - OAB/DF nº 7.009
Maria Fernanda Magalhães Palma Lima - OAB/DF nº 13.174
Renata Pagy Bonilha - OAB/DF nº 13.909
Karina Góis Gadelha Aguiar - OAB/DF nº 20.272
Maximiliam Patriota Carneiro - OAB/DF nº 23.185
Assunto: Avocação do Procedimento Administrativo nº 10/01/CSMP/2008.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Bruno Dantas
Cons. Mario Bonsaglia

Pedidos de vista no dia 17.05.2011

9) Processo: 0.00.000.000295/2011-85 (Proposta de Resolução)
Proponentes: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Cons. Cláudio Barros Silva
Assunto: Propostas de Resolução que dispõem sobre alterações na Resolução CNMP nº 05, de 20 de março de 2006.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

10) Processo: 0.00.000.000542/2011-43 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Vitor Fernandes Gonçalves
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Visa revisão de decisão exarada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em relação ao inquérito administrativo disciplinar nº 08190.038315/10-13.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Taís Ferraz
Cons. Sandra Lia

Incluído na pauta da 6ª Sessão Ordinária (07.06.2010)

11) Processo: 0.00.000.000532/2010-27 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselheiro Cláudio Barros Silva
Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar sobre as normas disciplinares e os procedimentos disciplinares para os membros do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 8ª Sessão Ordinária (17.08.2010)

12) Processo: 0.00.000.000180/2008-95 (Pedido de Providências)
Requerente: Antônio Henrique da Silva
Assunto: Solicita designação de membro do Ministério Público do Estado da Bahia para atuar nas comarcas desprovidas de promotores titulares, bem como a elaboração de uma resolução determinando a uniformização dos procedimentos a serem adotados no sentido de salvaguardar a integridade de membros nos casos de ameaça.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Bahia

Incluído na pauta da 8ª Sessão Extraordinária (31.08.2010)

13) Processo: 0.00.000.000434/2009-56 (Representação por Inércia ou Excesso de Prazo)
Requerente: Hilton Queiroz
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal nos autos do Inquérito Policial nº 2002.01.00.016402-4.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 10ª Sessão Ordinária (26.10.2010)

14) Processo: 0.00.000.001384/2010-68 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 11ª Sessão Ordinária (30/11/2010)

15) Processo: 0.00.000.000055/2010-08 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

16) Processo: 0.00.000.000065/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

17) Processo: 0.00.000.000754/2010-40 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, da Resolução CNMP nº 38/2009, no que se refere a providências para implementação do Portal da Transparência naquele órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

18) Processo: 0.00.000.000765/2010-20 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, da Resolução CNMP nº 38/2009, no que se refere a providências para implementação do Portal da Transparência naquele Órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 12ª Sessão Extraordinária (14.12.2010)

19) Processo: 0.00.000.000077/2008-45 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Apuração do item intitulado "Pagamento de gratificações de produtividade a servidores do MP/AM", constante do acórdão proferido nos autos do processo CNMP 0.00.000.000019/2007-31.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

20) Processo: 0.00.000.000408/2009-28 (Embargos de Declaração)
Embargante: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luís Carlos Parreira Abritta - OAB/MG nº 58.400
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra a decisão plenária que julgou procedente o pedido, para determinar à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais a instauração do procedimento adequado, com vistas a apurar os fatos noticiados perante aquela autoridade correicional.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Minas Gerais

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária (15.03.2011)

21) Processo: 0.00.000.000348/2010-87 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

22) Processo: 0.00.000.000626/2010-04 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Francisco Antônio Távora Colares
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer revisão de ato administrativo da Procuradora-Geral de Justiça que indeferiu concessão de gratificação por trabalho relevante pleiteada ao servidor, tendo em vista que, apesar de lotado na Comarca de Milagres, exerce também suas funções na Promotoria de Justiça vinculada de Abaiara, sem nenhum acréscimo remuneratório.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Ceará

23) Processo: 0.00.000.001247/2010-23 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação Piauiense do Ministério Público - APMP
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Requer a imediata suspensão de todo e qualquer pagamento de indenização de férias/licenças convertidas em pecúnia, diárias, passagens aéreas e todas as demais despesas que não sejam indispensáveis ao funcionamento do MP-PI, enquanto permanecer a situação de restrição financeira atual e que seja ordenado a imediata adoção de plano de contenção de despesas, a fim de se adequar as receitas ministeriais a suas despesas ordinárias. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Piauí

24) Processo: 0.00.000.002336/2010-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Alex Pacheco Magalhães - OAB/BA nº 23.053
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Maranhão

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Extraordinária (22.03.2011)

25) Processo: 0.00.000.000114/2009-04 (Recurso Interno)
Recorrente: João Francisco Sobrinho - Subprocurador-Geral da República
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Distrito Federal

26) Processo: 0.00.000.000176/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa averiguar a legalidade das operações que permitiram que contribuições devidas por Procuradores de Justiça à previdência estadual não fossem lançadas em folha de pagamentos, haja vista discrepância identificada entre o número destes e das contribuições efetuadas - ref. fl. 192/193 (pg. 190/191 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

27) Processo: 0.00.000.002319/2010-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça
Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta - Promotor de Justiça
Elida de Freitas Rezende - Promotora de Justiça
Heleno Rosa Portes - Promotor de Justiça
Magali Albanesi Amaral - Promotora de Justiça
Reyvani Jabour Ribeiro - Promotora de Justiça
Simone Maria Azzi Azevedo Chinelato - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a sustação imediata dos efeitos da Resolução PGJ nº 72/2010, da Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Minas Gerais

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (06.04.2011)

28) Processo: 0.00.000.001395/2009-12 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Demilson Antonio Ribeiro Monteiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Pedido de revisão de decisão do processo GCGMP 940/2008/MPRJ (apenso 900/08).
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio de Janeiro

29) Processo: 0.00.000.000703/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: André dos Santos Sampaio
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer averiguação de possível conexão entre ato da Procuradoria-Geral de Justiça que determinou a imediata remoção do Promotor de Justiça da Comarca de Nova Venécia e a efetiva atuação daquele membro no ajuizamento de ações de improbidade administrativa em face de prefeitos e vereadores daquele município.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Espírito Santo

30) Processo: 0.00.000.000784/2010-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Augusto Bezerra - Promotor de Justiça
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Pernambuco

31) Processo: 0.00.000.001453/2010-33 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ivanilson Alves de Carvalho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer revisão de ato administrativo que indeferiu pedido de incorporação alcançado por decisão judicial.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Paraíba

32) Processo: 0.00.000.001650/2010-52 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Nelson Marchezan Júnior - Deputado Estadual
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer controle de ato administrativo praticado pelo Órgão Especial em Sessão Extraordinária realizada no dia 25/05/2010 que aprovou, por maioria, o reconhecimento do direito aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul da percepção da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE - no período entre 1994 e 1997. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Rio Grande do Sul

33) Processo: 0.00.000.001722/2010-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcone Xavier Furtado
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento da Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Bahia

34) Processo: 0.00.000.002217/2010-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gilberto da Silva
Advogado: Renato Magalhães Viana - OAB/SP nº 292.316
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa revisão de decisão proferida pela Comissão Processante do Ministério Público do Estado de São Paulo no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2010, que determinou pena de demissão a bem do serviço público.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

35) Processo: 0.00.000.002317/2010-61 (Pedido de Providências)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Apresenta reclamação acerca dos critérios de formulação das questões da prova de português do concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as quais tiveram como resposta uma única alternativa.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio Grande do Sul

36) Processo: 0.00.000.002320/2010-84 (Pedido de Providências)
Requerente: Ana Cristina Brum Martins
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Apresenta reclamação acerca dos critérios de formulação das questões da prova de português do concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as quais tiveram como resposta uma única alternativa.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio Grande do Sul

37) Processo: 0.00.000.000031/2011-21 (Pedido de Providências)
Requerente: Luis Fernando de França Romão
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer providências no sentido de que seja vedado aos membros do Ministério Público o exercício de cargo ou função em Conselho de Administração de autarquia previdenciária.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Rio de Janeiro

38) Processo: 0.00.000.000150/2011-84 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Regiane Gonchorovski
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades no XXXV Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina com objetivo de suspender as próximas fases do concurso previstas para 20 e 27 de fevereiro de 2011. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Santa Catarina

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Extraordinária (26/04/2011)

39) Processo: 0.00.000.001071/2009-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a fiscalização das aposentadorias concedidas aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, após a edição da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

40) Processo: 0.00.000.000369/2010-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Joana Chagas Coutinho - Promotora de Justiça
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer a revisão de Resolução editada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, que regulamenta os concursos de remoção e promoção por merecimento dos membros daquele Parquet, com suspensão imediata do concurso nº 002/2010, para promoção ao cargo de Procurador de Justiça. Pedido de liminar
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Pará

41) Processo: 0.00.000.000644/2010-88 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

42) Processo: 0.00.000.000820/2010-81 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, dos termos da Resolução CNMP nº 23/2007, que disciplina a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Distrito Federal

43) Processo: 0.00.000.001456/2010-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Denúncia contra o Ministério Público do Estado do Pará em face do descumprimento da Resolução deste Conselho para seleção de estagiários.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Pará

44) Processo: 0.00.000.001513/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luiza Maria Coimbra da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer revisão de decisão do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará que negou requerimento de pagamento de horas extras trabalhadas em regime de plantão e denuncia irregularidades no concurso às vagas do quinto constitucional.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Pará

45) Processo: 0.00.000.001542/2010-80 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado da Paraíba
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Origem: Distrito Federal

46) Processo: 0.00.000.001865/2010-73 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Ceará

47) Processo: 0.00.000.001937/2010-82 (Embargos de Declaração)
Embargante: Olympio Pereira da Silva Junior
Advogados: Ana Carolina Arrais Bastos - OAB/DF 26.891
Carlos Eduardo Caputo Bastos - OAB/DF nº 2.462
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a prescrição e julgou improcedente o Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

48) Processo: 0.00.000.002307/2010-25 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Advogados: Fernando Antônio Barbosa Maciel OAB/AL 4.690
Fábio Barbosa Maciel OAB/AL 7.147
Fabricy Kelly Carneiro OAB/AL 6.066
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar nº 002/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Alagoas

49) Processo: 0.00.000.000116/2011-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Clilton Guimarães dos Santos - Procurador de Justiça
Iurica Tanio Okumura - Procuradora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa impugnar ato administrativo do Ministério Público do Estado de São Paulo que autorizou o afastamento de membro para ocupar cargo de Diretor Geral de Departamento Penitenciário.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: São Paulo

50) Processo: 0.00.000.000149/2011-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Adivaldo Guimarães Cidade - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa invalidar decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia e consequentemente ato do Procurador-Geral de Justiça que autorizou o afastamento de membro do Parquet para exercício de outra função pública. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Bahia

51) Processo: 0.00.000.000394/2011-67 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução com vistas a estabelecer instruções para cumprimento da Lei Federal 11.767 de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação a busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 5ª Sessão Ordinária (17/05/2011)

52) Processo: 0.00.000.000215/2009-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Procedimento de Controle Administrativo que visa apreciar o conteúdo dos atos normativos editados em atenção à Resolução CNMP nº 19/2007. Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

53) Processo: 0.00.000.000278/2009-23 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente o Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

54) Processo: 0.00.000.000482/2009-44 (Recurso Interno)
Recorrente: José Orcírio Miranda dos Santos
Advogado: Newley A. S. Amarilla - OAB/MS 2921
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Com. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Mato Grosso do Sul

55) Processo: 0.00.000.001422/2009-49 (Pedido de Providências)
Requerente: Daniel Leite Brito
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências para apurar a legalidade de realização de concurso pela Universidade do Estado do Amazonas para contratação de servidores pelo regime celetista, em desconformidade com decisão do STF na AD 2175.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Amazonas

56) Processo: 0.00.000.000053/2010-19 (Procedimento Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado da Paraíba, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

57) Processo: 0.00.000.000418/2010-05 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

58) Processo: 0.00.000.000894/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Pará, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

59) Processo: 0.00.000.000898/2010-04 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

60) Processo: 0.00.000.001414/2010-36 (Pedido de Providências)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer providências no sentido de que o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo atue efetivamente para a implementação do reajuste salarial para os servidores, conforme determinação legal.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

61) Processo: 0.00.000.001537/2010-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

62) Processo: 0.00.000.001538/2010-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

63) Processo: 0.00.000.001552/2010-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

64) Processo: 0.00.000.001558/2010-92 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle de Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

65) Processo: 0.00.000.001624/2010-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Indústrias Nucleares do Brasil - INB
Advogados: Carlos Zangrando - OAB/RJ 69.863
Décio Freire - OAB/RJ 2.255-A E OAB/DF 1.742-A
José Antonio Rosa da Silva - OAB/RS 29.082
Kellen Andrea Gomes dos Santos - OAB/RS 71.226
Rafael Dutra dos Santos - OAB/RS 62725
Rodrigo da Silva Noronha - OAB/RS 61.004
Wambert Gomes Di Lorenzo - OAB/RS 53.556
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Rio de Janeiro

66) Processo: 0.00.000.001957/2010-53 (Recurso Interno)
Recorrente: Antônio Edimar Serpa Benício
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Tocantins

67) Processo: 0.00.000.002391/2010-87 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Simone Cristina Schultz - Promotora de Justiça
Advogados: Orivaldo Vieira - OAB/SC 16.732-B
Vinícius Loss - OAB/SC 29.025
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar nº 1/2010, da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Santa Catarina

68) Processo: 0.00.000.000074/2011-15 (Processo Disciplinar Avocado)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Ivan Machado Barbosa (OAB DF 20.432), Fernanda de Oliveira Xavier (OAB DF 27.131), Cristiana de Santis M. D. F. Mello (OAB DF 20.527), Renato Gustavo Alves Coelho (OAB DF 18.903), Manoel Pinto (OAB/BA 11.024), Mariangela Leal Espinheira (OAB/BA 15.313), Fabiani Oliveira Borges da Silva (OAB/BA 15.365), Lucas Pinto de Araujo Perira (OAB/BA 25.031).
Assunto: Autos dos Processos Administrativos Disciplinares nºs 61027/2009 e 61040/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Bahia

69) Processo: 0.00.000.000165/2011-42 (Recurso Interno)
Recorrente: Thiago Frederico de Souza Costa
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Minas Gerais

70) Processo: 0.00.000.000215/2011-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia, o cumprimento da Resolução CNMP nº 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

71) Processo: 0.00.000.000380/2011-43 (Pedido de Providências)
Requerente: Antônio Gonçalves Vieira - Procurador-Geral de Justiça
Assunto: Encaminhamento de pedido de reconsideração de decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000210/2010-88.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Piauí

72) Processo: 0.00.000.000405/2011-17 (Recurso Interno)
Recorrente: Cesar Zacharias Mártyres - Subprocurador-Geral do Trabalho
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

73) Processo: 0.00.000.000441/2011-72 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
Interessados: César Bechara Nader Mattar Junior
Ministérios Públicos dos Estados
Assunto: Requer a extensão da Recomendação contida no PCA nº 809/2008-05 a todos os Ministérios Públicos dos Estados, para que encaminhem projeto de lei regulando o exercício e o pagamento de verba de substituição ou acúmulo de atribuições pelos membros dos respectivos Estados.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 6ª Sessão Extraordinária (18/05/2011)

74) Processo: 0.00.000.000099/2010-20 (Sindicância)
Reclamante: Conselho Nacional do Ministério Público
Reclamado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Sindicância contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí (ref. pg. 21, item "e", do Relatório Conclusivo da Inspeção)
Relator(a): Cons. Sandro Neis
Origem: Distrito Federal

PROCESSOS DESTA SESSÃO (31/05/2011)

75) Processo: 0.00.000.000371/2008-57 (Recurso Interno)
Recorrente: Gustavo Ronchetti - Promotor de Justiça
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio Grande do Sul

76) Processo: 0.00.000.001530/2009-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Bezerra Lins
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Amazonas

77) Processo: 0.00.000.000190/2010-45 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa analisar a legalidade dos pagamentos efetuados pela Procuradoria Geral de Justiça em favor da Associação Piauiense do Ministério Público em relação aos últimos cinco anos, tendo em vista constatação de irregularidade dessa ordem detectada no exercício de 2009 - ref. fl. 215 (pg. 213 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal

78) Processo: 0.00.000.000495/2010-57 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes - Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

79) Processo: 0.00.000.000716/2010-97 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Instauração de inspeção no Ministério Público do Pará
Relator(a): Cons. Sandro José Neis
Origem: Distrito Federal

80) Processo: 0.00.000.000717/2010-31 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Pará
Assunto: Instauração de inspeção no Ministério Público do Trabalho no Pará
Relator(a): Cons. Sandro José Neis
Origem: Distrito Federal

81) Processo: 0.00.000.000718/2010-86 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Pará
Assunto: Instauração de inspeção no Ministério Público Federal no Pará
Relator(a): Cons. Sandro José Neis
Origem: Distrito Federal

82) Processo: 0.00.000.000719/2010-21 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar no Pará
Assunto: Instauração de inspeção no Ministério Público Militar no Pará
Relator(a): Cons. Sandro José Neis
Origem: Distrito Federal

83) Processo: 0.00.000.000896/2010-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

84) Processo: 0.00.000.001549/2010-00 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

85) Processo: 0.00.000.001769/2010-25 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 008/2007, do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

86) Processo: 0.00.000.002020/2010-03 (Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Isabela Santoro Caldari Matsubara
Advogado: José Roberto Caldari - OAB/SP 14.756
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento aos Embargos de Declaração.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: São Paulo

87) Processo: 0.00.000.002323/2010-18 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Revisão da Sindicância nº 2009001120031003, arquivada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

88) Processo: 0.00.000.000006/2011-48 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Antônio de Pádua Bertone Pereira
Requerido: Fernando Góes Grosso
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar nº 1/10, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

89) Processo: 0.00.000.000298/2011-19 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

90) Processo: 0.00.000.000319/2011-04 (Pedido de Providências)
Requerente: Fernando Zardini Antônio - Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo
Assunto: Requer esclarecimentos acerca da vinculação da decisão exarada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no Procedimento de Controle Administrativo nº 1094/2008-08, em benefício de todos os membros do Parquet, solicitando, neste caso, expedição de Recomendação ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, contendo a resposta dessa consulta.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Espírito Santo

91) Processo: 0.00.000.000338/2011-22 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Pedido de revisão de decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia do Processo Disciplinar nº 99695/2007.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Bahia

92) Processo: 0.00.000.000347/2011-13 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Alexandre de Matos Guedes - Promotor de Justiça
Ana Luiza Peterlini de Souza - Promotora de Justiça
Carlos Eduardo Silva - Promotor de Justiça
Domingos Sávio de Barros Arruda - Promotor de Justiça
Ezequiel Borges de Campos - Promotor de Justiça
Gerson Natalício Barbosa - Promotor de Justiça
Gilberto Gomes - Promotor de Justiça
Gustavo Dantas Ferraz - Promotor de Justiça
Mauro Zaque de Jesus - Promotor de Justiça
Miguel Slhessarenko Júnior - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Requer a sustação e posterior supressão do inciso XI do art. 2º da Resolução nº 55/2010 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Mato Grosso

93) Processo: 0.00.000.000375/2011-31 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Visa apurar a regularidade do recebimento de função gratificada de Chefe de Seção de Assentamento Funcional do Ministério Público do Estado de Alagoas por servidor que não a exerce de fato.(conforme fls. 153 do Relatório de Inspeção do Ministério Público do Estado de Alagoas)
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

94) Processo: 0.00.000.000390/2011-89 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Promotores de Justiça do Estado de Sergipe: Lúcio José Cardoso Barreto Lima, Karla Christiany Cruz Leite, Talita Cunegundes Fernandes da Silva e Ana Leila Costa Gacez.
Interessados: Associação Sergipana do Ministério Público e Promotores de Justiça do Estado de Sergipe: Alessandra Pedral de Santana, Joelma Soares Macêdo de Santana, Maria Rita Machado Figueirêdo, Dr. Raimundo Bispo Filho, Dr. Renê Antônio Erba e Suzy Mary de Carvalho Vieira.
Assunto: Visa apurar ato do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe acerca do julgamento da remoção pelo critério de merecimento para a Comarca de Japaratuba sem a recomposição do quinto constitucional. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Sergipe

95) Processo: 0.00.000.000454/2011-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcelo Pereira da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer reintegração ao 20º Concurso Público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia, em vista de cobrança em prova de conteúdo não previsto no Edital e de inobservância ao princípio de razoabilidade na eliminação do candidato pela fração de 0,045.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Rondônia

96) Processo: 0.00.000.000466/2011-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Camila Pinto Berenguer
Maria Teresa Carneiro Santos Cintra Zarif
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer anulação junto ao Ministério Público do Estado da Bahia de ato de deferimento da inscrição definitiva de candidata no âmbito do Concurso Público para provimento de vagas no Cargo de Promotor de Justiça Substituto.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Bahia

97) Processo: 0.00.000.000619/2011-85 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Rita de Cássia de Carvalho Rocha Gomes - Promotora de Justiça Maurício Gomes de Souza - Promotor de Justiça
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que indeferiu pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Piauí

98) Processo: 0.00.000.000639/2011-56 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Mariana Marinho Barbalho Tavares - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Visa suspensão dos efeitos de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte no que se refere a não formação de lista tríplice para remoção por merecimento de membro do Parquet. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio Grande do Norte

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Procurador-Geral da República

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 16 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001012/2009-06
RECLAMANTE: JORGE DARIO BASTOS DE OLIVEIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Decisão: (…)

Diante do exposto e segundo os elementos de prova colhidos na investigação conduzida pela Corregedoria Geral do MP/PA, não se evidencia omissão, inércia ou insuficiência da atuação do órgão disciplinar local, razão pela qual propõe-se o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 4 de maio de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 294/296, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília-DF, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001972/2010-00
RECLAMANTE: ARIETE CRISTINA RODRIGUES VALE
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
Decisão: (…)

Assim, não se evidencia omissão, inércia ou insuficiência na atuação do órgão disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 4 de maio de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 194/195, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência à reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília-DF, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002055/2010-34
RECLAMANTE: JORGE EDUARDO RUBIES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)

Ante o exposto, não se vislumbra omissão, inércia ou insuficiência na atuação do órgão disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação, com fundamento nos arts. 74, §6º do RICNMP, cientificando-se o plenário do Conselho e o reclamante.

Brasília, 26 de abril de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fl. 500/503, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, às reclamadas, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002325/2010-15
RECLAMANTE: FERNANDO MÁRCIO DAS DORES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)

Diante do exposto, conclui-se não ter sido evidenciada omissão, inércia ou insuficiência da atuação do órgão disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 05 de maio de 2011

ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fl. 127/130, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000656/2010-11
RECLAMANTE: JAMES GUERRA JUNIOR
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Decisão: (…)

Diante do exposto, conclui-se não ter sido evidenciada omissão, inércia ou insuficiência da atuação do órgão disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 20 de abril de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 573/578, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília/DF, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 9, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, II, da Constituição Federal, bem como no artigo 11 da Lei Complementar nº 75/1993, e;

Considerando que a Constituição Federal define que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, II e III); bem como um dos objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III);

Considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo art. 25 afirma o direito de toda pessoa a "um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde, e em especial a alimentação, o vestuário, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários";

Considerando que o Brasil obrigou-se, perante a comunidade internacional e nacional, a garantir o "direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive alimentação, vestimenta e moradia adequadas", ao ratificar o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (Resolução n. 2.200-A XXI, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16.121966; Decreto Legislativo Nº 591, de 06.07.1992, D.O.U. de 7.7.1992), podendo ser responsabilizado por descumprir ou vir a comprometer, com comportamentos omissivos ou comissivos, a integridade e a eficácia destes direitos;

Considerando que em seu Comentário Geral nº 4, de 1999, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU - CDESC, afirma o reconhecimento, pela comunidade internacional, da gravidade da questão dos despejos forçados, inclusive os que ocorrem "em nome do desenvolvimento" e observa que a prática desses despejos pode dar lugar a várias violações, notadamente se considerada a interdependência dos direitos assegurados no PIDESC (O CDESC, órgão das Nações Unidas criado em 1985, tem o fim de monitorar e avaliar o cumprimento do PIDESC pelos países signatários);

"As mulheres, as crianças, os jovens, os idosos, os povos indígenas, as minorias étnicas e de outro tipo, assim como outros indivíduos e grupos vulneráveis se vêem afetados em medida desproporcionada pela prática dos despejos forçados." (Comentário Geral Nº 4 - Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ONU.);

Considerando que o Ministério Público Federal vem atuando há cerca de duas décadas em defesa dos direitos humanos de populações vulnerabilizadas, bem como pelo meio ambiente e o patrimônio cultural, em face da construção de barragens;

Considerando que O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, por meio da Comissão Especial criada pela Resolução 26/2006, da qual participaram representantes do Ministério Público Federal, identificou violações dos direitos à informação e à participação, à liberdade de reunião, associação e expressão, ao trabalho e a um padrão digno de vida, à moradia adequada, à educação, a um ambiente saudável e à saúde, à melhoria contínua das condições de vida, à plena reparação das perdas, à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados, de ir e vir, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais, direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais; direito dos grupos vulneráveis à proteção especial, de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial, à reparação por perdas passadas, de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.

Considerando a instituição, pela PFDC, de uma Comissão formada por membros do Ministério Público Federal que atuam na matéria, com o objetivo de monitorar o atendimento às recomendações expedidas pelo CDDPH (Portaria nº 01/2011-MPF/PFDC, de 12.01.2011), uma vez que visam à interrupção, reparação e prevenção de violações praticadas contra populações atingidas por barragens;

Considerando que esta Comissão sugeriu à PFDC, conforme ATA da sua primeira reunião, ocorrida em 03 de fevereiro de 2011, " (f) Encaminhar ofício a todos os órgãos responsáveis pela implementação das recomendações, divididos por esta Comissão em 07 eixos de interlocução, informando que a PFDC formou a presente Comissão para monitoramento das recomendações: (...) indicando a cada órgão as suas respectivas recomendações; fazer referência ao ofício encaminhado pelo CDDPH já com cópia do Relatório Final e informar o link de acesso ao Relatório final na página da PFDC";

Considerando tratar-se de questões que exigem forte articulação inter-institucional com o estabelecimento de políticas transversais e participativas, razão porque o acompanhamento do MPF faz-se necessário, com vistas à prevenção e à garantia do direito de participação no processo de revisão das práticas e procedimentos que levaram à sistemática violação de direitos humanos apurada pelo CDDPH;

Determino a instauração de inquérito civil público com o objetivo de instruir as ações a serem desenvolvidas pela PFDC e pela Comissão incumbida de monitorar as recomendações do CDDPH.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham.

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 23 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.12.000.000296/2011-53 1.16.000.001647/2011-02
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.12.000.000239/2011-74 1.18.000.009135/2011-10
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.12.000.000069/2010-47 1.16.000.003761/2010-88
1.34.001.004191/2010-15
Total de procedimentos distribuídos: 007

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª Câmara

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 24 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.34.008.000171/2011-96
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.11.001.000202/2010-92 1.14.001.000028/2010-76
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.26.000.000949/2011-17 1.11.000.000276/2003-18
Total de procedimentos distribuídos: 005

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª Câmara

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 25 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.28.000.000365/2011-69 1.16.000.003155/2010-62
1.28.000.000500/2010-95
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
08123.060163/99-06 1.25.002.000050/2004-84
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.28.000.000793/2010-19 1.28.000.000046/2011-53
Total de procedimentos distribuídos: 007

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 1ª Câmara

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 428, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas Peças de Informação nº 1.33.000.000882/2011-78, que versam sobre a implantação da boate Life Club, possivelmente em APP e no entorno da ESEC Carijós, localizada na Rodovia SC-401, 14037, Canasvieiras, nesta Capital;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.000.000882/2011-78, a partir das PI de mesma numeração, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as Peças de Informação que as acompanham como Inquérito Civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. IMPLANTAÇÃO DA BOATE LIFE CLUB. PROXIMIDADE DO RIO PAPAQUARA. ENTORNO DA ESEC CARIJÓS. RODOVIA SC-401. CANASVIEIRAS. FLORIANÓPOLIS.

Determino, ainda, que seja oficiado: i) ao ICMBio, requisitando vistoria no local, informações sobre estar ou não o empreendimento em APP e providências, em caso positivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

PORTARIA Nº 104, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000092/2006-41, que apura Relatório técnico de Fiscalização, realizado no período de 08/11/2005 a 15/12/2005, pelo IBAMA - Santarém, com o objetivo de promover ações fiscalizatórias referentes às desmatamento, extração, transporte, armazenamento de produtos e sub-produtos florestais, promover barreiras fixas e móveis, inspeção industrial e verificar cadastros técnicos Federais. Foram lavrados diversos autos de Infração, entre eles o de nº desconhecido, onde foi apreendido 773,000 m³ de madeira em toras de diversas espécies;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000092/2006-41, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se o ofício de fl. 50, remetendo os dados de fl. 54, com AR-MP, mencionando a LIA;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 42, DE 19 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000455/2010-31, determina:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL - Apurar o não pagamento da compensação ambiental do art. 36 da Lei 9985/00 pelo licenciamento ambiental da linha de transmissão 500 Kv Cachoeira Paulista - Adrianópolis III."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar n. 75/93); II- promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar n. 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF n. 87/2006);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando a necessidade de apurar eventuais irregularidades constatadas a partir de vistoria efetivada pelo IPHAN em imóveis localizados em Fernando de Noronha, relativas à descaracterização estilística da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e da Casa Paroquial, bem como à má utilização desta última edificação.

Resolve determinar:

I. A conversão do Procedimento Administrativo MPF/PRPE nº 1.26.000.001752/2010-14 em Inquérito Civil (área temática Patrimônio Histórico e Cultural) tendo por objeto "apurar notícia de irregularidades verificadas através de vistoria realizada pelo IPHAN em imóveis situados em Fernando de Noronha, consistentes na pintura da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e da Casa Paroquial

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

em desacordo com suas características estilísticas e sem a aprovação do IPHAN, bem como no funcionamento de uma pizzaria na Casa Paroquial".

II. A autuação da presente Portaria em conjunto com o procedimento em referência, bem como a remessa de sua cópia para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006;

III. Acautelem-se os autos na secretaria até o final do prazo de resposta do ofício de fl. 91.

IV. Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF nº 87/2006.

ANTONIO CARLOS DE V. COELHO BARRETO CAMPELLO
Procurador da República

PORTARIA Nº 58, DE 24 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradora da República signatária, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação supra;

Considerando a alteração nos arts. 4º e 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos até então colhidos apontam a necessidade de aprofundar as investigações, com a realização de outras diligências;

Resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.002244/2010-45 em inquérito civil, determinando:

a) registro e autuação da presente portaria juntamente com o procedimento administrativo em epígrafe, mantida a numeração original, assinalando como objeto do Inquérito Civil: Acompanhar o processo CPRH nº 00120/2009, referente ao empreendimento "Barragem Morojozinho", pretendido pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, a ser implantado no Engenho Morojo, na cidade de Nazaré da Mata/PE, contemplando o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e o Sumário Executivo;

b) remessa de cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF), bem como afixação de cópia desta Portaria no local de costume.

Como providencia instrutória, determino a reiteração dos ofícios expedidos. Outrossim, junte-se aos autos a informação técnica em anexo.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

MONA LISA DUARTE ABDO AZIZ ISMAIL

PORTARIA Nº 284, DE 25 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes do expediente nº 1.30.801.002385/2011-91, contendo ofício da Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás do IBAMA, encaminhando cópia do EIA/RIMA referente ao processo de licenciamento ambiental do Teste de Longa Duração (TLD) de Waimea, Bloco BM-C-41, Bacia de Campos (processo IBAMA nº 02022.000204/10), pleiteado pela empresa OGX Petróleo e Gás Ltda;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria, com o referido expediente, como inquérito civil público.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.001.000002/2002-05 - instaurado para acompanhar projeto de construção de adutora, no território indígena do Povo Pipipan, conforme ata de reunião às fls. 03 -, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo nº 1.26.001.000002/2002-05, pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Acompanhar a implementação do projeto de integração do Rio São Francisco junto à população Pipipan, em especial quanto à efetivação das medidas compensatórias reivindicadas pela comunidade e traduzidas nas condicionantes das licenças prévia e de instalação".

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87. VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

c) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República Polo Serra Talhada - Salgueiro (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

Como providências investigatórias iniciais, o Ministério Público Federal, através do Procurador da República signatário, determina:

a) Expeça-se ofício à FUNAI solicitando informações acerca do andamento da regularização fundiária da Terra Indígena Pipipan, bem como sobre a implantação do Programa de Etnodesenvolvimento e demais medidas compensatórias, principalmente aquelas que garantem à comunidade Pipipan acesso à água, no contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

b) Expeça-se ofício ao Ministério da Integração Nacional solicitando informações sobre a implantação do Programa de Etnodesenvolvimento e demais medidas compensatórias, principalmente aquelas que garantem à comunidade Pipipan acesso à água, no contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O prazo de resposta deverá ser de 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento.

RODRIGO GOMES TEIXEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.003.000077/2010-78 - instaurado para apurar irregularidades concernentes à temática da saúde, na comunidade Atikum -, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo nº 1.26.003.000077/2010-78, pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "apurar supostas ingerências da Prefeitura Municipal de Carnaubeira da Penha/PE na contratação de agentes de saúde pela FUNASA; inexistência de odontólogo desde o início de 2010; ausência constante de médicos na comunidade; reiterados atrasos, injustificados, pela Prefeitura Municipal de Carnaubeira da Penha/PE, no pagamento dos agentes de saúde; demora no encaminhamento e realização de exames médicos, bem como no atendimento na rede hospitalar de média e alta complexidade".

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução nº 87 CSMPF;

RODRIGO GOMES TEIXEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 215, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, c, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000119/2007-87, instaurado para apurar notícia de supostas irregularidades praticadas pelas empresas OCA Mineração e Verena Mineração contra famílias residentes na Boa Vista, margem direita do rio Xingu, município de Senador José Porfírio;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000119/2007-87, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para demais providências.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 96, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000184/2008-93, que apura denúncia de ausência de escola na localidade Pykajaká (Localizada na T. I. Trincheira Bacajá);

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000184/2008-93 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Cumpra-se o despacho de fl. 45-v;

3 - Oficie-se à Prefeitura de Altamira, encaminhando cópia de fl. 46, dando conhecimento da situação e requisitando que se manifeste a respeito;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000172/2005-19. Assunto: Acompanhamento da emissão de registros administrativos e civis para as comunidades indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 146, DE 19 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.00.000.002820/2002-51. Assunto: Acompanhamento da demandas ligadas à educação e formação de professores que trabalharão nas escolas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 148, DE 20 DE MAIO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil Público. Assunto: Acompanhamento das Polítidas Públicas na Comunidade Indígena Panambizinho, no município de Dourados - MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 149, DE 20 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000290/2005-19. Assunto: Acompanhamento das Políticas Públicas na Comunidade. Indígena Panambi/ Lagoa Rica, no município de Douradina - MS

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 150, DE 20 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000431/2004-12. Assunto: Acompanhamento das políticas públicas na comunidade indígena Guyraroká, no município de Caarapó - MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal..

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 151, DE 20 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000028/2011-12. Assunto: Acompanhamento das políticas públicas na Comunidade Indígena Sete Placas, no município de Rio Brilhante - MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE MAIO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas Cíveis nº 1.14.001.000065/2005-17. Assunto: Concessão de salário maternidade a indígenas menores de 16 anos

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000065/2005-17 nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 19, DE 23 DE MAIO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Peças Informativas Cíveis nº 1.14.001.000034/2010-23. Assunto: Cumprimento, pela Polícia Federal, da decisão reintegratória da posse da Fazenda Boa Vista aos índios pataxós hã-hã-hães

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000034/2010-23 nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDUARDO RIBEIRO GOMES EL-HAGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.330, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0483.2010.01.006/2-603, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao meio ambiente de trabalho - acidente do trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0483.2010.01.006/2-603 em face de CORTÊS CONSULTORIA TÉCNICA DE PINTURA INDUSTRIAL LTDA e ESTALEIRO MAUÁ S.A. CNPJ: 02.926.485/0001-74, com sede na Rua Paulo Frumêncio nº 28, Ponta da areia, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 1.331, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0513.2010.01.006/0-603, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à anotação e controle de jornada de trabalho, bem como atraso no pagamento de trezenos.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0483.2010.01.006/2-603 em face de NOVA ASSISTÊNCIA NITERÓI LTDA CNPJ: 11.411.773/0001-87, com sede na Rua Dr. March nº 761, Venda da Cruz, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 1.336, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0522.2010.01.006/0-603, instaurado com a finalidade de apurar a contratação de policiais militares para a prestação de serviços de vigilância, em ofensa aos ditames contidos na Lei nº 7.102/83.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0522.2010.01.006/0-603 em face de NITERÓI PARK LTDA CNPJ: 03.072.248/0001-56, com sede na Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 572 sala 301, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 1.056, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000461.2010.01.006/5-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da pela empresa MASTERSERVICE EVENTOS S/C LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 04.307.702/0001-73 e estabelecida na Praça Austerio Alves de Mendonça nº 93, Loja 4, Centro, no município de Rio Bonito/RJ, CEP: 28.800-000, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (suposta violação de normas de ordem pública relativas à ausência de pagamento de décimo terceiro salário - fls. 03);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93; resolve:

Com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000461.2010.01.006/5-602 em face da pela empresa denominada MASTERSERVICE EVENTOS S/C LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 04.307.702/0001-73 e estabelecida na Praça Austerio Alves de Mendonça nº 93, Loja 4, Centro, no município de Rio Bonito/RJ, CEP: 28.800-000, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA, ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO

PORTARIA Nº 1.057, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000449.2010.01.006/1-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da pela empresa LUCCHBOU NORTE E NORDESTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 11.996.005/0001-32 e estabelecida na Rua Doutor Nilo Peçanha nº 39, Edifício Lauro Correa, Centro, no município de São Gonçalo/RJ, CEP: 24.445-300, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (suposta violação de normas de ordem pública relativas à saúde, segurança e higiene no trabalho - jornada e intervalos obrigatórios - fls. 04);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

Resolve, com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000449.2010.01.006/1-602 em face da pela empresa denominada LUCCHBOU NORTE E NORDESTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 11.996.005/0001-32 e estabelecida na Rua Doutor Nilo Peçanha nº 39, Edifício Lauro Correa, Centro, no município de São Gonçalo/RJ, CEP: 24.445-300, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA , ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 1.058, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000482.2010.01.006/6-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da pela empresa da empresa CLÍNICA DE REPOUSO DOCE LAZER S/S LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 08.862.404/0001-04 e estabelecida na Rua Salvatori nº 148, Centro, no município de São Gonçalo, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (suposta violação de normas de ordem pública relativas ao pagamento de salário mínimo legal e abuso de poder diretivo - fls. 04);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

Resolve, com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000482.2010.01.006/6-602 em face da pela empresa denominada da CLÍNICA DE REPOUSO DOCE LAZER S/S LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 08.862.404/0001-04 e estabelecida na Rua Salvatori nº 148, Centro, no município de São Gonçalo, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA, ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 1.059, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000511.2010.01.006/7-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa PP MORAIS POSTO DE GÁS, inscrita no CNPJ sob o número 02.180.764/0001-31 e estabelecida na Estrada do Sacramento nº 60, Sacramento, no município de São Gonçalo, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (suposta violação de normas de ordem pública relativas à saúde, segurança e higiene no trabalho - jornada e férias - fls. 04);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

Resolve, com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000511.2010.01.006/7-602 em face da pela empresa denominada PP MORAIS POSTO DE GÁS, inscrita no CNPJ sob o número 02.180.764/0001-31 e estabelecida na Estrada do Sacramento nº 60, Sacramento, no município de São Gonçalo, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA, ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

PORTARIA Nº 1.060, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000494.2010.01.006/6-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa estatal COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE, inscrita no CNPJ sob o número 33.352.394/0001-04 e com matriz estabelecida na Rua Sacadura Cabral nº 103, Saúde, no município de Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (suposta violação de normas de ordem pública relativas à saúde, segurança e higiene no trabalho - NR 24 do MTE - fls. 18 e fls. 22/34);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

Resolve, com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000494.2010.01.006/6-602 em face da pela empresa estatal COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE, inscrita no CNPJ sob o número 33.352.394/0001-04 e com matriz estabelecida na Rua Sacadura Cabral nº 103, Saúde, no município de Rio de Janeiro/RJ, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor KLEBER MARTINS MOTA, ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 45, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação, nº 000169.2011.03.010/3, instaurada em face de representação formulada pela Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Santo Antônio do Monte, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e em face da necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja: "Acidente de Trabalho sem Morte", resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000169.2011.03.010/3 em face de JOÃO PAULO DE FARIA & CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.680.172/0001-00, localizada na Av. Antônio Bolina Filho, 596, Bairro São Geraldo,Santo Antônio do Monte/MG, CEP 35560-000 .

Determina-se, de início, oficiar a GRTE de Divinópolis, Delegacia de Polícia Civil de Santo Antônio do Monte, intimar o inquirido.

SÉRGIO OLIVEIRA DE ALENCAR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 131, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000740.2010.20.000/5 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (salário, vale transporte), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Polo Professional Serviços Ltda-ME (CNPJ nº 04.163.678/0001-46). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

PROVIMENTO Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2011

Revoga o Provimento nº 4, de 23 de março de 1994.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 166 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta no PA n.º 08190.038830/00-50 (apensos PAs nºs 08190.001047/96-09, 08190.000308/92-2 e 08190.001045/96-75) e de acordo com o deliberado na 181ª Sessão Ordinária, de 13 de abril de 2011,

CONSIDERANDO o teor da Recomendação nº 16, de 28 de abril de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, o qual "dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como interveniente do processo civil", afastando os dispositivos contidos no Provimento nº 4, de 23 de março de 1994, resolve:

Art. 1º Revogar o Provimento nº 4, de 23 de março de 1994, publicado no DOU nº 75, seção 1, página 5929, de 22 de abril de 1994, que "Dispõe sobre a intervenção processual, custos legis, dos órgãos do Ministério Público, nas apelações interpostas pelas partes em casos de ação penal privada e de processo de conhecimento ou cautelar, na área cível, e dá outras providências".

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente

MARTA MARIA DE REZENDE
Procuradora de Justiça
Conselheira-Relatora

VITOR FERNANDES GONÇALVES
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do TCU, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 1º quadrimestre de 2011, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O Relatório a que se refere o **caput** será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas(a)	*Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados(b)*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.138.354.065,31**	**30.251.195,67**
Pessoal Ativo	734.505.067,64	25.229.393,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	403.848.997,67	5.021.802,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**219.102.611,55**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.916.204,57	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	211.186.406,98	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**919.251.453,76**	**30.251.195,67**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)	**949.502.649,43**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**524.379.492.090,00**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**0,1811%**
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4344%	**2.277.904.513,64**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4127%	**2.164.114.163,86**

Fonte: Siafi Gerencial, Siafi 2010 e 2011, Portaria STN nº 328, de 19 de Maio de 2011 (RCL)

Notas: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA
Secretário-Geral de Administração

EUGÊNIO PACCELLI DE PAULA CORRÊA
Secretário de Controle Interno

JOSÉ ELIOMÁ OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PLENÁRIO

ATA Nº 17, DE 18 DE MAIO DE 2011
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori
Às 17 horas e 32 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e André Luís de Carvalho e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes o Ministro Aroldo Cedraz, com causa justificada, e os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, em férias, e Weder de Oliveira, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 16, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 11 de maio de 2011 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 1302, adotado no processo nº TC-011.255/2009-1, constante da Relação nº 19 do Ministro Walton Alencar Rodrigues.
Acórdão nº 1303, adotado no processo nº TC-007.434/2009-6, constante da Relação nº 20 do Ministro Augusto Nardes.
Acórdão nº 1304, adotado no processo nº TC-010.008/2011-0, constante da Relação nº 20 do Ministro Augusto Nardes.
Acórdão nº 1305, adotado no processo nº TC-008.141/2007-2, constante da Relação nº 20 do Ministro Augusto Nardes.
Acórdão nº 1306, adotado no processo nº TC-030.500/2010-9, constante da Relação nº 27 do Ministro José Jorge.
Acórdão nº 1307, adotado no processo nº TC-007.204/2003-7, constante da Relação nº 24 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Acórdão nº 1308, adotado no processo nº TC-008.121/2011-7, constante da Relação nº 24 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Acórdão nº 1309, adotado no processo nº TC-020.591/2008-5, constante da Relação nº 24 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Acórdão nº 1310, adotado no processo nº TC-022.339/2009-1, constante da Relação nº 24 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Acórdão nº 1311, adotado no processo nº TC-025.742/2010-8, constante da Relação nº 24 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário examinou os processos a seguir listados e proferiu os Acórdãos abaixo relacionados.

Acórdão nº 1312, adotado no processo nº TC-012.585/2011-4, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.
Acórdão nº 1313, adotado no processo nº TC-014.218/2006-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
Acórdão nº 1314, adotado no processo nº TC-008.299/2010-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Acórdão nº 1315, adotado no processo nº TC-011.395/2011-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA

O processo nº TC-002.183/2005-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi excluído de pauta.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo do respectivo processo, tornou-se público o acórdão nº 1313, a seguir transcrito.
O acórdão consta também do Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na Internet.
Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo único, do Regimento Interno, este mesmo acórdão será publicado na ata da sessão ordinária realizada nesta data.
Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ACÓRDÃO Nº 1313/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-014.218/2006-7 (Sigiloso).
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Partes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsáveis: Benedito Ferreira Pires Terceiro, Superintendente Regional do Incra (CPF 012.221.983-04); Raimundo Moura Oliveira (CPF 499.007.733-49); Benedito Dias (CPF 864.565.553-53); Luiz Alfredo Soares da Fonseca (CPF 094.241.053-04); Bahia Construções e Edificações Ltda. (CNPJ 03.191.522/0001-06); Fulgêncio Gomes Filho (CPF 150.754.002-72); Antônio Gualhardo Álvares dos Prazeres (CPF 012.235.342-00); Carlos César Luso (CPF 124.828.033-49); Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria (CNPJ 02.835.894/0001-65); Lina rosa de Carvalho Mello (CPF 437.663.403-44).

4. Unidades: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa (CNPJ 03.365.314/0001-86) e Superintendência Regional do Incra/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo/MA (Secex/MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia formulada em face de supostas irregularidades cometidas na aplicação dos recursos públicos transferidos diretamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou por intermédio do Estado do Maranhão, à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa, em Coroatá/MA, destinados ao Projeto de Assentamento Rural Pau de Estopa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU;

9.2. aplicar ao Sr. Benedito Ferreira Pires Terceiro a multa prevista nos arts. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 e 268, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. converter os autos em tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 252 do Regimento Interno/TCU, observando o procedimento determinado no item 9.10 deste acórdão;

9.5. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis Srs. Raimundo Moura Oliveira, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, Coroatá/MA, e Benedito Dias, ex-Tesoureiro, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao crédito proveniente do Incra para apoio e instalação do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA:

9.5.1. não aplicação dos recursos na aquisição de implementos agrícolas (ferramentas, insumos, etc.);

9.5.2. compra de um caminhão caçamba, tipo basculante, placa BXA 8398, Mercedes Benz, em desvio de finalidade ao objeto conveniado;

9.5.3. contratos e recibos do crédito para instalação e apoio não espelham a realidade, tendo em vista que consta o recebimento de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) por 59 famílias, enquanto somente foi pago o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por família, correspondente ao crédito alimentação, totalizando R$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais);

9.5.4. não apresentação das notas fiscais e respectivos recibos de pagamento relativos à aquisição de materiais/equipamentos, concernente à suposta aquisição de materiais de construção da casa de farinha e miniusina de beneficiamento de arroz;

9.5.5. realização de pagamentos em espécie;

9.6. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis, Sr. Fulgêncio Gomes Filho, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, e Bahia Construções e Edificações Ltda. (CPNJ 03.191.522/0001-06), para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA, objetivando a execução do projeto de melhoramento do caminho de acesso:

9.6.1.comprovação de despesa mediante documento inidôneo, qual seja, a Nota Fiscal 102, no valor de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais), da empresa Bahia Construções e Edificações Ltda. (CPNJ 03.191.522/0001-06), emitida em 10/11/2001, antes da data de impressão do talonário de notas fiscais, em 14/2/2002;

9.6.2. consulta ao CNPJ declarado da gráfica que pretensamente foi responsável pela confecção da nota fiscal supra (embora o CNPJ esteja pouco legível) apresentou resultados inexistente, o de uma empresa sediada em Brasília e da Associação dos Proprietários e Trabalhadores em Carro de Boi no Município de Cururupu/MA;

9.6.3. constatadas as seguintes irregularidades no processo licitatório lançado para contratação dos serviços:

9.6.3.1. ausência da documentação relativa à habilitação das empresas participantes;

9.6.3.2. não comprovação de aptidão da empresa contratada para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;

9.6.3.3. não comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução da obra, por meio de certidão emitida pelo Crea;

9.6.3.4. ausência dos documentos relativos à regularidade fiscal, falta das planilhas de medição dos serviços, documentos exigidos no termo de convocação;

9.6.3.5. ausência de relatório técnico de fiscalização por parte do Nepe, conforme estabelecido na cláusula terceira, item 3.1, alínea 'b' do Termo de Convênio;

9.6.3.6. não foram identificados os representantes das empresas, bem como não consta na ata a subscrição desses;

9.6.4. a atividade econômica das empresas Bahia Construções e Edificações Ltda., CNPJ 03.191.522/0001-06 (supostamente vencedora do certame) e de Érika Construção Ltda., CNPJ 02.452.113/001-53, 'outras obras de engenharia civil não especificadas' e 'comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, respectivamente, são incompatíveis com o objeto pretensamente licitado (construção/melhoramento de estradas vicinais), caracterizando burla ao caráter competitivo do certame;

9.7. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis, Sr. Fulgêncio Gomes Filho, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, e Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria Ltda., para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA, objetivando a execução do projeto de melhoramento do caminho de acesso:

9.7.1.suposto pagamento à empresa Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria Ltda., CNPJ 02.835.894/0001-65, com base na Nota Fiscal 032, no valor de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), sem data de emissão e aparentemente inidônea, a título prestação de serviços de elaboração do projeto de melhoramento de caminho de acesso, tendo em vista irregularidades verificadas na razão social da empresa (Acessoria ao invés de Assessoria) e que em consulta realizada na base de dados da Receita Federal do Brasil, foram encontrada duas empresas com aquele CNPJ, com endereços distintos (Zé Doca/MA e Anapurus/MA), sendo a primeira a L. S. Marques e Cia Ltda. (construção de edifício) e a segunda, V. N. Marques 7 Cia Ltda. (Restaurante Fazenda no Cerrado), ambas possuem a mesma data de abertura e de alteração, assim como sócios em comum;

9.8. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação do responsável Raimundo Moura Oliveira, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 25.908,74 (vinte e cinco mil, novecentos e oito reais e setenta e quatro centavos) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 18/4/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 329-CV-2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, objetivando a construção de sistema simplificado de abastecimento d'água:

9.8.1. falta do compressor de 20PCM com motor elétrico;

9.8.2. não construção do chafariz com 10 torneiras de acordo com o Plano de Trabalho;

9.8.3. não funcionamento do poço, encontrando-se abandonado e tomado pelo matagal ao redor, na época da vistoria técnica realizada pelo Nepe, em 2/6/2004, denotando desperdício de recursos públicos, prejudicando a comunidade que seria beneficiada com a implantação do sistema de abastecimento d'água;

9.8.4. no Convite realizado para contratação da executora, foram constatadas as seguintes irregularidades:

9.8.4.1. ausência da documentação relativa à habilitação das empresas participantes;

9.8.4.2. não comprovação de aptidão da empresa contratada para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;

9.8.4.3. não comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução da obra, por meio de certidão emitida pelo Crea;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.8.4.4. ausência dos documentos relativos à regularidade fiscal, falta das planilhas de medição dos serviços, documentos exigidos no termo de convocação;

9.8.4.5. não foram identificados os representantes das empresas, bem como não consta da ata a subscrição desses;

9.8.5. as três empresas supostamente participantes do processo licitatório: Mel - Maurício Engenhar.ia Ltda., CNPJ 41.495.045/0001-61, Infortron Comércio e Construções Ltda., CNPJ 03.038.821/0001-05 (vencedora neste convênio) e MC Serviços Técnicos e Elétricos Ltda., CNPJ 01.003.167/0001-79, possuem atividade econômica incompatível com o objeto licitado (sistema de abastecimento d'água, tendo em vista que as duas primeiras atuam no ramo de construção de edifícios e a última, na construção de estações de rede de distribuição de energia, demonstrado fraude à licitação;

9.9. determinar, com fundamento no art. 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa para as irregularidades que lhes são imputadas:

9.9.1. Sr. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, Superintendente Regional da SR-12/MA à época dos fatos, em face da não adoção de providências no sentido de recuperar os recursos aplicados indevidamente ou mesmo desviados pelos dirigentes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, com relação crédito para apoio e instalação do PA de Pau de Estopa - Coroatá/MA, tendo em vista que a autarquia tinha conhecimento das irregularidades cometidas na utilização dos recursos, conforme comprovam os elementos destes autos, consignados no relatório precedente a esta deliberação;

9.9.2. Srs. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, ex-Superintendente do Incra, Antônio Gualhardo Álvares dos Prazeres, Subgerente do Nepe, e Carlos César Luso, responsável pelo exame de contas de convênio, em face da aprovação da prestação de contas do Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, em Coroatá/MA, no qual houve aporte de recursos federais, em que pese dela constar documentos que evidenciavam a irregular aplicação dos recursos, a exemplo da Nota Fiscal 102, no valor de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais) da empresa Bahia Construções e Edificações Ltda. emitida antes da autorização de impressão do documento fiscal, e da Nota Fiscal 032, no valor de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), emitida pela empresa "Inca Planejamento Acessoria e Consultoria Ltda.", não encontrada na base de dados da Receita Federal;

9.9.3. Srª Lina Rosa de Carvalho Mello, Subgerente do Nepe, e Srs. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, ex-Superintendente do Incra, e Carlos César Luso, responsável pelo exame de contas de convênio, em face da aprovação da prestação de contas do Convênio 329-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, em Coroatá/MA, no qual houve aporte de recursos federais, em face da aprovação da prestação de contas desse convênio em que pese a não construção de chafariz, a ausência de aquisição de compressor com motor elétrico e o não funcionamento do poço/sistema de abastecimento de água, constatado por vistoria técnica;

9.10. determinar à Secex/MA que, observando o disposto no art. 43 da Resolução/TCU 191/2006, autue um processo de tomada de contas especial específico para cada convênio/transferência voluntária de recursos objeto da presente deliberação (Convênio 411-CV/2000; Convênio 329-CV/2000; e "crédito para apoio e instalação do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA"), efetuando-se neles as respectivas citações e audiências;

9.11. com fundamento no art. 198 do Regimento Interno/TCU, dar ciência deste acórdão ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;

9.12. enviar cópia desta deliberação ao denunciante, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Governo do Estado do Maranhão, e

9.13. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria versada nos autos.

10. Ata n° 17/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1313-17/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 35 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de maio de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ATA Nº 18, DE 18 DE MAIO DE 2011
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho e do Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes o Ministro Aroldo Cedraz, com causa justificada, e os Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, em férias, e Weder de Oliveira, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou as atas nºs 16 e 17, das sessões ordinária e extraordinária realizadas em 11 de maio (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Apresentação do resultado institucional obtido no 1º quadrimestre de 2011;

Designação do Ministro Ubiratan Aguiar para representar o TCU no VIII Congresso da Eurosai;

Conclusão de nova etapa na implantação do processo eletrônico no âmbito desta Casa;

Cerimônia de aposição do retrato do Ministro Ubiratan Aguiar na Galeria dos Presidentes desta Casa;

Realização do *Ciclo de Palestras 2011 - Tecnologia da Informação: Controle Externo em Ação*, composto por eventos de conscientização da Administração Pública Federal quanto aos conceitos e à importância da boa governança de TI; e

Apresentação de Projeto de Resolução que dispõe sobre a alteração da Resolução-TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, que estabelece diretrizes a serem observadas pelas unidades internas do Tribunal na elaboração das normas previstas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e no tratamento das peças e conteúdos relacionados à prestação de contas das unidades jurisdicionadas.

Do Ministro Augusto Nardes:

Realização, pela Corregedoria, de inspeção ordinária na Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí, de conformidade com o disposto no Plano de Correições e Inspeções do 1º semestre.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Proposta, aprovada pelo Plenário, de formação de Grupo de Trabalho com objetivo de definir parâmetros técnicos para elaboração de projetos de engenharia com nível de qualidade adequado para a licitação, contratação e execução de obras públicas e de concessão de serviços públicos precedidos de obras públicas. O Presidente Benjamin Zymler agradeceu a contribuição oferecida e determinou à Segecex que promova estudos de forma a apresentar a melhor maneira para instituição e composição do Grupo de Trabalho em questão.

QUESTÃO DE ORDEM

O Ministro Raimundo Carreiro apresentou questão de ordem ao Plenário, aprovada por unanimidade, para que seja disponibilizado o acesso, para todos os Gabinetes de Ministros, de Auditores e dos Srs. Procuradores do MP/TCU, às instruções dos processos incluídos em Relação. A Presidência acolheu com satisfação a solicitação e informou que já estava em fase de implementação, por iniciativa da Secretaria das Sessões, um conjunto de regras para acesso pelas Autoridades e respectivos Gabinetes a peças de processos, que contemplava plenamente o requerido, além de estabelecer outras facilidades. O Presidente comunicou, ademais, que as novas regras de acesso entrarão em funcionamento até o próximo dia 10 de junho, conforme assegurou a Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI).

O inteiro teor da questão de ordem e da manifestação do Presidente está inserido no Anexo II a esta Ata.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 12/05/2010

Processo: 001.505/2005-0
Interessado: FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 002.023/2010-5
Interessado: CNPQ/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 004.727/2004-3
Interessado: SECEX-MA/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO MA, /EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 005.936/2010-1
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Ceará
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 006.134/2010-6
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 007.757/2009-7
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 008.286/2009-6
Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - MEC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 008.916/2005-7
Interessado: Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 009.880/2004-9
Interessado: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 011.495/2007-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 011.699/2006-3
Interessado: FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, Prefeitura Municipal de Denise - MT
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 012.023/2011-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 013.749/2003-1
Interessado: CASA DA MOEDA DO BRASIL - MF
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 015.034/2006-4
Interessado: SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MTE, MANOEL CECILIANO SALLES DE ALMEIDA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 019.637/2007-5
Interessado: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL 1ª REGIÃO FISCAL, SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - CGU/PR
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 019.677/2007-0
Interessado: IDENTIDADE PRESERVADA/(DOCUMENTO SIGILOSO)
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 022.435/2009-8
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí - PI
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 027.661/2006-7
Interessado: SECRETARIA DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA - MinC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 028.038/2009-5
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, /SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORRENTE - PI
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 033.538/2008-5
Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC, SECEX-AC/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO/AC
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Data do sorteio: 17/05/2010

Processo: 000.312/2009-1
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 005.309/2007-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 005.411/2007-6
Interessado: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 006.069/2009-5
Interessado: FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - MDS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 008.654/2010-7
Interessado: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 008.861/2011-0
Interessado: SECEX-AC/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Administrativos
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 009.431/2001-8
Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - MEC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 010.734/2009-4
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí - PI
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 012.106/2009-6
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 012.652/2001-0
Interessado: DEPARTAMENTO DE EMPREGO E SALÁRIO - SPPE/MTE
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 013.571/2009-0
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 014.676/2005-4
Interessado: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ - MEC
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 015.996/2003-1
Interessado: FUNDAÇÃO DE GESTÃO E INOVAÇÃO - FGI/FUNDAÇÃO DE GESTÃO E INOVAÇÃO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 018.174/2008-5
Interessado: Prefeitura Municipal de Boninal - BA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 020.314/2007-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 021.337/2010-1
Interessado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 021.683/2007-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 027.703/2008-5
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Decisão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 030.792/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1226 a 1252.

RELAÇÃO Nº 18/2011 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1226/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, e tendo em vista estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2009 e conduzida pela Secex/SP com o objetivo de realizar levantamento nas obras de Expansão do Ensino Superior, mais precisamente do Campus de Santos;

Considerando que o Tribunal, por meio do Acórdão 875/2010-TCU-Plenário (fls. 193/194, vol. principal), rejeitou as razões de justificativa apresentadas pelas Sras Lucila Amaral Carneiro Vianna e Luciana Diniz Guttila e lhes aplicou sanção pecuniária;

Considerando que, nos termos do art. 179, inciso II, do Regimento Interno do TCU, a Sra. Lucila Amaral Carneiro Viana foi notificada do Acórdão 875/2010-TCU-Plenário em 20/5/2010, conforme Aviso de Recebimento, recebido na portaria do prédio em que mora (fls. 202 do vol. 1);

Considerando que a Sra. Lucila Amaral Carneiro Viana interpôs Pedido de Reexame contra os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 875/2010 - Plenário, em 7/6/2010 (fl. 1, anexo 6), o qual extrapola o prazo quinzenal estipulado pelo art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que, pelo Acórdão 2825/2010 - Plenário, o Tribunal não conheceu do pedido de reexame;

Considerando que a Sra. Lucila Amaral Carneiro Viana opôs, tempestivamente, embargos de declaração ao Acórdão 2825/2010 - Plenário (anexo 7);

Considerando que a interessada apresentou fatos novos supervenientes que permitem relevar a eiva da intempestividade, nos termos do art. 286, parágrafo único, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o que autoriza o conhecimento do recurso,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer dos embargos de declaração, dar-lhes provimento e conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Lucila Amaral Carneiro Viana, contra os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 875/2010 - Plenário.

1. Processo TC-009.574/2009-6 (PEDIDO DE REEXAME EM RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Interessada: Lucila Amaral Carneiro Viana
1.3. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - MEC
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1227/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão ordinária de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação aos Srs. Francisco Vagner Dantas Leite e Laís Maria Rossas Freire, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram imputadas, e manter o sobrestamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao subitem 8.1 dos Acórdãos 151/1999 e 154/1999, proferidos pelo Plenário, em Sessão de 25/8/1999, Ata 38/1999.

Valor original da multa: R$ 10.000,00 Data de origem do débito: 25/8/1999

Responsáveis:	Valor recolhido:	Data do recolhimento:
Francisco Vagner Dantas Leite	R$ 21.376,76	15/4/2011
Laís Maria Rossas Freire	R$ 21.209,03	6/4/2011

1. Processo TC-275.622/1996-7 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)

1.1. Apensos: 002.463/2005-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.462/2005-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.456/2005-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.458/2005-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.461/2005-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.464/2005-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde (006.441.373-04); Laís Maria Rossas Freire (020.969.863-20); Maria Irisman Alves Cidade (010.421.653-00)

1.3. Órgãos: Tribunal Regional do Trabalho das 2ª e 7ª Regiões

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 18/2011 - Plenário

Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 18/2011 - Plenário

Relator - Ministro UBIRATAN AGUIAR

ACÓRDÃO Nº 1228/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito, devido à ausência de pressupostos para o seu desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU, e informar à EBC que, caso se decida pelo prosseguimento da licitação em questão, deverá enviar ao Tribunal a documentação prevista na Instrução Normativa-TCU 52/2007, nas condições e prazos ali especificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.678/2009-3 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

1.3.Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação 2 (SEFID-2)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Luís Henrique dos Anjos (OAB/RS 29313) e Marco Antônio Fioravante (OAB/DF 25.314).

ACÓRDÃO Nº 1229/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM , por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno, em determinar a remessa de cópia do relatório de auditoria à 4ª Secretaria de Controle Externo para avaliação da oportunidade e conveniência de autuar processo específico para análise da legalidade do art. 10, III, da Resolução SESC nº 1.102, de 20/02/2006, arquivando-se a seguir o processo:

1. Processo TC-021.629/2010-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1.Classe de Assunto: V

1.2. Interessado: Serviço Social do Comércio - Administração Regional RJ (CNPJ 03.621.867/0001-52)

1.3. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Rio de Janeiro

1.4. Responsável: Orlando Santos Diniz (Presidente)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1230/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar os presentes autos, sem prejuízo de se fazer as determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.476/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Representante: Controladoria-Geral da União

1.3. Entidade: Município de Mirassol D'Oeste/MT

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. determinar à Controladoria-Geral da União que, no que se refere ao Relatório de Demandas Especiais 00212.000118/2010-2, relativo à fiscalização no município de Mirassol D'Oeste (MT):

1.6.1. adote, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas cabíveis em relação às constatações apontadas em seu item 2.1.1.1 (Situação Apontada: Obra de pavimentação asfáltica - objeto do convênio nº 615547, firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura de Mirassol do Oeste/MT, com baixa qualidade de execução e de materiais utilizados) e, caso não obtenha o ressarcimento pretendido, se for o caso, instaure a devida tomada de contas especial, observadas as disposições da IN/TCU 56/2007;

1.6.2. ao término do prazo fixado no subitem anterior, encaminhe relatório informando as providências adotadas à Secex/MT;

1.7. determinar à Secex/MT que:

1.7.1. encaminhe cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução do Relatório de Demandas Especiais 00212.000118/2010-2 (doc. 1), à Câmara de Vereadores do Município de Mirassol D'Oeste/MT, para ciência e adoção das providências que entender necessárias;

1.7.2. autue processo de monitoramento com vistas a acompanhar o cumprimento das determinações endereçadas à Controladoria-Geral da União, que deverá permanecer sobrestado até o término do prazo fixado para a CGU no subitem 1.6.1. ou até o encaminhamento do relatório de que trata o subitem 1.6.2, o que se der primeiro.

ACÓRDÃO Nº 1231/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno do TCU, e arquivar os autos, sem prejuízo das determinações a seguir:

1. Processo TC-019.351/2009-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Representante: 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco

1.3. Órgão: Procuradoria-Regional da União - 5ª Região/PE

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada da instrução de fls. 27/29, bem como do volume principal dos presentes autos, ao Comando da 7ª Região Militar - 7ª Divisão do Exército, subordinado ao Comando Militar do Nordeste do Exército Brasileiro, e à Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas, subordinada ao Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, alertando seus responsáveis quanto à necessidade do cumprimento tempestivo das demandas do Judiciário, de modo a evitar a incidência de astreintes, e o consequente dano ao erário, tal como ocorreu no processo de execução nº 91.0005413-5 que tramita na 3ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco.

1.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada da instrução de fls.27/29, à representante.

ACÓRDÃO Nº 1232/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da presente representação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no inciso VI do art. 237 do RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente, e fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-021.074/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Entidade: Control Teleinformática Ltda. (CNPJ - 05.455.684/0001-30)

1.3. Representante: 6ª Secretaria de Controle Externo - TCU

1.4. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6)

1.5. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e Karina Bronzon de Castilho (OAB/DF 12.004).

1.6. alertar a Control Teleinformática Ltda. que sua participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, a exemplo do ocorrido no Pregão 01/2009, ensejará a declaração de inidoneidade, impossibilitando que contrate com a administração pública por até 5 anos, conforme o art. 46 da Lei 8.443/92;

1.7. encaminhar cópia desta deliberação acompanhada da instrução de fls.61/64 à empresa Control Teleinformática Ltda.; e

1.8. arquivar o presente processo, nos termos do art.169, inciso IV do Regimento Interno do TCU.

Ata n° 18/2011 - Plenário

Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 22/2011 - Plenário

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1233/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão nº 1080/2007 - Plenário - no item 3, onde se lê: "**Fernando de Sousa Cardoso",** leia-se: "**Fernando Sousa Cardoso",** e onde se lê: "**(GNPJ: 10.211.050/0001-71)",** leia-se: "**(CNPJ: 10.211.050/0001-71)**"; no item 9.1, onde se lê: "**Fernando de Sousa Cardoso",** leia-se: "**Fernando Sousa Cardoso**"; no item 9.2, onde se lê: "**Progresso Construção Ltda."** leia-se: "**Progresso Construções Ltda.**"; nos itens 9.3 e 9.4, onde se lê: "**(CPF 688.0555.787-20)",** leia-se: "**(CPF 688.055.787-20)**"; Acórdão nº 673/2009-Plenário - no item 9.2, onde se lê: "**Fernando Souza Cardoso",** leia-se: "**Fernando Sousa Cardoso**"; Acórdão nº 2394/2010-Plenário - no item 3.2, onde se lê: "**Fernando de Sousa Cardoso",** leia-se: "**Fernando Sousa Cardoso"** e onde se lê: "**Fernando Souza Cardoso",** leia-se: "**Fernando Sousa Cardoso**"; mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-AC e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-800.090/1998-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 008.077/1999-1; 013.427/2009-7

1.2. Interessados: Mauri Sérgio Moura de Oliveira (CPF: 028.193.332-49), Sebastião Aguiar da Fonseca Dias (CPF: 066.632.572-34), Oscar Pereira dos Reis (CPF: 026.608.142-87), Wilson Viana Gomes Júnior (CPF 104.324.183-34), Luiz Antônio da Silveira Caetano (CPF: 339.516.757-72), Carmem Bastos Nardino (CPF: 688.055.787-20) e a empresa Slump Engenharia Ltda. (CNPJ: 14.360.333/0001-36).

1.3. Responsáveis: Carmem Bastos Nardino (CPF: 688.055.787-20); Fernando Sousa Cardoso (CPF: 805.427.436-04); Luiz Antonio da Silveira Caetano (CPF: 339.516.757-72); Mauri Sérgio Moura de Oliveira (CPF: 028.193.332-49); Oscar Pereira dos Reis (CPF: 026.608.142-87); Progresso Construções Ltda (CNPJ: 10.211.050/0001-71); Sebastião Aguiar da Fonseca Dias (CPF: 066.632.572-34); Slump Engenharia Ltda (CNPJ: 14.360.333/0001-36); Wilson Viana Gomes Junior (CPF: 104.324.183-34).

1.4. Unidade: Município de Rio Branco/AC

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Acre (SECEX/AC).

1.6. Advogados constituídos nos autos: José Ribamar Trindade de Oliveira (OAB/AC 2.259), Jefferson Marinho (OAB/AC 784) e Amílcar Pinheiro (OAB/AC 769).

ACÓRDÃO Nº 1234/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputado, através do Acórdão nº 1780/2007-Plenário - TCU, Sessão 29/8/2007 (fl.659 - vol.4), ao responsável, Sr. Luiz Adriel Vieira, conforme os pareceres emitidos pela Secex-PI e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-005.517/2005-9 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 016.269/2008-1 (Cobrança Executiva); 016.267/2008-7 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Luiz Adriel Vieira Neto 072.801.223-53**,** ex-Diretor Técnico da CEPISA

1.3. Unidade: Companhia Energética do Piauí - CEPISA

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI(SECEX-PI)

1.5. Advogados constituídos nos autos: Amélia Lúcia Brandão Araújo OAB/PI 6527; Camila Maués dos Santos Oab/CE 22.251; Carlos Eduardo Pinheirode Medeiros OAB/PI 4870; Danilo Sá Urtiga Nogueira OAB/PI 4961; Edelman Medeiros Barbosa Santos OAB/PI 5175; Glennda Adyanne Gomes Monteiro Silva OAB/PI 4465; Izabelita de Jesus Carneiro Machado OAB/PI 4.902; Laércio Ivando Evangelista Pires Ferreira OAB/PI 5.118 e Thiago Flores dos Santos OAB/AM 5.004

Valor do Débito	Data da Condenação
R$ 10.000,00 (dez mil reais).	29/8/2007
Valor Recolhido	Data do Recolhimento
R$ 11.322,07 (onze mil, trezentos e vinte e dois reais e sete centavos)	05/11/2008 a 05/10/2010

ACÓRDÃO Nº 1235/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "**e**", e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em prorrogar o prazo, por mais 15 (quinze) dias, a contar da nova notificação deste Acórdão, para que cumpra a determinação constante dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 538/2011-TCU-Plenário, conforme os pareceres emitidos nos autos .

1. Processo TC-007.524/2010-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Marco Arildo Prates Cunha, Diretor-Presidente da Trensurb (CPF 263.031.320-49); Lino Sérgio do Lago Fantuzzi (CPF 081.231.950-87), Gerente de Projetos e Obras da Trensurb; Consórcio Novavia (CNO - Construtora Norberto Odebrecht S/A (CNPJ 15.102.288/0001-82); Toniolo Busnelo S/A (CNPJ 89.723.977/0001-40); Construtora Andrade Gutierrez S/A (CNPJ 17.262.213/0001-94); Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil Ltda. (CNPJ 04.129.328/0001-63); Trans Sistemas de Transporte S/A (CNPJ 02.249.216/0001-10))

1.2. Interessado: TCU

1.3. Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.5. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles OAB/DF 28.108; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes OAB/DF 27.154; Patrícia Guercio Teixeira Delage Oabimg OAB/MG 90.459; Marina Hermeto Corrêa OAB/MG 75. 173; Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira OAB/MG 89.353 e Nairon Sousa Russo OAB/MG 106.011.

Ata n° 18/2011 - Plenário

Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2011 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 1236/2011 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Recurso de Revisão, interposto pelo Sr. José Ribamar Fontes Beleza, ex - Prefeito de Barcelos/AM contra o Acórdão n.º 4246/2009 - 1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o Recurso de Revisão requer o atendimento de um dos requisitos específicos indicados no art. 35 da Lei n.º 8.443/1992, a saber: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente em sua peça recursal não fundamenta o seu recurso em qualquer dos requisitos supramencionados;

Considerando a improcedência da alegação de que o recorrente não teria sido chamado aos autos, uma vez que a citação e a notificação foram enviadas para o endereço que consta na base CPF, sendo, portanto, válidas;

Considerando que o art. 179, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, estabelece que a citação e a notificação serão efetuadas mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

Considerando que a documentação apresentada pelo recorrente não é suficiente para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos transferidos à Prefeitura Municipal de Barcelos/AM para aquisição de ambulância fluvial por intermédio do Convênio nº 755/1999;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 278, § 2º, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do Recurso de Revisão, por não preencher os requisitos específicos de admissibilidade; manter inalterado o Acórdão recorrido; e dar ciência ao recorrente:

1. Processo TC-016.271/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) - Apensos: 024.689/2009-9 (Cobrança Executiva); 024.688/2009-1 (Cobrança Executiva)

1.1. Responsável: Jose Ribamar Fontes Beleza (075.825.012-68)

1.2. Entidade: Município de Barcelos/AM

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1237/2011 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Recurso de Revisão, interposto pelo Sr. Gilton Andrade Santos, ex - Prefeito de Cáceres-MT contra o Acórdão n.º 969/2008 - 1ª Câmara, confirmado pelo Acórdão n.º 1688/2008 - 1ª Câmara, e modificado parcialmente pelos Acórdãos 4544/2010-1ª Câmara e 7086/2010-1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa.

Considerando que o Recurso de Revisão requer o atendimento de um dos requisitos específicos indicados no art. 35 da Lei nº 8.443/1992, a saber: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente, embora aduza fundar seu recurso no art. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, não apresentou novos documentos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que a simples discordância do recorrente das conclusões do Acórdão recorrido não constitui motivo suficiente para o conhecimento do Recurso de Revisão;

Considerando a impossibilidade de receber como recurso de reconsideração o presente Recurso de Revisão, em virtude do princípio da singularidade dos recursos, eis que o recorrente já fez uso daquele recurso;

Considerando a rejeição do argumento de nulidade absoluta do procedimento de apuração;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 278, § 2º, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do Recurso de Revisão, por não preencher os requisitos específicos de admissibilidade e não apresentar a nulidade alegada; manter inalterado o Acórdão recorrido; e dar ciência ao recorrente:

1. Processo TC-018.644/2003-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adair Mendes de Lara (027.154.308-68); Alter Alves Ferraz (001.692.501-72); Francisco Campos de Oliveira (011.296.276-91); Gilton Andrade Santos (074.168.816-68); Landolfo Vilela Garcia Júnior (388.238.101-91)

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex-SC)

1.4. Advogado constituído nos autos: Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1586-A)

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1238/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno e no art. 42 da Resolução TCU n.º 191/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar concluído o monitoramento das determinações proferidas no Acórdão TCU n.º 797/2010 - Plenário e ordenar o apensamento deste processo ao TC-002.339/2010-2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.593/2010-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF/MF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1239/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea *e*, e 183, inciso I, alínea *d*, do Regimento Interno, em autorizar:

a) as prorrogações de prazos solicitadas, individualmente, pelos Srs. Hugo Sternick, Eurival Rego e Cunha e Antônio Fernando Guanabarino de Souza, por mais 30 (trinta) dias e pelo Sr. Júlio César de Ávila Oliveira, por mais 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento das audiências e oitiva contidas no Acórdão n.º 763/2011 - TCU - Plenário, de acordo com a proposta da Unidade Técnica;

b) a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte-Dnit/MT, por mais 10 (dez) dias, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento da oitiva contida no Acórdão n.º 763/2011 - TCU - Plenário, conforme ofício n.º 1682/2011/DG, de 10/05/2011, fls. 311/319, encaminhado ao Gabinete deste Relator, posteriormente à manifestação da Secob-2:

1. Processo TC-016.747/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antônio Fernando Guanabarino de Souza (284.903.807-59); Eurival Rego e Cunha (036.665.812-34); Hugo Sternick (296.677.716-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00).

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT/MT

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1240/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso I, 143, inciso III, 235 e 237, do Regimento Interno, em conhecer da representação a seguir relacionada, por preencher os requisitos de admissibilidade, sem julgamento do mérito, determinar o encaminhamento dos presentes autos à Secex/MT, para fins de promover seu apensamento ao TC 010.132/2009-7, de acordo com os pareceres emitidos pela Unidade Técnica:

1. Processo TC-017.238/2009-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual no Estado do Mato Grasso/MT

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (Secex-MT)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 18/2011 - Plenário
Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 20/2011 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1241/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação do débito ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional em Alagoas (Sesi/AL), ante o recolhimento integral dos valores a seguir indicados, mediante o Acórdão nº 348/2010-TCU- Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

VALOR HISTÓRICO (R$)	VALOR ATUALIZADO	VALOR RECOLHIDO	DATA DO RECOLHIMENTO
1.400,00	2.783,94	2.790,00	5/5/2008
7.000,00	15.249,47	15.200,00	5/5/2008

1. Processo TC-008.398/2004-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2003)

1.1. Responsáveis: Arnobio Cavalcanti Filho (308.202.354-15); Jose Carlos Lyra de Andrade (038.849.024-15); Jose Helio Barbosa Lima (291.509.494-20); José Aprígio Vilela (020.869.484-68); José Fernandes Souza de Holanda (099.356.904-82); José Jobson Ferreira Torres (164.000.974-49); Norival Antonio de Bulhoes Braga (033.286.004-34); Ricardo Coelho de Barros (209.084.744-15); Romildo Ramos Rocha (003.431.884-49); Silvio Sandes Torres (060.202.084-00)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional/AL

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL(SECEX-AL)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1242/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, 41, inciso II, 43, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 15, inciso I, alínea "s", e 143, inciso III, todos do Regimento Interno, em emitir a determinação, o alerta e as recomendações propostas pela 5ª Secex e restituir os autos àquela unidade técnica, para o prosseguimento dos trabalhos de fiscalização.

1. Processo TC-013.155/2009-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: 5ª Secretaria de Controle Externo - TCU

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Economia Solidária - Mte

1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-5)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Alertas:

1.5.1. determinar à Secretaria de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que defina procedimentos de fiscalização e de fornecimento de informações pelas Seções de Economia Solidárias (SES) ou áreas equivalentes na estrutura das Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTE), para otimizar a atividade de fiscalização e acompanhamento dos convênios e outros instrumentos congêneres, informando ao TCU, em 90 dias, as medidas adotadas (itens 35 a 49 da instrução);

1.5.2. alertar à Fundação Banco do Brasil (FBB) que, ao elaborar os relatórios de monitoramento dos projetos sob sua responsabilidade, faça constar deles a data de expedição (item 37 da instrução);

1.5.3. recomendar à Secretaria de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e à Fundação Banco do Brasil (FBB) que orientem as entidades executoras do Convenio Siafi 620694 que ainda não distribuíram os equipamentos de proteção individual (EPI), para que realizem a compra, mediante cotação prévia de preços, e distribuam os equipamentos aos participantes, a fim de cumprir o estabelecido no plano de trabalho (item 32 da instrução);

1.5.4. recomendar à Secretaria de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que:

1.5.4.1. institua, a partir de valor a ser definido conforme Acórdão 1.331/2008-TCU-Plenário para realização de visita *in loco* nos convênios, Comitê/Comissão responsável pela gestão dos ajustes (itens 50 a 57 da instrução);

1.5.4.2. coordene a ação orçamentária integrante do Programa "Resíduos Sólidos Urbanos - 8007", para evitar sobreposição de sua execução com outras ações e beneficiar municípios onde não existam políticas públicas voltadas para os catadores de resíduos sólidos e esses estejam em situação precária de trabalho (itens 58 a 67 da instrução);

1.6. encaminhar cópia da instrução de fls. 68/78 ao Ministério Público do Pará, para adoção das medidas que entender pertinentes;

1.7. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público do Pará, à Secretaria de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e à Fundação Banco do Brasil (FBB).

ACÓRDÃO Nº 1243/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso II e 8º, da Lei 8.443/92, c/c o art. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 243 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em promover o apensamento dos autos ao TC-030.575/2008-5, bem como juntar cópia do presente acórdão às contas da Secretaria Executiva do MCT/SE/MTC, de acordo com os pareceres, ante as constatações relativas ao Acórdão 645/2009 - Plenário.

1. Processo TC-003.407/2011-0 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Ivancir Gonçalves da Rocha Castro Filho (101.740.101-25)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - Mct

1.3. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-6)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1 Em relação ao Acórdão 645/2009 - Plenário:

1.5.1.1. considerar cumprido o item 9.2.1. (item 2.4.);

1.5.1.2. considerar prejudicada a verificação do cumprimento do item 9.2.2. (item 2.4.).

ACÓRDÃO Nº 1244/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de representação autuada a partir de documentação oriunda da Câmara Municipal de Careiro/AM, remetida a este Tribunal pelo Senador Romeu Tuma (falecido) mediante o Ofício 033/2007-CSF, em que são apontadas supostas irregularidades praticadas pelo gestor máximo municipal nos exercícios de 2001 e 2002,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, nas apurações iniciais efetuadas pela secretaria, constatou-se a realização de fiscalização por parte da Controladoria-Geral da União (CGU) no município, por meio do 7º Sorteio Público, cujas irregularidades foram inicialmente examinadas no TC-020.496/2003-5, objeto do Acórdão 659/2004 - Plenário,

Considerando que mediante o referido acórdão foram determinadas diversas providências com vistas à apuração das irregularidades apontadas e instauração de tomada de contas especial,

Considerando que em face dessas informações e demais outras coletadas mediante diligência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde, este Tribunal deliberou no sentido de determinar, mediante o Acórdão 1.217/2009 - Plenário, que fossem avaliadas as aquisições efetuadas com recursos do Pnae à Distribuidora Tianguar e a Francisco das Chagas Fontenele Silva, nos exercícios de 2000 e 2001, face aos indícios de irregularidades indicados no referido acórdão, bem como a remessa, ao final do prazo de sessenta dias, de relatório acerca das conclusões a este Tribunal,

Considerando que o Fnde informou, em razão da determinação que lhe foi dirigida, que diversas dificuldades foram enfrentadas para o agendamento de fiscalização, tendo em vista a sobrecarga de trabalho para o ano de 2010, relacionada à realização de elevado número de fiscalizações agendadas, o que conduziu à inviabilização do cumprimento integral do plano de auditoria daquele exercício, inclusive, em razão de dificuldades relativas à alocação de pessoal para as tarefas de controle,

Considerando que, em face disso, a entidade informou que a fiscalização e o exame necessário, objeto da determinação, serão realizadas no segundo trimestre deste ano de 2011,

Considerando que diante das informações prestadas a unidade técnica propõe o conhecimento da representação e a expedição de determinação à referida entidade com vistas a que conclua as avaliações determinadas pelo Acórdão 1.217/2009 - Plenário, adotando as medidas necessárias à instauração de tomada de contas especial, se necessário, bem como que informe, o resultado a este Tribunal,

Considerando, assim, que os indícios de irregularidades serão apurados pelo próprio concedente dos recursos, mediante exame dos documentos e reexame das prestações de contas apresentadas,

Considerando que houve agendamento de fiscalização pelo concedente para apurar as irregularidades remanescentes aos fatos denunciados, abordadas no subitem 9.1 do referido acórdão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, com fundamento no art. 237, inciso III, e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;

b) determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde que:

b.1) conclua as avaliações determinadas por este Tribunal mediante o Acórdão 1.217/2009 - Plenário, programadas para realização até o mês de julho de 2011, conforme informado;

b.2) adote as medidas necessárias para instaurar a tomada de contas especial, se detectadas irregularidades que ensejem dano ao erário,

b.3) informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, os resultados dos trabalhos, a análise empreendida e sua conclusão;

c) enviar cópia deste acórdão à Corregedoria do Senado Federal, tendo em vista o expediente inaugural ter sido remetido pelo então corregedor, Senador Romeu Tuma, outrora interessado neste feito;

d) arquivar os autos.

1. Processo TC-021.513/2007-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Romeu Tuma (010.973.348-72)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Careiro - AM

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM(SECEX-AM)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata nº 18/2011 - Plenário

Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 23/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1245/2011 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de inadimplência contratual e que o órgão contratante adotou as medidas cabíveis para o ressarcimento do débito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo da determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.076/2009-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-006.881/2004-2 (TOMADA DE CONTAS).

1.2. Responsáveis: Sônia Maria de Paula Spilak (CPF 761.906.418-49) e Swets Serviços para Biblioteca Ltda. (CNPJ 30.362.133/0001-05).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais São José dos Campos - Inpe/SJC - MCT.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).

1.5. Advogados constituídos nos autos: Norberto Lomonte Minozzi, OAB/SP 25.242; André Gabriel Hatoun Filho, OAB/SP 155.944; Silvia de Cássia Luzzi, OAB/SP 89.313; Ariane Lazzerotti, OAB/SP 147.239; Márcio Martinelli Amorim, OAB/SP 153.650; Sidnei Araújo, OAB/SP 252.585; e Cláudia Magalhães Benemond, OAB/SP 234.970.

1.6. Determinar à Secex/SP que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 406/421, aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 1246/2011 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor da Sra. Sônia Maria de Paula Spilak, servidora aposentada do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos (Inpe/SJC);

Considerando que, na Sessão Plenária de 5 de maio de 2010, quando da apreciação deste TC 006.868/2009-1, o Excelentíssimo Ministro Benjamin Zymler, apresentou pedido de vista, nos termos do art. 112 do RITCU;

Considerando que o presente processo retornou à pauta na Sessão Plenária de 29 de setembro de 2010, quando, após consenso entre os integrantes da Corte, foi deliberada a retirada de pauta do processo com vistas a exame mais aprofundado a respeito de possível envolvimento de outros servidores da entidade, exaurindo-se, assim, os efeitos do referido pedido de vista;

Considerando que, por meio de despacho acostado às fls. 275/276 dos presentes autos, foi determinado à Secex/SP a realização de providências saneadoras com o fito de verificar eventual solidariedade de outros servidores da entidade na ocorrência da irregularidade tratada no feito, conforme decidido na referida Sessão Plenária de 29 de setembro de 2010;

Considerando que, em atendimento ao despacho retromencionado, a unidade técnica promoveu diligências saneadoras que subsidiaram a instrução técnica acostada às fls 307/323, que propugna pelo arquivamento da presente TCE, sem julgamento de mérito, ante a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento nos art. 169, inciso II, e 212 do RITCU;

Considerando o parecer convergente do Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em arquivar os presentes autos, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo da determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.868/2009-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-012.987/2009-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL).

1.2. Responsáveis: Sônia Maria de Paula Spilak (CPF 761.906.418-49) e Swets 200 Serviços para Biblioteca Ltda. (CNPJ 30.362.133/0001-05).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais São José dos Campo - Inpe/SJC - MCT.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex-SP).

1.5. Advogados constituídos nos autos: Norberto Lomonte Minozzi, OAB/SP 25.242; André Gabriel Hatoun Filho, OAB/SP 155.944; Silvia de Cássia Luzzi, OAB/SP 89.313; Ariane Lazzerotti, OAB/SP 147.239; Márcio Martinelli Amorim, OAB/SP 153.650; Sidnei Araújo, OAB/SP 252.585; e Cláudia Magalhães Benemond, OAB/SP 234.970.

1.6. Determinar à Secex/SP que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 307/323, aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 1247/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o seguinte Acórdão, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/MS, para dar prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Acórdão nº 688/2011-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 23/3/2011, Ata nº 9/2011, relativamente ao seu subitem 9.3:

onde se lê: "9.3. julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. João Pereira da Silva, João José de Souza Leite, Augusto Maurício da Cunha Menezes Wanderley, Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Luiz Yoschiharu Yoschimura, Lourival Ângelo Ponchio, Alcione Nogueira da Fonseca Boniati, Márcia Josepha Corral Tacaci Garcia do Amaral e Selma Regina Rodrigues de Melo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhes quitação;";

leia-se: "9.3. julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. João Pereira da Silva, João José de Souza Leite, Augusto Maurício da Cunha Menezes Wanderley, Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Luiz Yoschiharu Yoschimura, Lourival Ângelo Ponchio, Alcione Nogueira da Fonseca Boniati, Márcia Josepha Corral Tacaci Garcia do Amaral, Selma Regina Rodrigues de Melo e Mônica Régis Wanderley Crivellente, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhes quitação;":

1. Processo TC-024.167/2007-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-001.864/2006-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL) e TC-002.064/2001-5 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Alcione Nogueira da Fonseca Boniatti (CPF 250.457.171-20); Augusto Maurício da Cunha Menezes Wanderley (CPF 004.197.451-49); Estado do Mato Grosso do Sul (CNPJ 15.412.257/0001-28); João José de Souza Leite (CPF 105.165.301-00); João Pereira da Silva (CPF 002.182.861-04); Lourival Ângelo Ponchio (CPF 141.609.948-49); Luiz Yoshiharu Yoshimura (CPF 069.970.151-15); Márcia Josepha Corral Tacaci Garcia do Amaral (CPF 049.560.988-98); Mônica Régis Wanderley Crivellente (CPF 445.949.761-15); Paulo Roberto Capiberibe Saldanha (CPF 068.268.901-78); Roberto Mitio Harada (CPF 148.302.998-00); e Selma Regina Rodrigues de Melo (CPF 068.701.878-19).

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador).

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex-MS).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1248/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 169, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.5.1 do Acórdão nº 3.048/2010-TCU-Plenário e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.582/2011-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Funarte/MinC.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1249/2011 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de auditoria Fiscobras/Reforme no contrato 4/2000, firmado entre a Prefeitura Militar de Brasília - PMB e Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda.;

Considerando que, em face das irregularidades/impropriedades identificadas na execução do referido contrato, foram realizadas audiências dos responsáveis;

Considerando que, da análise das razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, verificou-se a necessidade de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, objeto da presente deliberação;

Considerando que a presente deliberação constitui-se em decisão interlocutória que não afeta o mérito processual;

Considerando, por fim, que pelos motivos expostos anteriormente, não se aplica a vedação expressa no art. 143, § 4º, inciso VI do RITCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "g", e 252, **caput**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em:

a) converter os presentes autos em tomada de contas especial;

b) acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis relacionados no subitem 1.1 em relação aos indícios de irregularidade tratados nos autos;

c) manter o sobrestamento do TC-022.264/2005-6, relativo às contas da Prefeitura Militar de Brasília do exercício de 2004, até a apreciação final de mérito da tomada de contas especial a que se refere a alínea "a";

d) fazer as determinações sugeridas:

1. Processo TC-010.318/2005-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsáveis: Adhemar da Costa Machado Filho (CPF 301.756.587-49); Antonio Ramos (CPF 175.699.907-49); Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda. (CNPJ 00.358.432/0001-79); Custódio Barreto Tostes (CPF 318.488.777-49); Francisco Costa Veloso (CPF 012.619.673-72); José Carlos Ribeiro Venâncio (CPF 318.482.067-04); José Maria Fernandes de Amorim (CPF 318.478.117-87); Luiz Antonio Rômulo Capobianco (CPF 654.393.687-87); Paulo Cesar da Silva Alípio (CPF 499.020.677-00); Renato Salles Rodrigues da Silva (CPF 808.834.867-68); Robson Luiz Rodrigues Teixeira (CPF 635.131.106-34); Rosiel Moura da Silva (CPF 021.584.424-68); Rui Moreira da Silva (CPF 107.584.960-87); e Valdemir Edis da Silva (CPF 415.430.257-49).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Militar de Brasilia - PMB.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações:
1.5.1. à 3ª Secex que:
1.5.1.1. promova a citação dos Srs. Antônio Ramos e José Carlos Venâncio, em solidariedade com a firma Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda., nos termos do art. 12, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso II, do RITCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres do Tesouro Nacional a quantia original de R$ 78.736,09 (setenta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 21/12/2004, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em razão do pagamento de serviços referentes ao Contrato nº 4/2000 - PMB, por meio da Nota Fiscal nº 10.528, sem a correspondente comprovação de sua execução;
1.5.1.2. junte cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 617/647, às contas da Prefeitura Militar de Brasília do exercício de 2005 (TC-029.301/2006-1) e do exercício de 2004 (TC-022.264/2005-6), para exame em confronto e em conjunto;
1.5.1.3. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 617/647, ao Comando do Exército;
1.5.2. à Secretaria Federal de Controle Interno que, nas próximas contas da Prefeitura Militar de Brasília, noticie as medidas implementadas para dar cumprimento a esta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1250/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa imposta ao Sr. Helio Otsuka, por intermédio do subitem 9.2 do Acórdão nº 1.602/2010 - TCU - Plenário, em 5 (cinco) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.128/2008-9 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Helio Otsuka (CPF 027.352.887-49) e Marcos Walsh (CPF 330.630.797-15).
1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Estatística - RJ/2ª Região.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1251/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar, tendo em vista a ausência do pressuposto essencial do *fumus boni iuris*; e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.182/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Master Consultoria e Comércio Ltda. (CNPJ 33.443.326/0001-42).
1.2. Órgão/Entidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.
1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex-1).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à 1ª Secex que:
1.5.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução técnica, à interessada e à Secob-4;
1.5.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1252/2011 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 552/2011-TCU-Plenário determinou à Secex/TO, no subitem 9.4.1., que promovesse, com fulcro no art. 276, § 2º, do RITCU, a oitiva prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Tocantins/Incra-TO, no prazo de 5 (cinco) dias, a respeito das ocorrências relacionadas nos subitens 9.4.1.1. a 9.4.1.8.;
Considerando que a Secex/TO encaminhou à referida entidade o Ofício de Oitiva nº 375/2011-TCU/SECEX-TO, o qual foi recebido em 6 de abril de 2011;
Considerando que a entidade, em 11 de abril de 2011, acostou aos autos solicitação de prorrogação do prazo para atendimento ao citado ofício de notificação até a data de 6 de maio do ano corrente;
Considerando a ausência de previsão legal e regimental para deferimento do pleito;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, § 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em não conceder ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Tocantins/Incra-TO o deferimento da solicitação de prorrogação de prazo para atendimento à oitiva promovida pelo Ofício nº 375/2011-TCU/SECEX-TO, haja vista a ausência de previsão legal e regimental:

1. Processo TC-024.516/2007-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: TC-010.683/2010-0 (REPRESENTAÇÃO) e TC-025.199/2009-2 (REPRESENTAÇÃO).
1.2. Responsáveis: José Cardoso (CPF 590.921.228-15); José Roberto Ribeiro Forzani (CPF 411.388.566-49); Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Aesca (CNPJ 02.718.706/0001-19); Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência e Extensão Rural - Coopter (CNPJ 02.003.277/0001-01); Cooperativa dos Profissionais Liberais do Vale do Araguaia - Coopvag (CNPJ 02.059.774/0001-13); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins (CNPJ 01.785.997/0001-03); Fundação Universidade do Tocantins - Unitins (CNPJ 01.637.536/0001-85); Instituto Brasil Ásia - IBA (CNPJ 05.610.862/0001-50); e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins (CNPJ 25.052.507/0001-10).
1.3. Interessada: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).
1.4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado de Tocantins/Incra-TO - MDA.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex-TO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 18/2011 - Plenário
Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO-SUBSTITUTO

O Presidente Benjamin Zymler convocou o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, nos termos dos artigos 28, inciso XXVI, e 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, para completar a composição do Plenário, em face da ausência justificada do Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1253 a 1301, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1253/2011 - TCU - Plenário

1. TC 001.025/1998-8 (com 68 volumes e 08 anexos)
1.1. Apensos: TC 001.838/1998-9; TC 005.005/1998-1; TC 700.214/1998-4; TC 003.858/1999-5; TC 007.506/1999-6 e TC 008.817/2000-8
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Délvio Buffulin, ex-presidente do TRT/SP (CPF 018.559.808/00)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.805), Marcelo Augusto Puzone Gonçalves (OAB/SP 272.153), Marcela Caldas dos Reis (OAB/SP 200.674), Juliana Abibi Soares da Silva (OAB/SP 299.912)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de recurso de revisão em face do Acórdão 163/2001 - TCU - Plenário (alterado parcialmente pelos Acórdãos 301/2001, 050/2002 e 158/2002, todos do Plenário).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/92, em:
9.1. não conhecer deste recurso de revisão, por ser intempestivo;
9.2. notificar o recorrente;
9.3. determinar à Secex/SP que forneça ao Grupo OK Construções e Incorporações S/A o demonstrativo do total atualizado do débito que lhe fora imputado nestes autos, retornando o processo ao gabinete do Relator em seguida.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1253-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Raimundo Carreiro.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1254/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.390/2008-0
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Interessados/Embargantes: Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi (CPF nº 343.373.931-53); Marco Aurelio Rodovalho de Oliveira (CPF nº 965.289.906-20); Vanderlei de Jesus dos Santos Marques (CPF nº 225.447.471-53); Wesley José Gadelha Beier (CPF nº 352.027.181-87)
4. Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogados constituídos nos autos: Elior Marconi Fernandes Carvalho Pinto (OAB/DF nº 15.636); Jose Carlos Nespoli Louzada (OAB/DF nº 18.494) e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF nº 27.154)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos Srs. Marco Aurélio Rodovalho de Oliveira (anexo 6), Wesley José Gadelha Beier (anexo 7), Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi (anexo 8) e Vanderlei de Jesus dos Santos Marques (anexo 9), por intermédio de representantes formalmente constituídos, apontando contradições e obscuridades no Acórdão nº 2.644/2009-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, dos presentes embargos de declaração, para, no mérito:
9.1.1. acolher parcialmente os embargos opostos pelos Srs. Marco Aurélio Rodovalho de Oliveira e Wesley José Gadelha Beier, e, em consequência, alterar os itens 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 2.644/2009-TCU-Plenário, que passam a ter a seguinte redação:
"9.4 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marco Aurélio Rodovalho de Oliveira, Gerente Substituto de Logística, e pelo Sr. Wesley José Gadelha Beier, Gerente Geral de Gestão Administrativa e Financeira, em relação à prática de subcontratação da empresa Aitech Consultoria Especializada Ltda. no Contrato 45/2006, firmado por dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/1993 e à dispensa de licitação para parte do objeto contratado; e acolher as justificativas apresentadas no tocante à ausência de cláusula contratual com vedação à subcontratação, à falta de critérios para pesquisa de preços e à não consideração da distância entre a contratada por dispensa de licitação e o local da prestação do serviço;
9.5. aplicar ao Sr. Marco Aurelio Rodovalho de Oliveira (CPF: 965.289.906-20) e ao Sr. Wesley José Gadelha Beier (CPF: 352.027.181-87), a multa prevista no 58, inciso II, da Lei n. 8.443/92 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, no valor individual de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do término do prazo fixado neste acórdão até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor";
9.1.2. rejeitar os embargos de declaração opostos pelos Srs. Ana Cristina Rolins de Freitas Dusi e Vanderlei de Jesus dos Santos Marques;
9.2. manter em seus exatos termos os demais itens do Acórdão nº 2.644/2009-TCU-Plenário; e
9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, aos embargantes, para que, se entenderem pertinente, interponham tempestivamente pedidos de reexame do acórdão ora embargado.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1254-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1255/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.706/2011-1
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessada: Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
4. Órgão: Senado Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Senadora Fátima Cleide, no sentido de que o Tribunal mantenha informada a referida Comissão acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008-TCU-Plenário, proferido no TC-028.729/2006-0, no âmbito do Ministério Público da União e do Poder Judiciário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, incisos II e III, da Lei nº 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno e 4º, inciso I, da Resolução TCU nº 215/2008;

9.2. comunicar à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal que, em relação aos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008-TCU-Plenário, concernentes à pertinência de proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) quanto à Lei nº 11.793, de 6 de outubro de 2008:

9.2.1 a matéria ainda se encontra em fase de análise e avaliação pelo Ministério Público Federal, no âmbito do Processo nº 1.00.000.010675/2008-77, segundo informações colhidas junto àquela Procuradoria;

9.2.2 tão logo o Tribunal tome conhecimento da conclusão da avaliação da Procuradoria-Geral da República a respeito da pertinência de proposição da referida ADIN, esta Corte de Contas encaminhará as devidas informações a essa Comissão sobre o posicionamento do Ministério Público e seus possíveis desdobramentos no Poder Judiciário;

9.3. considerar atendida a Solicitação do Congresso Nacional formulada por meio do Ofício nº 167/2010/CE da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, nos termos do inciso II do art. 17 da Resolução TCU nº 215/2008;

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, combinado com o art. 19 da Resolução TCU nº 215/2008.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1255-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1256/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.268/2011-1.
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Monitoramento (Fiscobras 2010)
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-3
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento destinados a avaliar proposta encaminhada pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves -COI da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, consistente na alteração da classificação de IG-P para IG-C de contratos atinentes às obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras Públicas - Secob-1 que altere nos sistemas informatizados do Tribunal, relativamente aos contratos 0800.0035013.07.2 - CT 101, 0800.0043363.08.2 - CT 111, 0800.0043403.08.2 - CT 112, 0800.0048529.09.2 - CT 114, 0800.0045604.08.2 - CT 149, 0800.0041321.08-2 - CT 123, 0800.0042847.08-2 - CT 134, atinentes às obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, realizadas no âmbito da Petrobras, os indícios de irregularidades inicialmente classificados como IG-P para indícios de "*irregularidades graves com recomendação de continuidade - IG-C*";

9.2. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que, relativamente aos contratos 0800.0035013.07.2 - CT 101, 0800.0043363.08.2 - CT 111, 0800.0043403.08.2 - CT 112, 0800.0048529.09.2 - CT 114, 0800.0045604.08.2 - CT 149, 0800.0041321.08-2 - CT 123, 0800.0042847.08-2 - CT 134, atinentes às obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, realizadas no âmbito da Petrobras, os indícios de irregularidades inicialmente classificados como IG-P foram alterados para indícios de "*irregularidades graves com recomendação de continuidade - IG-C*";

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

9.4. apensar os autos ao TC-009.831/2010-0.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1256-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1257/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.775/2002-3.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Instituto Brasileiro de Frutas (64.709.983/0001-12).
3.2. Responsáveis: Fernando Brendaglia de Almeida (051.558.488-65); Instituto Brasileiro de Frutas (64.709.983/0001-12); Marketing Coop Ltda (00.974.484/0001-70).
4. Órgão: Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: Marcos Vinícius Barrozo Cavalcante - OAB/DF nº 19.850.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, opostos pelo Instituto Brasileiro de Frutas contra o Acórdão nº 455/2011-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao interessado.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1257-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1258/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.300/2006-8.
1.1. Apenso: 005.119/2005-1
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2005
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: Abelardo da Silva Oliveira Júnior (148.851.072-53); Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (395.002.684-34); Alberto Sales Barbosa (310.413.703-00); Alzira Farias Camelo (216.320.652-15); Amabilia da Silva Cardoso (498.530.314-34); Ana Dalva de Andrade Ferreira dos Santos (209.429.312-20); Ana Lucia Pereira de Lacerda (489.584.769-15); Ana Maria Pereira (394.688.017-72); Antonio Davidson Bezerra Xenofonte (059.258.433-04); Antonio Dilson Lemos Fernandes Sobrinho (316.533.321-15); Aurean Leal dos Santos (225.749.642-68); Carlos Antunes da Silva (189.502.485-49); Carlos do Patrocinio Silveira (068.522.621-20); Carlucio Goncalves Lara (291.620.336-20); Ciro da Silva Borges (105.866.793-91); Claudio Jaloretto (826.580.308-78); Claudio Jose Tinoco Farache (074.044.334-87); Cloves Trindade Silva (506.250.715-49); Consuelo Cozac (143.775.861-49); Cícero Alves Feitosa Neto (192.316.283-72); Deise Medeiros Nunes Oliveira (046.018.808-90); Democrito Aurelio Schramm Ribeiro (284.482.003-49); Edison Rebelo de Carvalho Filho (011.569.423-49); Eli Lorena Ehrhardt Maria (178.591.900-87); Enilza Maria Tavares Lins Freitas (330.200.004-91); Ernando Araujo Braga (161.706.603-68); Evanice Camargo Cardoso (184.435.321-49); Ferdinand Sampaio Ribeiro (201.125.303-97); Fernando Antonio da Silva (181.113.434-34); Francisco Nazareno Félix de Lima (112.052.373-72); Francisco Soares Pereira (105.650.513-34); Francisco de Assis Paiva Filho (444.289.874-04); Gazineu Azevedo Teixeira (162.421.573-49); Gerlado Cesar Oliveira Barros (003.456.758-51); Gicelma Teixeira Santos (313.640.805-59); Helvio Francer de Moraes (277.095.317-68); Humberto Lima Aranha (149.187.812-68); Hélio Sobral Leite (867.392.048-53); Ionilson Sampaio de Souza (277.674.262-20); Iracema Limeira Amorim (049.200.744-68); Iran de Oliveira Souza (107.434.212-72); Ivam Gouveia dos Santos (239.731.881-49); Ivo Rodrigues da Silva (127.855.201-49); Jaezer de Lima Dantas (215.821.652-20); Jander de Lima Camargo (175.813.178-03); Joao Medeiros e Silva (003.235.004-04); Jorge Antonio Soares da Silva (293.361.120-15); Jorge Mário da Silva (292.408.324-91); Jose Henrique Lima e Silva (264.838.821-49); Jose Jandui Dantas (200.933.734-49); Jose Lenir Alves Cavalcante (041.865.673-87); Jose Luiz Oliveira (438.897.519-20); Jose Wellington Landim (056.259.553-87); Josinea Barbosa Alves (392.721.681-04); José Antônio Mateus de Sousa (306.783.583-20); José Edson Pessoa Evangelista (001.013.033-00); José Wevergthon Aguiar Soares (000.012.443-53); João dos Reis Ribeiro Barros (315.353.051-34); Katia Andrade de Souza (559.623.357-91); Kátia Maria Tork Rodrigues (209.825.422-91); Laura Cristina Setton Mota (138.676.365-91); Lauro Gonçalves Bezerra (002.669.574-04); Leonardo Ribeiro Nunes (206.620.683-00); Lourdes Goretti de Oliveira Reis (170.377.605-44); Luciana de Almeida Schneider Tabisz (686.290.879-00); Luiz Alberto Fernandes (168.692.300-72); Luiz Carlos Borges de Moraes (417.566.499-87); Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha (450.054.947-15); Luiz Carlos Ferreira (077.017.216-49); Luiz Gustavo Coelho Costa (025.962.533-72); Luiza Rosa Luz Surica (260.255.404-97); Marcia Souza da Rocha Silva (112.541.572-04); Marcionita Dias Teixeira Azevedo (364.724.091-53); Marcos Batista de Resende (662.258.767-15); Marcos Fernando Trindade (296.136.550-34); Margarete Regina da Trindade (331.910.770-49); Maria Lina Coutinho Pereira (041.730.662-87); Maria Lucimar Sacramento de Lima (072.952.272-53); Maria Odinea Lima Machado (302.607.362-87); Maria Solene Ramos da Gama (046.814.282-72); Maria das Graças Rodrigues Silva (402.324.419-87); Maria de Fátima Fernandes Marreiros (130.537.874-15); Maria do Amparo dos S Miranda Araujo (119.436.101-34); Maria do Socorro Nogueira de Carvalho (196.513.922-15); Maria do Socorro Rodrigues dos Santos (180.862.332-00); Miguel Luciano Bittencourt Pacheco (873.870.779-91); Nilo Lemos Loredo (574.092.857-53); Nilvan Rodrigues da Silva (229.569.564-34); Paulo Afonso Nogueira Viana (139.739.836-15); Paulo Eduardo de Campos Sant Anna (536.135.460-00); Paulo Roberto Kaufmann (492.781.770-91); Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53); Paulo de Tarso Lustosa da Costa (000.445.123-68); Priscila Saraiva Nunes (023.881.356-80); Raimundo Nonato dos Santos Filho (110.172.015-87); Ramiro Jose Teixeira e Silva (027.339.942-04); Ricardo Jose Moroni Valenca (128.492.784-91); Ricardo Kreutzer de Jesus (359.930.229-49); Rina Márcia Leite Dias (225.532.152-15); Roberto Pereira Ferreira (060.514.212-20); Roosevelt Patriota Cota (035.997.104-06); Rute Mara Kosak Trayde (302.200.099-53); Sadi Coutinho Filho (265.827.757-15); Sandra Lucia Barbosa dos Santos (057.578.598-57); Sandra de Fatima Caldas de Oliveira (236.144.715-00); Severo Maria Eulálio Filho (286.268.693-04); Sidner Kafler (793.561.507-10); Sidney Rosim (076.414.628-98); Silvio Antonio Estabile (636.376.777-68); Sálvio Osmar Tonini (217.068.329-15); Terezinha Martins da Silva (147.647.921-68); Thiago Oliveira Ferreira de Souza (012.571.004-67); Tito Cesar dos Santos Nery (019.288.608-85); Valdi Camarcio Bezerra (081.750.801-59); Valdyr Alves de Sa (216.336.492-53); Vanderlei Faioli (689.203.187-00); Vera Lucia Feitosa de Paiva (130.432.184-34); Vera Lúcia Camillo Nunes (390.953.120-20); Vicente Paulo Martins (177.906.384-91); Vinicius Reali Parana (022.799.029-31); Wagner de Barros Campos (065.525.877-91); Walter Botelho da Luz (761.935.601-06); Wilmar Alves Martins (100.728.961-91); Zelia da Silveira Santos Olenik (285.156.332-72).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).
8. Advogado constituído nos autos: Adriano Soares Branquinho (OAB/DF 19.172)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, exercício de 2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. sobrestar o julgamento de mérito das contas dos responsáveis Paulo de Tarso Lustosa da Costa (CPF 000.445.123-68; Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (CPF 395.002.684-34); João Medeiros e Silva (CPF 108.455.424-00); e Valdi Camarcio Bezerra (CPF 081.750.801-59), até o julgamento definitivo dos processos relacionados a seguir, com fulcro nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 157 do Regimento Interno/TCU e no art. 39, §§ 2º e 3º, da Resolução-TCU 191/2006;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Responsável	Outros processos	Tipo	Assunto	UT	Multa/Débito (Proposta da UT ou Acórdão)
Adalberto Fulgêncio dos Santos Júnior (Coordenador - CORE-PB)	028.903/2007-2	TCE	TCE CONTRA CÍCERO DE LUCENA FILHO - EX-PREFEITO - PM JOÃO PESSOA/PB - IRREG. NO CONV. 252/1998 - FNS/MS - SIAFI N.° 359930	SECEX-PB	Com proposta de aplicação de multa e/ou condenação em débito - a irregularidade que lhe foi atribuída foi falta de fiscalização adequada de convênios, que se estendem por toda gestão do responsável
João Medeiros e Silva	028.903/2007-2	TCE	TCE CONTRA CÍCERO DE LUCENA FILHO - EX-PREFEITO - PM JOÃO PESSOA/PB - IRREG. NO CONV. 252/1998 - FNS/MS - SIAFI N.° 359930	SECEX-PB	Com proposta de aplicação de multa e/ou condenação em débito - a irregularidade que lhe foi atribuída foi falta de fiscalização adequada de convênios, que se estendem por toda gestão do responsável
Paulo de Tarso Lustosa da Costa (Presidente, de 20/07/2005 a 28/03/2007)	021.208/2006-0	REPR	SALDOS ALONGADOS EM CONTAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS.	SEMAG	Multa (AC-2.306/2009-1C), atos praticados em 2004 e 2005 - **processo em fase de recurso**
Valdi Camarcio Bezerra	021.208/2006-0	REPR	SALDOS ALONGADOS EM CONTAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS.	SEMAG	Multa (AC-2.306/2009-1C), atos praticados de 2004 a 2006 - **processo em fase de recurso**

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (CPF 464.092.461-53), com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.3. julgar as contas regulares com ressalvas e expedir quitação aos seguintes responsáveis, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992:

9.3.1. Coordenação Regional do Amapá: Abelardo da Silva Oliveira Junior (CPF 148.851.072-53) e Katia Maria Tork Rodrigues (CPF 209.825.422-91), ambos Coordenadores Regionais, e Ana Dalva de Andrade Ferreira dos Santos (CPF 209.429.312-20), Coordenadora Regional Substituta, em razão das falhas apuradas (item 96 do relatório);

9.3.2. Coordenação Regional de Ceará: Jose Wellington Landim (CPF 056.259.553-87), Coordenador Regional, e Wevergthon Aguiar Soares (CPF 000.012.443-53), Coordenador Regional Substituto, em razão das falhas apuradas (item 97 do relatório);

9.3.3. Coordenação Regional de Sergipe: Lourdes Goretti de Oliveira Reis (CPF 170.377.605-44) e Hélio Sobral Leite (CPF 867.392.048-53), ambos Coordenadores Regionais, em razão das s falhas apuradas (item 98 do relatório);

9.4. julgar irregulares as contas dos Srs. Wagner de Barros Campos e Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992;

9.5. aplicar aos Srs. Wagner de Barros Campos e Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil e reais) e R$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente, com fulcro no art. 58, inciso I, da Lei n.º 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. inabilitar os Srs. Wagner de Barros Campos e Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) e 8 (oito) anos, respectivamente, nos termos do art. 60 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.7. julgar regulares as contas dos demais responsáveis elencados no rol de fls. 2 a 45, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

9.8. determinar à Funasa, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 213 do Regimento Interno, o arquivamento dos processos de TCE simplificada relacionados às fls. 796 a 964 dos autos, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento os responsáveis continuarão obrigados para que lhes possa ser dada quitação, providenciando-se a inclusão do nome desses responsáveis no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin), nos termos do art. 5º, § 1º, inciso III, e § 2º, c/c art. 10 da IN-TCU 56/2007, e sua eventual exclusão, em caso de quitação do débito, conforme o art. 6º da mesma norma;

9.9. encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido à Procuradoria da República no Distrito Federal - PRDF/MPF/PGR, em função da Ação Civil Pública nº 2008.34.00.018670-3, movida pela prática de atos de improbidade administrativa relativa ao Contrato nº 74/2002, firmado entre a Funasa e a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda.; bem como ao Delegado de Polícia Federal Leo Garrido de Salles Meira, com a finalidade de instruir o Inquérito Policial nº 1457 /2009-4 relativo às irregularidades no Pregão Eletrônico nº 48/2005 e no contrato dele decorrente, nº 75/2005.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1258-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1259/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.649/2009-4.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
3.2. Responsáveis: Banco Central do Brasil - MF; Secretaria do Tesouro Nacional - MF.
4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil - MF; Secretaria do Tesouro Nacional - MF.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) e Consultoria Jurídica (Conjur).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento no Banco Central do Brasil e na Secretaria do Tesouro Nacional destinado a verificar a influência das políticas monetária e cambial na política fiscal, bem como avaliar a legalidade da sistemática de repasse de resultados positivos do Banco Central do Brasil (Bacen) ao Tesouro Nacional (TN) e da cobertura de resultados negativos, decorrentes da execução das políticas cambial e monetária;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. encaminhar cópia desta decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Presidente do Banco Central do Brasil e ao Ministro de Estado da Fazenda;
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1259-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1260/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.802/2007-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.2. Responsáveis: Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02); Estado do Rio de Janeiro (42.498.600/0001-71); Município do Rio de Janeiro (42.498.733/0001-48); Ivan Carlos Alves de Mello (487.651.127-68); Ricardo Leyser Gonçalves (154.077.518-60); Sergio Cruz (455.452.781-68).
4. Entidade: Ministério do Esporte.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (Secob-3).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação acerca de possíveis irregularidades em obras dos Jogos Pan-americanos de 2007;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 237, inciso V, 240, e 250, inciso I, do Regimento Interno, e 37 da Resolução TCU 191/2006, em:
9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. determinar a formação de processo apartado, mediante reprodução por cópia das peças relativas às obras do Complexo Esportivo de Deodoro;
9.3. determinar a instrução do processo de que trata o subitem anterior pela Secob-3;
9.4. autorizar a realização de inspeção no Ministério dos Esportes e nas organizações militares responsáveis pelas benfeitorias que serviram como canteiros de obras do Contrato ME 6/2006, para obtenção dos documentos e informações necessários ao saneamento do processo apartado;
9.5. arquivar o processo na Secob-3.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1260-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1261/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.470/2002-3
1.1. Apensos: TC 029.733/2009-1, TC 008.936/2010-2, TC 008.934/2010-0, TC 029.737/2009-0, 029.740/2009-6, TC 008.933/2010-3, TC 029.731/2009-7, TC 008.937/2010-9, TC 029.732/2009-4, TC 029.739/2009-5, TC 029.734/2009-9, TC 029.738/2009-8, TC 029.735/2009-6, TC 029.736/2009-3
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão
3. Recorrente: Ítalo Colares de Araújo (CPF: 524.292.881-68)
3.1. Responsáveis: Dênis Colares de Araújo (CPF: 792.035.744-68) e Leopoldina Maria Colares de Araujo (CPF: 020.994.203-78)
4. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2) e Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de revisão interposto contra o Acórdão nº 553/2004-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Ítalo Colares de Araújo contra o Acórdão 553/2004-TCU-Plenário, com fulcro nos arts. 31 e 32, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. incluir o nome da Sra. Leopoldina Maria Colares de Araújo no item 9.1 do Acórdão 553/2004-TCU-Plenário, excluindo, em consequência, seu nome dos itens 9.3 e 9.5 do mesmo Acórdão;
9.3. manter inalterados os demais itens da deliberação recorrida;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1261-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1262/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.640/2003-3
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão
3. Recorrente: Gilton Andrade Santos (CPF 074.168.816-68)
4. Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/11º Distrito/MT (Extinto).
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC) e Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogado constituído nos autos: Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1586-A)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Gilton Andrade Santos contra o Acórdão nº 1.034/2008-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, ambos da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. não conhecer do Recurso de Revisão, por não atender aos requisitos de admissibilidade;
9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1262-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1263/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.566/1999-6
1.1. Apensos: TC 005.750/2002-0, TC 005.054/2001-2, TC 009.334/2000-6, TC 009.132/1999-6
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (CPF 149.108.535-53), Marcelo Luiz Monteiro (CPF 119.955.995-49), Renato Conde Garcia (CPF 034.278.705-53) e Construtora Gautama Ltda. (CNPJ 00.725.347/0001-00)
4. Entidade: Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso)
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades técnicas: Secex/SE e Secob
8. Advogados: Antônio Militão Silva (OAB/SE 856), Charles Isidoro Gruenberg (OAB/SP 198.636), Danielle Zulato Bittar (OAB/DF 19.477), Eduardo Antônio Lucho Ferrão (OAB/DF 9.378), Eduardo Maffia Queiroz Nobre (OAB/SP 184.958), Jorge Nemr (OAB/SP 117.256), José Alcides Montes Filho (OAB/SP 105.367), José Rollemberg Leite Neto (OAB/DF 23.656), José Roberto dos Santos (OAB/DF 15.729), Leonardo Pimenta Franco (OAB/DF 20.628), Luis Eduardo Patrone Regules (OAB/SP 137.416), Murilo da Silva Freire (OAB/SP 12.420), Patrícia de Castro Rios (OAB/SP 156.383), Paulo Cesar Farias Vieira (OAB/DF 10.760), Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98.709), Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho (OAB/SP 103.650), Ricardo Yamamoto (OAB/SP 178.342), Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e Zanon de Paula Barros (OAB/SP 116.465-A)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada a partir de conversão de representação proposta pela Secex/SE para apuração de irregularidades nas obras de construção da 1ª fase da 2ª etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe, no âmbito de ajuste firmado entre a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e a Construtora Gautama Ltda.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:
9.1. considerar procedente a representação que deu origem a esta tomada de contas especial;
9.2. acolher ou rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis ouvidos em citação nos autos conforme quadro a seguir:

Quesito de citação	Texto da citação	Responsável	Acolhimento/rejeição das alegações de defesa
1	*"por descumprir o art. 3º c/c o art. 48, inciso II da Lei n.º 8.666/93, aceitando proposta de preços da Construtora GAUTAMA que continha preços inexeqüíveis e superfaturados, colocando em perigo abstrato o erário público [sic]"*	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (ex-presidente da Deso)	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro (então Diretor Técnico da Deso)	Rejeitar
		Renato Conde Garcia (fiscal da obra)	Acolher
2	"*aceitação de projeto revisado que trocou a ETA licitada de concreto com capacidade de 900 l/s por outra pré-fabricada em poliéster com capacidade de 400 l/s, sem justificativa técnica (conforme apurado no item 21 do Relatório), ferindo os dispostos no art. 70 da Constituição Federal, c/c o art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei n.º 8.443/92, e os arts. 3º, 43, inciso IV, 44, §3º, 48, inciso II e 65, inciso I, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93*"	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro	Rejeitar
		Renato Conde Garcia	Acolher
3	"*não ocorrência do motivo do ato acima* [2º quesito de citação], *uma vez que alegou-se a urgência de prazo diante de um fato que não era imprevisto, sendo que o próprio prazo acabou por não ser cumprido"*	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro	Rejeitar
		Renato Conde Garcia	Acolher
4	"*licitação com planilha diferente daquela inserida no projeto executivo elaborado pela TECNOSOLO, sem qualquer justificativa, e que veio a se provar irreal"*	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro	Rejeitar
		Renato Conde Garcia	Acolher
5	"*aceitação de projeto revisado pela GAUTAMA que veio a alterar, sem justificativa técnica, os quantitativos referentes à Adutora de Gravidade, os quais oneraram o contrato em favor da empreiteira"*	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro	Rejeitar
		Renato Conde Garcia	Acolher
6	"*licitação de serviços de conformação da faixa de servidão baseado em projeto executivo elaborado 6 anos antes, sem ao menos realizar inspeção no local para verificar as condições em que se encontrava a citada faixa"*	Arivaldo Ferreira de Andrade Filho	Rejeitar
		Marcelo Luiz Monteiro	Rejeitar
		Renato Conde Garcia	Acolher
7	"*por ter agido comissivamente no sentido de induzir a troca da ETA, sem justificativa técnica ou fática, a qual tinha preços inexeqüíveis (conforme apurado no item 21 do Relatório), vindo a se beneficiar economicamente, o que descumpriu o art. 70 da Constituição Federal, c/c o art. 16, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 8.443/92*"	Construtora Gautama Ltda.	Rejeitar
8	"*por ter agido comissivamente induzindo a Administração Pública a aceitar projeto revisado que veio a alterar, sem justificativa técnica, os quantitativos referentes à Adutora de Gravidade, os quais oneraram o contrato em favor da empreiteira"*	Construtora Gautama Ltda.	Rejeitar

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas do Sr. Renato Conde Garcia, dando-lhe quitação plena;
9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19, *caput*, 23, inciso III, e 24 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 4º, 210, *caput*, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Construtora Gautama Ltda. e dos Srs. Arivaldo Ferreira de Andrade Filho e Marcelo Luiz Monteiro e condená-los, solidariamente, ao pagamento do montante de R$ 2.941.663,98 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 1º/2/1999 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. aplicar, individualmente, à Construtora Gautama Ltda. e aos Srs. Arivaldo Ferreira de Andrade Filho e Marcelo Luiz Monteiro a multa referida no art. 57da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. autorizar, desde logo:
9.6.1. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas indicadas nos itens 9.4 e 9.5 deste acórdão, caso não atendidas as respectivas notificações, na forma da legislação em vigor;
9.6.2. o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de1992, c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das respectivas notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7. alertar os responsáveis, caso optem pelo pagamento das dívidas na forma do item 9.6.2 deste acórdão, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;
9.8. com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o artigo 270 do Regimento Interno/TCU, inabilitar os Srs. Arivaldo Ferreira de Andrade Filho e Marcelo Luiz Monteiro pelo prazo de 6 (seis) anos, a contar da publicação deste acórdão, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal;
9.9. comunicar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da sanção aplicada na forma do item precedente deste acórdão;
9.10. alertar a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) para que, ao empregar recursos federais em suas licitações e contratações:
9.10.1. não utilize projeto básico e orçamento defasados ao lançar seus processos licitatórios, em respeito ao que dispõe o art. 6º, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993;
9.10.2. observe o *caput* do art. 41 da Lei nº 8.666, de 1993, no sentido de manter a estrita vinculação que deve haver entre o contrato e as normas e condições do edital da licitação que lhe deu origem;
9.10.3. não proceda, sem justificativas técnicas e fora dos limites previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, a alterações substanciais na planilha de quantidades e preços licitada, para que não se configure, na fase de execução contratual, o "jogo de planilhas", com a exclusão ou diminuição expressiva de serviços e/ou itens que poderiam ser benéficos à Administração (cotados a preços de mer-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cado) e/ou a inclusão ou aumento de serviços e/ou itens com sobrepreço, que podem beneficiar, de modo indevido, a contratada, em detrimento do erário;

9.11. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) e ao Governo do Estado de Sergipe;

9.12. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1263-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1264/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.919/2011-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Acompanhamento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidades: Estado do Rio de Janeiro e Municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis, todos do Estado do Rio de Janeiro
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de acompanhamento realizado com o objetivo de fiscalizar o emprego dos recursos federais repassados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e seus municípios para atender às situações emergenciais decorrentes de eventos climáticos ocorridos na região serrana daquele Estado no início de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos do art. 42, §1°, da Lei n° 8.443/92, assinar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro remeta ao Tribunal, sob pena de aplicação da multa referida no art. 58, IV, da mesma Lei, os seguintes documentos:

9.1.1. relação de todas as aquisições e/ou contratações de serviços realizadas com os recursos repassados pela União com o objetivo de atender às situações emergenciais decorrentes de eventos climáticos ocorridos na região serrana daquele Estado no início de 2011, indicando, para cada aquisição/contratação de serviços:

9.1.1.1. nome e número de inscrição da empresa fornecedora e/ou executora;

9.1.1.2. número do contrato e data de assinatura;

9.1.1.3. valor a ser pago pelo serviço e/ou aquisição;

9.1.1.4. razões para a escolha da empresa;

9.1.1.5. base de preços utilizada para fixação do preço (SINAPI, pesquisa de mercado, etc.);

9.1.1.6. documentação comprobatória da execução dos serviços e/ou entrega dos bens (atestos, notas fiscais, planilhas de medição, laudos de vistoria, etc.);

9.1.1.7. número do respectivo processo de dispensa de licitação;

9.1.2. planos de trabalho relativos às ações de reconstrução nas áreas atingidas pelos desastres;

9.2. solicitar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que confirme a informação contida no Ofício SSE/SEOBRAS n° 184/2011, que designou o Presidente da EMOP como interlocutor responsável pelo atendimento às solicitações da Equipe de Auditoria deste Tribunal, tendo em conta que o mencionado dirigente, por intermédio do Ofício PRES/EMOP n° 178/11, asseverou que as solicitações da equipe de auditoria relativas às aquisições e/ou contratações de serviços mencionadas no item anterior devem ser direcionadas à Secretaria de Estado de Obras;

9.3. alertar o Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como as Prefeituras Municipais de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis de que:

9.3.1. os pagamentos realizados à conta dos recursos federais repassados com o objetivo de atender às situações emergenciais na Região Serrana do Estado devem estar em consonância com o preceituado na legislação que rege o tema, precipuamente as Leis n°s 8.666/93 e 4.320/64, fazendo-se necessária a adequação dos procedimentos inicialmente adotados em caráter emergencial aos preceitos legais estabelecidos, inclusive quanto à:

9.3.1.1. razão circunstanciada da escolha do fornecedor ou executante, nas situações de dispensa de licitação;

9.3.1.2. justificativa dos preços contratados, observados, nos casos de obras e serviços de engenharia, os valores constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi);

9.3.1.3. verificação da idoneidade das empresas contratadas, com exigência de apresentação da documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal;

9.3.1.4. necessidade de formalização de contrato, observada a vedação da existência de contrato verbal;

9.3.1.5. necessidade de prévio empenho das despesas;

9.3.1.6. comprovante da publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial;

9.3.2. a fiscalização deficiente dos contratos pode conduzir ao pagamento por serviços não realizados que poderá, caso constatado, ser levado à responsabilidade dos ordenadores de despesas, fazendo-se necessário, para prevenir tais situações:

9.3.2.1. a designação formal dos fiscais dos contratos, em quantitativo compatível com o volume de contratos e serviços que se pretende realizar;

9.3.2.2. a atestação, pelos respectivos fiscais anteriormente à realização dos pagamentos, dos serviços tidos como executados, mediante a emissão de laudos de vistoria e planilhas de medição dos serviços;

9.4. determinar à Controladoria Geral da União que encaminhe a este Tribunal cópia dos relatórios relativos à sua fiscalização sobre a aplicação dos recursos destinados a atender às situações emergenciais ocorridas em janeiro de 2011 na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1264-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1265/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.271/2010-0
1.1. Apenso: TC 008.595/2006-7
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Arivaldo Ferreira de Andrade Filho (CPF 149.108.535-53); Gilmar de Melo Mendes (CPF 236.452.105-04); Marcelo Luiz Monteiro (CPF 119.955.995-49); Renato Conde Garcia (CPF 034.278.705-53) e Construtora Gautama Ltda. (CNPJ 00.725.347/0001-00)
4. Entidade: Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso)
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/SE e Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1)
8. Advogados constituídos nos autos: Antonio Militão Silva (OAB/SE 856) e Tiago Camargo Thomé Maya Monteiro (OAB/DF 20.660)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada a partir de conversão do monitoramento objeto do TC 008.595/2006-7, conforme Acórdão nº 1.063/2010 - Plenário, para apuração de irregularidades nas obras de construção da 1ª fase da 2ª etapa da Adutora do São Francisco, no Estado de Sergipe, no âmbito de ajuste firmado entre a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e a Construtora Gautama Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19, *caput*, 23, inciso III, e 24 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 4º, 210, *caput*, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas dos responsáveis nesta TCE e condená-los, solidariamente, ao pagamento dos débitos constantes do quadro a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 1º/2/1999 até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

RESPONSÁVEIS	VALOR (R$)	REFERÊNCIA (item do Acórdão nº 1.063/2010 - Plenário)
Construtora Gautama Ltda. e Srs. Arivaldo Ferreira de Andrade Filho, Gilmar de Melo Mendes, Renato Conde Garcia e Marcelo Luiz Monteiro	67.763,81 (sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos)	1.5.1
Construtora Gautama Ltda. e Srs. Gilmar de Melo Mendes, Renato Conde Garcia e Marcelo Luiz Monteiro	395.837,80 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos)	1.5.2
Construtora Gautama Ltda. e Srs. Arivaldo Ferreira de Andrade Filho, Renato Conde Garcia e Marcelo Luiz Monteiro	1.615.859,27 (um milhão, seiscentos e quinze mil, oitocentos e cinqüenta e nove reais e vinte e sete centavos)	1.5.3

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Gilmar de Melo Mendes e Renato Conde Garcia a multa referida no art. 57da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo:

9.3.1. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas indicadas nos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão, caso não atendidas as respectivas notificações, na forma da legislação em vigor;

9.3.2. o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de1992, c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das respectivas notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os responsáveis, caso optem pelo pagamento das dívidas na forma do item 9.3.2 deste acórdão, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.5. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) e ao Governo do Estado de Sergipe;

9.6. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1265-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1266/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-002.573/2011-3
2. Grupo I - Classe V - Levantamento de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras/MS
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-1
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Levantamento de Auditoria realizado nas obras da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras/MS, no âmbito do Fiscobras/2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, determinar a oitiva da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás/MS para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, manifeste-se sobre os indícios de irregularidade apontados no presente Relatório de Levantamento:

9.1.1 existência de sobrepreço, no valor de R$ 21.552.395,32, decorrente de quantitativo inadequado para o serviço de cimbramento e de preços excessivos frente ao mercado para os itens "Administração Local", "Instalação do Canteiro de Obras" e "Manutenção e Apoio do Canteiro" da planilha orçamentária contratual;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.2 aceitação de preços unitários diferentes para itens idênticos nas planilhas de preços do Contrato nº 02/2011, em afronta ao art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993;

9.2. com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, determinar a oitiva do Consórcio Mendes Júnior/TEP/Squadro, na pessoa de seu representante legal, para que, caso assim o deseje, manifeste-se, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre os indícios de irregularidade apontados no presente Relatório de Levantamento que podem representar futuro ajuste no valor contratado:

9.2.1 existência de sobrepreço, no valor de R$ 21.552.395,32, decorrente de quantitativo inadequado para o serviço de cimbramento e de preços excessivos frente ao mercado para os itens "Administração Local", "Instalação do Canteiro de Obras" e "Manutenção e Apoio do Canteiro" da planilha orçamentária contratual;

9.2.2 ocorrência de preços unitários diferentes para itens idênticos nas planilhas de preços do Contrato nº 02/2011, em afronta ao art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás/MS que realize uma completa revisão em toda a planilha orçamentária contratual para a garantia de que erros grosseiros não estejam trazendo prejuízo à Administração Pública, a exemplo da existência de preços distintos para serviços idênticos, bem como possíveis erros de quantitativos, informando, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, o resultado dessa revisão a esta Corte de Contas;

9.4. alertar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás/MS quanto às seguintes impropriedades constatadas:

9.4.1 realização de apenas uma cotação de mercado para serviços e itens da planilha orçamentária que não possuíam correspondência no SINAPI ou no SICRO, fato que vai de encontro à jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão nº 3.219/2010-Plenário;

9.4.2 exigência nos editais, de forma concomitante, de capital social mínimo e prestação da garantia prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, fato que vai de encontro ao art. 31, §2º, da referida Lei e à jurisprudência deste Tribunal;

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, tendo em vista os indícios de sobrepreço apurados, e por ser o Estado de Pernambuco sócio minoritário da Hemobrás;

9.6. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011), no Contrato nº 02/2011-Hemobrás, relativo às obras da segunda etapa de construção do parque industrial da Hemobrás na cidade de Goiana/PE.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1266-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1267/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.412/2011-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Eugenio Milton Bittencourt (CPF 603.249.299-00), Giorgia Regina Luchese (CPF 032.169.819-32), Gtc Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 78.303.252/0001-87), Medix Brasil Prod. Hosp. e Odontol. Ltda. (CNPJ 10.268.780/0001-09), Rubem Miguel Foletto (CPF 314.367.300-15), Rubens Sander Pontarolo (CPF 029.003.209-17), Silvana Danielle Pontarolo (CPF 942.754.169-53), Sobieski e Sobieski Ltda. (CNPJ 10.387.902/0001-86), Terezinha Neto Salvalaio Zilio (CPF 553.974.339-34), Valdir Picolotto (CPF 409.085.859-34)

4. Entidades: Municípios de Engenheiro Beltrão/PR, Imbituva/PR, Nova Laranjeiras/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR e Vitorino/PR.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada em municípios do Estado do Paraná para verificar a regularidade das aquisições de medicamentos efetuadas com recursos de convênios,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 47 da Lei n° 8.443/92, determinar a formação de quatro apartados, constituídos sob a forma de tomadas de contas especiais e com a documentação relacionada a cada um dos municípios tratados no item 4 retro, constante dos presentes autos, à exceção do município de Engenheiro Beltrão, em que não foram verificadas irregularidades;

9.2. autorizar, no âmbito da tomada de contas especial que tratar das questões relacionadas ao Município de Vitorino, a citação do Sr. Valdir Picolotto, Prefeito Municipal, solidariamente com a Sra. Terezinha Neto Salvalaio Zilio, Secretária Municipal de Saúde, à época, e com as empresas a seguir relacionadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, apresentem alegações de defesa para os fatos descritos e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as respectivas importâncias, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, abatidos, na ocasião, os valores dos medicamentos já entregues, conforme discriminado a seguir:

9.2.1. empresa Sobieski & Sobieski Ltda.:

9.2.1.1. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 710466/2009, conforme a seguir discriminado:

Pagamentos efetuados pelo município (A)			Medicamentos entregues (B)			Valor não entregue (A-B) (R$)
Documento	Data	Valor (R$)	Documento	Data	Valor (RS)	
NF 030	15/12/2010	47.250,00	NF 055	21/2/2011	6.260,22	40.989,78

9.2.1.2. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 711815/2009, conforme a seguir discriminado:

Pagamentos efetuados pelo município (A)			Medicamentos entregues (B)			Valor não entregue (A-B) (R$)
Documento	Data	Valor (R$)	Documento	Data	Valor (RS)	
NF 031	15/12/2010	54.220,00	NF 056	21/2/2011	10.366,69	43.853,31

9.2.2. empresa GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda.:

9.2.2.1. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 710466/2009

Pagamentos efetuados pelo município (A)			Medicamentos entregues (B)			Valor não entregue (A-B) (R$)
Documento	Data	Valor (R$)	Documento	Data	Valor (RS)	
NF 1253	20/12/2010	99.500,00	NF 1378	8/2/2011	7.851,51	130.388,42
NF 1254	20/12/2010	59.700,00	NF 1380	9/2/2011	12.875,92	
			NF 1440	18/2/2011	5.307,20	
			NF 1401	18/2/2011	2.776,95	

9.2.2.2. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 711815/2009, conforme a seguir discriminado:

Pagamentos efetuados pelo município (A)			Medicamentos entregues (B)			Valor não entregue (A-B) (R$)
Documento	Data	Valor (R$)	Documento	Data	Valor (RS)	
NF 1255	20/12/2010	36.380,00	NF 1377	8/2/2011	2.523,14	29.935,08
			NF 1402	18/2/2011	3.921,78	

9.2.3. condutas atribuíveis ao Sr. Valdir Picolotto e à Sra. Terezinha Neto Salvalaio relacionadas à execução dos Convênios 710466/2009 e 711815/2009:

9.2.3.1. aquisição de medicamentos em quantidades muito superiores à demanda dos municípios;

9.2.3.2. realização de licitação por lote de medicamentos;

9.2.3.3. pagamento da totalidade dos medicamentos adquiridos, sem que as mercadorias tenham sido entregues;

9.2.3.4. aceitação de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, emitidas, portanto, em desacordo com a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98;

9.2.4. condutas imputáveis às empresas Sobieski & Sobieski Ltda. e GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda.:

9.2.4.1. não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais emitidas, contrariando a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98; e

9.2.4.2. recebimento de recursos públicos sem a correspondente entrega da totalidade dos medicamentos adquiridos à conta dos recursos dos Convênios 710466/2009 e 711815/2009;

9.3. autorizar, no âmbito da tomada de contas especial que tratar das questões relacionadas ao Município de Nova Prata do Iguaçu, a citação do Sr. Rubem Miguel Foletto, Prefeito Municipal, solidariamente com o Secretário Municipal de Saúde, à época (a ser informado pela Secex-PR), e com as empresas a seguir relacionadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, apresentem alegações de defesa para os fatos descritos e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as respectivas importâncias, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, abatidos, na ocasião, os valores dos medicamentos já entregues, conforme discriminado a seguir:

9.3.1. empresa Sobieski & Sobieski Ltda., pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 710683/2009, por meio das NFs 08, 09, 10 e 21, todas de 26/11/2010, no valor total de R$ 99.980,00;

9.3.2. empresa Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.:

9.3.2.1. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 709693/2009, por meio das NFs 630, 631, 632 e 633, todas de 23/8/2010, no valor total de R$ 102.120,00;

9.3.2.2. pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 712292/2009, por meio das NFs 581, 582, 583, 584, 585, 586 e 587, todas de 7/7/2010, no valor total de R$ 100.250,00;

9.3.3. condutas atribuíveis ao Sr. Rubem Miguel Foletto e ao Secretário Municipal de Saúde relacionadas à execução dos Convênios 709693/2009, 710683/2009 e 712292/2009:

9.3.3.1. aquisição de medicamentos em quantidades muito superiores à demanda do município;

9.3.3.2. realização de licitação por lote de medicamentos;

9.3.3.3. aceitação de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, emitidas, portanto, em desacordo com a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98;

9.3.3.4. desvio de recursos na execução de convênios configurado pela não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais, conjugada com a ausência de qualquer controle de entrada e saída dos produtos, a não localização dos medicamentos nos estoques e a aquisição de medicamentos em quantidade muito superior ao consumo previsto;

9.3.4. condutas imputáveis às empresas Sobieski & Sobieski Ltda. e Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.:

9.3.4.1. não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais emitidas, contrariando a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98; e

9.3.4.2. recebimento de recursos públicos sem a correspondente entrega dos medicamentos adquiridos à conta dos recursos dos Convênios 709693/2009, 710683/2009 e 712292/2009;

9.4. autorizar, no âmbito da tomada de contas especial que tratar das questões relacionadas ao Município de Nova Laranjeiras, a citação do Sr. Eugenio Milton Bittencourt, Prefeito Municipal, solidariamente com a Sra. Giorgia Regina Luchese, Secretária Municipal de Saúde, à época, e com as empresas a seguir relacionadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, apresentem alegações de defesa para os fatos descritos e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as respectivas importâncias, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, abatidos, na ocasião, os valores dos medicamentos já entregues, conforme discriminado a seguir:

9.4.1. empresa GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda., pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 710444/2009, por meio das NFs 1036, 1037 e 1038, todas de 23/8/2010, no valor total de R$ 73.129,98, e das NFs 1143, 1144 e 1145, todas de 06/12/2010, no valor total de R$ 129.151,22;

9.4.2. empresa Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda., pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 712203/2009, por meio das NFs 785, 786, 787, 788 e 789, todas de 15/12/2010, no valor total de R$ 149.630,00;

9.4.3. condutas atribuíveis ao Sr. Eugenio Milton Bittencourt e à Sra. Giorgia Regina Luchese, relacionadas à execução dos Convênios 710444/2009 e 712203/2009:

9.4.3.1. aquisição de medicamentos em quantidades muito superiores à demanda do município;

9.4.3.2. realização de licitação por lote de medicamentos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.3.3. aceitação de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, emitidas, portanto, em desacordo com a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98;

9.4.3.4. desvio de recursos na execução de convênios configurado pela não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais, conjugada com a ausência de qualquer controle de entrada e saída dos produtos, a não localização dos medicamentos nos estoques e a aquisição de medicamentos em quantidade muito superior ao consumo previsto;

9.4.4. condutas imputáveis às empresas GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. e Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.:

9.4.4.1. não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais emitidas, contrariando a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98; e

9.4.4.2. recebimento de recursos públicos sem a correspondente entrega dos medicamentos adquiridos à conta dos recursos dos Convênios 710444/2009 e 712203/2009;

9.5. autorizar, no âmbito da tomada de contas especial que tratar das questões relacionadas ao Município de Imbituva, a citação do Sr. Rubens Sander Pontarolo, Prefeito Municipal, solidariamente com a Sra. Silvana Danielle Pontarolo, Secretária Municipal de Saúde, à época, e com as empresas a seguir relacionadas, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, apresentem alegações de defesa para os fatos descritos e/ou recolham aos cofres do Tesouro Nacional as respectivas importâncias, acrescidas dos encargos legais calculados a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, abatidos, na ocasião, os valores dos medicamentos já entregues, conforme discriminado a seguir:

9.5.1. empresa Sobieski & Sobieski Ltda., pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 709477, por meio das NFs 1360613 e 1360690, todas de 23/7/2010, no valor total de R$ 20.301,00;

9.5.2. empresa Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda., pela não comprovação da entrega dos medicamentos adquiridos à conta do Convênio n° 709477/2009, por meio das NFs 603, 604 e 605, todas de 30/7/2010, no valor total de R$ 134.371,00;

9.5.3. condutas atribuíveis ao Sr. Rubens Sander Pontarolo e à Sra. Silvana Danielle Pontarolo, relacionadas à execução do Convênio709477/2009:

9.5.3.1. aquisição de medicamentos em quantidades muito superiores à demanda dos municípios;

9.5.3.2. realização de licitação por lote de medicamentos;

9.5.3.3. aceitação de notas fiscais sem a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, emitidas, portanto, em desacordo com a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98;

9.5.3.4. desvio de recursos na execução de convênios configurado pela não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais, conjugada com a ausência de qualquer controle de entrada e saída dos produtos, a não localização dos medicamentos nos estoques e a aquisição de medicamentos em quantidade muito superior ao consumo previsto;

9.5.4. condutas imputáveis às empresas Sobieski & Sobieski e Medix Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.:

9.5.4.1. não identificação dos lotes de medicamentos nas notas fiscais emitidas, contrariando a exigência contida no art. 13, inciso X, da Portaria Anvisa n° 802/98; e

9.5.4.2. recebimento de recursos públicos sem a correspondente entrega dos medicamentos adquiridos à conta dos recursos do Convênio 709477/2009;

9.6. cientificar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 16 da Portaria Anvisa 802/1998, de que as Empresas GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda., CNPJ 78.303.252/0001-87, Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda., CNPJ 10.268.780/0001-09 e Sobieski e Sobieski Ltda., CNPJ 10.387.902/0001-86, efetuaram vendas de medicamentos aos Municípios de Vitorino/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR, Nova Laranjeiras/PR e Imbituva/PR, na execução de convênios com recursos federais, sem informar nas notas fiscais o número do lote dos medicamentos fornecidos, em descumprimento ao disposto no artigo 13, Inciso X, da mencionada Portaria, encaminhando-lhe cópias deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, e das respectivas notas fiscais;

9.7. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde que:

9.7.1. oriente os estados e municípios beneficiados com recursos para a aquisição de medicamentos acerca da obrigatoriedade de ser identificado o número dos lotes desses medicamentos nas notas fiscais, em cumprimento ao disposto no artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/98;

9.7.2. execute, por meio de convênios, os próximos repasses de recursos da assistência farmacêutica oriundos de emendas parlamentares, por serem recursos de transferência voluntária e esporádica, tomando o cuidado para que os respectivos Planos de Trabalho sejam elaborados com as justificativas que comprovem a necessidade de cada um dos itens de medicamentos incluídos, de modo a evitar a aquisição de quantidades muito superiores às necessidades locais, como constatado em todos os sete municípios do Paraná fiscalizados pelo Tribunal, bem como impedir o vencimento do prazo de validade dos produtos ou a ocorrência de desvio dos produtos adquiridos em excesso;

9.7.3. verifique a necessidade da aquisição de cada um dos itens de medicamentos incluídos nas propostas de projeto elaboradas pelos estados e municípios, no que se refere aos recursos repassados na modalidade fundo a fundo, por meio da Portaria/MS nº 3.685/2010, de modo a também evitar a ocorrência das irregularidades mencionadas acima;

9.8. alertar os municípios de Imbituva/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR, Nova Laranjeiras/PR e Vitorino/PR de que a ausência dos números dos lotes dos medicamentos, nas notas fiscais emitidas pelas empresas distribuidoras, com inobservância ao artigo 13, inciso X, da Portaria Anvisa 802/98, impossibilita a rastreabilidade dos produtos adquiridos, dificultando a verificação de sua efetiva entrega, podendo conduzir, nessa hipótese, à condenação solidária dos gestores municipais e das empresas fornecedoras por débito equivalente ao valor total dos produtos adquiridos e não localizados;

9.9. apensar, em caráter definitivo, os autos do TC-008.983/2011-9 à tomada de contas especial a que se refere o item 9.5 deste Acórdão;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos - Adplan para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias, ante a possibilidade de que as irregularidades apontadas estejam ocorrendo em nível nacional;

9.11. encaminhar cópia integral dos presentes autos, bem assim deste Acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná e ao Departamento de Polícia Federal;

9.12. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1267-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1268/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.804/2009-9
2. Grupo I - Classe VII - Natureza: Monitoramento
3. Responsável: Ana Beatriz de Oliveira (CPF 074.376.148-04)
4. Entidades: Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Município de Xapuri/AC
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/AC
8. Advogado constituído nos autos: não houve

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão nº 836/2009 - 2ª Câmara, por meio do qual foram dirigidas determinações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprido o item 1.6.2 do Acórdão nº 836/2009 - 2ª Câmara, por parte da Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

9.2. rejeitar as razões de justificativa da Srª Ana Beatriz de Oliveira, apresentadas com relação à audiência do item 1.6 do Acórdão nº 337/2011 - Plenário;

9.3. aplicar à Srª Ana Beatriz de Oliveira a multa referida no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo:

9.4.1. caso não atendida a notificação, o desconto da dívida na remuneração da Srª Ana Beatriz de Oliveira, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno/TCU, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

9.4.2. não sendo possível a implementação da medida indicada no item 9.4.1 deste acórdão:

9.4.2.1. a cobrança judicial da dívida indicada no item 9.3 deste acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, na forma da legislação em vigor;

9.4.2.2. o pagamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, caso solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar a responsável, caso opte pelo pagamento da dívida na forma do item 9.4.2.2 deste acórdão, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.6. determinar ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) que, com fulcro no art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 1º da Instrução Normativa TCU nº 56, de 2007, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste acórdão, instaure e conclua a instrução da tomada de contas especial (TCE) relacionada aos recursos repassados ao Município de Xapuri/AC por meio do Convênio FNMA nº 31/2004 (Siafi 503618), com posterior encaminhamento da TCE à Secretaria Federal de Controle Interno;

9.7. encaminhar os autos à Secex/AC, para que dê continuidade ao monitoramento em curso neste processo, com relação à determinação constante do item 9.6 deste acórdão;

9.8. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à responsável, à Funasa, ao FNMA e à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1268-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1269/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-002.081/2002-4 (c/ 16 volumes e 5 anexos)
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Arnoldo Braga Filho (CPF 143.958.431-15).
4. Órgão: Ministério dos Transportes - MT.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antonio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359; José Gerardo Grossi, OAB/DF 586; Túlio Borges de Carvalho, OAB/DF 22.391; Mário Henrique Buiatti, OAB/DF 5.755-E; Adriana Netto Pinto de Castro, OAB/DF 20.809; Paula Cardoso Pires, OAB/DF 23.668.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos ao Acórdão nº 2.851/2010-TCU-Plenário que negou provimento ao Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão nº 160/2006-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287, do Regimento Interno/TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente;

9.3. remeter os autos à 1ª Secex para a adoção das providências visando à quitação da multa recolhida pela Sra. Maria Teresa Rodrigues da Cunha Soares Silva.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1269-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1270/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.641/2010-7.
2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Cristina Gaião Peleteiro (188.604.515-15) e Elias Fernandes Neto (019.792.054-34).
4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-4.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de fiscalização nas obras relativas ao projeto Implantação do Perímetro Irrigado Platô de Guadalupe, no Estado do Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis Cristina Gaião Peleteiro e Elias Fernandes Neto, respectivamente Diretor-Geral e Diretora de Infraestrutura Hídrica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. autorizar a autuação de processo apartado de monitoramento, com vistas à verificação do cumprimento das determinações exaradas no subitem 9.3. do Acórdão nº 2.384/2010-TCU-Plenário;

9.3. determinar a juntada ao processo indicado no subitem anterior, de cópia do Acórdão nº 2.384/2010-TCU-Plenário e da presente deliberação, juntamente com os relatório e voto que os subsidiaram, bem como do Ofício nº 605/DG/DI, de 4/11/2010, com anexos;

9.4. determinar a realização de diligências junto ao DNOCS, no âmbito do processo de monitoramento referido no subitem 9.2, supra, objetivando que aquela entidade informe, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência do respectivo ofício, as medidas adotadas em cumprimento ao subitem 9.3 do Acórdão nº 2.384/2010-TCU-Plenário, bem como encaminhe os documentos/informações relativos:

9.4.1. à reavaliação da planilha orçamentária do empreendimento, de modo que reflita a totalidade dos serviços necessários para conclusão do projeto;

9.4.2. à situação atual do andamento das licitações para aquisição das bombas e dos equipamentos hidroeletromecânicos, e de suprimento de energia elétrica, necessários para a operação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI, indicando o motivo do atraso, caso haja, na aquisição desses materiais e serviços e o impacto desse atraso na execução do empreendimento; e

9.4.3. aos termos aditivos ao Contrato nº PGE 47/2002, eventualmente firmados após 15/7/2010, acompanhados das respectivas planilha orçamentárias;

9.5. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), nas obras de implantação da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI, podendo o empreendimento receber regularmente as dotações a ele destinadas no Orçamento Geral da União (Programa de Trabalho 20.607.0379.1O28.0022/2010); e

9.6. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, à Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI) e aos responsáveis ouvidos em audiência.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1270-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1271/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.770/2006-4.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Maria de Lourdes Alves Leite (CPF-138.820.074-00); José Maurício de Sousa Filho (CPF-025.666.304-10); Raphael Melo da Costa (CPF-018.518.014-05).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região/RN - JT.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo de Souza Coutinho Filho Neto, OAB/RN nº 2.779, Tatiana Mendes Cunha, OAB/RN nº 1.697.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedidos de reexame interposto contra o Acórdão nº 2.563/2008-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48, **caput** e parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos recursos interpostos pelos Srs. Raphael Melo da Costa e José Maurício de Souza Filho para, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a tornar insubsistente o subitem 9.4 do Acórdão nº 2563/2008-TCU-Plenário e consequentemente do subitem 9.5 da referida deliberação;

9.2. com fundamento no art. 48, **caput** e parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer do recurso interposto pela Sra. Maria de Lourdes Alves Leite, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando a redação do subitem 9.2 do Acórdão nº 2563/2008-TCU-Plenário para o seguinte teor:

"9.2. aplicar a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, à Sra. Maria de Lourdes Alves Leite (CPF 138.820.074-00), no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectiva notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.3. apensar estes autos ao TC- 008.689/2006-5, referente às contas do TRT/RN, exercício de 2005, para exame em confronto e em conjunto;

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como do respectivo Relatório e Voto, aos recorrentes, ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, à Câmara Municipal de Natal e ao Conselho Nacional de Justiça.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1271-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1272/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.625/2005-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).
3.1. Interessado: Senador Demóstenes Torres.
4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se declaração opostos contra o Acórdão n° 2.082/2009-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou pedido de reexame e decidiu manter intactos os termos do Acórdão nº 115/2006-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, por não haver omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida no Acórdão nº 2.082/2009-TCU-Plenário;

9.2. encaminhar cópia da presente decisão, acompanhada do voto e relatório que à fundamentam, à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), com vistas a subsidiar os estudos determinados no subitem 9.6 do Acórdão nº 3.233/2010-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1272-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1273/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.064/2010-1.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração.
3. Embargante: Betron Tecnologia em Segurança Ltda. (03.229.363/0001-91).
4. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Advogados constituídos nos autos: Aluísio Coutinho Guedes Pinto, OAB/SC 3.899; Antonio Gomes Moreira Filho, OAB/PR 40.197; Bruno Condini, OAB/SC 29.236; Diogo Machado Ulisses Figueiredo, OAB/SC 30.037; Felipe Cordella Ribeiro, OAB/PR 41.289; Gabriela Steffens Sperb, OAB/SC 12.013; Levy Lima Lopes Neto, OAB/PR 35.909; Lucyanna Joppert Lima Lopes Fatuche, OAB/PR 24.484; Luiz Eduardo Tesserolli Abreu, OAB/SC 22.445; Luiz Gustavo de Souza Parente, OAB/SC 20.695; Mariana Linhares Waterkemper, OAB/SC 24.324; Roberta Volpato Hanoff, OAB/SC 24.268; e Rodrigo de Abreu, OAB/SC 14.820.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 651/2011-Plenário pela sociedade empresária Betron Tecnologia em Segurança Ltda.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à embargante.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1273-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1274/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.373/2010-0
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Acompanhamento
3. Interessado: TCU
4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Autoridade Portuária do Porto de Suape
4.1. Responsáveis: Fernando Antonio Brito Fialho (Diretor-Geral da Antaq) e Geraldo Júlio de Mello Filho (Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco e Presidente do Complexo Portuário de Suape)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Sefid
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento da Outorga de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias no Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros (Porto de Suape/PE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar a medida cautelar que suspendeu a Concorrência 025/2009 e aprovar o segundo e o terceiro estágios do arrendamento do Terminal Açucareiro do Porto de Suape para movimentação e armazenagem de granel sólido de origem vegetal (açúcar), com fulcro nos arts. 258, inciso II, e 276 do Regimento Interno do TCU c/c art. 7º, incisos II e III, da IN - TCU 27/1998;

9.2. determinar à Autoridade Portuária do Porto de Suape que na condução dos futuros processos licitatórios para arrendamento de áreas e instalações portuárias:

9.2.1. faça constar nos editais de licitação a indicação dos parâmetros mínimos de qualidade para a prestação do serviço adequado em atendimento ao disposto no art. 13, inciso VII, da Resolução - Antaq 55/2002;

9.2.2. faça constar *ipsis litteris* nos editais de licitação a exigência estabelecida no art. 14 da Resolução - Antaq 55/2002;

9.2.3. estabeleça nas minutas e nos contratos de arrendamento os critérios, os indicadores, as fórmulas e os parâmetros definidores da qualidade do serviço, em consonância com o que estabelece o art. 28, inciso III, da Resolução - Antaq 55/2002 e o art. 4°, §4°, inciso III, da Lei 8.630/1993;

9.2.4. especifique nas minutas e nos contratos de arrendamento o calado máximo assegurado pela autoridade portuária, nos termos do art. 28, inciso X, da Resolução - Antaq 55/2002;

9.2.5. faça constar nas minutas e nos contratos de arrendamento as obrigações da arrendatária consoante o disposto no art. 29 da Resolução - Antaq 55/2002;

9.2.6. indique objetivamente nas minutas e nos contratos de arrendamento as condições que deverão ser atendidas para que o pedido de prorrogação possa ser apreciado, bem como esclareça que essa prorrogação só poderá ser feita mediante justificativa, consoante disposto no art. 30 da Resolução - Antaq 55/2002 e art. 28 do Decreto 6.620/2008;

9.2.7. faça constar nas minutas e nos contratos de arrendamento o exato teor do art. 27, §1º, do Decreto 6.620/2008;

9.2.8. faça constar nos editais de licitação a aplicação correta do disposto no art. 33, inciso III, da Lei 8.666/1993, que, quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, admite, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

9.3. alertar a Autoridade Portuária do Porto de Suape que, na condução dos futuros processos licitatórios para arrendamento de áreas e instalações portuárias, observe os prazos previstos na IN - TCU 27/1998;

9.4. alertar à Autoridade Portuária do Porto de Suape que o TCU não analisa e tampouco se manifesta sobre minutas de documentos (inclusive minuta de edital do processo licitatório), ressalvada a análise, no segundo estágio de acompanhamento previsto na IN/TCU 27/1998, da minuta do contrato que acompanha o edital publicado;

9.5. dar ciência da decisão que vier a ser proferida à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Autoridade Portuária do Porto de Suape;

9.6. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid) para o acompanhamento do quarto estágio.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1274-18/11-P.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1275/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.963/2009-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Responsáveis: Enzo Martins Peri (018.130.057-53); Flávia Skrobot Barbosa Grosso (026.631.392-20).
4. Unidades: Superintendência da Zona Franca de Manaus - MDIC; Departamento de Engenharia e Construção do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM).
8. Advogado constituído nos autos: Vital Lima Santos, OAB/DF 27.118.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Representação originada de despacho do Relator no âmbito do TC 010.139/2006-3, em que foi autorizada a formação de autos apartados, versando exclusivamente sobre possíveis irregularidades na execução do convênio nº 002/2004 (SIAFI 512587) - fls. 06 a 17 - celebrado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e o Ministério da Defesa - Comando do Exército/ Departamento de Engenharia e Construção, com a finalidade de viabilizar a expansão e a manutenção da infraestrutura do distrito agropecuário de Manaus e, ao mesmo tempo propiciar adestramento dos quadros do Exército, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia e construção.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 237, inciso VI e parágrafo único, c/c o art. 235, ambos do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Suframa, e General-de-Exército Enzo Martins Peri, à época dos fatos, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, no que concerne à primeira parte do item da audiência que lhes foi dirigida, relativa à aprovação do Plano de Trabalho do Convênio nº 002/2004, firmado com o Ministério da Defesa por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção;
9.3. determinar à Suframa que apure de modo consistente e devidamente quantificado, as razões pelas quais ocorreram as diferenças de preços apontadas neste processo, relativas aos postes de concreto duplo T 11/300, aos postes de concreto duplo T 11/600 e aos cabos de alumínio, se comparados com os valores indicados pelo sistema Sicro2 e pelo Sinapi, devendo as conclusões dessa apuração serem apresentadas a este Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste Acórdão;
9.4. determinar à Suframa que, caso as conclusões a que se referem o item anterior sejam pela ocorrência de dano ao Erário, instaure a devida tomada de contas especial, identificando expressamente os agentes que deram causa ao citado prejuízo, e a remeta, no prazo de 30 (trinta) dias, a este Tribunal por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como do relatório e do voto que o fundamentam, aos responsáveis, Sra. Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Suframa, e General-de-Exército Enzo Martins Peri.
9.6. determinar à Secex-AM que adote as devidas providências para verificar o cumprimento da presente deliberação.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1275-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1276/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.923/2010-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Monitoramento
3. Interessado: Eletrobrás Termonuclear S.A.
4. Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações expedidas à Eletrobrás Termonuclear S. A. - Eletronuclear, por meio do Acórdão n.º 1.901/2010 - TCU - Plenário, de 4/8/2010.
Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1.considerar atendidas as determinações expedidas à Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, por meio do Acórdão 1.901/2010 - TCU - Plenário, de 4/8/2010, exaradas nos autos do TC 018.241/2008-0;
9.2. encaminhar cópia dos presentes autos à 9ª Secex, Unidade Técnica desta Corte de Contas a qual a Eletronuclear está jurisdicionada, para avaliação da oportunidade e conveniência de autuar processo específico para tratar do acompanhamento da Ação de Cobrança pelo Rito Ordinário ajuizada pela mesma em desfavor da Caefe na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, qual seja Processo n.º 0384270-27.2010.8.19.0001, em trâmite na 30ª Vara Cível da Comarca da Capital;
9.3. dar ciência da presente decisão à Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear;
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1276-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1277/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 025.747/2010-0
2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Administrativo (Recurso ao Plenário)
3. Interessado: TCU
4. Recorrente: Star Segur Engenharia Ltda.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Autor da Decisão Recorrida: Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Disop e Segedam
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que trata de Recurso ao Plenário contra decisão do Presidente do TCU, Ministo Benjamin Zymler,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente Recurso ao Plenário, nos termos do art. 30 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os exatos termos da decisão combatida;
9.2. dar ciência à recorrente;
9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1277-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1278/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.170/2006-4.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração em Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Geap - Fundação de Seguridade Social (03.658.432/0001-82);
4. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).
8. Advogados constituídos nos autos: Roberta Alves Zanatta (OAB/DF 16.646), Carla Maria Martins Gomes (OAB/DF 11730), Fernando Augusto Pinto (OAB/DF 13.421), Melina Frantz Becker (OAB/DF 23.043), Gustavo Freire de Arruda (OAB/DF 12.386), Viliene Araújo de Araújo (OAB/DF 20.313), Manuela Barata Lima Figueredo (OAB/DF 18.405), Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior (OAB/DF 16.275) e Adriana Duarte Campos (OAB/DF 8.207), Bruno Caetano Amancio Coimbra (OAB/DF 28.584), Isabel Luiza Rafael Machado dos Santos (OAB/DF 28.584), Rafael Minaré Braúna (OAB/DF 30.607), Marco Aurélio Pinheiro Gonsalves (OAB/DF 17.151), Nizam Ghazale (OAB/DF 21.664), Aline Vasconcelos Torres (OAB/DF 27.175), Fernanda Dias Marra (OAB/DF 23.535), Fogo Gersgorin (OAB/DF 31.443), Leonardo Pretto Flores (OAB/DF 14.638), Michelle de Lucena Gonçalves Salas (OAB/DF 20.983), Marcel Lenadro Rios Matos Sobrinho (OAB/BA 23.191), Tânia Sidney Vieira de Souza (OAB/RJ 77.752), André Ricardo de Oliveira Rios (OAB/RJ 148.960), Aida Catarina Ribeiro de Freitas (OAB/MG 64.270), Ana Raquel Japiassú Albuquerque (OAB/DF 9.273), José Rodolfo Alves da Silva Junior (OAB/DF 15.809), Marina Damião Seabra Rosano (OAB/DF 14.857), Teíla Rocha Nogueira (OAB/DF 32.389).

9. Acórdão
Vistos, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, cuidam de embargos de declaração opostos pela GEAP - Fundação de Seguridade Social em face do Acórdão 870/2011-Plenário.
ACORDÃO os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente e à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia.
10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1278-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1279/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.320/2008-4.
1.1. Apenso: 013.976/2006-4
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados: Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso (CPF 758.709.244-72) e Metrópolis Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.939.306/0001-04)
4. Unidade: Município de Paripueira /AL
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Serur
8. Advogados constituídos no autos: Fábio Costa Ferrario de Almeida (OAB/AL 3.683) e Marcos Barros Aguiar (OAB/AL 3.527)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial versando sobre irregularidades envolvendo recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Paripueira/AL, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/2002 a 2004, Programa de Adequação do Prédio Escolar - PAPE (Convênio nº 846.407/2002) e Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/2003-2004.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelo Sr. Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso e pela empresa Metrópolis Comércio e Representação Ltda., com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1279-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1280/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-027.963/2009-2 (com 2 volumes e 9 anexos)
Apenso: TC-028.129/2009-1 (com 2 anexos)
2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Interessado: Luís Gustavo Loyola dos Santos, Diretor de Departamento de Informática do SUS (Datasus)
4. Órgão: Ministério da Saúde - Secretaria Executiva
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Opcional Tecnologia Ltda., com fulcro no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/1993, dando conta de possíveis irregularidades na realização do Pregão Presencial nº 118/2009, certame deflagrado pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, tendo por objeto a aquisição de "Solução de Informação Hospitalar Integrada ao Sistema de Registro Eletrônico de Saúde para Atenção Integral", em que se examinam embargos de declaração opostos pelo Sr. Luís Gustavo Loyola dos Santos, Diretor de Departamento de Informática do SUS (Datasus), contra os termos do Acórdão 3.401/2010-Plenário que, dentre outras medidas, rejeitou as razões de justificativa apresentadas pelo referido responsável, aplicando-lhe, em consequência, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00(três mil reais).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Luís Gustavo Loyola dos Santos, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. determinar o encaminhamento de cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao interessado.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1280-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1281/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.070/2010-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Senado Federal
4. Entidade: Município do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Solicitação do Senado Federal para que este Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Município do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 11, de 29 de abril de 2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:
9.1. conhecer, com fulcro no art. 232, inciso I, do Regimento Interno TCU, da presente Solicitação;
9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:
9.2.1. a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela União, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em face da autonomia dos entes federados, prevista no art. 18, *caput*, da Constituição Federal;
9.2.2. este Tribunal, após análise da documentação relativa ao projeto da operação de crédito externo em referência, verificou que, quanto aos aspectos legais e regulamentares, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;
9.2.3. as informações relativas ao acompanhamento da sobredita operação de crédito pelo TCU serão encaminhadas ao Congresso Nacional, por meio do relatório trimestral de que trata o art. 90, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, sem prejuízo da tempestiva comunicação sobre qualquer ocorrência julgada relevante, nos termos do art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa - TCU nº 59/2009;
9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - RJ;
9.4 considerar, com fundamento no art. 2º, § 3º, da IN-TCU nº 59/2009, integralmente atendida esta solicitação; e
9.5 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1281-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1282/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n° TC-017.910/2010-2 (com 3 anexos)
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Município de Umuarama/PR
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Umuarama/PR, durante o exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama/PR que realize levantamento das quantias pagas a título de complementação da tabela SUS e, ato contínuo, restitua ao Fundo Municipal de Saúde (conta específica do bloco federal MAC) os valores indevidamente pagos, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas;
9.2. determinar ao Denasus/PR que apure se houve a efetiva prestação dos serviços no âmbito do Contrato nº 080/2009, celebrado entre o Município de Umuarama/PR e a empresa J. L. Bortolato e Cia Ltda., adotando as providências a seu cargo, inclusive, se for o caso, a instauração de tomada de contas especial, e informando a este Tribunal, no prazo de noventa dias, as medidas adotadas.
9.3. alertar a Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama/PR quanto à ocorrência verificada em fiscalização desta Corte, relativa à ausência de Plano Operativo para os estabelecimentos contratados para prestar serviços de saúde ao SUS no Município, conforme disciplina o art. 7º da Portaria GM/MS nº 1.034/2010, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas;
9.4. determinar à Secex/PR que monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2 supra;
9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, à Câmara de Vereadores do Município de Umuarama/PR, ao Conselhos Municipal de Saúde de Umuarama/PR e ao Denasus/PR;
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1282-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1283/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-018.491/2010-3
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Município de Anápolis/GO
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Anápolis/GO, durante o exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. alertar à Secretaria Municipal de Saúde de Anápolis/GO quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá dar ensejo à imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte:
9.1.2. desatualização cadastral do Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - SCNES, com referência ao Hospital de Queimaduras de Anápolis/GO e à Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva, constituindo-se em descumprimento do disposto no inciso I do artigo 37 da Portaria GM/MS nº 204, de 2007;
9.1.3. não formalização das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), no Hospital Espírita de Psiquiatria, em dissonância com as diretrizes estabelecidas pelo Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde, a teor do constante no Relatório nº 10411 do Denasus/GO;
9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de Anápolis/GO, à Câmara de Vereadores do Município de Anápolis/GO, ao Conselhos Municipal de Saúde de Anápolis/GO e ao Denasus/GO;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1283-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1284/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.422/2010-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
4. Entidade: Município de Itaguaí/RJ.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - SECEX-RJ.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia solicitação de auditoria encaminhada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, consubstanciada na Proposta de Fiscalização Financeira e Controle - PFC nº 128/2010, de autoria do Deputado Felipe Bornier, para que este Tribunal, como também a Controladoria Geral da União - CGU, realizem auditoria "*sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de ltaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os Ministérios, no período compreendido entre 10 de janeiro de 2007 até a presente data*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fulcro no art. 232, III, do RITCU c/c o art. 4º, I, "b", da Resolução TCU nº 215/2008, da presente Solicitação;
9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que foi autuado neste Tribunal processo de representação (TC 006.696/2011-2) com vistas a aprofundar questões levantadas durante os trabalhos de auditoria realizados no Município de Itaguaí/RJ, cujos resultados ser-lhe-ão encaminhados tão logo sejam concluídos;
9.3 encaminhar cópia à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam;
9.4 considerar, com fundamento no art.17, § 2º, II, da Resolução TCU nº 215/008, integralmente atendida esta solicitação; e
9.5 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1284-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1285/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-005.686/2011-3
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessada: Ponte Aérea Viagens e Turismo Ltda.
4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA
5. Relator: Ministro José Jorge

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo - 1ª Secex
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Rodrigo Machado de Souza (OAB/SE nº 4.370) e João de Carvalho Leite Neto (OAB/DF nº 19.914)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Ponte Aérea Viagens e Turismo Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 01/2011, realizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, objetivando "*a contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviços de reserva, marcação e emissão de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de um Posto de Atendimento a ser instalado no Edifício Sede do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/1992 e o art. 251 do Regimento Interno, assinar o prazo de quinze dias para que o CONFEA adote as medidas necessárias à anulação do Pregão Eletrônico 1/2011;
9.3. alertar o CONFEA que, na condução do Pregão Eletrônico 1/2011, promovido pela entidade, foram identificadas as seguintes principais irregularidades:
9.3.1. declaração de inexequibilidade de propostas sem adequada fundamentação;
9.3.2. tratamento não-isonômico de licitantes;
9.3.3. estabelecimento injustificado de restrições à participação de agências de viagens consolidadas;
9.4. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à representante.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1285-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1286/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.492/2010-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Entidade: Município de Ananindeua/PA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de conformidade realizada no município de Ananindeua/PA, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, destinada a verificar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), transferidos fundo a fundo pela União ao mencionado ente federativo, no exercício de 2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. alertar o município de Ananindeua/PA, na pessoa de seu representante legal, quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:
9.1.1. ausência de movimentação dos recursos relativos à contrapartida municipal em conta bancária específica, a teor do estabelecido nos arts. 3º e 5º da Portaria GM/MS n.º 204/2007 (alterada pela Portaria GM/MS n.º 1497/2007);
9.1.2. inexistência de documentação hábil a comprovar as despesas realizadas com recursos do bloco média e alta complexidade relativas às diárias para tratamento fora do domicílio;
9.1.3. ausência de assinatura em notas de empenho e recibos , em desacordo com o art. 34 da Portaria GM/MS n.º 204, de 29 de janeiro de 2007, c/c os art.s 60 a 65 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
9.1.4. ausência de apuração de possível superávit financeiro ao término do exercício e a sua aprovação como crédito orçamentário;
9.1.5. inexistência de Plano Operativo para os prestadores privados de saúde, relativos ao componente teto média e alta complexidade, para fins de organizar a rede e justificar a necessidade de complementaridade dos serviços de saúde com contratação de estabelecimentos privados, bem como planejar a contratação de prestadores privados para suprir as necessidades identificadas na PPI e levantar a capacidade instalada da rede pública, a teor do preconizado no art. 199, §1º, da CF/88 c/c art. 4º, §2º, da Lei 8.080/90 e o art. 2º, §2º, da Portaria MS n.º 3.277 de 22/12/2006;
9.1.6. inexistência de comissão de acompanhamento dos contratos e convênios firmados entre o município e os prestadores privados de serviços de saúde;
9.1.7. ausência de controle quantitativo e qualitativo sobre a produção dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos filantrópicos e privados, possibilitando a ocorrência de distorções entre o quantitativo pago e o efetivamente realizado;
9.1.8. descumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a cobrança dos procedimentos realizados no âmbito do SUS, verificado no Hospital e Maternidade Camilo Salgado e no Hospital de Clínicas de Ananindeua, conforme as constatações dos Relatórios nºs 10159 e 10160 do Denasus/PA;
9.1.9. ausência de atualização dos registros das entidades privadas prestadoras de serviços de saúde contratadas ou conveniadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em descumprimento do art. 8º, inciso I, da Portaria GM/MS n.º 3.277/2006;
9.1.10. pagamentos a prestadores de serviços de saúde sem a comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS por parte dos mesmos, a teor das disposições constantes dos arts. 195, § 3º, da Constituição Federal, e 29, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, bem como do item 1 das Decisões 705/1994 e 246/1997-TCU-Plenárias;
9.2. informar ao Tribunal de Contas do Pará que, durante o exercício de 2009:
9.2.1 não houve repasse da contrapartida estadual à conta específica do Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua/PA;
9.2.2. a média de registros de exames de tomografia observada no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (CNES 3987884) superou a média nacional de exames por equipamento em 94%;
9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura do Município de Ananindeua/PA, bem como à sua Secretaria Municipal de Saúde e ao seu Conselho Municipal de Saúde; e
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1286-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1287/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-005.862/2011-6
2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação
3. Representante: Fabiana do Nascimento Santana (CPF 228.481.638-01)
4. Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex-SP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação referente ao Pregão Presencial nº 01/2011, realizado pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), cujo objeto é a contratação de empresa de seguro saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar para seus empregados.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, 43 da Lei nº 8.443/1992 e art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 considerar procedente a representação;
9.2 determinar à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) que:
9.2.1 em relação ao edital do Pregão Presencial nº 01/2011:
9.2.1.1 elimine toda e qualquer exigência que restrinja a participação somente às empresas de seguro-saúde, devendo o certame admitir todos os tipos de operadoras de plano de assistência à saúde previstos no art. 1º da Lei nº 9.656/1998, salvo exceções tecnicamente fundamentadas;
9.2.1.2 altere o item 1.3 do Anexo I, de forma que o edital passe a admitir a possibilidade de os participantes apresentarem rede credenciada composta por outros hospitais de nível equivalente ou superior aos descritos no referido item, salvo exceções tecnicamente fundamentadas;
9.2.1.3 após a convalidação do edital, dê continuidade ao certame, reabrindo o prazo para a formulação das propostas, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993;
9.2.2 adote as providências relacionadas no subitem anterior a todas as licitações de mesma natureza;
9.3 determinar à Secex/SP que monitore o cumprimento das determinações relativas ao Pregão Presencial nº 01/2011;
9.4 dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao representante.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1287-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1288/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-010.632/2011-5
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - Sinaenco
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 1ª Secex
8. Advogados constituídos nos autos: Manoel Bento de Souza (OAB/SP nº 98.702), Rita de Cássia Spalla Furquim (OAB/SP nº 85.441), Jorge da Silva Lima (OAB/SP n° 183.404), Diogo Spalla Furquim Bromati (OAB/SP n° 226.427) e Daniella César Torres (OAB/DF n° 20.251).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 34/2011, realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que teve como objeto a revisão e atualização de projeto básico existente e de elaboração de projeto executivo para as obras de melhorias e adequação de capacidade e segurança do anel viário de Belo Horizonte nos trechos das rodovias BR 262/040/MG, em lote único.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e nos arts. 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer desta representação para, no mérito, considerá-la improcedente; e
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1288-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1289/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-012.254/2005-6 (com um volume e cinco anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Levantamento de auditoria
3. Responsável: Miguel Aiub Hijjar (ex-diretor, CPF nº 385.046.187-49)
4. Unidade: Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Secob
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria realizado no âmbito do Fiscobras II-Reforme, com vistas a fiscalizar o Contrato nº 18/2004, celebrado entre a União, por intermédio do Centro de Referência Professor Hélio Fraga, e a empresa Norenge Engenharia Ltda., para a execução de serviços técnicos de engenharia para execução da complementação das obras de ampliação e reforma do Laboratório de Referência Nacional em Tuberculose, no Rio de Janeiro/RJ.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 58, incisos II e IV, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 268, incisos II e IV, do Regimento Interno, em:
9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável;
9.2. aplicar a Miguel Aiub Hijjar multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
9.3. autorizar o desconto da dívida na remuneração do responsável, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação ou não seja possível a implementação da medida indicada no subitem precedente;
9.5. determinar ao CRPHF que, em futuras licitações:
9.5.1. elabore orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos adequadamente avaliados (art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei nº 8.666/93), e apresentado em planilhas contendo a composição de todos os custos unitários (art. 7º, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5.2. em caso de alteração do orçamento-base, republique o edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas (art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93);

9.5.3. abstenha-se de assinar aditamentos contratuais sem a prévia análise das justificativas técnicas, tanto em relação a quantitativos como no tocante aos preços unitários de serviços;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1289-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1290/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.931/2010-6

1.1. Apenso: TC 009.811/2010-9

2. Grupo II, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Eliomar da Costa Dias (CPF 454.000.673-87), ex-Prefeito do Município de Água Doce do Maranhão/MA; Vidal Negreiros de Paiva (CPF 130.366.107-15), ex-Secretário de Educação Municipal; e Elisandra Costa Dias (CPF 971.355.423-04), ex-Tesoureira Municipal

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, oriunda da conversão de processo de representação sobre irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundeb, repassados ao Município de Água Doce do Maranhão/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d" e §§ 2º e 3º; 19, **caput**; 23, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; 24; 25; 28, inciso II; 57; e 60 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 6º; 214, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; e 270 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar José Eliomar da Costa Dias, Vidal Negreiros de Paiva e Elisandra Costa Dias ao pagamento, em solidariedade, da quantia de R$ 74.551,51 (setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 08/10/2008 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundeb;

9.2. aplicar a José Eliomar da Costa Dias, Vidal Negreiros de Paiva e Elisandra Costa Dias multa individual no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. declarar José Eliomar da Costa Dias, Vidal Negreiros de Paiva e Elisandra Costa Dias inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de sete anos;

9.5. remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para ciência e providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1290-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1291/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-004.835/2011-5

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis/Interessados:

3.1. Responsáveis: Mauro Giovanni Lippi Filho (CPF 122.644.312-53); Audrey Louise da Matta Costa (CPF 798.188.972-34); Mariana Serejo Cabral dos Anjos (CPF 693.600.222-68); Leis da Silva Batista (CPF 522.705.212-34); Marcelo Henrique Campbell da Fonseca (CPF 407.509.142-20); Paulo Cezar da Silva Câmara Junior (CPF 789.377.102-00); André Luiz Soares Nobre Rodrigues (CPF 597.667.862-91); Paulo José Branco da Costa (CPF 436.503.172-49); Raimunda Nobre de Oliveira (CPF 239.903.762-68); Maria das Dores Michiles de Souza (CPF 838.937.502-82); Silvya Cristina Silva Barreto (CPF 764.294.662-72); Williams dos Santos Viana (CPF 590.564.792-53).

3.2. Interessados: Marcelo Ramos Rodrigues (Deputado Estadual), Elias Emmanuel Rebouças de Lima (Vereador), Joaquim de Lucena Gomes (Vereador).

4. Unidade: Município de Manaus/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/AM.

8. Advogados constituído nos autos: Carla Maria Martins Gomes (OAB/DF 11.730), Fernando Augusto Pinto (OAB/DF 13.421), Isabel Luiza Rafael Machado dos Santos (OAB/DF 28.583), Bruno Caetano Amancio Coimbra (OAB/DF 28.584).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Deputado Estadual Marcelo Ramos Rodrigues, bem como pelos Vereadores Elias Emmanuel Rebouças de Lima e Joaquim de Lucena Gomes, acerca de possíveis irregularidades praticadas no Pregão Presencial 71/2010 da Prefeitura de Manaus/AM, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar para atendimento à rede municipal de ensino,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, determinar, cautelarmente, *inaudita altera pars*, à Prefeitura Municipal de Manaus que se abstenha de realizar novas aquisições, com recursos federais, de produtos constantes da Ata de Registro de Preços 11/11, de 30/3/2011, referente ao processo licitatório Pregão 71/2010 - CML/PM, bem como que se abstenha de permitir novas adesões à mencionada Ata de Registro de Preços, até que este Tribunal decida sobre a matéria;

9.2. nos termos dos art. 10, § 1º, e 12, inciso III, da Lei 8.443, 16 de julho de 1992 c/c o art. 202, inciso III, do Regimento Interno do TCU, realizar a audiência dos seguintes responsáveis:

9.2.1. Mauro Giovanni Lippi Filho (CPF 122.644.312-53), Secretário Municipal de Educação, em decorrência de aprovação do edital da licitação Pregão 71/2010-CML/PM contendo as seguintes irregularidades:

9.2.1.1. previsão de análise das amostras dos bens ofertados por meio de cláusulas que afrontam a legislação e jurisprudência e não estabelecem critérios técnicos e objetivos de avaliação, permitindo desclassificações indevidas de licitantes e manipulação do resultado da licitação (itens 6.2.8.6 a 6.2.8.15), em afronta aos arts. 45 e 46 da Lei 8.666/1993, Acórdãos TCU 346/2002, 526/2005 e 1113/2008-Plenário, Decisões TCU 197/2000 e 1237/2002-Plenário, princípios da publicidade, da transparência, do contraditório e da ampla defesa;

9.2.1.2. previsão de adjudicação dos bens da licitação em comento divididos em grandes lotes, compostos por volumosas quantidades de produtos, alcançando elevados valores, com prejuízo a competitividade do certame e a obtenção da melhor proposta para a Administração (art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993);

9.2.2. Audrey Louise da Matta Costa (CPF 798.188.972-34) e Mariana Serejo Cabral dos Anjos (CPF 693.600.222-68), da Assessoria Jurídica da Comissão de Licitação, em decorrência da emissão de parecer jurídico aprovando o edital da licitação Pregão 71/2010-CML/PM contendo as seguintes irregularidades:

9.2.2.1. previsão de análise das amostras dos bens ofertados por meio de cláusulas que afrontam a legislação e jurisprudência e não estabelecem critérios técnicos e objetivos de avaliação, permitindo desclassificações indevidas de licitantes e manipulação do resultado da licitação (itens 6.2.8.6 a 6.2.8.15), em desacordo com os arts. 45 e 46 da Lei 8.666/1993, Acórdãos TCU 346/2002, 526/2005 e 1113/2008-Plenário, Decisões TCU 197/2000 e 1237/2002-Plenário, princípios da publicidade, da transparência, do contraditório e da ampla defesa;

9.2.2.2. previsão de adjudicação dos bens da licitação em comento divididos em grandes lotes, compostos por volumosas quantidades de produtos, alcançando elevados valores, com prejuízo a competitividade do certame e a obtenção da melhor proposta para a Administração (art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993);

9.2.3. Leis da Silva Batista (CPF 522.705.212-34), Gerente de Controle de Qualidade, Marcelo Henrique Campbell da Fonseca (CPF 407.509.142-20), Subsecretário de Infraestrutura e Logística, e Paulo Cezar da Silva Câmara Junior (CPF 789.377.102-00), Presidente da Comissão Municipal de Licitação, em decorrência de elaboração do edital da licitação Pregão 71/2010-CML/PM contendo as seguintes irregularidades:

9.2.3.1. previsão de análise das amostras dos bens ofertados por meio de cláusulas que afrontam a legislação e jurisprudência e não estabelecem critérios técnicos e objetivos de avaliação, permitindo desclassificações indevidas de licitantes e manipulação do resultado da licitação (itens 6.2.8.6 a 6.2.8.15), em afronta aos arts. 45 e 46 da Lei 8.666/1993, Acórdãos TCU 346/2002, 526/2005 e 1113/2008-Plenário, Decisões TCU 197/2000 e 1237/2002-Plenário, princípios da publicidade, da transparência, do contraditório e da ampla defesa;

9.2.3.2. previsão de adjudicação dos bens da licitação em comento divididos em grandes lotes, compostos por volumosas quantidades de produtos, alcançando elevados valores, com prejuízo a competitividade do certame e a obtenção da melhor proposta para a Administração (art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993);

9.2.4. André Luiz Soares Nobre Rodrigues (CPF 597.667.862-91), Paulo José Branco da Costa (CPF 436.503.172-49), Raimunda Nobre de Oliveira (CPF 239.903.762-68), Maria das Dores Michiles de Souza (CPF 838.937.502-82) e Silvya Cristina Silva Barreto (CPF 764.294.662-72) Membros da Comissão de avaliação das amostras ao Pregão 71/2010, em decorrência da avaliação de amostras de bens ofertados pelos licitantes sem a utilização de critérios técnicos e objetivos e desaprovações sem a devida fundamentação, por motivos fúteis que não avaliaram verdadeiramente e corretamente a adequação das amostras às especificações do edital, colaborando para a exclusão de licitantes e direcionamento da licitação em benefício da empresa Arganorte Indústria e Comércio Ltda., resultando em compras mais onerosas para a Administração e afronta aos princípios da licitação;

9.3. promover a oitiva da empresa Arganorte Indústria e Comércio Ltda., para que, no prazo de quinze dias, pronuncie-se, se assim desejar, sobre os fatos tratados nesta representação;

9.4. determinar à Secex/AM:

9.4.1. a análise dos valores constantes do Levantamento de Preços realizado pelo Departamento de Patrimônio e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Manaus, comparando-os com os preços praticados no mercado, a fim de avaliar a ocorrência de sobrepreço/superfaturamento, e apurando eventuais prejuízos causados ao Erário em decorrência das primeiras aquisições;

9.4.2. que promova a instrução dos autos com a celeridade que o caso requer, encaminhando o processo à consideração do Relator tão logo sejam analisados os elementos encaminhados pelos responsáveis e pela empresa Arganorte Indústria e Comércio Ltda. em atenção às audiências e à oitiva determinadas nos itens 9.2 e 9.3 acima;

9.5. enviar cópia da instrução, deste Acórdão e das peças que o fundamentam aos responsáveis e à empresa Arganorte Indústria e Comércio Ltda., para subsidiar as suas respostas;

9.6. comunicar ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas Estadual e à Procuradoria da República no Estado do Amazonas as irregularidades identificadas, para as providências cabíveis, encaminhando cópia da instrução, deste Acórdão e das peças que o fundamentam.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1291-18/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1292/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.826/2006-0.

2. Grupo: I - Classe de assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Nilson Santos Garcia - CPF 062.067.513-68 - ex-Prefeito.

4. Unidade: Município de Palmeirândia/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades praticadas na execução do Convênio 1565/2002, celebrado pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa junto à Prefeitura Municipal de Palmeirândia, tendo por objeto a execução do sistema de abastecimento de água, conforme o Plano de Trabalho especialmente elaborado (fls. 51/55 - vol. anexo), com vigência prevista para o período de 20/12/2002 a 20/12/2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d" e 19, *caput*, todos da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr Nilson dos Santos Garcia (CPF 062.067.513-68) em solidariedade com a empresa I. F. Terraplenagem e Construções Ltda. (CNPJ 05.149.148/0001-06) ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, nos termos do art. 23, III, "*a*", da citada lei c/c o art. 214, III, "*a*", do Regimento Interno/TCU:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 96.000,00	04/09/2003
R$ 72.000,00	18/12/2003
R$ 72.000,00	08/12/2004

9.2. aplicar ao Sr. Nilson Santos Garcia, ex-Prefeito Municipal de Palmeirândia/MA, e à empresa I. F. Terraplenagem e Construções Ltda., supostamente contratada para a execução das obras do convênio 1565/2002, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar aos Srs. Weder Pereira Garcia, Márcio Ribeiro de Jesus Sousa e Fabiane Pinheiro Trinta, membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Palmeirândia/MA, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. declarar, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/92 c/c art. 271 do RI/TCU, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da publicação deste acórdão, a inidoneidade das empresas I.F. Terraplenagem e Construções Ltda., CNPJ Nº 05.149.148/0001-06; C.F. Construções Ltda., CNPJ Nº 04.445.928/0001-30; e A.J. Ferreira Serviços de Urbanização, CNPJ Nº 00.887.274/0001-44, para participarem de licitação na Administração Pública Federal, tendo em vista suas participações em conluios que visavam a frustrar o caráter competitivo de licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Palmeirândia/MA;

9.6. inabilitar, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 270 do RI/TCU, o responsável, Sr. Nilson Santos Garcia, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal;

9.7. remeter cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado do Maranhão para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis com fundamento no disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1292-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1293/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.908/2004-1
2. Grupo: I - Classe: IV - Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 2003.
3. Responsáveis: Antonio Felipe Pistoletti Pinto (CPF 010.382.300-04), Bolivar Baldisserotto Moura (CPF 004.822.420-00), Darci de Ávila Ferreira (CPF 021.828.070-04), Edison Danilo Massulo Lisboa (CPF 346.082.490-53), Enio Lucio Schein (CPF 058.570.310-87), Francisco Renan Oronoz Proenca (CPF 063.177.230-87), Gilberto Ribeiro (CPF 011.536.920-15), Humberto Cesar Busnello (CPF 002.106.840-20), Jairo Adriani da Costa (CPF 413.206.970-20), Jandir Antonio Cantele (CPF 053.696.900-06), Jorge Solidônio Serpa (CPF 017.808.240-68), José Paulo Mayer Costa (CPF 244.574.180-72), Leonardo Rodrigues Martins (CPF 038.100.460-00), Márcia Helena Suarez (CPF 383.597.230-87), Neusa Maria de Azevedo (CPF 297.437.020-91), Paulo Francisco Heineck (CPF 413.191.090-04), Paulo Gilberto Fernandes Tigre (CPF 001.477.290-68), Reni Luiz Stahl (CPF 141.445.499-68), Ronei de Barros Viero (CPF 188.223.550-91), Silvio Silva Andriotti (CPF 003.619.760-20), Sérgio Ivo Barth (CPF 263.309.030-34), Ivanir da Silva Lopes (CNPJ 03.611.999/0001-01), Altadir Rocha Lopes (CNPJ 93.066.009/0001-86), Angelino de Oliveira Lopes (CNPJ 97.098.685/0001-92), Carmen Lucia Duarte dos Santos (CNPJ 04.779.417/0001-55) e Ilda Cristiane Padilha Lopes (CNPJ 04.160.956/0001-01).
4. Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Sesi/RS.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secex/RS.
8. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Marcelino (OAB/RS 16.635), Henri Benjoya, OAB/RS 37621; Marlene Fátima Gomes da Silva, OAB/RS 39871; Patrícia Rocha, OAB/RS 57474; Sérgio Luis Rodrigues Couto, OAB/RS 71410.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas relativas ao exercício de 2003 do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Sesi/RS,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Paulo Mayer Costa;
9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. José Paulo Mayer Costa;
9.3. julgar, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, regulares com ressalva as contas das demais pessoas físicas relacionadas no item 3 deste Acórdão, dando-lhes quitação;
9.4. aplicar ao Sr. José Paulo Mayer Costa, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;
9.6. declarar, com fundamento no artigo 46 da Lei 8.443/92, a inidoneidade das empresas Carmen Lucia Duarte dos Santos (CNPJ 04.779.417/0001-55) e Ilda Cristiane Padilha Lopes (CNPJ 04.160.956/0001-01) para participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de dois anos;
9.7. declarar, com fundamento no artigo 46 da Lei 8.443/92, a inidoneidade das empresas Ivanir da Silva Lopes (CNPJ 03.611.999/0001-01), Altadir Rocha Lopes (CNPJ 93.066.009/0001-86) e Angelino de Oliveira Lopes (CNPJ 97.098.685/0001-92) para participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de um ano;
9.8. alertar o Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Sesi/RS quanto às seguintes impropriedades constatadas na gestão em análise:
9.8.1. não realização de reuniões do Conselho Regional com periodicidade mensal, descumprindo o art. 39, § 1º, do Regulamento do Sesi, aprovado pelo Decreto 57.375/65;
9.8.2. atraso na realização de inventário de bens a ser submetido anualmente ao exame do Conselho Regional, conforme determina o art. 39 do Regulamento do Sesi;
9.8.3. deficiência no controle das despesas realizadas em cada modalidade de licitação, dispensa e inexigibilidade, inclusive das despesas realizadas pelas unidades descentralizadas, conforme determinam os arts. 11 e 13 do seu Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi;
9.8.4. fracionamento na aquisição de produtos de mesma natureza, dificultando a utilização da correta modalidade de licitação, em desacordo com os arts. 5º, 6º e 7º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi;
9.8.5. ausência, nos processos de dispensa de licitação, do número mínimo de orçamentos ou da justificava da impossibilidade de obtê-los, descumprindo a Informação Técnica Gelog 160, de 7/5/2001, e
9.9 remeter cópia do acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para as providências necessárias à atualização do registro das empresas Carmen Lucia Duarte dos Santos (CNPJ 04.779.417/0001-55), Ilda Cristiane Padilha Lopes (CNPJ 04.160.956/0001-01), Ivanir da Silva Lopes (CNPJ 03.611.999/0001-01), Altadir Rocha Lopes (CNPJ 93.066.009/0001-86) e Angelino de Oliveira Lopes (CNPJ 97.098.685/0001-92) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf;
9.10. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1293-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1294/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-025.598/2010-4
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Unidade: Estado de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no sentido de que o Tribunal de Contas da União realize o acompanhamento da aplicação dos recursos oriundos de empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ao Governo do Estado de Santa Catarina, com garantia da União, no valor de US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares americanos), objetivando o financiamento parcial do Programa Santa Catarina Rural - Microbacias 3,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, por ter preenchido os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/92, e no art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. considerar a presente solicitação integralmente atendida, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução 215-TCU/2008;
9.3. informar, com fulcro no *caput* do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 59/2009, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e
9.5. determinar o arquivamento do presente processo, com fundamento no art. 2º, § 3º, da IN-TCU 59, de 2009, após a comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1294-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1295/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.767/2009-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - SRH/MMA (37.115.375/0003-79).
3.2. Responsáveis: Raimundo Andrade Morais (016.042.363-53); Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda. (07.269.772/0001-72).
4. Entidade: Município de Madalena/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secex/CE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio MMA/SRH nº 81/1998, Siafi 351008, celebrado com o município de Madalena/CE, com o objetivo de construir um açude público na Fazenda Sabonete, Distrito de Macaoca, naquela municipalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a empresa Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com amparo no § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Andrade Morais, ex-prefeito, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alínea "a"; e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c art. 209, incisos II e III, e § 6º do Regimento Interno do TCU (RITCU), condenando-o, em solidariedade com a empresa Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda., ao pagamento do débito no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculado desde 17/8/1998 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;
9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Andrade Morais e à empresa Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, considerar grave a infração cometida e inabilitar o Sr. Raimundo Andrade Morais para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. declarar a inidoneidade da empresa Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda. para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na administração pública federal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.6. autorizar, desde logo, com base no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitens 9.2 e 9.3 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro) parcelas, caso requerido;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União - CGU, para as providências ao cumprimento dos subitens 9.4 e 9.5, respectivamente, em especial no que diz respeito à inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, criado por meio da Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010; e

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1295-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1296/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.632/2011-0.
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Consulta.
3. Interessado: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
4. Unidades: Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 3ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos acerca de Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Milton de Moura França, versando sobre os tipos de atos administrativos que podem ser incluídos no escopo da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e as matérias, cujas leis específicas determinam que sejam divulgadas no Diário Oficial da União, que poderão ser publicadas, de forma exclusiva, no Diário de Justiça Eletrônico;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos indicados no art. 264, inciso V, §§ 1º e 2º, e no art. 265 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, responder ao consulente que:
9.1.1. os atos administrativos a que faz referência o **caput** do art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, são os diretamente correlacionados ao apoio à função jurisdicional do Poder Judiciário, tais como os relacionados na Resolução STF nº 341, de 16 de abril de 2007;
9.1.2. a Lei nº 11.419, de 2006, não se constitui em regra geral para as publicações dos atos administrativos editados pelo Poder Judiciário, não derrogando, por isso mesmo, os artigos das leis gerais (a exemplo da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999) ou das leis especiais (a exemplo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) regentes de atos ou processos administrativos;
9.1.3. é possível a publicação no Diário de Justiça Eletrônico dos atos administrativos estranhos ao exercício da referenciada função Jurisdicional tão somente como mecanismo de ampliação da publicidade, sendo que tal publicação não confere necessariamente eficácia aos referidos atos, inclusive para fins de contagem de prazos;
9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão à Consultoria Jurídica desta Casa, a fim de subsidiar o exame pela nobre Presidência do TCU acerca da conveniência e da oportunidade de, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, postular junto ao Relator da ADI 3875, em curso no Supremo Tribunal Federal, o ingresso deste TCU no feito, na qualidade de **amicus curiae**;
9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Fundamentação, ao consulente, ao Conselho Nacional de Justiça, bem como, ainda, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1296-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1297/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.240/2008-0.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Estado do Paraná (76.416.940/0001-28).
4. Entidade: Estado do Paraná.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secex/PR.
8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Procurador-Geral do Estado do Paraná (OAB/PR 8.277); Marcelene Carvalho da Silva Ramos, Procuradora do Estado do Paraná (OAB/PR 14.728).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia a tomada de contas especial instaurada em atendimento ao Acórdão de Relação 520/2008-TCU-1ª Câmara, em razão da não comprovação da regularidade de despesas efetuadas no âmbito do Governo do Estado do Paraná, com recursos oriundos de convênios celebrados com o Ministério do Trabalho e Emprego,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 12, § 1º, e 22, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 202, § 3º, do Regimento Interno:
9.1.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Estado do Paraná, relativas à não comprovação da boa e regular aplicação de recursos oriundos do Convênio nº 33/2003, celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego;
9.1.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Estado do Paraná comprove o recolhimento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente, a partir das datas indicadas, na forma da legislação em vigor, aos cofres do Tesouro Nacional:

Data	Valor (R$)
21/6/2000	2.447.350,61
13/11/2000	2.516.013,38

9.2 determinar ao referido Estado que, na hipótese da impossibilidade de liquidação tempestiva do débito, no mencionado prazo, adote providências com vistas à inclusão do valor da dívida em sua lei orçamentária, informando ao Tribunal as providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3. com base no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, autorizar, desde logo, o recolhimento da dívida a que se refere o subitem 9.1.2 deste Acórdão em até 24 (vinte e quatro parcelas), caso requerido;
9.4. informar ao Estado do Paraná que o recolhimento tempestivo do débito atualizado monetariamente promoverá o saneamento do processo, de modo a permitir que o TCU venha a julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando oportunamente quitação ao Estado, e que, de outra sorte, o não recolhimento ensejará a condenação do Estado em débito, com julgamento das contas pela irregularidade;
9.5. determinar à Secex/PR que dê prosseguimento ao feito.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1297-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1298/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.067/2010-8.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, formulada nos termos do Ofício nº 1.688 (SF), de 10/8/2010, com vistas a que o TCU proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros obtidos pelo Estado do Ceará, mediante a operação de crédito externo aprovada pela Resolução nº 38, de 2010, do Senado Federal, contratada, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Solicitação, por ter preenchido os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no art. 232, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução TCU nº 215, de 20 de agosto 2008;
9.2. informar, por intermédio da Presidência do TCU, à nobre Presidência do Senado Federal, via Secretaria-Geral da Mesa, que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que o TCU acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;
9.3. considerar integralmente atendida a solicitação formulada nos termos do Ofício nº 1.688 (SF), de 10/8/2010, com fundamento no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa TCU nº 59, de 12 de agosto de 2009;
9.4. encaminhar, por intermédio da Presidência do TCU, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à nobre Presidência do Senado Federal, via Secretaria-Geral da Mesa, e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará; e
9.5.arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1298-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1299/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.981/2010-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Levantamento de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Joaquim Guedes Martins Neto (246.136.573-34); Josidan Gois Cunha (059.960.823-49); José Wanks Meireles Sales (008.440.986-04); Marcílio de Sá Batista (389.391.424-20).
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secob-2.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit, no período de 7/6 a 9/7/2010, objetivando fiscalizar as obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-020 no Estado do Ceará, objeto do programa de trabalho - PT 26.782.1459.200V.0023/2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Secob-2 que, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, promova a audiência dos responsáveis abaixo listados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação, apresentem razões de justificativa acerca das seguintes irregularidades:
9.1.1. Sr. Joaquim Guedes Martins Neto, superintendente Regional do Dnit no Estado do Ceará, em razão de:
9.1.1.1. celebrar o Contrato nº 397/2009, assinado em 3/8/2009 com a Construtora G&F Ltda., em valores superiores ao definido pelo Dnit, por meio da Portaria Dnit 709/2008, e pelos Acórdãos 1.077/2008-TCU e 377/2009-TCU, ambos do Plenário, para o item emulsão asfáltica RL-1C modificada por polímero, perfazendo indício de sobrepreço de R$ 254.505,31, tendo como referência o mês de julho de 2008;
9.1.1.2. não observância ao entendimento exposto pelo TCU nos Acórdãos 2.206/2006, 1.606/2008, 872/2008 e 749/2010, todos do Plenário, no sentido de que os limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devem ser calculados tomando-se como base o valor inicial do contrato, livre das supressões de itens nele previstas; vez que, reintegrando-se as supressões no cálculo do percentual aditivado ao Contrato nº 396/2009,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

assinado em 3/8/2009 com a empresa Cavalca Construções e Mineração Ltda., atingiu-se um percentual de 50,38%, extrapolando o limite fixado no referido dispositivo legal;

9.1.2. Srs. José Wanks Meireles Sales, chefe do Serviço de Engenharia da Superintendência Regional do Dnit no Ceará, e Josidan Góis Cunha, fiscal do Contrato nº 397/2009, em razão de permitir aplicação de microrevestimento com emulsão RL-1C modificada por polímero com percentual de recuperação elástica abaixo do mínimo recomendado (57% contra o mínimo recomendado de 75%, DNER-EM 396/99), bem como admitir a execução de serviços de restauração rodoviária utilizando massa a frio, o que pode influenciar na durabilidade e no desempenho da rodovia a longo prazo, em detrimento da prescrição da IS/DG-05-Dnit, de 5/5/2008;

9.1.3. Sr. Marcílio de Sá Batista, fiscal do Contrato nº 396/2009, em razão de atestar medição de serviços com a utilização de brita comercial em suas composições, quando a brita utilizada para execução dos serviços, pelo menos a partir de novembro de 2009, estava sendo produzida pela empresa Cavalca e por ter medido o item "Instalação e Manutenção de Canteiro" em desconformidade com as instalações que estavam previstas em projeto;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que encaminhe à Secob-2, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da notificação, relatório circunstanciado sobre:

9.2.1. o impacto da aplicação de microrevestimento com emulsão RL-1C com polímero, apresentando recuperação elástica em percentual inferior ao mínimo recomendado (57% contra o mínimo recomendado de 75%, DNER-EM 396/99-Cimento asfáltico modificado por polímero);

9.2.2. a adoção de massa a frio, o que vai de encontro ao prescrito no normativo do Dnit - IS/DG 5/2008, de 5 de maio de 2008, podendo influenciar na durabilidade e no desempenho da rodovia e as soluções que deverão ser adotadas;

9.3. alertar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, no presente processo, constatou-se o descumprimento dos termos contidos nos Acórdãos 829/2004, reiterado pelo Acórdão 978/2006, ambos do Plenário desta Corte, quanto à elaboração dos relatórios de medição;

9.4. determinar, em atenção à ampla defesa e ao contraditório, à Secob-2 que realize a oitiva da empresa Cavalca Construções e Mineração Ltda. e da Construtora G&F Ltda., contratadas pelo Dnit por meio dos Contratos nºs 396/2009 e 397/2009, respectivamente, para que, se assim o desejarem, pronunciem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação, sobre os fatos narrados neste processo;

9.5. dar ciência à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional do inteiro teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que nestes autos não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011);

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e à 1ª Secex, unidade responsável por examinar as contas dessa autarquia, para ciência das medidas ora adotadas, bem como, ainda, aos responsáveis e às entidades indicados nos itens 9.1 e 9.4 desta deliberação, para subsidiar a elaboração das respectivas defesas.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1299-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1300/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.267/2006-7.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Adair Marques de Lima (025.744.111-53); Alexandre Martins de Araújo (510.099.511-49); Dilma Maria Soares Pereira (120.247.405-53); Djalma Germano de Araújo (089.072.424-53); Edilson Jose Pereira Araujo (204.172.253-34); Eduardo Novaes Medrado Santos (048.953.205-53); Estado de Tocantins (01.786.029/0001-03); Iron Marques da Silva (085.716.861-49); José de Paiva Pinto (218.676.581-00); NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda. (37.119.971/0001-65); e Wilfredo de Oliveira Carvalho (090.854.081-72).
4. Entidade: Estado de Tocantins.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secex/TO.
8. Advogado constituído nos autos: Rodrigo Meller Fernandes (OAB/TO 2.602); Leonardo de Oliveira Carvalho (OAB/TO 3.878); Bruno Sérgio de Almeida (OAB/GO 23.133).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em decorrência da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 442/1994, celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde de Tocantins - SES/TO, objetivando a implementação do Sistema Único de Saúde - SUS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis, com base no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a Sra. Dilma Maria Soares Pereira, os Srs. Adair Marques de Lima, Djalma Germano de Araújo e Edilson Jose Pereira Araujo e a empresa NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda.;
9.2. excluir destes autos a responsabilidade do Sr. Alexandre Martins de Araújo;
9.3. acolher as razões de justificativa dos Srs. Eduardo Novaes Medrado Santos e Wilfredo de Oliveira Carvalho;
9.4. rejeitar as razões de justificativa dos Srs. Iron Marques da Silva e José de Paiva Pinto;
9.5. acolher as alegações de defesa do Estado de Tocantins;
9.6. rejeitar parcialmente as alegações de defesa dos Srs. Iron Marques da Silva e José de Paiva Pinto;
9.7. julgar, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, regulares com ressalva as contas dos Srs. Eduardo Novaes Medrado Santos e Wilfredo de Oliveira Carvalho e do Estado de Tocantins, dando-lhes quitação;
9.8. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", § 2º, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, 1992, irregulares as contas da Sra. Dilma Maria Soares Pereira e dos Srs. Adair Marques de Lima, Djalma Germano de Araújo, Edilson José Pereira Araujo, Iron Marques da Silva e José de Paiva Pinto, condenando-os, em solidariedade com a empresa NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda., na pessoa de seu representante legal, e na forma que se segue, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
9.8.1. responsáveis solidários: Dilma Maria Soares Pereira, Edilson Jose Pereira Araujo, Iron Marques da Silva, José de Paiva Pinto e NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda.

Valor (R$)	Data da ocorrência
658.519,74	24/8/1994
1.712.745,69	23/12/1994

9.8.2. responsáveis solidários: Adair Marques de Lima, Djalma Germano de Araújo, Edilson Jose Pereira Araujo, Iron Marques da Silva, José de Paiva Pinto e NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda.

Valor (R$)	Data da ocorrência
64.278,71	23/12/1994

9.9. aplicar, individualmente, à Sra. Dilma Maria Soares Pereira e aos Srs. Adair Marques de Lima, Djalma Germano de Araújo, Edilson José Pereira Araujo, Iron Marques da Silva e José de Paiva Pinto, e à empresa NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda., na pessoa de seu representante legal, a multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU);
9.10. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas deste Acórdão em até (24) vinte e quatro prestações mensais e sucessivas, caso requerido;
9.11. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;
9.12. considerar graves as infrações cometidas por Dilma Maria Soares Pereira, Adair Marques de Lima, Djalma Germano de Araújo, Edilson José Pereira Araujo, Iron Marques da Silva e José de Paiva Pinto, e inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992;
9.13. declarar, com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992, a inidoneidade da empresa NKV Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda. para participar, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal;
9.14. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União, para que promovam as medidas necessárias à inabilitação e ao impedimento para licitar, conforme previsto nos itens 9.12 e 9.13 deste Acórdão;
9.15. alertar o Estado de Tocantins no sentido de que, nos presentes autos, foi detectada a aquisição de mercadorias com data posterior à vigência do Convênio FNS nº 442/1994, contrariando o disposto no art. 8º, inciso V, da IN STN nº 2, de 19 de abril de 1993, então vigente;
9.16.. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, para o ajuizamento das ações cabíveis, com base no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e ao Fundo Nacional de Saúde, para conhecimento.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1300-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1301/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.871/2010-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.
3. Interessada: 2ª Secretaria de Controle Externo.
4. Entidade: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 2ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações e recomendações contidas no Acórdão 3.053/2009-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. transformar a determinação do item 9.3.12 do Acórdão 3.053/2009-TCU-Plenário em recomendação à Caixa Econômica Federal para que adote providências no sentido de melhorar a sistemática de envio dos saldos aos detentores de contas junto ao FGTS, a fim de se evitar a ocorrência de prejuízos aos trabalhadores por falta de informações;
9.2. alertar o Ministério das Cidades que lhe cabe acompanhar a execução dos programas realizados com os recursos do FGTS, nos termos do art. 6º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
9.3. determinar o apensamento definitivo dos presentes autos ao TC 022.830/2008-5.

10. Ata n° 18/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1301-18/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-001.025/1998-8, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, a Dra. Marcela Caldas dos Reis produziu sustentação oral em nome do Sr. Délvio Buffulin.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-030.044/2008-1 (Ata nº 1/2011), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro. Iniciada a fase de votação e apresentado o voto do revisor, Ministro Walton Alencar Rodrigues, o processo foi excluído de pauta pelo relator. O voto revisor proferido e a minuta de Acórdão apresentada constam do Anexo V desta Ata.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, os processos nºs:

TC-011.420/2003-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues.
TC-004.999/2005-1 e TC-016.691/2008-4, cujo relator é o Ministro Ubiratan Aguiar.
TC-025.320/2006-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes.
TC-014.668/2000-1, TC-010.499/2003-3, TC-022.073/2010-8, TC-024.193/2010-0, TC-005.751/2001-9, TC-014.137/2010-0, TC-026.127/2010-5 e TC-008.857/2011-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-030.044/2008-1, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

TC-032.392/2010-9, cujo relator é o Ministro José Jorge.

TC-004.645/2001-1, TC-010.715/2010-0 e TC-019.461/2007-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Faz parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, o acórdão nº 1313, a seguir transcrito, proferido na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

O acórdão consta também do Anexo IV desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou.

ACÓRDÃO Nº 1313/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-014.218/2006-7 (Sigiloso).

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Denúncia.

3. Partes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsáveis: Benedito Ferreira Pires Terceiro, Superintendente Regional do Incra (CPF 012.221.983-04); Raimundo Moura Oliveira (CPF 499.007.733-49); Benedito Dias (CPF 864.565.553-53); Luiz Alfredo Soares da Fonseca (CPF 094.241.053-04); Bahia Construções e Edificações Ltda. (CNPJ 03.191.522/0001-06); Fulgêncio Gomes Filho (CPF 150.754.002-72); Antônio Gualhardo Álvares dos Prazeres (CPF 012.235.342-00); Carlos César Luso (CPF 124.828.033-49); Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria (CNPJ 02.835.894/0001-65); Lina rosa de Carvalho Mello (CPF 437.663.403-44).

4. Unidades: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa (CNPJ 03.365.314/0001-86) e Superintendência Regional do Incra/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo/MA (Secex/MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia formulada em face de supostas irregularidades cometidas na aplicação dos recursos públicos transferidos diretamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou por intermédio do Estado do Maranhão, à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa, em Coroatá/MA, destinados ao Projeto de Assentamento Rural Pau de Estopa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU;

9.2. aplicar ao Sr. Benedito Ferreira Pires Terceiro a multa prevista nos arts. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 e 268, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. converter os autos em tomada de contas especial, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 252 do Regimento Interno/TCU, observando o procedimento determinado no item 9.10 deste acórdão;

9.5. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis Srs. Raimundo Moura Oliveira, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, Coroatá/MA, e Benedito Dias, ex-Tesoureiro, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao crédito proveniente do Incra para apoio e instalação do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA:

9.5.1. não aplicação dos recursos na aquisição de implementos agrícolas (ferramentas, insumos, etc.);

9.5.2. compra de um caminhão caçamba, tipo basculante, placa BXA 8398, Mercedes Benz, em desvio de finalidade ao objeto conveniado;

9.5.3. contratos e recibos do crédito para instalação e apoio não espelham a realidade, tendo em vista que consta o recebimento de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) por 59 famílias, enquanto somente foi pago o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por família, correspondente ao crédito alimentação, totalizando R$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais);

9.5.4. não apresentação das notas fiscais e respectivos recibos de pagamento relativos à aquisição de materiais/equipamentos, concernente à suposta aquisição de materiais de construção da casa de farinha e miniusina de beneficiamento de arroz;

9.5.5. realização de pagamentos em espécie;

9.6. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis, Sr. Fulgêncio Gomes Filho, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, e Bahia Construções e Edificações Ltda. (CPNJ 03.191.522/0001-06), para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA, objetivando a execução do projeto de melhoramento do caminho de acesso:

9.6.1.comprovação de despesa mediante documento inidôneo, qual seja, a Nota Fiscal 102, no valor de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais), da empresa Bahia Construções e Edificações Ltda. (CPNJ 03.191.522/0001-06), emitida em 10/11/2001, antes da data de impressão do talonário de notas fiscais, em 14/2/2002;

9.6.2. consulta ao CNPJ declarado da gráfica que pretensamente foi responsável pela confecção da nota fiscal supra (embora o CNPJ esteja pouco legível) apresentou resultados inexistente, o de uma empresa sediada em Brasília e da Associação dos Proprietários e Trabalhadores em Carro de Boi no Município de Cururupu/MA;

9.6.3. constatadas as seguintes irregularidades no processo licitatório lançado para contratação dos serviços:

9.6.3.1. ausência da documentação relativa à habilitação das empresas participantes;

9.6.3.2. não comprovação de aptidão da empresa contratada para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;

9.6.3.3. não comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução da obra, por meio de certidão emitida pelo Crea;

9.6.3.4. ausência dos documentos relativos à regularidade fiscal, falta das planilhas de medição dos serviços, documentos exigidos no termo de convocação;

9.6.3.5. ausência de relatório técnico de fiscalização por parte do Nepe, conforme estabelecido na cláusula terceira, item 3.1, alínea 'b' do Termo de Convênio;

9.6.3.6. não foram identificados os representantes das empresas, bem como não consta na ata a subscrição desses;

9.6.4. a atividade econômica das empresas Bahia Construções e Edificações Ltda., CNPJ 03.191.522/0001-06 (supostamente vencedora do certame) e de Érika Construção Ltda., CNPJ 02.452.113/001-53, 'outras obras de engenharia civil não especificadas' e 'comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, respectivamente, são incompatíveis com o objeto pretensamente licitado (construção/melhoramento de estradas vicinais), caracterizando burla ao caráter competitivo do certame;

9.7. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação solidária dos responsáveis, Sr. Fulgêncio Gomes Filho, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, e Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria Ltda., para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 17/10/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA, objetivando a execução do projeto de melhoramento do caminho de acesso:

9.7.1.suposto pagamento à empresa Inca Planejamento, Acessoria e Consultoria Ltda., CNPJ 02.835.894/0001-65, com base na Nota Fiscal 032, no valor de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), sem data de emissão e aparentemente inidônea, a título prestação de serviços de elaboração do projeto de melhoramento de caminho de acesso, tendo em vista irregularidades verificadas na razão social da empresa (Acessoria ao invés de Assessoria) e que em consulta realizada na base de dados da Receita Federal do Brasil, foram encontrada duas empresas com aquele CNPJ, com endereços distintos (Zé Doca/MA e Anapurus/MA), sendo a primeira a L. S. Marques e Cia Ltda. (construção de edifício) e a segunda, V. N. Marques 7 Cia Ltda. (Restaurante Fazenda no Cerrado), ambas possuem a mesma data de abertura e de alteração, assim como sócios em comum;

9.8. determinar, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei 8.443/1992 a citação do responsável Raimundo Moura Oliveira, ex-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa ou o recolhimento, aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, da quantia de R$ 25.908,74 (vinte e cinco mil, novecentos e oito reais e setenta e quatro centavos) atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 18/4/2000 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades concernentes ao Convênio 329-CV-2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, objetivando a construção de sistema simplificado de abastecimento d'água:

9.8.1. falta do compressor de 20PCM com motor elétrico;

9.8.2. não construção do chafariz com 10 torneiras de acordo com o Plano de Trabalho;

9.8.3. não funcionamento do poço, encontrando-se abandonado e tomado pelo matagal ao redor, na época da vistoria técnica realizada pelo Nepe, em 2/6/2004, denotando desperdício de recursos públicos, prejudicando a comunidade que seria beneficiada com a implantação do sistema de abastecimento d'água;

9.8.4. no Convite realizado para contratação da executora, foram constatadas as seguintes irregularidades:

9.8.4.1. ausência da documentação relativa à habilitação das empresas participantes;

9.8.4.2. não comprovação de aptidão da empresa contratada para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;

9.8.4.3. não comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução da obra, por meio de certidão emitida pelo Crea;

9.8.4.4. ausência dos documentos relativos à regularidade fiscal, falta das planilhas de medição dos serviços, documentos exigidos no termo de convocação;

9.8.4.5. não foram identificados os representantes das empresas, bem como não consta da ata a subscrição desses;

9.8.5. as três empresas supostamente participantes do processo licitatório: Mel - Maurício Engenhar.ia Ltda., CNPJ 41.495.045/0001-61, Infortron Comércio e Construções Ltda., CNPJ 03.038.821/0001-05 (vencedora neste convênio) e MC Serviços Técnicos e Elétricos Ltda., CNPJ 01.003.167/0001-79, possuem atividade econômica incompatível com o objeto licitado (sistema de abastecimento d'água, tendo em vista que as duas primeiras atuam no ramo de construção de edifícios e a última, na construção de estações de rede de distribuição de energia, demonstrado fraude à licitação;

9.9. determinar, com fundamento no art. 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa para as irregularidades que lhes são imputadas:

9.9.1. Sr. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, Superintendente Regional da SR-12/MA à época dos fatos, em face da não adoção de providências no sentido de recuperar os recursos aplicados indevidamente ou mesmo desviados pelos dirigentes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, com relação crédito para apoio e instalação do PA de Pau de Estopa - Coroatá/MA, tendo em vista que a autarquia tinha conhecimento das irregularidades cometidas na utilização dos recursos, conforme comprovam os elementos destes autos, consignados no relatório precedente a esta deliberação;

9.9.2. Srs. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, ex-Superintendente do Incra, Antônio Gualhardo Álvares dos Prazeres, Subgerente do Nepe, e Carlos César Luso, responsável pelo exame de contas de convênio, em face da aprovação da prestação de contas do Convênio 411-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, em Coroatá/MA, no qual houve aporte de recursos federais, em que pese dela constar documentos que evidenciavam a irregular aplicação dos recursos, a exemplo da Nota Fiscal 102, no valor de R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais) da empresa Bahia Construções e Edificações Ltda. emitida antes da autorização de impressão do documento fiscal, e da Nota Fiscal 032, no valor de R$ 1.118,40 (mil cento e dezoito reais e quarenta centavos), emitida pela empresa "Inca Planejamento Acessoria e Consultoria Ltda.", não encontrada na base de dados da Receita Federal;

9.9.3. Srª Lina Rosa de Carvalho Mello, Subgerente do Nepe, e Srs. Luiz Alfredo Soares da Fonseca, ex-Superintendente do Incra, e Carlos César Luso, responsável pelo exame de contas de convênio, em face da aprovação da prestação de contas do Convênio 329-CV/2000, celebrado entre o Nepe e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento de Pau de Estopa, em Coroatá/MA, no qual houve aporte de recursos federais, em face da aprovação da prestação de contas desse convênio em que pese a não construção de chafariz, a ausência de aquisição de compressor com motor elétrico e o não funcionamento do poço/sistema de abastecimento de água, constatado por vistoria técnica;

9.10. determinar à Secex/MA que, observando o disposto no art. 43 da Resolução/TCU 191/2006, autue um processo de tomada de contas especial específico para cada convênio/transferência voluntária de recursos objeto da presente deliberação (Convênio 411-CV/2000; Convênio 329-CV/2000; e "crédito para apoio e instalação do Projeto de Assentamento Pau de Estopa - Coroatá/MA"), efetuando-se neles as respectivas citações e audiências;

9.11. com fundamento no art. 198 do Regimento Interno/TCU, dar ciência deste acórdão ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.12. enviar cópia desta deliberação ao denunciante, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Governo do Estado do Maranhão, e

9.13. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria versada nos autos.

10. Ata n° 17/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1313-17/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 30 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de maio de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 190, DE 24 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971,

Considerando que a empresa Jorge Alves Rodrigues Distribuidora de Alimentos - ME, localizada na ADE - CONJUNTO 04 - Lote 15 - ÁGUAS CLARAS - Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.119.118/0001-94, não forneceu 5.500kg de açúcar referentes à Ordem de Fornecimento nº 02, de 17/03/11, da Coordenação de Almoxarifados da Câmara dos Deputados (Contrato 2010/182.0 - Processo nº 106.550/10), resolve:

Aplicar à empresa as seguintes penalidades:

- multa de R$ 6.290,52 (seis mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 10% do valor remanescente do contrato, conforme previsto no item 12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 144/10; e

- suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados, pelo período de 02 (dois) anos, de acordo com o subitem 12.1 do instrumento editalício, c/c o art. 7º da Lei nº 10.520/02.

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 298, DE 24 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e § único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: Maio/2010 a Abril/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ULTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	186.431	208
Pessoal Ativo	151.839	42
Sentenças Judiciais sem Precatórios (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	151.839	42
Pessoal Inativo e Pensionista	34.592	166
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativos e Pensionistas	34.592	166
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.679	148
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.149	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.530	148
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	145.752	60
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		145.812
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,027807
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) % 0,054906		287.916
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) % 0,052161		273.522

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota:

[1] Valores referentes à Portaria STN n.º 328, de 19 de maio de 2011.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.

Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral

CARLA LSUTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TÂNIA REGINA DE OLIVEIRA MARQUES
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 55, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso XXXV, do Regimento Interno deste Regional, combinado com o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2010, constante dos anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.532	50
Pessoal Ativo	96.845	50
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	96.845	50
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.687	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	28.687	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	28.515	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	225	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.290	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	97.017	50
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		97.067

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]	499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,019419
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,046012	229.999
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,043711	218.497

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 45, de 19 de janeiro de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Notas:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	4.701	1.207	3.493
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.592	35	1.556
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.292	1.243	5.049
TOTAL (III) = (I + II)	6.292	1.243	5.049
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100-Recursos Ordinários	80	562	495	3.493	3.493	-
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	35	1.556	1.556	-
0150-Rec. Não Financ. Diret. Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350- Rec. Não Financ. Diret. Arrec. -Exerc. Anter.	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	80	562	531	5.049	5.049	-
TOTAL (III) = (I+II)	80	562	531	5.049	5.049	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	97.067	0,019419
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	229.999	0,046012
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	218.497	0,043711
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.049	5.049

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

FRANCISCO LÚCIO MARQUES PIRES
Gestor Orçamentário-Financeiro
Em exercício

FRANCISCO DAS CHAGAS MENDES
Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral
Em exercício

Des. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art.1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de mai/2010 a abr/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO VALLS FEU ROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.904	1.068
Pessoal Ativo	54.097	1.042
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (de Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	54.097	1.042
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.807	26
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (de Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.807	26
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1 do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1 do art. 19 da LRF) (II)	14.043	26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.438	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.605	26
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	49.861	1.042
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III a + III b)	50.903	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]		524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,009707
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e II do art. 20 da LRF) - <%> 0,018088		94.850
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,017184		90.109
FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE		
[1] Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/05/2011.		

Nota:
1) Durante o Exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RP não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 245, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de maio de 2010 a abril de 2011, na forma do anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. RUI RAMOS RIBEIRO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS** (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	**Inscritas em restos a pagar não-processados (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**68.226**	**623**
Pessoal Ativo	**59.498**	516
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	59.498	516
Pessoal Inativo e Pensionistas	**8.728**	107
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	8.728	107
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**15.424**	**273**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	7.077	273
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.347	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	**52.802**	**350**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(IIIa + IIIb)		**53.152**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	**524.379.492**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	**0,010136**
LIMITE MAXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> - **0,018436**	**96.675**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> - **0,017515**	**91.845**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/05/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. RUI RAMOS RIBEIRO
Presidente do Tribunal

CRISTIANE MANZANO MANOEL
Diretora-Geral

NILSON FERNANDO GOMES BEZERRA
Secretário de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 424, DE 23 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011 desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	143.492	4.443
Pessoal Ativo	117.282	4.443
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.714	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	115.568	4.443
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.210	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	20	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	26.190	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art. 19 da LRF) (II)	27.942	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.714	0
Despesas de Exercícios Anteriores	51	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.177	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	115.550	4.443
DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV) = (IIIa +IIIb)		119.993

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]	524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,022883
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - % 0,043852	229.951
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único do art.22 da LRF) - % 0,041659	218.451

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1] Valores referentes à Portaria STN n.º 328 , de 19 /05/2011.
NOTA: SIAFI/COFIC/SOF/TSE
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

Des. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA P Nº 159, DE 25 DE MAIO DE 2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	162.435	26
Pessoal Ativo	133.429	26
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	133.429	26
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.006	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	29.006	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.142	26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.378	26
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.764	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	125.293	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	125.293	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,023894
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,044719	234.497
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,042483	222.772

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/05/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício , as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI
Presidente do Tribunal

ANTÔNIO AUGUSTO PORTINHO DA CUNHA
Diretor-Geral

FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH
Gestor Financeiro

TALITA MARIA MACHADO PORTO
Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 165, DE 23 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio/2010 a abril/2011, constante no demonstrativo anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DE MOURA FILHO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.218	217
Pessoal Ativo	42.581	217
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.581	217
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.636	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	2.636	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	4.391	217
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.219	217
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.172	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	40.826	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		40.826

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]	524.379.492
% da DESEPSA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,007786
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,012419	65.123
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011798	61.866

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº. 328, de 19/5/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Presidente do Tribunal

LUCIANO DE MORAES RODRIGUES
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

FRANCISO ALVES CARDOSO FILHO
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE MAIO DE 2011

O EXMO. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, na forma constante dos anexos.

Des. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 033/2011
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI/2010 A ABR/2011		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	509.394	1.636	511.030
Pessoal Ativo	379.226	1.276	380.502
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta (2)	11.321	0	11.321
Demais despesas com Pessoal Ativo	367.906	1.276	369.181
Pessoal Inativo e Pensionistas	130.168	360	130.528
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	130.168	360	130.528
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	166.025	660	166.685
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	11.321	0	11.321
Despesas de Exercícios Anteriores	26.485	660	27.146
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	128.219	0	128.219
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	343.369	976	344.345
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100	0,065481%	0,000186%	0,065667%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620%			800.308
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144989%			760.293

FONTE: SIAFI e SERVIÇO DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) R$ 9 (Em milhares) e R$ 11.311 (Em milhares) referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente.

3) No período foi pago o valor de R$ 410 (Em milhares) a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).

Des. ANDRÉ GENN DE ASSUNÇÃO BARROS
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

PAULO EDUARDO SILVA DE ABREU
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno
Substituto

11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 815/SGP, DE 24 DE MAIO DE 2011

Torna Público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base no art.56, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL referente ao 1º Quadrimestre de 2011, nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª VALDENYRA FARIAS THOMÉ

ANEXO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) **2**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**783.316**	-	**783.316**
Pessoal Ativo	**677.412**	-	**677.412**
¿Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Orgão)			-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	460.844		**460.844**
Demais Despesas com Pessoal Ativo	216.568		**216.568**
Pessoal Inativo e Pensionistas	60.904	-	**60.904**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	60.904		**60.904**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	**529.607**	-	**529.607**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial	460.844		**460.844**
Despesas de Exercícios Anteriores	9.915		**9.915**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	58.848		**58.848**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**208.710**	-	**208.710**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			**524.379.492**
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	**0,039801%**	**0,000000%**	**0,039801%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,070980%**		**372.205**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)-<%>	**0,067431%**		**353.594**

FONTE:SIAFI - SOF/SECON/TRT

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

.a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

.b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Destaques das Indiretas executado no valor de R$ 1.782 (em milhares).

3) Precatórios da Administração Direta no valor de R$460.168 (em milhares) e SPV no valor de R$676 (em milhares), totalizando R$460.844 (em milhares).

4) Devido à impossibilidade de se agregar os valores entre Ativos, Inativos, e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

Desª VALDENYRA FARIAS THOMÉ
Presidente do Tribunal

LUIZ FERNANDO SIMÕES DE ARAÚJO
Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Coordenação Financeira

JOSÉ CARLOS CUNHA DE CARVALHO
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

MARTA MELLO DA COSTA
Diretora do Serviço de Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.345, DE 19 DE MAIO DE 2011

Aprova o CTR 01 - Emissão de Relatório de Revisão das Informações Trimestrais (ITR) a partir de 2011.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, resolve:

Art. 1º Aprovar o Comunicado Técnico CTR 01 - Emissão de Relatório de Revisão das Informações Trimestrais (ITR) a partir de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

ANEXO

Ata CFC n.º 950

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

CTR 01 - EMISSÃO DE RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

OBJETIVO

1.Este Comunicado Técnico (CT) tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de revisão das Informações Trimestrais (ITR) a partir de 2011 para atendimento das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ANTECEDENTES

2.A NBC TG 21 - Demonstração Intermediária (antiga NBC T 19.24), que teve por base o Pronunciamento Técnico 21 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi aprovada pela Resolução CFC nº. 1.174//09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e teve sua aplicação postergada, tanto pela CVM como pelo CFC, para ser aplicada, de forma obrigatória, a partir de dezembro de 2010.

3.Essa postergação ocorreu por meio da Resolução CFC nº 1.281/10 e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2010, que transcreveu parte da Deliberação CVM 603 e explicou que a CVM ao trazer a faculdade prevista no referido Ofício, desde que atendido o seu artigo segundo, prorrogou a aplicação obrigatória dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC editados e aprovados pela CVM em 2009, para dezembro de 2010, incluindo nesse rol, evidentemente, o Pronunciamento CPC 21, que trata de demonstração intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581/2009.

4.A NBC TG 21 está correlacionada com a norma internacional de contabilidade IAS 34 e, dessa forma, as citações referentes à NBC TG 21 se aplicam também à IAS 34.

5. O item 5 da NBC TG 21 faz referência à NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (antiga NBC T 19.27), que define o conjunto completo de demonstrações contábeis, diferenciando-o das demonstrações intermediárias, chamadas de condensadas. Além dessa diferenciação, é importante destacar neste CT os itens 6 e 7 da NBC TG 21 que tratam da divulgação de informações de demonstrações intermediárias.

6.Por sua vez, os itens 16 e 17 destacam quais são as notas explicativas selecionadas (informações mínimas) que devem ser apresentadas com as demonstrações intermediárias e no item 19 a declaração sobre a observância específica dessa Norma.

7.É importante consignar que ao observar os preceitos da NBC TG 21, a declaração de conformidade é diferente daquela referente às demonstrações contábeis anuais (completas), uma vez que no caso das demonstrações completas, a declaração envolve a aplicação de todas as normas do CFC na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de todas as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) quando essa for a estrutura de relatório financeiro aplicável, como no caso das demonstrações consolidadas anuais.

8.Em linha com o item 7 da NBC TG 21, a CVM requer que determinadas informações, consideradas relevantes, sejam divulgadas pelas companhias abertas em suas Informações Trimestrais (ITR), em adição às informações mínimas requeridas pela referida NBC TG 21. Assim, a CVM manifestou entendimento, por intermédio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011, tratado a seguir.

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP nº 003/2011

9.Esse Ofício reproduz trechos importantes da NBC TG 21, destacando no item 4 do Ofício que quando a opção da companhia aberta for pela apresentação de demonstrações contábeis completas, a NBC TG 26 deve ser observada, enquanto que nos casos em que a opção seja pela apresentação das Informações Trimestrais com menor nível de informação em relação às demonstrações contábeis completas, o item 12 do Ofício esclarece que o ITR deve conter todas as informações relevantes para um período intermediário e, em seus itens seguintes, o Ofício detalha como atingir esse objetivo.

10.Reproduz-se a seguir, em sua íntegra, as orientações da CVM incluídas nos itens 12 a 16 do referido Ofício:

"12. Quanto ao conteúdo das notas explicativas, deve-se destacar que o Formulário ITR deve conter todas as informações que sejam relevantes ao entendimento da posição financeira e do desempenho da entidade durante o período intermediário.

13. Compete à administração da companhia, observada a materialidade, estipulada com relação às informações do período intermediário, e de posse de informações mais amplas sobre o desempenho, exercer o julgamento quanto às informações a serem divulgadas em notas explicativas.

14. O entendimento acima exposto não implica na conclusão de que essas notas explicativas devam necessariamente, em todos os seus aspectos, conter o mesmo grau de detalhamento das notas integrantes às demonstrações financeiras de encerramento de exercício.

15. Em vista disso, considerando (i) o objetivo que se busca de divulgação tempestiva das informações, (ii) a necessária avaliação dos custos de sua geração em face do benefício da divulgação e, em especial, (iii) a necessidade de evitar repetições de informações previamente divulgadas, as companhias podem, alternativamente à divulgação de notas com a inclusão de todas as informações previstas no CPC 26 (itens 112 a 138), apresentar as notas explicativas incluídas nos Formulários ITR, observando os seguintes critérios:

•a) incluir todos os títulos constantes das notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes. Caso não haja alteração em relação às informações constantes dessas últimas notas explicativas, não há a necessidade de repetição das mesmas informações no ITR. No caso de alterações relevantes, em relação ao contido nas demonstrações financeiras anuais, dos elementos constantes das notas explicativas, ressaltar as modificações ocorridas e seu respectivo impacto na situação patrimonial da companhia;

•b) nesses casos em que não houver preenchimento completo da nota explicativa por razão de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais, indicar a exata localização da nota explicativa completa na demonstração anual;

•c) incluir todos os quadros analíticos que detalhem ou expliquem a composição de elementos constantes das demonstrações financeiras ou que atendam a regulamentação específica (ex. quadro demonstrativo de análise de sensibilidade) e que tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras anuais, salvo se imateriais;

•d) sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, considerando os comentários constantes do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2011, especial atenção deve ser dada para as informações relativas a: (i) partes relacionadas, inclusive a remuneração do pessoal-chave da administração (CPC 05); (ii) evidenciações relativas a instrumentos financeiros, considerando, inclusive, o disposto na Instrução CVM 475 (CPC 40); (iii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); (iv) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); (v) Ajuste a Valor Presente (CPC 12), além (vi) dos pontos mencionados no item 6º, "b" acima; e

•e) incluir quaisquer outras informações de natureza econômico-financeira julgadas relevantes pela administração da companhia, observado o disposto no item 24 do CPC 21.

16. Caso sejam atendidos os requisitos acima, entende-se cumprido o disposto no artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09."

Novas normas de revisão de demonstrações contábeis

11.Em 22 de janeiro de 2010, o CFC, por meio da Resolução CFC nº 1.274/10, aprovou a NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade, elaborada de acordo com a sua equivalente internacional ISRE 2410, cuja aplicação é requerida para as informações intermediárias de períodos que se findam em ou a partir de 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.279/10.

12. O item 43 da NBC TR 2410 trata do conteúdo do relatório emitido pelo auditor independente em conexão com a revisão das informações intermediárias, destacando-se os tópicos (i) e (j), com grifos nossos, que diferenciam a redação da conclusão, dependendo da estrutura de relatório envolvida:

(i)se as informações intermediárias contêm o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins gerais e forem elaboradas de acordo com uma estrutura de relatório financeiro planejada para obter uma apresentação adequada, uma conclusão quanto a se o auditor tomou conhecimento de algum fato que o leve a acreditar que as informações intermediárias não foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (incluindo uma referência à jurisdição ou ao país de origem da estrutura de relatório financeiro quando a estrutura de relatório financeiro usada não for as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido na NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pelo CFC);

(j)em outras circunstâncias, uma conclusão quanto a se o auditor tomou conhecimento de algum fato que o leve a acreditar que as informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (incluindo uma referência à jurisdição ou ao país de origem da estrutura de relatório financeiro quando a estrutura de relatório financeiro usada não for a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pelo CFC).

13.A forma de expressão descrita no item 43(j) da NBC TR 2410 está alinhada à estrutura de conformidade (compliance) e deve ser utilizada para se referir a uma estrutura de relatório financeiro que exija a conformidade com as exigências dessa estrutura. Adicionalmente, com o objetivo de buscar uma padronização dos relatórios dos auditores independentes para as revisões das ITRs e também para facilitar o entendimento dos usuários, a referida conclusão descrita no item 43(j) deve ser utilizada.

Responsabilidade do auditor pelas outras informações que

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

acompanham as informações contábeis intermediárias

14. No que tange às outras informações apresentadas juntamente com as informações intermediárias, os itens 36 e 37 da NBC TR 2410 tratam de inconsistências nas informações trimestrais.

ENTENDIMENTO E ORIENTAÇÃO

15. O item 9 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011, ao referir-se ao artigo 29 da Instrução CVM n.º 480, dispõe "que o Formulário ITR deve ser um documento completo com todos os seus quadros devidamente preenchidos, independentemente da definição do conteúdo mínimo das demonstrações condensadas". Em seguida, apresenta a forma da apresentação das notas explicativas requeridas pela CVM, como abordado no item 10 deste CT. Assim, e considerando o mencionado nos itens 12 e 13 deste CT, o tipo de conclusão a ser incluída no relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) deve ser de acordo com a estrutura de conformidade.

16. Nesse sentido, a conclusão expressa pelo auditor independente em seu relatório de revisão é quanto ao fato se ele tomou conhecimento de algum assunto que o levou a acreditar que as informações contábeis intermediárias (individuais e/ou consolidadas, conforme for o caso) não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura contábil da NBC TG 21 e IAS 34 aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Modelo de relatório de revisão das informações trimestrais

17. Para que se consiga uma desejada consistência na emissão dos relatórios por parte dos auditores independentes, os Anexos I e II deste CT incluem modelos do relatório sem modificações a ser emitido nas revisões do Formulário de Informações Trimestrais (ITR) contendo informações contábeis intermediárias.

18. Importante destacar que os modelos constantes nos Anexos I ou II se aplicam às companhias abertas que declararem em nota explicativa o atendimento às normas contidas na NBC TG 21 e sua equivalente IAS 34, com a apresentação de informações contábeis intermediárias nos termos previstos pelas normas da CVM (itens 9 e 10 deste CT).

19. Adaptações são necessárias para situações em que o auditor concluir que o relatório sem ressalvas não é apropriado. Nesse caso, o auditor deve seguir as orientações contidas na NBC TR 2410 e, caso julgue necessário, fazer a modificação em seu relatório de revisão sobre as informações intermediárias.

20. Em relação ao comentário sobre o desempenho da companhia aberta apresentado nas informações trimestrais, sob o título de relatório de desempenho, que antes era referido no parágrafo introdutório do relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais, passa, de acordo com as novas normas de revisão, a ser tratado como informação que acompanha as informações contábeis intermediárias, não cabendo citação ao comentário de desempenho no relatório do auditor independente, exceto quando identificadas eventuais inconsistências entre as informações do comentário de desempenho com aquelas contidas nas informações contábeis. Nesse caso, o auditor deve incluir um parágrafo de "outros assuntos" conforme sugerido abaixo, o qual deve ser adaptado para cada situação específica:

Outros assuntos

O relatório de desempenho elaborado pela administração da Companhia ABC inclui informações sobre índices de liquidez, solvência e rentabilidade que estão inconsistentes com os valores que figuram nas informações intermediárias, que foram por nós revisadas, e que deveriam ter sido utilizados como base para a elaboração dessas informações. De acordo com essas informações intermediárias, os seguintes índices estão inconsistentes: (listar os índices e/ou sua localização no relatório de desempenho).

Entidades de incorporação imobiliária

21. No caso de informações intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais elaboradas pelas entidades de incorporação imobiliária brasileiras com a observância dos conceitos do CTG 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ITG 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, editado pelo CFC, o auditor deve observar as orientações contidas no Comunicado Técnico CTA 09 - Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em, ou a partir de, 31 de dezembro de 2010 de Entidades de Incorporação Imobiliária, alterando seu relatório de revisão de forma que mencione que a entidade atendeu às normas internacionais de relatório financeiro aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. O Anexo II inclui modelo de relatório para tais entidades.

Reapresentação de ITR do exercício de 2010

22. As orientações para os auditores independentes em relação aos relatórios de revisão para os casos de reapresentação de ITR do exercício de 2010, constam do CTA 11, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.338/11, com o esclarecimento que a norma de revisão aplicável é a NPA 06 do Ibracon, inclusive quanto ao modelo de relatório a ser utilizado.

23. O CTA 11 não discute o conteúdo mínimo das informações que devem estar presentes nas ITRs, como faz este CT. Entende-se, da leitura do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011, que o conteúdo mínimo das ITRs a serem reapresentadas para o exercício de 2010, a partir da data deste CT, seguirá os requerimentos desse Ofício. Entende-se que é recomendável às companhias abertas divulgarem em notas explicativas determinada informação requerida no Ofício, caso não haja campo específico no formulário de ITR para esta informação, como, por exemplo, a demonstração do valor adicionado.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 2009.18.03999-01/SCA. Recorrente: I.N.M.. (Advs.: Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73.003 e Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Recorridos: Decisão da 2ª Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). EMENTA N. 048/2009/SCA. Recurso contra decisão proferida por Turma da 2ª Câmara do Eg. Conselho Federal a que se nega provimento. A alegação de nulidade da decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/SP, estando seus órgãos decisórios compostos por advogados não conselheiros, não pode prosperar, considerando a autonomia que têm as Seccionais para dispor, em seus Regimentos Internos, a respeito da sua organização interna. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da divergência. Brasília, 5 de dezembro de 2009. Alberto Zacharias Toron, Presidente da Segunda Câmara. Durval Julio Ramos Neto, Relator para o acórdão. OBS: Republicado, por erro na publicação original, veiculada no DJ de 23.12.2009, p. 12, e cf. despacho proferido pelo Relator, às fls. 838).

DESPACHO DO CONSELHEIRO FEDERAL
Em 16 de maio de 2011

RECURSO N. 2009.18.03999-01/SCA. Recorrente: I.N.M.. (Advs.: Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73.003 e Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Recorridos: Decisão da 2ª Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). DESPACHO (fls. 838) "No contexto da decisão de fls. 669/685, reporto-me aos termos do voto divergente por mim lançado às fls. 672/684, bem como à ementa de fls. 685, por força dos despachos de fls. 812, desta relatoria, e de fls. 813 e 816, da ilustre Presidente da Segunda Câmara, determinando, o último, a republicação do acórdão decorrente do julgamento realizado pelo colegiado em 05/12/2009. Ao ratificar as razões lançadas às fls. 672/684, retifico a sua conclusão, nos termos a seguir consignados, que passam, juntamente com este pronunciamento, a integrar o v. acórdão correspondente, cuja ementa, também retificada, que acompanha a presente decisão, determino seja publicada, para os efeitos legais: 'Por estas razões divergimos do voto do eminente Relator, para negar provimento ao recurso, rejeitando a alegação de nulidade da decisão proferida pelo Conselho Seccional paulista. É como voto. Brasília, 05 de dezembro de 2009.'

DURVAL JULIO RAMOS NETO

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 25 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a intervenção do CONTER no CRTR - 3ª. Região - Nomeação de novel Diretoria Executiva, por determinação do TRF - 1ª Região, contida em liminar oriunda do Agravo de Instrumento - autos nº. 448026920104010000/DF.

A DIRETORA PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, ad referendum da Plenária do órgão, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, artigo 16, inciso V do Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986, e alínea "b" do art. 15;CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 inserto na Carta Magna, no tocante aos princípios que devem nortear os atos da administração pública, notadamente os da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público;CONSIDERANDO os termos da Resolução CONTER nº. 08/2010 que, cumprindo os termos da sentença prolatada pelo Juízo Federal da 5ª Vara de Belo Horizonte - MG, nos autos no mandado de segurança nº. 2009.38.00.025900-1, determinou que se anulassem os atos eleitorais, do processo lá desencadeado, a partir do envio das cartas-voto, razão pela qual entendeu o CONTER pela nomeação da então Diretoria Executiva como Provisória, nomeando, também, uma novel Comissão Eleitoral de integrantes indicados pelo CONTER, para a condução dos atos que deverão ser repetidos; CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 1704-CTUR8, de 23.05.2011, onde há ordem mandamental constante da liminar concedida pela Desembargadora Federal Dr.ª. Maria do Carmo Cardoso confirmada pelo Juiz Federal convocado Dr. Ubirajara Teixeira em 20.05.2011 que determinou fossem afastados da Diretoria Executiva Provisória, nomeada pelo CONTER, os integrantes nomeados pela mencionada Resolução, devendo ser substituídos por outros profissionais não ligados ao corpo de conselheiros que anteriormente administrou o regional, em razão de discussão judicial nos autos no Mandado de Segurança - autos nº. 142735220104013400 - 16ª Vara Federal do Distrito Federal; resolve:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 4º da Resolução CONTER nº. 08 de 25.08.2010 em que se nomeou uma Diretoria Executiva Provisória, para administrar o CRTR 3ª Região, constituída por membros da Diretoria Executiva anterior daquele conselho regional.

Art. 2º. - A Diretoria Executiva Provisória a que se refere o artigo 2º da Resolução CONTER nº. 08/2010, deverá, ser substituída pelos seguintes membros, a saber:- TR. GERALDO GOMES DA SILVEIRA. - Diretor Presidente.- TR. ARMELIN BARBOSA NOGUEIRA. - Diretor Secretário;- TR. JULIO CÉSAR DOS SANTOS - Diretor Tesoureiro.§ 1º. A Diretoria Provisória, nomeada no "caput" será empossada no dia 30 de maio de 2011, na sede do CRTR 3º Região.§ 2º. A Diretoria Executiva Provisória, nomeada no caput, ficará adstrita aos cânones legais aplicáveis à administração publica e, principalmente, as determinações emanadas do CONTER e, enquanto perdurar sua provisoriedade, deverá Diretoria enviar relatórios mensais, dos seus atos administrativos, ao CONTER, sob pena de imediata destituição.

Art. 3º. - Esta RESOLUÇÃO, passará a viger a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDELICE TEODORO
Diretora-Presidente

VALTENIS AGUIAR MELO
Diretor Secretário

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os prelos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460
www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA P

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011052600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.